UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO E DOUTORADO)

PEDRO ANTONIO GOMES DE MELO

DICIONÁRIO TOPONÍMICO DE ALAGOAS (DITAL) - MUNICÍPIOS E SEUS ASPECTOS LINGUÍSTICOS E EXTRALINGUÍSTICOS

MARINGÁ - PR

2018

PEDRO ANTONIO GOMES DE MELO

DICIONÁRIO TOPONÍMICO DE ALAGOAS (DITAL) - MUNICÍPIOS E SEUS ASPECTOS LINGUÍSTICOS E EXTRALINGUÍSTICOS

Tese apresentada à Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Messias Alves da Silva

MARINGÁ – PR

2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

Melo, Pedro Antonio Gomes de

M257d Dicionário toponímico de Alagoas (dital) - municípios e seus aspectos linguísticos e extralinguísticos / Pedro Antonio Gomes de Melo. -- Maringá, 2018.

361 f.: il. color., figs., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Messias Alves da Silva.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em Letras, 2018.

1. Linguística. 2. Lexicologia. 3. Lexicografia. 4. Onomástica. 5. Toponímia. 6. Nomes de município – Estado de Alagoas. I. Silva, Manoel Messias da, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

CDD 22. ED.410

Jane Lessa Monção CRB 1173/97

PEDRO ANTONIO GOMES DE MELO

DICIONÁRIO TOPONÍMICO DE ALAGOAS (DITAL): MUNICÍPIOS E SEUS ASPECTOS LINGUÍSTICOS E EXTRALINGUÍSTICOS

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (Doutorado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Letras, área de concentração: **Estudos Linguísticos**.

Aprovada em **28 de setembro de 2018.**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Manoel Messias Alves da Silva
Universidade Estadual de Maringá – UEM
- Presidente -

Profª. Drª. Jacqueline Ortelan Maia Botassini
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Prof. Dr. Juliano Desiderato Antonio
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Prof. Dr. Cristiano Cezar Gomes da Silva
Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL

Profª. Drª. Fabiane Cristina Altino
Universidade Estadual de Londrina – UEL

AGRADECIMENTOS

Inicialmente quero agradecer a Deus, por ter me agraciado com o dom da vida. Agradeço, ainda, pelo privilégio de estar me aperfeiçoando cada dia mais em minha vida acadêmica, por ter me dado força e determinação e não ter me deixado desistir nos momentos de fraqueza, pois, por muitas vezes, pensei nessa possibilidade.

À minha família, minha base e sustentáculo. Ao meu grande pai, Mário Cavalcante de Melo (*in memoriam*), que já não se faz mais presente entre nós e que não pôde partilhar desse momento de muita felicidade para mim, mas que com certeza está me guiando e me dando força de onde ele estiver. Ele sempre me incentivou a estudar. A minha mãe, Maria Eugênia; meus irmãos, Maria Eliane, Maria Adriana e Mário Jorge; ao meu filho, Pedro Lucas, minha semente nesse mundo; e meus sobrinhos e sobrinhas, Bianca, Camila, Carla, João Vitor, Gustavo e Mário Jorge.

Aos meus amigos Verônica Tavares, Maria Betânia, Bartolomeu Brito e Célio Amorim e, em especial, à minha querida amiga Margarete Paiva, que estiveram sempre presentes em todos os momentos. Grato pela paciência e compreensão nos momentos mais tensos e desgastantes deste percurso.

A minha orientadora do Mestrado, Prof. Dra. Maria Denilma Moura (Universidade Federal de Alagoas/UFAL), que, com paciência e determinação, me conduziu pelas trilhas da pesquisa com o léxico, à época, em textos jornalístico-políticos na imprensa periódica alagoana.

Aos meus alunos do Curso de Letras do Campus III/UNEAL, em especial a José Quitério (*in memoriam*), Max Rocha, Marcos Apolinário, Wagner, Maria Madalena, Mauricéia, Meireles Lima, Amanda Evelyn, Karollyny, que contribuíram para as pesquisas na área da Onomástica Toponímia em Alagoas.

Aos colegas que, juntamente comigo, cursaram disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Letras/ PLE – UEM, pela oportunidade de conhecê-los melhor e pelas ricas discussões travadas ao longo da jornada, durante as aulas; na biblioteca, na cantina e nos jardins da UEM; no auditório do Lions; na quitinete do Seu Amauri; nas caminhadas pelas ruas de Maringá.

Ao meu querido professor e orientador, Manoel Messias Alves da Silva, homem de uma grande generosidade, que me recebeu com atenção, conduziu-me com sabedoria e paciência e soube me guiar em todos os passos para que o presente trabalho de tese se tornasse realidade.

Aos meus professores do curso de Doutorado em Letras da UEM, Edson Carlos Romualdo, Juliano Desiderato Antônio, em especial à professora Josimayre Novelli, que sempre foram organizados, dedicados e compartilharam seus conhecimentos para o meu engrandecimento intelectual. Ao secretário do curso, Adelino, pela presteza nas informações e nos encaminhamentos para cumprimento dos prazos e atividades.

Aos meus professores do curso de Doutorado da Universidade Federal de Alagoas/ UFAL, Andrea da Silva Pereira e Adeilson Pinheiro Sedrins, pela disposição e cuidado com que compartilharam os seus saberes nas disciplinas por mim cursadas em Domínio Conexo no ano de 2017.

Ao amigo e professor mestre Bartolomeu Melo Brito (SEMED – Maceió/AL) pelo companheirismo, incentivo e revisão técnica do texto.

Agradeço à Universidade Estadual de Alagoas/UNEAL, pela oportunidade de competir por um espaço nesse Doutorado Interinstitucional/DINTER. E, em especial, às Coordenações dos Cursos de Letras dos *Campi* III (Palmeira dos índios/AL) e V (União dos Palmares/AL) respectivamente, pela organização dos horários para o desenvolvimento das minhas atividades docentes, paralelamente às atividades científico-acadêmica do Doutorado.

Agradeço à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Alagoas/FAPEAL, por oportunizar: com uma Bolsa de Mestrado, os primeiros passos de pesquisa com o léxico no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFAL; com ajuda financeira, na modalidade de Bolsa de Doutorado (seis meses), na minha estada na cidade de Maringá/PR, à época, do cumprimento dos créditos, em 2016, e, ainda, para a aquisição de livros necessários aos meus estudos.

Por último, mas não menos importantes, aos meus queridos colegas professores-doutorandos do DINTER: Andrew, Betânia, Delma, Douglas, Eduardo, Jairo, Jane, Margarete, Sanádia, Valéria, Verônica, que estiveram comigo durante essa caminhada acadêmica, na qual enfrentamos juntos momentos de adversidades e dificuldades, mas também de muitas descobertas e alegrias.

Muitíssimo grato a todos!

Como lo ha dicho Jean-Claude Guillon:[1]

"La toponimia urbana (...) debe ser com siderada como una herramienta de primer orden en historia cultural para el estudio de las representaciones y sensibilidades (...) constituye un libro de historia a cielo abierto.

[1] Como Jean-Claude Guillon disse: A toponímia urbana [...] deve ser considerada como uma ferramenta de primeira ordem em história cultural para o estudo das representações e sensibilidades [...] constitui um livro de história a céu aberto.

MELO, P. A. G. **Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) - municípios e seus aspectos linguísticos e extralinguísticos.** 2018. 361 f. Orientador: Prof. Dr. Manoel M. A. da Silva. Tese (Doutorado em Letras: Estudos Linguísticos) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2018.

RESUMO

O ato de nomear lugares habitados aciona uma complexa rede de fatores que está associada à experiência vivida pelo sujeito nomeador ou a um determinado grupo social. Tal prática verbal não se dá de maneira despropositada, neutra ou aleatória, mas como uma estratégia de posicionamento, permeada por uma multiplicidade de motivações que, por sua vez, fazem parte de um universo físico e/ou antrópico que deve ser investigado no campo toponomástico. Sob esse viés, esta tese de doutorado objetivou investigar o léxico toponímico dos nomes atribuídos aos municípios de Alagoas e registrá-lo em texto lexicográfico. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental que se insere no paradigma pós-positivista de natureza quali-quantitativa de cunho interpretativista. Ancorada nos fundamentos teórico-metodológicos da Onomástica Toponímia, em especial no modelo taxionômico toponomástico de Dick (1990); Isquerdo (1996); Lima (1998); Faria (2017) e nos princípios básicos da Lexicografia. Após a análise e a interpretação dos dados, desvendou-se particularidades linguísticas e extralinguísticas do povo alagoano. Nessa direção, os resultados apontaram que os topônimos de motivação de natureza física, no cômputo geral dos nomes analisados, se mostraram mais recorrentes do que os topônimos de natureza antropocultural no *corpus* manipulado. Dentro desse grupo motivacional mais produtivo, evidenciou-se uma tendência de um padrão hidrotoponímico e fitotoponímico gerador para a prática denominativa de municípios, traduzindo o cenário natural do espaço geográfico alagoano. Já no grupo motivacional de natureza antropocultural, a taxe dos antropotopônimos se mostrou mais recorrente, materializando, na língua, traços sociais, históricos e culturais do processo de construção da identidade do Estado de Alagoas. Quanto à formação da estrutura morfossintática, em sua disposição linear, evidenciou-se que o grupo dos topônimos compostos se apresentou mais produtivo do que os topônimos simples. E mais, quanto à procedência linguística, a macrotoponímia estudada apresentou uma feição diversificada e inovadora com traços plurilíngues em seus elementos formadores, predominando a base românica, seguida da marca indígena de étimo Tupi.

Palavras-chave: Lexicografia; Onomástica; Nomes de município.

MELO, P. A. G. **Toponymic Dictionary of Alagoas (TDIAL) - municipalities and its linguistic and extralinguistic aspects.** 2018. 361 f. advisor Dr. Manoel M. A. da Silva. Thesis (Doctorate in Letters: Linguistic Studies) – Postgraduate Program in Letters, State University of Maringá. Paraná, 2018.

ABSTRACT

The act of naming inhabited places triggers a complex network of factors that is associated with the experience lived by the naming subject or a particular social group. Such verbal practice does not occur in an unreasonable, neutral or random way, but as a positioning strategy, permeated by a multiplicity of motivations, which in turn form part of a physical and / or anthropic universe that must be investigated in the toponomastic field. Under this perspective, this PhD thesis aimed to investigate the toponymic lexicon of the names attributed to the municipalities of Alagoas and to register it in lexicographic text. It is a bibliographical and documentary research that is inserted in the post-positivist paradigm of qualitative-quantitative nature of interpretative nature. Anchored in the theoretical-methodological foundations of the Onomastic Toponymy, especially in the taxonomic model toponomastic of Dick (1990); Isquerdo (1996); Lima (1998); Faria (2017) and the basic principles of Lexicography. After analyzing and interpreting the data, linguistic and extralinguistic peculiarities of the Alagoan people were revealed. In that direction, the results pointed out that the toponyms of motivation of physical nature, in the general computation of the names analyzed, were more recurrent than the toponyms of anthropocultural nature in the manipulated corpus. Within this more productive motivational group, a trend of a hydrotoponymic and phytoponymic pattern was demonstrated for the denominational practice of municipalities, translating the natural scenery of the Alagoan geographic space. Already in the anthropocultural motivational group, the taxon of the anthropotopyms was more recurrent, materializing, in the language, social, historical and cultural traces of the process of construction of the identity of the State of Alagoas. As to the formation of the morphosyntactic structure, in its linear arrangement, it was evidenced that the group of compound toponyms presented more productive than the simple toponyms. Moreover, as far as linguistic origin is concerned, the macrotoponyms studied presented a diversified and innovative feature with plurilingual traces in their formative elements, predominating the Romanesque base, followed by the indigenous Tupi brand.

Keywords: Lexicography; Onomastics; Names of municipality.

MELO, P. A. G. **Diccionario Toponímico de Alagoas (DITAL) - municipios y sus aspectos lingüísticos y extralinguísticos.** 2018. 361 f. Orientador: Prof. Dr. Manoel M. A. da Silva. Tesis (Doctorado en Letras: Estudios Lingüísticos) - Programa de Post-Graduación en Letras, Universidad Estatal de Maringá. Paraná, 2018.

RESUMEN

El acto de nombrar lugares habitados acciona una compleja red de factores que está asociada a la experiencia vivida por el sujeto nombrador o un determinado grupo social. Tal práctica verbal no se da de manera desproporcionada, neutra o aleatoria, sino como una estrategia de posicionamiento, permeada por una multiplicidad de motivaciones que, a su vez, forman parte de un universo físico y/o antrópico que debe ser investigado en el campo toponomástico. Bajo esta vía, esta Tesis de Doctorado objetivó investigar el léxico toponímico de los nombres atribuidos a los municipios de Alagoas y rescatarlo en texto lexicográfico. Se trata de una investigación bibliográfica y documental que se inserta en el paradigma post-positivista de naturaleza cuali-cuantitativa de cuño interpretativista. Anclada en los fundamentos teórico-metodológicos de la Onomástica Toponimia, en especial en el modelo taxonómico toponomástico de Dick (1990); Isquerdo (1996); Lima (1998); Faria (2017) y en los principios básicos de la Lexicografía. Después del análisis y la interpretación de los datos, se desvelaron particularidades lingüísticas y extralinguísticas del pueblo alagoano. En esa dirección, los resultados apuntaron que los topónimos de motivación de naturaleza física, en el cómputo general de los nombres analizados, se mostraron más recurrentes que los topónimos de naturaleza antropocultural en el *corpus* manipulado. Dentro de ese grupo motivacional más productivo, se evidenció una tendencia de un patrón hidrotoponímico y fitotoponímico generador para la práctica denominativa de municipios, traduciendo el escenario natural del espacio geográfico alagoano. En el grupo motivacional de naturaleza antropocultural, la taxe de los antropotopónimos se mostró más recurrente, materializando, en la lengua, rasgos sociales, históricos y culturales del proceso de construcción de la identidad del Estado de Alagoas. En cuanto a la formación de la estrutura morfosintáctico, en su disposición lineal, se evidenció que el grupo de los topónimos compuestos se presentó más productivo que los topónimos simples. Y más, en cuanto a la procedencia lingüística, la macrotoponimia estudiada presentó una facción diversa e innovadora con rasgos plurilingües en sus elementos formadores, predominando la base románica, seguida de la marca indígena de étimo Tupi.

Palabra claves: Lexicografia; Onomástica; Nombres de municipio.

LISTA DE FIGURA

FIGURA 1 - Mapa de localização do Estado de Alagoas no território brasileiro 45

FIGURA 2 - Mapa de político-administrativo do Estado de Alagoas 47

FIGURA 3 - Mapa das mesorregiões geográficas do Estado de Alagoas.... 49

FIGURA 4 - Mapa das microrregiões geográficas do Estado de Alagoas.... 51

FIGURA 5 - Mapa da localização da Comarca de Alagoas em 1817..... 65

LISTA DE FOTOGRAFIA

FOTO 1 - Formas de pão-de-açúcar em casa de purgar..... 164

FOTO 2 - Morro do Cavalete às margens do Rio São Francisco..... 165

FOTO 3 - Igreja Matriz de Capela/AL, em maio de 1919..... 187

FOTO 4 - Igreja Matriz de São João Batista, na cidade de Igreja Nova..... 189

FOTO 5 - Igreja Matriz da cidade de Camaragibe - Igreja de Bom Jesus..... 191

FOTO 6 - Procissão de Nossa Senhora do Pilar em frente à Igreja Matriz de Pilar, em 1940..... 194

FOTO 7 - Conjunto de esculturas de concreto instalado no Porto do Varadouro – Porto Calvo/AL..... 215

LISTA DE TABELA

TABELA 1 - Número de ocorrências das taxes de ordem física correspondentes aos nomes dos municípios do Estado de Alagoas..... 227

TABELA 2 - Número de ocorrências das taxes antropoculturais correspondentes aos nomes dos municípios do Estado de Alagoas..... 230

TABELA 3 - Quantitativo dos processos de formação lexical dos nomes dos municípios alagoanos..... 233

TABELA 4 - Rede etimológica constitutiva dos morfemas lexicais dos nomes dos municípios do Estado de Alagoas..... 239

LISTA DE QUADRO

QUADRO 1 - Campos da ficha lexicográfico-toponímica dos nomes dos municípios alagoanos..... 37

QUADRO 2 - Ficha lexicográfico-toponímica do município de Arapiraca..... 38

QUADRO 3 - Modelo do verbete usado no dicionário dos nomes dos municípios alagoanos..... 41

QUADRO 4 - Taxes de condutas motivadoras de ordem física..... 88

QUADRO 5 - Taxes de condutas motivadoras de ordem antropocultural..... 89

QUADRO 6 - Categorias ou subcategorias toponímicas acrescentadas ao Modelo Taxionômico proposto por Dick (1992)..... 93

QUADRO 7 - Produtividade das estruturas de justaposição formadas por adjetivo mais substantivo (ou vice-versa)..... 236

QUADRO 8 - Número de ocorrências de outros modelos de estruturas mórficas dos nomes dos municípios alagoanos..... 238

QUADRO 9 - Número de ocorrências de mudanças toponímicas no complexo toponomástico dos nomes dos municípios alagoanos..... 246

QUADRO 10 - Remissivas no verbete toponímico..... 262

QUADRO 11 - Palavras-entrada no verbete toponímico..... 264

QUADRO 12 - Gentílico no verbete toponímico..... 264

QUADRO 13 - Origem linguística no verbete toponímico..... 265

QUADRO 14 - Indicação da origem linguística controversa no verbete toponímico..... 265

QUADRO 15 - Processo de formação no verbete toponímico..... 266

QUADRO 16 - Localização geográfica no verbete toponímico..... 267

QUADRO 17 - Taxionomia no verbete toponímico..... 267

QUADRO 18 - Estrutura morfológica no verbete toponímico..... 268

QUADRO 19 - Etimologia no verbete toponímico..... 269

QUADRO 20 - Campo Nota no verbete toponímico..... 269

QUADRO 21 - Campo Fonte no verbete toponímico..... 270

LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO 1 - Produtividade das taxes de ordem de natureza física... 228

GRÁFICO 2 - Produtividade das taxes de ordem de natureza antropocultural..... 231

GRÁFICO 3 - Produtividade dos processos de formação dos nomes dos municípios alagoanos..... 234

GRÁFICO 4 - Produtividade etimológica de formação toponímica dos nomes dos municípios alagoanos..... 242

GRÁFICO 5 - Produtividade tipológica das mudanças toponímicas dos nomes dos municípios alagoanos..... 250

LISTA DE SÍMBOLOS, SIGLAS E ACRÔNIMOS

***** - demonstra que o vocabulário é hipotético, não documentado na escrita.

∓ - nome atemático

? – origem obscura ou controversa

= - resultado final das adições

adj. – adjetivo

adj. 2g – adjetivo de dois gêneros

AL – Alagoas

antrop. antropônimo

árab. – árabe

BA – Bahia

CAPES - Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior

cf. – conferir

cast. - Castelhano

deriv. – derivado

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

elem. comp. – elemento composicional

ES – Espírito Santo

Etim. – Etimologia

ext. – extensão

f. - forma

f. dep. – forma dependente

f. pop. – forma popular

f. procl. apoc – forma proclítica apocopada

fr. - francês

G.W.B.R. - Great Western of Brasil Railway Company Limited

germ. – germânico

gr. – grego

hab. - habitante

hebr. – hebraico

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IES - Instituição de Ensino Superior

km² - quilômetro quadrado

lat. – latim

lat. clas. - latim clássico

lat. ecles. - latim eclesiástico

lat. tard. – latim tardio

lat. vulg. – latim vulgar

MGD – morfema gramatical derivacional

MGF – morfema gramatical flexional

ML – morfema lexical

num. - numeral

ONU - Organização das Nações Unidas

PB – Paraíba

PE – Pernambuco

port. – português

port. arc. – português arcaico

port. bras. – português do Brasil

port. euro. – português europeu

quimb. - quimbundo

RFFSA - Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima

sânscr. - sânscrito

SEPLAGP - Secretaria do Planejamento e Gestão e Patrimônio

sf. – substantivo feminino

sm. - substantivo masculino

sn. – substantivo neutro

sobr. port. arc. – sobrenome do português arcaico

sobr. port. top. – sobrenome português toponímico

TCU - Tribunal de Contas da União

tup. – tupi

var - variante

VT – vogal temática

X + Y- X adiciona com Y

X > Y - X muda para Y

X < Y - X procede de Y

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 22

PARTE I

1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA..... 30

1.1 NATUREZA DA PESQUISA..... 30

1.2 DESCRIÇÃO DA MONTAGEM DO *CORPUS*..... 32

1.2.1 Geração dos dados..... 33

1.2.2 Percurso metodológico..... 34

2 UNIVERSO DA PESQUISA: O ESTADO DE ALAGOAS..... 43

2.1 ASPECTOS GEOGRÁFICOS..... 43

2.1.1 Mesorregião Geográfica do Agreste Alagoano..... 55

2.1.2 Mesorregião Geográfica do Leste Alagoano..... 56

2.1.3 Mesorregião Geográfica do Sertão Alagoano..... 58

2.2 FORMAÇÃO HISTÓRICA E ETNOLINGUÍSTICA DO ESPAÇO ALAGOANO..... 60

2.2.1 O branco europeu, o índio e o negro nas terras alagoanas..... 68

3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS..... 77

3.1 UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO DA TOPONÍMIA COMO DISCIPLINA CIENTÍFICA..... 77

3.1.1 Revisão da literatura prévia: generalizações..... 78

3.1.2 Pesquisas toponímicas brasileiras em suas singularidades..... 95

3.2 DA ONOMÁSTICA À TOPONÍMIA: UMA RELAÇÃO DE INCLUSÃO..... 99

3.2.1 O lugar e seu nome: a prática de nomear espaços habitados..... 103

3.2.2 O signo toponímico 107

3.2.2.1 A estrutura formal do signo toponímico..... 110

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS..... 114

4.1 TOPÔNIMOS DE MOTIVAÇÃO DE NATUREZA FÍSICA ATRIBUÍDOS AOS MUNICÍPIOS ALAGOANOS..... 115

4.1.1 Fitotopônimos: nomes relativos à vegetação em geral e aos produtos dela derivados..... 116

4.1.2 Geomorfotopônimos: nomes referentes às formas topográficas, às elevações ou às depressões do terreno..... 130

4.1.3 Hidrotopônimos: nomes relativos ao elemento água..... 136

4.1.4 Litotopônimos: nomes relativos à constituição do solo, às pedras e às rochas..... 152

4.1.5 Zootopônimos: nomes relativos à fauna..... 156

4.1.6 Outras taxionomias de natureza física..... 161

4.2 TOPÔNIMOS DE MOTIVAÇÃO DE NATUREZA ANTROPOCULTURAL ATRIBUÍDOS AOS MUNICÍPIOS ALAGOANOS..... 168

4.2.1 Animotopônimos: nomes relativos à vida psíquica, à cultura espiritual..... 169

4.2.2 Antropotopônimos: relativos aos nomes próprios individuais..... 171

4.2.3 Antropoaxiotopônimos: relativos aos títulos que acompanham nomes próprios individuais..... 181

4.2.4 Ergotopônimos: nomes relativos aos elementos da cultura material..... 183

4.2.5 Hiero-hagiotopônimos: nomes relativos às associações religiosas, aos santos ou santas da Igreja Católica e aos locais de culto..... 185

4.2.6 Historiotopônimos: nomes relativos aos movimentos de cunho histórico e a seus membros..... 207

4.2.7 Sociotopônimos: nomes relativos aos locais de trabalho e aos pontos de encontro da comunidade..... 210

4.2.8 Outras taxionomias de natureza antropocultural..... 218

4.3 ANÁLISE QUANTITATIVA 226

4.3.1 Análise quantitativa dos topônimos de motivação de ordem de natureza física..... 226

4.3.2 Análise quantitativa dos topônimos de motivação de ordem de natureza antropocultural..... 229

4.3.3 Processos de formação dos nomes dos municípios alagoanos..... 232

4.3.4 Rede etimológica constitutiva dos nomes dos municípios alagoanos..... 239

4.3.5 Mudanças toponímicas dos nomes dos municípios alagoanos..... 243

PARTE II

5 PARA UM DICIONÁRIO TOPONÍMICO DOS NOMES DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE ALAGOAS..... 253

5.1 A NECESSIDADE DE UM DICIONÁRIO TOPONÍMICO COM FOCO NAS CAUSAS DOS NOMES DOS MUNICÍPIOS ALAGOANOS..... 253

5.1.1 Toponímia e Lexicografia: um diálogo possível..... 255

5.2 ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO DICIONÁRIO TOPONÍMICO DE ALAGOAS (DITAL) – MUNICÍPIOS..... 260

5.2.1 Macroestrutura do dicionário..... 261

5.2.2 Medioestrutura do dicionário..... 261

5.2.2.1 Remissiva(s)..... 261

5.2.3 Microestrutura do verbete..... 262

5.2.3.1 Palavra-entrada..... 264

5.2.3.2 Gentílico..... 264

5.2.3.3 Origem linguística..... 264

5.2.3.4 Processos de formação..... 266

5.2.3.5 Localização geográfica do município..... 266

5.2.3.6 Taxionomia Onomástico-toponímica..... 267

5.2.3.7 Estrutura morfológica..... 267

5.2.3.8 Etimologia..... 268

5.2.3.9 Nota..... 269

5.2.3.10 Fonte..... 270

5.3 DICIONÁRIO TOPONÍMICO DE ALAGOAS (DITAL) – MUNICÍPIOS..... 272

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 344

REFERÊNCIAS..... 350

INTRODUÇÃO

A língua se constitui, concomitantemente, como um sistema e como uma prática social e cultural. Sendo assim, ela é concebida como um conjunto de componentes inter-relacionados que se manifestam em vários níveis de organização, inclusive no lexical, efetivando-se no interior do meio sociocultural, espaço de interação dos membros de uma sociedade.

É nesse lugar, que situamos nossa descrição, análise e interpretação linguística, em nível toponomástico, ancorada na construção entre a concepção de língua como sistema (forma de expressão produzida – por exemplo, o signo toponímico), de um lado, e a questão do uso (uma realidade sociocultural, historicamente, construída pelos sujeitos – por exemplo, a prática de nomear municípios), de outro. Pois, acreditamos que a estrutura linguística remete à questão do funcionamento enquanto aparelho fundamental à interação entre os seres humanos.

No processo de povoamento da região sul da antiga capitania de Pernambuco, atual território do Estado de Alagoas, cada ciclo de sua formação deixou marcas significativas em sua nomenclatura toponímica. Com efeito, o aparecimento, a mudança ou a permanência dos nomes de aglomerados humanos, geralmente, estão associados a episódios que se referem ao mundo físico e/ou antropocultural e a sua relação com o sujeito nomeador, no qual o sentido atribuído ao topônimo está relacionado diretamente ao contexto de sua produção, enquanto um ato de intencionalidade comunicativa.

Neste propósito, podemos afirmar que os nomes de lugares, sobretudo signos toponímicos atribuídos às localidades de moradores fixos, transcendem ao próprio ato de nomear, uma vez que eles traduzem uma projeção do ambiente[2], podendo resgatar singularidades naturais, como vegetação, hidrografia, fauna, condições de solo e relevo, entre outras que, muitas vezes, não mais existem na natureza do lugar, ocasionando, nessa conservação ou perda de elementos da paisagem natural primitiva, a opacidade da rede referencial de sua motivação.

[2] Nesta tese, usamos o termo ambiente, entendido de acordo com Sapir (1961), na base do conceito de cultura, considerando a língua como um complexo de símbolos que refletem todo o quadro físico e social em que se acha situado o aglomerado humano.

Os topônimos podem desvelar a dinamicidade da realidade social, econômica, política, cultural e ideológica de grupos (pré)existentes na região, constituindo-se, portanto, em verdadeiros fósseis linguísticos de um patrimônio não apenas verbal, mas social, histórico e cultural geral de uma comunidade que foi sendo construído ao longo do tempo.

Nesta tese de doutorado, consideramos o nome de município como um macrotopônimo, isto é, um topônimo que singulariza um espaço mais extenso, em relação a outros menos extensos. Com efeito, o nome atribuído a um município alagoano será um macrotopônimo quando comparado com os topônimos que identificam lugarejos, povoados, vilas, distritos etc. que dele fazem parte.

A esta pesquisa de doutoramento, subjaz o postulado básico de que os nomes de municípios - subconjunto do acervo virtual e real de uma língua natural - não apenas identificam espaços físicos rurais e/ou urbanos, mas significam. Consequentemente, a ação de nomear esses entes federativos, em Alagoas, não se dá de maneira aleatória, mas aciona uma complexa rede de fatores linguísticos e extralinguísticos que está associada às experiências vividas pelo sujeito nomeador.

Dessa forma, ao pensar sobre os nomes dos municípios alagoanos, recortamos uma dimensão da macrotoponímia do Estado, em termos de sua funcionalidade descritiva e/ou narrativa, estabelecendo uma conexão línguocultural entre a Unidade Político-Administrativa Municipal e o signo toponímico a ela atribuído, em que as partes formam um todo representativo. Assim, língua e cultura, em processo simbiótico, fundem-se na materialidade linguística.

Do nosso ponto de vista interpretativista, entendemos que esse recorte toponomástico remete às singularidades relacionadas ao período histórico em que surge, incorporando traços característicos de um ambiente identitário, construído ao longo do tempo em que se formou e se materializou na língua pelo frequente uso em mais de 201 anos de história do Estado, convertendo-se em um verdadeiro Patrimônio Cultural Imaterial de Alagoas.

Apesar de o léxico (geral ou especializado) do português ser objeto de estudo de pesquisadores das áreas de Letras e Linguística, no Brasil, em diversas perspectivas, até onde catalogamos (mais precisamente até novembro de 2018), não detectamos trabalhos, em nível *stricto sensu*, no campo dos estudos onomásticos que contemplassem o léxico toponímico alagoano.

Como também, não registramos propostas lexicográficas de elaboração de dicionários e/ou glossários toponímicos sobre os nomes de lugares habitados em Alagoas.

Dito o exposto, instigado pelo desejo de compreender as motivações dos nomes dos municípios e a constituição, no tempo e no espaço, desse repertório lexical alagoano, surgiu o nosso interesse científico de investigar e registrar, em texto lexicográfico, como o homem, alocado em um dado espaço físico do Nordeste do Brasil, Alagoas, tendo a sua disposição várias possibilidades de escolhas denominativas, nomeou as 102 municipalidades alagoanas.

Examinar o universo lexical toponímico é uma tarefa complexa de ser realizada, em virtude de haver múltiplas informações que se interpenetram, de tal maneira que este trabalho de tese envolverá conhecimentos não apenas linguísticos, mas também extralinguísticos, quais sejam históricos, geográficos, políticos, econômicos etc.

Nessa direção, propusemos como objetivo geral elaborar o *Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) – municípios* a partir de uma descrição, em perspectiva sincrônica, sem prejuízo das considerações diacrônicas pertinentes, do conjunto dos atuais e oficiais nomes dos municípios alagoanos em suas possíveis relações com os aspectos internos e externos à língua.

Como objetivos específicos: i. Catalogar em fichas toponímico-lexicográficas os atuais e oficiais nomes dos municípios alagoanos; ii. Coletar informações linguísticas e extralinguísticas sobre os topônimos municipais alagoanos, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental; iii. Interpretar as possíveis motivações na prática de nomear municipalidades em Alagoas; iv. Categorizar os topônimos atribuídos aos municípios alagoanos, detectando os padrões motivadores – do ponto de vista do produto gerado; v. Quantificar as taxes toponímicas mais recorrentes e as taxes menos produtivas[3] no *corpus* analisado; vi. Detectar as mudanças toponímicas ocorridas durante o processo de formação da atual e oficial nomenclatura da macrotoponímia municipal do Estado; vii. Desvendar os extratos linguísticos constitutivos da rede etimológica dos nomes dos atuais municípios alagoanos; viii. Descrever os moldes morfossintáticas, em sua disposição linear, dos atuais 102 nomes dos municípios alagoanos, ancorada na morfologia estruturalista concatenativa e regular.

[3] Aplicamos o termo produtividade, nesta tese, compreendendo-o como a maior capacidade de uma categoria toponomástica (taxes) gerar novas formas toponímicas.

Tendo em vista os objetivos delineados, formulamos, inicialmente, quatro indagações de investigação, quais sejam i. Do ponto de vista léxico-gramatical, como se constitui as formações e estruturas morfossintáticas dos nomes dos municípios alagoanos; ii. Qual a origem etimológica predominante nas bases destas unidades léxicas toponímicas?; iii. Quanto às mudanças toponímicas, quais os modelos mais recorrentes de transformações e/ou substituições dos nomes dos municípios de Alagoas? e iv. Do ponto de vista léxico-semântico, qual a tendência taxionômica nas escolhas dos nomes atribuídos às municipalidades de Alagoas, levando em consideração às motivações de ordem física e antropocultural?

Do ponto de vista epistemológico, a área em que nos situamos é a das ciências humanas; afinal, nada é mais humano que a linguagem, e considerando os objetivos gerais e específicos, buscamos respaldo teórico-metodológico nas Ciências do Léxico, em particular na Onomástica Toponímia que tem como eixo central de seus estudos o nome próprio de lugar, mais precisamente nas teorias sobre a toponímia brasileira (DICK, 1990; ISQUERDO, 1996; LIMA, 1998; FARIA, 2017) e na Lexicografia contemporânea, que se ocupa de questões referentes às obras lexicográficas, tanto no que diz respeito ao seu conteúdo científico (estudo do léxico), quanto à sua elaboração material (BORBA, 2003; PORTO DAPENA, 2004).

Quanto à justificativa para a realização desta tese de doutorado, ressaltamos que sua temática é importante e atual, pois atenta para questões que, em Alagoas, ainda não tinham sido discutidas em trabalhos doutorais. Sendo assim, inovando para o preenchimento de uma lacuna nos estudos da toponímia brasileira e, em especial, a alagoana. Em face disso, acreditamos que pelo seu pioneirismo, tanto quanto ao contexto da pesquisa, como ao produto lexicográfico gerado, constitui-se em um instrumento relevante para a (re)constituição da memória toponímica do Estado de Alagoas e, consequentemente, da toponímia do Brasil.

Para cumprirmos com o nosso propósito e sistematizarmos a escrita do texto, a presente tese de doutorado foi organizada em duas partes, denominadas de *Parte I: Descrição dos nomes dos municípios do Estado de Alagoas* e *Parte II: Registro lexicográfico dos nomes dos municípios do Estado de Alagoas*, respectivamente. Nessa direção, distribuímos o texto em cinco seções; na Primeira Parte, apresentamos as questões teórico-metodológicas e a análise e interpretação do recorte toponímico investigado; na Segunda Parte, trazemos as questões referentes

ao *Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) – municípios* e finalizamos o texto deste trabalho de tese com as Considerações Finais, seguidas das Referências.

A seção I, intitulada *Procedimentos metodológicos da pesquisa*, dá início a primeira parte do texto da tese propriamente dito. Nela, trazemos os procedimentos metodológicos adotados para se atingir os objetivos da investigação e descrevemos as ações metodológicas adotadas no desenvolvimento das indagações e na elaboração da tese, caracterizando a natureza da pesquisa e descrevendo a montagem do *corpus*. Além disso, narramos o percurso metodológico utilizado para a geração, análise e interpretação dos dados, seguida da exposição da operacionalização da confecção do *DITAL* com foco nas causas toponomásticas, nas procedências linguísticas e nas formações morfossintáticas dos nomes dos municípios alagoanos, produto lexicográfico desenvolvido a partir do desdobramento deste estudo.

Na segunda seção, intitulada *Universo da pesquisa: o Estado de Alagoas,* abordamos alguns aspectos da formação territorial alagoana em suas singularidades geográficas e históricas, uma vez que, em decorrência do processo de povoamento e colonização ao qual Alagoas foi submetida, há grandes contrastes e diferenças regionais, sociais e linguísticas.

Organizamos essa parte da tese em duas subseções: primeiramente, caracterizamos o panorama dos aspectos físicos das mesorregiões e microrregiões geográficas do Estado e apresentamos seus respectivos mapas contemporâneos, pondo em foco sua localização, sua divisão político-administrativa e suas feições naturais.

Logo depois, na segunda subseção, delineamos o perfil de ocupação, fixação e formação histórica das *Terras dos Marechais* nos períodos colonial, imperial e republicano em seus momentos fundadores, caracterizando-os em sua confluência étnica, constituída pelo branco europeu, pelo índio nativo e pelo negro africano e suas possíveis relações toponímicas. Nesse percurso, buscamos situar o leitor no contexto regional geográfico e histórico sobre o qual a investigação foi desenvolvida.

Na terceira seção, intitulada *Fundamentos Teóricos,* expomos e discutimos o referencial teórico que subsidiou a pesquisa e a elaboração desta tese de doutorado.

Organizamos essa parte da tese em duas subseções: primeiramente, realizamos uma breve apresentação acerca do percurso histórico dos estudos toponímicos, traçando sua trajetória desde o final do século XIX até o atual século

XXI, com o intuito de situar este estudo dentro da grande área da Linguística, mais precisamente no campo dos estudos toponímicos de doutoramento desenvolvidos no âmbito nacional.

É indispensável que se diga que o panorama histórico apresentado não ambiciona ser exaustivo, mas dimensionar como, principalmente neste século XXI, o campo da Onomástica Toponímia tem despertado interesse, sobretudo no Brasil, nos Programas de Pós-graduação nas áreas de Letras e Linguística.

Na sequência, versamos sobre os fundamentos epistemológicos da pesquisa toponímica, com destaque para a relação de inclusão entre Onomástica e Toponímia, seu campo de atuação e seu objeto de investigação. Por último, mas não menos importante, refletimos acerca da funcionalidade denominativa toponomástica, dissertando sobre a prática de nomear lugares habitados e o seu produto gerado: o signo toponímico.

Na quarta seção, intitulada *Análise e interpretação dos dados,* explanamos a análise qualiquantitativa do *corpus* denominativo constituído. Nela, analisamos e interpretamos os dados em observação às discussões teóricas desenvolvidas, levando em consideração aspectos linguísticos e extralinguísticos relacionados às escolhas lexicais toponímicas em Alagoas, quantificamos seus resultados e interpretamos as possíveis motivações e significados dos nomes atribuídos aos 102 municípios alagoanos.

Organizamos essa parte analítica do texto em três subseções: na primeira, trazemos os topônimos de índole física, agrupados conforme suas categorias taxionômicas e apreciamos as narrativas históricas e/ou lendárias sobre as motivações destes nomes, bem como as mudanças toponímicas ocorridas ao longo do tempo.

Na segunda, apresentamos os topônimos de índole antropocultural também agrupados conforme suas categorias taxionômicas e, também, apreciamos as narrativas históricas e/ou lendárias sobre as escolhas destes nomes, bem como as mudanças toponímicas ocorridas ao longo do tempo.

Na terceira, findamos a quarta seção com a exposição de uma análise quantitativa a partir de uma síntese demonstrativa do conjunto das modalidades toponímicas: motivação, estrutura e formação, etimologia e mudança toponímica, ilustrada por meio de quadros, tabelas e gráficos que indicam os resultados estatisticamente significativos para o alcance de possíveis interpretações.

A quinta seção, intitulada *Para um dicionário toponímico dos municípios do Estado de Alagoas,* introduz a segunda parte desta tese de doutorado. Nela, discutimos a necessidade de elaboração de um dicionário toponímico dos municípios do Estado de Alagoas, com foco nas causas motivadoras dos atuais e oficiais topônimos atribuídos as 102 municipalidades alagoanas e apresentamos uma proposta de elaboração para a referida obra lexicográfica que, na tese, é o produto propriamente dito.

Organizamos essa parte da tese em três subseções: na primeira, discutimos a necessidade de elaboração do dicionário toponímico que enfoque aspectos sobre as motivações dos topônimos das municipalidades em Alagoas; na segunda subseção, descrevemos a organização e a estrutura do *Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) – municípios*, em seus três eixos básicos, quais sejam a macro, médio e microestrutura; por último, na terceira subseção, exibimos o repertório da nomenclatura do corpo do citado dicionário toponímico alagoano.

Por último, trazemos as considerações finais a respeito do complexo toponomástico estudado, apresentando um panorama geral da pesquisa de doutorado e dos resultados alcançados, seguida das referências utilizadas neste trabalho de tese.

Finalizamos o texto desta introdução, destacando que entregamos à comunidade acadêmica e à sociedade em geral um resgate línguocultural do nordeste brasileiro, em particular do Estado de Alagoas, registrado em texto lexicográfico que traduz fatos linguísticos e extralinguísticos de diferentes momentos da formação dos 102 municípios alagoanos, além disso reflete sobre a constituição identitária dessa sociedade e as ideologias dos indivíduos que ali interacionam/interacionaram, podendo, dessa forma, contribuir para dirimir lacunas existentes sobre o léxico toponímico usado em Alagoas.

PARTE I - DESCRIÇÃO DOS NOMES DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE ALAGOAS

1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Nesta primeira seção, expomos e discutimos as ações metodológicas adotadas no desenvolvimento da pesquisa doutoral que culminaram na elaboração desta tese de doutorado que tem como finalidade apresentar uma descrição toponomástica dos 102 nomes atribuídos aos municípios alagoanos, em perspectiva sincrônica (nível 1 da pesquisa) sem prejuízo das considerações históricas pertinentes (nível 2 da pesquisa)[4] e elaborar o *Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) - municípios*, com foco nas causas motivadoras dos atuais e oficiais topônimos atribuídos às municipalidades do Estado, nas procedências linguísticas e nas formações morfossintáticas destes topônimos, produto lexicográfico desenvolvido a partir do desdobramento deste estudo.

Ainda nesta primeira seção, apresentamos, também, o percurso e os procedimentos metodológicos utilizados para a constituição do *corpus* da pesquisa e para a análise e interpretação dos dados.

O texto desta seção foi organizado da seguinte maneira: inicialmente, esboçamos sobre a natureza da pesquisa, ressaltando sua inserção no paradigma pós-positivista de investigação qualiquantitativa de cunho interpretativista. Em seguida, descrevemos a montagem do *corpus* e a geração dos dados. Além disso, explicamos as fases de execução da pesquisa e de que forma a análise e interpretação se constituíram. Por fim, discorremos sobre o tratamento lexicográfico que foi dado ao recorte denominativo manipulado e às etapas de elaboração do citado dicionário toponímico alagoano.

1.1 NATUREZA DA PESQUISA

Esta tese de doutoramento corresponde a uma investigação que se coloca no paradigma pós-positivista de natureza qualiquantitativa, pois trabalha com interpretações da realidade em seu contexto identitário, social e cultural materializada nas unidades léxicas toponímicas.

Dessa forma, pomos em ênfase a compreensão dos significados atribuídos pelos próprios indivíduos a suas ações, possibilitando compreender crenças, valores e traços de comportamentos em contextos socais específicos, dialogando assim com

[4] Esse segundo nível da pesquisa se aplica no sentido de ampliação do recorte diacrônico como suporte auxiliar à descrição, quando a identificação e/ou interpretação do signo toponímico ainda resultar opaca, incompleta ou inconclusa, no primeiro nível de interpretação.

as realidades contemporâneas, chamadas de pós-modernas, as quais procuram entender a contemporaneidade em sua heterogeneidade.

Em consequência, este estudo demonstra uma atitude, eminentemente, interpretativista, ou seja, vai além do empirismo e do positivismo meramente objetivista e quantitativo, uma vez que seus resultados são oriundos de interpretação de fenômenos toponímicos de forma objetiva, mas levando em consideração as situações nas quais os dados foram gerados, a fim de notar as possíveis motivações físicas e antropoculturais para as escolhas denominativas dos municípios alagoanos e suas representações simbólicas.

Devemos registrar que a predominância de dados qualitativos, neste estudo, não impede, porém, cruzamentos com dados quantitativos. Sendo assim, acreditamos ser conveniente a exposição de diferentes tabelas, quadros e gráficos, com os quantitativos e seus respectivos porcentuais a fim de oferecer uma melhor visualização das análises e interpretações realizadas.

Nesta tese doutoral, empregamos o termo paradigma no sentido usado por Guba (1990), que esclarece se tratar do conjunto de crenças ontológicas, epistemológicas e metodológicas que guiam as ações do pesquisador. Crenças ontológicas estão relacionadas ao que é conhecível; crenças epistemológicas dizem respeito à relação entre o conhecedor e o conhecimento; crenças metodológicas são aquelas que estão ligadas à forma como o investigador deve buscar o conhecimento.

Nesses termos, o paradigma pós-positivista está vinculado à compreensão do mundo subjetivo da ação humana e às múltiplas construções da realidade, ou seja, nos sentidos que os seres humanos atribuem aos seus comportamentos e as suas experiências. Logo, na pesquisa qualitativa seus resultados derivam de interpretações que levam em consideração as peculiaridades da conjuntura na qual seus dados foram gerados.

Por meio desse raciocínio paradigmático, nos estudos de natureza qualitativa de cunho interpretativista “o conhecimento não tem a pretensão positivista de ser normativo, porque é interpretativo, necessariamente inacabado, aberto a novas interpretações” (REIS, 2006, p. 104).

É a partir dessa ótica que foram norteadas as buscas pela compreensão da constituição e do funcionamento do recorte lexical toponímico das denominações dos municípios alagoanos na tentativa de interpretar algo da subjetividade humana – a ação de nomear lugares habitados em Alagoas - de forma objetiva, mas levando em

consideração as bases geradoras dos dados e as motivações dessa prática que armazena as aquisições linguísticas e não-linguísticas representativas de um povo, projetando suas percepções e experiências multisseculares, oferecendo um "manancial riquíssimo e praticamente inexaurível" (DRUMOND, 1965, p. 13) para investigação.

Cumpre destacarmos que a intersubjetividade se marca nesta pesquisa, pois o nomeador é um sujeito situado social e historicamente e os topônimos, nomes comuns convertidos em nomes próprios designativos de lugar, remetem à intencionalidade do ser humano, em um determinado contexto cultural – compreendido como a manifestação dos costumes e valores de uma dada comunidade, a um sistema de valores e interesses a ele associado que permanecem firmados nos locativos, mesmo quando o motivo físico e/ou antropocultural de sua escolha não mais existe.

Sendo assim, os sujeitos nomeadores não apenas externam pensamentos e sentimentos, mas também atuam uns sobre os outros através da linguagem. Portanto, o topônimo por ele eleito para designar um município traduz traços de condutas humanas socialmente contextualizadas que remetem às intenções explícitas ou às veladas. Dito de outra forma, "o fato lexical é um fato social e, assim sendo, está sujeito às forças sociais, que permeiam as relações entre os sujeitos" (NUNES, 2010, p.152).

Logo, a partir do estudo do signo toponímico, podemos perceber também o intuito de quem nomeia e o reflexo da projeção de seu grupo social refratados e materializados na institucionalização do nome do município, uma vez que suas escolhas não são circunstanciais, elas registram "la voluntad oficial y pública de nominar para solemnizar y honrar" (CHARLIER, 2007, p. 235)[5] a Unidade Político-Administrativa Municipal.

1.2. DESCRIÇÃO DA MONTAGEM DO *CORPUS*

Nesta subseção, primeiramente, descrevemos como foram gerados os dados. Em seguida, delineamos o percurso metodológico realizado para a montagem do *corpus* toponomástico constituído.

[5] [...] a intenção oficial e pública de nomear para solenizar e honrar" (CHARLIER, 2007, p. 235, tradução nossa).

1.2.1 Geração dos dados

Para este estudo, adotamos a noção tradicional de território em âmbito geográfico, isto é, "a apropriação de determinada área por um agente institucionalizado representante de um Estado ou de uma nação" (SEIDE, 2018, p.162) e consideramos apenas a localidade tipificada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (doravante IBGE) como município, ou seja, a unidade de menor hierarquia dentro da organização político-administrativa do Brasil, criada através de Leis Ordinárias das Assembleias Legislativas de cada Unidade da Federação e sancionadas pelo Governador.

Como parte integrante da Federação do Brasil, o município pode ser definido, ainda, como "circunscrição do território do Estado na qual cidadãos, associados pelas relações comuns de localidade, de trabalho e de tradições, vivem sob uma organização livre e autônoma, para fins de economia, administração e cultura" (ALAGOAS, 1947, art. 87). Seguindo esse entendimento, a oficial e atual nomenclatura da macrotoponímia municipal alagoana é composta por 102 topônimos.

As fontes primárias geradoras para o levantamento dos 102 nomes atuais e oficiais dos municípios alagoanos foram as cartas geográficas do acervo de mapas do Estado de Alagoas, elaboradas pela Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLANDE, 2012).

No âmbito virtual, para o levantamento de dados linguísticos e extralinguísticos sobre os topônimos e suas motivações, uma vez que a investigação toponímica "debe combinar necesariamente los conocimientos lingüísticos y los del entorno"[6]. (MALMBERG, 1986, p. 214) foram consultadas as seguintes fontes: o *site* cidades-IBGE[7], que consta a nomenclatura atual e oficial dos municípios de Alagoas e outras informações complementares sobre essas municipalidades; o *site Alagoas em Dados e Informações,* que é um portal interativo de referência sobre o Estado de Alagoas, desenvolvido pela Secretaria do Planejamento e Gestão e Patrimônio (SEPLAGP)[8]; o *site História de Alagoas,* que é um espaço virtual destinado à história do Estado de Alagoas em funcionamento desde 2015[9], o *site* da *Enciclopédia Municípios de*

[6] "[...] deve combinar necessariamente os conhecimentos linguísticos e os extralinguísticos e os do entorno". (MALMBERG, 1986, p. 214, tradução nossa)
[7] Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=27&search=alagoas>. Último acesso em: 10 nov. 2017.
[8]Disponível em: <http://dados.al.gov.br/>. Último aceso em: 11 de nov. 2017.
[9] Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/>. Último acesso em 12 ago 2018.

Alagoas[10]*,* que reúne informações sobre a história, a cultura, a geografia e a economia dos 102 municípios alagoanos.

No âmbito das fontes secundárias, documental e bibliográfica, foram consultados trabalhos historiográficos acerca do local, como as obras especializadas sobre as cidades e/ou municípios de Alagoas: Brandão, (1917); Brandão, (2005); Costa, (1967, 1981, 1983); Altavila, (1988); Pontes, (1989); Macedo, (1994); Rocha, (1996); Guedes, (1999); Lemos, (1999); Fonseca, (2000); Lindoso, (2000, 2005, 2007); Xerri, (2001); Oliveira Filho, (2003); Amorim, (2004); Castro Neto, (2006); Lima, (2008); Pedrosa, (2008); Amorim, (2009); Barros, (2011); Almeida, (2013); Rocha, (2013); Vieira, (2013); Ferreira, (2014); Carvalho, (2016). Como também foram consultados Decretos e Leis sobre as emancipações dos municípios alagoanos.

1.2.2. Percurso metodológico

Com base em tais fontes, montamos o *corpus* e coletamos o conjunto de dados linguísticos e extralinguísticos para as análises e interpretações. A execução da pesquisa se deu em três etapas metodológicas como serão narradas, a seguir.

Na primeira etapa, no plano sincrônico, foi efetivada a geração dos dados, conforme as fontes descritas na subseção anterior 1.2.1. Nessa direção, fizemos o inventário dos atuais e oficiais 102 nomes das Unidades Político-Administrativas Municipais de Alagoas e possíveis mudanças toponímicas ao longo do tempo. Além disso, realizamos uma investigação explanatória de cunho bibliográfico e documental em livros e documentos sobre as cidades e/ou municípios alagoanos, como anteriormente mencionado. Em consequência, arrolamos saberes linguísticos, geográficos, históricos, socioeconômicos e culturais, enciclopédicos etc. a respeito das 102 localidades e seus respectivos topônimos.

No plano diacrônico, listamos os diferentes topônimos atribuídos a cada localidade alagoana, ao longo dos 201 anos de história, mesmo os nomes anteriores às suas respectivas emancipações. Assim, quando havia topônimos primitivos antecedentes ao oficial também fazíamos os registros com o intento de evidenciar determinantes motivacionais ligados ao processo de permanência, à variação e às mudanças toponímicas.

---

[10] Disponível em: <http://www.youblisher.com/p/525211-Enciclopedia-dos-Municipios-de-Alagoas/>. Último acesso em: 17 out. 2017.

Na segunda etapa, após realizadas a coleta, a organização e a sistematização dos dados nas fichas lexicográfico-toponímicas, foram iniciadas as análises e as interpretações na busca de subsídios para o estudo da descrição linguística da práxis toponímica em uma perspectiva onomástica. Para tal, seguimos o método onomasiológico que “permite sentir a linguagem viva, traduzindo a vivência cultural do povo” (BASSETO, 2005, p. 77).

Essas experiências estão marcadas nas várias tendências motivadoras que transparecem em dois momentos: no primeiro, se referem às razões (causas) que animam o sujeito nomeador a sugerir o nome para a localidade; já no segundo, as motivações estão no próprio homem que apresenta uma necessidade comunicativa de dar nomes às coisas.

Nesse particular, para indagarmos do ponto de vista léxico-semântico qual a taxe mais recorrente e a de menor ocorrência, foram observados os possíveis padrões motivacionais, a partir do modelo taxionômico de Dick (1992) de origem indutivo-dedutiva construído com o objetivo de possibilitar ao pesquisador descobrir o significado do topônimo sem ter que voltar ao tempo pretérito.

A citada autora propõe uma primeira divisão em topônimos de natureza física e topônimos de natureza antropocultural, classificando-os conforme o sentido atribuído ao primeiro formante do signo toponímico (elemento específico). E ainda, recorremos às contribuições de renovação e/ou ampliação desse sistema nocional pelas pesquisadoras: Isquerdo (1996), quanto à subclassificação dos animotopônimos; Lima (1998), quanto à subclassificação dos hagiotopônimos; Faria, (2017), quanto à subclassificação do antropotopônimos.

Já do ponto de vista léxico-gramatical, para investigarmos a origem etimológica das bases nucleares dos topônimos, foram consultadas as seguintes obras lexicográficas: Cunha, (1978, 2010); Guérios, (1981); Tibiriçá, (1997); Houaiss, (2009); Ferreira, (2010); Navarro (2013) e para as análises morfológicas, seguimos as orientações gerais da morfologia estruturalista de Camara Jr., (2004).

Na dimensão diacrônica, para indagarmos quais os tipos de mudanças toponímicas ocorreram na formação do atual léxico toponímico das municipalidades de Alagoas, partimos da proposta geral de Dauzat (1926, 1928), que agrupa as mudanças toponímicas em dois tipos, quais sejam as substituições e as transformações. Nas primeiras, ocorrem a troca de um topônimo por outro; já nas segundas, ocorrem alterações no próprio signo toponímico, ao longo do tempo.

É relevante pontuar que, a partir dessa divisão geral das mudanças proposta por Dauzat (1926), apresentaremos uma tipologia própria mais adequada à realidade das mudanças e transformações toponímicas ocorridas nos nomes dos municípios alagoanos, quais sejam: as mudanças totais (troca de um nome por outro), as mudanças aparentes (adequações ortográficas) e as mudanças parciais (transformações parciais no interior do próprio signo toponímico) que serão explicadas na seção das análises quantitativas correspondente às mudanças toponímicas.

Dessa forma, estudamos as denominações dos municípios alagoanos pondo em foco a análise léxico-semântico dos nomes, de acordo com os princípios da Onomástica Toponímia, não obstante considerando também os fatos históricos pertinentes, sem descuidar da análise comparativa baseada em vários autores da área da Toponímia, haja vista que a própria lexia é a origem para uma classificação toponímica, no modelo proposto por Dick (1992).

Nessa direção, foram evidenciadas as particularidades mais significativas relacionadas a cada macrotopônimo municipal alagoano e elaborada, em arquivos/ficheiros de texto no Microsoft Word/2016, uma sistematização dos dados, organizando o material coletado por meio da confecção das fichas[11] lexicográfico-toponímicas de cada topônimo inventariado.

Com efeito, foram selecionados doze campos toponímicos conceptuais para a constituição das fichas lexicográfico-toponímicas. Elas se constituíram em um relevante instrumento de organização dos dados, revelando-se necessárias para as análises e as interpretações dos nomes das localidades, em virtude de conterem vários campos conceituais que trazem conteúdos fundamentais sobre cada um dos topônimos, considerando também questões mais abrangentes de natureza extraverbal, que corroboraram às investigações das motivações dos nomes dos municípios.

Apresentamos, a seguir, o Quadro 1 que contempla os doze campos conceptuais escolhidos, seguidos de sua nomenclatura e uma breve descrição, respectivamente.

[11]O modelo da ficha lexicográfico-toponímica, usado na pesquisa doutoral, foi uma adaptação do modelo apresentado por Dick (2004).

Quadro 1 - Campos da ficha lexicográfico-toponímica dos nomes dos municípios alagoanos

Campo	Descrição
LOCALIZAÇÃO	Posição espacial dentro do território alagoano de acordo com sua inserção nas mesorregiões geográficas e nas microrregiões geográficas do Estado de Alagoas (SEPLANDE, 2012; Cidades-IBGE, 2016; Alagoas em Dados e Informações, 2016)
TOPÔNIMO	Nome oficial do município na sincronia atual (Cidades-IBGE, 2016; Alagoas em Dados e Informações, 2016).
GENTÍLICO	Designa o morador de acordo com o seu local de nascimento ou residência dentro do território alagoano (Cidades-IBGE, 2016).
MUDANÇA TOPONÍMICA	Nomes anteriores ao topônimo oficial da sincronia atual, com o indicativo, quando possível, da data de sua adoção. (Cidades-IBGE, 2016; Alagoas em Dados e Informações, 2016).
TAXIONOMIA	Categorização toponomástica do nome do município do ponto de vista léxico-semântico, em razão de sua motivação de ordem física ou antropocultural (DICK, 1990; ISQUERDO, 1996; LIMA, 1998; FARIA, 2017)
ETIMOLOGIA	Procedência linguística, seu significado histórico e sua categoria gramatical. Nesse item, consideramos os étimos das formas-base originárias dos topônimos (CUNHA, 1978, 2010; GUÉRIOS, 1981; TIBIRIÇÁ, 1997; HOUAISS, 2009; FERREIRA, 2010; NAVARRO, 2013).
ESTRUTURA MORFOLÓGICA	Os topônimos foram divididos, conforme modelo de Dick (1992), em três grupos: elemento específico simples, elemento específico composto e elemento específico híbrido, seguidos de uma descrição estruturalista concatenativa e regular no plano morfológico, caracterizando as unidades mínimas de significação em morfemas lexicais e gramaticais, formas dependentes e nomes atemáticos (CAMARA Jr., 2004, SCHWINDT, 2014) e classificados em topônimos simples, compostos e híbridos, conforme as estruturas do sintagma toponímico em sua disposição linear.
INFORMAÇÕES HISTÓRICAS E ENCICLOPÉDICAS	Registros linguísticos e extralinguísticos pertinentes às causas motivadoras para a permanência e/ou mudança dos nomes dos municípios alagoanos, a partir de dados históricos e geográficos das localidades. Dessa forma, busca-se apresentar, brevemente, a história do local e indicar o histórico de nomes do município, de forma a apontar a motivação do topônimo e a data de sua adoção, indicando o momento institucional de criação do município e, quando possível, de seu povoado e/ou distrito de origem.
FONTE	Créditos às fontes bibliográficas, às documentais e às bases via *website* geradoras dos dados da pesquisa.
PESQUISADOR	Responsável pelo levantamento dos dados.
REVISOR	Responsável pela revisão das fichas lexicográfico-toponímicas.
DATA DA COLETA	Data dia/mês/ano da tabulação dos dados.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

A partir desses doze campos conceptuais, foram confeccionadas as fichas lexicográfico-toponímicas dos 102 nomes dos municípios alagoanos. Exibimos, a seguir, o Quadro 2 que apresenta um exemplo das fichas elaboradas para a pesquisa.

Quadro 2 - Ficha lexicográfico-toponímica do município de Arapiraca.

TOPÔNIMO	Arapiraca
GENTÍLICO	Arapiraquense
LOCALIZAÇÃO	Mesorregião do Agreste Alagoano, Microrregião de Arapiraca
TAXIONOMIA	Fitotopônimo
MUDANÇA TOPONÍMICA	Não houve registro de mudança toponímica. Arapiraca (1924)
ETIMOLOGIA	*sm.* Do tup. *ara* 'periquito, arara'; *pira* 'pousa'; *aca* 'ramo de árvore' (TIBIRIÇÁ, 1997).Trata-se de uma espécie de angico branco, um tipo de árvore da família das leguminosas mimosáceas – Piptadênia (*Piteodolobim*) muito comum no Agreste e no Sertão, e que o povo, à sua maneira denomina de Arapiraca.
ESTRUTURA MORFOLÓGICA	Elemento Específico Simples ML *arapirac-* + VT *–a*
INFORMAÇÕES HISTÓRICAS E ENCICLOPÉDICAS	
As terras onde hoje se situa o município de Arapiraca pertenciam ao Capitão José Joaquim do Cangandu que as vendeu ao Capitão Amaro da Silva Valente Macedo. No ano de 1848, o Capitão Amaro Valente enviou o genro Manoel André Correia dos Santos, juntamente com a família, àquelas terras para tomar posse da propriedade Alto do Espigão do Simão de Cangandu. Por não ser fácil construir sua casa de imediato, Manoel André fez acampamento embaixo de uma frondosa Arapiraca e ali permaneceu vários dias. Então, foi nessa Arapiraca, a árvore frondosa e acolhedora, situada à margem direita do Riacho Seco, onde o fundador Manoel André Correia dos Santos acampou no primeiro dia, quando procurava uma fonte de água doce onde pudesse se instalar para tomar posse da citada propriedade. Quando realizava o primeiro desmatamento na área, auxiliado por trabalhadores, num dia de muito sol, Manoel André escolheu a árvore sombria, onde pudesse descansar ao meio-dia. Encostou aí os instrumentos de trabalho e cuidou de preparar a "boia", quando então usou estas palavras: " Esta Arapiraca, por enquanto, é a minha casa". À sombra da árvore, levantou uma cabana de madeira coberta com cascas de angico, onde passou os primeiros dias enquanto construía a primeira casa, numa distância de aproximadamente cem metros, que serviu de habitação para ele e sua família. Em pouco tempo, formou-se um próspero sítio e, em 1865, quando Manoel André construiu uma capela, já havia um arruado de casas de taipa de duas águas. Desde esta época, a localidade conservou seu fitotopônimo Arapiraca em referência à frondosa árvore. Pela Lei nº1.109 de 1924, Arapiraca foi elevada de povoado à categoria de vila, ficando como sede administrativa do Munícipio. Em 1938, pelo Decreto nº 2.340 de 14 de fevereiro, Arapiraca foi elevada à categoria de cidade. Pelo Decreto nº 1.071, de 24/10/1924, passou a pertencer à comarca de Palmeira dos Índios/AL. Em 1931, passou à jurisdição da comarca de Anadia/AL. Em 17/09/1949, finalmente, Arapiraca foi elevada à categoria de comarca. O Município tem área territorial atual de 345,655 km² e população estimada em 2017 de 234.185 hab.	
FONTE https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-arapiraca.html http://dados.al.gov.br/dataset/perfil-municipal-2015/resource/57af38ce-e802-4844-999e-03aaea50432e GUEDES, Zezito. **Arapiraca Através do Tempo.** Maceió: Gráfica Mastergraphy Ltda, 1999.	

MACEDO, Valdemar Oliveira de. **Arapiraca na história de Alagoas**. Arapiraca : Edição do Autor, 1994. MENDONÇA, Carlos Alberto Pinheiro et al. **Enciclopédia Municípios de Alagoas**. ampl. rev. atual. 3. ed. Maceió: Instituto Arnon de Mello Leonardo Simões/Núcleo de projetos especiais. 2012. 540 p. Disponível em: http://www.youblisher.com/p/525211-Enciclopedia-dos-Municipios-de-Alagoas/>. TIBIRIÇÁ, Luís Caldas. **Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi:** significado dos nomes geográficos de origem tupi. 2.ed. Brasil: Traço, 1997. 197 p.	
PESQUISADOR	Pedro Antonio Gomes de Melo
REVISORA	Karollyny de Araújo Lima
DATA DA COLETA	01/06/2016

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Considerando que métodos quantitativos, também podem ser usados por pesquisadores que adotam uma abordagem de base qualitativa para servir às finalidades delimitadas, adotamos um tratamento numérico para apurar a produtividade lexical das taxes, dos étimos, das estruturas morfossintáticas, dos processos de formação e dos tipos de mudanças toponímicas mais recorrentes no recorte do léxico toponímico alagoano analisado.

Sendo assim, após realizadas as atividades previstas na segunda etapa, os resultados foram quantificados em tabelas e ilustrados em quadros e gráficos. É válido frisarmos que os resultados quantitativos obtidos serviram para demonstrarmos tendências toponomásticas e estabelecermos regularidades da microtoponímia municipal alagoana.

Na terceira etapa, a partir da finalização da descrição, análise e interpretação do complexo toponímico dos 102 nomes das municipalidades do Estado de Alagoas, foram iniciados os trabalhos relativos ao projeto lexicográfico de organização e produção do *Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) - municípios*, com foco nas causas motivadoras, nas formações morfossintáticas e nas procedências linguísticas dos atuais e oficiais topônimos atribuídos aos municípios alagoanos.

O produto lexicográfico gerado se constituiu em um dicionário toponímico onomasiológico, monolíngue e de caráter descritivo que tem como objeto de conhecimento visado os nomes dos municípios do Estado de Alagoas. Nele, o consulente encontrará questões linguísticas e não linguísticas que apresentam uma possível interpretação para as motivações destes topônimos, sua formação, sua etimologia e outras informações históricas e enciclopédicas referentes às municipalidades alagoanas.

Nessa terceira etapa, ancorado pela Lexicografia em interlocução com a Onomástica Toponímia, foram elaboradas a macroestrutura, a medioestrutura e a microestrutura do *Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) - municípios*. Com efeito, organizamos a ordenação interna da citada obra lexicográfica afinada com as características gerais do repertório lexical toponímico constituído.

A macroestrutura foi composta da seguinte maneira: a lista de entrada foi formada por 102 verbetes, que correspondem à totalidade dos atuais e oficiais nomes das municipalidades de Alagoas, apresentados em ordem alfabética contínua, sendo a palavra-entrada destacada em negrito e alinhada à esquerda.

A microestrutura foi elaborada com base nos nove primeiros campos contemplados na ficha lexicográfico-toponímica descrita no Quadro 1, preenchida para cada nome de município alagoano estudado. Pela própria natureza do produto lexicográfico de cunho toponímico, o verbete apresenta elementos que, mormente, não estão presentes nos demais dicionários de uso geral da língua.

Assim, estão previstas, na descrição lexicográfica, informações sistemáticas e não sistemáticas na composição dos verbetes toponímicos, a saber: são dados obrigatórios para todos os verbetes: topônimo oficial, gentílico, origem linguística, processo de formação, localização geográfica dentro do território alagoano, taxionomia toponomástica, estrutura morfológica, etimologia, nota e fonte. E os itens optativos são: mudanças toponímicas (nomes anteriores), toponímia paralela (nomes populares) e remissiva.

Quanto à organização sequencial dos conteúdos e ao conjunto de explicações sobre cada verbete toponímico, apresentamos primeiro as questões linguísticas referentes ao topônimo verbetado, depois aspectos geográficos e a motivação toponímica do nome atual e oficial, em seguida trazemos subsídios históricos e enciclopédicos e, por fim, a formação administrativa do município que culminou com a oficialização do nome atribuído às Unidades Político-Administrativas Municipais de Alagoas.

Nessa direção, a estrutura retórica do verbete toponímico será apresentada da seguinte maneira: 1. Entrada – topônimo (em negrito, alinhado à esquerda) + 2. Gentílico (entre colchetes) + 3. Origem linguística (entre colchetes) + 4. Processo de formação (entre colchetes) + 5. Remissiva (em itálico e entre parênteses, posposto à abreviatura ‘Cf’., quando houver) + 6. Localização geográfica + 7. Taxionomia (em

itálico) + 8. Estrutura morfológica + 9. Etimologia (posposto à abreviatura ‘Etim. ’) + 10. Nota (em parágrafo único) + 11. Fonte (em itálico).

Apresentamos, a seguir o Quadro 3, com o modelo de verbete adotado para o *Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) - municípios*, produto elaborado a partir dos resultados da pesquisa doutoral e da elaboração desta tese de doutorado, contemplando os itens obrigatórios e optativos, organizado com base nos campos da ficha lexicográfico-toponímica constituída.

Quadro 3 - Modelo do verbete usado no dicionário dos nomes dos municípios alagoanos

Jundiá	[jundiaense; tup.; simples] (Cf. *Colônia Leopoldina*; *Porto Calvo*) Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião da Mata Alagoana. Topônimo classificado como *Zootopônimo*. Constituído por ML *jundia* ╤. Etim. *sm.* do tup. *yundi-á* ou *nhandiá* ‘denominação genérica dada pelos índios ao bagre’ (TIBIRIÇÁ, 1997).
Nota	Município com área territorial atual de 88,794 km² e população estimada em 2017 de 4.231 hab. Seu topônimo faz referência à abundância de peixes da espécie jundiá (conhecido como peixe bagre) encontrados no Rio Manguaba, que percorre o território do município. A colonização da região começou a partir de uma propriedade de Gregório e Vituriana Alves. Mesmo com poucas casas, o lugar garantiu seu progresso por causa da estrada entre a região do atual município e a cidade de Palmares, em Pernambuco, e da lavoura canavieira. Em 1860, quando Dom Pedro II viajou à Colônia Leopoldina/AL também passou por Jundiá, doando algumas terras da Coroa Portuguesa a moradores locais. Em agosto de 1960, pela Lei Estadual nº 2.292 **Jundiá** foi emancipado de Porto Calvo, ganhando soberania de município, constituído do distrito sede e instalado em 19/01/1961.
Fonte	*Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Finalizamos esta primeira seção, dedicada aos procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa de doutoramento, destacando que foi com base em tal metodologia que foram coletados e categorizados os 102 nomes dos municípios alagoanos e suas possíveis motivações, formações e etimologias, nos quais se estabelecem uma conexão linguística e sócio-histórico-cultural entre o espaço físico e o topônimo a ele atribuído.

A partir do princípio de que o contexto físico e antrópico determina e/ou influencia na construção dos territórios enquanto marco identitário e na constituição de seu léxico toponímico, na próxima seção, demarcaremos o lócus sobre o qual esta tese de doutorado está circunscrita, objetivando situar, o leitor, no universo da área básica em que a investigação foi realizada: o Estado de Alagoas.

2 UNIVERSO DA PESQUISA: O ESTADO DE ALAGOAS

Compreendendo que a Toponímia busca “el estudio integral, en el espacio y en el tiempo, de los aspectos: geo-históricos, socio-económicos y antropo-lingüísticos, que permitieron y permiten que um nombre de lugar se origine y subsista (SALAZAR-QUIJADA, 1985, p. 18)[12], nesta segunda seção, detalhamos o lócus da pesquisa.

Para tal fim, organizamos o texto da seguinte forma: em primeiro lugar, esboçamos alguns detalhes da geografia externa das terras alagoanas, pondo em foco sua localização, sua divisão político-administrativa e suas feições naturais, em especial o clima, a hidrografia, o relevo e a vegetação; em seguida, descrevemos alguns aspectos sociais e históricos constitutivos do processo de construção do atual território do Estado de Alagoas. Dessa forma, delineamos o perfil de ocupação, fixação e formação das Terras dos Marechais nos períodos colonial, monárquico e republicano.

2.1 ASPECTOS GEOGRÁFICOS

O espaço geográfico alagoano apresenta um cenário natural constituído por diversos contrastes, desde o litoral ao sertão, passando pela zona da mata e agreste que, representado por sua fauna, flora, hidrografia, formas topográficas e constituição do solo, ainda conserva, em alguns casos, aspectos de sua fisionomia primitiva, característicos de suas mesorregiões e microrregiões.

No caso da geografia física alagoana, citamos longamente Carvalho, (2016) que nos explica que, de modo geral, o espaço territorial de Alagoas se caracteriza

> Pela planície litorânea – com os recifes de coral e algas, restingas, mangues, várzeas, dunas, terraços marinhos, estuários, lagunas, além dos tabuleiros que margeiam quase toda a costa. Maceió e as lagunas estão situadas na base desses tabuleiros, na planície costeira. Já no interior, sobre o domínio das rochas cristalinas, a escarpa cristalina oriental é a continuação do planalto da Borborema, representada por serras, como as do vale do Rio Mundaú. Nas proximidades dos Rios Paraíba do Meio, Mundaú e Canhoto, situados no Norte do Estado, a forma mais expressiva do relevo é a denominada ‘Mata de Morro’. Já do agreste ao sertão, o pediplano sertanejo, caracterizado por terras aplainadas ou desgastadas, distribuindo-se até o Rio Moxotó (CARVALHO, 2016, p. 23-24).

[12] O estudo integral, no espaço e no tempo, dos aspectos: geo-históricos, socioeconômicos e antropolinguísticos que permitiram e permitem que um nome de lugar se origine e subsista” (SALAZAR-QUIJADA, 1985, p.18, tradução nossa).

Essa paisagem natural pode ser traduzida pelos vocábulos toponímicos de motivação de ordem física alusivos às especificidades mais salientes da geografia de uma determinada região, uma vez que, como um nível de realização e materialização linguística, o léxico é a esfera da língua que melhor reflete o ambiente físico e social. Pois, o habitat é muito mais do que o meio físico; inclui também o ser humano, através de suas atividades culturais e materiais.

Daí a importância de apresentarmos, nesta subseção 2.1, um retrato da formação geográfica do Estado de Alagoas para uma melhor interpretação das análises dos dados, sobretudo no âmbito das motivações dos nomes de municípios constituídos por um signo toponímico descritivo de ordem física, que traduz características naturais do lugar.

Alagoas está localizada na porção centro-oriental do Nordeste brasileiro, onde ocupa o 8º lugar em extensão geográfica, situado entre os paralelos 8° 48'52" e 10° 30'28" de latitude sul, e os meridianos 35° 09'09" e 38° 14'15" de longitude oeste. As maiores distâncias são no sentido Leste-Oeste 340 km² e Nordeste-Sudoeste 212 km² (MENDONÇA et al., 2012).

Em comparação às outras 25 Unidades Federativas do Brasil e o Distrito Federal, podemos considerá-la de pequena extensão, sendo a segunda menor do país, com uma área territorial total de 27.848,140 km², dos quais 82 km² são constituídos de águas, e, em decorrência disso, ser conhecida turisticamente pela perífrase *Paraiso das Águas*.

O espaço alagoano corresponde apenas a 0,34% da área nacional e 2,87% do espaço nordestino. De acordo com o último Censo Demográfico, realizado pelo IBGE em 2010, Alagoas possui uma população de 3.120.494 pessoas, apresentando uma densidade demográfica de 112,33 hab./km² e uma estimativa populacional para 2018 de 3.322.820 habitantes.

O Estado de Alagoas tem como gentílico o adjetivo pátrio alagoano, faz fronteiras com os Estados de Pernambuco (Norte e Noroeste), de Sergipe (Sul), da Bahia (Sudoeste), além do Oceano Atlântico (Leste). Tem como pontos extremos ao Norte – uma curva do Rio Jacuípe, em Jacutinga; ao Sul – o Pontal de Piaçabuçu, na Foz do Rio São Francisco; a Leste – a ponta da margem direita do Riacho Persinunga e a Oeste – o encontro do Riacho Moxotó com o Rio São Francisco.

Apresentamos, a seguir, a Figura 1 que ilustra a localização espacial do Estado de Alagoas, dentro do território nacional e, particularmente, na região do nordeste brasileiro.

Figura 1- Mapa de localização do Estado de Alagoas no território brasileiro.

Fonte: Alagoas em Mapas (2014). Disponível em: <http://dados.al.gov.br/dataset/a6504404-4b0a-47c4-a907-ae5645105ccd/resource/f999b3ba-b09c-43da-b58d-c80bd1dff3d3/download/alagoasemmapas2014edicao02.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

O Estado de Alagoas apresenta uma configuração político-administrativa composta por 102 municípios. Cumpre ressaltarmos que é a partir das escolhas lexicais no sistema onomástico para nomear estes 102 recortes espaciais alagoanos que se forma a cadeia toponomástica dos nomes municipais de Alagoas, o que possibilita “o desenvolvimento de análises nominais e a consequente fixação de um *modelo* ou *padrão de nomes*, válido para a comunidade doadora ou receptora” (DICK, 2007, p. 142, *grifo da autora*).

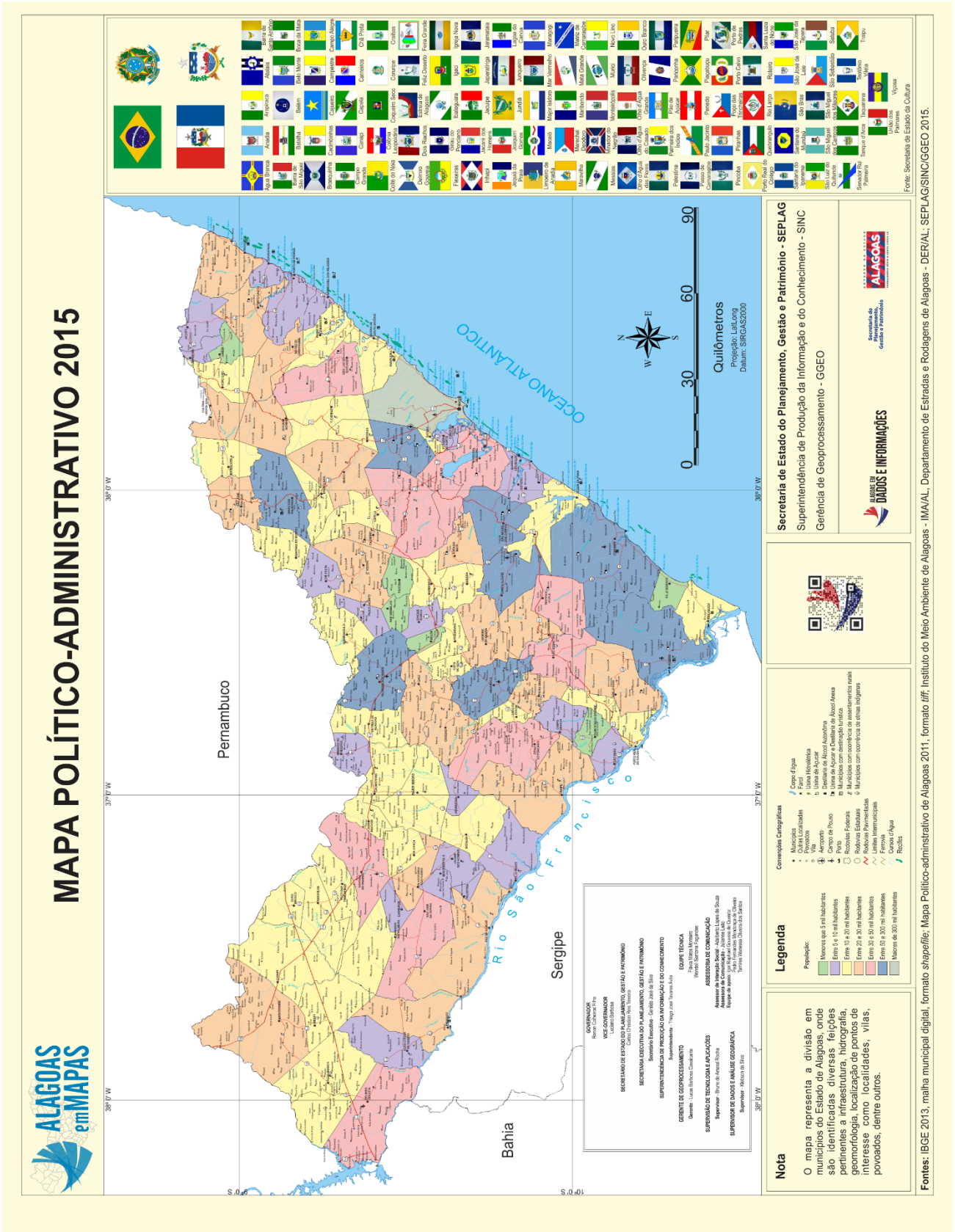
Em Alagoas, esses signos toponímicos se formaram e se fixaram no espaço alagoano pelo frequente uso em mais de duzentos anos de história. Suas motivações “além de observar legislação específica, pauta-se pela subjetividade coletiva e, muitas vezes, também por interesses políticos” (CARVALHO, 2018, p. 25). Por conseguinte, essa macronomenclatura não está alheia à memória destes lugares e seu registro e conhecimento nos permite compreender os enredos da formação e sedentarização do homem no terreno alagoano.

Nesse particular, destacamos que a prática de nomeação de lugares habitados é um ato designativo constituído por meio da relação entre o ambiente e o homem, ou seja, entre o povo e sua cultura, sendo assim essa inter-relação também é representada pela linguagem.

Grosso modo, tratando-se da língua, compreendendo-a como um complexo de signos que reflete e refrata o quadro físico e social em que se acha situado um grupo humano, sobretudo em seu nível lexical, empregamos o termo ambiente, neste estudo, abarcando semanticamente tanto os fatores físicos como os sociais. Por fatores físicos, entendemos os aspectos geográficos, como a topografia da região (costa, vale, planície, chapada ou montanha), clima e regime de chuvas, bem como o que se pode chamar a base econômica da vida humana, expressão em que se incluem a fauna, a flora e os recursos minerais do solo. Por fatores sociais, entendemos as várias forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo, como a religião, os padrões éticos, a forma de organização político-econômica etc.

Apresentamos, a seguir, a Figura 2 que ilustra a configuração político-administrativa composta pelos 102 municípios alagoanos.

Figura 2- Mapa político-administrativo do Estado de Alagoas.



Fonte: Alagoas em Mapas (2014). Disponível em: <http://dados.al.gov.br/dataset/a6504404-4b0a-47c4-a907-ae5645105ccd/resource/f999b3ba-b09c-43da-b58d-c80bd1dff3d3/download/alagoasemmapas2014edicao02.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

Carvalhinho (2002-2003) explica-nos a importância dos estudos onomásticos para o regaste dos possíveis sentidos relacionados à história social das denominações de um espaço físico e humano. Para a citada autora

> Desde o final do século XIX e princípio do século XX, Leite de Vasconcelos (1887) e Albert Dauzat (1922), sobretudo o primeiro, trabalharam com o que se designava na época costumes desaparecidos dos povos, como maneira de resgate do léxico desaparecido ou pelo menos semanticamente esvaziado. Os atuais estudos onomásticos no Brasil vêm justamente resgatando a história social contida nos nomes de uma determinada região, partindo da etimologia para reconstruir os significados e, posteriormente, traçar um panorama motivacional da região em questão, como um resgate ideológico do denominador e preservação do fundo de memória (CARVALHINHO, 2002-2003, p. 172).

Nessa direção, as atuais pesquisas toponímicas têm admitido investigar as relações entre as práticas sociais e as atitudes do sujeito nomeador, podendo observar, entre outras coisas, como a noção subjetiva de identidade – atrelada aos valores sociais distintivos – tem interferido na dinâmica toponímica e direcionado o processo de nomeação dos municípios, por exemplo.

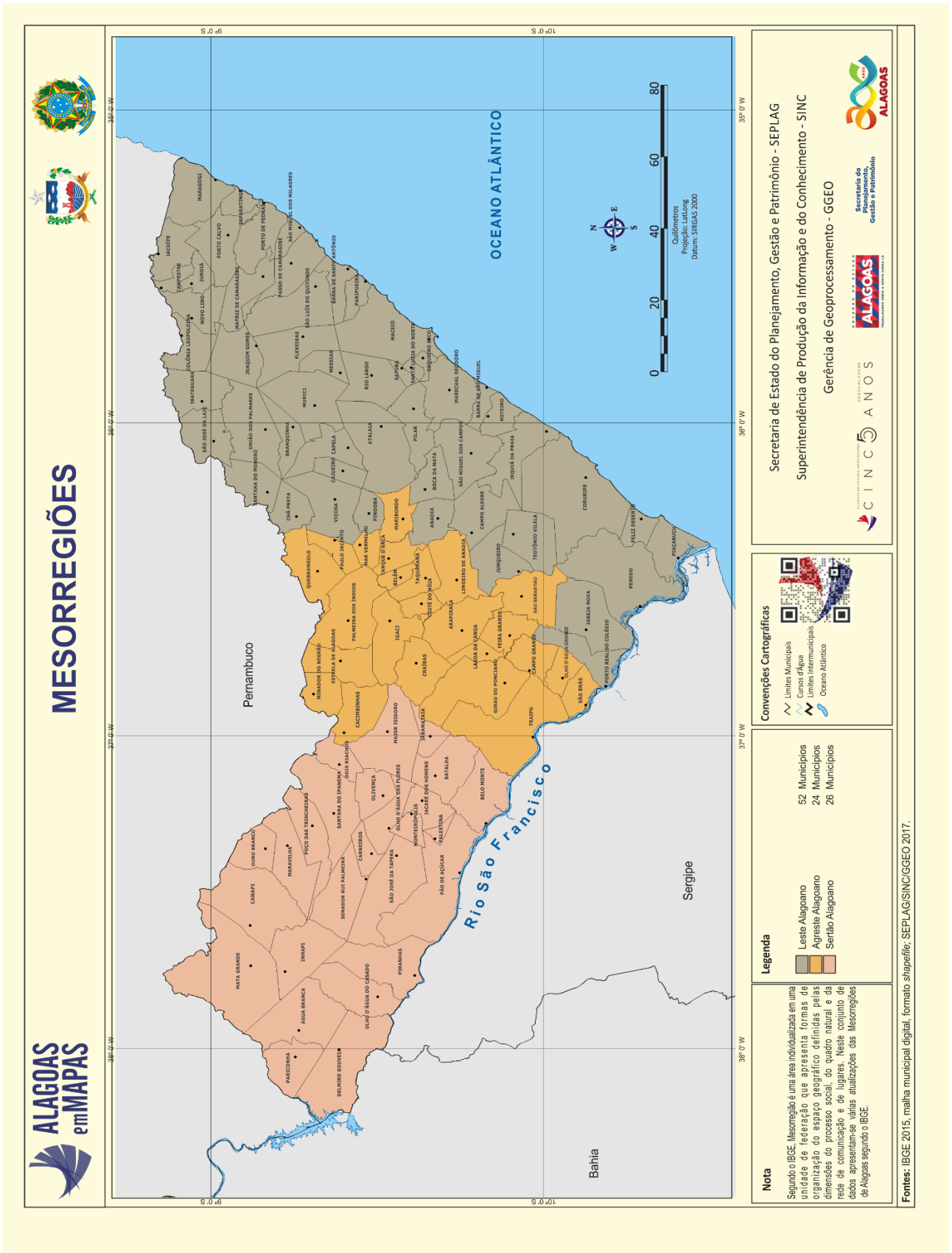
Por conta disso, podemos considerar que a formação do acervo linguístico-cultural toponímico alagoano dos nomes de lugares habitados é resultado de um gradual processo de povoamento das áreas e fixação territorial que implica na necessidade de se criar referenciais na língua para o lugar ocupado.

Sendo assim, o nomeador adota um signo toponímico que singularize a localidade dos demais lugares, retratando diferentes aspectos, inclusive por meio de traços da geografia natural e humana, dentro do território alagoano.

Nessa conjectura, a evolução político-administrativa do Estado de Alagoas resultou na atual configuração, distribuída em três mesorregiões geográficas, denominadas de Mesorregião do Agreste Alagoano, Mesorregião do Leste Alagoano e Mesorregião do Sertão Alagoano. Esse desenvolvimento é resultado de um processo impulsionado por diversas forças, moldadas pela trajetória histórica regional. Assim, essas mesorregiões formam uma área individualizada dentro de Alagoas que apresentam formas de organização do espaço geográfico definidas pelas dimensões do processo social, do quadro natural, da rede de comunicação e de lugares.

Apresentamos, a seguir, a Figura 3 que ilustra essa distribuição meso e microrregional na sincronia atual, sua nomenclatura toponímica oficial e localização geográfica nas áreas alagoanas conforme suas mesorregiões.

Figura 3 - Mapa das mesorregiões geográficas do Estado de Alagoas.



Fonte: Alagoas em mapas (2014). Disponível em: <http://dados.al.gov.br/dataset/a6504404-4b0a-47c4-a907-ae5645105ccd/resource/f999b3ba-b09c-43da-b58d-c80bd1dff3d3/download/alagoasemmapas2014edicao02.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

Essas três mesorregiões englobam peculiaridades geográficas físicas e humanas e outras decorrentes da formação dos primeiros núcleos de povoamento e dos fluxos de ocupação nos últimos dois séculos de formação do espaço terrestre alagoano.

Como dito anteriormente, nessa composição geográfica, existem áreas em Alagoas com características diferentes nos aspectos físicos, econômicos, sociais, históricos e culturais. Em razão das semelhanças e diferenças, o IBGE dividiu o território do Estado em três mesorregiões e treze microrregiões.

As microrregiões foram definidas para fins estatísticos do IBGE, são partes das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização espacial. As microrregiões têm uma cidade polo, que corresponde à localidade mais desenvolvida dentro da região.

As três mesorregiões geográficas agrupam as seguintes microrregiões: 1. Microrregião de Palmeira dos Índios; 2. Microrregião de Arapiraca; 3. Microrregião de Traipu; 4. Microrregião do Litoral Norte Alagoano; 5. Microrregião de Maceió; 6. Microrregião da Mata Alagoana; 7. Microrregião de Penedo; 8. Microrregião de São Miguel dos Campos; 9. Microrregião Serrana dos Quilombos; 10. Microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco; 11. Microrregião de Batalha; 12. Microrregião de Santana do Ipanema; 13. Microrregião do Serrana do Sertão Alagoano.

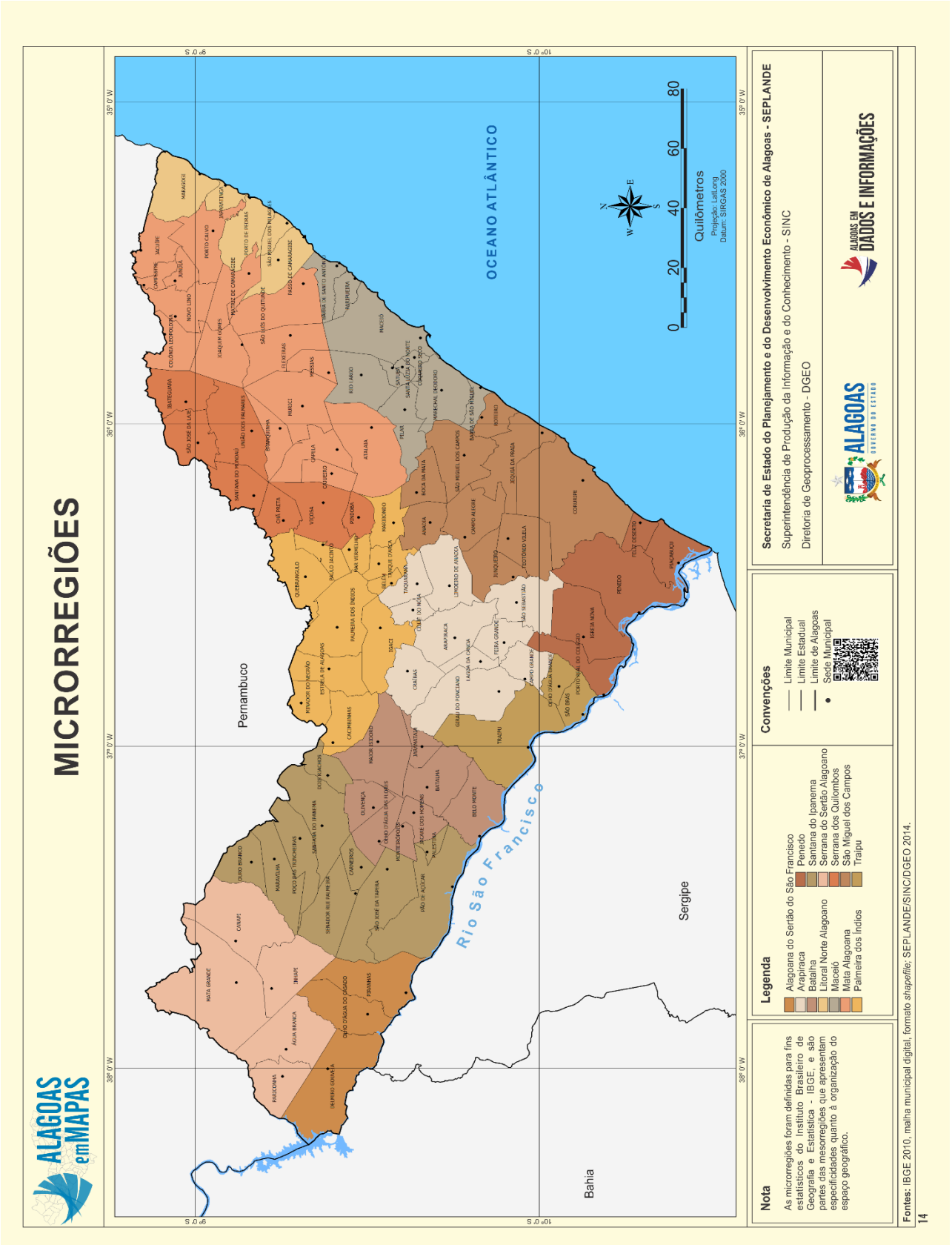
Recorrendo a Isquerdo (2008, p. 37), destacamos que essa macronomenclatura toponímica municipal, constitutivas das mesorregiões e microrregiões geográficas alagoanas, traduz

> [...] reflexos do momento histórico em que foram nomeados, haja vista serem mais afetados por fatores extralinguísticos, como características do processo de povoamento ocorrido da região; questões interétnicas que individualizam o espaço geográfico em questão – convívio de povos de diversas etnias; a localização geográfica – fronteiras nacionais e internacionais; interferências políticas, além de fatores ambientais (ISQUERDO, 2008, p. 37).

Estas informações toponomásticas subsidiam estudos sobre o Estado de Alagoas através da análise espacial dos dados, permitindo comparar a realidade de uma microrregião em relação ao seu entorno e ao próprio Estado.

Apresentamos, a seguir, a Figura 4 que ilustra essa distribuição na sincronia atual, sua nomenclatura toponímica e localização geográfica no espaço alagoano, conforme suas microrregiões e suas municipalidades constitutivas.

Figura 4 - Mapa das microrregiões geográficas do Estado de Alagoas.



Fonte: Alagoas em mapas (2014). Disponível em: <http://dados.al.gov.br/dataset/a6504404-4b0a-47c4-a907-ae5645105ccd/resource/f999b3ba-b09c-43da-b58d-c80bd1dff3d3/download/alagoasemmapas2014edicao02.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

Doravante, exploraremos as composições das mesorregiões geográficas, seguidas de suas microrregiões e as 102 denominações toponímicas de suas municipalidades constitutivas.

Para estabelecermos a correspondência entre o nome (topônimo) e seu referente espacial (município), como também notar os condicionamentos externos e linguísticos de seu batismo, permanência, transformação e/ou mudança toponímica, podemos interpretar que esta macrotoponímia alagoana remete às singularidades relacionadas ao período histórico em que surge, incorporando traços característicos de um ambiente identitário, construído ao longo do tempo, em que se formou e se materializou na língua.

Nesse ponto de vista, Carvalhinhos (2002-2003) compara uma área toponímica a um sítio arqueológico. No dizer da citada autora,

> podemos reconstruir, através do estudo de significados cristalizados de nomes de lugar, fatos sociais desaparecidos, contribuindo com material valioso para outras disciplinas, como a história, a geografia humana e a antropologia. Assim como um fóssil descoberto pela paleontologia, o maior ou menor grau de 'descoberta' ou 'achado valioso' depende da antiguidade do nome cristalizado em determinado momento da oralidade (termo utilizado: *cristalização*); Rostaing denominava *fossilização* o fenômeno. Descrevesse, assim, a tendência conservadora do topônimo (CARVALHINHOS, 2002-2003, p. 172-173, *grifo da autora*).

Nesse contexto, "a configuração de um local só acontece a partir do nome; antes dele o que há é o não-lugar, o vazio" (DICK, 2001, p. 79). É nesse sentido que compreendemos a apropriação do lugar pelo homem, trata-se de uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do espaço por meio de um topônimo que se reveste de inúmeros elementos que advêm do contexto em que se insere e remete às particularidades físicas do local ou às forças sociais da comunidade inseridas no período histórico em que o nome aparece atrelado, geralmente, às minudências da região geográfica a que pertence.

Como visto nas figuras apresentadas anteriormente, observamos a distribuição político-administrativa na sincronia atual e sua respectiva nomenclatura toponímica, institucionalizada através de Leis Ordinárias da Assembleia Legislativa e sancionadas pelos Governadores, ao longo dos mais de dois centenários de existência do Estado.

Nesse acervo línguocultural, o que existe, pois, é “um signo de língua em função de topônimo” (CARVALHINHOS, 2001-2003, p. 306), particularizando um espaço por meio de suas características físicas e/ou antropoculturais mais salientes.

No âmbito do quadro de suas características naturais, Alagoas apresenta os climas tropical, quente e úmido – na região litorânea banhada pelo oceano Atlântico. Em grande parte do interior, encontramos o clima seco no verão e com chuvas no inverno e o clima semiárido, quente e seco, na área sertaneja com chuvas mal distribuídas durante o ano, ocasionando grande evaporação e muito calor que faz com que ocorra o abaixamento máximo em rios, nascentes, açudes, cacimbas etc. sobretudo na região do Sertão alagoano. E ainda, temos o fenômeno da estiagem decorrente da posição geográfica, cujo relevo interfere na circulação das massas de ar.

Quanto à hidrografia, Alagoas apresenta uma grande diversidade de lagoas, lagunas e rios intermitentes em sua maioria – aqueles que secam no período da estiagem, como os afluentes do Rio São Francisco que viabilizaram a expansão da pecuária na região do Agreste e do Sertão e os rios permanentes como Coruripe, São Miguel, Paraíba do Meio, Mundaú, Camaragibe, Santo Antônio Grande, Jequiá e Manguaba.

Na rede hidrográfica alagoana, o Rio São Francisco pode ser considerado o mais importante. Além dele, destacamos o complexo lagunar formados pelas lagunas Mundaú (também chamada de Lagoa do Norte) e Manguaba (também chamada de Santa Madalena do Sul ou Lagoa do Sul) que são bastante significativas na vida do povo alagoano, especialmente para as atividades de pesca, transporte e turismo.

Dito o exposto, percebemos que não foi por acaso a adoção do hidrotopônimo Alagoas para designar nossa Unidade Federativa de Estado do Brasil, marcando no léxico toponímico brasileiro nossa riqueza e abundância hídrica, representada por nossas lagunas, lagoas, mar, várzeas, rios e mangues que se comunicam uns com os outros, banhando o espaço alagoano, o Paraíso das Águas.

Com efeito, essa hidrografia regional está marcada na toponímia brasileira e alagoana, evidenciando a força do referencial hidrotoponímico como motivação à prática de nomear municípios alagoanos por meio dos hidrotopônimos - topônimos originados de nomes de acidentes geográficos que fazem referência ao elemento água, como será demonstrado na Seção 4 dedicada à análise e interpretação dos dados.

Quanto à vegetação, Alagoas apresenta uma vegetalidade variada, dependendo do clima e do solo, podemos agrupá-la, basicamente, em quatro tipos de flora regional que (re)cobrem parte do território alagoano, conforme as singularidades das mesorregiões e microrregiões geográficas.

Na região do litoral, localizamos uma vegetação de dunas e mangues, em destaque para os coqueiros, os cajueiros, as mangueiras entre outras espécies de árvores e plantas. No quadro natural dessa região, particularmente, encontramos a presença constante dos coqueirais que formam uma paisagem natural belíssima, pelo contraste da vegetação com o mar azul-esverdeado característico da faixa litorânea de Alagoas, muito explorada pela indústria do turismo.

Na região da zona da mata, encontramos ainda resquícios da vegetação de Mata Atlântica com a presença de árvores apropriadas para a construção e fabricação de móveis, como o ipê, o cedro, o jatobá etc., porém, a atividade canavieira motivada pelo setor sucroalcooleiro ocasionara mutações na vegetação natural, em razão da necessidade de terras para o cultivo da cana-de-açúcar e instalações das Usinas de cana-de-açúcar.

Na região do Agreste, área de transição entre a mata e a caatinga, encontramos a vegetação das capoeiras como característica local. Não obstante, esse quadro natural vem sendo modificado pelas atividades pecuárias e agrícolas de subsistência. Deste modo, a flora primitiva vem sendo substituída pelo plantio do feijão, fumo, milho, pela cultura da palma forrageira nas regiões mais secas e pela atividade pecuária com os campos de criação de gado.

Na região do sertão, encontramos, predominantemente, a vegetação de caatinga que é composta pelos vegetais do tipo angico, mandacaru, juazeiro, umbuzeiro, xique-xique, canafístula, entre outras plantas. No entanto, da mesma forma que ocorreu em outras regiões do território alagoano, essa paisagem natural vem sendo modificada pela ação humana em razão da presença da atividade pecuária.

Nas palavras de Carvalho (2016, p. 27), com a chegada dos animais de tração, “principalmente o boi e o cavalo, juntamente com o bode, e as novas plantas adaptadas ao semiárido para atender à pecuária, como a palma forrageira e os capins de maior produtividade, formadores das pastagens artificiais”, esses novos elementos passaram a compor a atual fisionomia da caatinga ao lado da vegetação primitiva da área sertaneja alagoana.

Algumas dessas características da vegetação regional estão marcadas nos nomes das municipalidades alagoanas, demonstrando a relevância do referencial fitotoponímico como motivação à prática de nomear municípios, por meio dos nomes alusivos às espécies de árvores ou de frutos comuns na região, como também por meio de nomes alusivos à diversidade da vegetação geral da região, fazendo menção às diferentes espécies de plantas locais em sua coletividade ou às diferentes espécies da flora local, como será demonstrado na Seção 4 dedicada à análise e interpretação dos dados.

2.1.1 Mesorregião Geográfica do Agreste Alagoano

A região do agreste alagoano, faixa de transição entre a zona da mata e o sertão, em razão de não apresentar condições adequadas de clima e solo para a atividade canavieira, uma vez que a cana-de-açúcar é encontrada em bastante quantidade em regiões que possuem o clima tropical, caracterizou-se inicialmente pela atividade da criação de gado.

Na atualidade, é a segunda mesorregião mais populosa de Alagoas, compartilha a pecuária com a agricultura diversificada, caracterizada pelo predomínio da pequena e média propriedade e da policultura, produzindo tanto alimentos (milho, feijão, mandioca etc.), destinados, em geral, ao abastecimento do mercado interno, como para as culturas comerciais (algodão e fumo), voltadas à exportação.

A Mesorregião Geográfica do Agreste Alagoano congrega as seguintes microrregiões: 1. Microrregião de Arapiraca; 2. Microrregião de Palmeira dos Índios; 3. Microrregião de Traipu. Cada uma dessas microrregiões se constitui em uma área formada por municípios que apresentam semelhanças no tipo de solo, clima, vegetação, rios e recursos econômicos, e esses são compostos por vilas, aglomerados rurais de extensão urbana e rural isolados, núcleos e lugarejos.

A Microrregião de Arapiraca é a mais nova região do território alagoano. Atualmente, é considerada a área mais próspera do Estado, alocada entre o litoral e o sertão e se constitui no centro de irradiação regional. É composta por dez municípios assim nomeados: Arapiraca, Campo Grande, Coité do Noia, Craíbas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, São Sebastião e Taquarana.

O município de Arapiraca é mais importante município da microrregião homônima e do interior alagoano, destaca-se como importante centro comercial da região agreste, localizando-se no centro geográfico do Estado de Alagoas.

A Microrregião de Palmeira dos Índios, é o portão de entrada para o sertão alagoano, está localizada na parte norte do Estado em uma zona intermediária. É composta por onze municípios assim nomeados: Belém, Cacimbinhas, Estrela de Alagoas, Igaci, Mar Vermelho, Maribondo, Minador do Negrão, Palmeira dos Índios, Paulo Jacinto, Quebrangulo e Tanque d'Arca. Ela é drenada pela bacia do Rio Traipu, temporário e afluente do Rio São Francisco, e pelos Rios Coruripe, São Miguel e Paraíba do Meio perenes e tributários do Oceano Atlântico.

A Microrregião de Traipu ocupa a menor área dentro da Mesorregião Geográfica do Agreste alagoano, sendo composta por três municípios assim nomeados: Olho d'Água Grande, São Brás e Traipu.

2.1.2 A Mesorregião Geográfica do Leste Alagoano

A Mesorregião Geográfica do Leste Alagoano consiste na maior e na mais populosa mesorregião de Alagoas. Nela, encontra-se a cidade de Maceió, capital do Estado. O clima é quente e chuvoso, os solos são férteis e a agricultura é bem desenvolvida, sendo os principais produtos a cana-de-açúcar, o feijão, o milho, a mandioca e as frutas variadas.

A indústria do açúcar, em Alagoas, é o setor que gera maior riqueza. Porém, esta riqueza está concentrada nas mãos de poucas famílias tradicionais com seus representantes políticos no comando de vários municípios, gerando e mantendo uma enorme desigualdade social. Como consequência, a maioria da população vive em condições precárias, de tal modo que o Estado de Alagoas ainda possui um dos mais baixos Índice de Desenvolvimento Humana (IDH) do Brasil.

Nessa conjectura, a Mesorregião Geográfica do Leste Alagoano congrega seis microrregiões: 1. Microrregião do Litoral Norte Alagoano; 2. Microrregião de Maceió; 3. Microrregião da Mata Alagoana; 4. Microrregião de Penedo; 5. Microrregião de São Miguel dos Campos; 6. Microrregião Serrana dos Quilombos.

A Microrregião do Litoral Norte Alagoano é composta por cinco municípios assim nomeados: Japaratinga, Maragogi, Passo de Camaragibe, Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres.

A Microrregião de Maceió, alocada na porção central do litoral alagoano, apresenta o maior grau de urbanização e densidade demográfica. É nessa microrregião que se encontra a capital do Estado, a cidade de Maceió.

A capital de Alagoas, cidade de Maceió, tem o turismo como ponto forte da economia do município, pois possui um grande potencial turístico, em razão de suas belezas naturais e grande diversidade cultural, além de oferecer várias opções de lazer e espaços modernos para negócios, tais como o novo Centro Cultural e de Exposições de Maceió, no bairro de Jaraguá. Em setembro de 2005, foi inaugurado o Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares, único aeroporto do Estado de Alagoas.

A Microrregião da Mata Alagoana é a região fisiográfica de ocupação mais antiga e mais populosa, constituindo-se na maior microrregião do Estado e é composta por dezesseis municípios, assim nomeados: Atalaia, Branquinha, Cajueiro, Campestre, Capela, Colônia Leopoldina, Flexeiras, Jacuípe, Joaquim Gomes, Jundiá, Matriz de Camaragibe, Messias, Murici, Novo Lino, Porto Calvo e São Luís do Quitunde. Ela está situada em uma área de alta umidade e vegetação densa, é drenada pelas bacias dos Rios Paraíba do Meio e Mundaú, formadores das lagunas Manguaba e Mundaú, que juntas formam o Complexo Estuarino Lagunar Mundáu-Manguaba.

A Microrregião de Penedo é composta por cinco municípios assim nomeados: Feliz Deserto, Igreja Nova, Penedo, Piaçabuçu e Porto Real do Colégio.

A Microrregião de São Miguel dos Campos, localizada no centro-sul da Mesorregião do Leste Alagoano, é composta por nove municípios assim nomeados: Anadia, Boca da Mata, Campo Alegre, Coruripe, Jequiá da Praia, Junqueiro, Roteiro, São Miguel dos Campos e Teotônio Vilela. Esses aglomerados humanos se originaram, basicamente, dos antigos Campos dos Arrozais dos Inhaúns, famosos pela excelência de suas terras. Seu clima favorável, a geologia, a geomorfologia, e os recursos subterrâneos fazem da Microrregião São Miguel dos Campos uma das mais ricas do Estado de Alagoas.

A Microrregião Serrana dos Quilombos é composta por sete municípios assim nomeados: Chã Preta, Ibateguara, Pindoba, Santana do Mundaú, São José da Laje, União dos Palmares e Viçosa.

O panorama histórico dessa microrregião é, inquestionavelmente, marcado pela ligação de seus municípios com a mais importante rebelião negra das Américas, acontecida no século XVII. Sobretudo, pelo município alagoano de União dos

Palmares que abrigou em seu território a maior parte do *Quilombo dos Palmares,* sediado na Serra da Barriga, que teve como primeiro líder Ganga-Zumba. Após sua morte, foi substituído pelo seu sobrinho Zumbi, que ao lado de sua esposa Dandara, lutou pela libertação total do povo negro no Brasil.

No complexo toponímico alagoano, dentre outros lugares, os nomes desses líderes estão representados pelos sociotopônimos - nomes ligados aos locais públicos onde as pessoas se reúnem (DICK, 1990) - das praças *Praça Ganga-Zumba e Praça Zumbi dos Palmares*, respectivamente, na cidade de Maceió. E também, como nome de acampamento, no Bairro do Benedito Bentes, também na capital, *Acampamento Dandara*, em homenagem à liderança da mulher negra que, junto a Ganga-Zumba e Zumbi, destacou-se na liderança do *Quilombo dos Palmares.*

No século XVII, aproximadamente, os grupos de negros, ali concentrados, formaram a Capital dos vários quilombos, denominada de Cerca Real dos Macacos. Estendia-se léguas ao norte do Rio São Francisco, entre os municípios União dos Palmares/AL e São José da Lage/AL até as margens do Rio Una, nas imediações das cidades Quipapá/PE e Palmares/PE até o local em que Ganga-zumba foi exilado – o Cucaú, em Pernambuco (LINDOSO, 2007). Sua formação mucambeira atuava ao revés da *plantation* da sociedade, ignorando as sesmarias, que dividiam as terras em diferentes proprietários fazendo uso coletivo de sua posse.

A resistência do negro à ordem social escravocrata assumiu formas distintas, que iam do simples envenenamento dos senhores e seus familiares, passando pela fuga e constituição de mocambos e quilombos, até as revoltas e levantes.

2.1.3 Mesorregião Geográfica do Sertão Alagoano

O Sertão, na composição territorial de Alagoas, foi a última área a ser ocupada. Sua colonização aconteceu a partir da distribuição de sesmarias. Trata-se de uma área geográfica que apresenta chuvas escassas e mal distribuídas.

A Mesorregião Geográfica do Sertão Alagoano é a menos populosa de Alagoas e a atividade de pecuária extensiva foi a que melhor se adequou. Essa mesorregião congrega 26 municípios, distribuídos nas seguintes microrregiões: 1. Microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco; 2. Microrregião de Batalha; 3. Microrregião de Santana do Ipanema; 4. Microrregião Serrana do Sertão Alagoano.

A Microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco está situada à margem do Rio São Francisco. Sua economia é caracterizada pela pecuária e pelas condições naturais da região, que favorece à agricultura, em especial, à produção de feijão. É composta por três municípios, assim nomeados: Delmiro Gouveia, Olho d'Água do Casado e Piranhas.

A Microrregião de Batalha integra a parte central da Mesorregião Geográfica do Sertão Alagoano e é drenada pelo baixo curso do Rio Ipanema. É composta por oito municípios, assim nomeados: Batalha, Belo Monte, Jacaré dos Homens, Jaramataia, Major Isidoro, Monteirópolis, Olho d'Água das Flores e Olivença.

A Microrregião de Santana do Ipanema tem sua unidade constituída na paisagem da caatinga. Ela tem uma pecuária extensiva, apresenta imensas plantações de palma forrageira e uma agricultura tradicional sertaneja do feijão e do milho.

A Microrregião de Santana do Ipanema abarca dez municípios, sendo quatro considerados aglomerados urbanos, quais sejam Carneiros, Ouro Branco, Palestina e Santana do Ipanema e seis municípios de características rurais, a saber: Dois Riachos, Maravilha, Pão de Açúcar, Poço das Trincheiras, São José da Tapera e Senador Rui Palmeira. Historicamente, nessa microrregião, destaca-se o domínio econômico sob a forma de coronéis que atuaram como representantes dos poderes centrais do Estado e da República.

A Microrregião Serrana do Sertão Alagoano ocupa a porção noroeste do Estado de Alagoas, apresentando altitudes superiores a 800m, o que modifica o clima e faz correr brejos de altitudes. É composta por cinco municípios assim nomeados: Água Branca, Canapi, Inhapi, Mata Grande e Pariconha, apresenta como cidade polo Mata Grande.

Finalizamos essa subseção 2.1, dedicada aos aspectos geográficos do espaço alagoano, pontuando que língua, ambiente e sociedade são entes indissociáveis nas representações simbólicas marcadas pelo/no léxico, uma vez que a língua se realiza por meio do homem em suas práxis sociais, refletindo e refratando o seu habitat circundante. Sendo assim, o importante é atentarmos como os falantes se valem da língua em sua multimodalidade para representar o mundo a sua volta, podendo então o quadro das características naturais de um local habitado por seres humanos funcionar como um fator motivador onomástico toponímico no ato de nomear lugares.

2.2 FORMAÇÃO HISTÓRICA E ETNOLINGUÍSTICA DO ESPAÇO ALAGOANO

A criação de vilas no Brasil foi instituída no reinado de D. Pedro II (1667-1706), continuou com D. João V (1706-1750) e se manteve com D. José I (1750-1777), através de Cartas Régias e Instruções encaminhadas ao Vice-Rei do Brasil. Foi nessa conjuntura que se iniciou o processo de formação, ocupação e fixação do futuro território alagoano, situado na parte sul da Capitania de Pernambuco (Capitania Nova Lusitânia).

Diante do exposto, percebemos que a composição territorial do Estado de Alagoas foi determinada pela política de repartição das Sesmarias, isto é, terrenos, sem cultivos ou abandonados, que a antiga legislação portuguesa, com base em práticas medievais, determinava que fosse entregue a quem se comprometesse a cultivá-los. Sendo assim, nosso espaço geográfico tem suas raízes na distribuição de terras mediante à doação de lotes, como ocorreu na maioria das Unidades Federativas do Nordeste do Brasil.

Nesse viés, recorremos às palavras de Carvalho (2016, p. 22) e consideramos que a formação e a transformação física e social do espaço alagoano estão condicionadas

> [...] por necessidades militares, como a defesa do território contra os estrangeiros, a expulsão dos índios e o combate aos quilombos; e fatores econômicos como a produção do açúcar, exploração das matas e criação do gado. Esta combinação de fatores constitui uma sociedade de base agrária 'no quadro de uma estrutura social escravocrata e patriarcal', centrada nos engenhos de açúcar e fazendas da pecuária (CARVALHO, 2016, p. 22).

Esses fatores determinantes se marcam no complexo toponímico alagoano, também, por meio de nomes de municípios de natureza antropocultural que testemunham parte de nossa história na língua, já que os contatos linguísticos e culturais entre os povos são registrados e conservados por meio de signos linguísticos como em *Batalha*, *Colônia Leopoldina*, *União dos Palmares*, *Palmeira dos Índios,* entre outros. Diante do valor social, histórico, cultural e linguístico da Toponímia, observamos que esses nomes estão associados ao sujeito nomeador e ao seu vínculo com os movimentos constitutivos da formação territorial do Estado.

No início do século XVI, o futuro espaço de Alagoas, até então pertencente à Capitania de Pernambuco, foi invadido por franceses. Sendo retomado pelos portugueses em 1535, sob o comando de Duarte Coelho Pereira que organizou

expedições e percorreu a área reconquistada, fundando vilarejos. Além disso, ele introduziu o gado bovino, o cultivo de cana-de-açúcar e, consequentemente, o ciclo dos engenhos, que deram origem a vários povoados alagoanos.

Diante disso, observamos que, no tempo do Brasil-Colônia (1531-1817), os portugueses tiveram que enfrentar a resistência dos nativos indígenas, estimulada, em parte, pelos comerciantes franceses de pau-brasil (árvore denominada pelos índios de *ibirapitanga* 'madeira vermelha'), que mantinham o comércio constante no litoral da nova colônia lusitana. Os comerciantes de pau-brasil eram chamados de brasileiros – termo que, ao longo do tempo, perdeu essa acepção e passou a designar o gentílico dos colonos nascidos na América portuguesa (Brasil).

Os portugueses enfrentaram as disputas pelo território com outros povos europeus, como a presença dos franceses e dos holandeses no litoral e, por fim, a mobilização de mocambos e quilombos.

Por conseguinte, fizemo-nos presentes nessas resistências, nas figuras do branco europeu, do índio e do negro. Os processos culturais identitários de um povo parte também da linguagem, sendo assim, a mescla dessas três etnias influenciaram na identidade regional do povo alagoano e no processo de construção dos povoados, vilas e municípios do futuro espaço de Alagoas, esses traços etnolinguísticos estão materializados, também, no complexo toponímico brasileiro e, naturalmente, no léxico regional usado em Alagoas.

Dito o exposto, frisamos que Alagoas foi um dos primeiros pontos, no Nordeste do Brasil, visitado pelas naus lusitanas no início do século XVI. Este período foi ainda fortemente marcado pelo domínio holandês, pela presença espanhola, pelas lutas contra a escravidão, abrigando, em terras alagoanas, o grande Quilombo do Palmares e seus líderes. Além disso, registrou-se uma forte presença indígena em nosso território.

Sendo assim, é natural que vários contatos interlinguísticos tenham sido estabelecidos durante esse processo de formação histórica do espaço e do povo alagoano. Logo se faz relevante, investigarmos o perfil etimológico do léxico toponímico constitutivo da macrotoponímia municipal alagoana, uma vez que ele pode possibilitar a identificação de cruzamentos idiomáticos.

Com efeito, registramos diferentes procedências linguísticas na rede etimológica da toponímia do Estado, como nomes de origem românica, indígena, germânica, hebraica, árabe, africana etc., como será demonstrado na Subseção

dedicada à análise quantitativa da rede etimológica constitutiva dos morfemas lexicais dos nomes dos municípios do Estado de Alagoas.

A partir do século XVI, na construção do espaço alagoano, surgem algumas atividades econômicas, assim distribuídas.

> Na parte norte, os engenhos vão se estabelecendo próximos aos rios que desembocam no litoral. Ao lado da cana, a pecuária espelhava-se pelos vales dos rios litorâneos da zona da mata, avançando, depois, pelas margens do São Francisco. Na parte sul, a principal atividade econômica foi a criação de animais, seguida da produção de farinha de mandioca e outros produtos alimentícios, destinada a abastecer o maior núcleo urbano da capitania e os engenhos, localizados em torno de Olinda e Recife (CARVALHO, 2016, p. 13).

Como se depreende pelo excerto, Alagoas foi colonizada, tendo como a principal atividade: a agricultura canavieira, complementada pela pecuária criada em campo aberto e a produção de alimentos.

Nesse contexto, a cana-de-açúcar monopolizou o uso do espaço agrícola na zona da mata e o complexo canavieiro foi um dos pilares da formação histórica alagoana. Nesse particular, Tenório (1996, p. 75) afirma que

> [...] para a interpretação do seu passado, de sua evolução, para o conhecimento do homem alagoano, da sua sociedade colonial, imperial ou republicana, não se deve, em nenhum momento, ignorar a presença do açúcar (TENÓRIO, 1996, p.75)

Assim, além de sustentar a expansão colonizadora, os engenhos formaram aglomerados humanos que, mais tarde, deram origem a várias cidades alagoanas. Nessa conjectura, muitos dos nomes dos atuais municípios alagoanos se originaram a partir dos nomes dos engenhos irradiadores do processo de povoação da região ao qual a municipalidade foi edificada, como em *Engenho Maçayó* > *Maceió, Engenho Pilar* > *Pilar, Engenho Quitunde* > *São Luís do Quitunde* etc.

No âmbito social, a atividade canavieira "formou uma sociedade hierarquizada, de castas, escravista, senhorial, de traços feudais, que influencia as nossas vidas até hoje" (TENÓRIO; DANTAS, 2010, p. 10). Essas oligarquias, vindas do período colonial, sedimentaram o seu prestígio social, econômico e político, detendo o poder das grandes decisões e das diretrizes assumidas pelos governantes que se sucederam, ao longo do tempo, nas províncias.

É importante sinalizar que o coronelismo se faz presente ainda hoje em terras alagoanas, sobretudo no interior do Estado. Representantes dessas oligarquias,

ainda, são tratados como doutores por seus contemporâneos, os coronéis sobrepujam leis, autoridades e titulações. O poder instituído é o econômico e a tradição agrária e escravocrata permeia as relações humanas aqui vivenciadas.

Muitos dos municípios de Alagoas tinham (em alguns casos ainda têm), em seu território, canaviais a serviço das usinas[13]. A história dessa cultura se mistura à do Estado. Porém, atualmente, não é difícil encontrar ruínas de engenhos e usinas cobertas pela vegetação, mas que guardam parte da história de Alagoas.

Essa atividade usineira representa uma relação de poder e força político-econômica no Estado, resultado do avanço capitalista no campo, mantendo a figura do industrial rural, "um caso de proprietário de terras que industrializa sua própria matéria-prima" (CARVALHO, 2016, p. 56). Mesmo com a crise e com muitas alterações do cenário alagoano, o setor agroindústria da cana-de-açúcar se mantém, ainda, como uma das principais fontes econômicas do Estado.

Todavia, na atual fase de declínio dessa atividade produtiva, observamos um rápido movimento de retração do crescimento demográfico no Estado, com alguns municípios alagoanos, sobretudo sedes de usinas, apresentando perda significativa de sua população.

Essa retração do crescimento demográfico, provavelmente, também é influenciada pela crise do setor agroindústria da cana-de-açúcar que, nos últimos cinco anos, perdeu

> mais de 30 mil empregos diretos no setor sucroalcooleiro, a área plantada caiu de 460 mil para 320 mil hectares e a receita, que já foi de R$ 3 bilhões por ano safra não passará da metade no ciclo 17/18. Neste período pelo menos sete usinas fecharam ou suspenderam suas operações, a saber: Guaxuma, Laginha, Capricho, Porto Alegre, Sinimbu, Triunfo e Cachoeira. (JORNAL DE ALAGOAS, 2018)

Na efetivação da formação inicial do território de Alagoas, faz-se necessário mencionarmos, ainda, três movimentos para a economia local ocorridos no início do século XVII: a ampliação dos engenhos de cana-de-açúcar na zona da mata, a chegada da pecuária no sertão e a ocupação da região dos Palmares, no final do referido século. O espaço palmarino foi repartido em dezenas de sesmarias, concluindo, assim, a ocupação da atual Alagoas.

---

[13] Há uma década, Alagoas produziu 28 milhões de toneladas. Porém, a previsão do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool no Estado de Alagoas (Sindaçúcar-AL) é de que a produção da safra 2018/19 seja superior a 15 milhões de toneladas de cana processadas no estado. Disponível em <https://www.novacana.com/n/cana/safra/previsao-safra-2018-19-alagoas-15-milhoes-toneladas-cana-110718/>. Acesso em 17 jul. 2018.

Cumpre frisarmos que os nascentes povoados, com o tempo, concentrariam os comerciantes e as moradias de fazendeiros da região, transformando-se nos centros da vida política e de abastecimento da população rural. Assim, a construção do espaço alagoano, “com as estruturas (o latifúndio, a monocultura, a escravidão e o modelo agrário-exportador) que marcariam a sua história, é fruto da intervenção portuguesa nos dois primeiros séculos de colonização” (CARVALHO, 2016, p. 22). É importante pontuar que estes primeiros núcleos se tornaram difusores de um poder local e, posteriormente, regional na formação econômica e político-administrativa do Estado de Alagoas.

No início do século XVIII, mais precisamente em 1706, Alagoas é elevada à condição de comarca, fato que reconhece tanto o desenvolvimento populacional e econômico, como também a necessidade de uma maior presença da Administração Colonial Lusitânia em seu território. Esse fato representa os primeiros passos para o alcance de sua autonomia. Nessa época, existiam seis povoados: Porto Calvo, Penedo, Alagoas (atual cidade de Marechal Deodoro), São Miguel dos Campos, Santa Luzia do Norte e Camaragibe.

É no período monárquico (1808-1889) que Alagoas conquista sua autonomia político-administrativa. Sua emancipação aconteceu em 16 de setembro de 1817, quando a comarca foi elevada à condição de capitania por D. João VI, sendo desmembrada da capitania de Pernambuco. Seu primeiro governador foi o tenente-coronel Sebastião Francisco de Melo e Póvoas, neto do Marquês de Pombal.

É interessante observar que a Terra dos Marechais – como ficou conhecida historicamente – conquistou sua independência antes mesmo da proclamação da República, feita pelo alagoano Marechal Deodoro da Fonseca em 15 de novembro de 1889.

A autonomia político-administrativa de Alagoas foi referenciada, em 1821, quando o Governo Imperial transformou suas capitanias em províncias autônomas. Apresentamos, a seguir, a Figura 5 que ilustra o espaço do Nordeste do Brasil no ano de 1817, pondo em foco a área correspondente ao atual território alagoano (antiga comarca de Alagoas) quando ainda pertencíamos à Capitania de Pernambuco na aurora da colonização.

Figura 5 - Mapa da localização da Comarca de Alagoas em 1817

Fonte: Jornal do Comércio (2018). Disponível em: <http://especiais.jconline.ne10.uol.com.br/revolucao-1817/>. Acesso em 30 set 2018.

A Emancipação inaugura um novo território administrativo no cenário colonial. Todavia, salientamos que essa passagem de comarca à província não modificou, efetivamente, a ordem política, econômica e social local, continuando o domínio provincial e a ascendência das oligarquias agrárias ao poder com os mesmos grupos oligárquicos alagoanos.

Nas palavras de Lindoso (2005, p. 37), o poder dessas forças tradicionais, em Alagoas, era

> [...] condomínio de famílias senhoriais em aliança, em disputa ferrenha pelo mando absoluto sobre adversários também aliançados em oposição numa população de escravos, índios aldeados, lavradores pobres e moradores sem-terra, pequenos comerciantes, sitiados e agregados (LINDOSO, 2005, p. 37).

Entre os estudiosos do assunto, há dois pontos de vista a respeito da emancipação de Alagoas. Um olhar converge para a ideia de que se tratou de um prémio em reconhecimento à fidelidade para com a Monarquia Portuguesa pela contribuição alagoana na luta contra os separatistas e republicanos pernambucanos, assim Alagoas teria se emancipado como consequência do fracasso da Revolução de 1817 (cf. BRANDÃO, 1917; ALBUQUERQUE, 1968, entre outros).

Nesse particular, o desmembramento do território alagoano da capitânia de Pernambuco aconteceu num período em que o movimento contra a coroa Portuguesa se fortalecia em algumas regiões do país. Apesar de encontrar adeptos em Alagoas, a insurreição contra a monarquia foi "abafada" na Comarca, o que levou alguns historiadores a defenderem a tese de que a emancipação foi concedida em recompensa por Alagoas não ter aderido ao movimento republicano, mantendo-se fiel à Portugal.

Já a outra tese evoca a ideia de que a emancipação foi conquistada pela importância econômica e social que Alagoas já representava na época, reconhecendo, assim, o lugar estratégico que o território alagoano ocupava no imaginário político e de poder da administração portuguesa. Nessa perspectiva, acredita-se no profundo conhecimento da coroa Portuguesa sobre o território alagoano e de suas diferenças (políticas, econômicas e sociais) em relação à sede da Capitania. Principalmente, se levarmos em consideração que o pedido de desmembrando não era uma novidade nos bastidores portugueses, já citado e incentivado, inclusive, por membros do Conselho Ultramarino. Sendo assim, a comarca de Alagoas já merecia o *status* de capitania (cf. DIÉGUES JUNIOR, 1967; COSTA, 1967; ALTAVILA, 1988, entre outros).

No nosso modo de ver, há indícios que a posição antirrepublicana da comarca alagoana possa não ter sido a única causa para a elevação de Alagoas à categoria de capitania, mas, provavelmente, colaborou para a decisão real, antecipando uma medida que, possivelmente, seria tomada em um futuro incerto.

A partir de 1839, com a alteração do governo da província para a vila de Maceió, houve um aumento populacional significativo, como também do seu espaço social urbano, a qual foi se consolidando como principal polo econômico-demográfico da região, sendo o local de residência de muitos senhores de engenho, comerciantes, autoridades e políticos, mas também de uma grande população de escravos e homens livres pobres.

A partir de então, entre o período de 1840 e 1860, a nova capital teria atingido um crescimento generalizado em sua população e um significativo progresso urbano. Sob a ótica social, com a conquista da emancipação e o seu constante desenvolvimento, o adensamento demográfico de Alagoas proporcionou uma

> [...] melhoria econômica, provocada pela expansão da indústria açucareira, que trouxe os primeiros engenhos a vapor (1852); e do algodão, que permitiu a chegada da primeira fábrica têxtil no Estado, em 1857. A inauguração de linha marítima direta entre Jaraguá e os portos europeus, em 1879, e a entrada em funcionamento da linha férrea Maceió-Imperatriz (União), em 1884, revelam as mudanças na economia (CARVALHO, 2016, p. 146).

Em 1889, com a proclamação da República, a província é transformada em Estado. Ambos – Estado e República – são instalados e consolidados sem apoio ou manifestação popular, mas com a presença de muitos militares da mesma origem natal, Alagoas.

Esse episódio nacional se materializa em nossa toponímia, o Estado de Alagoas também é conhecido pela perífrase de *Terra dos Marechais*, em razão de os dois primeiros Presidentes da República Federativa do Brasil (Marechal Deodoro da Fonseca e Marechal Floriano Peixoto) terem naturalidade alagoana.

Esse acontecimento pretérito está materializado no léxico toponímico alagoano, na sincronia atual, por meio dos antropoaxiotopônimos *Marechal Deodoro,* nome oficial de sua cidade natal, antiga capital de Alagoas e *Marechal Hermes da Fonseca*, nome de uma rua na cidade de Arapiraca, em Alagoas. E ainda, o antropotopônimo *Floriano Peixoto*, nome de um bairro da atual capital do Estado.

A Primeira Constituição do Estado foi assinada em 11 de junho de 1891, em meio a graves agitações políticas, que assinalaram o início da vida republicana. Nessa época, as organizações sociais e políticas eram controladas pelas Freguesias Eclesiásticas, pelas Comarcas Judiciárias e pelas Intendências Municipais ou Prefeituras.

No atual século XXI, o Estado de Alagoas tem na atividade agrícola, especialmente na monocultura da cana-de-açúcar, no cultivo do algodão e na cultura do fumo, o seu suporte econômico, resultado das atividades dos núcleos populacionais que deram origem aos municípios. Tal fato proporcionou um grande destaque no cenário nacional e internacional, especificamente com o cultivo do fumo,

chegando aos anos de 1970 a ser considerado o maior parque fumageiro da América Latina.

2.2.1 O branco europeu, o índio e o negro nas terras alagoanas

A partir da compreensão de que nossa alagoanidade é constituída por valores sociais e culturais da maioria de nossa população, não só da elite branca de ascendência europeia, mas igualmente dos negros e dos índios que foram e, ainda, são, sem dúvida, atores sociais da cultura alagoana, abordaremos, nesta subseção 2.2.1, o encontro histórico entre essas etnias na formação do Português do Brasil e, por conseguinte, as presenças europeia, índia e negra na trajetória de formação étnico-linguística do Estado de Alagoas.

A área territorial, onde atualmente corresponde ao Estado de Alagoas, se caracterizou como um dos cenários singulares da expansão comercial e marítima europeia no Nordeste brasileiro, resultando na colonização do Brasil pelos lusitanos a partir do século XVI.

Historicamente, o passado alagoano é marcado pelos engenhos de açúcar, pelas lutas dos quilombos e pelos massacres dos índios caetés. Em consequência, desde o início, a faixa litorânea do futuro Estado de Alagoas, em razão de sua localização, fertilidade e recursos naturais e, porque não dizer também por suas belezas naturais, despertou o interesse de portugueses, espanhóis, franceses e holandeses.

Por essas razões, durante o período pré-colonial, os europeus ocuparam essa área para explorar, sobretudo a madeira de pau-brasil, tornando-se a porta de entrada para os primeiros exploradores brancos europeus na região sul da capitania de Pernambuco.

Nesse contexto, quando efetivado o afastamento dos índios da zona litorânea, aproximadamente na segunda metade do século XVI, provocando assim “a desterritorialização indígena e, consequentemente, a sua desestruturação organizacional e étnica” (VIEIRA et al., 2013, p. 183), a Nova Lusitânia se expande.

Nessa conjuntura, os portugueses atravessaram a região norte do atual Estado de Alagoas até chegarem à foz do Rio São Francisco, para logo depois, fundarem os três primeiros núcleos urbanos alagoanos, quais sejam Porto Calvo, Alagoas do Sul (atual Marechal Deodoro/AL) e Penedo.

Os holandeses invadiram o litoral pernambucano ocupando a região de Alagoas, até aproximadamente 1654. Durante o período dessa invasão, foi erguido um forte à margem do Rio Sauassuí (atual Rio Paripueira, situado no município homônimo) e construído um canal revestido de ladrilhos para escoar a madeira, fixando-se na região norte do Estado, onde hoje está situada a cidade de Porto Calvo/AL.

Com a reconquista da área invadida e, naturalmente, o retorno do controle da região pelos portugueses, os colonizadores avançaram sobre o território alagoano com Cristóvão Lins, colonizador lusitano, que foi enviado por Duarte Coelho Pereira, donatário da capitania de Pernambuco, para tomar posse das terras alocadas entre o Rio Manguaba e o Cabo de Santo Agostinho, com a intenção de desenvolver o cultivo da cana e implantar engenhos para a fabricação do açúcar. A cruzada organizada por Cristóvão Lins percorreu parte do litoral, expulsando os índios e se apossando de suas terras. Pelo que fez, o Rei de Portugal lhe conferiu o título de alcaide-mor de Porto Calvo.

Quanto à presença dos franceses em nossas terras, pontuamos que eles foram os primeiros brancos a comercializar com os indígenas. Sua passagem por solo alagoano se evidencia pela existência do Porto do Francês, à distância de 12 km de Maceió, na praia denominada de Praia do Francês. Além desses homônimos toponímicos, também se resgata a atitude denominativa do homem na toponímia alagoana em outros nomes de portos de exportação de pau-brasil: Porto dos Franceses e Porto Novo dos Franceses (atual Pituba, em Coruripe/AL) e Porto Velho dos Franceses (em Marechal Deodoro/AL).

No que tange às culturas e às línguas autóctones brasileiras, destacamos que primitivamente as terras alagoanas incluídas na Capitânia de Pernambuco eram habitadas por expressiva população nativa indígena que abrangia tribos e nações, em sua maioria do tronco tupi-guarani, e minoritariamente de gês (ou tapuias). Nessa época pré-colonial, especialmente entre os índios que se localizavam na costa litorânea e na zona da mata Alagoana, o grupo mais importante entre eles era o dos tupis e a maioria da população indígena do século XV, em Alagoas, eram os Caetés. Daí o Estado também ser chamado pela perífrase de *Terra dos Caetés.*

Nas palavras de Vieira et al. (2013, p. 183), ao longo da história da colonização até os dias de hoje se encontra

> nos registros históricos do Estado de Alagoas uma marcante presença indígena espalhada por todos os seus recantos da circunscrição geográfica, especialmente nas regiões e localidades com alta densidade hidrográfica e fértil, propícias à coleta, à pesca e à agricultura (VIEIRA et al., 2013, p. 183).

Não obstante, atualmente, a presença indígena no espaço alagoano se modificou. Na região com alta densidade hidrográfica, temos apenas a presença de dois povos na região do São Francisco (em Porto Real do Colégio: *Kariri-Xocó* e *Kayagó*), os demais povos indígenas estão distribuídos assim: sete povos na região do Sertão, três povos no Agreste e um povo indígena na Zona da Mata.

A necessidade de controle e o processo de catequização indígena surgiram frente às justificativas do estilo natural de vida que os índios tinham. No entanto, havia áreas de interesse econômico para a presença dos brancos nas regiões que eram habitadas pelos índios. Normalmente, essas terras eram as mais férteis e sem nenhum cultivo em grande escala.

Nessa direção, de modo geral, a aculturação e a desterritorialização indígena tiveram seu prólogo com a conquista de território pelos portugueses, a exploração mediante a colaboração ou não dos índios litorâneos na extração das matérias primas encontradas, a imposição de ordem pelo trabalho indígena e a catequização.

Segundo Navarro (1999, p. 11), depois do Português, foi a língua tupi “que mais produziu nomes geográficos em nosso território”. Ainda conforme o citado autor (2013, p. 13)

> Em poucos países da América uma língua indígena teve a difusão que o tupi antigo conheceu, contribuindo para a unidade política de nosso país. Forneceu milhares de termos para língua portuguesa do Brasil, milhares de topônimos, esteve presente na literatura colonial, no Romantismo, no Modernismo. Da literatura sua influência estendeu-se ainda mais para a onomástica dos país. (NAVARRO, 2013, p.13)

No complexo toponímico alagoano, registramos diversos topônimos municipais de procedência tupi com nomes relativos aos referenciais hidrotoponímico, zootoponímico, fitotoponímico etc. como *Arapiraca*, *Cajueiro*, *Canapi*, *Coruripe*, *Craíbas*, *Ibateguara*, *Igaci*, *Inhapi*, *Jacuípe*, *Japaratinga*, *Jaramataia*, *Jundiá*, *Maceió*, *Maragogi*, *Murici*, *Pariconha*, *Paripueira*, *Piaçabuçu*, *Pindoba*, *Piranhas*, *Satuba*, *Taquarana* e *Traipu.*

Esse legado linguístico se associa às motivações de ordem física no ato de nomear lugares habitados e expõe um vínculo da presença do índio no espaço geográfico de Alagoas. Tal importância pode ser percebida quando revisitamos, também, a toponímia nacional.

Esses nomes de origem indígena se constituem em fontes documentais que registram valores histórico-geográficos que possibilitam o estudo da realidade de seus povos, de suas regiões e particularidades ligadas à linguagem e aos fatos toponímicos.

Dito o exposto, evidenciamos que, no processo bissecular de formação do Estado de Alagoas, o índio marcou para sempre a formação etnolinguística de nossa população, "direcionando língua, fala, termos, expressões, hábitos, atitudes, comportamentos e nomes, metonimicamente ou não, para as áreas territoriais onde mais sensíveis fossem cada um desses grupos" (DICK, 2006, p. 93). Essa tendência foi notada no *corpus* manipulado nesta pesquisa e será apresentada na Subseção 4.3, dedicada à análise quantitativa dos dados.

Cumpre destacarmos ainda que no século XIX, em virtude das ações expansionistas das fronteiras,

> [...] as autoridades provinciais decretaram extinção dos povos indígenas e transferências dos territórios para o poder de particulares e órgãos públicos. As ações da política indígena encarregaram-se de expropriar as terras indígenas e de provocar a invisibilidade dos grupos étnicos existentes na região [Estado de Alagoas], reduzindo-os até o final da década de 1970 aos povos Kariri-Xokó e Xucuru-Kariri. (VIEIRA et al., 2013, p. 184)

Indo de encontro a essa política, os povos indígenas do Nordeste reivindicaram o reconhecimento étnico e também direitos à assistência e à demarcação territorial. Em Alagoas, alguns grupos indígenas conseguiram seu reconhecimento, a maioria deles, a partir da Constituição Federal de 1988.

Muitos dos povos indígenas do Nordeste foram exterminados ou afastados pela migração forçada em razão da política de aldeamento e de ocupação de suas terras pela pecuária, alguns poucos grupos indígenas sobreviveram em suas comunidades remanescentes.

Em Alagoas, as aldeias indígenas apresentam uma população reduzida. Conforme os dados apresentados pelo Censo Demográfico (IBGE, 2010), existem 3.765 famílias indígenas compostas por, aproximadamente, 14.509 índios e possuem

características de intruzamento com outras etnias, resultando em perdas de valores culturais e degradação dos poucos povos que ainda sobrevivem em terras alagoanas.

Atualmente há dez Comunidades Indígenas no espaço alagoano, quais sejam: 1. em Joaquim Gomes, *Wassu Cocal*; 2. em Palmeira dos Índios, *Xukuru-Kariri* (alocados na Fazenda Canto, Mata da Cafurna, Serra da Capela, Boqueirão, Amaro, Cafurna de Baixo, Coité, Riacho Fundo, Fazenda Jarra) e ainda o povo *Xukuru-Palmeira* (esse último não reconhecido); 3. em Feira Grande, *Tingui-Botó*; 4. em São Sebastião, *Karapotó plak-ó* e o *Karapotó* (alocado em Terra Nova); 5. em Porto Real do Colégio, *Kariri-Xocó* (na Fazenda Modelo) e o *Kayagó* (ainda sem terra demarcada); 6. em Traipu, *Waconā;* 7. em Inhapi, *Koiupanká*; 8. em Água Branca, *Kalancó*; 9. em Pariconha, *Jeripankó, Katokinn* e *Karuazú*; 10. em Delmiro Gouveia, *karixararú* (e o povo *Pankararu*).

Essas comunidades indígenas alagoanas se resumem, hoje, a pouco mais de uma dezena de aldeias, algumas com algo em torno de 20 famílias, habitando em pequenos sítios e fazendas, enquanto lutam pela preservação de sua identidade cultural e esperam a reintegração de posse das terras que perderam, ao longo do tempo, para a ocupação das grandes propriedades agropecuaristas e o avanço dos aglomerados urbanos.

Por fim, no âmbito da presença dos povos indígenas em terras alagoanas, pontuamos que os aglomerados humanos habitados pelos povos indígenas foram tão significativos para a construção territorial de Alagoas que, a partir dessas localidades, surgiram alguns dos atuais municípios do Estado, como *Pão de Açúcar, Porto Real do Colégio, Palmeira dos Índios, Quebrangulo, Jacuípe, São Brás, Santana do Ipanema e Viçosa*. Assim, a toponímia alagoana de cunho indígena pode ser compreendida como um registro e reconhecimento da diversidade étnica, linguística, identitária e cultural da formação do espaço de Alagoas.

Um outro aspecto sócio-histórico e etnolinguístico a ser registrado é a presença do negro escravizado, vindo da África para trabalhar como escravo nos engenhos e nas atividades canavieiras em terras alagoanas.

Os portugueses foram os primeiros a realizar o comércio de escravos africanos através do Atlântico, seguidos por holandeses, ingleses e franceses. Nesse particular, se faz mister reconhecer a participação do negro africano na formação do país e mencionar sua condição de ingresso nesse contexto.

Os primeiros africanos escravizados que chegaram em Alagoas

> foram os escravos destinados aos engenhos de açúcar da região Norte, em torno dos Rios Manguaba e Camaragibe, que se espalharam pelos vales dos Rios Mundaú e Paraíba e pelas lagoas. Permanente desde a metade do século XVI, o tráfego negreiro era o grande negócio da colônia (CARVALHO, 2016, p. 201).

Durante o século XVI até o século XIX, o contato da língua portuguesa com as línguas africanas foi intensificado durante o processo de expansão marítima, a escravidão marcou profundamente a sociedade nordestina e, consequentemente, a sociedade alagoana. Nessa direção, o negro africano chegou, simultaneamente, com a vinda dos primeiros portugueses, com o intuito de sustentar por meio do trabalho escravo a atividade canavieira, a lavoura e os engenhos onde o açúcar era produzido para exportação.

Quanto à chegada ao Brasil de negros escravizados, Biderman (2001, p. 68-69) explica-nos que

> Nesses quatro séculos quatro milhões (ou mais) de africanos das mais variadas culturas e línguas ingressaram no Brasil. Muitas foram as línguas e culturas africanas trazidas pelos escravos: iorubá (ou ioruba) e nagô (da Nigéria), gege (do Daomé), mina (da Costa do Ouro), mandinga e haussá (da Guiné e da Nigéria), línguas bantus (de Angola e do Congo), quicongo, cabinda, etc. Na formação da sociedade e da cultura brasileira foi enorme a influência africana nos costumes e na cultura em geral (cozinha, religião, música, atitudes). (BIDERMAN, 2001, p. 68-69)

Assim, em solo alagoano, foi na zona da mata, na área dos engenhos de açúcar e dos municípios canavieiros, que se concentrou a população de negros escravizados em atividades laborais e coletivas.

Nesse contexto, muitos negros escravos se revoltaram contra os castigos que lhes eram aplicados, fugiam e se escondiam na mata se organizando em grupos, denominados de quilombos, para sobreviver à hostilidade do ambiente e às investidas dos brancos.

O maior quilombo no cenário de Alagoas foi o Quilombo dos Palmares que durou 65 anos (1630- 1695), sediado na Serra da Barrica, hoje pertencente ao atual município de União do Palmares/AL.

Na obra clássica sobre a história de Alagoas de Costa (1983), encontramos a seguinte descrição para o referido quilombo:

> O sitio, como ponto estratégico, não podia ser melhor. A 30 léguas da costa, entre o Rio Mandahú (sic) e o riacho Jundiá, a sudoeste da atual cidade de União, pela encosta oriental da serra da Barriga, longe, bem afastados dos centros povoados, onde viviam a vida miserável do captiveiro, milhares de negros estabeleceram uma república, abrigando-se à liberdade das tradições e costumes nataes. Era o mocambo principal do território alagoano, cujo ajuntamento teve começo durante os primeiros dias da invasão holandesa (COSTA, 1983, p. 57).

Da mesma forma que os povos indígenas, a presença do negro de matriz africana em terras alagoanas deixou suas marcas. Segundo o Censo Demográfico (IBGE, 2010), dois terços da população são compostas de negros e mestiços. Esse aspecto pode ser notado no vocabulário, na música, na dança regional, na religiosidade nordestina em seus cultos afro-brasileiros com traços de influência negra, principalmente dos povos bantos (originários da África central, geralmente de Angola e Congo).

Além do trabalho árduo de construção de casas e engenhos, de plantar e fazer moer as canas para fabricação do açúcar durante o período colonial e imperial, na trajetória da constituição territorial de Alagoas, "[...] os africanos construíram o patrimônio material da economia e foram mais longe, marcando fortemente a vida e o cotidiano do povo alagoano com os variados aspectos de cultura imaterial" (CARVALHO, 2016, p. 207).

No complexo toponímico alagoano, registramos vários nomes de matriz africana usados, em Alagoas, na nomeação de acidentes físicos e humanos. Essas ocorrências se evidenciam com o surgimento do Quilombo República dos Palmares, que favoreceu ao aparecimento da nomenclatura africana na geografia da região, "marcando montes, cursos d'água e aldeias, numa demonstração de posse, conquista e independência" (MARROQUIM, 1996, p. 118).

Como exemplo dessa materialização linguística, podemos citar: *lunga*, nome de uma serra ao noroeste de Anadia/AL e o riacho que nasce na mesma serra, desaguando na margem esquerda do Rio Cururipe; *sabalangá*, nome de um povoado junto à Viçosa/AL, no caminho da Serra de Dois Irmãos; *Cafuchi*, que nomeia uma serra entre União dos Palmares/AL, Murici/AL e Viçosa/AL; *Gurungumba* e *Quizanga*, nomes de riachos que passam perto de Sabalangá. E ainda podemos citar nomes de

bairros e municípios, como *Mutange, Cambona*, *Cacimbinhas*, *Maribondo, Quebrangulo*, entre outros, respectivamente.

No nosso modo de ver, da mesma forma que temos com os povos indígenas, trazemos também uma dívida com a parte da população brasileira afrodescendente, que se constitui a segunda maior nação negra do planeta, com um contingente de 97 milhões de negros (pretos e pardos) nas estatísticas oficiais – autodeclarados (IBGE, 2010).

Esse fato se traduz nas condições de precariedade das comunidades quilombolas que se desenvolveram a partir de uma economia de subsistência, com base em atividades não comerciais como o extrativismo, a caça, a pesca, a agricultura de roçados e o criatório de pequenos animais.

Em Alagoas, essas comunidades remanescentes de quilombos apresentam altos índices de pobreza, uma situação que se deve à trajetória de discriminação vivenciada pela população negra no Brasil. Elas guardam um pouco da história e das tradições da época em que os escravos fugidos procuravam um lugar sossegado para organizar uma vida nova. Algumas dessas comunidades estão em locais de difícil acesso; outras não sabem ao certo a sua própria origem.

Como visto, a constituição e/ou ampliação do acervo lexical regional alagoano e, consequentemente, o reportório toponímico dos nomes dos municípios estão também atrelados ao processo histórico de formação do Estado de Alagoas. Com efeito, essa mescla etnolinguística (branco, índio e negro) evidencia nossa existência de sociedade multiétnica, nossos contatos e relacionamentos interétnicos que determinaram e/ou influenciaram o batismo das primeiras povoações que, ao longo dos anos, se tornaram unidades político-administravas municipais, oficializando seus topônimos de diferentes procedências linguísticas na atual nomenclatura toponímica do Estado de Alagoas.

Por conseguinte, é nesse cenário etnolinguístico de pluralidades que se constituiu, inicialmente, o acervo toponímico usado na antiga região sul da Capitania de Pernambuco, hoje, atual espaço de Alagoas.

Com efeito, os topônimos alagoanos – ora entendidos apenas como os nomes de municípios - testemunham parte da nossa história e de nossa língua enquanto símbolos de poder, pois a língua nas sociedades atua como identidade cultural. Com efeito, a construção identitária de um povo pode estar ancorada nos territórios onde

vivem, sobretudo quando residem há muito tempo no mesmo espaço geográfico, no qual vivenciam seu cotidiano.

Portanto, os signos toponímicos são resultados de uma prática de linguagem/nomeação que individualiza uma localidade do/no mundo, produzindo diferentes efeitos de sentido. Sendo assim, "'nome' e 'lugar' constituem-se uma unidade identitária, referencializada e referenciável" (DICK, 2008, p. 179) que insinuam narrativas de nosso povoamento, já que os contatos línguoculturais são registrados e conservados através dos signos linguísticos, inclusive na função toponímica.

Dito o exposto, finalizamos esta segunda seção dedicada ao lócus da pesquisa: o Estado de Alagoas, com as palavras de Gutierrez (1996)[14], "la Toponimia contribuye al mejor conocimiento de hechos y datos que se mantienen enmascarados en los nombres [...]" (GUTIERREZ, 1996). Com isso, queremos destacar que as circunstâncias, à época, da formação, ocupação e fixação do atual território alagoano apresentavam traços de plurilinguismo, seguindo a tendência linguística do Brasil colonial, em razão da presença autóctone milenar dos povos indígenas e da massa alógena oriunda da África com os negros e da Europa com os brancos. Esses últimos, em Alagoas, sobretudo com os portugueses, franceses e holandeses.

Esclarecidos os aspectos metodológicos (na Primeira Seção) e o lócus da pesquisa (na Segunda Seção), cumpre-nos revisar o que se tem tratado a respeito dos conceitos e princípios teóricos que nortearam este trabalho de tese e as produções científico-acadêmicas sobre a toponímia brasileira elaboradas em Programas de Pós-graduação de cursos de Doutorado em Letras e Linguística no Brasil. Nessa direção, na Terceira Seção, exporemos e discutiremos o referencial teórico que subsidiou a pesquisa e a elaboração desta tese de doutorado sobre o gesto de nomeação de municípios em Alagoas.

[14] a Toponímia contribui para um melhor conhecimento de fatos e dados que permanecem silenciosos (mascarados) nos nomes. (GUTIERREZ, 1996, tradução nossa).

3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Nesta terceira seção, inicialmente, cumpre-nos historiar brevemente o desenvolvimento da Toponímia como disciplina científica no Brasil e no exterior. Sendo assim, trataremos agora sobre a área de conhecimento na qual se insere este trabalho acadêmico e discutiremos o referencial teórico que subsidiou a pesquisa doutoral e a elaboração desta tese de doutorado sobre o gesto de nomeação das 102 sedes municipais do Estado de Alagoas.

Como forma de harmonizar o texto de apresentação da área da Toponímia em suas generalizações e singularidades, seus fundamentos epistemológicos e seu objeto de estudo, organizamos esta parte da tese em duas subseções.

Na primeira, iniciamos o texto apresentando um breve percurso histórico da investigação toponímica, em suas generalizações, por meio de uma revisão da literatura prévia. Em seguida, ainda na primeira subseção, tratamos sobre a pesquisa toponímica doutoral desenvolvida no Brasil no século XXI, com a finalidade de situar este estudo dentro da grande área da Linguística, mais precisamente no campo dos trabalhos toponímicos desenvolvidos no âmbito nacional. Na segunda subseção, abordamos os fundamentos epistemológicos da Toponímia, com destaque para a relação de inclusão entre Onomástica e Toponímia. Pondo em foco a prática de nomear lugares habitados e o seu produto gerado: o signo toponímico.

3.1 UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO DA TOPONÍMIA COMO DISCIPLINA CIENTÍFICA

Esta subseção trata da Toponímia em seus aspectos gerais e particulares, no âmbito nacional e internacional, ressaltando seus principais precursores-irradiadores no ocidente e sua inserção como disciplina autônoma curricular nos cursos de Letras no Brasil. Além disso, traz uma síntese das teses de doutorado sobre o léxico toponímico defendidas no Brasil, no século XXI, vinculadas (ou não) a Projetos de Atlas Toponímicos desenvolvidos nas universidades do País.

É importante destacar que, neste panorama histórico que será apresentado, não pretendemos ser exaustivo, mas apenas dimensionar como, principalmente neste século XXI no âmbito acadêmico, essa área de conhecimento tem despertado interesse de pesquisadores, sobretudo no Brasil.

3.1.1 Revisão da literatura prévia: generalizações

Embora a nomeação de lugares seja uma prática linguística longínqua no processo de ocupação, fixação e formação de um espaço habitado, o estudo sistemático de tal atividade humana pode ser considerado recente. Em linhas gerais, pontua-se o final do século XIX na Europa e primeira metade do século XX no Brasil como marcos temporais da Toponímia científico-acadêmica.

Nas palavras de Lefebvre e Martínez (2017, p. 7),

> [...] el tema de la toponimia ha estado presente en los estudios de las Ciencias Sociales y las humanidades desde finales del siglo XIX. En aquel entonces, este "fósil de la geografía humana", según la expresión de Albert Dauzat (1947), se utilizaba para identificar, con mayor o menor veracidad, zonas ocupadas por poblaciones especificas que las habrían marcado con los nombres de lugares, lo que permitió establecer mapas de ocupación humana y su impacto en el paisaje (LEFEBVRE; MARTÍNEZ, 2017, p. 7).[15]

Em decorrência da necessidade de uma sistematização dos estudos toponímicos, surgiram modelos de classificação e taxionomias de topônimos elaborados por diferentes estudiosos do assunto e em diferentes fases da história da disciplina para recuperar a motivação da origem dos topônimos. Dentro deste enquadre, pontuamos as figuras de Auguste Longnon e Albert Dauzat como os principais representantes do marco inicial europeu para o nosso breve percurso histórico, uma vez que são considerados os dois maiores expoentes no âmbito dos estudos sobre nomes de lugar, naquele período, no cenário internacional ocidental.

Por esse viés, a Toponímia moderna - compreendida como um campo de estudo com método, objeto e terminologia própria – nasceu, oficialmente, no final do século XIX na Europa. Mais precisamente, por volta de 1878 em Paris, com *status* de disciplina autônoma pela criação de uma cadeira especial de estudos toponímicos, tanto na *École Pratique des Hauts-Études* como no *Collége de France,* sob a responsabilidade de Auguste Longnon.

A principal obra de divulgação das ideias de Longnon é *Les noms de lieux de la France*, publicada postumamente em 1912, considerada um clássico para a

[15] O tema da Toponímia esteve presente nos estudos das Ciências Sociais e das Ciências Humanas desde o final do século XIX. Naquele tempo, este 'fóssil da geografia humana', de acordo com a expressão de Albert Dauzat (1947), foi usado para identificar, com maior ou menor veracidade, áreas ocupadas por populações específicas que os marcariam com nomes de lugares que permitiu estabelecer mapas de ocupação humana e seu impacto na paisagem. (LEFEBVRE; MARTÍNEZ, 2017, p. 7. Tradução nossa.)

nomenclatura dos nomes de lugares e se constituiu em um marco para os estudos toponímicos da época (DICK, 1987).

A nascente disciplina estava circunscrita ao contexto dos princípios do positivismo de recuperação das línguas indo-europeias, prevalecendo em suas investigações o ponto de vista etimológico a fim de se atestar a significação, a origem e a história das mudanças dos nomes de lugares ao longo do tempo. Aquele momento, como demonstra a historiografia da Linguística, foi marcado por tendências cada vez mais vinculadas ao método histórico-comparatista, inspirado no ideário positivista-determinista.

No entanto, atualmente, os estudos toponímicos procuram valorizar um prisma complementar, a chamada etiologia do topônimo, que comporta o estudo das causas e das circunstâncias originárias de um signo toponímico; dos fatores favorecedores da generalização do uso de um nome de lugar; do ponto de vista que se apropria da natureza do nome e da significação global: soma dos significados etimológico e etiológico (RAMOS, 2008).

Após a morte de Longnon em 1922, Albert Dauzat dá continuação aos estudos onomásticos na mesma Universidade e se torna o grande nome dessa área, dando sequência as pesquisas toponímicas e publicando várias obras, entre elas *La Vie Du Langage, Chronique Toponymie* e *Les Noms de lieux: origine et évolution*, e ainda cria a *Revue de Études de Toponymie* e a *Revue internationale d'onomastique*. Suas ideias se expandem, sobremodo a partir de 1938, quando Dauzat organiza o I Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia com a participação de 21 países.

Nesse particular, recorrendo a Dick (1987, p. 94), podemos resumir as resoluções práticas do mencionado evento científico da seguinte forma:

> a – realização periódica de Congressos Internacionais de Toponímia e Antroponímia; b – organização de uma Sociedade Internacional de Toponímia e Antroponímia; c – criação, nos países que não o possuíssem, de departamentos oficiais para a elaboração de glossários de nomenclatura geográfica; d – sistematização dos processos de pesquisa (DICK, 1987, p. 94).

Pela citação acima, depreendemos que se busca por meio dessas resoluções, à época, uma sistematização e integração no campo das pesquisas onomásticas, em suas subáreas Toponímia e Antroponímia. Com efeito, são divulgadas as propostas

de Dauzat e, em consequência, também se impulsionam os estudos toponímicos na Europa e em outros continentes.

Nesse contexto, Dauzat propunha orientações e normas a serem seguidas pelos pesquisadores-toponimistas, sugerindo investigar o fato, recuperando, além da etimologia, o significado do nome. Dessa forma, podia-se estudar os topônimos por sua própria substância semântica e não apenas por sua origem linguística ou etimologia. Assim, mudando as diretrizes dos estudos toponímicos.

Nessa direção, Ramos (2008, p. 50) aponta para o fato de que a primeira proposta de taxonomia toponímica foi feita por Albert Dauzat em 1928, na obra *Les noms de lieu*. Considerando a realidade de seu país, Dauzat chega às seguintes categorias:

> 1) topônimos espontâneos – estabelecidos naturalmente, ao longo do tempo, pela população do local; sua oficialização representa o aceite do Estado à vontade da história da população local; são referentes a: a) aspectos da geografia física (relevo, hidrografia, flora, fauna); b) aspectos da geografia humana (lugares de passagem e vias de comunicação, estabelecimentos sedentários, elementos abstratos, místicos, históricos, políticos, administrativos); c) antropônimos: nomes próprios e alcunhas atribuídas a pessoas (incluindo títulos de nobreza ou de outra ordem e as antonomásias); 2) topônimos sistemáticos – estabelecidos por Lei, normalmente sem consulta prévia à população interessada; em geral, as autoridades os impõem à população em substituição a outros topônimos já existentes; podem fazer referência a antropônimos (indicando nomes de fundadores e benfeitores) ou hagiônimos (misticismo, nomes de santos, deuses, etc.) (RAMOS, 2008, p. 50).

Diante do exposto, a nosso ver, a grande contribuição de Dauzat para os estudos toponímicos foi incluir os topônimos em dois campos de influências da Geografia, quais sejam o físico e o humano, por meio de uma investigação da toponímia francesa, bem como da cidade de Paris e sua origem dialetal, pautada no Método das Áreas e na Geografia Linguística. Logo, ao estudar os topônimos a partir desses dois ângulos, as ideias Dauzatianas contribuíram para que “os estudos toponímicos se internacionalizassem e se espalhassem pelo mundo afora” (CARVALHO, 2012, p. 28).

É nesse enquadre teórico que avaliamos Auguste Longnon e sobretudo a personagem de Albert Dauzat como os capitais precursores-irradiadores no campo dos estudos toponímicos científicos. Doravante, citaremos alguns pesquisadores-toponimistas e suas principais contribuições, na esfera internacional e nacional, que

consideramos relevantes para a área da Onomástica e da Toponímia brasileira em suas bases teórico-metodológicas.

No âmbito dos estudos da toponímia norte-americana, pontuamos a figura de George Rippey Stewart como precursor expoente das pesquisas sobre o nome de lugar nos Estados Unidos da América. Em 1951, em Detroit, foi um importante colaborador da revista *Names*, publicação oficial da *American Name Society*.

Stewart, autor de renome internacional, tem diversos trabalhos publicados que retratam as formas pelos quais os lugares são nomeados. Em seu modelo de classificação toponímica, elegeu categorias de cunho discriminativa e sistematizou-as em nove classes distributivas, baseadas pelos mecanismos da própria nomeação.

Como exemplificação da vasta produção de George Rippey Stewart, dentre outros trabalhos, podemos citar os textos *Names on the Land, a study on the etymology of American place-names* e *classifition of place names* publicados com o objetivo de divulgar a importância da Onomástica para inúmeros campos do conhecimento humano (DI TIZIO, 2009).

No que tange aos estudos da toponímia mexicana, salientamos que é uma área de longa tradição. No México, tem-se notícias de investigação toponímica desde o período colonial, por meio de numerosas crônicas – em particular escritas por religiosos – conhecidas como *Relaciones geográficas del siglo XVI hasta los días actules.*

Nesse contexto, vários autores buscaram estabelecer correspondências entre duas ou mais línguas, muitas vezes para identificar territórios, processos de migração, existência de sociedades multiétnicas, contatos e relacionamentos interétnicos e outras questões relacionadas ao nome de lugar.

Ao analisar as propostas de trabalhos apresentadas no colóquio *A memória dos nomes: o nome do local na conformação histórica do território*, realizado de 3 a 5 de junho de 2015 no Centro de Pesquisa em Geografia Ambiental do campus da UNAM, Morelia, no México, Lefebvre e Martínez, (2017, p. 8) destacaram que tais estudos “han ido en aumento progresivo y con eso se multiplicaron y se diversificaron los enfoques, abordando temas históricos, geográficos, antropológicos y lingüísticos desde los años 1960”.[16]

[16]Os estudos toponímicos aumentaram progressivamente e com isso se multiplicaram em diversificadas perspectivas, abordando questões históricas, geográficas, antropológicas e linguísticas desde a década de 1960”. (LEFEBVRE; MARTÍNEZ, 2017, p. 8. Tradução nossa.)

Ainda recorrendo aos autores supracitados, mencionamos as obras pioneiras como *Dicionário Geográfico, Histórico e Biográfico dos Estados Unidos Mexicanos (1889-1891)* de Antonio García Cubas; *Nomenclatura Geográfica do México (1895)* de Antonio Peñafiel; *Etimologia de alguns nomes Tarascan das cidades de Michoacán e outros Estados (1888)* de Nicolás León*; Onomatología do Estado do México (1894)* de Manuel Olaguíbel; *Tapón-hispano-nahoa Toponymy (1912)* de Cecilio A. Robelo como uma amostra da produção científica na área da toponímia mexicana.

No âmbito dos estudos toponímicos realizados na América do Sul, acenamos para as contribuições de Adolfo Salazar-Quijada. O citado estudioso venezuelano, em 1985, publicou a obra *La toponimia en Venezuela,* apresentando um panorama histórico venezuelano, pondo em foco a importância do signo linguístico em função toponímica como acervo científico e patrimonial de um país.

Salazar-Quijada apresentou, em sua tese de doutorado, um modelo taxionômico contemplando cinco categorias toponímicas para o estudo dos topônimos, a saber: i. Elementos, taxe que corresponde aos nomes geográficos simples ou compostos; ii. Extensão, taxe que leva em conta o tamanho do acidente geográfico (microtopônimos, mesotopônimos e macrotopônimos); iii. Localização, taxe que considera a posição espacial do lugar (terrestres ou extraterrestres); iv. Aplicação, taxe que se refere ao tipo de acidente geográfico (actinônimos, astinônimos, corônimos, insunônimos, hidrônimos, odônimos, orônimos, espeleônimos, selenônimos) e v. Motivação, taxe que considera o caráter motivacional da escolha toponímica (fisiotopônimos, zootopônimos, fitotopônimos, mineratopônimos, epotopônimos, hagiotopônimos, somatotopônimos, animotopônimos, cognotopônimos, pragmatopônimos, topotopônimos) (SALAZAR-QUIJADA, 1985, p. 21-29).

No tocante aos estudos toponímicos realizados em língua portuguesa, na Europa, destacamos a figura de Leite de Vasconcellos que muito contribuiu para as pesquisas onomásticas em Portugal. Em seus estudos, ele propõe uma classificação dos nomes geográficos portugueses, divididos em três seções, quais sejam nomes de lugar classificados por línguas (etnodialetológico); modos de formação dos sintagmas toponímicos (estrutura formal); categorias de nomes conforme as causas que os originaram (caráter motivacional).

Ramos (2008, p. 51-52) sintetiza a proposta de Leite de Vasconcellos de classificação toponímica da seguinte forma:

> 1) o etno-dialetológico – pelo qual foi possível identificar a presença de várias línguas (pré-romanas, latina, germânica, árabe e portuguesa propriamente dita) na toponímia de Portugal, o que se explica por esse território ter sido dominado por povos diversos ao longo da Antiguidade e Medievo;
> 2) o formal – pelo qual se verificou a estrutura formal dos sintagmas toponímicos;
> 3) o causal – pelo qual foi possível agrupar semanticamente os nomes conforme as causas que lhes deram origem (fauna, flora, natureza do solo, história, religião, etc.) (RAMOS, 2008, p. 51-52).

Em suas observações de orientação etnodialetológico, Leite de Vasconcellos advoga a presença de várias línguas na toponímia portuguesa como a pré-romana, a romana, a germânica e a portuguesa, propriamente dita.

Essa diversidade linguística pode ser explicada pelas fases de dominação da região pelos falantes dessas línguas e, por fim, pelo processo de formação e de consolidação da própria língua materna.

É importante acrescentar, ainda, que em 4 de setembro de 1968, a ONU realizou uma conferência internacional reunindo geógrafos, cartógrafos e outros especialistas de 128 países para estudar a uniformização dos nomes de lugares de todo o mundo, nos diferentes idiomas e alfabetos. Desse evento, segundo Ramos (2008, p. 26), saíram as seguintes recomendações:

> a inserção da Toponímia nas grades curriculares das universidades de seus países-membros dada à necessidade de uma normalização ortográfica precisa para a cartografia internacional; o estudo, em cada país, dos problemas linguísticos de outros países; o uso e o costume nacional decidirem a base mais adequada para a grafia internacional do topônimo; a conversão de outros sistemas ortográficos para os das línguas de alfabeto latino mais utilizadas pela ONU: inglês, francês e espanhol (RAMOS, 2008, p. 26).

Por consequência, ainda conforme o referido autor, alguns países europeus, entre eles Portugal, Espanha e França chegaram a criar Departamentos, Comissões ou Juntas Oficiais em várias esferas da administração pública para tratar de questões afeitas à prática toponímica. Em 1970, o governo peruano criou o Instituto de Investigações Toponímicas.

Ainda recorrendo a Ramos (2008), várias Instituições de Ensino Superior (IES) de vários países introduziram em sua estrutura de ensino e pesquisa a temática da toponímia. Assim, por exemplo, em 1966, o Departamento de Geografia da

Universidade de Laval (Quebec, Canadá) criou o seu Grupo de Estudos de Coronímia e Terminologia Geográfica.

Ainda esse mesmo ano 1966, Dorion e Hamelin propuseram a substituição do termo toponímia por coronímia, alegando ter este último termo uma maior abrangência, podendo referir-se ao nome de qualquer lugar terrestre, submarino ou extraterrestre. A título de sugestão, o termo foi registrado pela II Conferência da ONU para Normalização e Padronização dos Nomes Geográficos em 1972 e 1973.

Já no tocante aos estudos toponímicos em língua portuguesa no Brasil, pontuamos como precursores as seguintes figuras e suas obras basilares: Theodoro Sampaio, estudioso da toponímia tupi na geografia do Brasil e sua obra *O Tupi na geografia nacional* (1903); Armando Levy Cardoso, especialista nos topônimos brasílicos da Amazônia, notadamente, nos nomes de origem caribe e aruaque e sua obra *Toponímia Brasílica* (1961); Carlos Drumond, estudioso das línguas nativas, mais precisamente do tupi antigo e sua obra *Contribuição do Bororo à Toponímia Brasílica* (1965), resultado de sua tese de livre-docência apresentada à Universidade de São Paulo (USP).

No Brasil, na área dos cursos de Letras, aproximadamente até o terceiro quartel do século XX, ainda não tínhamos a Toponímia como uma disciplina curricular autônoma no Ensino Superior Brasileiro.

Tal inclusão se deu, sob a responsabilidade do professor Plínio Ayrosa, na década de 70, quando foi incorporada ao quadro das outras disciplinas de graduação do curso de Letras da USP com a nomenclatura *Toponímia Geral e do Brasil*, com conteúdo desenvolvido, em 1934, junto à cadeira de Etnografia e Língua Tupi, vinculada ao curso de Geografia e História e centrava-se nas pesquisas Ameríndias (DICK, 2006).

Assim, em sua origem na academia nacional, a Toponímia como uma disciplina curricular tinha um duplo objetivo, não só o ensino de suas linhas básicas e de seus fundamentos gerais, segundo os modelos assentados pelo ramo europeu da onomástica, mas, principalmente, a função instrumental de um marcador vocabular básico por meio do estudo etimológico dos topônimos tupis.

Nessa direção, considera-se que foi a partir dos trabalhos de Drumond, filiado às ideias de vertente europeia, que a Toponímia, no Brasil, se integrou, de fato e de direito, aos estudos linguísticos na USP, privilegiando, inicialmente, as investigações

sobre os nomes indígenas na nomenclatura geográfica por meio das pesquisas sobre os tupinismos na Toponímia Brasileira.

Dick (2006) delineia o enfoque das investigações toponímicas, no Brasil, nesse período inicial. Segundo a autora mencionada, o foco estava centrado

> [...] nas línguas da terra, especialmente no tupi antigo, do que no próprio elenco denominativo do Português. Paralelamente aos estudos da etimologia índia, e seu significado admitido ou aparente, buscava-se, pelo contato dos primeiros viajantes europeus aqui aportados desde dos primeiros tempos, até o século XIX, inclusive, conhecer as influências que o meio local produzira no falante e a forma pela qual rios, morros, serras, animais, vegetais participaram desse processo denominativo. Buscava-se, ainda, saber como tais interferências ocorreriam no grupo, se de modo desagregador ou animador, relativamente ao fato em si e às circunstâncias da própria incorporação (DICK, 2006, p. 94).

Como se depreende pelo excerto, mormente, as investigações consistiam no levantamento de lista de nomes ameríndios com possibilidade de significados etimológicos para o conhecimento do *modus vivendi* das comunidades linguísticas, que ocupam ou ocuparam um determinado espaço.

A partir de 1980, ainda na dimensão da Toponímia brasileira, destacamos a figura da professora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, ex-orientanda de Drumond, que se dedicou às pesquisas toponomásticas, expandindo e consolidando os estudos sobre a Toponímia nacional.

Em 1984, seguindo o exemplo de outras instituições europeias e americanas, a USP criou um Curso de Especialização em Estudos Onomásticos: Toponímia e Antroponímia, efetivado a partir de 1989, visando à formação de um corpo próprio de pesquisadores. Como resultado, o curso transformou-se em eixo de pesquisa, atualmente capitaneada pela Prof.ª Dr.ª Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick.

É oportuno enfatizarmos, aqui, a relevância da citada professora-pesquisadora-toponimista Dick para as atuais investigações toponímicas no País. Seu trabalho se expandiu a partir da divulgação de sua tese de doutoramento defendida, na década de 1980, junto ao Departamento de Linguística e Línguas Orientais, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo intitulada de *Princípios teóricos e modelos taxeonômicos* – modelo taxionômico de classificação toponímica aplicados aos nomes de lugares.

Ramos (2008, p. 31-32), ao descrever a metodologia utilizada em sua tese de doutorado sobre a toponímia dos municípios baianos: descrição, história e mudanças,

defendida na Universidade Federal da Bahia, em Salvador, sintetiza as orientações metodológicas propostas por Dick (1996) para a pesquisa toponomástica brasileira da seguinte maneira:

> 1) seleção de dados a partir de fontes primárias (cartas geográficas editadas por órgãos oficiais estaduais e municipais em escalas de 1:50.000 ou 1:100.000) e complementação a partir de fontes secundárias (trabalhos historiográficos da própria comunidade acerca do local onde vivem); 2) registro dos dados em fichas lexicográficas padronizadas, com a identificação dos acidentes designados, do pesquisador e do revisor, fontes e data de coleta; 3) análise de dados, que inclui: a) a quantificação dos topônimos e das taxonomias, analisando a maior ou menor frequência de classes ou itens lexicais; b) o estudo dos nomes a partir de um enfoque: puramente linguístico (etimológico e estrutural); linguístico-histórico e variacionista ("a variação gráfica de formas regionais e sua contribuição para a fonética e para a pesquisa etimológica, bem como as superposições de grupos dialetais interferentes na padronização de substratos ou da linguagem toponímica" (DICK 1996b, p. 33-34)); histórico (relação entre a origem do nome e a história local); ou geográfico (análise de fenômenos como o deslocamento de um topônimo de uma região para outra ou o estabelecimento de áreas toponímicas locais e regionais) (RAMOS, 2008, p. 31-32).

É oportuno pontuarmos, neste momento, que em nossa tese de doutorado sobre os nomes dos munícios de Alagoas, seguimos, em linhas gerais, esses procedimentos metodológicos propostos por Dick (1990 e desdobramentos) para a pesquisa toponomástica brasileira, como foram apresentados na primeira seção deste estudo doutoral.

Deste então, o Modelo Taxionômico de Classificação Toponímica idealizado por Dick, no final da década de 70 (reformulado pela autora em 1990 e publicado em 1992), passou a conter 27 categorias específicas, 11 taxes referentes ao ambiente físico e 16 taxes referentes ao ambiente antropocultural.

O referido modelo concentra os nomes de lugares a partir de suas causas motivacionais, agrupando-os dentro dessas 27 taxes, incluindo duas subtaxes expandidas de um núcleo basal, explicativas ou categoremas toponímicos, distribuídos nos dois grupos, conforme as condutas motivadoras e tomando como base, no âmbito do plano de expressão para fins de classificação semântica, o primeiro formante do sintagma toponímico.

Na perspectiva teórica de Dick, o pesquisador-toponimista pode realizar uma análise toponomástica que não se volta apenas para os aspectos internos da língua, podendo explicar a realidade toponímica por meio de fatos humanos, históricos e

sociais da área pesquisada, com isso os resultados obtidos não ficam restritos ao plano das microestruturas regionais.

Trata-se de um modelo “semântico-motivador das ocorrências toponímicas” que acomoda 27 taxes para “a realidade designativa da nomenclatura geográfica oficial do país” (DICK, 2006, p. 106), dando uma dimensão valorativa do campo sêmico discutido. Desse modo, o conteúdo semântico perceptível nos topônimos figura em primeiro plano. Todavia, isso não quer dizer que fatos extralinguísticos relacionados à história do topônimo sejam deixados à parte na interpretação de suas motivações.

O termo taxe (no sentido de taxionomia toponímica) corresponde à identificação e à classificação genérica dos fatos cósmicos de duas ordens de consequências, quais sejam a física e a antrópica, de forma a permitir a aferição objetiva de causas motivadoras das unidades do léxico toponímico.

Nas palavras de Dick (2007, p. 142), estas taxes de ordem física e ordem antropocultural são definidas

> [...] à maneira dos hiperônimos (termos redutores dos significados compreendidos nas expressões denominativas) ou dos arquilexemas, constituem-se em indicativos ou marcadores semântico-terminológicos; têm a finalidade de, por meio de uma nomenclatura específica (termo genérico motivador, indicativo do campo semêmico determinativo, seguido da expressão topônimo), transmitir os vínculos causais que justificam a criação dos nomes de lugares (DICK, 2007, p. 142).

No grupo das taxes de condutas motivadoras de ordem física, os topônimos fazem referências aos aspectos naturais, como a vegetação, a fauna, o relevo, entre outros, que constituem meios importantes na observação dos estudos das motivações toponímicas, dado o seu caráter referencial, na medida em que incorporam o meio ambiente físico que, muitas vezes, influencia e/ou determina o ato nominativo toponímico.

Doravante, serão apresentadas, no Quadro 4, as 11 taxes de condutas motivadoras de ordem física do Modelo Taxionômico de Classificação Toponímica idealizado por Dick (1992) e exemplificadas, quando possível, com nomes de localidades alagoanas.

Quadro 4 - Taxes de condutas motivadoras de ordem física.

TAXE	DEFINIÇÃO	EXEMPLO
ASTROTOPÔNIMO	relativo aos corpos celestes em geral.	Estrela de Alagoas/AL
CARDINOTOPÔNIMO	relativo às posições geográficas em geral.	Nortelândia/MT
CROMOTOPÔNIMO	relativo à escala cromática.	Amarelo/ ES
DIMENSIOTOPÔNIMO	relativo às características dimensionais dos acidentes geográficos, como extensão, comprimento, largura, grossura, espessura, altura, profundidade.	Alto dos Coelhos/AL
FITOTOPÔNIMO	relativo à flora em geral de índole vegetal, espontânea, em sua individualidade ou em conjunto.	Cajueiro/AL
GEOMORFOTOPÔNIMO	relativo às formas topográficas, elevações, depressões do terreno e as formas litorâneas.	Chã Preta /AL
HIDROTOPÔNIMO	relativo ao elemento água e acidentes hidrográficos em geral.	Água Branca/AL
LITOTOPÔNIMO	relativo aos minerais e à constituição do solo.	Barro Vermelho/AL
METEOROTOPÔNIMO	relativo a fenômenos atmosféricos.	Primavera/AL
MORFOTOPÔNIMO	relativo ao sentido das formas geométricas.	Volta Redonda/RJ
ZOOTOPÔNIMO	relativo à fauna geral de índole animal, representado por indivíduos doméstico e não doméstico	Carneiros/AL

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

No grupo das taxes de condutas motivadoras de ordem antropocultural, podemos classificar os nomes de lugares, que traduzem os vínculos causais e justificam sua criação, em 16 taxes relacionadas ao sujeito nomeador e sua correlação com a sociedade e com a multicultura do lugar nomeado.

Estes topônimos demonstram que nomear lugares é uma forma de evidenciar memórias, pensamentos, crenças, fatos históricos, relações de poder etc. e imprimir as identidades de cada ser, dentro de um contexto histórico, cultural e político. Logo, podemos perceber que este legado identitário, construído por meio da língua, exerce importante influência social.

Enquanto unidade social, o topônimo de ordem antropocultural deixa transparecer a identidade local que está diretamente referida às construções linguísticas que perseguem toda formação remanescente, como é o caso, também, dos municípios alagoanos. Com efeito, ele manifesta os valores acumulados no grupo

social e reflete e refrata os anseios por reconhecimento da condição de unidade social e cultural.

A escolhas desses topônimos ocorrem por meio de influências sofridas por uma comunidade linguística, que se posiciona em um dado espaço físico e com ele se identifica absorvendo-lhe as nuances sociais, políticas, religiosas, ideológicas, culturais entre outras.

Doravante, serão apresentadas, no Quadro 5, as 16 taxes de condutas motivadoras de ordem antropocultural do Modelo Taxionômico de Classificação Toponímica idealizado por Dick (1992) e exemplificadas com nomes de localidades alagoanas.

Quadro 5 - Taxes de condutas motivadoras de ordem antropocultural.

TAXE	DEFINIÇÃO	EXEMPLO
ANIMOTOPÔNIMO	relativo à vida psíquica, à cultura espiritual não física.	Maravilha/AL
ANTROPOTOPÔNIMO	relativo aos nomes próprios individuais, prenome, sobrenome.	Paulo Jacinto/AL
AXIOTOPÔNIMO	relativo aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios individuais.	Senador Rui Palmeira/AL
COROTOPÔNIMO	relativo a nomes de cidades, países, Estados, regiões e continentes.	Iraque/AL
CRONOTOPÔNIMO	relativo aos indicadores cronológicos representados pelos adjetivos novo(a).	Novo Lino/AL
ECOTOPÔNIMO	relativo às habitações em geral.	Tapera/AL
ERGOTOPÔNIMO	relativo aos elementos da cultura material.	Canoa de Baixo/AL
ETNOTOPÔNIMO	relativo aos elementos étnicos isolados ou não (povos, tribos, castas).	Mineiro/AL
DIRREMATOPÔNIMO	constituído de frases ou enunciados linguísticos.	Valha-me-Deus/AL
HIEROTOPÔNIMO	relativo a nomes sagrados de crenças diversas, a efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto.	Capela/AL
MITOTOPÔNIMO	nomes relativos às entidades mitológicas, ou seja, representações linguísticas das atividades autológicas de qualquer credo ou religião.	Cruz das Almas /AL
HAGIOTOPÔNIMO	nomes de santos ou santas do hagiológio católico apostólico romano.	São Miguel dos Campos/AL

HISTORIOTOPÔNIMO	relativo aos movimentos de cunho histórico, a seus membros e às datas comemorativas.	Batalha/AL
HODOTOPÔNIMO	relativo às vias de comunicação urbana ou rural.	Pontes/AL
NUMEROTOPÔNIMO	relativo aos adjetivos numerais.	Dois Riachos/AL
POLIOTOPÔNIMO	relativo aos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial.	Vila Aparecida/AL
SOCIOTOPÔNIMO	relativo às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro da comunidade.	Porto Real do Colégio/AL
SOMATOPÔNIMO	relativo metaforicamente às partes do corpo humano ou animal.	Cabeça Dantas/AL

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Essa classificação taxionômica proposta por Dick (1992) tem a preocupação de responder às "necessidades não meramente especulativas, mas [...], fundamentadas na realidade etnocultural conhecida ou a conhecer" (DICK, 2006, p. 93). Atualmente, ela tem sido largamente adotada no Brasil, sendo o modelo taxionômico norteador para os atuais trabalhos toponímicos no País.

Como também é o modelo metodológico-teórico usado no projeto do ATB (Atlas Toponímico do Brasil) e em outros atlas toponímicos regionais, como ATAOB (Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira), ATEC (Atlas Toponímico do Estado do Ceará), ATEMA (Atlas Toponímico do Estado do Maranhão), ATEMIG (Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais), ATEMS (Atlas Toponímico do Estado do Mato Grosso do Sul), ATEPAR (Atlas Toponímico do Estado do Paraná), ATESP (Atlas Toponímico do Estado de São Paulo), ATITO (Atlas Toponímico Indígena do Estado do Tocantins), ATOBAH (Atlas Toponímico da Bahia), ATT (Atlas Toponímico do Estado do Tocantins).

Ponderamos que, em razão das especificidades encontradas na toponímia brasileira, alguns estudiosos têm contribuído para a ampliação do modelo de Dick (1992), propondo subdivisões ou criando novas taxes de classificação. Dentre eles, podemos citar Isquerdo (1996) que, em sua tese de doutorado, propõe para a categoria dos animotopônimos uma subdivisão justificada pela presença de determinados traços nesses nomes que permitiriam um novo agrupamento. Assim, os topônimos que denotam "impressão agradável/otimista" poderiam ser classificados como animotopônimos eufóricos e os que denotam "impressão desagradável/temeridade", como animotopônimos disfóricos (ISQUERDO, 1996, p. 118).

Podemos também citar Lima (1998) que propôs uma subdivisão para os hagiotopônimos em autênticos e aparentes. Os primeiros seriam os topônimos com inspiração religiosa, respaldada por um padroeiro homônimo. Já os segundos seriam os topônimos de inspiração política, cujo objetivo é homenagear personagens influentes. Essa subclassificação seria justificada pela necessidade de se abranger os casos de nomeação toponímica que homenageiam pessoas vivas, proibida por Lei. Assim “eram camufladas por nome de santo” (LIMA, 1998, p. 422).

Carvalho (2014), em sua tese de doutorado, também propõe uma nova subcategoria para os hagiotopônimos referentes às invocações à Virgem Maria denominada de mariotopônimo. Segundo a citada autora, esses topônimos foram analisados a partir da observação de três categorias onomásticas, quais sejam: os nomes de santos, os nomes de santas e os nomes de invocações da Virgem Maria a que foram chamados de mariotopônimos.

Todavia, em 2018, Carvalho revisita essa classificação onomástica e propõe que os mariotopônimos não sejam mais vistos como uma subcategoria dos hagiotopônimos, mas como uma nova subcategoria dos hierotopônimos.

Carvalho (2018, p. 1135-1136) justifica essa nova postura da seguinte maneira:

> Por não serem constituídas pela estrutura linguística dos hagiotopônimos – qualificativo (são/santo(a)) + antropônimo (prenome) –, as denominações toponímicas referentes a invocações à Virgem Maria foram classificadas em Carvalho (2014) como mariotopônimos, o que se justifica pela orientação do modelo taxionômico de Dick. Entretanto, em virtude do fato de que, conforme Dias (1987, p. 228) os diversos títulos de Nossa Senhora surgiram, na Idade Média, a partir do hagiônimo *Santa Maria*, os mariotopônimos foram considerados como uma subdivisão dos nomes de santas do hagiológio romano – hagiotopônimos femininos, o que não foi feito neste trabalho. Ao nosso ver, justamente pela explicação linguística supracitada, tais denominações não poderiam figurar como uma subdivisão dos hagiotopônimos femininos. Nessa perspectiva, diferentemente do que foi feito em 2014, assim como os hagiotopônimos e os mitotopônimos, os mariotopônimos deveriam ser considerados como mais uma das subdivisões da taxe dos hierotopônimos proposta por Dick (1990).

Podemos aludir Francisquini e Aguilera (1998), pesquisadores do Projeto ATEPAR - Atlas Toponímico do Estado do Paraná, que diferentemente das propostas anteriores, não propuseram subdivisões para as taxes já existentes no modelo de Dick (1992), mas sugeriram outras taxes, como acronimotopônimos (topônimos formados por siglas), estamatotopônimos (topônimos relacionados aos sentidos),

grafematopônimos (topônimos formados por letras do alfabeto), higietopônimos (topônimos relativos à saúde ou à higiene), necrotopônimos (topônimos relativos ao campo semântico da morte).

Como também, podemos citar Anjos (2012) que, em sua Dissertação de Mestrado, propôs a ampliação à taxe dos hidrotopônimos, com seis subtaxes que permitam abarcar, como qualificadores da água, elementos como cromaticidade, salinidade, termalidade, aspectualidade, volume excessivo, volume reduzido: hidro-cromo-topônimo; hidro-hipertopônimo; hidro-hipotopônimo; hidro-termotopônimo; hidro-halotopônimo e hidro-aspectotopônimo.

Recentemente, Faria (2017), em sua tese de doutorado, sugere uma nova proposta de classificação dos antropotopônimos, por meio de um recorte de um estudo linguístico, o léxico toponímico urbano da cidade de Ponte Nova - MG, analisando, dentre o total de logradouros públicos que há na cidade, os nomeados por antropônimos, subclassificando-os em antropoaxiotopônimos, antropo-historiotopônimos e antropo-axio-historiotopônimos.

Ainda recorrendo a Faria (2018, p. 22), ela nos explica essa nova proposta de classificação para os antropotopônimos com as seguintes palavras:

> Os antropotopônimos foram classificados de acordo com o que Dick (1990) propõe, ou seja, inserem-se, nessa classificação, os logradouros que têm nomes de pessoas. Nos antropo-axiotopônimos, foram classificados os antropotopônimos que são precedidos por um título, como, por exemplo, doutor, padre, professor. Nos antropohistoriotopônimos, estão os logradouros que são considerados por Dick (1990) apenas como historiotopônimos. São aqueles que levam nome de pessoas que marcaram a história do Estado ou do país. E, para finalizar, os antropo-axio-historiotopônimos, como o próprio nome sugere, são os logradouros que fazem referência a nomes de pessoas precedidos por um título e que também são considerados historiotopônimos (FARIA, 2018, p. 22).

Uma vez exibidas as categorias toponímicas propostas por Dick (1992), nos Quadros 4 e 5, que apresentaram as taxes de condutas motivadoras de ordem física e antropocultural, respectivamente, e, expostas as contribuições de alguns pesquisadores para uma renovação e/ou ampliação do citado modelo taxionômico, exibiremos, a seguir, o Quadro 6 com uma síntese das novas propostas de taxes e subtaxes e exemplificadas, quando possível, com nomes de localidades alagoanas.

É pertinente dizer que estas propostas de acréscimos ao modelo taxionômico de Dick (1992) não discordam, em termos gerais, das taxes apresentadas por Dick,

mas apenas pormenorizam o processo de classificações dos topônimos brasileiro conforme as singularidades do país.

Quadro 6 - Categorias ou subcategorias toponímicas acrescentadas ao Modelo Taxionômico proposto por Dick (1992).

AUTOR	TAXE E SUBTAXE	MOTIVAÇÃO	EXEMPLOS
ATEPAR	**ACRONIMOTOPÔNIMO**	Formado por siglas e abreviaturas	COHAB da Palmeira Alta/AL
Isquerdo (1996)	**ANIMOTOPÔNIMO EUFÓRICO**	Apresenta impressão agradável/otimista	Feliz Deserto/AL
Isquerdo (1996)	**ANIMOTOPÔNIMO DISFÓRICO**	Apresenta impressão desagradável/temeridade",	Revolta/MS
Faria (2017)	**ANTROPOAXIOTOPÔNIMO**	antropotopônimo precedido por um título	Senador Rui Palmeira/AL
Faria (2017)	**ANTROPOAXIO-HISTORIOTOPÔNIMOS**	antropotopônimo precedido por um título e também considerado historiotopônimo	Marechal Deodoro/AL
Faria (2017)	**ANTROPO-HISTORIOTOPÔNIMO**	Antropotopônimo marcado na história	Tiradentes/MG
ATEPAR	**ESTEMATOTOPÔNIMO**	Apresenta impressão percebida pelos sentidos	Riacho Doce /AL
Lima (1998)	**HAGIOTOPÔNIMO APARENTE**	Nome de inspiração política, mas utilizado como hagiotopônimo	São Sebastião/AL
Lima (1998)	**HAGIOTOPÔNIMO AUTÊNTICO**	Nome de inspiração religiosa	São Brás/AL
Carvalho (2014)	**MARIOTOPÔNIMO**	Nome referente a invocações à Virgem Maria	Senhora de Oliveira/MG
Anjos (2012)	**HIDRO-HIPERTOPÔNIMO**	Expressa ideia de volume excessivo ou a força da correnteza das águas	Lagoa Cheia/CE
Anjos (2012)	**HIDRO-HIPOTOPÔNIMO**	Expressa ideia de volume insuficiente ou precário das águas	Lagoa Seca/AL
Anjos (2012)	**HIDROTERMOTOPÔNIMO**	Expressa características térmicas da água	Riacho Frio/PI
Anjos (2012)	**HIDROASPECTOTOPÔNIMO**	Apresenta impressão do aspecto da água	Rio Claro/SP
Anjos (2012)	**HIDRO-HALOTOPÔNIMO**	Apresenta impressão de salinidade da água	Riacho Salgado/PB
Anjos (2012)	**HIDROCROMOTOPÔNIMO**	Apresenta característica cromática da água	Mar Vermelho/AL
ATEPAR	**HIGIETOPÔNIMO**	Apresenta campo semântico da higiene e da saúde	Saúde de Baixo/AL
ATEPAR	**GRAFEMATOPÔNIMO**	Apresentam entre os elementos distintivos letras (grafema) do alfabeto	Seção C/PR
ATEPAR	**NECROTOPÔNIMO**	Apresenta campo semântico da morte	Cova dos Defuntos/AL

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Como exposto no Quadro 6, novas possibilidades de taxes e/ou subtaxes toponímicas podem ser elaboradas para o estudo da toponímia brasileira, desde que sigam, a nosso ver, os critérios apresentados pela pesquisadora-toponimista Dick e, logicamente, de acordo com as reais necessidades percebidas por meio dos estudos toponímicos brasileiros.

No caso deste estudo toponomástico sobre os nomes atribuídos aos municípios alagoanos, elementos veiculadores de ideologias e refletores de contatos interétnicos, não identificamos uma real necessidade para propositura de novas taxes ou subtaxes ao modelo taxionômico de classificação toponímica proposto por Dick (1990 e desdobramentos).

Finalizando esta subseção 3.1.1, mencionamos ainda os nomes das atuantes, na contemporaneidade, professoras-pesquisadoras Aparecida Negri Isquerdo e Maria Cândida Trindade Costa de Seabra que têm uma vasta produção na área da Toponímia e coordenam os projetos do ATEMS e do ATEMIG, respectivamente.

Doravante, na próxima subseção 3.1.2, pontuaremos, cronologicamente, as pesquisas de doutoramento e suas respectivas teses de doutorado defendidas, durante o período de 2004 a 2017, em diferentes Programas de Pós-graduação de Doutorado no Brasil, na grande área de conhecimento Linguística, Letras e Artes e área de avaliação em Letras e Linguística, levantadas junto ao Banco de Teses & Dissertações da CAPES[17]. Ao final da subseção, destacamos a contribuição e o ineditismo do nosso trabalho de tese em relação às demais produções acadêmicas de doutoramento já realizadas em nosso País.

[17]Levantamento, inicialmente, realizado durante o curso da disciplina PLE 4040 - Introdução à Pesquisa na Área de Estudos Linguísticos do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM), ministrada pela professora Drª. Josimayre Novelli Coradim em 2016/2, junto ao catálogo de Teses & Dissertações da CAPES, a partir das palavras-chave: Linguística, Onomástica, Toponímia, Léxico toponímico e Topônimo. Na área de avaliação em Letras e Linguística. Após o refinamento e a consulta do resultado, foram registradas 24 teses de doutorado defendidas no período de 2004 a 2017, quais sejam Alves (2004); Seabra (2004); Carvalhinhos (2005); Andrade (2006); Maeda (2006); Sousa (2007); Antunes (2007); Ramos (2008); Di Tizio (2008); Di Tizio (2009); Carvalho, (2010); Zamariano (2010); Doro (2011); Carvalho, (2012); Anjos (2012); Castro (2012); Santos (2012); Murillo (2013); Carvalho, (2014); Castiglioni (2014); Curvelo-Matos (2014); Silveira (2015); Dias (2016); Faria (2017). Destacamos que não foram consideradas as defesas de doutorado realizadas durante o ano de conclusão desta tese, em 2018. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Último acesso em: 16 dez de 2017.

3.1.2 Pesquisas toponímicas brasileiras em suas singularidades

Em que pese as pesquisas toponímicas de doutoramento produzidas em território nacional, conforme o levantamento realizado, ressaltamos que não houve registro de defesas de teses em Programas de Pós-Graduação de Doutorado, na citada área de conhecimento e de avaliação, durante o período de 2000 a 2003. Isso sugere que, no início do século XXI, investigações sobre o léxico toponímico brasileiro, em nível de pesquisa doutoral, ficaram no anonimato, (re)ssurgindo a partir de 2004, mobilizando diferentes pesquisadores e grupos de pesquisas que adotaram em sua completude o Modelo Taxionômico idealizado por Dick (1990) ou partiram desse modelo teórico-metodológico.

Pelo critério cronológico, pontuamos que a primeira defesa de tese de doutorado sobre questões atinentes à toponímia brasileira no País, no século XXI, no âmbito da grande área de conhecimento e área de avaliação citadas anteriormente, aconteceu em 1º de fevereiro de 2004, na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), em Araraquara/SP, por Poliana Maria Alves. O trabalho tinha o título de *O léxico do Tuparí:* proposta de um dicionário bilíngue.

É importante ressaltar que registramos defesas de tese sobre o léxico toponímico, no Brasil, antes do século XXI, só para citar um exemplo, podemos assinalar a defesa de Antonio Hauila com o trabalho de Doutorado em Linguística *A toponímia fluminense: uma visão histórico-cultural* em dezembro de 1987 na UFRJ, no Rio de Janeiro. Porém, neste mapeamento, consideramos apenas os trabalhos defendidos a partir do século XXI.

Situando-se ainda ano de 2004, agora no segundo semestre, mais precisamente em 29 de setembro de 2004, ocorreu a segunda defesa de tese de doutorado com Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, intitulada *A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais:* a toponímia da região do Carmo, no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da UFMG, em Belo Horizonte, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen.

A partir de então, evidenciamos o surgimento de diferentes trabalhos sobre o léxico toponímico brasileiro, como subárea da Onomástica – ramo das Ciências do Léxico – em várias partes do Brasil, principalmente nos Estados de São Paulo (USP

e UNESP) e Minas Gerais (UFMG). Além de alguns exames pontuais sobre a toponímia regional de outros Estados brasileiros, como Acre, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Paraná, Piauí, Rio Grande do Sul, Tocantins, entre outros.

Em Alagoas, pesquisas toponímicas são quase inexistentes, registramos, durante o período da revisão da literatura desta tese de doutorado, apenas dois Projetos de Iniciação Científica (PIBIC) sobre a toponímia alagoana, sendo desenvolvidos na Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), campus III de Palmeira dos Índios e um Projeto de Iniciação Científica (PIBIC) na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), campus do sertão em Delmiro Gouveia.

No âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, até o presente momento, não temos registro de investigação científica sobre o léxico toponímico alagoano, urbano ou rural, tornando esta pesquisa doutoral pioneira neste campo de saber.

A partir de uma incursão teórico-metodológica nas teses defendidas no Brasil, no período de 2004 até 2017, atestamos que o instrumento metodológico normalmente empregado nessas pesquisas foi a geração de dados a partir de fontes primárias (mapas ou cartas geográficas editadas por órgãos oficiais e/ou documentos históricos) e fontes secundárias (trabalhos historiográficos da/sobre a comunidade), tomando como base a língua escrita oficial. Essa geração de dados foi complementada, em alguns trabalhos, com entrevistas orais para cotejamento com listagem coletada em registros escritos.

De uma forma geral, elas se voltam para o estudo e o registro da toponímia brasileira e se enquadram, basicamente, em uma mesma linha teórico-metodológica, partindo do modelo proposto por Dick (1990 e posteriores desdobramentos) e, em alguns trabalhos, apresentando contribuições para uma renovação e/ou ampliação do citado modelo taxionômico, em interlocução com outras áreas, como História, Geografia, Dialetologia, Sociolinguística, Ciências do Léxico, entre outras.

Nessa direção, observamos que tais teses buscam, no âmbito linguístico, descrever e explicar o surgimento, a permanência, a variação e a mudança dos topônimos, por meio da análise e discussão dos dados que, mormente, envolve questões ligadas à etimologia, à significação dos formantes sintagmáticos, à motivação do ambiente, aos contornos da paisagem físico-social, fatores psíquicos, presença ou ausência do referente entre outros aspectos arraigados nas escolhas dos signos toponímicos.

Dessa forma, elas exponhem resultados quali-quantitativos dos recortes toponímicos manipulados, em uma perspectiva que não se limita a estudar apenas aspectos geográficos referentes ao lugar (sistema toponímico), mas o lugar em relação com o seu nome (sistema onomástico), pondo em destaque as causas motivadoras do sujeito nomeador e suas inter-relações linguísticas e extralinguísticas, incorporando, assim, o estudo léxico-semântico nestas investigações.

Após a consulta e a análise das 24 teses levantadas, evidenciamos que elas consistem em exames, em perspectiva sincrônica ou diacrônica, sobre o léxico toponímico brasileiro, setorizado por região de diferentes Estados do Brasil, seja no contexto da toponímia urbana ou rural, vinculados (ou não) a Projetos de Atlas Toponímicos e com o propósito, em alguns casos, de elaboração de trabalhos de cunho lexicográficos (dicionários e glossários).

Em síntese, as pesquisas doutorais avaliadas representaram uma dimensão particular do léxico da língua, haja vista que o topônimo, além de incorporar as características inerentes aos nomes próprios, configuram-se como um signo linguístico convertido à signo toponímico com características muito próprias em termos de motivação.

Pelo exposto, podemos sintetizar as 24 teses analisadas, basicamente, em dois grandes grupos, a saber:

Grupo i. pesquisa doutoral vinculada a Projetos de Atlas Toponímicos, em consonância com o ATB - Atlas Toponímico do Brasil, podendo ou não resultar em trabalhos de cunho lexicográfico, como as teses de Andrade (2006) vinculada ao Projeto do ATITO**;** Di Tizio (2008), Murillo (2013), Silveira (2015) vinculadas ao Projeto do ATESP; Carvalho, (2014), Faria (2017) vinculadas ao Projeto do ATEMIG, entre outras.

É importante destacar que os atlas toponímicos regionais ou estaduais, por reunirem amplas informações sobre a toponomástica de uma região, também evidenciam particularidades lexicais locais materializadas pelos topônimos. Nessa perspectiva, tais estudos registram o sistema linguístico em uso e, consequentemente, perpetuam um recorte do léxico da população que reside em um dado espaço geográfico nomeado, uma vez que, como produto da cultura, a toponímia traduz aspectos da geomorfologia, da geografia, da fitogeografia, da hidrografia da região, como também peculiaridades lexicais decorrentes da influência de contatos interétnicos, dos processos de povoamento ocorridos na sociedade.

Grupo ii. pesquisa doutoral não vinculada a Projetos de Atlas Toponímicos, podendo ou não resultar em trabalhos de cunho lexicográfico, como as teses de Anjos (2012), Ramos (2008), Curvelo-Matos (2014), Castiglioni (2014) etc.

Nesse contexto, apesar de os trabalhos de tese avaliados não estarem vinculados a Projetos de Atlas Toponímicos, eles seguem, fundamentalmente, os mesmos procedimentos teórico-metodológicos das pesquisas doutorais incluídas no grupo I e contribuem, também, como fonte de dados toponomásticos, ampliando os conhecimentos culturais e linguísticos de uma dada região, descrevendo recursos naturais de uma área e/ou resgatando informações acerca de aspectos históricos, sociais e etnolinguísticos de um povo.

No que diz respeito à presente tese de doutorado intitulada de *Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) - Municípios e seus aspectos linguísticos e extralinguísticos*, enquadrada no Grupo II e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (Doutorado) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), sob à orientação do Prof. Dr. Manoel M. A. da Silva, ponderamos que o referido estudo dialoga com um saber já produzido sobre a toponímia brasileira em suas bases teóricas, metodologias e diretrizes que orientam as investigações toponímicas na atualidade e ambiciona antes a conquista de novos saberes inéditos, de novas contribuições que possam ser adicionadas ao reservatório do conhecimento universal.

Sob esse ponto de vista, nosso trabalho de tese progride em duas frentes, quais sejam: i. apresenta conformidades e idiossincrasias com as demais pesquisas de doutorado, evidenciadas no recorte estudado, dando assim continuidade à tradição toponomástica brasileira e aplica, de uma forma geral, seus termos conceptuais e metodológicos centrais, portanto se filiando ao sentido de pertença dessa área especializada, contribuindo, assim, com o estabelecimento desse campo na perspectiva dos trabalhos de modelo Dickniano; ii. avança no sentido de pertinência do trabalho acadêmico-científico, ajustado com a função social da pesquisa, ao dá visibilidade aos estudos ora desenvolvidos, pondo à disposição da sociedade o *Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) - municípios*, suprindo, então, uma lacuna de trabalhos lexicográfico-toponímicos sobre o Estado de Alagoas, importando em real contribuição à área de conhecimento em tela.

Por conseguinte, nesse processo, o que trazemos de diferente do encontrado nas 24 teses avaliadas, caracterizando o ineditismo do nosso trabalho é a elaboração da obra lexicográfica toponímica *Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL)* –

municípios, a partir da organização de um recorte regional de dados toponomásticos inéditos, provenientes de saberes populares, ou seja, conhecimentos não especializados mas compartilhados e consensuais, numa determinada cultura e de saberes especializados e organizados em um sistema conceptual baseado nos princípios teóricos propostos por Dick (1990) e contribuições de Isquerdo (1996), Lima (1998) e Faria (2017), já que não havia registro de tese de doutorado que descrevesse o perfil toponímico dos nomes dos municípios alagoanos como repositório de saber lexical, constituindo-se, então, em um trabalho original, fruto de atividade de pesquisa doutoral.

3.2 DA ONOMÁSTICA À TOPONÍMIA: UMA RELAÇÃO DE INCLUSÃO

Nesta subseção, abordamos os fundamentos epistemológicos da pesquisa toponímica, com destaque para a relação de inclusão entre Onomástica e Toponímia. Em seguida, refletimos sobre a prática de nomear lugares habitados (por exemplo, município) e, por fim, dissertamos sobre a constituição do signo toponímico (por exemplo, nome de município).

É oportuno situarmos, nestas linhas iniciais, em que domínio das pesquisas das Ciências do Léxico se insere a Onomástica, uma vez que em uma perspectiva mais ampla, os elementos onomásticos são extraídos, em algum momento, do acervo lexical geral.

Do mesmo modo, os nomes de município podem ser investigados sob o prisma da Onomástica, da Lexicologia, da Lexicografia e ainda sob o viés da Terminologia, “pois um topônimo é também um termo de uma área específica da atividade humana, isto é, da atividade de nomeação” (SIQUEIRA, 2011, p. 191). Além, de constituir-se de um nome, sendo passível de ser descrito, linguisticamente, em termos morfossintáticos, semânticos, etimológicos entre outros.

A Onomástica tem sua origem nas primeiras especulações filosóficas sobre o nome e, no Ocidente, está intimamente ligada às tradições gramaticais greco-latinas. Contudo, um tratamento científico para o estudo do nome só surgiu com o advento do Estruturalismo Linguístico, na virada dos séculos XIX e XX, época em que se privilegiou o enfoque da ciência dos signos, a Semiótica ou Semiologia, do qual a Onomástica passou a ser considerada um capítulo (RAMOS, 2008).

Pelo referido, ao considerar a Linguística como a teoria da linguagem humana, a Onomástica (do helenismo ὀνομαστική, ato de nomear, dar nome) se integra às investigações linguísticas, ocupando-se em estudar os nomes próprios e os sistemas de nomeação. Neste aspecto, corresponde a uma área mais ampla das Ciências do Léxico que apresenta duas subáreas correlatas: a Toponímia, que possui como eixo central de seus estudos o nome de lugar (topônimo), e a Antroponímia, que se ocupa dos estudos do nome próprio individual de pessoa (antropônimo).

É importante dizer que consideramos as duas subáreas em uma abordagem não excludentes, mas interdependentes e complementares. Assim, em termos funcionais, as diferenças existentes entre a Toponímia e a Antroponímia, não impossibilitam a aproximação de seus respectivos objetos de investigação.

Nos dizeres de Zamariano, (2012, p.366):

> [...] enquanto os topônimos definem e precisam os contornos de qualquer paisagem terrestre, os antropônimos se referem à distinção dos indivíduos entre si. No entanto, ambos são considerados verdadeiros registros do cotidiano que, em certas circunstâncias, a não ser por meio deles, escaparia às gerações futuras (ZAMARIANO, 2012, p.366).

Visto desse ângulo, o estudo toponomástico passa a investigar não apenas o lugar, o habitat humano, mas “conjuntamente, o espaço e o *nome do espaço*”. Alterando, portanto, o foco de análise, ou seja, de “Sistema Toponímico” para “Sistema Onomástico” (DICK, 2006, p. 96, *grifo da autora*). Daí a razão do termo toponomástico.

Por consequência, há uma expansão do escopo teórico da Onomástica e, consequentemente, das pesquisas toponímicas enquanto ramo dessa ciência maior, que partem do campo geográfico para o linguístico, modificando, portanto, “a relação de causa e efeito porque *nome e coisa nomeada* passam a significar o mesmo dado, do ponto de vista semântico” (DICK, 2007, p. 144, *grifo da autora*). Sendo assim, torna-se importante não confundir o nome do município com a municipalidade propriamente dita, ou seja, o nome de lugar não é o lugar em si, mas uma de suas representações.

O sistema onomástico, considerado como um complexo linguístico-cultural, compreende as realizações virtuais do sistema lexical disponíveis para o desempenho denominativo dos falantes e é por meio dessas escolhas lexicais, no sistema onomástico, que as causas denominativas do nomeador se manifestam, mediando a relação do lugar referencial com sua representação linguística.

Nessa perspectiva, os topônimos se incluem em dois blocos, quais sejam léxico geral, como signos linguísticos que se modificam como os demais lexemas, podendo sofrer todas as influências, mudanças e transformações ocorridas na língua; no léxico específico da ciência onomástica, como signos toponímicos que designam lugares. Porém, "o ato intelectual de nomear, onomasticamente, é distinto da constituição/criação da palavra, enquanto elemento do léxico e integrante do enunciado de língua" (DICK, 1998, p. 101).

A Toponímia (dos helenismos τόπος, 'lugar', e ὄνομα, 'nome', ou seja, nome de lugar) embora inserida no campo das Ciências do léxico, ela se configura, também, a partir do suporte de outros campos do saber, tendo o que atualmente se chama caráter interdisciplinar, transdisciplinar ou multidisciplinar, característica essencial para investigar a grande diversidade natural e cultural do Brasil que pode ser percebida através da escolha dos nomes dos lugares.

Do ponto de vista linguístico, "la toponimia en general se comporta, por tanto, [...] como un sistema linguístico que funciona desde el arte de comunicar nombrando (BENÍTEZ RODRÍGUEZ, 2018, p. 10).[18] Com efeito, o amplo espectro da vida social recoberto pelos nomes de lugares, faz da Toponímia um ramo dos estudos lexicais mais profícuo para outros saberes.

Por conseguinte, o seu escopo se relaciona ao de outras áreas, sem confundir-se com eles e sem negá-los. Ela assume, assim, uma perspectiva capaz de integrar métodos e um número considerável de conhecimentos de campos muito diversos de maneira direta (vertical) e indireta (horizontal), predominando, contudo, a perspectiva linguística, com valoração, em particular, da pesquisa semântico-lexical.

As pesquisas toponímicas têm como objeto de estudo o "conjunto de unidades lexicais investidas da função de nome próprio de lugar que podem reunir formas do vocabulário comum, alçadas à categoria de topônimos" (ISQUERDO, 2012, p. 116) e tem "exigido dos pesquisadores a formulação de modelos específicos de taxionomias para o estudo do topônimo" (PEREIRA; NADIN, 2017, p. 224-225).

Neste contexto a pesquisa dos nomes geográficos constitui-se em relevante marca cultural no território e expressa uma efetiva apropriação do espaço por um dado grupo. É ainda um poderoso elemento cultural de um povo.

[18] "a toponímia em geral se comporta, portanto, (...) como um sistema linguístico que funciona a partir da arte de comunicar nomes". (BENÍTEZ RODRÍGUEZ, 2018, p. 10. Tradução nossa.)

Sendo assim, nomear e renomear rios, montanhas, cidades, bairros e logradouros tem um significado político e cultural, envolvendo etnias ou grupos culturais. Nessa perspectiva, Trapero (1995, p. 21)[19]explica-nos, também, que a Toponímia

> [...] es una disciplina cuya problemática se la han repartido la lingüística, la geografía, la historia, la botánica, la arqueología, la antropología... Y todas ellas alegando un "derecho" de propiedad. Pero habrá que convenir que más (no digo exclusivo) "derecho" que ninguna tiene la lingüística, como perspectiva que trata de explicar una parcela del léxico de un lugar, de una región, de una lengua (TRAPERO, 1995, p. 21).

De tal modo, na contemporaneidade, as pesquisas toponímicas ganham refinamento teórico e desvelam novas dimensões, dialogando, como já dito, com diversas áreas do conhecimento, pautadas nos fundamentos das Ciências Sociais e Humanas, sobretudo na Linguística.

Ao mesmo tempo, pensando em sua singularidade em relação às outras disciplinas, a Toponímia se pauta em três fatores: " el fator humano, el factor linguístico e el fator histórico-físico" (BERNALES LILLO, 2002, p. 12-13)[20] e se coloca em uma dupla dimensão: a do espaço (a função toponímica); a do tempo (a memória toponímica).

Compreendendo os topônimos também como marcadores da cultura material e imaterial de uma dada comunidade, os atuais estudos toponímicos brasileiros vêm buscando resgatar a história social contida nos nomes de lugares, partindo das origens linguísticas para (re)construir os significados e, posteriormente, traçar um panorama motivacional relacionado ao sujeito nomeador e às idiossincrasias da região.

Destarte, seus resultados podem fornecer dados e informações importantes na (re)construção do conhecimento sobre os povos que habitaram/habitam uma determinada região, não se limitando às questões etimológicas, mas também às descrições funcionais, como ponto de referência, localização, direções, descrições (autodescrição, descrição subjetiva).

---

[19] "é uma disciplina cuja problemática se integra à Linguística, à Geografia, à História, à Botânica, à Arqueologia, à Antropologia. E todas reivindicando um direito de propriedade. Mas temos que concordar que mais direito que todas as outras tem a Linguística (para não dizer exclusivo), como uma perspectiva que busca explicar um recorte do léxico de um lugar, de uma região, de uma língua." (TRAPERO, 1995, p. 21. Tradução nossa.)

[20] "o humano, o linguístico e o histórico-fisíco" (BERNALES LILLO, 2002, p. 12-13. Tradução nossa.)

E mais, podem aclarar o estatuto linguístico do nome de lugar a fim de notar a intencionalidade que motivou o sujeito nomeador a escolher determinado nome, em detrimento de outros, para batizar um acidente físico e/ou humano, uma vez que seus significados se tornam registros de épocas, fatos históricos e elementos da cultura material e humana.

Assim, torna-se importante uma reflexão acerca dos topônimos na prática de nomear espaços habitados e da intenção que os permeia, afinal, na toponímia, o signo tem caráter motivacional e é perpassado pela intencionalidade.

Na próxima subseção 3.2.1, discutiremos sobre a ação de nomear lugares habitados, compreendendo-a como uma atividade de práxis social, que traduz vestígios sócio–históricos e ideológicos de uma prática que pode desvendar transformações ocorridas, ao longo dos anos, em uma determinada região.

3.2.1 O lugar e seu nome: a prática de nomear espaços habitados

Iniciamos essa subseção, admitindo que a razão de as áreas habitadas possuírem nomes é situar-se de forma interativa na dimensão homem-língua-meio. Logo, desde os tempos remotos, uma vez que os relatos bíblicos já registram nomes de países, regiões, reinos, montes, planícies, cidades etc., o homem procura edificar lugares onde possa habitar, originando os aglomerados humanos de moradores fixos e, geralmente, nomeando-os. Esses nomes adotados compõem, verbalmente, um mapa que se refere à determinada superfície geográfica e se inserem como referências de um mundo extralinguístico.

Nesse contexto, o sujeito nomeador tem, necessariamente, determinados propósitos em suas escolhas toponímicas, que vão desde a intenção de delimitar espaços até a de levar a comunidade a partilhar de suas crenças, hábitos e atitudes que se efetuam de forma individual e coletiva.

Por esse ângulo, o léxico se torna o elemento social mais sensível às exteriorizações de comportamento humano por ser “the least stable, the least systematic segment of the language’s structure, (DWORKIN, 2012, p. 5)[21] e, portanto, mais aberto às inovações vocabulares que podem surgir na toponímia e se incorporar à língua, geral e regional, como indício da evolução da sociedade contemporânea.

[21] “o segmento menos estável, menos sistemático da estrutura da língua” (DWORKIN, 2012, p. 5. Tradução nossa.)

O léxico de uma língua é formado por um conjunto de vocábulos que representa, pelo menos em um certo sentido, o patrimônio sociocultural geral de uma comunidade. “[...] É mais do que um repertório de unidades. É um depositário dos recortes com que cada comunidade vê o mundo, as coisas que a cercam, o sentido de tudo” (ANTUNES, 2007, p. 42). Sendo assim, ao escolher palavras no léxico, em um dado contexto, o falante desenvolve, “uma estratégia comunicativa, recorrendo aos seus conhecimentos tanto do léxico quanto da própria situação em que se encontra” (RANGEL, 2006, p.18). Portanto, suas escolhas lexicais podem desvelar informações importantes por se agregarem a valores socioculturais diversos, tendo em vista à realização de determinados fins, inclusive toponomásticos.

A prática de nomear lugares habitados é determinada social, histórica e culturalmente. Assim, ao elucidar a motivação subjacente ao nome que designa um município, estabelecemos os elos que permeiam tal ação verbal.

Tal prática toponomástica consiste em uma das formas de apropriação do espaço pelo homem, contextualizando nossas relações de pertencimento e identidade que são fundamentais à adesão dos grupamentos humanos.

Neste contexto, ao pensar sobre o processo de nomeação na organização do espaço geográfico e social, é preciso, antes de tudo, perceber que esse exercício se constitui na representação simbólica entre o ambiente, a língua e o homem. Logo, refletir sobre esse elo e suas representações, em que as dimensões cronoespaciais estão em relação, é entender como o sujeito nomeador marca na língua seu *habitat*.

A prática de nomear lugares habitados é uma atividade dinâmica e intensa, que evidencia os efeitos da sociedade sobre o linguístico e a maneira pela qual o mundo extralinguístico nele se representa, sobretudo em seu léxico toponímico, refletindo e refratando o modo como o nomeador vê a realidade exterior e a forma como seus sujeitos sociais organizam o ambiente onde eles vivem, em seu trato diário com a língua.

Nesses termos, Isquerdo (1997, p. 32) alerta-nos que “é preciso atentar para o fato de que toda nomeação, normalmente, é estimulada (ou até mesmo condicionada) por fatores inerentes à realidade circundante do denominador”. No caso da prática toponomástica, os nomes deixam o seu uso pleno na língua, transitando para o uso onomástico, revestindo-se de caráter denominativo e passa a ser referencializado como signo toponímico, sendo sujeito às consequências do tempo e do espaço e, até

mesmo, ao desaparecimento do seu significado original, uma vez que sua motivação e significado podem escapar da consciência ou da memória do povo.

Ao tratar sobre a prática de nomear lugares, Dick (1998, p.103) explica-nos ainda que:

> A adequação da escolha, que passa pelo crivo da objetividade ou da subjetividade do nomeador, ainda que inconscientemente, será sentida ou pela reação do grupo ou pela análise posterior do linguista, em uma fase posterior, distinta do momento inicial de marcação do lugar (...) na compreensão do presente, em sua função pragmática (DICK, 1998, p. 103)

A despeito disso, a escolha dos nomes de municípios, no sistema onomástico, não se dá de maneira despropositada, de forma neutra ou aleatória, mas orquestrada como uma estratégia de posicionamento, que ocorre num contexto permeado por uma multiplicidade de sentidos que, por sua vez, fazem parte de um universo sócio-histórico-cultural que deve ser estudado pelo pesquisador-toponimista.

Isso sugere que subjacente aos propósitos nomeadores de tal prática, há "intenções bem delineadas, mas que se tornam menos claras considerando-se o seu esvaziamento semântico pelo decurso do tempo entre a criação do termo e o seu emprego cronológico" (DICK, 2006, p. 99). Seu produto resultante, o topônimo, apresenta "força não apenas impositiva, mas identitária porque situa o objeto nomeado no quadro das significações, retirando-o do anonimato [...]" (DICK, 2007, p. 143).

É importante destacar que essa representação linguística ocorre em uma relação de poder expressa por meio de cada topônimo, visto que nomear um território implica em uma disputa simbólica e real pelo espaço. Essa escolha lexical pode ocorrer de maneira descritiva, nomeando a localidade por meio de características objetivas mais relevantes (por exemplo, *Rio Largo/AL*) ou de maneira metafórica, não transparente, nomeando por associação aos aspectos subjetivos atribuídos ao lugar pelo nomeador (por exemplo, *Maravilha/AL*).

Sendo assim, ao eleger o nome de um lugar ou alterá-lo ao longo do tempo, diferentes fatores podem motivar a permanência, a alteração e/ou a mudança toponímica. Em certos casos, podemos evidenciar a existência de uma toponímia paralela resultante desse processo de transição entre um topônimo primitivo, um topônimo alterado e um topônimo novo.

Nesse sentido, a toponímia paralela corresponde aos topônimos não-oficiais concorrentes aos topônimos oficiais registrados em documentos do governo e reconhecidos pela administração pública. Com efeito, não é institucionalizada, nem tão pouco registrada na cartografia oficial da administração pública ou de outras instituições.

A toponímia popular ou paralela, geralmente, não é bem-aceita por um dado grupo social e é influenciada pelo cotidiano da comunidade local, apresentando uma existência, de fato, porém à margem da toponímia oficial. Nesse particular, é interessante observamos que os topônimos paralelos de uso popular, mesmo depois de substituídos por outros oficiais, podem continuar em uso, por diversas razões, práticas ou afetivas.

Como exemplo de toponímia paralela em Alagoas, dentre outros casos, podemos citar o município alagoano de Estrela de Alagoas, em que há registro de uso de três nomes para designá-lo; ora os falantes usam os topônimos populares Bola e/ou Estrela, ora usam o topônimo oficial Estrela de Alagoas, constituindo-se, assim, uma toponímia paralela.

É importante dizer que a escolha dos topônimos Bola, Estrela e Estrela de Alagoas para designar uma mesma localidade alagoana, em um dado contexto de uso, traduz uma intencionalidade comunicativa sobre a toponímia oficial e a toponímia paralela, assumida por moradores da localidade.

Ao tratar sobre a toponímia paralela, Vieira (2000) adverte-nos que as nomeações paralelas constantemente, sofre a ameaça de desaparecimento pelo desuso com o distanciamento temporal das razões motivadoras do signo toponímico, que permanecem apenas na memória de alguns de seus usuários e classifica-os em paralelos originais, paralelos oficiosos, paralelos ex-oficiais e paralelos correlatos.

Os topônimos paralelos, geralmente, têm um significado afetivo essencial para os habitantes de uma comunidade e, assim, uma pessoa estranha à localidade pode não o entender inteiramente. Dessa forma, é possível perceber como certos grupos que habitam um espaço geográfico se valem da língua em sua multimodalidade para projetar a realidade a sua volta. Assim como, um determinado momento histórico e as circunstâncias físico-sociais podem ser relevantes nesse processo de formação, atualização e ampliação do repertório toponímico.

Com efeito, nomear lugares habitados consiste em uma das formas, no âmbito da linguagem verbal, de apoderar-se do mundo por meio da língua com o intuito de

marcar nossa localização espacial e, mais que tudo, constituir nossa identidade comunitária por meio desse depositário de recortes com que cada comunidade vê o mundo que a cerca.

Por esse ângulo, podemos dizer que é por meio dessa práxis social que o indivíduo se apropria do real no sistema onomástico. É nessa perspectiva que os nomes próprios atribuídos aos aglomerados humanos, aqui tomados na relação lexical hiperônica de municípios, podem ser concebidos como receptores e refletores de valores históricos, antropológicos, sociológicos, ideológicos e outros entrelaçados com a língua, já que seus conteúdos fazem referência a uma realidade social e histórica, em cujo contexto se elege signos toponímicos para a prática de nomear espaços resididos.

3.2.2 O signo toponímico

O signo toponímico consiste em um signo verbal na função denominativa de um espaço geográfico e/ou humano que, no sistema onomástico, perde seu caráter arbitrário. Ele pode receber influências verbais e extraverbais, podendo ser únicas ou combinadas que se intersectam e interagem no momento do batismo de um lugar.

Cumpre dizer que as lexias disponíveis no conjunto paradigmático, no léxico geral, têm caráter arbitrário até o momento em que são acionadas as relações icônicas, no sentido de motivação, na conversão do signo linguístico para o signo toponímico.

Apesar de o signo toponímico se inserir entre os demais signos no sistema linguístico, há algumas diferenças que precisam ser consideradas. Nessa direção, o que era imotivado, linguisticamente, torna-se, no ato da denominação, em um signo efetivamente motivado em que os elementos constitutivos despontam um vínculo entre ele e seu referente – revelados por alusões de cor, tamanho, constituição natural, fauna, flora, homenagens a pessoas etc. (como por exemplo, *Barro Vermelho/AL, Campo Grande/AL, Pedras/AL, Carneiros/AL, Cajueiro/AL, Joaquim Gomes/AL* etc.). É nesse sentido que se diz que o topônimo adquire uma configuração icônica e simbólica, tornando-se uma projeção aproximativa do real.

Dessa forma, é possível assumir que a motivação é condição *sine qua non* para a prática de nomear lugares, constituindo-se, assim, como uma das características dos nomes de municípios. Com efeito, cabe ao pesquisador-toponimista investigar e

interpretar como os processos toponomásticos, na língua, estão indexados às práticas sociais.

Dessa maneira, o topônimo é motivado e não arbitrário, sua escolha é influenciada/determinada pela realidade circundante, "que é valorizada pelo denominador no momento da nomeação, o que contraria, em parte, a tese da arbitrariedade do signo linguístico, tornando-o um signo linguístico especial" (RAMOS, 2008, p. 46). Isso, porém, não significa que haja um vínculo natural entre o nome e lugar por ele nomeado, isto é, não há uma relação direta entre linguagem e realidade, e sim um trabalho social, designando o mundo por um sistema simbólico cuja semântica vai se construindo situadamente.

Assim, além de diferir dos demais signos linguísticos no que se refere à motivação, os signos toponímicos são peculiares quanto à função, ou seja, "quando a Toponímia os transforma em seu objeto de estudo" (ANDRADE, 2017, p. 587). Portanto, a motivação e função significativa possuem realmente um papel imanente, fundacional na construção do léxico toponímico.

Seguindo esse raciocínio, Solis Fonseca (1997, p. 22) pondera que a maioria dos nomes de lugares "surge de esta necesidad espontánea. Otros topónimos surgen de actos fundacionales, dados por los fundadores, muchas veces en eventos fundacionales de los cuales incluso pueden quedar documentos"[22]. Como exemplo dessas motivações, podemos citar aqui os nomes de municípios alagoanos que retomam aos acontecimentos ou às personalidades marcantes da história de Alagoas, como será demonstrado na Seção 4 dedicada à análise e interpretação dos dados.

Outro importante ponto a ser acrescentado na caracterização motivacional do signo toponímico é o fato da manutenção do designativo, apesar do desaparecimento de sua causa motivadora. Nesse particular, a permanência do nome do lugar, mesmo em ausência do motivo determinante ou concorrente de sua formação, "torna clara outra das características mais significativas do topônimo: sua interpretação como um verdadeiro fóssil linguístico" (DICK, 1980, 291).

No nosso ponto de vista interpretativo, isso significa que sua manutenção, a despeito do desaparecimento de sua motivação semântica, faz dele uma expressão

[22] "Surge de maneira espontânea, porém outros topônimos surgem de atos fundacionais, dados por fundadores, muitas vezes em eventos formais, nos quais podem estar inclusos documentos oficiais". (SOLIS FONSECA, 1997, p. 22. Tradução nossa).

linguístico-social que reflete aspectos históricos e culturais de um núcleo humano (pré)existente.

Ainda seguindo essa linha de pensamento, recorrendo às palavras de Dick (1990), destacamos que a referida autora considera os signos toponímicos como

> [...] verdadeiros testemunhos históricos de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população, encerram, em si, um valor que transcende ao próprio ato de nomeação: se a toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal. Chega, muitas vezes, a se espalhar além de seu foco originário, dilatando, consequentemente, as fronteiras políticas, e criando raízes em sítios distantes. Torna-se, pois, a reminiscência de um passado talvez esquecido, não fora a sua presença dinâmica (DICK, 1990, p. 22).

Pelo exposto, podemos dizer que é por meio da língua que dados são fornecidos para que se possa recuperar, simbolicamente, a realidade cultural e histórico-geográfica de um povo na construção do significado linguístico no sistema onomástico.

O topônimo é um fato de língua que não apenas identifica, geograficamente, o lugar a que se refere, apontando para ele, exercendo quase uma função dêitica, mas também significa. Tendo isso em vista, os signos toponímicos são unidades significativas e não simples marcas de identificação. Eles insinuam pistas, sugerem caminhos interpretativos e podem resgatar memórias vivenciadas por gerações presentes e pretéritas.

Sua conversão do acervo lexical para o sistema onomástico depende de “una función de uso: la diferenciación con respecto a otros lugares o predios por razones de tenencia de la tierra, acceso o valor simbólico” (CHUECA, 2010, p. 9)[23] e sua dinâmica “está correlacionada à própria dinamicidade da realidade social, econômica, política, cultural e ideológica do grupo, característica essa que também se manifesta no vocabulário onomástico-toponímico” (ISQUERDO, 2008, p. 51), evidenciando a relação entre o ato de nomear e o vínculo que o ser humano exerce com o *habitat,* seu meio circundante.

Nessa direção, Maeda (2006, p. 33) diz que os signos toponímicos quando extraídos de uma língua viva

[23] “Uma função de uso: a diferenciação de outros lugares ou propriedades por razões de posse da terra, de acesso ou valor simbólico” (CHUECA, 2010, p. 9. Tradução nossa.)

> [...] são enunciados linguísticos, formados por um universo transparente significante, passam pelo crivo de um denominador, que os seleciona e interpreta de acordo com seus conceitos, valores, intenções, códigos e usos convencionais que representam também os do seu grupo, a fim de tornar o termo escolhido um possível referente para o receptor (MAEDA, 2006, p. 33).

Como se depreende pelo excerto, eles traduzem uma projeção aproximativa do real, tornando transparente, em certos casos, a natureza semântica de seu significado e desvelam condicionantes sócioambientais que os motivaram. Com efeito, os signos toponímicos remetem às particularidades relacionadas ao período histórico em que ocorrem, às imagens de épocas remotas da região geográfica a que pertencem e às práticas sociais e valores axiológicos em que estão inseridos.

Nessa direção, o nome de município deixa “de ser apenas um instrumento de marcação ou de identificação de lugares para se transformar em um fundo de memória, de natureza documental tão valiosa e significativa como os textos escritos” (DICK, 1996, p. 337), uma vez que resgata ideias, impressões e conhecimentos do lugar e do nomeador advindos de uma organização subjetiva de lembranças que podem ser individuais e coletivas.

3.2.2.1 A estrutura formal do signo toponímico

No âmbito da constituição formal do signo toponímico, no plano morfológico, ele é constituído por dois termos, quais sejam: i. elemento genérico ou vocábulo toponímico básico, que é relativo à entidade geográfica que vai receber a denominação identificando-a e singularizando-a dentre outras semelhantes; ii. elemento específico, que é o topônimo propriamente dito, que individualiza a noção espacial nomeada.

Assim, por exemplo, nos signos toponímicos *Município de Maceió, Povoado Caldeirão, Rio São Miguel, Serra da Boa Vista*, temos em suas disposições lineares, respectivamente, *Município, Povoado, Rio* e *Serra* como termos genéricos e *Maceió, Caldeirão, São Miguel* e *Boa Vista*, como termos específicos, ou seja, os topônimos propriamente ditos.

É importante dizer que o termo genérico pode estar oculto ou aparecer de forma justaposto ou aglutinado no termo específico na estrutura formal do signo toponímico. Nesse último caso, “diz-se, então, que o termo genérico tende a perder a sua função própria, tornando-se um mero complemento do termo específico” (DICK 1992, p. 10).

Porém, os termos que compõem o sintagma toponímico, justapostos ou aglutinados, constituem um bloco único em torno dos dois elementos.

Na esfera das aglutinações toponímicas, há diversos topônimos brasileiros de origem Tupi que exemplificam tal situação. Em Alagoas, podemos exemplificar com o topônimo atribuído ao município de *Coruripe*, em tupi *cururu-y-pe* 'no rio de sapo' (TIBIRIÇÁ, 1997), que nomeia, ao mesmo tempo, o rio alagoano e a municipalidade formada às suas margens.

Na contemporaneidade, para se desfazer essa ambiguidade toponímica, o falante para se referir ao curso d'água usa o reforço do termo "rio", Rio Coruripe; caso queira se referir ao acidente humano, usa o termo "cidade" ou "município".

Dick (2006) explica-nos a estrutura constituinte do signo toponímico nos seguintes termos:

> O sintagma nascente, construído espontaneamente, adquire uma estrutura funcional e pragmática, cujos elementos constituintes recebem denominações particularizadas no âmbito da ciência, ou seja, termo genérico e termo específico, ou entidade nomeada e expressão que identifica a base material e concreta de apoio ou suporte ao nome recebido. (DICK, 2006, p. 102)

Uma outra questão relevante a ser discutida sobre a estrutura do signo toponímico, ainda, relacionada à aglutinação dos termos genérico e específico é o fenômeno da toponimização do fator geográfico, ou seja, "emprego do designativo do acidente em função denominativa, como se fosse um nome" (DICK, 2007, p. 463).

Nesse particular, o nome atribuído a um acidente físico se cristaliza e passa a designar, também, um acidente humano. Na macrotoponímia municipal alagoana, podemos exemplificar esse fenômeno com os nomes das seguintes municipalidades: *Rio Largo, Barra de Santo Antônio, Mar Vermelho. Olho d'água das Flores* etc. Assim, nesses casos, o primeiro elemento se toponimizou no próprio nome do município.

Dito o exposto, nesta tese de doutorado, consideramos o conteúdo semântico do nome do município e, a partir daí, classificamo-lo. Dessa forma, compreendemos que no caso de toponimização do elemento genérico associado à hidrografia, à topografia regional etc., ele se incorpora ao elemento específico do signo toponímico, não sendo mais reconhecido pelo falante em referência ao acidente geográfico físico como rios, lagoas, olho d'águas, barras, montes, campos etc., mas em um todo representativo no sistema toponomástico.

Ainda no plano morfológico, quanto às estruturas formais, os signos toponímicos correspondem às atualizações de unidades léxicas no recorte onomástico, portanto, no âmbito do plano de expressão, não diferem das possíveis estruturas formais que o falante utiliza no uso geral da língua para formar e/ou criar palavras. Em contrapartida, no plano de conteúdo, como visto anteriormente, se caracterizam pela não arbitrariedade.

Portanto, as operações e mecanismos morfológicos, pelos quais os nomes de lugares são constituídos, atuam em nível fonológico, morfossintático e semântico. Basicamente, são sintagmas toponímicos formados pela combinação de formas livres, presas e dependentes (CÂMARA, Jr., 2004), possibilitando, assim, seguir o princípio da economia linguística em que o número de palavras de uma língua seja maior que o acervo de elementos constitutivos a sua formação.

No âmbito dos processos de formação, em consonância com as diretrizes da morfologia estruturalista concatenativa e acrescentando o estudo das procedências linguísticas das bases dos topônimos, Dick (1990) categoriza os signos toponímicos em três tipos, a saber: Elemento Específico Simples – topônimo formado por um único formante; Elemento Específico Composto – topônimo composto por mais de um elemento formador de uma mesma procedência etimológica; Elemento Específico Híbrido – topônimo híbrido dotado de elementos de origem etimológica diferente.

Nesta tese, a partir do modelo apresentado por Dick (1990), adotamos a seguinte categorização para as estruturas formais dos macrotopônimos municipais alagoanos em sua disposição linear:

i. Topônimo Simples – formado por um único formante, acompanhado ou não por sufixos, como em *Maceió/AL*, nome da capital do Estado de Alagoas ou como em *Cajueiro/AL* e *Cacimbinhas*, nomes de municípios da Mesorregião do Leste Alagoano;

ii. Topônimo Composto – formado por mais de um elemento formador, de origens diversas, mas de uma mesma procedência etimológica, como em *Igreja Nova/AL*, nome de município alagoano constituído por bases românicas do lat. XIII *egreja* ‘comunidade religiosa, templo’ do lat. vulg. *eclēsia* (cláss. *ecclēsĭa*); *adj*. do lat. XIII *nŏvus, -a* ‘de pouco uso’ (CUNHA, 2010);

iii. Topônimo Híbrido – formado por elementos de origem etimológica diferente, como em *Matriz de Camaragibe/AL*, nome de município alagoano constituído por base latina-tupi formado do lat. XV *matrix, īcis* ‘mãe’ (CUNHA, 2010) e do tup. *camara-juba*

‘árvore amarela**’** ou *camará g-y-pe* ‘rio dos camarás, em uma referência aos índios tupinambás (MENDONÇA et al., 2012).

Por fim, sinalizamos que, na próxima Seção 4, apresentaremos a análise quali-quantitativa do *corpus* denominativo constituído. Nela, analisamos e interpretamos os dados em observação às discussões teórico-metodológicas desenvolvidas, levando em consideração aspectos linguísticos e extralinguísticos relacionados ao processo seletivo dos 102 nomes dos municípios alagoanos e suas possíveis motivações e significados.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Na dimensão linguística, Tavares e Isquerdo (2006, p. 3) consideram que as investigações sobre os nomes de lugares podem ser realizadas sob diferentes perspectivas, a saber:

> [...] análise de estratos linguísticos evidenciados pelos designativos, classificação taxionômica dos nomes e análise de taxes predominantes, discussão da motivação semântica dos nomes, estudo diacrônico referente às mudanças de nomes, análise da estrutura morfológica dos topônimos (TAVARES; ISQUERDO, 2006, p. 3).

Pelo referido, nesta quarta seção, apresentamos as análises e discutimos os resultados de nossa pesquisa na dimensão linguística. Seguimos uma abordagem de análise quali-quantitativa, isto é, além de quantificarmos os dados do *corpus*, tecemos interpretações, em observação às discussões teóricas desenvolvidas, levando em consideração aspectos linguísticos e extralinguísticos que podem ter contribuído no processo seletivo para as escolhas toponímicas municipais.

Em razão das características de semelhanças e de diferenças dos nomes dos municípios registrados no complexo toponomástico estudado, sistematizamos a apresentação dos dados em taxionomias, justificada pelas relações icônicas e simbólicas. Assim, enumeramos os topônimos, em ordem alfabética, a partir de suas similaridades funcionais (motivações), recorrendo às orientações de Dick (1980) quando aponta a dupla motivação do signo toponímico no processo de nomeação de lugar:

> – primeiro, na intencionalidade que anima o denominador, acionado em seu agir por circunstâncias várias, de ordem subjetiva ou objetiva, que o levam a eleger, num verdadeiro processo seletivo, um determinado nome para este ou aquele acidente geográfico; – e, a seguir, na própria origem semântica da denominação, no significado que revela, de modo transparente ou opaco, e que pode envolver procedência as mais diversas (DICK, 1980, p. 289).

Partindo dessas orientações, pomos em foco duas modalidades de aferição das motivações: i. a possível intencionalidade que anima o sujeito nomeador, ou seja, sua impressão sensorial e/ou sentimental para eleger um dado nome em detrimento de outras unidades lexicais disponíveis; ii. a origem semântica do produto gerado: o nome do município.

Além disso, ao longo dessa quarta seção, para conhecermos o percurso histórico da consolidação da atual macrotoponímia municipal alagoana, registramos

as narrativas históricas e/ou lendárias que explicam o aparecimento do topônimo e as alterações toponímicas ocorridas ao longo do tempo, como também interpretamos as possíveis motivações e significados dos designativos dos 102 municípios alagoanos, em relação aos aspectos sincrônicos e às considerações diacrônicas pertinentes a partir da história social preservada na memória toponímica local.

Organizamos o texto desta Seção 4 em três subseções. Na primeira, trazemos os topônimos de índole física, agrupados conforme suas categorias taxionômicas; na segunda, apresentamos os topônimos de índole antropocultural também agrupados conforme suas categorias taxionômicas; na terceira e última subseção, não menos importante, expomos uma análise quantitativa a partir de uma síntese demonstrativa do conjunto das modalidades toponímicas apresentadas por meio de tabelas, quadros e gráficos.

É importante ressaltar que, em alguns casos, foram reduzidíssimas as informações referentes à origem das povoações que resultaram mais tarde nos municípios alagoanos, porém, sem essas informações mínimas não seria possível a composição dos verbetes toponímicos que serão apresentados no *Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) – municípios*. Sendo assim, sua elaboração só foi possível em virtude dos resultados obtidos por meio das análises e interpretações aqui apresentadas.

4.1 TOPÔNIMOS DE MOTIVAÇÃO DE NATUREZA FÍSICA ATRIBUÍDOS AOS MUNICÍPIOS ALAGOANOS

Quando se trata da relação entre linguagem e realidade, o processo de nomeação se torna um ponto central. Logo, é de se esperar que em qualquer pesquisa toponímica os grupos de elementos básicos presentes no meio ambiente – como fauna, flora, formas topográficas, hidrografia etc. - se mostrem como fatores relevantes às seleções toponomásticas.

Pelo referido, dentro do cômputo geral dos 102 nomes das municipalidades do Estado, detectamos 56 designativos de municípios alagoanos voltados às características do ambiente natural de Alagoas.

Neste complexo toponímico de índole física, pela própria origem semântica destes signos toponímicos, podemos reconhecer de modo transparente (ou em alguns casos de modo opaco, principalmente, em se tratando de nomes antigos, remanescentes indígenas e africanos) fatores ambientais vinculados às escolhas

toponímicas como índice de entrelaçamento entre homem, língua e meio ambiente no processo de nomeação da realidade circundante.

No âmbito linguístico, para promovermos a restauração das significações e etimologias no *status quo* de alguns topônimos de índole física, sobretudo os vocábulos de étimo indígena e africano, recorremos aos seguintes dicionários especializados: *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi* de Cunha (1978), *Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi:* significado dos nomes geográficos de origem tupi de Tibiriçá (1997), *Dicionário etimológico da língua portuguesa* de Cunha (2010); *Dicionário de Tupi antigo* de Navarro (2013) consultamos, também, os dicionários gerais: *Dicionário escolar de língua portuguesa* de Bechara (2008); *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* de Houaiss (2009), *Dicionário Aurélio da língua portuguesa* de Ferreira (2010). E ainda a *Enciclopédia Municípios de Alagoas* de Mendonça et al. (2012), uma vez que, em certas palavras, a origem linguística e seu significado histórico não se apresentam mais transparentes em suas bases léxicas, isto é, com o tempo, perderam a sua relação com a etimologia primitiva, tornando-se opacos.

4.1.1. Fitotopônimos: topônimos relativos à vegetação em geral e aos produtos dela derivados

A fitotoponímia se mostrou como uma produtiva fonte de motivação física nas escolhas dos nomes de municípios alagoanos. Nesse contexto, registramos 18 signos toponímicos que traduzem elementos da flora (pré)existente em Alagoas, desde a época do início de sua ocupação, vistos pelo aspecto natural e ligados às interpretações da vegetalidade regional.

Funcionalmente, os fitotopônimos apresentam-se com uma dupla marca linguística, exercendo não apenas um papel sígnico no universo do discurso, mas também o de suporte de identificação.

Para a apresentação destes macrotopônimos, dividimos o conjunto toponomástico dos fitotopônimos em dois grupos, a saber: a) no primeiro grupo, apresentamos os nomes alusivos às espécies de árvores ou de frutos comuns na região em que o município está alocado em sua individualidade; b) no segundo grupo, expomos os nomes alusivos à diversidade da vegetação geral da região, fazendo menção a diferentes espécies de plantas locais em sua coletividade.

a. Grupo I: nomes de municípios alusivos à vegetação em sua individualidade

(001) **Arapiraca**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Arapiraca, localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico simples *Arapiraca,* constituído pela composição tupi *ara* ‘periquito, arara’; *pira* ‘pousa’; *aca* ‘ramo de árvore’ (TIBIRIÇÁ, 1997).

O topônimo Arapiraca faz referência à árvore que representa o marco inicial de povoamento do lugar, uma espécie de angico branco. Trata-se de uma árvore da família das *Leguminosas Mimosáceas* – *Piptadênia* (*Piteodolobim*), muito comum no Agreste e no Sertão alagoano, que o povo, à sua maneira, denomina de *Arapiraca.* O uso desse fitotopônimo pelos arapiraquense se tornou hábito e tradição, persistindo até dos dias de hoje, sem outras alterações ou substituições toponímicas.

Diz a tradição, que as terras onde hoje se situa o município de Arapiraca pertenciam ao Capitão José Joaquim do Cangandu que as vendeu ao Capitão Amaro da Silva Valente Macedo. No ano de 1848, o Capitão Amaro Valente enviou seu genro Manoel André Correia dos Santos, juntamente com a família, àquelas terras para tomar posse da propriedade Alto do Espigão do Simão de Cangandu.

Por não ser fácil, à época, construir sua casa de imediato, Manoel André fez acampamento embaixo de uma frondosa *Arapiraca*. À sombra dessa árvore, levantou uma cabana de madeira coberta com cascas de angico, que serviu de habitação para sua família nos primeiros dias, enquanto construía a primeira casa numa distância de aproximadamente 100 metros.

Em pouco tempo, formou-se um próspero sítio e, em 1865, quando Manoel André construiu uma capela, já havia um arruado de casas de taipa de duas águas (MACEDO, 1994; GUEDES, 1999). Pela Lei Estadual nº1.009 de 30/06/1924, a vila foi elevada à categoria de município, mantendo o nome *Arapiraca.*

(002) **Cajueiro**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião da Mata Alagoana, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico simples *Cajueiro,* constituído pela forma tupi *aka’iu* ‘fruto da árvore do cajueiro da espécie *anacardium occidentale* (CUNHA, 2010).

O topônimo Cajueiro teria sua motivação na figura de um frondoso pé de cajueiro, existente às margens do Rio Paraíba, que serviu como ponto de referência para o nascedouro do povoamento que deu origem ao atual município. Temos aqui um exemplo de como o hábito da cultura alimentar associada à vegetação local pode influenciar na seleção toponomástica.

Nesse particular, destacamos que as terras alagoanas sempre foram abundantes em frutas silvestres como o caju. Há relatos que, "no verão, ocorriam as 'guerras dos cajus', batalhas entre as tribos pelos espaços na colheita dos bosques de caju e de outras frutas" (CARVALHO, 2016, p. 42). Nesse contexto, no início da colonização do futuro município de *Cajueiro*, em meados do século XIX, viajantes e feirantes descansavam à sombra de um pé de caju tido como marco da região, vindos do Agreste e do Sertão, em direção ao Litoral. Por essa razão, a povoação que ali se formara ficou conhecida pelo nome de *Cajueiro*. Em 1958, através da Lei nº 2.096 em 1958, foi elevado à categoria de município mantendo esse fitotopônimo.

(003) **Coité do Nóia**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Arapiraca, localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico híbrido formado pelo nome atemático *coité*, constituído pela composição tupi *cui-eté* 'cabaça usada como recipiente' (TIBIRIÇÁ, 1997), anteposto ao apelido da família *dos Nóia.*

A família Nóia era rica, possuidora de terras e escravos e que se fixou em Coité no início do século XIX, conforme documento de transcrição de dote. Nesse documento, Joaquim de Santa Anna Noia e sua esposa Anna Rosa deram um dote a Basílio Estevão da Costa no dia 05/06/1827 no sítio Coité para que o mesmo casasse com sua filha Anna D'Anunciação e Silva. O valor do dote configura o poder e a posição social da família Nóia na região.

Nas terras da família *Nóia*, pioneira daquela região, havia pequenas árvores que dão fruto, o coité, o qual, aberto ao meio, é usado como cuia para beber água, medir farinha ou outros cereais, conhecido como cuieira, cuia de árvore, cabaça de árvore. O local se interligava a Limoeiro de Anadia/AL e a Arapiraca/AL por diversas veredas pequenas. Em razão da enorme quantidade daquelas árvores, o núcleo que começava a se formar recebeu o nome de Coité.

Na época, moradores da região colhiam os frutos (coité) na propriedade da família Nóia, popularizando assim o lugar também com a denominação de *Coité do Nóia.* Nos meados do século XX, o povoado foi elevado à categoria de distrito com o nome *Coité*, pela Lei nº 1.785, de 05/04/1954, e posteriormente, elevado à categoria de município com a denominação de *Coite do Nóia*, pela Lei Estadual nº 2.616, de 21/08/1963.

(004) **Coqueiro Seco**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Maceió, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico híbrido *Coqueiro Seco.* A motivação desse topônimo seria a menção a um velho pé de coqueiro – árvore da família das palmeiras, já seco, que passou a ser, dentro da região possuidora de um vasto coqueiral, ponto de referência para as pessoas que passavam pela margem ocidental da laguna do Norte, em Alagoas.

Diz a tradição que a denominação *Coqueiro Seco* foi usada para nomear a primeira povoação da região às margens da laguna Mundaú (um sítio situado às margens da laguna do Norte), em razão dos encontros frequentes de mercadores e viajantes à sombra de um coqueiro de palhas queimadas diferenciado dos demais, onde eram realizados comércios, atraindo assim, pescadores de outros lugares que se fixaram ali devido à fertilidade da terra e à facilidade da pesca.

Ao longo do tempo, os missionários franciscanos tentaram mudar a denominação para *Monte Santo*, mas foram infrutíferas as tentativas dessa mudança toponímica. Em 1962, a cidade foi emancipada politicamente, instalando oficialmente sua autonomia administrativa em 24 de novembro, por meio da Lei Estadual nº 2.463, de 23/08/1962, com a denominação *Coqueiro Seco.*

(005) **Craíbas**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Arapiraca, localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico simples *Craíbas,* que faz alusão à espécie da árvore das craibeiras muito comum na vegetação local. Etimologicamente, tem origem na forma tupi *Carahyba* ‘homem branco, estrangeiro’ (TIBIRIÇÁ, 1997),

O início do povoamento da região é atribuído a Manoel Nunes da Silva Santos que, em 1865, chegou à região onde está hoje a cidade de Craíbas, adquirindo uma grande extensão de terras pertencentes a Felipe Nogueira de Lima, composta basicamente de matas e árvores, principalmente a craibeira, que acabaria dando nome ao município.

O então povoado era conhecido por *Craíba dos Nunes*, uma referência à família pioneira que se instalou no lugar nos idos de 1865. Com o falecimento de sua esposa, Josefa Teixeira da Silva, neste mesmo ano, iniciou-se a partilha de bens entre filhos e genros. As terras foram divididas e incrementou-se, daí em diante, o desenvolvimento da localidade.

Na oficialização do nome do município ocorreram alterações na composição deste signo toponímico, ao longo dos tempos. Nesse particular, o distrito foi criado com a nome de *Caraíba* pelo Decreto Estadual nº 2.435, de 30/11/1938, subordinado a Arapiraca. Por força da Lei nº 2.471, de 28/08/1962, obteve a sua emancipação política. A instalação oficial do município ocorreu em 23/09/1962, mas em 1965 a cidade voltou a ser distrito de Arapiraca/AL e somente após um plebiscito, realizado em 1982, o então governador Theobaldo Barbosa devolveu a autonomia político-administrativa a *Craíbas*. Em 1943, houve a alteração toponímica distrital *Caraíba* para *Craíba,* pelo Decreto-Lei Estadual nº 2.909 de 30/12/1943. E posteriormente, em 1982, a retificação da alteração gráfica de *Craíba* para o plural *Craíbas*, pela Lei Estadual nº 4.335, de 23/04/1982.

(006) **Jaramataia**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Batalha, localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico simples tupi *Jaramataia* ‘planta leguminosa’ (TIBIRIÇÁ, 1997). A motivação desse fitotopônimo estaria associada à grande quantidade de jaramataias – tipo de árvore ornamental de folhas estreitas muito abundante na mesorregião do sertão alagoano.

A origem do município está ligada à *Fazenda Jaramataia* de Manoel Barbosa Farias, que data por volta de 1882. Pouco tempo depois, Dezinho Barbosa de Amorim e sua família fundaram um pequeno sítio nas proximidades, aos poucos, a localidade foi se desenvolvendo e ficou conhecida como povoado *Jaramataia dos Barbosa*. Pela

Lei Estadual nº 2.444, de 17/05/1962 foi elevado à categoria de município com a denominação de *Jaramataia*.

(007) **Junqueiro**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de São Miguel dos Campos, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico simples de base latina *junqueiro*. Do lat. *juncus, -i* 'nome comum a várias plantas herbáceas' (CUNHA, 2010). A motivação desse topônimo seria a referência à profusão da vegetação de junco às margens da lagoa responsável pela formação de um pequeno aglomerado humano de residentes fixos.

Diz a tradição que muitos moradores locais utilizavam o junco para a fabricação de utensílios domésticos. Seu extrativismo cresceu e os que passavam em direção à lagoa na qual se encontravam em abundância a vegetação de junco, comentavam: "vamos para o junqueiro? " Desde então, a popularização do nome do município de *Junqueiro* (MENDONÇA et al., 2012). Em 09/07/1947, foi elevado à categoria de município com a denominação de *Junqueiro* por Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual.

(008) **Limoeiro de Anadia**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Arapiraca, localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico híbrido latino-hebraico *Limoeiro de Anadia.*

A motivação da escolha do nome *limoeiro* teria sido em menção à existência de muitos pés de limoeiros cultivados pelos primeiros colonizadores desse espaço agrestino alagoano, alocado, à época, nas terras do município de Anadia/AL na atual Microrregião de São Miguel dos Campos/AL.

Segundo a tradição popular, havia um frondoso limoeiro naquele lugar onde costumavam descansar os caçadores que exploravam as matas. Afirma-se, principalmente, que foi encontrado um frondoso pé de limão ao lado da capela erguida, em 1798, por Antônio Rodrigues da Silva, dono de uma fazenda de gado na região de Anadia. A referida capela estava sob a dupla invocação de Santa Cruz e de Nossa Senhora da Conceição do Limoeiro, por causa desse pé de limão. Assim, em torno da

capela e do limoeiro desenvolveu-se o povoado que, em razão de haver pertencido ao município de Anadia, ficou conhecido como *Limoeiro de Anadia*.

Em 31/05/1882, o povoado *Limoeiro* foi elevado à condição de vila independente pela Lei nº 866, sendo desmembrado de Anadia e, posteriormente, pelo Decreto-Lei Estadual nº 2.909, de 30/12/1943 ocorre a transformação toponímica para *Limoeiro de Anadia*.

(009) **Murici**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião da Mata Alagoana, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico simples *Murici,* constituído pelo nome tupi *moressi* ‘árvore da família das malpiguiáceas’ (TIBIRIÇÁ, 1997).

Temos aqui mais um caso que ilustra, no ato denominativo de municípios alagoanos, a fitotoponímia indígena como fonte motivadora. Nessa direção, o topônimo *Murici* teria sido escolhido em alusão à árvore muricizeiro que representa o marco inicial de povoamento da localidade.

Os primeiros registros das terras do futuro município de Murici são de 1724, quando sesmarias são doadas a militares que participaram dos combates ao Quilombo dos Palmares. Estas terras foram, posteriormente, adquiridas por Padre Bento, que doou parte delas para a Irmandade do Santíssimo de Atalaia, do município de Atalaia, onde estavam as terras muricienses.

Diz a tradição que o fundador frei Domingos plantou naquele lugar um muricizeiro bravo, lá pelos idos de 1810, que cresceu e começou a atrair, com sua sombra, os almocreves, prestamistas, ciganos e viajantes de toda ordem, que debaixo dela recuperavam as forças para retomar a viagem. Como o município surgiu a partir dessa árvore, passou a ser denominada pelo fitotopônimo *Murici*.

No início do século XIX, antes de tornar-se cidade, já existia naquela região um pequeno núcleo populacional que pertencia ao atual município de União dos Palmares/AL. Os moradores da antiga Imperatriz (hoje União dos Palmares) eram conhecidos como "macaquitos da Imperatriz". Foram eles que construíram uma capela para Nossa Senhora da Conceição e casas, chamadas de "testa de bode" e destinadas à compra de algodão em rama, uma das primeiras culturas da região.

Em 1829, dois frades, Cassiano e João, reconstruíram a capela de Murici e mudaram a padroeira para Nossa Senhora das Graças. Com a inauguração da via férrea em 12/11/1882, a localidade progrediu ainda mais. Assim, em 16/05/1892, pela Lei nº. 15, a vila foi elevada à condição de cidade, mantendo o nome de *Murici*.

(010) **Palmeira dos Índios**

Signo toponímico atribuído ao município sede da Microrregião de Palmeira dos Índios, localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico composto de base latina *Palmeira dos Índios*. A motivação desse topônimo estaria associada aos aldeamentos dos índios *Xucurus* e *Kariris* que se estabeleceram entre o brejo da Cafurna e a Serra da Boa Vista, local que era comum a existência de vegetação de palmeiras.

Na toponímia popular, também é conhecida, em terras alagoanas, pelas perífrases *Princesa do Sertão* e *Cidade do Amor*, já teve como prefeito o notório escritor brasileiro Graciliano Ramos. As primeiras informações sobre a existência do hoje município de *Palmeira dos Índios* remontam aos meados do século XVII, quando a região era um arraial de índios e se chamava *Palmeira do Arraial*.

Há também uma lenda a respeito da origem toponímica de Palmeira dos Índios, trata-se de uma narrativa epopeica sobre o romance reprimido do casal de índios *Tilixi* e *Tixiliá*. Conta-se que, há 200 anos, *Tixiliá* estava prometida ao cacique *Etafé*, mas era apaixonada pelo primo *Tixili*. Um beijo proibido condenou *Tixili* à morte por inanição. Ao visitar o amado, *Tixiliá* foi atingida por uma flecha mortal de *Etafé*, falecendo ao lado de *Tixili*. No local, como um verdadeiro marco do trágico episódio, nasceu uma palmeira, que passou a simbolizar o amor do jovem casal indígena. Daí por diante, o lugar ficou conhecido como *Palmeira dos Índios* (MENDONÇA et al., 2012).

O Distrito foi criado com a denominação de Palmeira dos Índios em 1798 e elevado à categoria de vila com a mesma denominação, pela Resolução n. º 10, de 10/04/1835, desmembrada da Vila de Atalaia e alçado à condição de cidade, pela Lei Provincial n. º 1113, de 20-08-1889.

(011) **Pariconha**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião Serrana do Sertão Alagoano, localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico simples *Pariconha,* constituído pelo nome tupi que significa 'duas conhas ou par de conhas', (como eram chamadas as polpas dos frutos do pé de ouricuri) (MENDONÇA et al*.,* 2012).

Por associação, seu topônimo faz alusão, segundo conta a história local, a um ouricurizeiro (tipo de palmeira), cujos frutos continham duas conhas como eram chamadas as polpas desses frutos – motivando a origem do nome do lugar, que era conhecido, inicialmente como *Par-de-Conha* e, depois, simplificado para forma aglutinada *Pariconha.*

Na região havia muitos pés de ouricuri que têm formação globosa e contêm pares de sementes conhecidos como par de conha. O povoamento de seu território teve início no século XIX, quando os grupos fazendeiros-colonizadores das famílias Teodósio, Vieira, Viana e Félix se estabeleceram na localidade e começaram a desenvolver a agricultura e a pecuária, principalmente, com a criação de animais de pequeno porte.

Esse local, hoje denominado de Povoado Caraibeiras dos Teodósios, às margens do Rio Moxotó, a família Teodósios até hoje tem lá seus descendentes. O resto das outras famílias, também colonizadoras da região se estabeleceram no local onde hoje está a sede do município.

Pariconha é uma cidade tipicamente sertaneja de vegetação caatinga. A principal fonte de renda está na administração pública, no comércio e na agricultura. O Distrito foi criado com o nome *Pariconha* pela Lei nº 2.240 de 01/05/1962 e elevado à categoria de município com a mesma denominação pelo Artigo 41, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual de 05/10/10/1989, desmembrado de Água Branca.

(012) **Piaçabuçu**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Penedo, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico simples *Piaçabuçu*, constituído pela composição tupi *pyassab*-ussu 'piaçava, palmeira ou cerca grande' (TIBIRIÇÁ, 1997).

Esse topônimo faz alusão à abundância, na região do município, de grandes palmeiras conhecidas pelos moradores locais pelo nome de *piaçabuçu*.

Suas origens remontam ao século XVII, diz a tradição que o português André Dantas, tendo um grupo de homens sob as suas ordens, entre 1660 e 1670, penetrou na região que hoje constitui o município, em 10 de outubro, dia em que se comemora a conservação de São Francisco de Borja, com palhas de palmeira construiu-se uma pequena barraca, dando-lhe a forma de igreja, em honra daquele santo.

Assim, surgiu o povoado *Piaçabuçu*, denominação que se mantem até os dias atuais na nomeação do município em tela. O Distrito foi criado com a denominação de *Piaçabuçu*, pela Lei Provincial nº 539, de 11/07/1859 e elevado à categoria de vila com a mesma denominação pela Lei Provincial nº 866, de 31/05/1882, desmembrado de Penedo.

(013) **Pindoba**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião Serrana dos Quilombos, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico simples *Pindoba,* constituído pela base tupi *pindá* 'folha da palmeira com a qual os índios faziam fisgas e anzóis; o coco da palmeira pindá' (TIBIRIÇÁ, 1997).

A motivação desse topônimo seria a alusão ao nome popular de uma espécie de palmeira da família das Arecáceas encontrada em abundância na região do município.

A origem do município de Pindoba estaria associada à promessa religiosa feita pelo fazendeiro João Dias. Nesse particular, conta a tradição, que ele estava bastante enfermo, então prometeu construir uma capela em agradecimento a São Sebastião, caso recuperasse a saúde. Curado da enfermidade, João Dias mandou levantar imediatamente a capela em sua fazenda. Todos os meses, um sacerdote ia celebrar missa na capela, fazendo com que a localidade passasse a ser frequentada por habitantes da região.

Ao longo do tempo, em razão desse movimento e a fertilidade das terras alguns agricultores se transferiram para o local, atraindo outros moradores, que passaram a trabalhar no desenvolvimento da região, não somente da agricultura, mas também na pecuária. Sua emancipação política aconteceu em 10/10/1957, através da Lei nº 2.070 que também alterou o nome de *Pindoba Grande* para a forma reduzida *Pindoba*.

(014) **Taquarana**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Arapiraca, localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico simples *Taquarana,* constituído pela composição tupi *tacuá-rana* 'planta que se parece com a taquara, falsa taquara' (bambu) (TIBIRIÇÁ, 1997). A motivação do topônimo Taquarana seria uma alusão a uma espécie de árvore característica e bastante abundante no Agreste alagoano

A origem do município remonta à instalação da Fazenda *Cana Brava*, em 1750, pertencente à família Correia Paes, dedicada à criação de gado e diversificadas lavouras de alimentos para atender aos tropeiros que se deslocavam do Litoral ao Sertão. Até sua emancipação, o povoado era conhecido pelo nome de *Cana brava dos Paes* e se tornou ponto de passagem obrigatório - pela estratégica posição de proximidade com a estrada que ligava o Sertão à capital alcançou o progresso rapidamente (CASTRO NETO, 2006).

Em agosto de 1962, através da Lei nº 2.465, se tornou município e também alterou o nome da cidade de *Cana Brava dos Paes* para *Taquarana*, por sugestão do bispo Dom Rômulo de Farias, à época, arcebispo de Maceió.

Portanto, frente ao exposto, percebemos que os 14 nomes municipais apresentados nesse primeiro grupo de (001) até (014) se configuram como materializações linguísticas alusivas às espécies de árvores comuns na região, tomadas em suas peculiaridades pelo nomeador como ponto de referência espacial e identitário dos nascentes povoados que se tornaram, posteriormente, em unidades político-administrativas do Estado de Alagoas.

b. Grupo II: nomes de municípios alusivos à vegetação em sua coletividade

(015) **Campestre**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião da Mata Alagoana, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico simples de base latina *Campestre.* Esse topônimo no *status quo* faz menção aos verdejantes campos, situado em uma área densa de vegetação, existentes em meados do século XVIII entre os morros que circundavam toda a região do atual município.

A princípio, era uma região com poucas casas e apresentava um cotidiano de vida eminentemente rural. Sua constituição histórica está ligada ao município de Jundiá/AL e seu desenvolvimento se inicia a partir da construção da estrada que ligava a localidade até a cidade de Palmares, no Estado de Pernambuco. Esse contato interestadual viabilizou o crescimento local e o movimento pela emancipação.

Em 21/11/1994, o governador Geraldo Bulhões sancionou a Lei Estadual nº 5.641 que concedeu autonomia administrativa ao município de *Campestre*, mantendo seu topônimo primitivo.

(016) **Flexeiras**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião da Mata Alagoana, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico simples na forma do Português do Brasil *flexeiras.*

A motivação desse fitotopônimo seria a referência ao grande número de árvores existentes na região nas quais brotavam flechas (ponta ou rebento terminal das árvores) semelhantes às de cana-de-açúcar que era encontrada com facilidade nos arredores.

Em 1915, inicia-se a povoação do local que mais tarde viria a ser a cidade de Flexeiras, em Alagoas. Naquela época, havia uma fazenda existente no lugar onde hoje é a sede municipal. Em pouco tempo, o aglomerado humano se apresentava com características de um movimentado povoado à margem direita do Rio Jitituba. Por conseguinte, através da Lei nº 2.216, de 28/04/1960, consegue sua autonomia administrativa.

No âmbito das transformações toponímicas, é interessante observarmos que o nome primitivo era grafado *flecheiras,* seguindo as orientações ortográfico-etimológica de base francesa de *fèche* (FERREIRA, A., 2010). Porém, não se sabe a razão da alteração gráfica para *Flexeiras* em desacordo com as normas vigentes da ortografia da língua portuguesa.

Nesta tese de doutorado, classificamos esses casos de adulteração de grafia como mudanças toponímicas aparentes, uma vez que não há alteração semântica, mas apenas transformações histórico-ortográficas.

(017) **Mata Grande**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião Serrana do Sertão Alagoano, localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, constituído pelo elemento específico composto de base latina *Mata Grande.* A motivação desse topônimo seria a referência ao fato de o povoado ter sido edificado junto à serra de mesmo nome (Serra da Mata Grande), lugar coberto por uma vasta e verdejante mata.

Conforme a tradição, o povoamento foi iniciado em 1791, quando João Gonçalves Teixeira e sua mulher Maria Luísa instalaram uma fazenda nas terras conhecidas como *Cumbe*, nas Matas de Santa Cruz, região serrana com uma fonte perene que abastecia sua propriedade e ao contraforte da Serra da Onça.

Por escritura de doação, João Gonçalves Teixeira e sua mulher Maria Luísa doaram uma parte da terra para edificação de uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. Ergueu-se, em frente à capela, uma grande cruz de madeira feita do tronco de enorme maçaranduba, que deu ao arraial o nome de *Mata do Pau Grande***.** Escrituras de 1808, registram o nome de *Mata do Pau Grande*, da freguesia de Nossa Senhora da Saúde de Tacaratu. Ao longo dos anos, o povo reduziu o nome do lugar para *Mata Grande*.

No processo de mudança toponímica, a localidade quando ainda era vila, por meio da Lei nº 197 de 28/07/1852, assumiu o nome de *Paulo Afonso*, quando o território abrangia a famosa Cachoeira de Paulo Afonso/BA. Já no século XX, através da Lei nº 328, de 05/06/1902, foi elevada à categoria de cidade, conservando o nome de *Paulo Afonso*. Porém, em 25/05/1929, voltou a denominação de *Mata Grande*.

(018) **Viçosa**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião Serrana dos Quilombos, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico simples *Viçosa*, do lat. *vĭtĭum* 'vigor de vegetação nas plantas, verdor' (CUNHA, 2010). A motivação desse topônimo seria em alusão ao vigor/verdor da exuberante vegetação e fertilidade do solo local.

Na toponímia paralela, o município de *Viçosa* também é conhecido pelas expressões "*Atenas alagoana*" e "*Princesa das Matas*". A região era, primitivamente, habitada pelos índios caambembes, oriundos da subtribo dos Caetés. No processo do

estabelecimento de sua denominação, a localidade teve como primeiro nome *Rio do Meio*, depois *Vila Nova da Assembleia* e por último o atual nome *Viçosa*.

Diz a história que, na região banhada pelo Rio Paraíba, todos os anos no final de dezembro um padre saía de sua paróquia em Atalaia/AL para celebrar a missa de Natal e Ano Novo em Passagem, antiga povoação próxima à cidade de Quebrangulo/AL.

Em uma dessas idas, havendo chovido torrencialmente durante o dia, transbordando todos os rios e córregos da região, o sacerdote, chegando à margem de um riacho que se situava a igual distância dos riachos Gurumgumba e Limoeiro, encontrou-o de tal maneira cheio que não foi possível atravessá-lo. Impossibilitado de prosseguir viagem, no meio da noite, resolveu celebrar a missa ali mesmo para um reduzido número de pessoas que o acompanhavam e moradores de sítios vizinhos, armando o altar debaixo de uma grande árvore.

A cruz fincada no local permaneceu lá e acabou por atrair romeiros ao local, aos quais se devem as primeiras e poucas habitações do lugar, que por essa razão ficou conhecido como *Riacho do Meio*. Posteriormente, o povoado ficou conhecido pelo nome de *Assembleia* porque era costume dos habitantes do antigo *Riacho do Meio* reunirem-se nas calçadas de suas casas no final da tarde e discutir os assuntos vindos da capital, da lavoura e do cotidiano da comunidade. Dizia-se, então, que estavam em “assembleia” (BRANDÃO, 2005).

O povoado foi elevado à categoria de vila como o nome *Vila Nova da Assembleia* por Decreto Imperial em 1831 e à posição de distrito com a denominação de *Assembleia,* pela Lei Provincial nº 8, de 10/04/1835, desmembrado de Atalaia. Pelo Decreto Estadual nº 46, de 25/09/1890, a vila de *Assembleia* passou a se chamar *Viçosa* e foi elevado à condição de cidade pela Lei Estadual nº 14, de 16/05/1892.

Já no caso desse segundo grupo, percebemos que os 4 nomes municipais apresentados de (015) até (018) se configuram como materializações linguísticas alusivas ao aspecto cotidiano de vida eminentemente rural, simbolicamente, traduzido pela diversidade de vegetação regional dos nascentes povoados que se tornaram, posteriormente, em unidades político-administrativas do Estado de Alagoas.

De modo geral, no âmbito dos fitotopônimos apresentados de (001) até (018), ponderamos que é condição *sine qua non* considerarmos o papel dos elementos da vegetação regional como considerável determinante na denominação de municípios alagoanos.

Vista desse ângulo, percebermos, ainda, que a intencionalidade que anima o denominador está associada à descrição e ao resgate de espécies vegetais da flora local em sua individualidade ou diversidade, em que se encontra seu objeto de denominação, materializando na língua, sobretudo no léxico toponomástico, traços das especificidades naturais do Estado.

Os fitotopônimos ora apresentados se revelaram, em sua maioria, como designativos de um universo transparente significante, traduzindo elementos das feições características do local, à época, de sua povoação. Desse modo, é possível percebermos como certos grupos sociais que habitam e/ou habitaram um espaço geográfico se valem da língua para representar o mundo a sua volta e como o contexto extralinguístico pode ser relevante no processo de formação, atualização e ampliação da toponímia de uma determinada região.

Por fim, ressaltamos que muitos desses municípios designados por fitotopônimos foram batizados com nomes em tupi, como em *pindoba, piaçabuçu, pariconha, murici, jaramataia, craíbas, coité, arapiraca* etc., nos quais se percebe a valoração, da semente ao fruto, das árvores regionais como nome referenciais desses acidentes humanos.

Em alguns casos, esses municípios foram fundados a partir de aglomerados indígenas. Sendo assim, entendemos que esses signos toponímicos traduzem a visão dos aborígines e/ou de seus colonizadores em relação aos aspectos naturais de dadas áreas territoriais de Alagoas.

É importante dizer que a realidade mundial, no contexto contemporâneo, excessivamente pautada no consumismo e no capital financeiro, sobretudo a partir do século XIX, trouxe severas consequências no que se refere à quantidade de árvores na natureza e seus aspectos naturais. Esse fato, também, é percebido nas terras alagoanas.

4.1.2 Geomorfotopônimos: nomes referentes às formas topográficas, às elevações ou às depressões do terreno

No âmbito deste conjunto toponomástico, os signos toponímicos evidenciam a estreita relação existente entre o homem, o lugar e os nomes que designam o espaço físico habitado, traduzindo e projetando, na língua, a percepção de parte da realidade geomorfológica toponímica do território alagoano por meio do ânimo denominativo do sujeito nomeador.

Nesse particular, registramos 6 geomorfotopônimos designativos municipais adotados a partir de nomes que provavelmente são, em sua origem, advindos de uma nomeação espontânea, ou seja, escolhas feitas possivelmente por nativos da região, e em geral anônimos de determinado grupo social.

019) **Barra de Santo Antônio**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Maceió, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico composto de base latina *Barra de Santo Antônio.* Esse topônimo teria sua motivação associada ao local onde desemboca o Rio Santo Antônio Grande na região do atual município traduzido na expressão da formação geológica *barra*[24]

A informação mais antiga que se tem sobre a *Barra de Santo Antônio* remonta a 1624, quando a esquadra da primeira invasão holandesa ao nordeste do Brasil se deslocava para a Bahia onde invadiu Salvador (então capital do Brasil) sob o comando de Jacob Willekens. Na passagem pela costa alagoana, Albert Sourth fez parar um dos navios e desembarcou em uma pequena povoação de pescadores. O local era conhecido como *Poço dos Veados* por causa do rio que lá desaguava.

Com a chegada dos holandeses, dá-se início ao progresso do povoado, constituído por poucas casas de taipa construídas à margem do Rio Santo Antônio Grande que corta o atual município em dois locais distintos: um mais urbano, sede da cidade (à margem direita); o outro, mais turístico e nativo (à margem esquerda). Pelo Decreto-Lei Estadual nº 2.909, de 30/12/1943, o distrito de *Barra de Santo Antônio Grande* passou a denominar-se simplesmente *Barra de Santo Antônio* e pela Lei Estadual nº 2.285, de 20/08/1960 passou à categoria de município**,** desmembrado de São Luís do Quitunde.

(020) **Barra de São Miguel**

Análogo ao signo toponímico apresentado anteriormente em (019), se trata de um nome atribuído ao município da Microrregião de Maceió, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico híbrido de base latina-hebraica *Barra*

[24] Adotamos a acepção do termo como " Barra. [De or. Pré-Romana] s.f. 10 Geogr. Acúmulo de material aluviônico, paralelo à costa, no ponto onde há equilíbrio entre a corrente marítima e a fluvial". (FERREIRA, 2010, p. 268)

de São Miguel. Ainda, comparável ao topônimo *Barra de Santo Antônio*, esse topônimo teria sua motivação associada ao local onde desemboca o Rio São Miguel na região do atual município traduzido na expressão da formação geológica barra.

Em Alagoas, essas barras, em alguns casos, ocorrem formando faixas de material constituídas de areia ou uma mistura de materiais, conforme a composição dos solos de onde provêm os cursos de água e/ou podendo constituir restingas. Além disso, elas podem constituir nas entradas estreitas dos portos, frequentemente, obstruídas por material aluvional ou na foz de cursos de água.

Antes de sua emancipação, *Barra de São Miguel* pertencia ao município de *São Miguel dos Campos*. Trata-se de um local, de excelente localização geográfica no Estado, transformou-se num movimentado núcleo de pescadores, sendo uma entrada de um porto natural e Foz do Rio São Miguel.

O distrito foi criado com a denominação de *Barra de São Miguel*, pelo Decreto Estadual nº 100, de 23/03/ de março de 1891. A autonomia administrativa ocorreu por força de interesses políticos e foi elevada à condição de município, desmembrado de São Miguel dos Campos pela Lei nº 2.612, em 1963, mantendo sua denominação de *Barra de São Miguel.*

(021) **Campo Alegre**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de São Miguel dos Campos, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico composto de base latina *Campo Alegre.*

Há duas versões que explicaria a motivação do topônimo do município *Campo Alegre*, ambas se caracterizam pela formação do relevo do lugar e a impressão agradável manifestada pelo ânimo do sujeito-nomeador.

A primeira diz que, por volta de 1814, passaram pela localidade uns missionários católicos, os quais pernoitaram e na manhã do dia seguinte celebraram uma missa em uma palhoça, na ocasião, ofereceram a imagem de Bom Jesus dos Aflitos, hoje padroeiro da cidade. Os missionários encantados com a paisagem plana e verde e admirados com a beleza da localidade, chamaram-na de *Campo Alegre.*

Na segunda versão, o topônimo teria sua origem na figura do religioso padre Júlio de Albuquerque, autor da obra *Alma das Catedrais*, que definiu a região como um *campo alegre* em carta para um amigo, pela razão de o povoado ter sido edificado

em uma formação geológica de chapadão de onde se vislumbrava um belo e agradável panorama (MENDONÇA et al., 2012).

Era conhecida como Mosquito durante o tempo em que pertenceu ao município de São Miguel dos Campos/AL. Diz a tradição que, entre 1750 e 1800, o cacique de uma tribo da Nação Açonas, que ocupava a região de Porto Real do Colégio, raptou Ana Margarida de Barros, filha de um rico português que veio para Alagoas fugindo da seca de Sergipe. O índio e Ana Margarida viveram por muito tempo em Salomé, atual município de São Sebastião, e se casaram religiosamente na Diocese de Penedo.

Dessa união nasceu Antonio de Barros que, anos depois, chega à localidade após a decadência do referido engenho. Ele construiu uma casa à margem da estrada e em seguida outras casas foram surgindo nas proximidades, formando o povoado que deram o nome de *Mosquito de Cima* para se diferenciar de outra localidade já existente denominada de *Mosquito de baixo.*

Antônio de Barros deu os primeiros passos para a colonização do município. Casou-se com a filha da proprietária do engenho e iniciou a construção da igreja no povoado, que foi concluída por seu filho, Manoel Felipe de Novaes. Daí a origem está vinculada ao *Engenho Mosquito*, cuja proprietária era uma viúva conhecida como Dona Vicência. Pelo Decreto-Lei Estadual nº 2.909 de 30/12/1943, o distrito de Campo Alegre passou a denominar-se *Mosquito* em razão da existência do Engenho na localidade. Alcançou à condição de município com a denominação de *Campo Alegre* pela Lei Estadual nº 2.241 de 08/06/1960, sendo desmembrado de São Miguel dos Campos.

(022) **Campo Grande**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Arapiraca, localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico composto de base latina *Campo Grande*. Esse topônimo teria sua motivação em referência à extensa planície da região na qual o município em tela está edificado, repleta de campos de grandes proporções, ideal para as atividades agropecuárias.

O povoamento da região teve início nas primeiras décadas do século XIX com a chegada dos colonizadores para a criação de gado e ovelhas, viabilizando a

aglomeração de algumas casas e pequenos sítios, garantida pelas boas pastagens da grande planície. Logo, a região fico conhecida como *Campo Grande*.

A construção da estrada de ferro foi um fator para impulsionar o desenvolvimento do núcleo populacional do até então povoado. Em 1939, com a chegada dos trabalhadores e a implantação do acampamento dos operários para os afazeres da ferrovia, cresceu o movimento comercial do lugar.

É indispensável que se diga que as estradas de ferro, em Alagoas, foram o símbolo da industrialização no século XIX, sendo reflexo de profundas e impactantes mudanças no processo produtivo, na formação e na fixação do povo em aglomerados humanos nascedouros de alguns municípios do Estado. Assim, com a indústria veio a modernidade, a urbanização e a tecnologia. As ferrovias foram o fruto, ou melhor, "o invento" que modificaria as indústrias de bens de capital.

Como uma das consequências, em 27/06/1957, o povoado é elevado à categoria de distrito mantendo o nome de *Campo Grande*, pela Lei Estadual nº 2.046 e, em 1960, foi elevado à categoria de município pela Lei nº 2.230, de 31/05/1960.

(023) **Chã Preta**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião Serrana dos Quilombos, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico composto de base latina *Chã Preta*.

Há duas versões que explicaria a escolha desse topônimo, em ambas, a motivação faz alusão à forma topográfica da região: *chã* e a escala cromática: *cor preta*.

A primeira versão atribui o surgimento do topônimo *Chã Preta* em razão de os proprietários da *Fazenda Chã Preta* da família Inácio, localizada em uma chã (por associação à forma geográfica de planalto, chapada), serem da raça negra (MENDONÇA et al., 2012). Já a segunda versão diz que a motivação para a escolha desse topônimo seria em razão das "queimadas que anualmente se faziam nestas terras, os trabalhadores, residentes e viajantes da região observavam, devido à elevação do local, que a chapada, ou chã, ficava muito preta" (OLIVEIRA FILHO, 2003, p.35). Essa última versão é a mais conhecida entre a comunidade, atribuindo a motivação do referido macrotopônimo às queimadas da vegetação da chã localizada

na região onde o município está alocado. Contam os populares que após as queimadas a *chã ficava preta*, resultado das queimadas de sua vegetação.

Sua colonização teve início por volta de 1865, um pouco antes da abolição da escravatura, onde hoje está situado o prédio da Prefeitura. No processo de emancipação do município, registra-se um fato inédito na administração pública alagoana: a subordinação de *Chã Pre*ta/AL a Correntes/PE, para onde o movimento local foi desviado. O distrito foi criado com a denominação *Chã Preta* pelo Decreto nº 2.435, de 30/11/1938, subordinado à cidade de Viçosa e elevado à categoria de município com a mesma denominação, pela Lei Estadual nº 2.432, de 03/11/1962, desmembrado de Viçosa.

(024) **Ibateguara**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Serrana dos Quilombos, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico simples *Ibateguara*, constituído pela composição tupi *ybaté-guara* 'morador do altiplano' (TIBIRIÇÁ, 1997).

O macrotopônimo Ibateguara teria sua motivação na forma topográfica de elevação do local, onde se originou a cidade (lugar alto, serra alta ou pedra grande). Essa topografia de elevação favoreceu o êxito da cidade no piquete formado por Caudilho Vicente de Paula na sua luta contra Claudino da Costa Agra (os cabanos), fato histórico na formação do espaço alagoano.

Sua origem foi no antigo *Engenho Roçadinho*, de propriedade de Claudino Costa Agra, que recebera o título de sesmaria do imperador D. Pedro II. Ali foram lançadas as bases da povoação que mais tarde viria a ser o povoado de Piquete, nome dado a uma vala feita para impedir a passagem dos cabanos que tinham a intenção de invadir o Engenho Roçadinho.

A vila nasceu exatamente no local dessa trincheira e de suas primitivas construções, passou a receber novos habitantes e consolidou o topônimo *Piquete.* Porém, com o Decreto Lei editado pelo Presidente da República Getúlio Vargas proibindo que duas ou mais localidades no Brasil tivesse nomes homônimos, a localidade alagoana teve que mudar seu topônimo em virtude de haver outra localidade no Estado do Rio de Janeiro com o nome de Piquete – cidade sede de uma fábrica de armas e munição do exército nacional.

Assim, alguns topônimos foram sugeridos, o primeiro nome foi *São João* em homenagem a D. João Marques de Purificação, bispo de Olinda, que teve na região apaziguando os cabanos. Porém, essa escolha toponímica não caiu no agrado da população. Em 1950, foi mudado o nome de *Piquete* para *Horizonte* em alusão ao primeiro engenho edificado na região, mas não durou muito tempo foi substituído para a denominação *Missão Nova*, sugestão do padre Francisco Genererte, religioso que esteve como vigário de São José da Lage e Colônia Leopoldina.

Nesse impasse, em visita ao lugar em 1893, o bispo de Maceió Dom Ranolfo de Farias manifestou seu apoio ao movimento de emancipação e sugeriu a volta do antigo nome, dado pelos indígenas, *Ibatequara*, que foi aceito pelos líderes locais, culminado com a sua emancipação política pela Lei nº 2.076, de 19/11/1957.

Nos geomorfotopônimos apresentados de (019) até (024), presumimos que as apreensões do lugar foram influenciadas pela realidade circundante - singularidades naturais das terras alagoanas, quais sejam barras, campos e elevações - e consideradas relevantes pelo sujeito nomeador na caracterização do espaço nomeado, cristalizando nesses signos toponímicos aspectos significativos das formas topográficas do relevo da região a qual os municípios estão alocados.

Com efeito, as origens semânticas de tais nomes municipais revelam de modo transparentes, na maioria dos casos, essas especificidades, sendo essenciais para a cristalização de estrutura sociais que podem estar latentes na própria forma física do lugar.

Podemos ainda pontuar que, na esteira do império da fé católica, presenciamos a influência dessa religiosidade, mesmo que de modo indireto, nos geomorfotopônimos apresentados em (019) *Barra de Santo Antônio* e (020) *Barra de São Miguel*, quando fazem referências às barras localizadas às margens dos Rios Santo Antônio e São Miguel, respectivamente, cursos d'águas denominados por nomes de cunho religioso.

4.1.3 Hidrotopônimos: nomes relativos ao elemento água

De modo geral, a ocupação do homem em um dado território apresenta forte ligação com os cursos d'água, sendo, às vezes, os primeiros elementos do meio ambiente natural a serem batizados no nascedouro de um aglomerado humano, podendo até se toponimizar no próprio nome da localidade.

Neste complexo toponomástico relacionado ao elemento água,[25] registramos 20 hidrotopônimos atribuídos aos municípios alagoanos e distribuímos em três grupos: a) no primeiro grupo, concentramos 8 topônimos alusivos aos nomes de lagoas e de rios; b) no segundo grupo, concentramos 4 nomes relativos às impressões valorativas de fontes hídricas do Estado; c) no terceiro grupo, concentramos 8 nomes alusivos às nascentes ou às construções hídricas no território alagoano.

a. Grupo I: nomes de municípios alusivos aos designativos de lagoas e de rios

(025) **Canapi**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião Serrana do Sertão Alagoano, localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico simples *Canapi*, constituído pela composição tupi *cana-pií '*cana fina' (TIBIRIÇÁ, 1997). Esse macrotopônimo teria sua motivação em alusão ao Rio Canapi que corta a região, toponimizado no próprio nome do município.

Seu povoamento teve início a partir da *Fazenda Cavalo Morto*, pertencente a Cipriano Gomes da Silva. A formação inicial do núcleo habitacional é datada de 1948, com a chegada de Luís Bastos, funcionário do DNOCS, e de muitos trabalhadores para construir uma ponte sobre o Rio Canapi para a passagem da BR-316 foram construídas casas no local e muitos operários não deixaram mais o lugar após a conclusão dos trabalhos, e assim, nasceu o município de *Canapi.*

Na década de 1960, alguns chefes políticos oriundos de famílias influentes da região lideraram o movimento de emancipação política do povoado. Em 1962, foi elevado às categorias de município e distrito com a denominação de *Canapi* pela Lei Estadual nº 2.461, de 22/08/1962.

(026) **Coruripe**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de São Miguel dos Campos, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico simples *Coruripe*, constituído pela composição tupi *cururu-y-pe* 'no rio de sapo' (TIBIRIÇÁ,

[25] Embora a categoria dos hidrotopônimos se refira aos nomes próprios que nomeiam acidentes geográficos e/ou humanos relativos à água (DICK, 1990), no âmbito desta tese, optamos pelo alargamento conceptual dessa taxe em uma acepção genérica que recobre nomes que designam: praia, mar, lagoa, rio, cacimba, olho d'água, minador, poço, tanque, entre outros.

1997). Esse macrotopônimo teria sua motivação em alusão ao Rio Coruripe, toponimizado no nome do município, conhecido como *Cururugi* pelos índios Caetés.

Primitivamente, a localidade era habitada pelos Caetés pertencentes à nação Tupinambá. Agrupados em seus aldeamentos, hoje, identificados por diversos pesquisadores através dos sítios de cacos – denominados sambaquis (formações constituídas, principalmente, de conchas de moluscos, formadas ao longo de milhares de anos pelas populações que habitavam regiões litorâneas).

O distrito foi criado com o nome *Coruripe*, em 1726, devido a sua prosperidade e desenvolvimento foi elevado à condição de cidade e sede municipal com o nome *Coruripe*, pela Lei Estadual nº 15, de 16/05/1892.

(027) **Jacuípe**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião da Mata Alagoana, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico simples *Jacuípe*, constituído pela composição tupi *jacu-y-pe* ‘no rio do jacu’ (TIBIRIÇÁ, 1997). Esse macrotopônimo teria sua motivação em alusão ao Rio Jacuípe, toponimizado no nome do município, que nasce em seu território e deságua no Rio Uma, no Estado de Pernambuco.

Os índios que habitavam o lugar o chamavam de *Jacuhype*. *Jacu* é uma das muitas aves da região, pertencente ao grupo dos cacídeos, e *ipe* ‘lugar’, literalmente “lugar de jacu” (MENDONÇA et al., 2012).

Conta a história que colonizadores vindos de Porto Calvo/AL no século XVII foram os primeiros brancos a chegarem à região, à época, o lugar era conhecido pelo nome *Jacutinga*. Porém, os primeiros habitantes dessas terras foram os índios, que mantiveram boas relações com os brancos, formando um pequeno lugarejo que foi crescendo aos poucos até se tornar um povoado.

Pelo Decreto-Lei Estadual nº 2.909, de 30/12/1943, o distrito de *Jacuípe* passou a denominar-se *Jacutinga*. Foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 2.099, de 15/07/1958, retomando seu antigo nome *Jacuípe,* desmembrado do município de Porto Calvo.

(028) **Lagoa da Canoa**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Arapiraca, localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico híbrido de base latino-castelhana *Chã Preta*. Esse topônimo teria sua motivação no fato de o acidente humano ter surgido a partir de uma lagoa que atendia à agricultura e à pesca praticadas pelos seus primeiros habitantes. Como esses moradores costumavam pescar de canoa na referida lagoa, o local passou a ser chamado de *Lagoa da Canoa*.

Diz a tradição do povo que, em épocas remotas, existia apenas a pequena lagoa onde foi edificada a cidade. Em 1842, dois casais, cujos nomes não constam nos registros, chegaram à região, construíram casas e implementaram as atividades agropecuárias. Algum tempo depois, outras famílias se instalaram na localidade.

Com a criação do município de Arapiraca/AL, que depois da capital Maceió é, atualmente, a maior municipalidade do Estado de Alagoas, *Lagoa da Canoa* passou a integrá-lo na condição de povoado pelo Decreto Estadual nº 2435, de 30/11/1938.

As fazendas de café trouxeram emprego e renda, colocando-o em posição de destaque no contexto econômico, social e político da região. E, além disso, sua posição estratégica servia como ponto de apoio na estrada que ligava Arapiraca/AL aos municípios de Traipu/AL e de Girau do Ponciano/AL. Em consequência, seu progresso culminou na elevação à categoria de município autônomo, em 28/08/1962, através da Lei nº 2.472, desmembrado de Arapiraca.

(029) **Mar Vermelho**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Palmeira dos Índios, localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico composto de base latina *Mar Vermelho.*

Esse topônimo teria sua motivação em alusão metafórica a uma grande lagoa que era rodeada de pés de gravatás, um tipo de árvore que no outono deixava cair suas folhas de coloração vermelha no chão e nas águas dessa lagoa. Por extensão semântica hidrocromotoponímica, os antigos moradores diziam que o lugar era um verdadeiro *mar vermelho*.

Conta a história que um criador de gado da região, chamado Coutinho, passando por ali, chamou o lugar de *mar vermelho*, esse nome teria sido firmado entre o reduzido número de moradores das cercanias e institucionalizado quando o município foi criado, em 1962, com a denominação oficial de *Mar Vermelho*.

Coutinho chegou à região por volta de 1800, construiu uma casa e iniciou a criação de gado e o cultivo da terra. Com a chegada de outros moradores, novas casas foram surgindo próximas à grande lagoa. Em pouco tempo, o povoado se transformou em núcleo comercial.

Por seu clima de serra e por suas inúmeras fontes de águas minerais, a cidade é reconhecida também como a *Suíça Alagoana.* O distrito criado com a denominação de *Mar Vermelho*, pela Lei Municipal nº 1, de 05/10/1893, subordinado a Anadia e elevado à categoria de município com o mesmo nome, pela Lei nº 2.431, de 03/02/1962.

(030) **Maragogi**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião do Litoral Norte Alagoano, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico simples *Maragogi*, constituído pela composição tupi *maracujá-y* ‘rio dos maracujás’ (TIBIRIÇÁ, 1997), toponimizado no nome do município, que faz referência ao Rio Maragogi que atravessa a região do município, passando um pouco ao sul da povoação.

A origem do nome Maragogi pode ser o tupi seiscentista falado pelos índios pitiguares que habitavam o litoral norte da atual Alagoas. No século XVI aparece a grafia “mariguis”, e no século XVII os holandeses grafavam “mariguiji”. Há também a forma seiscentista “maraguí” que vem do tupi “moerú-guí-í”, que significa “rio dos mosquitos**”** ou dos maruins. Maragogi é uma corruptela portuguesa da forma tupi.

Em momentos áureos dos períodos colonial e imperial, a povoação era chamada de *Gamela*, por causa de um rio homônimo de importância para região. Em 1796, foi criado o distrito com a denominação antroponímica de *Isabel*, em homenagem à princesa da Lei Áurea. Por fim, foi elevado à condição de cidade e sede municipal com denominação de *Maragogi*, pela Lei Estadual nº 15, de 16/05/1892.

(031) **Rio Largo**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Maceió, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico composto de base latina *Rio Largo*. Esse topônimo teria sua motivação em alusão à parte do Rio Mundaú que apresentava sua maior largura entre suas margens, próximo ao engenho de açúcar existente no local, onde se iniciou o núcleo de povoação do atual município.

A origem de *Rio Largo*/AL está associada à cidade de Santa Luzia do Norte/AL, município ao qual esteve ligado até a construção das ferrovias que impulsionaram o progresso dos núcleos populacionais rurais no Estado.

Seus primórdios remontam à existência de um engenho de açúcar de nome *Rio Largo* pertencente à família Calheiros Mello. Trata-se de mais um aglomerado humano, em Alagoas, que se formou a partir dos interesses econômicos ligados à produção do açúcar, traduzindo as raízes da sociedade alagoana de base agrária, centrada nos engenhos de açúcar.

O Rio Mundaú teve grande importância para o desenvolvimento do povoado e futuro município, pois foi a partir desse curso d'água que o município de *Rio Largo* passou a despontar como centro industrial após a inauguração da estrada de ferro, do aproveitamento da energia hidráulica das pequenas cachoeiras em seu território e da instalação de indústrias de fibras têxteis.

Em seu processo toponomástico, foi elevado à categoria de vila, com a denominação de *Santa Luzia do Norte*, pelo Decreto de 10/12/1830, sendo desmembrado de Alagoas (atual município de Marechal Deodoro). Em 1938, através Decreto-Lei Estadual nº 2.361, de 31/03/1938 passou a ser município com a denominação de *Rio Largo*, consolidando definitivamente sua hegemonia sobre a antiga matriz.

(032) **Traipu**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Traipu, localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico simples *Traipu*, constituído pela composição tupi *taraí-ypu* 'fonte da traíra, muito peixe' (TIBIRIÇÁ,1997), toponimizado no nome do município, que faz referência ao fato de o lugar estar situado muito próximo da barra do Rio Traipu.

Em seus primórdios, durante o século XVII, a localidade era um morgado estabelecido na região pelo mestre de campo e proprietário de terras Pedro Gomes. O latifundiário deixou para seus descendentes seus bens, inclusive o nascente povoado que recebera o nome de *Porto da Folha*.

O distrito foi criado com denominação de *Porto da Folha*, pela Lei Provincial nº 960, de 18/07/1885 e elevado à categoria de vila com o mesmo nome pela Lei n°19 de 28 de abril de 1835, desmembrado de Penedo e instalado em 02/08/1838. A mudança toponímica ocorreu em 30 de abril de 1870, quando tanto a freguesia quanto ao município, recebem o nome de *Traipu*.

No caso dos nomes municipais apresentados de (025) até (032) alusivos aos designativos de lagoas e de rios pertencentes à hidrografia alagoana, percebemos que estes signos toponímicos designam lugares alagoanos que se formaram à margem de cursos d'água que cortam suas regiões e, em alguns casos, facilitavam a comunicação entre o litoral e o interior do Estado, principalmente pelo transporte em embarcações ou a partir de lagoas que ocupavam seus vales e regiões circundantes, viabilizando a vida social.

b. Grupo II: nomes de municípios alusivos às impressões valorativas das fontes hídricas naturais do Estado ou às paisagens de beira-mar das praias alagoanas

(033) **Água Branca**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião Serrana do Sertão Alagoano, localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico híbrido de base latino-germânica *Água Branca.*

A motivação desse topônimo estaria relacionada ao conjunto de fontes d'água naturais e límpidas muito próximas umas das outras existentes na região em que o município está alocado. Segundo narrativas de moradores antigos, a impressão sobre estas fontes d'água era de uma única e grande fonte com límpidas águas (por extensão semântica, água clara, alva, branca no linguageiro da região) (MENDONÇA et al*.,* 2012).

O atual território do município de Água Branca, em meados do século XVII, fazia parte das sesmarias que compreendiam também os atuais municípios de Mata Grande/AL, Piranhas/AL e Delmiro Gouveia/AL.

Primitivamente, a localidade era denominada de *Mata Pequena*, depois passou a ser chamada de *Matinha de Água Branca*, e por último, seu atual nome *Água Branca*. O distrito foi criado com o nome de *Água Branca*, pela Lei Provincial nº 413 de 1864 e elevado à categoria de vila com a mesma denominação, pela Lei Provincial nº 681, de 24/04/1875.

(034) **Branquinha**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião da Mata Alagoana, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico simples de base germânica *Branquinha*, aqui está na acepção metafórica de ´límpida'. Presume-se que a motivação desse topônimo se deva às águas claras e sem poluição do Rio Mundaú, à época, ao contrário da situação de hoje (MENDONÇA et al., 2012).

Não há muitos registros sobre a origem de *Branquinha*, em virtude de os documentos e demais informações terem sidos destruídos por uma enchente do Rio Mundaú, no ano de 1949, quando a Prefeitura Municipal foi parcialmente inundada. Posteriormente, outras enchentes aconteceram, sendo a última grande enchente ocorrida em 2010. A cidade já foi reconstruída algumas vezes e, por isso, a zona urbana não tem um desenvolvimento crescente. A autonomia político-administrativa foi conquistada em 18/05/1962, por força da Lei n º 2.446, desmembrado de Murici.

(035) **Japaratinga**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião do Litoral Norte Alagoano, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico simples *Japaratinga*, constituído pela composição tupi *já-pará-tinga* 'mar que costuma estar esbranquiçado, isto é, cheio de espumas' (TIBIRIÇÁ, 1997).

A motivação desse macrotopônimo estaria associada às características da região beira-mar do município, ou seja, a paisagem litorânea de suas praias, que os primeiros colonos denominaram de *Japaratuba da Praia*, para distingui-la de *Japaratuba da Mata*, que se localiza na região das matas úmidas.

Em outros termos, seus primeiros habitantes (índios) identificavam o local como tendo boa madeira para os arcos. *Japaratuba* do tupi *yapara-tyba* '*Sítio dos Arcos'* (MENDONÇA et al. 2012). Com a chegada dos primeiros colonos — que ocuparam a sesmaria doada a Antônio Vieira Rodrigues em 1699 —, o local passou a ser

denominado *Japaratuba da Praia* como forma de distinção de outro local próximo, a *Japaratuba da Mata*.

A origem do município se deve a uma colônia de pescadores implantada no local onde hoje está a prefeitura de Japaratinga. Segundo a tradição, na época, o que existia era alguns barracos à beira-mar e parte das terras era ocupada com lavouras.

A ocupação da região começou por volta de 1800, data em que se inicia também a exploração do coco. Pelo Decreto-Lei Estadual nº 2.909 de 30/12/1943, o distrito de *Japaratuba* passou a denominar-se *Japaratinga* e foi elevado à categoria de município com essa denominação pela Lei Estadual nº 2.264 de 23/07/1960, desmembrado de Maragogi/AL.

No Estado Novo de Getúlio Vargas, houve a publicação do Decreto-Lei nº 5.901[26], de 21/10/1943, que dispõe sobre as normas nacionais para a revisão quinquenal da divisão administrativa e judiciária do país, formando nos Estados Federativos do Brasil várias comissões para analisar os topônimos de vilas e cidades, para corrigir casos de repetição toponímica. É provável que a decisão de mudança do nome do distrito *Japaratuba* para *Japaratinga* tenha levado em consideração, também, a existência do município de Japaratuba no vizinho Estado de Sergipe.

(036) **Paripueira**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Maceió, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico simples *Parapueira*, constituído pela composição tupi *pari-puera* ‘antigo pesqueiro, antiga barragem’ (TIBIRIÇÁ, 1997), que faz referência à região beira-mar de praias de águas mansas da região litorânea do município.

Há duas versões para a motivação do topônimo *Paripueira*: a mais difundida na/pela comunidade, oriunda da tradição popular, seria em razão das praias de águas mansas existentes na localidade, daí classificarmos esse topônimo como hidrotopônimo.

A segunda versão, defendida por Dirceu Lindoso, afirma ser a junção de *pari* ‘tapagem’ com *cuera* ‘algo que não mais existe’ e, assim, “a tapagem destruída”. Contudo, no conceituado *Vocabulário Tupi-Guarani-português* do professor Silveira

[26]Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5901-21-outubro-1943-415891-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20 nov de 2018.

Bueno, há o registro da corruptela *paycuera* ‘o que foi padre e deixou de sê-lo’. Certamente, em função de alguns dos muitos padres que vieram para a região, movimentada pelo comércio do pau-brasil, e se renderam aos encantos e sortilégios das nossas atraentes nativas, deixando as batinas e lá se estabelecendo (MENDONÇA et al., 2012).

O atual município de Paripueira se formou a partir de uma colônia de pescadores e cresceu por causa da proximidade com a capital Maceió/AL, após ser descoberta como lugar de veraneio. O povoado sofreu influência holandesa durante a invasão. Em 1635, o coronel de origem polonesa *Crestofle d'Artischau Arciszewski*, a serviço da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais, levantou ali um grande campo fortificado, os redutos da praia de Paripueira**,** apoiado nos Rios Santo Antônio Grande e São Gonçalo, com vistas a guardar a extremidade sul dos domínios holandeses, além de barrar as incursões da guerrilha luso-brasileira.

A expansão turística fez o povoado, que pertencia à Barra de Santo Antônio, crescer e ganhar importância, fazendo com que alguns moradores iniciassem um movimento pela emancipação política. Foi elevado à categoria de município com a denominação de *Paripueira*, pelo artigo 41, inciso IV, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual de 05/10/1989, desmembrado de Barra de Santo Antônio.

No caso dos nomes municipais do Grupo II apresentados de (033) até (036), o sujeito nomeador traduz em suas escolhas toponímicas suas impressões valorativas quanto aos recursos hídricos exaltados, não apenas adotando os nomes dos rios e lagos como referenciais, mais também vinculando seu ânimo denominativo em relação a esses macrotopônimos.

Assim, ele escolhe signos toponímicos que, não apenas descrevem de forma objetiva, mas qualificam, subjetivamente, esses recursos hídricos, pondo em foco, por exemplo, aspectos das regiões de beira-mar como nos nomes tupis *Japaratinga* e *Paripueira* ou as qualidades das águas límpidas em Água Branca e Branquinha.

c. Grupo III: nomes de municípios alusivos às nascentes ou às construções hídricas do Estado de Alagoas

(037) **Cacimbinhas**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Palmeira dos Índios, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual do complexo

toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico simples *Cacimbinhas*, constituído pela composição africana do quimb. *ki'šima,* var. despalatalizada de *ki'šima* ‘poço’ (CUNHA, 2010). Esse macrotopônimo faz referência a uma pequena cacimba existente no lugar onde hoje está situado o município, que atendia aos caçadores que por ali passavam no início de seu povoamento.

A localidade teve origem no *Sítio Choan*, onde caçadores vindos de Pernambuco em busca de animais acampavam no local. Próximo a esse sítio, havia uma cacimba junto a um pé de limoeiro. Eles também aproveitavam para acampar e descansar nesse local, com o aumento da movimentação de pessoas, novas cacimbas foram abertas, firmando-se então o topônimo *Cacimbinhas* para a povoação que lá começava a florescer. Em 1958, alcançou sua autonomia político-administrativa, alcançada através da Lei nº 2.108 de 19/09/1958, com o nome *Cacimbinhas*.

(038) **Igaci**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Palmeira dos Índios, localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico simples *Igaci*, constituído pela composição tupi *y-assy* ‘rio pestilento, rio doente’ (TIBIRIÇÁ, 1997). Esse macrotopônimo faz alusão à abundância de olhos-d'água da região irradiadora, à época, do nascente povoado.

O início do povoamento de Igaci se deve ao português José Lima de Acioli que ali implantou um sítio, em meados do século XIX. Inúmeras famílias de regiões frequentemente atingidas pelas secas lá fixaram residência em virtude do grande número de fontes de água que existiam na região. Daí a localidade ser chamada primitivamente de *Olho d’água dos Acioli*.

A fartura de água determinou a formação do primeiro aglomerado urbano no local. Por meio da Lei Estadual nº 428, de 15/06/1904, o povoado *Olhos D'Água do Acioli* foi elevado à categoria de vila, como distrito judiciário de Palmeira dos Índios/AL.

A implantação da estrada de ferro pela *Great Western of Brasil Railway* (Doravante G.W.B.R.), hoje seria a RFFSA, extinta empresa estatal brasileira de transporte ferroviário que cobria boa parte do território brasileiro e tinha sua sede na cidade do Rio de Janeiro, também contribuiu para a afirmação econômica da vila.

Nessa época, teve o nome mudado para *Igaci.* A emancipação política aconteceu por força da Lei nº 2.087, de 27/12/1957.

(039) **Minador do Negrão**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Palmeira dos Índios, localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico híbrido de base românica, formado pelo nome atemático *Minador*, anteposto ao apelido da família *Negrão.* Sua motivação seria uma alusão à existência de uma fonte d'água de boa qualidade e grande potencial hídrico na propriedade de *Félix de Souza Negrão*, considerado o fundador da localidade.

O povoamento inicial se deu na fazenda de gado que foi instalada, em 1936, por Félix Negrão, onde havia um minador "olho d'água, quase sempre nascente, de um ribeirão ou de um córrego, ou de um fundo de grota" (FERREIRA, 2010). É bem verdade que antes dessa época, possivilemente, já deveriam existir moradores em regiões próximas.

Em 1940, foi criada uma feira livre, onde pessoas e comerciantes de outras regiões vinham para comprar e negociar, proporcionando um intercâmbio no povoado que culminou em seu desenvolvimento. Em 1950, a localidade foi elevada à condição de vila, já que o progresso da povoação que ali se formava era uma constante, alcançando a condição de município, em 1962, através da Lei nº 2.470 de 27 de agosto, institucionalizando o topônimo *Minador do Negrão.*

(040) **Olho d'Água do Casado**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco, localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico híbrido de base românica, formado pela expressão *Olho d'água*, anteposto ao apelido da família *Casado.*

Sua motivação estaria relacionada ao fato de os trabalhadores, em virtude da construção do ramal ferroviário da G.W.B.R., instalarem um acampamento próximo ao lugar onde havia nascentes d'água. Esses minadores (também conhecidos como mina d'água, olho d'água ou fio d'água) se localizavam na fazenda do agricultor Francisco Casado de Melo, aonde os operários iam buscar água. Daí a motivação toponímica de *Olho d'Água do Casado*.

Segundo a tradição, do início do povoamento até 1870, só existia na região essa fazenda, em 1877, a construção da rede ferroviária levou para a localidade o acampamento dos operários. O local, para os técnicos, não poderia ser melhor, porque em toda a região brotavam olhos d'água, facilitando o trabalho e a própria vida dos operários no Sertão alagoano.

Nessa época, já existiam algumas casas próximo ao acampamento e, para garantir o povoado, foi construída uma capela em homenagem a São José, padroeiro do lugar. Em 1965, o presidente Castelo Branco suspendeu o tráfego dos trens da Rede Ferroviária, causando um impacto negativo à região. Porém, o início da construção da rodovia estadual AL-225, nessa mesma época e, alguns anos depois, a da AL-220, mudou a rotina do povoado. O desenvolvimento já era grande porque havia comunicação entre as regiões. Com o progresso, veio o movimento pela emancipação que, em 22/08/1962, *Olho D'água do Casado* se tornou município, através da Lei nº 2.459, sendo desmembrado do território de Piranhas.

(041) **Olho d'Água Grande**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Traipu, localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico composto de base latina *Olho D'água Grande*. Esse topônimo teria sua motivação em razão da existência de várias fontes d'água que parecia, à primeira vista, ser de um único minador de grandes proporções nas grandes planícies de terras férteis, onde o futuro município iria se formar.

A região era conhecida como *Olho d'Água da Abóbora*, em razão de haver muitas plantações de abóbora ou jerimum, fruto da aboboreira e tem seu nome atribuído a várias espécies de plantas da família *Cucurbitaceae* nas imediações das fontes d'água. Depois, ocorreu a transformação toponímica para *Olho d'Água Grande.* Esses olhos d'água ainda existem na região, porém com menos potencial hídrico, mas até hoje ainda abastecem a cidade de *Olho d'Água Grande.*

A fertilidade das terras contribuía para grandes safras, inclusive de mandioca. O progresso do distrito interessou a moradores de regiões próximas. Muitos se transferiram para lá, principalmente por causa das terras férteis. Nessa época começou, também, um movimento pela emancipação. Em 22/08/1962, através da Lei n º 2.462, o governador Luís Cavalcante autorizou a autonomia político-administrativa de *Olho d'Água Grande,* desmembrando de São Brás.

(042) **Olho d'Água das Flores**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião da Mata Alagoana, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico composto de base latina *Olho D'água das Flores,* análogos aos macrotopônimos apresentados anteriormente em (040) e (041), sua motivação estaria ligada ao fato de o padre Antônio Duarte em trabalho de catequese na região do atual município ter encontrado um olho d'água ao pé de uma serra em 1800 e resolveu construir ali uma pequena casa.

Ao longo do tempo, o local passou a ser um ponto de referência, onde depois, brotou uma árvore conhecida na região como pau d'arco. Na época de sua floração, cobria-se de tantas flores que, tangidas pelo vento, formavam um tapete na superfície da água. Assim, o lugar ficou conhecido entre os viajantes pelo nome descritivo de *Olho d'Água das Flores*.

Até 1884, o povoado era apenas um ponto de parada para os viajantes. Quando Ângelo de Abreu se transferiu para a região, incentivou a agricultura e a pecuária entre os antigos moradores. Construiu pequenas estradas e alguns açudes. Foi ele, inclusive, quem mandou erguer a capela em homenagem a Santo Antônio, padroeiro do povoado. Não demorou muito para que o progresso econômico influenciasse a sua evolução política. Desse modo, foi elevada à condição de Vila, em 24/08/1948 pela Lei nº. 108, que também criou o distrito judiciário de *Olho d'Água das Flores* e pela Lei nº 1.748 de 02/12/1953 foi elevado à categoria de município, mantendo o nome de *Olho d'Água das Flores.*

(043) **Poço das Trincheiras**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Santana do Ipanema, localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico híbrido de base latino-francesa *Poço das Trincheiras*. Esse topônimo teria sua motivação no fato de ter existido um grande poço - hoje aterrado - próximo ao Rio Ipanema, onde foram construídas trincheiras de pedra, com a intenção de que a população local pudesse se defender de um possível ataque holandês.

É interessante destacar que os instrumentos de defesa foram construídos (trincheiras), mas os ataques, efetivamente, nunca se concretizaram. Da junção desse episódio da história associado à hidrografia alagoana nasceu o nome do município em tela.

O local onde hoje se encontra a cidade era propriedade da família Wanderley, descendente de holandeses. Conta a tradição popular, que um fidalgo holandês de sobrenome Wanderley, na época dos flamengos em Alagoas, entrando em desavença com seus patrícios, foi deportado para Penedo. Passados muitos anos, sentindo-se doente e perto do fim, procurou um pretendente para sua filha solteira. Homem influente, seus amigos encontraram na região do Rio Ipanema um rapaz de bom conceito para o matrimônio com a donzela. Ali eles se radicaram e deram início à povoação, que tinha um poço em suas redondezas.

A fertilidade das terras e as boas condições de pasto para pecuária foram suficientes para que inúmeras famílias de outras regiões se transferissem para lá, fazendo crescer o povoado. Pela Lei nº 2.100, de 15/02/1958, conseguiu sua autonomia administrativa, com território desmembrado de Santana do Ipanema.

É importante observarmos que a transformação e adequação gráfica de *Poço Trincheira* para *Poço das Trincheiras*, caracterizando-se como uma mudança aparente, só ocorre em 1937. Segundo o IBGE (2017)[27] "Em divisão territorial datada de 31/12/1937, o distrito aparece grafado Poço das Trincheiras Em divisão territorial datada de 01/07/1950, o distrito de Poço das Trincheiras ex-Poço Trincheira".

(044) **Tanque d'Arca**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Palmeira dos Índios, localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico híbrido *Tanque d'Arca.* Esse topônimo teria sua motivação em virtude de no local onde hoje está situado o atual município haver um tanque de água natural sob a sombra de um pé de oitizeiro, onde os viajantes faziam paradas para dar água aos animais e descansar antes de reiniciar o trajeto.

Certa feita acampou por ali um bando de ciganos que, ao deixar o lugar, esqueceu uma arca com muitos e variados objetos do grupo após um grande período de acampamento, exatamente à sombra do oitizeiro, despertando a curiosidade da

[27] Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/al/poco-das-trincheiras/historico>. Acesso em: 03 set. 2017.

população local (MENDONÇA et al, 2012). Nas narrativas de nativos da região, foi uma disputa entre os primeiros moradores e um grupo de ciganos que acampavam ali que originou o nome do município. Segundo eles, houve uma briga e no tiroteio um burro de carga foi atingido e as ancoretas (arcas), que ele carregava foram ao chão, próximo a uma cacimba (tanque), aos pés de uma árvore frondosa. Esse fato marcou o cotidiano dos moradores, que, a partir dele, o local ficou conhecido pelo nome de *Tanque d'Arca*.

Originalmente, o local era uma mata virgem e antes da colonização havia apenas uma trilha/via nesta mata, o único caminho que interligava as cidades de Palmeira dos Índios e Anadia, em Alagoas, sendo utilizado pelos tropeiros e outros vendedores para levar os seus produtos para lá e para cá.

Anos depois, com o crescimento populacional, iniciou-se a monocultura da cana-de-açúcar na região. O povoado se desenvolveu rapidamente e logo foram construídos armazéns para a compra de cereais e instalado um descaroçador de algodão (o ouro branco alagoano). O território que pertencia a Anadia só foi desmembrado em 1962, através da Lei nº 2.507, mas sua instalação oficial só ocorreu no ano seguinte.

No caso dos nomes municipais do Grupo III apresentados de (037) até (044), o sujeito nomeador traduz em suas escolhas toponímicas lugares que estão fortemente marcados pelas nascentes hídricas que possibilitaram seus nascedouros, enquanto aglomerados humanos habitados.

Lançando o olhar sobre o complexo toponomástico dos nomes de municípios relativos à área semântica do elemento água na nomeação das municipalidades de Alagoas, apresentados de (025) até (044), evidenciamos que nomear lugares habitados por meio de hidrotopônimos é uma prática comum na toponímia do Estado.

Com efeito, registramos nesse estudo a tendência regional pelo emprego dessas denominações em território alagoano no âmbito das causas denominativas de ordem física, demonstrando a valoração da hidrografia local como motivação toponímica. E, em função disso, observamos que os vínculos denominativos entre o lugar e seu nome se realizaram em três esferas complementares em que o elemento água se sobressai: nomes de acidentes hídricos, a paisagem das regiões de beira-mar das praias alagoanas e o ânimo do nomeador em relação ao recurso hídrico.

Nosso ponto de vista interpretativo, esses traços hidrográficos são acionados pelo sujeito nomeador e se marcam em suas motivações toponímicas, vinculando-se à importância dos cursos d'água para as condições humanas no território alagoano e sinalizam que, no processo de ocupação do homem, esses aspectos naturais se despontaram relevantes, dado ao seu caráter referencial.

Apontamos, ainda, que em alguns casos de hidrotopônimos, o termo genérico do signo toponímico perdeu a sua função própria e se integrou ao termo específico se aglutinando no nome dos próprios municípios. Nesses casos, ocorre um certo esvaziamento semântico, ou seja, o elemento determinado perde essa característica incorporando-se ao topônimo, sendo necessário acrescentar outro termo genérico (município) para designar a localidade. Assim, agregando aos designativos das municipalidades à riqueza hídrica do Estado alagoano recuperada pela toponímia.

E ainda, identificamos que a hidrografia foi, de maneira geral, a fonte toponomástica que mais inspirou o homem no momento da nomeação de um acidente geográfico humano municipal em todo o Estado, seja por meio de hidrotopônimos de base indígena, como *Canapi, Coruripe, Igaci, Jacuípe, Japaratinga, Maragogi, Paripueira* e *Traipu*, seja por meio de designativos de base latina, como Água Branca, Lagoa da Canoa, Mar Vermelho, Minador do Negrão, Olho d'Água das Flores, Rio Largo.

4.1.4 Litotopônimos: topônimos relativos à constituição do solo, às pedras e às rochas

Nessa categoria toponomástica, registramos quatro nomes de municípios alagoanos que fazem referências à origem mineral de nosso solo e descrevem de forma objetiva ou metafórica, por meios de nomes tupis e românicos, particularidades do chão de Alagoas, pondo em foco aspectos mineralógicos do terreno, sobretudo pedras, lajes e rochas nas quais as localidades nomeadas foram edificadas.

(045) **Inhapi**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião Serrana do Sertão Alagoano, localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico simples *Inhapi*, constituído pela composição tupi *inha* 'pedra' e *pi* 'água' (MENDONÇA et al*.,* 2012). Esse topônimo descritivo teria sua motivação em alusão ao fato da região onde

o município se formou apresentar em sua geografia externa enormes pedras e muitas delas concentram/guardam as águas das chuvas em suas saliências.

De acordo com a tradição local, quando o município ainda não era povoado existia um lajedo (no sentido de lugar de pedras), na Lagoa Inhapi, este lajedo era cheio de locais que, quando chovia, juntavam água pluvial. Assim, o lugar ficou conhecido, literalmente, como buraco na pedra, relacionando a citada lagoa e sua característica de água sobre pedra.

A cidade de Inhapi era chamada de *Sítio Roçado* pertencente ao município de Mata Grande. Sua povoação data por volta de 1902, quando foi construída a primeira residência no local. Era de propriedade da família Moreira.

Logo após, foram construídas outras, com destaque para a de Margarida Vieira, considerada umas das fundadoras da localidade. As notícias, sobre o aglomerado humano que se formava, chamaram a atenção de moradores de regiões vizinhas. Assim, em pouco tempo, o lugar já abrigava novos moradores e apresentava indícios de desenvolvimento e progresso. A elevação à posição de município e distrito com a denominação de *Inhapi* ocorreu por meio da Lei Estadual nº 2.460, de 22/08/1962, desmembrado de Mata Grande.

(046) **Maceió**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Maceió, onde está situada a capital do Estado de Alagoas, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico simples *Maceió*, constituído pela composição tupi *maçayó* ou *maçaio-k* ‘o que tapa o alagadiço’ (MENDONÇA et al*.,* 2012). Já para Tibiriçá (1997), deriva da forma *masseió* que os tupis davam às lagoas formadas pelas águas pluviais (provável termo tupinambá).

A motivação para o macrotopônimo *Maceió* seria uma referência à caracterização do solo alagadiço, onde se localizava o engenho de açúcar que tinha o nome de *Maçaio-k* e do Riacho *Maçayó*, no século XVIII, que deu origem ao povoado *Maçayó* que derivou o atual município de Maceió (COSTA, 1981).

Antes de sua fundação, em 1609, morava em Pajuçara, Manoel Antônio Duro que havia recebido uma sesmaria de Diogo Soares, Alcaide-Mor de Santa Maria Madalena. Suas terras foram transferidas depois para outros donos e, em 1673, o Rei

de Portugal determinou ao Visconde de Barbacena a construção de um forte no Porto de Jaraguá para evitar o comércio ilegal do pau-brasil.

Nessa época, o povoado tinha uma capelinha em homenagem a Nossa Senhora dos Prazeres (atual padroeira da capital do Estado) construída onde hoje está a Igreja Matriz de Maceió, na Praça Dom Pedro II. O desenvolvimento do povoado foi impulsionado pelo Porto de Jaraguá, sendo desmembrado da Vila das Alagoas em 05/12/1815, quando D. João VI assinou o Alvará Régio.

Com a emancipação política de Alagoas, em 1817, o governador da nova Capitania, Sebastião de Melo e Póvoas iniciou o processo de transferência da capital para Maceió, um processo tumultuado que encontrou resistência de homens públicos e da Câmara Municipal. Uma expedição militar, vinda de Pernambuco e da Bahia, chegou a Maceió para garantir a ordem e no dia 16/12/1839 foi instalada a sede do governo em Maceió.

A partir daí *Maceió* consolidou seu desenvolvimento administrativo e político. Teve início uma nova fase no comércio e começou a industrialização. O distrito foi criado com a denominação de *Maceió,* por Resolução Régia de 09/06/1819 e por Alvará de 05/07/1821, subordinado à antiga Vila de Alagoas. Elevado à categoria de vila com a denominação de *Alagoas*, pelo Alvará de 05/12/1815, desmembrado de Vila de Alagoas. Instalado em 29/12/1816 e por fim elevado à condição de cidade, sede e capital com a denominação de *Maceió*, pela Lei ou Resolução Provincial nº 11 de 09/12/1839.

(047) **Ouro Branco**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Santana do Ipanema, localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico híbrido latino-germânico *Ouro Branco.* Sua motivação teria sido, por associação semântica, a riqueza da cultura do algodão em Alagoas, metaforicamente, traduzida pelo denominador na brancura das imensas plantações de algodão da região, que era considerado, em sentido figurado, o ouro branco alagoano.

O povoado surgiu por volta de 1830, mas só, em 1881, quando Domingos Gomes mandou construir uma capela de pedra é que moradores das regiões vizinhas começaram a se mudar para lá, dando início ao núcleo populacional. Líder, na época, escolheu o padroeiro Santo Antônio e deu o nome de *Olho d'Água do Cajueiro*,

motivado pela existência de uma cacimba que ficava embaixo de um grande cajueiro conhecido na região.

Tempos depois, Domingos Gomes regressou a Minas Gerais e seu filho, Francisco Gomes, conhecido como Chicão, deu nova dimensão ao incipiente povoado que, ao longo do tempo, passou a se chamar *Olho d'Água do Chicão*, motivado pela existência da cacimba que ficava nas terras de Francisco Gomes, o Chicão.

Anos mais tarde, chegou à vila Antônio Giló de Campos que, impressionado com a brancura das imensas plantações de algodão, escolheu, metaforicamente, o nome *Ouro Branco*. Essa cultura tanto reforçou o papel da pequena produção no campo alagoano, nas áreas do Agreste e Sertão, como viabilizou, por sua plantação ser mais barata, à indústria têxtil local.

Ao tratar sobre o declínio da cultura algodoeira, o "ouro branco" alagoano, Carvalho (2016, p. 213) explica-nos que

> Coincidentemente, na segunda metade do século XX o algodão sofreu um processo de redução de mercado e ficou com uma produção estagnada, até que a 'praga do bicudo', no início da década de 1980, retirou a pouca importância que a cultura algodoeira ainda mantinha. O algodão, dessa forma, encerra uma presença de mais de um século como elemento da ocupação territorial, quando exerceu, simultaneamente, o papel dinamizador da economia agrícola e gerador do ramo industrial têxtil (CARVALHO, 2016, p. 213).

No interior de Alagoas, o plantio algodoeiro permitiu o surgimento, ao lado da consolidação da pecuária associada ao roçado, da produção em larga escala para a exportação, favorecendo assim o adensamento populacional do Agreste e Sertão. O distrito foi elevado à categoria de município com a denominação de *Ouro Branco*, pela Lei Estadual nº 2445, de 17/05/1962.

(048) **Penedo**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Penedo, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico simples de base latina *Penedo,* do lat. *pĭnna -ae* 'rocha, rochedo' (CUNHA, 2010). Esse topônimo teria sua motivação em referência à grande massa de rocha saliente sobre a qual a localidade se assenta.

Mesmo havendo tendo sido registrado por Tomaz Espíndola que as primeiras incursões pelo Rio São Francisco datam de 1522, as referências documentadas revelam que foi a passagem pela região do primeiro donatário da Capitania de

Pernambuco, Duarte Coelho, que deu início ao povoamento em um local que tinha como referência um penedo.

Em 1534, Duarte Coelho Pereira, desceu pelo litoral, adentrou pela foz e a sete léguas encontrou um pequeno povoado que somente, em 1560, foi oficialmente reconhecido pelo segundo donatário, Duarte Coelho Pereira de Albuquerque: *Penedo do São Francisco*. Pelo Decreto Lei 12/04/1636, o povoado foi elevado à categoria de vila e manteve o nome de Vila do *Penedo do São Francisco*.

Em 1637, Maurício de Nassau invade a vila e se apossa do lugar e esse domínio holandês perdura por 10 anos. Nesse período, a vila passa a se chamar *Maurícia.* Mas não tardou a surgir o movimento revolucionário, cuja finalidade era arrancar a terra da mão dos invasores.

O movimento revolucionário recebeu o nome de Openeda. Assim, em 19/09/1645, Valentim da Rocha Pita, considerado grande herói penedense, comanda a batalha final no Alto do Monte Alegre, hoje, Praça Clementino do Monte. Ali foi erguida uma cruz de pedra, em estilo bizantino, como marco do grande evento.

No ano de 1660, os franciscanos chegaram e construíram o convento e Igreja de Santa Maria dos Anjos. Pela Lei Provincial nº 3 de 18/04/1842, a vila foi elevada à condição de cidade com a denominação de *Penedo*. Trata-se do maior centro de arte barroca e neoclássica de Alagoas.

Nos casos de litotoponímia apresentados de (045) até (048) se sobressaem os vínculos entre denominação e topos de modo transparente (exceto no caso do nome *Ouro Branco*) e marcam uma memória arqueológica do território alagoano, a partir das percepções de características ambientais, realçadas pelo sujeito nomeador que, com o passar do tempo, são institucionalizadas e se tornam topônimos oficiais.

Cumpre ressaltar, também, que esses nomes de índole mineral podem, ao longo do tempo, apresentar o esvaziamento do significado original, sobretudo quando são nomes de origem indígena, tornando-se opaco na sincronia atual da língua portuguesa, como em (45) *Inhapi e* (46) *Maceió*. Tais macrotopônimos alagoanos não são mais transparentes, mas permanecem no léxico toponímico.

4.1.5 Zootopônimos: nomes relativos à fauna

Nesta categoria toponomástica de nomes de índole animal, registramos 6 zootopônimos em que o sujeito nomeador resgata aspectos da fauna da região na qual o município alagoano nomeado está circunscrito, principalmente relacionando

esses nomes aos animais domésticos e aos silvestres que vivem na natureza sem receber a intervenção do homem.

Logo, percebemos como a fauna regional é nitidamente refletida nos nomes destes acidentes humanos habitados, que descrevem as atividades de pecuária, de pesca e as especificidades da fauna de insetos.

(049) **Carneiros**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Santana do Ipanema, localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico simples de base *Carneiros*.

Esse topônimo teria sua motivação em alusão a uma narrativa local sobre um carneiro - mamífero reduzido à domesticidade como gado lanígero - que enlouquecido pela sede teria aberto uma cacimba na região, na qual o povoamento inicial do município se deu.

Diz a tradição popular que o referido animal enlouquecido pela falta de água cavou um enorme buraco com as patas e os chifres até formar uma cacimba no Sítio de João Francisco, onde o animal saciou sua sede. Em razão desse fato, o lugar onde a cacimba foi aberta recebeu a denominação de *Cacimba do Carneiro* e, posteriormente, de Sítio do *Carneiro*.

Com o passar do tempo, a localidade se desenvolveu, sendo elevada à categoria de povoado com o nome de *Carneiros.* Foi elevado à categoria de município com a denominação de *Carneiros*, pela Lei Estadual nº 2.454 de 11/07/1962, desmembrado de Santana do Ipanema/AL.

(050) **Jacaré dos Homens**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Batalha, localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico híbrido de base tupi-latina *Jacaré dos Homens*, do tupi *iaka're* ‘nome comum a vários répteis da família dos crocodilídeos’ (TIBIRIÇÁ, 1997).

Esse topônimo teria sua motivação em alusão à localidade (antigo lugarejo de nome Jacaré/AL), em que seus moradores/comerciantes eram conhecidos pela honestidade em suas transações comerciais, ou seja, tinham a qualidade de homens/comerciantes de palavra, sinceros e leais.

A localidade teve seu povoamento iniciado por volta de 1900, quando a *Fazenda São Francisco*, de propriedade de Domingos de Freitas Mourão, começou a se desenvolver. Muitas casas foram construídas no local. À época, foi encontrado um jacaré no riacho que passava próximo ao lugarejo. Por ser um animal raro na região, o lugar ficou conhecido por *Jacaré*.

Conta a tradição que o adjunto restritivo *dos Homens,* que traz uma carga informacional significativa, metaforicamente, para compreensão desse signo toponímico na toponímia regional, foi acrescentado em virtude de comerciantes de Penedo, conhecidos como Peixotos, que negociavam muito na região ressaltavam, constantemente, que a localidade de Jacaré era terra de comerciantes honestos que honravam seus compromissos, resumida na expressão linguajeira *terra de homens* muito usada na zona rural de Alagoas. Daí o lugar ser conhecido como *Jacaré dos homens*.

Alcançou sua autonomia administrativa através da Lei nº 2.073 de 09/11/1957, sendo instalado, oficialmente, em 1° de janeiro de 1959, desmembrado de Pão de Açúcar, com a denominação de *Jacaré dos Homens*.

(051) **Jundiá**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião da Mata Alagoana, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico simples *Jundiá*, constituído pela composição tupi *yundi-á* ou *nhandiá* ‘denominação genérica dada pelos índios ao bagre’ (TIBIRIÇÁ, 1997). Esse topônimo teria sua motivação em alusão à abundância de peixes da espécie *jundiá* (conhecido como peixe bagre na região) encontrados no Rio Manguaba que percorre o território do atual município.

O lugarejo garantiu seu progresso por causa da estrada de Palmares, em Pernambuco, e da lavoura canavieira. Essa atividade monopolizou o uso do espaço agrícola na zona da mata, ocasionado a concentração de terra e riqueza, marcando para sempre o molde econômico e social de Alagoas.

O movimento pela emancipação política começou por volta de 1954. Tertuliano Turíbio de Araújo e João Batista de Moraes foram os líderes. Em agosto de 1960, pela Lei Estadual nº 2.292, *Jundiá* foi emancipado de Porto Calvo, ganhando soberania de município.

(052) **Maribondo**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Palmeira dos Índios, localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico simples de base africana *mari'mo̱no,* 1813 *maribondo* ‘nome comum a diversas espécies de vespas’ (CUNHA, 2010). Esse topônimo seria uma referência a uma grande casa de maribondos/vespas, alojadas nos ingazeiros e canafístulas, que atacavam os viajantes e moradores do lugar.

Conta a história que um pequeno sítio chamado *Poço da Caatinga* foi implantado, em 1905, à distância de 18 km de Anadia/AL e tinha esse nome por possuir um poço de água cristalina.

Na região, próximo ao citado poço, se formou uma imensa casa de maribondo localizada entre ingazeiros e canafístulas que atacavam moradores e viajantes que por ali passavam. Por essa razão, o lugar ficou conhecido como *Poço da Casa de Maribondos*.

Em 1913, chegou à região a família Azevedo que instalou a primeira feira, destruída, sem explicação, pela guarda municipal de Anadia, porém, reconhece-se como seu fundador João Antônio dos Santos que, em 1919, comprou uma grande fazenda, construindo nela uma casa e a primeira mercearia, abrindo também uma pequena loja de tecidos.

A partir dos meados de 1930, a localidade servia de parada para repouso dos viajantes que vinham para a Capital Maceió ou iam para o Interior. A construção da BR-316, que corta o município, impulsionou o desenvolvimento da localidade. Em 24/08/1962, foi elevado à categoria de município com a denominação de *Maribondo*, pela Lei Estadual nº 2.467, desmembrado de Anadia.

(053) **Piranhas**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco, localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico simples *Piranhas*, constituído pela composição tupi *pi’rãia* < *pi’ra* + *‘ãia* ‘dente, nome comum a vários peixes da família dos caracídeos, extremamente ferozes’ (CUNHA, 2010).

Narra a história que esse topônimo teria sua motivação no seguinte fato. Em um córrego d'água que é hoje chamado Riacho das Piranhas, um caboclo pescou uma piranha, preparou e salgou o referido peixe, levando-o para sua residência. Lá chegando, verificou que se esquecera do cutelo (instrumento cortante, semicircular, de ferro). E, voltando-se para o filho, disse: - Vá ao Porto da Piranha e traga o meu cutelo. Essa versão foi sendo repassada nas relações inter-geracionais e, segundo parece, durante um período, ficou o lugar denominado, concomitantemente, pelos nomes *Piranhas* e *Tapera* (nome primitivo do lugar).

Pelo exposto, percebemos mais um caso de nomeações paralelas na toponímia alagoana, caracterizando-se como disputas denominativas, em nível toponomástico, permanecendo apenas no cotidiano popular, uma vez que são desprezadas pela administração pública que não atentando ao seu valor cultural, não as registram.

Geralmente, o topônimo popular perde essa disputa e desaparece pelo desuso com o distanciamento temporal das razões motivadoras do signo toponímico, que permanecem apenas na memória de alguns de seus usuários. Possivelmente, pode ser o que tenha acontecido entre os topônimos *Tapera* e *Piranhas*.

Com o decorrer do tempo, longe de escombros e prédios espalhados, o local passou a ser uma povoação organizada e o nome *das Piranhas* foi-se estendendo desde o riacho até a povoação (MENDONÇA et al., 2012). O distrito foi criado com a denominação de *Piranhas*, pela Lei Provincial nº 964 de 20/07/1885. Elevado à categoria de vila com a mesma denominação, pela Lei Provincial nº 996 de 03/06/1887, desmembrado de Pão de Açúcar e instalado em 14/12/1837.

(054) **Satuba**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Maceió, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico simples *Satuba,* constituído pela composição tupi *yssá-tyba* 'abundância de içás' (TIBIRIÇÁ, 1997). Esse topônimo seria uma referência a uma espécie de formiga (saúva, tipo de formiga que existia em grande quantidade na localidade) que muito incomodava aos operários que construíam a trilha férrea da G.W.B.R. na região.

Primitivamente, em 1893, era um povoado denominado *Carrapato* e recebeu esse nome devido à grande presença desse inseto em suas matas. Basicamente, era formada por algumas casas de taipa, cujos pioneiros foram familiares de Manoel

Joaquim de Barros e de sua esposa Úrsula de Melo Barros. Suas terras pertenciam à vila de Santa Luzia do Norte e depois a Rio Largo, de onde foram desmembradas.

A chegada dos trilhos ferroviários da G.W.B.R. em seu território e, mais adiante, as construções de estradas de rodagem que ligavam a capital ao interior, principalmente na direção de Maceió para o Agreste e o Sertão do Estado, viabilizou sua emancipação. Foi elevado à categoria de município e distrito com o nome de *Satuba*, pela Lei Estadual nº 2.265 de 23/07/1960 e instalado em 17/08/1960.

Nos casos de zootoponímia apresentados de (049) até (054), o sujeito nomeador resgata aspectos da natureza animal da região da qual será nomeada, materializada na representação simbólica existente entre léxico, o usuário da língua e o meio ambiente por meio de zootopônimos relativos aos animais domésticos, que fazem parte do cotidiano local, como por exemplo o carneiro e os peixes (animais vertebrados) e aos animais não domesticados, como o jacaré (nome comum dado aos animais da classe Reptilia) e os insetos (animais pertencentes à classe Insecta)

Quanto à fauna regional, temos em Alagoas uma nova configuração. Atualmente, a criação de ovinos é praticada do Sertão à Zona da Mata, em diferentes locais e a piscicultura é praticada em tanques-rede nas barragens de irrigação da cana e nos açudes comunitários. Desse modo, alterando a maneira como essas atividades primitivas existiam no período de formação histórica do território alagoano e da fixação do homem no solo alagoano, como são representadas, simbolicamente, pelos signos toponímicos *Carneiros*, *Jundiá* e *Piranhas*.

4.1.6 Outras taxionomias de natureza física

Nessa subseção 4.1.6, denominada de outras taxionomias de natureza física, arrolamos as 2 taxes de natureza física que apresentaram os menores índices de ocorrências. Sendo assim, consideramo-las de rara fecundidade no universo de designativos aqui focalizado, uma vez que apresentaram o registro de apenas uma ocorrência cada categoria, a saber: astrotopônimo e morfotopônimo.

Destacamos que, apesar dessas duas taxionomias se revelarem de pouca produtividade, elas também deixaram suas marcas na memória toponímica do Estado de Alagoas associadas aos seus respectivos universos de referências de forma metafórica ou descritiva. Nessa direção, os macrotopônimos municipais que serão apresentados em (055) e (056) se mostraram escolhas que se prendem à tradição e à vontade de fazer perpetuar uma identidade local.

a) Astrotopônimo - topônimo relativo aos corpos celestes em geral

(055) **Estrela de Alagoas**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Palmeira dos Índios, localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico composto de base latina *Estrela de Alagoas.* Esse topônimo teria sua motivação em alusão ao progresso (por extensão à concepção de brilho, de destaque/estrela) que a localidade adquiriu, em pouco tempo de existência, no espaço alagoano, passando da condição de povoado a município.

Em meados do século XIX, pertencia à Palmeira dos Índios, antes de sua emancipação era conhecido por *Bola*, em razão de existirem em suas matas muitos exemplares de tatu-bola, animal que atraía os caçadores.

Por sugestão de um religioso que dava assistência na localidade, padre Ludgero, o local recebeu o nome de *Estrela de Alagoas*, quando da criação do município, tendo em vista o progresso que teve a localidade em poucos anos de existência.

O movimento da emancipação foi crescendo entre os líderes políticos e a população e foi concretizada com a criação do novo município, que recebeu o nome de *Estrela de Alagoas* em 05/10/1993.

Cumpre ressaltar que, até os dias de hoje, alguns moradores ainda utilizam o topônimo primitivo *Bola* em seu ambiente cotidiano. Com efeito, eles usam os topônimos populares *Bola* e/ou a forma reduzida *Estrela* em conversas informais, constituindo-se, assim, mais um caso de toponímia paralela em Alagoas.

Em nosso entendimento, neste caso (055) se entrecruzam a memória oficial que marca no nome relações de poder e a memória coletiva que traz o nome espontâneo, descritivo, e que deixa entrever, nas interpretações, o desejo de pertencimento como motivador.

b) Morfotopônimo - nome que remete ao sentido de formas geométricas

(056) **Pão de Açúcar**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Santana do Ipanema, localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico híbrido românico-germânico *Pão de Açúcar.*

Seu topônimo seria uma alusão ao seguinte fato: nos engenhos de açúcar, à época colonial em Alagoas, havia a moenda, as caldeiras de cobre, o tendal das forças e a casa de purgar. Nesta última, existia uma fôrma, ordinariamente, usada para purgar e clarear os pães-de-açúcar. Como o morro do Cavalete, acidente geográfico localizado, às margens do Rio São Francisco, assemelhava-se, extraordinariamente, àquelas fôrmas de engenho, o lugar foi denominado de Pão de Açúcar.

Nas palavras de Amorim (2004, p. 13), em sua obra *Terra do Sol – Espelho da Lua* dedicada ao Município de Pão de Açúcar, marca-se a motivação desse topônimo alagoano, quando o referido autor diz que “Morro do Cavalete com as formas, de feitio cônico, onde se punha o mel de cana-de-açúcar para cristalizar e formar o pão de açúcar”. Pelo referido, chegamos à compreensão de que as origens do topônimo Pão de Açúcar, em Alagoas, não estão relacionadas diretamente ao morro do Pão de Açúcar, na cidade do Rio de Janeiro.

Com isso queremos dizer que não caracterizamos o transplante do nome de um lugar para outro, portanto não se trata de um topônimo transplantado, ou seja, “designativo geográfico que existe como tal em um determinado espaço e que passa a integrar a nomenclatura de outra região qualquer, trazido pelo próprio povo que emigrou, ou influenciado por um mero mimetismo”. (DICK, 1990, p. 90).

Apresentamos, a seguir, a Foto 1 que traz as imagens das formas de pão-de-açúcar, expostas no Museu Nacional do Açúcar e do Álcool, popularmente chamado de Museu da Cana. Esses modelos são semelhantes às formas utilizadas nos engenhos de açúcar em Alagoas.

Foto 1 - Formas de pão-de-açúcar em casa de purgar

Fonte: Museu Nacional do Açúcar e do Álcool (2018). Disponível em <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/5d/Museu_Nacional_do_A%C3%A7%C3%BAcar_e_do_%C3%81lcool%2C_popularmente_chamado_de_Museu_da_Cana._Formas_de_p%C3%A3o-de-a%C3%A7%C3%BAcar_em_t%C3%A1bua_de_purgar_e_tachos_utilizados_na_%C3%A9poca_do_Brasil_colonial._Esta_forma_c%C3%B4nica_deu_nom_-_panoramio.jpg>. Acesso em 23 jan. 2018.

Como dito anteriormente, esses modelos cônicos das fôrmas de pão-de-açúcar motivaram a escolha do nome do município de Pão de Açúcar em Alagoas. Apresentamos, a seguir na Foto 2, uma imagem do Morro do Cavalete, às margens do Rio São Francisco – Pão de Açúcar/AL, em 1939, ainda sem o Cristo Redentor, atestando sua semelhança com as fôrmas usada para purgar e clarear os pães-de-açúcar nos engenhos.

Foto 2 - Morro do Cavalete às margens do Rio São Francisco.

Fonte: História de Alagoas (2017). Disponível em <https://www.historiadealagoas.com.br/pao-de-acucar-o-espelho-da-lua-sertanejo.html>. Acesso em 13 jul. 2018.

Primitivamente, os índios Urumaris, antigos habitantes, chamavam o lugar de *Jaciobá*, na língua tupi 'espelho da lua', numa clara alusão ao reflexo da luz desse satélite nas águas do Rio São Francisco que corta o município. (MENDONÇA et al., 2012)

O início do povoamento começou por volta de 1611, através da mistura de brancos e dos índios da Serra do Aracaré, em Sergipe. Em 1634, Cristóvão da Rocha, proprietário da Ilha Grande (Penedo), ocupou as terras onde hoje está o município. Porém, em 1660, as terras passaram, por Carta de Sesmaria, para o português Lourenço José de Brito Correia que, com o fim de explorar a pecuária e o comércio pelo Porto de Penedo, criou uma fazenda de gado entre os morros Cavalete e Farias, com a denominação de *Pão de Açúcar*.

Em 1815, as terras foram leiloadas e arrematadas pela família do padre José Rodrigues Delgado, que deu grande impulso ao desenvolvimento do povoado. A freguesia, criada em 1853, invocou o Sagrado Coração de Jesus padroeiro da cidade. O desenvolvimento do núcleo habitacional determinou a sua elevação à Vila em 1854,

através da Lei nº 233 de 03 de março. *Pão de Açúcar* ainda era vila, em 1859, quando D. Pedro II pernoitou na localidade, em sua viagem para Paulo Afonso/BA. Foi elevado à condição de cidade em 18/06/1887, através da Lei nº 756, desmembrado de Mata Grande.

Na categoria toponomástica dos morfotopônimos, registramos apenas o nome do município alagoano Pão de Açúcar, apresentado em (056), alusivo, por descrição associativa, à forma geométrica da fôrma onde se punha o mel de cana-de-açúcar para cristalizar e formar o pão de açúcar, à época do período colonial, nos engenhos de açúcar e a sua semelhança com o principal acidente geográfico (morro Cavalete) da região.

É interessante pontuar que esse signo toponímico traduz, em seu conteúdo, um artefato que fazia parte de um dos pilares da base da economia alagoana no início de sua formação histórica: os engenhos de Açúcar

Dito o exposto, no âmbito dos topônimos de motivação de natureza física atribuídos aos municípios alagoanos apresentados de (001) até (056), destacamos que, na maioria dos casos, o significado ainda é transparente, esses nomes descrevem características gerais do objeto de nomeação (município), que passam então a ser o referente da forma toponímica, embora nestes topônimos possam deixar de figurar outros elementos que representam singularidades da localidade nomeada.

Com efeito, a riqueza das paisagens naturais de Alagoas e, sobretudo suas águas e seus rios formaram, desde o início da ocupação e fixação das terras alagoanas, os paradigmas de uma ampla rede onomástica.

Pelo referido, podemos aqui recorrer a Sapir (1961), para pontuarmos que o ambiente físico só se representa no linguístico na medida em que atuam sobre ele forças sociais. Com isso queremos dizer que a influência dos aspectos naturais de Alagoas na formação do léxico toponímico do Estado se reflete a partir da influência social do sujeito nomeador e/ou o grupo social do qual ele faz parte, uma vez que é resultado da visão do homem sobre o ambiente.

Essas ocorrências toponomásticas corroboram a tese de que os topônimos detectados estão, intrinsecamente, motivados pela natureza com seus elementos típicos locais. Sendo assim, nesses casos apresentadas de (001) até (056), os signos linguísticos deixam o seu uso pleno na língua, transitando para o uso onomástico, revestindo-se de caráter denominativo e passam a ser referencializados como signos toponímicos.

Grosso modo, são motivados na forma de nomes descritivos puros que materializam em seu significante as singularidades do lugar - a partir de características objetivas das mesorregiões e microrregiões do território alagoano, corporificando na língua aspectos da geografia física do lugar, além dos aspectos cognitivos, traduzindo a intencionalidade do sujeito nomeador na ação denominativa.

Quanto aos nomes de origem indígena e africana registrados nessa esfera do léxico toponímico de Alagoas, podemos destacar que eles, geralmente, surgiram de forma espontânea, também chamados por Dick (1992) de vocábulos toponímicos básicos, que são usados, fundamentalmente, para a nomeação de elementos físicos da natureza como os acidentes hídricos, as características da flora, da fauna e da configuração do solo.

Finalizando essa subseção 4.1, lembramos que, de forma geral, as alusões à formação externa das terras alagoanas em suas feições típicas locais possibilitam uma melhor interpretação do processo de formação e fixação do seu povo, dado ao caráter descritivo destes topônimos. Com efeito, demonstrando a importância desses nomes como resgate de peculiaridades naturais regionais que, muitas vezes, foram perdidas no processo de desenvolvimento da sociedade pós-moderna e desvelam uma relação entre toponímia, história e memória e seu papel determinante nas denominações dos municípios alagoanos.

Na próxima Seção 4.2, abordaremos os nomes de municípios alagoanos circunscritos ao universo das motivações antropoculturais. Essa esfera do complexo toponomástico materializa, na língua, a relação do nomeador e do nomeado enquanto unidade identitária que marca o recorte sócio-histórico-cultural de nossa alagoanidade.

4.2 TOPÔNIMOS DE MOTIVAÇÃO DE NATUREZA ANTROPOCULTURAL ATRIBUÍDOS AOS MUNICÍPIOS ALAGOANOS

Neste grupo toponomástico, registramos na sincronia atual do léxico toponímico municipal alagoano 46 nomes próprios. Eles se apresentaram como instrumentos de veiculação de ideologias, corporificando uma soma de diversificados valores – linguísticos, étnicos, socioculturais, históricos, político-econômicos, religiosos, entre outros, que subjazem às escolhas onomásticas.

Em geral, foram escolhas de grupos que detinham e/ou detém o poder de mando ou por indivíduos oriundos de algum tipo de elite e alicerçados por ela que disputavam o poder político local que os conferem à população, geralmente, às camadas economicamente mais baixas da sociedade, em substituição a outros topônimos já existentes.

Dito o exposto, destacamos que no rol do material estudado, duas expressões de poder se sobressaem, o religioso e o político-econômico, no primeiro, notadamente nos denominativos de motivação religiosa, a presença exclusiva da Igreja Católica Apostólica Romana, revela-nos a exclusão de outras expressões de fé, mesmo aquelas que fazem parte da formação do povo alagoano, que não alcançam visibilidade no léxico toponímico, a exemplo das divindades de origens indígena e africana. Nesse contexto, observamos o poderio da Igreja Católica se impondo no monopólio da fé.

A presença dos primeiros representantes da fé católica, no Brasil, data de 22/04/1500, quando os franciscanos aportaram em terras brasileiras, fazendo parte da esquadra de Cabral, foram protagonistas da realização da primeira missa no Brasil, celebrada por Henrique de Coimbra, frade e bispo português, na praia da Coroa Vermelha, em Santa Cruz Cabrália, no litoral sul da Bahia.

Em 1759, os jesuítas que disfrutavam da mais importante representação da fé cristão em terras brasileiras, foram expulsos das possessões portuguesas, determinada pela Lei de 03/09/1759, pela qual o Rei Dom José I ordenou que os religiosos da Companhia de Jesus fossem tidos, havidos e reputados como *desnaturalizados, proscritos, e exterminados* do território português e de todas as terras de além-mar.

Particularmente no Brasil, os religiosos foram expulsos por manterem concorrência desleal com os comerciantes locais, pelo fato de desfrutarem de

imunidade tributária em todos seus empreendimentos, possuindo grande patrimônio em terras, aluguéis de edificações e vultuosas cifras em dinheiro. (SAVIANI, 2007).

A outra marca monopolista é a que se refere ao poder político-econômico, como no caso dos antropotopônimos e seus derivados, que nos revela a presença nessa fração do fenômeno estudado das figuras detentoras do poder sócio-político-econômico, atuando a serviço do capital, que privilegia aqueles que detinham/detêm a posse dos bens de produção em Alagoas.

Assim, a materialização do poder no léxico toponímico se manifesta nas homenagens aos detentores do poder secular do Estado ou do poder religioso da Igreja Católica, enquanto instituição, através de seus santos e santas. Essas motivações são usadas, estrategicamente, na toponímia dos municípios de Alagoas ao longo da história.

4.2.1 Animotopônimos: nomes relativos à vida psíquica, à cultura espiritual

Nesta categoria toponomástica, evidenciamos impressões de agradabilidade em relação ao lugar nomeado. Neste particular, registramos 3 animotopônimos eufóricos atribuídos a municípios alagoanos que denotam um deslumbramento otimista no ânimo do sujeito nomeador, quais sejam *Belo Monte, Feliz Deserto* e *Maravilha*.

(057) **Belo Monte**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Batalha, localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico composto de base latina *Belo Monte*. Esse topônimo teria sua motivação em razão da característica anímica do agradável panorama serrano da região, na qual o município está alocado.

Primitivamente, o lugar era chamado de *Lagoa Funda* pelo fato de existir, próximo ao núcleo de povoamento inicial, uma lagoa de grande profundidade. A colonização da região se deu por volta de 1822.

No século XX, conseguiu sua autonomia definitiva, tornando-se município com a denominação de *Belo Monte* pela Lei Estadual nº 2.094 de 24/04/1958, desmembrado do município de Batalha.

(058) **Feliz Deserto**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Penedo, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico composto de base latina *Feliz Deserto.*

Esse topônimo teria a motivação na seguinte narrativa: Em 1645, após as invasões holandesas, passava pelo litoral sul alagoano uma embarcação portuguesa, capitaneada por Domingos Mendes. Houve um naufrágio nas imediações da Praia das Flexeiras, salvando-se alguns de seus passageiros, dentre os quais o próprio Domingos Mendes e sua esposa Maria Mendes. Ao chegarem na praia, encontraram à sombra de um cajueiro uma imagem de Nossa Senhora Mãe dos Homens. Felizes por terem sobrevivido ao naufrágio, decidiram ficar no lugar mesmo sendo deserto, dando início assim a povoação do lugar e batizando-o de *Feliz Deserto.* (MENDONÇA et al. 2012)

Outra hipótese que explicaria o povoamento de Feliz Deserto é a de que o lugar ficava na chamada “Rota do Camarão e do Sal”, que começava em Alagoas do Sul e terminava em Penedo, constando nos mapas geográficos e militares da época colonial. Homens das tropas em conflito iam ficando pelo caminho, em lugares desertos para abrigar-se dos inimigos e cuidar dos ferimentos, dando origem a pequenas povoações.

Primitivamente, o local onde se localiza a cidade de Feliz Deserto era aldeamento dos índios Caetés. O distrito foi criado com a denominação de *Feliz Deserto*, pelo Decreto nº 788 de 16/10/1958, subordinado a Piaçabuçu e elevado à posição de município com a mesma denominação pela Lei Estadual nº 2.266 de 23/07/1960.

(059) **Maravilha**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Santana do Ipanema, localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico simples de base latina *maravilha* do lat. *mirabilia* ‘coisas admiráveis’ (CUNHA, 2010). Sua motivação seria uma alusão à admiração/impressão eufórica de um missionário que passou pela localidade e afirmou entusiasmado que, ao contrário do que se pensava fora de lá, o lugar era uma *maravilha!* pelo povo, pelo clima e pela beleza cênica.

O município de Maravilha tem sua origem em uma fazenda para exploração da pecuária instalada por Domingos Gomes na sua sesmaria, em meados do século XVIII. Tempos depois, a povoação original ficou conhecida pelo nome de *Cova dos Defuntos* por causa da epidemia de cólera, no final do século XIX, que vitimou centenas de pessoas na região. Esse necrotopônimo fazia referência à grande cova que foi aberta para enterrar os cadáveres no território do atual município.

No século XX, a localidade foi elevada à condição de município pela Lei nº 2.102 de 17/07/1958 com a denominação de *Maravilha*, desmembrado de Santana do Ipanema. Essa mudança toponímica ocorreu em razão da observação do sacerdote "*este lugar ainda será uma maravilha!*", expressando um ponto de vista otimista envaideceu seus habitantes. Por consequência, a expressão foi popularizada entre os moradores do povoado e serviu, mais tarde, para dar nome ao lugar em substituição à denominação lúgubre (MENDONÇA et al., 2012

Nos casos dos animotopônimos eufóricos apresentados, o sujeito nomeador atribuiu um sentido de agradabilidade aos nomes *Belo Monte*, *Feliz Deserto* e *Maravilha*, com base, possivelmente, no estabelecimento de analogias entre os aspectos considerados, por ele, agradáveis do lugar, fazendo uso de modificadores nos sintagmas toponímicos expostos em (057) e (058) e por meio do elemento específico simples em (059) para particularizar essas localidades, valorizando-as a partir de subjetividades atreladas as suas percepções emotivas, traduzindo o universo psíquico do sujeito nomeador.

Assumimos o ponto de vista de que os atributos valorativos destacados não estão, propriamente, nos lugares a que eles se referem, mas na imagem subjetiva que o indivíduo faz do espaço nomeado. Se assim for, é possível assumir ainda que o sujeito nomeador faça uso desses especificadores, estrategicamente, quando pretende exaltar o lugar, dentro de um conjunto de circunstâncias anímicas, uma vez que o adjetivo assume valor de subjetividade, no qual a ênfase é dada ao qualificador.

4.2.2 Antropotopônimos: relativos aos nomes próprios individuais

Nessa categoria toponomástica, registramos 8 nomes próprios individuais que apresentam o princípio da homenagem - por meio do nome pessoal ou do apelido de família – às figuras consideradas fundadoras ou beneméritas dos municípios nomeados, como tributo, na perspectiva do nomeador, ao protagonismo social destas personalidades homenageadas.

Mormente, esses antropônimos convertidos em antropotopônimos na nomeação de municípios alagoanos não representam a manifestação identitária da população local. Em alguns casos, inclusive, para a identificação completa dos personagens referenciados se faz necessário, por parte dos munícipes, o recuo histórico, à época, do batismo dessas municipalidades.

Agrupamos estas designações comemorativas em três grupos, conforme a estratégia da escolha denominativa, a saber: a) primeiro grupo, homenagens às personalidades europeias, amigos da Coroa Portuguesa; b) segundo grupo, nomes parentais - prenome[28] e/ou apelidos de família; c) terceiro grupo, homenagens aos representantes das esferas política e empresarial.

a. Grupo I - nomes de municípios adotados em homenagem a influentes fidalgos da Corte Portuguesa

(060) **Anadia**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de São Miguel dos Campos, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico simples *Anadia,* constituído pela composição híbrida hebraico-latino *anadia*. Do hebr. *hanah, hannah* 'graça, clemência, mercê' outra f.: *anna* (GUÉRIOS, 1981)*; sm.* Do lat. vulg. XIII **dia* (do lat. clas. *dies*) 'espaço de tempo que medeia entre nascer e o pôr do sol' (CUNHA, 2010).

Esse topônimo teria sido uma homenagem feita ao ministro de Lisboa *Visconde de Anadia*, influente fidalgo da Corte Portuguesa que se transferiu com a Família Real para o Brasil, exercendo o cargo de secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos. Foi o Visconde de Anadia que autorizou a promoção do antigo povoado junto ao El-Rei à categoria de vila.

Não se sabe ao certo qual foi a primeira corrente de desbravamento no território do atual município. Possivelmente, os primeiros povoadores vieram dos núcleos mais antigos da região, quais sejam Madalena (atual Marechal Deodoro/AL), Bom Sucesso (atual Porto Calvo/AL) e São Francisco (atual Penedo/AL). Atraídos, provavelmente, pelos encantos de suas planícies e fecundidade de seu solo ou chegaram pelo Rio

[28] Adotamos, nesta tese de doutorado, a compreensão do termo prenome como o componente onomástico que precede ao apelido de família (sobrenome) na forma de designar pessoas.

São Miguel e encontraram o aldeamento dos índios, uma vez que os rios eram, à época, as principais rotas de desbravamento utilizadas pelos colonizadores.

Em meados do século XVII, o território ocupado pelo atual município de Anadia era um aldeamento indígena com a denominação *Campos do Arrozal de Inhauns*. No final do século XVIII, foi criada a vila com o nome *Vila Nova de São João de Anadia*. Com o passar do tempo, no uso diário da língua, a população simplificou o nome do lugar, usando a forma reduzida e popularizando o signo toponímico *Anadia*.

Em vista disso, em 1801, o povoado foi elevado à categoria de vila com o nome de *Anadia.* Em 25/07/1995, passou à categoria de cidade pela Lei Estadual nº 86, mantendo a denominação *Anadia.*

(061) **Atalaia**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião da Mata Alagoana, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico simples *Atalaia*, constituído pela composição árabe *at-talā'i'a* 'sentinela, vigia' (CUNHA, 2010).

Há duas versões que explicaria a motivação desse macrotopônimo: i. na primeira versão, a causa motivadora do topônimo *Atalaia* teria sido uma homenagem feita pelo Rei de Portugal ao amigo *Visconde de Atalaia* - Visconde do Condado de Citarem, em Portugal - fidalgo português amigo de D. José I; ii. na segunda versão, o município teria recebido esse nome por ter sido o local onde as forças que lutavam contra os Palmares ficavam de "atalaia" (sentinelas, vigilantes). Nesse caso, o topônimo Atalaia seria classificado como geomorfotopônimo, isto é, nome referente às elevações do terreno.

A localidade começou a ser povoada por volta de 1692 por Domingos Jorge Velho, bandeirante paulista. Primitivamente, o lugar era chamada de *Arraial dos Palmares*, em razão da proximidade com a Serra da Barriga, onde se localizou o Quilombo dos Palmares (atual município de União dos Palmares/AL).

Domingos Jorge Velho havia recebido do governo português a promessa de uma sesmaria (seis léguas de terra), como recompensa pela destruição do Quilombo dos Palmares. Em 12/03/1701, o Governador da Província de Pernambuco recebeu a Carta Régia determinando a criação oficial do arraial, com o nome de *Arraial de Nossa Senhora das Brotas*. No entanto, este nome não caiu no gosto dos moradores, o povo permaneceu utilizando a antiga denominação *Arraial dos Palmares* no trato diário.

Em 1716, os filhos e a esposa de Domingos Jorge Velho receberam o Decreto que doava a sesmaria onde hoje se localiza o atual município de Atalaia, como recompensa pela destruição dos Palmares. O distrito foi criado com a denominação de *Atalaia*, permanecendo esse nome até os dias atuais.

Nos nomes dos municípios apresentados em (060) e (061), evidenciamos a influência política sendo usada, estrategicamente, em benefício à Corte Portuguesa, por meio de designativos sistemáticos que evocam uma suposta superioridade dos europeus, cujas escolhas toponímicas, nesses casos, homenageiam influentes fidalgos, amigos e apadrinhados da corte.

b. Grupo II – prenomes e sobrenomes adotados em homenagens aos representantes de grupos familiares ou pessoas consideradas como moradores pioneiros da região

(062) **Joaquim Gomes**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião da Mata Alagoana, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico híbrido de base hebraico-portuguesa *Joaquim Gomes.* Esse topônimo teria sido uma homenagem à figura de Joaquim Gomes Silva Rêgo, um descendente da família dos Gomes de Barros que eram proprietários de engenhos, conhecidos como *senhores de engenho,* tendo uma destacada participação política, em Alagoas, no século XX.

Joaquim Gomes da Silva Rego foi Major da Guarda Nacional, eleito deputado estadual pelo Partido Republicano Conservador em 1916 e proprietário dos Engenhos Urucu, Sítio Cajá, São Salvador e Alagoas. O município de Joaquim Gomes tem suas origens históricas no Engenho São Salvador.

Em 1900, José Correia de Araújo Barros, antigo proprietário do *Engenho São Salvador*, faleceu. Após sua morte, devido aos problemas financeiros, sua propriedade ficou alienada ao genro, Joaquim Gomes da Silva Rego, que resolveu tomar a frente dos negócios da família e adquiriu do banco credor a propriedade então alienada.

Antes da colonização, a região era habitada pelos índios Urupês. Dessa tribo restaram apenas algumas antigas tradições mantidas, até hoje, na aldeia Cocal. Primitivamente, o lugar era conhecido pela denominação de *Urucu* (var. *urucum*), nome dado à planta, cientificamente, conhecida como *bixa orellana*, que é o fruto do

urucuzeiro, uma substância que se extrai da polpa desse arbusto e é empregada na fabricação do colorau (corante natural).

A Lei nº 2.468 de 25/09/1962, deu autonomia administrativa à localidade com a permuta do nome *Urucu* para *Joaquim Gomes*, homenageando a figura que é considerada o fundador do lugar.

Cumpre lembrar que a influência política da família Gomes de Barros ainda é presente em terras alagoanas. Tal destaque pôde ser observado, na imprensa local e nacional, quando o ex-deputado federal Antonio Gomes de Barros, à época, presidente da Assembleia Legislativa Estadual (ALE), ostentava salário vultuoso, figurando dentre um dos maiores da República Brasileira, o que deu ao Estado de Alagoas o título jocoso de "Terra dos Marajás". Figura perseguida no período que ficou conhecido como "Era Collor" protagonizado pelo então Presidente da República Fernando Collor de Mello na década de 1990.

(063) **Monteirópolis**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Batalha, localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico híbrido *Monteirópolis,* constituído pelo apelido de família portuguesa *Monteiro* justaposto a base grega *pólis*, (*πόλις*) significando literalmente, 'cidade de Monteiro'. Esse macrotopônimo teria sido uma homenagem à figura considerada o fundador do município: José Domingos Monteiro.

O lugar foi se formando como núcleo habitacional a partir da propriedade de José Domingos Monteiro, fazendeiro pioneiro da região. Em épocas mais remotas, a localidade era conhecida como *Guaribas*, nome de um inseto muito comum na região.

O distrito foi criado com a denominação de *Guaribas* ex-povoado, pela Lei Estadual nº 2.090 de 28/03/1958, com terras desmembradas de Jacaré dos Homens/AL, subordinado ao município de Pão de Açúcar/AL e elevado à categoria de município com a denominação parental de *Monteirópolis*, pela Lei Estadual nº 2.250 de 15/06/1960.

(064) **Olivença**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Batalha, localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico simples de base latina, constituído pelo apelido de família *Olivença*, do lat. XIII *ŏlīva -ae* 'azeitona, oliveira' (CUNHA, 2010).

A motivação desse antropotopônimo seria à junção do sobrenome do ramo familiar dos *Oliveiras*, em particular, refere-se aos dois grupos de famílias considerados fundadores do primeiro núcleo habitacional da região do município em tela.

Primitivamente, o lugar era conhecido como *Capim.* Em 1898, provenientes de Lagoa da Canoa/AL, instalaram-se na região duas famílias: a de *Manoel Vieira de Oliveira* e a de *Belarmino Vieira de Oliveira*. Iniciou-se, assim, o desenvolvimento da região com a implantação de pequenos sítios e também com atividades agropecuárias. Cumprindo a tradição entre os ricos proprietários de terras do interior de Alagoas, as próprias famílias construíram uma capela em homenagem à Nossa Senhora do Carmo, padroeira do povoado. A matriz que existe até hoje só foi construída em 1938, mesma época da instalação da feira do povoado.

A *Vila do Capim* foi crescendo e, em 1930, já tinha características de uma pequena cidade, mesmo ainda sendo povoado de Santana do Ipanema/AL. O distrito foi criado com a denominação *Capim* pela Lei nº 1.785 de 05/04/1954. Quatro anos depois, pela Lei nº 2.092 de 24/04/1958, foi elevado à categoria de município com a denominação de *Olivença*.

Em nosso ponto de vista interpretativo, esses signos toponímicos apresentados em (062), (063) e (064) são depositários da memória local que traduzem uma intenção de perpetuar famílias tradicionais (base patriarcal formadas pelos senhores rurais) da região, homenageando grupos proprietários de terras em Alagoas, como marca de posse (real e simbólica) associada ao poder político, social e econômico dessas famílias.

Ao tratar sobre as questões da terra em território alagoano, Almeida et al. (2013) explicam-nos que

> Especialmente em Alagoas, a terra é um fator essencial para se explicar o poder. Ela foi o elemento essencial na construção do agrarismo que durante séculos foi a base de nossa política e que ainda persiste, apesar de raros sinais de mudança que se evidenciam, sobretudo a partir da década de sessenta, quando teve início o processo de acentuada urbanização (ALMEIDA et al., 2013, p. 12).

Pela citação acima, depreendemos que os nomes apresentados em (062), (063) e (064) podem sinalizar, simbolicamente, indicativos de poder e conquista atrelados aos objetivos maiores: o poder e o reconhecimento social por meio das terras.

Esses nomes fazem alusões às personalidades avaliadas como fundadoras dessas localidades. Porém, provavelmente, já deveriam existir antigos moradores em regiões próximas exercendo uma economia rústica. Todavia, são as oligarquias que recebem os créditos do pioneirismo e são consideradas pela história oficial como instituidoras dos atuais municípios, legitimando um discurso de pertença, no qual o espaço geográfico e social é batizado em referência ao patriarca local, geralmente, perpetuado como aquele que primeiro se estabeleceu no lugar. Com efeito, esses nomes traduzem o marco de fundação ligado à ocupação de antigos moradores, nas figuras de ricos fazendeiros e proprietários de terra.

Por último, pontuamos que, como estratégias denominativas nos casos apresentados em (062), (063) e (064), o sujeito nomeador elegeu: i. o nome individual que designa especificamente uma pessoa dentro do grupo familiar mais imediato, particularizando-o, como em *Joaquim Gomes*; ii. parte do nome de indivíduo homenageado, indicando seu vínculo familiar por meio do apelido, designando assim todo o grupo familiar, como em *Monteirópolis* e *Olivença.*

c. Grupo III - nomes adotados em homenagem a políticos influentes, a ricos fazendeiros e a empresários notórios da região em que o município nomeado está localizado

(065) **Delmiro Gouveia**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco, localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico híbrido de base germânico-portuguesa *Delmiro Gouveia.* Esse topônimo teria sido uma homenagem à figura do cearense Delmiro Augusto da Cruz Gouveia.

Primitivamente, o lugar era chamado de *Pedra* e se constituiu a partir de uma estação da estrada férrea da G.W.B.R. Esse litotopônimo tinha sua motivação nas grandes rochas que existiam junto da estação. Delmiro Augusto da Cruz Gouveia chegou ao lugarejo Pedra, em 1903, negociando com couros de bovinos e peles de caprinos.

No início do século XX, Delmiro Gouveia, já destacado proprietário dos bens de produção, estabeleceu-se naquelas plagas para poder montar uma indústria de linhas, obteve a isenção de impostos e outras benesses que a aliança com o poder pode proporcionar. Conseguiu também uma concessão para explorar as terras áridas

daqueles rincões, bem como para construir a primeira usina hidrelétrica da América do Sul, utilizando a energia da cachoeira de Paulo Afonso/BA, trazendo o progresso para a região com suas atividades comerciais e industriais e a instalação de uma vila operária.

O distrito foi criado com a denominação de *Pedra* pelo Decreto Estadual nº 2.435 de 30/11/1938. Posteriormente, pelo Decreto-Lei Estadual nº 2.909 de 30/12/1943, passou a ser denominado pelo prenome *Delmiro* e por fim, elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 1.628 de 16/06/1952 com a composição formada pelo prenome e sobrenome *Delmiro Gouveia,* marco imortalizado do seu poder econômico.

(066) **Paulo Jacinto**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Palmeira dos Índios, localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico composto de base latina, constituído pelo prenome composto *Paulo Jacinto*.

O antropotopônimo *Paulo Jacinto* teria sido uma homenagem sugerida pela direção da G.W.B.R. à figura do alagoano Paulo Jacinto Tenório - primeiro e único Barão de Palmeira dos Índios/AL, agraciado Barão em 28/08/1889 e um dos três últimos titulares do Império pelo Gabinete Liberal de junho de 1889.

Primitivamente, o local era conhecido como *Lourenço de Cima*, para distinguir-se da propriedade agrícola de Lourenço Veiga, chamada de *Lourenço de Baixo* ou São Lourenço, que possuía uma capela sob a invocação de São Lourenço.

O fundador de Lourenço de Cima foi Antônio de Souza Barbosa, paraibano de Campina Grande, que, tendo adquirido grande extensão de terras, por volta de 1835, estabeleceu-se com a família e haveres naquele local, construindo uma casa residencial e uma capela, conforme costume das famílias endinheiradas e religiosas, à época, em homenagem a Nossa Senhora da Conceição.

Antônio de Souza Barbosa fez doação de considerável patrimônio de terras para assegurar a subsistência e conservação da capela à Nossa Senhora da Conceição, nas vizinhanças foram construídas as primeiras casas de taipa para moradia dos novos habitantes que, atraídos pela fertilidade do solo e amenidade do clima, convergiram para a região, fazendo surgir uma nova povoação em torno da capela.

Atualmente na toponímia popular, sobretudo na oralidade, registramos a abreviação em forma de sigla do nome do município *Paulo Jacinto*, chamada afetuosamente pelos jovens de *PJ*, se configurando no mundo toponomástico como acrotopônimo, termo usado por Francisquini (1998). Por exemplo, “sou de pejota (PJ)”. Eles usam inclusive o gentílico “pejotense” no trato diário com a língua.

Nessa dinâmica toponímica, quando o povoado foi elevado à categoria de município, nem Antônio de Souza Barbosa, nem Lourenço Veiga, pioneiros que deram grande impulso ao povoado, foram agraciados para dar nome ao município. Anos depois, já no regime republicano, a localidade recebeu o antropotopônimo Paulo Jacinto, por sugestão da direção da *Great Western*, em homenagem a Paulo Jacinto Tenório, pela Lei nº 1.747 de 02/12/1953.

Assim, temos mais um caso de substituição sistemática a serviço do capital, trata-se de uma imposição do poder econômico, nesse caso representado pela direção da empresa G.W.B.R. como fator condicionante nessa mudança, como forma de homenagear a figura de Paulo Jacinto Tenório, rico fazendeiro de Quebrangulo que havia doado terras para a passagem da ferrovia.

(067) **Teotônio Vilela**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de São Miguel dos Campos, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico híbrido de base latino-portuguesa, constituído pelo nome próprio composto *Teotônio Vilela*. Esse topônimo teria sido uma homenagem à figura de Teotônio Brandão Vilela.

Teotônio Vilela foi político e empresário do setor sucroalcooleiro em Alagoas, dispunha de grande influência política, intitulado como o *Menestrel das Alagoas*. Em 1984, considerado pelo cancioneiro popular como aquele que transformava “sal em mel” o que dialoga com sua atividade empresarial, considerado o porta-voz das aspirações nacionais pela democracia na campanha pelo retorno das eleições diretas no Brasil.

O povoado começou a ser formado em meados do século XX, às margens do Rio e Vale Coruripe que deságuam no oceano Atlântico; na localidade conhecida como Fazenda Risco, uma área de terras pertencentes ao Engenho Brejo de propriedade do Agropecuarista Jorge Pacheco, aproximadamente em 1955, quando os carros de boi traziam as riquezas dos canaviais aos engenhos: Brejo dos Pachecos,

São Mateus dos Sampaios, Peri-Peri dos Rolemberg, Rocheira dos Costas, Novo do Seu Demétrio, Gravatá dos Alexandres, Bicas e Cachoeira, numa estrada de terra batida, feita a mão, nestes dias a ponte do Km 171 da BR 101- Sul. Ali, em uma casinha no ângulo formado pela estrada, morava o primeiro habitante da futura Chã da Planta. “Estrada de rodagem” que servia de principal acesso entre as cidades de Coruripe - grande pólo praieiro, produtor de açúcar, álcool e coco, principal região litorânea do interior, e Arapiraca – principal região comercial e industrial, referência dos feirantes da época.

Algum tempo depois, o núcleo populacional então formado passou a ser chamado *Vila São Jorge*, alguns dizem ter sido uma homenagem ao então Promotor de Justiça, o advogado e oficial da Reserva do Exército Brasileiro Jorge de Medeiros Pacheco, um boêmio do campo que se tornara benfeitor das classes oprimidas; no entanto, outros dizem que seria em devoção ao Santo São Jorge.

À época, o povoado fazia parte de Junqueiro/AL. Em 1970, o empresário Teotônio Brandão Vilela comprou parte da propriedade. A partir daí a povoação cresceu e passou a atrair novos moradores. Esse crescimento originou uma feira semanal que reunia gente vinda de outros locais. Em suas terras se localiza a Usina Seresta, empresa de propriedade da família Vilela.

Em 10/10/1966, a vila *São Jorge* passou a se chamar *Feira Nova* e se emancipou com o nome alterado para *Teotônio Vilela* pela Lei nº 4.831 de 12/12/1986, essa mesma Lei alterava o topônimo de Distrito Industrial Senador Teotônio Vilela e cercanias para *Teotônio Vilela*, a partir daquele ano, passaria a ser chamada seriamente, e por direito, de cidade.

Mais uma vez observamos uma prática, culturalmente, marcada pela relação de poder nos nomes apresentados em (065), (066) e (067). Nesses três casos, semelhante aos antropotopônimos anteriormente apresentados nos grupos I e II, são signos toponímicos que se caracterizam como escolhas sistemáticas que legitimam, no espaço simbólico e real, traços da formação histórica da sociedade alagoana.

No âmbito dos topônimos relativos aos nomes próprios individuais apresentados de (060) até (067), de uma forma geral, eles são homenagens explícitas ao poder e traduzem um modelo de sociedade do capital, em que o sujeito nomeador procura abalizar através da atividade linguística uma demarcação expressiva de prestígio socioeconômico e político em Alagoas, consubstanciado no signo toponímico.

Isso sugere que os representantes das classes sociais que protagonizam a luta pelo poder, em Alagoas, não se descuidam da importância que a perpetuação ou o esquecimento possuem como elemento de disputa. Por conseguinte, há uma intencionalidade do sujeito nomeador nessas escolhas apresentadas de (060) até (067).

Por essa ótica, tais nomes de municípios corroboram conveniências denominativas de homenagens ao poder secular constituído no Estado. Portanto, a ação de nomear esses entes federativos, em Alagoas, não se dá de maneira aleatória, mas, pensada estrategicamente por meio de representações simbólicas, ideologicamente esquematizadas.

4.2.3 Antropoaxiotopônimos: relativos aos títulos que acompanham nomes próprios individuais

Nesta categoria toponomástica, registramos 2 elementos específicos híbridos constituídos por prenomes e sobrenomes pospostos aos títulos de referência militar e política, quais sejam os nomes dos municípios alagoanos *Major Isidoro* e *Senador Rui Palmeira*.

A relação entre o sujeito nomeador e o poder político-econômico se torna mais visível nesta categoria denominativa, em razão do destaque dado à titulação do homenageado presente no próprio signo toponímico, sugerindo relações simbólicas por meio de marca de autoridade/poder político que faz referência a ocupantes de postos do governo enquanto lideranças, socioeconomicamente, de destaque na região.

(068) **Major Isidoro**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Batalha, localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico híbrido de base latino-grega *Major Isidoro*. Esse topônimo teria sido uma homenagem à figura de *Isidoro Jerônimo da Rocha*, filho do fundador do povoado que deu origem ao atual município.

Em 1857, Antônio Jerônimo da Rocha, vindo do lugarejo conhecido pelo nome de Volta dos Dois Riachos, em Santana do Ipanema/AL, adquiriu terras nas margens do Riacho do Sertão e se instalou com sua família na localidade, fundando uma fazenda denominada de *Sertãozinho*, por estar próxima ao povoado conhecido pelo

nome *Sertão*, hoje, chamado de *Vila do Sertão* ou *Sertão de Baixo*. Entre seus filhos, apenas Isidoro Jerônimo da Rocha, conhecido como Major Isidoro, manteve os negócios do pai.

Além de boas terras para pastagens, a região se destaca pela criação de gado, principalmente das raças nelore, holandês e guzerat, que já lhe rendem o título de segundo maior produtor de leite do Estado.

Figura de destaque na região, devido ao seu domínio latifundiário, Major Isidoro era chamado de o patriarca do *Sertãozinho*. Pelo Decreto-Lei Estadual nº 2.909 de 30/12/1943, o distrito de *Sertãozinho* passou a denominar-se *Major Isidoro* e se tornou município pela Lei nº 1.473 de 17/09/1949. Cumpre registrar que alguns autores defendem que a grafia do nome do município deveria ser *Major Izidoro* (escrito com "z"), justificando que é assim que está escrito nas certidões de nascimento e casamento dos seus netos e na sua certidão de casamento.

(069) **Senador Rui Palmeira**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Santana do Ipanema, localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico híbrido de base românica *Senador Rui Palmeira.* Sua motivação teria sido uma homenagem prestada pelo ex-governador do Estado de Alagoas Guilherme Palmeira a seu pai Guilherme Gracindo Soares Palmeira, patriarca da “dinastia” dos Palmeiras em Alagoas.

Antes de se tornar município, o povoado era conhecido como *Riacho Grande*, por haver ali um córrego que inundava o vilarejo durante o inverno. Por volta de 1930, Antônio Afonso, vindo de Palmeira dos Índios/AL, instalou uma fábrica de corda na região hoje ocupada pela sede do município. Utilizava-se como matéria-prima o caroá, planta de pouca folhagem que era encontrada com facilidade nos arredores. Em torno dessa atividade cresceu um reduzido povoado.

Em 1945, José Rodrigues Fontes montou um alambique para a produção de cachaça, tornando a localidade conhecida como *Usina*. Nessa fase, a localidade apresentava uma disputa toponímica, sendo referenciada pelos dois topônimos. Entretanto, o nome *Riacho Grande* acabou prevalecendo para o povoado, sendo adotado definitivamente pelos missionários e ratificado pela população.

Em 1981, o povoado foi elevado à categoria de município e distrito com a denominação de *Senador Rui Palmeira*, pela Lei Estadual nº 4346 de 13/05/1982.

Os nomes apresentados em (068) e (069) são escolhas lexicais, no mundo onomástico, decorrentes da ação denominativa sistemática com delimitação semântica formal, nas quais se dá ênfase, não apenas aos prenomes ou sobrenomes de patriarcas locais, mas sobretudo sua posição social marcada na língua pelo elemento modificador determinante da denominação honorífica: major e senador. Nessa direção, esses nomes passam do significado lexical para o significado onomástico marcados pelas relações sócio-político-ideológicas da região e pelos vínculos que o sujeito nomeador estabelece com o lugar, como parte integrante de um todo maior.

4.2.4 Ergotopônimos: nomes relativos aos elementos da cultura material

Nesta categoria toponomástica, registramos 2 ergotopônimos na função de nomear municípios alagoanos. Trata-se de signos toponímicos que evidenciam a relação entre o homem, o meio e a cultura material que o circunda, reunindo em seus conteúdos semânticos aspectos de como o povo alagoano vivia antes e depois do desmembramento dos municípios Girau do Ponciano e Jequiá da Praia.

(070) **Girau do Ponciano**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Arapiraca, localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico híbrido de base híbrido tupi-latino *Girau do Ponciano.* Do tup. *jurá* ‘estrado, armação’ (TIBIRIÇÁ, 1997); Deriv. de *pôncio* do lat. *pontius* ‘o quinto filho’ (GUÉRIOS, 1981). Esse macrotopônimo teria sua motivação em referência a um caçador de nome *Ponciano* e seu instrumento de caça: *Girau*.

Ponciano é considerado o morador-fundador da localidade que, acompanhado de mais dois caçadores, instalou um girau/jirau[29] - pequena armação de madeira onde ficavam os animais abatidos - para suas caçadas, aproveitando a fauna abundante da região.

[29] Artefato de caça construído a partir de “estrato de varas sobre forquilhas cravadas no chão” (FERREIRA, 2010, p.1156). Cumpre destacar, ainda, que a tradição ortográfica toponímica alagoana manteve a grafia girau, com a letra g, ao invés da grafia jirau, com a lera j, como está registrada em dicionários de língua portuguesa (BECHARA, 2008, HOUAISS, 2009; FERREIRA, 2010; entre outros.)

Primitivamente, o lugar era denominado de *Belo Horizonte*. Conta a tradição do povo que chegaram nessa região em data desconhecia, aqueles que são considerados os responsáveis pela fundação do núcleo populacional original da cidade. Eram dois homens e uma mulher de família desconhecida. Os registros guardaram apenas o nome de um deles, exatamente aquele que passar a aparecer na nomenclatura do município, *Ponciano.*

Os pioneiros estabeleceram uma propriedade naquele lugar, dedicando-se à agricultura. Alguns anos depois, um dos homens se fixou em Tapagem de Traipu e a mulher se transferiu para Jequiá da Praia. No entanto, Ponciano permaneceu no local e continuou com a atividade de caçador, instalando Girau (jirau) para suas caçadas, já que a oferta para caça era abundante naquelas paragens.

Por volta de 1912, o nome *Belo Horizonte* foi modificado para *Vila Ponciano*, nessa época, a localidade já apresentava um aspecto de uma próspera comunidade. Anos depois, é elevado à categoria de município com a denominação de *Girau do Ponciano*, pela Lei Estadual nº 2.101 de 15/07/1958.

(071) **Jequiá da Praia**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de São Miguel dos Campos, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico híbrido de base tupi-latino *Jequiá da Praia*. Do tup. *jekeí-y* ‘espécie de armadilha de apanhar peixes’ (TIBIRIÇÁ, 1997); do lat. *sf.* XV *praya* ‘orla da terra, ordinariamente coberta de areia, confinando com o mar’ (CUNHA, 2010).

A motivação desse topônimo estaria na atividade da pesca artesanal ligada ao fato da imensa quantidade de peixes curimãs serem retirados na laguna *Jequiá,* situada na região beira-mar do atual município, relacionando o exercício da atividade pesqueira à riqueza hídrica local.

Jequiá da Praia é a cidade do litoral sul de Alagoas que mais apresenta cenários selvagens. Suas praias e lagoas dão à região um ar de paraíso. São 488 km² de beleza, como as praias de Jacarecica do Sul, Lagoa Azeda e Pituba, ou o povoado de Duas Barras. Os recantos de natureza privilegiada guardam ecossistemas diversificados. No povoado de Duas Barras, por exemplo, pode-se assistir ao espetacular encontro da Lagoa de Jequiá com o oceano ou os manguezais. As praias

de Pituba e Jacarecica do Sul são praticamente selvagens, apresentando cenários ainda pouco explorados pelo homem (MENDONÇA et al., 2012).

A localidade sempre foi conhecida pelo nome de *Jequiá da Praia*, sendo elevado às categorias de distrito e de município, pelo Art. 41, Inciso I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual de 05/10/1989, confirmado pela Lei Estadual nº 5.675 de 03/02/1995, que define os seus limites, desmembrado de São Miguel dos Campos e Coruripe.

Nos casos dos ergotopônimos apresentados em (070) e (071), temos sintagmas toponímicos relativos aos elementos da cultura material que descrevem, em suas bases semânticas, instrumentos ligados às atividades laborais humanas características, à época, da povoação inicial dessas regiões em Alagoas.

Nesse particular, os signos toponímicos *Girau do Ponciano* e *Jequiá da Praia* marcam, na toponímia do Estado, as atividades de caça e de pesca, traduzidas, em língua indígena, pelos nomes dos artefatos usados nessas práticas em solo alagoano, quais sejam o *jirau* e o *jequiá*, respectivamente.

4.2.5 Hiero-hagiotopônimos: nomes relativos às associações religiosas, aos santos e santas da Igreja Católica e aos locais de culto

De uma forma geral, os nomes sagrados aplicados aos lugares, seguindo a orientação de Dick (1992), são categorizados como hierotopônimos, definidos como topônimos referentes aos nomes sagrados, às efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto.

A categoria dos hierotopônimos é subdividida, ainda seguindo a autora supracitada, em duas subcategorias, quais sejam os hagiotopônimos, que são os nomes de santos ou santas do Hagiológio Católico Romano, por exemplo Santo Antônio/AL e os mitotopônimos, que são os nomes relativos às entidades mitológicas, por exemplo Ribeirão do Saci/ES.

Nesta tese de doutorado, optamos em concentrar os nomes dos municípios alagoanos alusivos à religiosidade fechados no bloco referencial hiero-hagiotoponímico, uma vez que só houve registro de nomes da fé cristã vinculados aos lugares sagrados e à figura do Messias ou aos nomes dos santos e santas do Hagiológio Católico Romano.

Dito o exposto, agrupamos as 17 designações do referencial hiero-hagiotoponímico analisado em dois blocos: no primeiro, arrolamos 6 hierotopônimos cristãos vinculados aos lugares e à figura devocional do Messias, ditos sagrados pela Igreja Católica Apostólica Romana; no segundo grupo, arrolamos 11 hagiotopônimos referentes aos santos e às santas do Hagiológio Católico Romano, geralmente, padroeiros(as) dos atuais municípios alagoanos.

Este recorte do complexo toponomástico estudado representa uma tradição de devoção, incorporada à macrotoponímia municipal no período dos nascentes núcleos de povoamento, que manifesta o ideal contemplativo dos anos iniciais da colonização brasileira e, por conseguinte da formação e fixação do atual território alagoano.

a. Grupo I: nomes de municípios alagoanos alusivos a lugares e à figura do Messias associados ao poder sobrenatural

(072) **Belém**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Palmeira dos Índios, localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico simples *Belém,* constituído pela composição hebraica *beit helem* 'casa do pão'*.* Sua motivação religiosa seria uma alusão à cidade sagrada da Bíblia, cidade de Davi, situada na parte central da Cisjordânia, que de acordo com o Novo Testamento, lá teria nascido Messias/judaísmo ou Jesus Cristo/cristianismo.

Primitivamente, em meados do século XVIII, a localidade era uma pequena aldeia de remanescentes do grupo Xukukus que viviam às margens do Rio Lunga, conhecida como *Canudos* em virtude de seus moradores usarem um vegetal de mesmo nome para confeccionar seus cachimbos. Eles tinham por costume a colheita dessa pequena planta, usada nos cachimbos que fumavam. À época, existia uma grande quantidade junto à Serra Canudos, também conhecida na região como *Guaribas*. Posteriormente, na formação do primeiro povoado de homens brancos, manteve-se o nome *Canudos*.

Em 1953, por força da Lei nº 1.712 de 08 de agosto, o *povoado de Canudos* foi elevado à condição de Vila, o que contribuiu para um incremento em sua vida socioeconômica. Em 1962, durante a campanha de obtenção da autonomia político-administrativa, mudou o nome para *Belém* pela Lei nº 2466 de 24/08//1962.

Segundo a tradição oral, a substituição toponímica de *Canudos* para *Belém* ocorreu por influência de religiosos que realizavam as Santas Missões no povoado.

(073) **Capela**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião da Mata Alagoana, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico simples de base latina *Capela.* Sua motivação religiosa seria uma referência à construção de uma capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição, levantada próxima ao local onde hoje se encontra a atual igreja matriz, cujo fundador foi Manoel Ferreira Dessa.

Presume-se que a edificação da pequena igreja tenha ocorrido por volta da primeira metade do século XVIII, aproximadamente em 1750. A capela foi erguida no centro da atual Rua Pedro Paulino, com a frente voltada para o lado sul da cidade. É considerada a primeira referência histórica do município.

Apresentamos, a seguir na Foto 3, uma imagem da igreja edificada por Manoel Ferreira Dessa que deu origem ao município em tela.

Foto 3 - Igreja Matriz de Capela/AL, em maio de 1919.

Fonte: História de Alagoas (2018). Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/capela-a-conceicao-do-paraiba.html>. Acesso em 24 julho 2018.

A exemplo de outras localidades alagoanas, foram as obras da edificação da capela que deram impulso à instalação das primeiras casas na região do atual município de *Capela.*

No processo de institucionalização do atual hierotopônimo *Capela*, ocorreram várias mudanças toponímicas, a saber: em 1829, o povoado já era sede de um distrito que pertencia ao atual município de Atalaia/AL.

A prosperidade econômica do povoado, bem como o desenvolvimento sociopolítico e cultural foram fatores determinantes para sua elevação à condição de vila, através do Decreto nº 52 de 16/10/1890 com a denominação de *Paraíba*, em homenagem ao Rio de mesmo nome.

Mais tarde, foi denominada *Euclides Malta*, quando foi instituída a vila de mesmo nome, na povoação de Cajueiro/AL, que passou a ser sede do município por interesses políticos em 1904. Pelo Decreto nº 571 de 30/07/1912, voltou a se chamar *Capela.* Mais tarde, em 02/07/1919, a vila foi elevada à categoria de cidade por força da Lei nº 805.

Em 1943, mudou outra vez seu topônimo para o hagiotopônimo *Conceição do Paraíba*, por conta da devoção que a população dedicava a Nossa Senhora da Conceição e também numa homenagem ao Rio Paraíba, que corta o município. Seis anos depois, a localidade voltou ao primeiro nome *Capela*, em caráter definitivo, pela Lei nº 1.473 de 17/09/1949.

(074) **Igreja Nova**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Penedo, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico composto de base latina *Igreja Nova.* Esse topônimo teria sua motivação em razão da construção de uma nova igreja em substituição a uma pequena capela sob o padroado de São João Batista que, após um inverno rigoroso na região alagoana onde o município está alocado, ficou arruinada.

O município de *Igreja Nova* tem sua história ligada à exploração do Rio São Francisco por pescadores saídos da cidade de Penedo/AL. Em tempos remotos, o lugar era chamado de *Ponta das Pedras*, devido à grande quantidade desse mineral em seu solo. Depois ficou conhecido como *Oitizeiro*, por causa de uma árvore que chamava a atenção por seu gigantismo. No lugar onde havia o oitizeiro existia uma pequena capela sob o padroado de São João Batista, até hoje padroeiro do lugar.

Após um inverno rigoroso, as chuvas intensas arruinaram aquele templo religioso e os frades alemães junto com alguns moradores, em 1907, construíram uma igreja maior, um dos mais belos templos católicos de Alagoas, cujas badaladas de sinos são ouvidas a distância. Daí então passaram a chamá-la de *Igreja Nova*, abandonando o fitotopônimo *Oitizeiro*.

Apresentamos, a seguir, a Foto 4 que traz uma imagem da atual Igreja Matriz de São João Batista, na cidade de Igreja Nova/AL, edificada em substituição à pequena capela existente.

Foto 4 - Igreja Matriz de São João Batista, na cidade de Igreja Nova.

Fonte: Cidades-IBGE (2017). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/igreja-nova/historico>. Acesso em dez 2017.

Em 11/09/1890, através do Decreto Estadual nº 39, a nova vila passa a se chamar *Triunfo*. Em 16/05/1892, foi conduzida à categoria de cidade com essa mesma denominação de *Triunfo.* Somente pela Lei Estadual nº 1.139, de 30/06/1928, *Triunfo* passou a denominar-se *Igreja Nova*.

(075) **Matriz de Camaragibe**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião da Mata Alagoana, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico híbrido de base latina-tupi *Matriz de Camaragibe*, constituído do *sm*. do lat. XV *matrix, īcis* 'mãe' (CUNHA, 2010) e pela composição tupi *camara-juba* 'árvore amarela' ou *camará g-y-pe* 'rio dos camarás, em uma referência aos índios tupinambás (MENDONÇA et al., 2012).

Sua motivação seria uma referência à Igreja de Bom Jesus edificada na parte alta da região do povoamento inicial do município, hoje, a atual Igreja Matriz. Na época das invasões holandesas, o lugar já era curato, isso é, povoado com condições necessárias para se tornar uma freguesia, ou seja, tornar-se o distrito de um município) e pertencia à freguesia de Porto Calvo/AL.

Em 1850, a povoação de *Camaragibe* já constava, no Convento Franciscano de Olinda, da relação das paróquias da parte austral da Capitania de Pernambuco.

O primeiro núcleo de povoação se instalou na parte alta do lugar, conhecido pelos geomorfotopônimos *Alto do Outeiro* ou *Alto da Igreja Velha*, onde foi edificada a sua igreja Matriz, daí a motivação toponímica que o diferencia do município *Passo de Camaragibe*, burgo irmão, quase da mesma época de fundação, quando ambos eram conhecidos pela denominação de *Camaragibe,* rio de nome homônimo que banha a região.

A localidade desenvolveu seu núcleo, enquanto povoado, no então *Alto do Outeiro*, hoje conhecido como *Alto da Igreja Velha*, onde está instalado um cruzeiro. Ao receber como doação de sua irmã, Dona Brites Pimentel (grande proprietária de terras e de sete engenhos de açúcar) um de seus engenhos na povoação de *Camaragibe*, José de Barros Pimentel, já em sua primeira visita, doou uma parte de suas terras a Gonçalo Moreira, para que fosse construída a Igreja de Bom Jesus.

A Lei Provincial nº 417 de 09/07/1864, transferiu a sede paroquial para a cidade de Passo de Camaragibe, permanecendo assim até 1888, quando o presidente José Cesário de Miranda Monteiro de Barros restaurou a freguesia do Senhor Bom Jesus na Vila de Camaragibe.

Pelo Decreto-Lei Estadual nº 2.361 de 31/03/1938, recebe o topônimo *Passo de Camaragibe*. Até 1950, era vila do *Passo de Camaragibe*. Foi elevado à categoria de município com o nome *Matriz de Camaragibe*, pela Lei nº 2.093 de 24/04/1958.

O município de *Matriz de Camaragibe* é conhecido como a princesa (ou princesinha) do Norte. Apresentamos, a seguir, a Foto 5 que traz a imagem da atual Igreja Matriz de Camaragibe edificada em homenagem a Bom Jesus.

Foto 5 - Igreja Matriz da cidade de Camaragibe - Igreja Bom Jesus.

Fonte: História de Alagoas (2018). Disponível em <https://www.historiadealagoas.com.br/barao-de-murici-jacintho-paes-moreira-de-mendonca.html>. Acesso 15 jan. 2018

(076) **Messias**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião da Mata Alagoana, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico simples *Messias,* do lat. XIX *messias*, deriv. do gr. *messias* 'o redentor prometido no Novo testamento' (CUNHA, 2010).

Pela tradição cristã, Messias é o personagem ou a coletividade no qual se concretizavam as aspirações de salvação e de redenção. Na toponímia alagoana, esse hierotopônimo teria a motivação na devoção religiosa do povo da região, onde se originou a localidade, o nome *Messias* seria alusivo à atividade de carpintaria que era muito comum na cidade e a profissão de São José, pai de Jesus, chamado de *Messias*.

Primitivamente, a localidade era conhecida por *Curralinho*, por volta de 1890, havia algumas casas que eram da família Calheiros, iniciando a formação da povoação local. O nascente lugarejo ficava em um ponto estratégico da estrada que

servia a Joaquim Gomes, Murici e Flexeiras com destino a Maceió e Rio Largo. Atualmente, fica às margens da BR-101.

Como os viajantes passavam muito pelo lugar, o movimento contribuiu para o desenvolvimento do povoado. O Distrito foi criado com a denominação de *Floriano*, pelo Decreto Estadual nº 2.435 de 30/11/1938, subordinado ao município de Murici. Pelo Decreto-Lei Estadual nº 2.909 de 30/12/1943, *Floriano* passou a denominar-se *Messias* e foi elevado à categoria de município com a mesma denominação pela Lei nº 2.475 de 06/09/1962.

Ao tratar sobre a escolha do macrotopônimo *Messias*, Mendonça et al., (2012) explicam-nos que, segundo alguns moradores antigos, a mudança toponímica teve origem em consequência do grande número de carpinteiros existentes na época. Com efeito, a justificativa dessa denominação "deriva da devoção religiosa, pois a carpintaria era a profissão de São José, pai de Jesus, chamado de 'Messias'" (MENDONÇA et al., 2012, p. 386)

(077) **Palestina**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Santana do Ipanema, localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico simples de base latina *Palestina* do lat. XIX *palaestina, -ae* 'cidade da palestina' (CUNHA, 2010).

Esse topônimo teria motivação religiosa por influência de suas lideranças eclesiásticas locais. A escolha do nome homônimo da Cidade/Estado da Palestina, que segundo a Bíblia seria a 'Terra Santa' para os cristãos, foi sugestão de sua cofundadora Arabela Paiva (1910–1996) devota da Igreja Católica.

Por volta de 1880, o atual município era a *Fazenda Retiro* que pertencia aos senhores: Joaquim Félix de Melo e Manoel Januário de Carvalho. Em 1940, José Ferreira de Melo, vindo de Pão de Açúcar/AL, chegou àquela localidade. Lá, instalou uma mercearia e um entreposto de compra de cereais. Montou, em seguida, uma fábrica de laticínios que processava, na época, cerca de 10 mil litros de leite por dia, além de um descaroçador de algodão. Nessa época, o local ficou conhecido como *Retiro de Cima*.

Em pouco tempo, formou-se um pequeno povoado. A primeira feira foi instalada pelos moradores em 1949. O comércio começou a se expandir e o povoado se

desenvolveu. Em 1957, a localidade passou a pertencer ao recém-fundado município de Jacaré dos Homens/AL, sendo conhecido como *Roteiro*.

Logo depois, iniciou-se o movimento pela emancipação político-administrativa. Em 27/08/1962, através da Lei nº 2.469, o ex-povoado de *Retiro* é elevado à categoria de município com o nome de *Palestina*, desmembrado do território de Pão de Açúcar/AL.

Nos casos dos hierotopônimos apresentados em (072) e (077), temos exemplos de topônimos transplantados, uma vez que os nomes *Belém* e *Palestina,* são nomes próprios referentes a cidades/Estados do continente asiático.

Como sabemos, Belém fica no Oriente Médio (situado na Ásia Ocidental), localiza-se na Palestina, na parte central da Cisjordânia. No entanto, esses nomes designam, também, os municípios alagoanos, integrando-os à nomenclatura da macrotoponímia de Alagoas influenciado pela religiosidade da Igreja Cristão.

No grupo I dos hierotopônimos apresentados de (072) até (077), em sua maioria, designam antigos povoados que foram sendo emancipados ao longo da formação território do atual Estado de Alagoas, surgidos e/ou crescidos em torno de pequenos templos religiosos, lugares de culto e devoção que representam, simbolicamente, essa devoção ao sagrado.

b. Grupo II: nomes de municípios alusivos aos santos e às santas do hagiológico Católico Romano

(078) **Pilar**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Maceió, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico simples de base latina *Pilar* do lat. vulg. *Pilare, de pila* ‘coluna’ (CUNHA, 2010), como signo toponímico corresponde à forma reduzida de um mariotopônimo (invocações à Virgem Maria), fazendo referência a Nossa Senhora do Pilar.

Há duas versões para a escolha desse macrotopônimo, em ambas, sua motivação é de cunho religioso cristão em alusão a uma santa do Hagiológico Católico Romano. Daí sua classificação como hagiotopônimo.

A primeira versão faz referência à narrativa lendária do aparecimento na mata de uma imagem de Nossa Senhora, em cima de um pilar, encontrada por agricultores nos arredores do povoado.

Retirada e levada, no dia seguinte, para uma capela próxima ao local do achado, misteriosamente, a imagem sumiu da igrejinha onde fora deixada, sendo encontrada no mesmo lugar do dia anterior sobre o pilar abandonado na mata. O fato se repetiu, mais de uma vez, até que os primeiros colonos, habitantes daquelas paragens, que tinham a laguna como referência, entenderam que um povoado deveria ser edificado no local. Daí o nome Pilar.

Na segunda versão, a causa motivadora desse topônimo seria a imagem da padroeira da cidade que teria sido trazida pelo espanhol José de Mendonça Alarcão Ayala, ancestral do Barão de Mundaú, proprietário do *Engenho Velho*, que tinha escolhido *Nossa Senhora do Pilar* como padroeira da igreja colonial em torno de seu engenho de açúcar, onde se originou a primitiva povoação (MENDONÇA *et. al.*, 2012).

A santa é muito venerada pelos hispânicos, em Zaragoza, cidade onde teve início seu culto, foi no passado, e é até hoje, um dos mais importantes santuários marianos da Europa. O topônimo *Pilar*, conforme essa segunda versão, seria, portanto, originário de Nossa Senhora do Pilar, santa de devoção espanhola.

Apresentamos, a seguir, a Foto 6 que traz uma imagem da Igreja Matriz de Pilar/AL no momento da procissão de Nossa Senhora do Pilar em meados do século XX. Uma igreja; uma história de fé e devoção; uma tradição que sobrevive há séculos.

Foto 6 - Procissão de Nossa Senhora do Pilar em frente à Igreja Matriz de Pilar, em 1940.

Fonte: Pilar-Alagoas (2017). Disponível em: <https://pilar-al.webnode.com.br/pilar-antigo/>. Acesso 23 fev. 2018.

Os primeiros moradores da região foram os índios kariris, o povoado se formou às margens da Laguna do Sul (Manguaba) a partir de um núcleo de pescadores. No Século XVII, Gabriel Soares da Cunha, alcaide-mor de Santa Maria Magdalena da Alagoa do Sul, fundou o Engenho Velho, que se denominava de *São Gabriel*, que, em 1750, passou a pertencer a Matheus Casado de Lima, também proprietário de vários outros engenhos, entre eles o Engenho Pilar, edificado nas terras do Engenho Velho e do Campinas, em Santa Luzia do Norte, ambos em terras alagoanas.

O primeiro núcleo urbano foi uma vila de pescadores que evoluiu a partir da instalação do Engenho de São Gabriel. O engenho também foi conhecido como de Nossa Senhora da Conceição e depois como Engenho Velho, quando Gabriel Soares montou o Engenho Novo. Esses dois engenhos deram origem ao município.

O Distrito foi criado com a denominação de *Pilar*, pela Lei Provincial nº 250 de 08/05/1854 e pela Lei Provincial nº 626 de 16/03/1872 foi elevado à condição de município. No processo de institucionalização do atual hagiotopônimo, o nome *Pilar* foi substituído por *Manguaba* pelo Decreto Lei Estadual nº 2.909 de 30/12/1943, em virtude de a lagoa de nome homônimo ser o principal polo turístico da localidade. Logo depois, o município voltou a ser denominado de *Pilar* através de Lei Municipal nº 1.473 de 17/09/1949.

(079) **São Brás**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Traipu, localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico composto de base latina *São Brás*. Esse topônimo teria sua motivação em referência à lenda de que uma imagem do santo São Brás teria sido encontrada por jovens, em passeio em uma ilha de igual nome, próxima à comunidade.

Impressionada com o achado do futuro orago, a população do nascente povoado construiu uma capela evocando proteção e, logo depois, foi edificada a Matriz denominada de São Brás.

Segundo orientação da Igreja Católica, São Brás foi médico, sacerdote e bispo. Protetor contra os males da garganta e dos animais. Tinha grande compaixão dos mais necessitados e usava de seu ofício para ajudar a todos sem discriminação.

Primitivamente, a localidade era uma pequena povoação ribeirinha do Rio São Francisco alocada um pouco acima da cidade de Porto Real do Colégio/AL. O Distrito foi criado com denominação de *São Brás*, pela Lei Provincial nº 702 de 19/05/1875.

Elevado à categoria de vila com a mesma denominação pela Lei Provincial nº 1.056 de 28/06/1889, desmembrado de Porto Real do Colégio/AL.

(080) **São José da Laje**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião Serrana dos Quilombos, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico híbrido de base latino-hebraico-latina *São José da Laje.* Sua motivação religiosa seria uma alusão a uma capelinha erigida, próximo ao Rio Canhoto, em devoção ao santo São José, pelo senhor de engenho José Vicente de Lima e sua esposa em homenagem ao Pai de Jesus Cristo.

Na tradição da Igreja Católica, o santo São José, José de Nazaré ou José, o Carpinteiro foi, segundo o Novo Testamento, o esposo da Virgem Maria e o pai adotivo de Jesus. O nome José é a versão lusófona do hebraico do hebr. *Iosseph, Iehussefele* (Deus)‘ dê aumento, ou (Deus) aumente (com outro filho)’ (GUÉRIOS, 1981).

Dentre as riquezas minerais da região na qual o município em tela foi edificado, se sobressaem suas pedreiras (lajedo, laje). Daí a motivação do topônimo *São José da Laje* em referência as pedreiras da região. Esse segundo formante do sintagma toponímico é, essencialmente, referencial.

O reconhecimento do território lajense, dado à proximidade geográfica com a República dos Palmares (atual União dos Palmares), teve início com os capitães-do-mato que perseguiam os escravos fugidos dos engenhos de outras regiões para aqueles quilombos, e também às primeiras expedições comerciais feitas entre Porto Calvo, Porto de Pedras e outros municípios situados no litoral norte de Alagoas, além de algumas cidades de Pernambuco como Rio Formoso, Cabo de Santo Agostinho e Serinhaém. Sua expansão, no entanto, deveu-se realmente à devoção religiosa de seu povo.

No ano de 1810, “com a escritura de posse do sítio ‘Lage do Canhoto’, lavrada no cartório de Atalaia, em favor de José Vicente de Lima e sua mulher Senhoria Angélica de Mendonça, é feita a fixação do homem em solo lajense” (PONTES, 1989, p. 5). O lugar teve como primeiro nome *Laje do Canhoto* em alusão ao Rio Canhoto e suas pedras (lajes).

Em 1828, houve uma doação de “cem mil reis” de terra feita por José Vicente de Lima e sua esposa ao santo *São José* a bem de suas almas. O casal era dono de um antigo engenho de açúcar onde mais tarde se instalou a *Fazenda Boa Esperança.*

O contorno das terras doadas não era bem definido, mas citava o Rio Canhoto, no ponto onde está hoje a cidade.

Devido ao desenvolvimento do povoado *Laje do Canhoto*, a localidade foi elevada à categoria de vila com a mesma denominação pela Resolução Provincial nº 681 de 24/04/1875 e pela Lei Provincial nº 737, de 07/07/1876.

Em 30/06/1882, a vila foi elevada à categoria de distrito com a denominação de *São José da Laje* pela Lei Provincial nº 885. Finalmente, pela Lei nº 896 de 28/07/1886, foi criado o município de *São José da Laje*, com os mesmos limites da freguesia, mas judicialmente ligado à União dos Palmares/AL.

(081) **São Luís do Quitunde**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião da Mata Alagoana, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico híbrido de base românico-africana. Do lat. XIII *sanctus* ‘sagrado, ‘que vive segundo os preceitos religiosos, a Lei Divina’ (CUNHA, 2010); do fr. *Louis* ou do ant. esp. *Lois*, deriv. do germ. ‘guerreiro (*frid*) do povo (*luit*)’, ou ‘proteção da fama (*lud*) (GUÉRIOS, 1981); do afr. Bantu, corruptela de *condunde* ‘montanha ou espécie de peixe’ (CUNHA, 2010). Sua motivação seria uma homenagem ao santo e ícone da Igreja Católica São Luís, Rei e patrono da França.

O segundo formante desse signo toponímico *Quitunde* faz referência ao baixo fluvial onde surgiu o antigo povoado, uma paliçada de mocambo (herança dos escravos dos engenhos da região). Tratava-se de um quilombo fluvial, decorrente de uma pequena aldeia indígena dos banguês, descoberta em 1624 pelo holandês Albert Sourth.

Os holandeses, quando estiveram em localidade alagoana, ergueram um forte à margem do Rio Sauassuí (atual Rio Paripueira) e um canal revestido de ladrilhos para escoar a madeira (pau-brasil). A intensificação do povoamento se deu por volta de 1870, quando surge o comércio no *Engenho Castanha Grande*, pertencente ao major Manoel Cavalcante, que doou a seu filho, Joaquim Machado Cavalcante, as terras do *Engenho Quitunde*, onde foi fundado o povoado e para onde transferiu a estrutura do *Engenho Castanha Grande*.

O comércio do açúcar viabilizou o desenvolvimento do povoado. Assim, em 22/06/1882, pela Lei Provincial nº 869, foi criado o distrito com denominação de *São*

Luís do Quitunde e elevado à condição de cidade com a mesma denominação pela Lei Estadual nº 15, de 16/05/1892.

(082) **São Miguel dos Campos**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de São Miguel dos Campos, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico híbrido de base latino-hebraico-latina *São Miguel dos Campos.*

Diz a tradição que esse topônimo teria sua motivação na primeira expedição enviada por El-Rei Dom Manoel, o Venturoso, comandada por Gonçalves Coelho e tendo como piloto Américo Vespúcio, que transpôs a barra do Rio São Miguel, por consequência recebeu este nome em razão da região ter sido descoberta no dia 29/09/1501, data consagrada pela Igreja Católica ao Santo Arcanjo *São Miguel.*

O nome hebraico *Miguel*, em português, é “aquele que está na frente”, “quem é de Deus” (Born, 1977, p. 989), apresenta várias formas como: *Miguel ~ mica-el ~ mich-el ~ mika-el ~ mija-el*.

O modificador *dos Campos*, segundo formante desse signo toponímico, teria sua motivação em função da região do atual município fazer parte dos *Campos Arrozais dos Inhaúns.* Dito de outa maneira, no período de sua colonização, a exploração subiu o Rio São Miguel até as suas cabeceiras, nas terras do atual município de Anadia/AL, então denominado *Campos dos Arrozais de Inhauns*. Pela ligação que existia entre os dois municípios, que nesse tempo não estavam ao menos delineados, ao nome de São Miguel foi acrescentada a denominação restritiva “dos Campos”.

Primitivamente, o lugar era uma antiga aldeia de índios samambis, a missão exploradora portuguesa chegou na localidade através do Rio São Miguel, desembarcando no lugar denominado Roteio, que dizem tratar-se de uma corruptela de Roteiro.

No decorrer dos tempos, muitos dos portugueses que vinham para o Brasil em busca de fortuna foram atraídos pela fertilidade das terras adjacentes ao Rio São Miguel se estabeleceram cultivando cana-de-açúcar e outros produtos agrícolas, além da criação de gado, abrindo caminhos pelas matas e a comunicação com Marechal Deodoro (antiga Vila Madalena) e Anadia (Campos dos Arrozais de Inhaúns).

O povoado que se formou teve participação ativa na luta contra os holandeses, na destruição do Quilombo dos Palmares e na Revolução Republicana de Pernambuco, em 1817. Foi elevado à categoria de vila com a denominação de *São Miguel dos Campos* pelo Decreto de 10/07/1832 e elevado à condição de cidade com a mesma denominação pela Lei Provincial nº 423 de 18/06/1864.

(083) **São Miguel dos Milagres**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião do Litoral Norte Alagoano, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, análogo ao hagiotopônimo apresentado em (082), na sincronia atual corresponde ao elemento específico híbrido de base latino-hebraico-latina *São Miguel dos Milagres.*

Sua motivação estaria associada à narrativa popular que diz que um pescador local teria encontrado na praia uma peça de madeira coberta de musgos e algas marinhas. Ao levá-la para casa e fazer sua limpeza, descobriu que se tratava de uma imagem de *São Miguel Arcanjo*, que, conforme a tradição católica, seria o santo protetor e defensor das almas que deixam este mundo para levá-las a Deus para o julgamento.

Ao terminar a limpeza, descobriu, espantado, que uma ferida persistente que o afligia há tempos estava totalmente cicatrizada. A notícia logo se espalhou, fazendo com que aparecessem pessoas em busca de cura para suas doenças e de novos milagres.

Primitivamente, a localidade era conhecida pelo nome de *Nossa Senhora Mãe do Povo*. A colonização começou durante a invasão holandesa, quando moradores de Porto Calvo/AL fugiram à procura de um abrigo onde pudessem, também, observar o movimento dos invasores batavos que utilizavam o Rio Manguaba para chegar ao interior.

As origens históricas de São Miguel dos Milagres estão ligadas, pela proximidade, às de Porto de Pedras/ AL e às de Porto Calvo/AL. Por algum tempo, o povoado liderou o comércio açucareiro e chegou a ser o maior produtor de coco, quando ainda pertencia a Porto de Pedras.

O distrito foi criado com a denominação de *São Miguel dos Milagres*, pela Lei Provincial nº 417 de 09/06/1864 e elevado à condição de município com o mesmo nome, pela Lei Estadual 2.239 de 07/06/1960, desmembrado de Porto de Pedras/AL.

(084) **São Sebastião**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Arapiraca, localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico híbrido de base latino-grega *São Sebastião.*

Há duas versões para motivação desse topônimo: i. a primeira faz referência ao santo do hagiológico católico romano evocado para curar doenças e epidemias, *São Sebastião*; ii. a segunda versão, diz ser uma homenagem disfarçada, por iniciativa dos líderes locais que desejavam manifestar a gratidão da comunidade, ao então Governador *Sebastião Marinho Muniz Falcão* que apoiou integralmente o movimento de emancipação da localidade, como seria proibido por lei homenagear pessoas vivas, o tributo foi camuflado pelo nome desse santo católico de muita devoção no interior.

Neste estudo, assumimos essa segunda versão para sua motivação, sendo assim classificamos esse signo toponímico como hagiotopônimo aparente (termo cunhado por Lima, 1998), uma vez que, no complexo toponomástico municipal alagoano, ele teria em sua motivação um fundo político, estando ligada à homenagem política, pelo viés religioso.

Primitivamente, a localidade era conhecida como *Salomé*, pela associação aos dois produtos trazidos em abundância pelos tropeiros que por ali passavam: sal e mel (formando com junção dos sons das palavras sal e mel na modalidade linguageira *sal+mé=salomé*).

Por estar situada em entroncamento bastante movimentado, próximo da fronteira dos Estados de Alagoas e Sergipe e das cidades prósperas como Penedo/AL e Palmeira dos Índios/AL (hoje a cidade próxima mais desenvolvida socioeconomicamente é Arapiraca/AL) servia, muitas vezes, de pouso para viajantes, surgindo, assim, pequenas hospedarias para abrigá-los.

O povoado se desenvolveu, sendo elevado à categoria de distrito com a denominação de *Salomé*, pelo Decreto Estadual nº 39 de 11/09/1890, subordinado ao município de Triunfo/AL e elevado à categoria de município com a denominação de *São Sebastião*, pela Lei Estadual nº 2.229 de 31/05/1960.

(085) **Santana do Ipanema**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Santana do Ipanema, localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico híbrido de base português-tupi, formado pelo

sobrenome português de cunho religioso *Sant'Ana*, mãe de Maria Santíssima (GUÉRIOS, 1981) e a composição indígena tupi-guarani *y* 'agua' + *panema* 'imprestável' ou possivelmente *upaba* 'lago' + *nem* 'fedorento', 'água imprestável para o consumo humano', e ainda 'rio amarelo', através da junção dos termos 'y ("rio") e panema ("amarelo").

A motivação do signo toponímico *Santana do Ipanema* está ligada à evocação de Nossa Senhora Sant'Ana e ao localizador Rio Ipanema que corta a localidade, toponimizado no nome do município.

Os primeiros habitantes conhecidos da região onde hoje se situa o município de Santana do Ipanema foram os Índios Carnijós ou Fulni-ô, da mesma tribo dos que ocupavam a serra de Águas Belas, em Pernambuco. Eles habitavam as margens do Rio Ipanema, mas foram expulsos nas primeiras incursões que os bandeirantes paulistas realizaram pelo Rio São Francisco, entre 1656 e 166.

Narra a história que, no final do século XVIII, a atual cidade não passava de um arraial, habitado por índios e mestiços. Sua origem histórica está, intrinsecamente, relacionada ao Movimento Missionário Católico e ao Rio Ipanema.

A catequese do povoado iniciou-se em 1787, em pouco tempo, o Pe. Francisco José Correia de Albuquerque conseguiu implantar os preceitos fundamentais do catolicismo, bem como construir uma capela consagrada à Nossa Senhora Sant'Ana (Santana, Santa Ana ou ainda Sant'Anna – em latim), mãe de Maria Santíssima.

O topônimo primitivo da localidade foi *Ribeira do Panema*, surgiu em 1815 quando os irmãos Martinho e Pedro Vieira Rego e suas famílias, descendentes de portugueses e vindos da Bahia, foram beneficiados pelo Rei com uma sesmaria, instalando-se perto da Ribeira do Panema (próxima às serras da Camonga, Caiçara e Gugy), transformando suas terras em grandes fazendas e tornando-se os primeiros colonizadores da região de Santana do Ipanema, a Santa Ana da Ribeira do Panema.

A freguesia da Ribeira do Panema data de 24/02/1836, sob a invocação de Sant'Ana. Em 1871, politicamente, ainda pertencia ao município de Traipu/AL. O distrito foi criado com a denominação de *Santana do Ipanema*, pela Lei Provincial nº 9 de 24/02/1836. Elevada à categoria de vila com a mesma denominação, pela Lei Provincial nº 681 de 24/04/1875, desmembrado de Traipu/AL. Mais tarde, em 31/05/1921, pela força da Lei nº 893 a vila foi elevada à categoria de cidade, mantendo o nome de *Santana do Ipanema*.

(086) **Santana do Mundaú**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião Serrana dos Quilombos, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, semelhante ao hagiotopônimo apresentado em (085), na sincronia atual corresponde ao elemento específico híbrido de base português-tupi, formado pelo sobrenome português de cunho religioso *Sant'Ana*, mãe de Maria Santíssima (GUÉRIOS, 1981) e o nome tupi *mundaú* 'bebedouro, o rio das chuvas ou das cascatas', (MENDONÇA et al., 2012). Sua motivação também está ligada à evocação de Nossa Senhora Sant'Ana e ao localizador Rio Mundaú, toponimizado no nome do município, em cujas margens o povoado se formou.

Atualmente, o Rio Mundaú está bastante degradado, desde as suas nascentes, em Pernambuco, até a sua foz na Laguna Mundaú, uma das mais importantes lagunas que fazem o complexo lagunar Mundaú-Manguaba, em Maceió-AL, e em torno do qual muitas cidades surgiram.

No passado, o lugar era insulado de acesso difícil e não existiam estradas, só caminhos e veredas por onde passavam pessoas a cavalo por picadas abertas na mata. Primitivamente, era chamado pelo nome indígena *Mundaú-Meirim*, devido ao encontro do Rio Mundaú com o Riacho Meirim existente na região do futuro município.

Por volta de 1800, existiam poucas residências e apenas uma casa de comércio na região. Posteriormente, foi construída uma capela, transformada na matriz de Nossa Senhora de Santana, hoje, Paróquia de Sant'Ana, cujo sino foi colocado em 1873, permanecendo até os dias de hoje.

Os municípios Alagoanos de Santana do Mundaú, Branquinha, Ibateguara, São José da Laje e União dos Palmares, formam o parque citrícola do Vale do Mundaú, constituindo o maior pólo citrícola produtor de laranja lima do Estado de Alagoas, com uma área cultivada estimada em 13 mil hectares e uma produção que se aproxima de 213 mil toneladas anuais, a terceira maior produção de laranja do Nordeste e se destacando como maior produção nacional da laranja lima (ALMEIDA et al. 2011).

Pelo Decreto Lei nº 2.361 de 31/03/1938, o distrito de *Mundaú-Meirim* passa a ser denominado por *Mundaú-Mirim.* Em 14/06/1960, pela Lei 2.245, foi elevado à categoria de município com a denominação de *Santana do Mundaú*, desmembrado de União dos Palmares.

(087) **Santa Luzia do Norte**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Maceió, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico híbrido de base latino-português-germânica *Santa Luzia do Norte.* do lat. XIII *sanctus, -a, -um* 'sagrado, que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina' (CUNHA, 2010); f. pop. port. de *Lúcia*, do lat. Lucia, pronunciada com a tônica no "i" por influência do grego (GUÉRIOS, 1981); *sm*. do fr. XV *nord/* var. *north* de origem germ. 'ponto cardeal que se opõe ao sul' (CUNHA, 2010)

Narra a história que seu topônimo teria a motivação religiosa em decorrência da cura milagrosa de um cego, fundador da cidade, atribuída à Santa Luzia. Após ter recuperado a visão, o homem se estabeleceu ali, no princípio do século XVII, dando início ao povoamento da região, localizada às margens da Laguna do Norte (como era chamada antigamente a Laguna Mundaú) (MENDONÇA et al., 2012).

Diz a tradição religiosa católica que Santa Luzia nasceu no ano de 280, na cidade litorânea de Siracusa, Itália. A santa também é chamada Lúcia e é considerada a protetora dos olhos.

Primitivamente, o local era conhecido pelo nome de *Outeiro de São Bento* devido à existência de um convento beneditino, situado na parte alta do lugar. Durante seu processo denominativo, o local ainda recebeu o nome, conforme documentos probatórios, de *Nossa Senhora da Luz da Villa Nova de Santa Luzia*, denominação esta não mais registrada em documentos posteriores, sob a proteção da Virgem de Syracusa, e ainda *Villa do Norte* e *Santa Luzia de Syracusa da Lagoa do Norte* são denominações que alguns historiadores mencionam e, posteriormente o hagiotopônimo atual *Santa Luzia do Norte*.

O município de *Santa Luzia do Norte* é uma das mais antigas povoações de Alagoas. Em 1663, já se tinha notícias de sua existência com a invasão dos batavos, durante a guerra holandesa, que por ali se dirigiram, depois de atacar a cidade de Alagoas (atual cidade de Marechal Deodoro/AL). Por ter uma localização privilegiada, às margens da Laguna Mundaú, o povoado cresceu rapidamente e, durante o período colonial, chegou a ser o mais importante entre os banhados pelo Rio Mundaú e sua laguna.

Foi elevada à categoria de vila em 10/12/1830 com a denominação de *Santa Luzia do Norte*. Instalada em 13/06/1831 e elevada à condição de cidade com a mesma denominação, pela Lei Estadual nº 696 de 13/07/1915. Em 1962, foi elevada

à categoria de município e distrito, mantendo o nome de *Santa Luzia do Norte* pela Lei Estadual nº 2.464 de 23/08/1962, desmembrado de Rio Largo/AL.

(088) **São José da Tapera**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião Santana do Ipanema, localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico híbrido de base latino-hebraico-tupi *São José da Tapera,* constituído por f. procl. apoc. de santo > *são*, ML *jose* ╤, f. dep. de + *a* = *da*, ML *laj-* +VT *-e*. Etim. *sm*.do lat. XIII sanctus 'sagrado, que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina' (CUNHA, 2010); do hebr. *Iosseph, Iehussefele* (Deus)' dê aumento, ou (Deus) aumente (com outro filho)' (GUÉRIOS, 1981); *sf.* do lat. XIII *lagea* 'pedra de superfície plana, lousa' (CUNHA, 2010).

Esse topônimo teria sua motivação religiosa em referência à edificação de uma capela dedicada ao santo São José no local em que existiam, ao seu redor, algumas tradicionais casas de taipa (uma espécie de habitação feita com paredes de barro, entrecortadas por ripas, de modo artesanal, denominadas no Nordeste de taperas). Daí o lugar ficou conhecido como *São José da Tapera*.

A localidade foi povoada por volta de 1900, através de famílias vindas de Pão de Açúcar/AL. As melhorias trazidas pelo comerciante Afonso Soares Vieira, na antiga fazenda da família Maciano, atraíram novos habitantes, em sua maioria agricultores da região. Esses começaram a fazer taperas, denominação dada pelos indígenas às tabas abandonadas, e pelos brancos, às casas de taipa, como faziam os índios.

A construção de uma capela oferecida ao santo São José, naquela época, permitiu a denominação definitiva do povoado, que dava seus primeiros passos, *São José da Tapera*. O Distrito foi criado com denominação de *São José da Tapera* (ex-povoado) pela Lei nº 1.473 de 17/09/1949 e em 1957, conquista sua independência política pela Lei nº 2.084 de 24 de dezembro.

Os hagiotopônimos apresentados de (078) até (088) no Grupo II conservaram os nomes de seus oragos, ou seja, santos ou santas a quem se dedica um templo ou uma capela; sendo assim, ressalvamos como tendência no ato de nomear municípios em Alagoas, quando a motivação é religiosa, a adoção pelo nome do padroeiro(a) da localidade.

Neste particular, destacamos que esse hábito de batizar lugares com nome de um santo ou santa, no Brasil, é muito antigo, remonta ao período das expedições de reconhecimento da Coroa Portuguesa.

No caso da toponímia de Alagoas, como visto, são nomes de índole religiosa que geralmente homenageiam Santo(a) Padroeiro(a) do local, ao qual se constrói uma orada e se fortalecem nas demonstrações da fé e da devoção da população nordestina por meio das manifestações de caráter católico, em que se comemoram o dia do Santo(a) Padroeiro(a) do município.

Pontuamos, ainda, que evidenciamos a presença de hagiotopônimos autênticos e aparentes, com a predominância quase absoluta de hagiotopônimos autênticos. Na verdade, houve apenas um registro de hagiotopônimo aparente, apresentado em (084) *São Sebastião* que evidenciou o uso do princípio da homenagem a políticos aliado com a religiosidade dominante cristã.

Chamamos a atenção, também, para os casos dos hierotopônimos apresentados em (072) e (077) atribuídos aos municípios *Belém* e *Palestina*, respectivamente, que, em um primeiro momento, podem levar-nos a classificá-los como corotopônimos, ou seja, topônimos relativos a nomes de cidades, países, Estados, regiões e continentes (Dick, 1990). Porém, entendemos que nessa situação específica podem ser considerados como hierotopônimos, uma vez que a motivação não está, efetivamente, na definição do ponto de vista demográfico, como Cidade-Estado, mas na representação religiosa desses topônimos transplantados, que estão nos textos bíblicos cristãos registrados como lugares sagrados.

Em termos de sua funcionalidade toponomástica, o referencial hiero-hagiotoponímico sinaliza a inter-relação luso-cristã na configuração semântica dos nomes de cunho religioso, em cujas análises traduziram aspectos da fé do povo alagoano correlacionados ao grupo humano da região na qual está inserido o núcleo do povoamento.

Outra questão importante que se coloca quanto ao registro dos nomes constitutivos do referencial hiero-hagiotoponímico analisado, é o fato de que embora o Brasil se configure como um Estado Brasileiro Laico com sua diversidade de crenças e ideologias, inclusive prescrito em nossa Constituição Federal de 1988, Art. V, inc. IV

e Art. 19, inc. I[30], essa configuração laica não se representou/materializou no complexo toponomástico estudado.

Pelo referido, queremos chamar a atenção para o fato de que apesar de os cultos religiosos de matriz afro-brasileira, africana e/ou outros cultos autóctones estarem presentes em nossa herança cultural, não detectamos nomes de municípios alagoanos que fizessem referências às tais práticas, padecendo, assim, de uma valoração social positiva para essas manifestações religiosas.

Em nosso ponto de vista interpretativista, isso se explica em razão do contexto histórico, à época da colonização, que na perspectiva dos invasores – sobretudo Espanha e Portugal - encontraram um vazio onomástico a ser preenchido em terras brasileiras e o sagrado foi uma das primeiras motivações, tendo o cristianismo como a corrente religiosa hegemônica.

Nas palavras de Andrade e Flores (2017), esse vazio onomástico inicial

> logo cede lugar a uma detalhada toponímia, que conjuga a língua indígena e os nomes de santos da preferência ibérica. É essa mescla, fruto das fortes presenças no processo de colonização, marcado pela fronteirização de populações ibéricas e indígenas, em situações de conflito e conformação, que resultou em um mapa toponímico com as características da cultura brasileira (ANDRADE; FLORES, 2017, p. 253-254).

Nessa conjectura, houve uma disputa onomástica em que, em um determinado momento, prevaleceu o nome dado pela tradição cultural indígena; em outro, a ibérica na designação do espaço alagoano.

No entanto, a crença do colonizador europeu, na representação simbólica da fé e da proteção divina, se cristalizou em nossa macrotoponímia municipal por meio da amálgama dos elementos lusitanos do cristianismo e os locativos indígenas e africanos, como exemplo nas composições híbridas: *São José da Tapera, Matriz de Camaragibe, Santana do Ipanema, Santana do Mundaú* e *São Luís do Quitunde*.

---

[30]Consideramos, oficialmente, o Brasil como um Estado Laico em virtude de dispositivos constitucionais que amparam a liberdade de religião. Com efeito, citamos o artigo 5º, VI, da Constituição Federal que dispõe:
Art. 5º […] VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias.
Em sequência, citamos também o artigo 19, I, da referida Constituição Brasileira que dispõe:
Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvenciona-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_19_.asp>. Acesso em 25 jun. 2018.

Outro ponto de reflexão é a questão do gênero, semelhante aos antropônimos registrados em outras categorias, pensamos haver, até certo ponto, um preconceito linguístico em relação à figura feminina santificada na toponímia estudada, uma vez que a maioria dos nomes de munícipios alagoanos que se encaixam na hagiotoponímia se refere ao sagrado masculino materializado na figura do homem santificado, ou seja, aqueles indivíduos que viveram uma vida exemplar na terra - comumente conhecidos pelo martírio, virtude heroica e milagres e a quem a Igreja Católica determinou que estão certamente com Deus.

Corroborando com o domínio do poder masculino na Igreja, a exemplo da hierarquia masculina na figura dos padres, bispos e sua maior autoridade: o Papa, uma vez que essas posições não podem ser ocupadas por mulheres como também o fato de haver mais santos beatificados do que santas no hagiológio romano. Esses episódios mostram a prevalência do homem dentro da religião católica, podendo explicar a razão dessa produtividade.

Com efeito, evidenciamos a materialização do discurso religioso por meio da presença de nomes ligados à Igreja Católica Apostólica Romana relativos a santos e a santas, a lugares de cultos e aos significados do hagiológio romano, tais macrotopônimos traduzem a ideologia religiosa que permeava o pensamento do sujeito nomeador no momento histórico em que as localidades foram nomeadas. Todavia, nos nossos dias, a presença desses nomes necessariamente não indica a existência desse sentimento devocional.

4.2.6 Historiotopônimos: nomes relativos aos movimentos de cunho histórico e a seus membros

Nesta categoria toponomástica, registramos 2 historiotopônimos na nomenclatura atual dos municípios alagoanos que resgatam, na dimensão diacrônica, um evento histórico e uma personalidade histórica quilombola local, à época, do desenvolvimento e fixação do espaço alagoano.

(089) **Batalha**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Batalha, localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico simples de base latina *Batalha,* cujo significado toponomástico refere-se a fatos históricos narrados no processo de construção do atual território alagoano.

Há duas versões que explicaria a motivação desse macrotopônimo; a primeira, teria sido uma homenagem a uma vila homônima em Portugal, situada perto de Leiria, que deve sua origem à fundação do Mosteiro de Batalha. Assumindo essa primeira versão, o nome *Batalha* poderia ser classificado como corotopônimo e corresponderia a um topônimo transplantado.

Porém, a segunda versão, mais popular na região e adotada, na maioria das vezes, pelos historiadores, explica que a adoção do nome *Batalha* faz alusão ao combate histórico - por sinonímia aproximativa (POLGUÈRE, 2016) - entre as forças legais (soldados da polícia estadual) e um grupo de fiéis (movimentos messiânico-religiosos do Nordeste brasileiro) seguidores de um Beato que detinha muito mando e devotos na região do atual município por influência religiosa (AMORIM, 2009; MENDONÇA et al., 2012). Daí nossa justificativa de classificarmos *Batalha* como historiotopônimo.

O município de Batalha é polo centralizador da chamada Bacia Leiteira Alagoana. A povoação se formou em virtude do crescimento das famílias dos proprietários das fazendas de gado. No início, era conhecida pelo nome de *Belo Monte*, situado à margem do Rio São Francisco.

Em 09/06/1886, a Lei nº 976 instituiu a vila, que foi instalada em 12/01/1887, criando o município com a denominação de *Belo Monte*, suprimido pela Lei nº 34 de 30/05/1893 e a Vila voltou a pertencer ao território de Traipu/AL.

A partir daí ocorreram sucessivas leis que marcaram o desmembramento da *Vila Belo Monte* e sua posterior (re)integração a outros municípios alagoanos. Somente em 22/12/1947, pela Lei Estadual nº 1.389 transferiu a sede do então município de *Belo Monte* para a *Vila da Batalha*. Em 1952, finalmente, assegurou-se o historiotopônimo *Batalha* quando se transforma em comarca.

(090) **Quebrangulo**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Palmeira dos Índios, localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico simples de base africana *quebragunlo*, provavelmente do Bantu, que significa ‘matador de porcos’ (MENDONÇA et al., 2012).

A motivação desse macrotopônimo seria a figura histórica de um dos membros do movimento de resistência à escravidão do negro em Alagoas. Nesse sentido, teria sido uma homenagem a um dos chefes quilombolas, o exímio caçador de caititus:

conhecido como *Quebrangulo*, na gíria dos negros ‘matador de porcos’, exaltando o excelente desempenho do chefe do quilombo em caçadas.

No local onde se iniciou a povoação, tudo leva a crer, que existiu um quilombo de negros escravos fugitivos que viviam em regime comunal.

Os índios Xucurus (junto com os Kariris, de Pernambuco) foram os primeiros habitantes da região, à época, um povoado conhecido pelo nome de *Vitória.*

No início de seu desenvolvimento, passou por grandes dificuldades por conta das lutas travadas entre as famílias da cidade, aplainado por influência do Frei Caetano Messina, também responsável pela construção da Matriz de Bom Jesus dos Pobres, padroeiro de Quebrangulo.

O Distrito foi criado com a denominação de *Quebrangulo*, pela Lei Provincial nº 301 de 13/06/1856. Em 16/03/1872, foi elevada à categoria de Vila. Alçado novamente à categoria de vila com denominação de *Vitória,* pelo Decreto Estadual nº 47 de 27/09/1890, desmembrado de Assembleia (atual Viçosa/AL).

Apenas em 06/06/1910, *Quebrangulo* retornou à condição de cidade com a denominação de *Vitória*, pela Lei Estadual nº 593 e, por fim, pela Lei Estadual nº 1.139 de 20/06/1928, voltou a denominar-se *Quebrangulo*.

Os historiotopônimos apresentados em (089) e (090) atuam, em termos de sua funcionalidade narrativa, como marcadores linguístico-culturais de tempo na memória toponímica do Estado, traduzindo na estrutura denominativa toponomástica episódios simbólicos dos tempos iniciais desses aglomerados humanos alagoanos.

A escravidão foi a base econômica da colonização brasileira e naturalmente do Nordeste do Brasil, o quilombo se configurou como um espaço de concentração de forças e de negação da escravidão racista no País. Essa existência regional, possibilitou ao negro fujão, mas livre, por meio de uma sociedade primitiva de etnia mista (negros, mamelucos, índios sem aldeias e brancos paupérrimos) o acesso ao uso da liberdade e da sobrevivência fora do trabalho escravo.

As palavras de Lindoso (2000, p. 51), a seguir, explica-nos que

> O regressismo da sociedade mucambeira, tal como foi criada na serra da Barriga, e a baixa rentabilidade social de uma economia de tipo primitivo, ainda a falta de homogeneidade étnica, que é um fator importante nas sociedades primitivas, e a formação guerreia dessas sociedades para o enfrentamento com forças superiores da sociedade açucareira que as cercava – tornaram inviáveis essas sociedades mungubeiras na formação de uma sociedade nacional (LINDOSO, 2000, p. 51).

Sob esse ponto de vista, na macrotoponímia estudada, o sociotopônimo *União dos Palmares* que será apresentado em (096) e o historiotopônimo *Quebrangulo* apresentado em (090) são os que melhor traduzem, no léxico toponímico municipal, a memória mucambeira e a história dos quilombolas[31] no território alagoano, materializando uma posição de resistência ao sistema colonial escravocrata da época no *status quo*.

Por último, no que tangem aos historiotopônimos apresentados em (089) e (090), destacamos que a cristalização semântica desses signos toponímicos adquire considerável importância, pois se revestem de uma significação histórico-cultural que testemunham vínculos de um grupo social a partir de sua história. Nesse particular, os nomes dos municípios alagoanos *Batalha* e *Quebrangulo* demonstram diferentes estilo de vida, traduzidos nesses episódios pretéritos marcantes do nosso povo que dialogam com o presente na constituição toponímica usada no/pelo Estado de Alagoas.

4.2.7 Sociotopônimos: nomes relativos aos locais de trabalho e aos pontos de encontro da comunidade

Pensar a língua sob a perspectiva de uma prática social e cultural, em que se efetiva no espaço de interação entre os membros de uma sociedade, possibilita-nos reconhecer em sua organização lexical representações de uma realidade sociocultural construída historicamente pelos sujeitos.

Dito o exposto, nesta categoria toponomástica, registramos 7 sociotopônimos na nomenclatura atual dos nomes de municípios alagoanos que revelam, no universo social, em suas bases semânticas lugares históricos de trabalho e convívio social, à época, da formação e fixação do espaço alagoano.

(091) **Colônia Leopoldina**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião da Mata Alagoana, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico híbrido de base latino-germânica *Colônia Leopoldina*, do lat. XVII *colōnĭa* ‘grupo de migrante, possessão, domínio’ (CUNHA, 2010); *sf.* do germ.

[31] Os quilombolas também eram chamados de papa-méis, termo usado na época da Capitania de Pernambuco. Eles (quilombolas/papa-méis) não só negavam o sistema escravocrata como instituíram uma nova sociedade, paralela ao sistema oficial que, de certa forma, ameaçavam a estrutura vigente por sobreviver tantas décadas com relativo sucesso. (MOURA, 2001)

’audacioso (bolt) como (llut) A grafia foi alterada posteriormente devido à associação com o latim Leo ‘leão’ (GUÉRIOS, 1981).

A motivação desse topônimo teria sido uma homenagem à Maria Leopoldina da Áustria, Imperatriz do Brasil, pela visita de seu filho D. Pedro II à Colônia Militar em 05/01/1860. Essa passagem de Dom Pedro II, em Alagoas, consolidou o povoado e se tornou fato histórico na época.

A primitiva povoação surgiu de uma possessão militar, nos meados do século XIX, no vale do Rio Jacuípe nas imediações da Serra do Teixeira, em terras alagoanas, com a criação da Colônia Militar Leopoldina pelo Decreto nº 729 de 09/11/1850 e recebeu o Regulamento nº 820 de 12/09/1851. Oficialmente, a Colônia Militar foi instalada no dia 20/02/1852 pelo Governo Imperial para combater os remanescentes dos revoltosos cabanos e papa-méis (quilombolas) instalados em uma densa mata do território entre Maragogi/AL até Porto Calvo/AL.

Quando da implantação, não havia povoamento algum no local, conforme o relatório de 1850 do Visconde de Mont’alegre, ministro de Estado dos Negócios do Império. Segundo o documento, a Colônia Militar Leopoldina estava efetivamente fundada à margem direita do Rio Jacuípe no sítio fronteiro ao Riacho do Mato; serão construídas nela suficientes quartéis e algumas casas, formando uma povoação provisória até que se possam construir edifícios permanentes.

O Distrito foi criado com a denominação *Leopoldina*, pela Lei Provincial nº 1.054 de 27/06/1889 e alterado para *Colônia Leopoldina*, pelo Decreto-Lei Estadual nº 2.909 de 30/12/1943, assinado pelo interventor Ismar de Góes Monteiro.

(092) **Feira Grande**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Arapiraca, localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico composto de base latina *Feira Grande.*

A motivação desse topônimo descritivo seria a feira semanal local considerada, à época, uma das maiores (talvez a maior) que se realizava no interior do Agreste de Alagoas e se expandia aos povoados e vilas das imediações.

A fundação da localidade é atribuída a Francisco José Gonçalves que fixou residência no local, atraindo outras famílias para povoar a região dada à fertilidade do solo e à localização geográfica privilegiada.

Nessa época, o lugar era conhecido como *Mocambo*, devido ao ajuntamento de escravos fugidos da região São Franciscana. Segundo o *site História de Alagoas* (2018), o primeiro registro com esse nome é de 1875.

> Um cidadão que se assinou "*O Observador*", publicou no ***Jornal do Penedo*** de 13 de fevereiro uma correspondência relacionando motivos para o povoado de **Porto Real do Colégio** ser promovido à Vila. Entre os argumentos, "*O Observador*" informava que "dentre os povoados que existem nesta freguesia, e que estão nas condições de ter escolas primárias, apontaremos os seguintes: — Tibury, que tem mais de 100 fogos e uma capela, Olho D'água da Abobora, **Mocambo** e Lagoa da Canoa que estão em relação ao primeiro. [...] Em 31 de julho de 1880, o mesmo jornal volta a citar o povoado. "Professora Pública — Por ato da presidência, de 21 do corrente, foi nomeada professora pública interina da cadeira-mista da **Povoação do Mocambo**, município de Colégio, a exma. sra. D. Amélia Balbina de Solidade". [...] Ainda no *Jornal do Penedo*, de 3 de dezembro de 1881, surge o anúncio que estavam abertas as inscrições de concurso para ocupar as cadeiras de "primeiras letras do sexo feminino das povoações de Piranhas, Poço das Trincheiras, Município de Sant'Ana do Ipanema, Lagoinha, deste município do Penedo, e **Mocambo**, município do Colégio". (HISTÓRIA DE ALAGOAS, 2018. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/feira-grande-o-antigo-distrito-do-mocambo.html>. Acesso em 20 nov. 2018)

O lugar tinha posição estratégica para o comércio, próximo à estrada que interliga à histórica cidade de Penedo/AL à nossa capital Maceió/AL, favorecendo à movimentação comercial e ao progressivo crescimento de sua feira semanal. Em 30/11/1938, o povoado foi elevado à categoria de vila pelo Decreto-Lei nº 2.435, com o nome de *Mucambo.* Oficialmente, seu nome foi substituído para *Feira Grande* pelo Decreto-Lei nº 2.909 de 30/12/1943.

(093) **Passo de Camaragibe**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião do Litoral Norte Alagoano, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico híbrido de base latim-tupi *Passo de Camaragibe*, formado pela composição tupi *camara-juba* 'árvore amarela' (TIBIRIÇÁ, 1997) ou *camará g-y-pe* 'rio dos camarás, em uma referência aos índios tupinambás (MENDONÇA et al., 2012).

A motivação desse sociotopônimo estaria ligada aos armazéns de embarque utilizados pelos comerciantes que vinham da Capitania de Pernambuco, galpões

conhecidos como passos[32], existentes no antigo porto chamado *Camaragibe*, onde se originou o atual município, localizado no Rio Camaragibe que nasce no território do município e percorre diversas localidades em Alagoas, desaguando no Rio Uma, em Pernambuco.

O termo *passo* também pode ser compreendido na acepção de estrada aberta que dá passagem, ou ainda, espaço por onde alguém há de sair, entrar, passar, porto em terra, ou no mar. Provavelmente, é nesse sentido que o macrotopônimo em tela foi adotado, à época, uma vez que o lugar era utilizado pelos barcos que faziam o comércio da venda de escravos negros africanos e da exportação do açúcar produzido pelos engenhos do vale. Assim, o povoado se formou às margens do Rio Camaragibe e em torno da igreja do alto do morro, por isso, sua primeira denominação foi *Matriz de Camaragibe*.

Um outro povoado, porém, começou a surgir no ponto em que o rio tinha menor profundidade. O movimento intenso, por causa dos comerciantes que vinham da capitania de Pernambuco para utilizar os armazéns de embarque fez com que a sede administrativa fosse transferida de *Matriz de Camaragibe* para *Passo de Camaragibe.* Daí a motivação toponomástica do atual sociotopônimo.

Povoada inicialmente por índios potiguares e depois pelos colonizadores liderados por Cristóvão Lins — um fidalgo de origem alemã que chegou à região em fins do século XVI, expulsou os índios e construiu sete engenhos de açúcar.

Após a invasão holandesa e a morte de Calabar, *Passo de Camaragibe* tornou-se um ponto estratégico, ideal para as comunicações entre o Norte e o Sul. A freguesia foi elevada à categoria de vila, em 28/06/1852 através da Lei nº 197 e, posteriormente, à categoria de cidade, em 14/06/1880 pela Lei nº 842 com o nome de *Passo de Camaragibe*.

(094) **Porto Calvo**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião da Mata Alagoana, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico composto de base latina *Porto Calvo.* Esse macrotopônimo teria sua motivação na história lendária que narra que, antes da chegada de Cristóvão Lins para assumir as terras que ganhara da Coroa, um velho calvo que morava às margens

[32] “[...] 17. Bras. Lugar, no rio ou arroio, de passagem habitual. 18. Bras. Durante o período colonial, depósito, no litoral, de pau-brasil ou a de açúcar [...]” (FERREIRA, 2010, p. 1503)

de um dos quatro rios da região tinha um porto de estuário conhecido como *Porto do Calvo.*

Segundo a tradição, em tempos remotos, esse porto servia para transportar cana-de-açúcar e mantimentos para outros pontos mais próximos do litoral, como também para o contrabando de mercadorias mais valiosas.

Na região do futuro município em tela, Cristóvão Lins iniciou a cultura canavieira no Estado, construiu uma capela e sete engenhos e organizou uma cruzada que percorreu parte do litoral, expulsando os índios e se apossando de suas terras. Cristóvão Lins recebeu o título de alcaide-mor de Porto Calvo em 1600.

O povoado foi se formando com o movimento entre o Norte e o Sul, assumindo características de vila nos primeiros trinta anos do século XVII. Quando a povoação se consolidou, após a criação dos primeiros engenhos, foi elevada à vila com o nome de *Bom Sucesso* ou *Bonsucesso*, em homenagem à vitória de Matias de Albuquerque obtida contra os holandeses.

Mais adiante, foi denominada *Santo Antônio dos Quatro Rios* - devido aos cursos d'água que a rodeiam, quais sejam 1. Manguaba, 2. Camaragibe, 3. Tatuamunha e 4. Santo Antônio Grande – abrangendo as terras entre os Rios Manguaba, passando pelo Rio Camaragibe (nas atuais cidades de Matriz do Camaragibe/AL e Passo do Camaragibe/AL), Tatuamunha (na cidade de Porto de Pedras/AL) e chegando ao Rio Santo Antônio (na cidade de São Luís do Quitunde/AL).

Todavia, a história do Porto do Calvo foi mais forte e o primeiro nome prevaleceu, arraigado que estava em sua gente. Assim, foi elevado à condição de cidade com a denominação de *Porto Calvo*, pela Resolução Provincial nº 1.115 de 14/11/1889.

No século XVII, durante o período da destruição do Quilombo dos Palmares, a região de Porto Calvo/AL era o centro das forças expedicionárias contra os negros. Era a freguesia mais antiga de Alagoas; no século XVI já existia. Foi referida na folha geral que acompanha o Alvará de 10/07/1617 (*Anais da Biblioteca Nacional*, vol. XXVII, p. 365). Estava sob a invocação de Nossa Senhora da Apresentação, sendo subordinada eclesiasticamente à Arquidiocese de Maceió.

Atualmente, na Cidade de Porto Calvo/AL há um conjunto de esculturas de concreto, produzidas pelo artista plástico Manoel Claudino da Silva, instalado no Porto do Varadouro que recria o ambiente, à época, da existência do Porto do Calvo. A seguir, apresentamos a Foto 7 que traz as citadas esculturas que explanam como era

o movimento de cargas no Porto do Calvo, ilustrando o modo de vida da sociedade porto-calvense na época colonial.

Foto 7 - Conjunto de esculturas de concreto instalado no Porto do Varadouro – Porto Calvo/AL

Fonte: O reverso do Mundo (2017). Disponível em: <https://oreversodomundo.com/2016/10/18/porto-calvo-calabar-e-outros-personagens/>. Acesso em 22 dez 2017.

Tal monumento busca reportar a movimentação e a ocupação holandesa/ibérica no século XVII e a principal via fluvial, à época, para o escoamento da produção açucareira e de outras mercadorias.

(095) **Porto de Pedras**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião do Litoral Norte Alagoano, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico composto de base latina *Porto de Pedras*. Sua motivação estaria associada ao fato de haver um porto que atraía navegantes, quer por meio das águas do Oceano Atlântico, quer por meio das águas do Rio Manguaba, além do fato de sua área urbana estar situada entre o mar, o rio e uma encosta de pedras, traduzindo aspecto mineralógico da paisagem natural do lugar.

Originalmente, *Porto de Pedras* surgiu em torno da sede da Missão Franciscana na Alagoas Boreal destinada à catequese dos índios potiguares. Junto ao colégio da missão os portugueses ergueram um pequeno forte destinado à defesa de Porto Calvo. Com a invasão holandesa das terras sub–unenses, *Porto de Pedras*

foi várias vezes (re)tomada, ora pelos domínios dos flamengos de Pernambuco, ora pelas tropas luso-espanholas.

Era um ponto de defesa decisivo para a manutenção ou a tomada de Porto Calvo/AL e dos engenhos ribeirinhos, onde estava uma considerável produção açucareira. No processo de oficialização do nome do município em tela, sua localização entre o rio, o mar e uma encosta de pedras fez com que a localidade tivesse três nomes ligados a essa realidade circundante, quais sejam *Porto Real*, *Águas Belas* e *Porto de Pedras*. Daí o distrito foi criado com a denominação de *Porto de Pedras*, pela Resolução de Provincial nº 17 de 28/04/1835 e elevado à categoria de município pela Lei Provincial nº 505 de 26/11/1868 mantendo o seu sociotopônimo *Porto de Pedras.*

(096) **Porto Real do Colégio**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Penedo, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico composto de base latina *Porto Real do Colégio.* Esse macrotopônimo teria a motivação em razão de o colégio e o aldeamento ficarem próximos ao Rio São Francisco, no qual havia um porto à sua margem, protegidos pela Coroa Real Portuguesa. Daí o nome *Porto Real do Colégio.*

Segundo Mendonça et al. (2012), na verdade, o topônimo deveria ser *Colégio de Porto Real*, uma vez que seu povoamento se originou do Colégio dos Jesuítas que lhe deram o nome de Real. Essa denominação está registrada na Lei nº 702 de 19/05/1875, onde o vice-presidente da província das Alagoas, bacharel Felipe de Melo Vasconcelos, no artigo 1.º da citada Lei, diz: “fica criada a freguesia de São Brás desmembrada do *Colégio do Porto Real”*.

Seu território, às margens do Rio São Francisco, abrigava várias tribos indígenas, como *kariris*, *karapotás*, *Aconãs* e *Tupinambás*, todas vivendo da caça, da pesca e da lavoura. Os bandeirantes, em busca de escravos, desarticularam a antiga vida tribal.

Seu povoamento remonta aos meados do século XVII com os bandeirantes que desciam o Rio São Francisco em companhia dos padres jesuítas. Esses religiosos vieram com o objetivo de catequizar os nativos e agrupá-los em uma aldeia central, por intermédio de um colégio onde ensinavam língua e religião.

Os jesuítas, nos meados do século XVII, fundaram um convento e um colégio em frente a capela, hoje Matriz de Nossa Senhora da Conceição, do lado sul da margem esquerda do Rio São Francisco. Neste colégio, ensinavam-se línguas, entre elas o latim. O distrito foi criado com o nome de *Porto Real do Colégio*, em 1795. Elevado à categoria de vila com a mesma denominação, pela Lei Provincial nº 737 de 07/07/1876, desmembrado de Penedo.

(097) **União dos Palmares**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião Serrana dos Quilombos, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico composto de base latina *União dos Palmares*.

A motivação desse topônimo estaria associada à inauguração, em 1889, da Ferrovia que unia – no sentido de ponto de encontro - os Estados de Alagoas e Pernambuco e o termo restritivo *dos Palmares* faz referência ao fato desse município alagoano ter abrigado a maior parte do *Quilombo dos Palmares.*

O referido quilombo se constituiu na maior comunidade quilombola das Américas que resistiu ao sistema escravocrata durante quase 100 anos, tendo seu auge na segunda metade do século XVII, sediado na Serra da Barriga/AL. Nele, se concentravam os negros rebelados contra a escravidão e construíram a República Independente do Quilombo dos Palmares, o símbolo do anseio e da resistência negra pela liberdade, tendo como líder maior o negro Zumbi.

O atual município de *União dos Palmares* surgiu no século XVIII, em um povoado chamado de *Cerca Real dos Macacos*, posteriormente reduzido para o nome de *Macacos*, à margem esquerda do Rio Mundaú, quando ainda era um povoado passou a se chamar *Santa Maria Madalena*, que também sofreu redução vocabular para *Santa Maria*, foi elevado à categoria de vila pelo Decreto de 13/10/1831, desmembrado de Atalaia e recebeu o nome de *Vila Nova da Imperatriz*, em mais uma homenagem prestada à Imperatriz Leopoldina, em solo alagoano.

Por conta de seu crescimento, através do Decreto do Governo Geral foi elevada à categoria de cidade pela Lei nº 1.113 de 20/08/1889 e pelo Decreto Estadual nº 46 de 25/09/1890, o município de *Vila Nova da Imperatriz* passou a se chamar *União* e, por fim, pelo Decreto-Lei Estadual nº 2.909 de 30/12/1943, adotou o atual sociotopônimo U*nião dos Palmares*.

Os sociotopônimos apresentados de (091) até (097) desvelam o contexto sócio-histórico que há por trás desses signos toponímicos, descrevendo possíveis estruturas sociais do povo alagoano, seus possíveis lugares de trabalho e convívio social, à época, do nascedouro de nossos atuais municípios. Sendo assim, eles representam pontos de encontro da comunidade e fatos passados significativos do cotidiano alagoano para a constituição sócio-histórica da identidade do nosso Estado. São, portanto, narrativas em formas de topônimos.

Cumpre salientar que tais narrativas, com forte predomínio da oralidade, podem apresentar modificações, pois cada geração irá recontá-las de acordo com os costumes do seu tempo e cada contador irá priorizar um ponto de vista da narração, por estarem diretamente relacionados com a tradição, com os costumes de uma determinada região.

É interessante observar que o sociotopônimo *Colônia Leopoldina* apresentado em (091) foi o único registro de antropônimo, no *corpus* manipulado, com referência à figura da mulher fora do contexto religioso, evidenciando, em nosso entendimento, uma discriminação de gênero na atual nomenclatura pública municipal alagoana.

Ao estudar a toponímia urbana e suas relações de gênero na cidade de Vitória/ES, Nader (2014) também evidenciou esse predomínio de nomes masculinos, nas palavras da citada autora:

> O emprego do nome de pessoas para indicar lugares é uma prática cada vez mais utilizada para o reconhecimento dos méritos de alguém. A questão é que a escolha do nome do logradouro deveria escapar da descriminação sistemática de gênero que caracteriza toda a sociedade, pois, como esta, é como se a população das cidades aceitasse que suas mulheres não possam ser credoras de certo reconhecimento (NADER, 2014, p. 59).

Pelo referido, no âmbito dos nomes dos municípios alagoanos, também não compactuamos com essa prática machista e discriminatória, construída historicamente como produto das relações sociais e culturais de preferir homenagear lugares por antropônimos referentes às personalidades masculinas, em detrimento dos nomes referentes às personalidades femininos.

4.2.8 Outras taxionomias de natureza antropocultural

Nesta subseção, arrolamos as 5 taxes de natureza antropocultural que apresentaram os menores índices de ocorrências. Sendo assim, consideramo-las de pouca fecundidade lexical no complexo toponomástico dos nomes dos municípios

alagoanos ora analisado, uma vez que apresentaram o registro de apenas uma ocorrência, a saber: antropoaxio-historiotopônimo, cronotopônimo, hodotopônimo, numerotopônimo e somotopônimo.

a) Antropoaxio-historiotopônimo - antropotopônimo precedido por um título e também considerado historiotopônimo

(098) **Marechal Deodoro**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Maceió, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico híbrido *Marechal Deodoro.* Etimologicamente, oriundo do lat. do fr. XIV *maréchall* 'orig. indivíduo que cuidava dos cavalos'; 'modernamente, posto superior no exército' (CUNHA, 2010); do gr. *Diódoros*, 'presente (doros) de Zeus (dio), com influxo de Teodoro (GUÉRIOS, 1981). Esse macrotopônimo teria sido uma homenagem à figura histórica do Proclamador da República do Brasil, *Marechal Deodoro da Fonseca*, nascido no município em tela.

Em 1591, já estava consolidado o seu núcleo urbano inicial, conquistado dos índios Caetés. Foi sede da comarca e capital da Província. O lugar é o berço do clã dos Fonsecas, composto pelo Major Manoel Mendes, a matriarca Dona Rosa Maria Paulina Barros Cavalcante da Fonseca, os filhos e, dentre eles, Manoel Deodoro da Fonseca.

Em 1633, quando o lugar era distrito e vila se chamava *Vila da Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul*, ou simplesmente, *Vila Madalena de Sumaúna*. A região servia para proteger o pau-brasil do contrabando e da ação de ladrões. Em 16/09/1817, passou à capital da capitania de Alagoas, criada nesse mesmo ano, sendo o nome da vila alterado para *Alagoas*. Após a instalação do regime republicano, em 15/11/1889, passou a ter a denominação de *Marechal Deodoro*.

Enquadramos o signo toponímico (098) *Marechal Deodoro* para efeito de classificação taxionômica, como antropoaxio-historiotopônimo (FARIA, 2017) em razão de ser constituído por um nome próprio individual precedido pelo título militar e que faz referência a uma figura presente na história do País, ou seja, o Proclamador da República do Brasil *Marechal Deodoro da Fonseca*.

Sendo assim, esse nome invoca uma representatividade histórica que extrapola os limites do Estado de Alagoas, tal personalidade passa a representar um símbolo, ou seja, a imagem do generalíssimo marechal Deodoro da Fonseca que carrega a

simbologia do herói que libertou seu povo da monarquia, ficando associada a ele até após a sua morte, quando este reconhecimento adquire proporções maiores.

Por último, porém não menos importante, destacamos que todos os antropotopônimos apresentados de (060) até (067), os dois antropoaxiotopônimos (068) e (069) e o antropoaxio-historiotopônimo (098) registrados no recorte toponomástico estudado são nomes do gênero gramatical masculino. Com efeito, os nomes alusivos à personalidade feminina no rol de nomes analisados não apresentaram produtividade lexical, no mundo onomástico, demonstrando que a figura da mulher não foi homenageada por meio de nome de municípios em Alagoas.

Em nosso entendimento, isso sugere uma discriminação em relação às mulheres, reforçada por meio de um discurso de natureza ideológica machista que legitima a ideia de supremacia do poder do homem, traduzindo a condição de que as mulheres, historicamente, não exerciam atividades de destaque, sobretudo no Nordeste do Brasil. Logo, essa característica de organização social está representada também na toponímia alagoana.

b) Cronotopônimo - nome indicativo de tempo representado pelo adjetivo novo.

(099) **Novo Lino**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião da Mata Alagoana, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico híbrido de base greco-latino *Novo Lino*. Etimologicamente, oriundo do *adj*. do lat. XIII *nŏvus -a -um* ‘de pouco uso’ (CUNHA, 2010); *sm.* do gr. *línos* ‘o de cabelos loiros’ (GUÉRIOS, 1981). Esse topônimo teria sua motivação em referência à antiga fazenda *Lino* que deu origem ao povoamento do atual município de *Novo Lino*.

O imperador D. Pedro II doou, em 1868, uma sesmaria ao alferes Manoel Baraúna como prêmio pela atuação do militar na Guerra do Paraguai (1865-70). As terras faziam parte da antiga *Fazenda Lino*, nome de seu primeiro proprietário, que morreu sem deixar herdeiros.

O alferes Baraúna morreu vinte anos mais tarde e seu filho, Manoel Baraúna Filho, herdou as terras. Baraúna Filho contribuiu para o desenvolvimento da região e morreu em 1950, quando o lugar começou a ser denominado de *Novo Lino*, suas terras foram repartidas entre cinco herdeiros.

Alguns anos mais tarde, chegaram as famílias Messias Dias e Guedes de Melo ao povoado *Novo Lino* que deram um novo impulso ao progresso do núcleo populacional, erguendo muitas casas na região.

A construção da BR-101, que divide o município, também contribuiu para que o progresso chegasse mais rápido. Foi elevado à categoria de município com a denominação de *Novo Lino*, pela Lei Estadual nº 2.490 de 01/12/1962, desmembrado de Colônia Leopoldina/AL.

No caso desse cronotopônimo apresentado em (099), evidenciamos que o nome do município em tela traz a marca da dinamicidade lexical com as alterações ocorridas na história cronológica da comunidade, expressa pelo modificador no signo toponímico, pondo em foco uma nova perspectiva por parte do sujeito nomeador, num tempo e num espaço determinados, em relação ao lugar que deu origem ao povoamento do atual município.

c) Hodotopônimo - nome relativo às vias de comunicação urbana ou rural.

(100) **Roteiro**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de São Miguel dos Campos, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico simples de base latina *Roteiro*. Esse macrotopônimo teria sua motivação - por sinonímia aproximativa (POLGUÈRE, 2016) - no fato de se acreditar que os jesuítas descobriram, na região do atual município de Roteiro/AL, o caminho seguido por Dom Pero Fernandes Sardinha, o primeiro bispo do Brasil, que teria sido devorado, antropofagicamente, no litoral de Alagoas pelos índios Caetés.

Esses índios foram os primeiros habitantes da região de Roteiro, por volta de 1853. O atual município se originou a partir da *Fazenda Livramento* instalada por Francisca de Albuquerque, que construiu, no início do século XX, a primeira capela em homenagem à Nossa Senhora do Livramento.

Depois da elevação do povoado à vila, o padre Júlio de Albuquerque, da então freguesia de São Miguel dos Campos, decidiu vender o patrimônio de Nossa Senhora do Livramento – doado, em vida, por Francisca de Albuquerque para Antônio Martins Moreira, que o revendeu, fazendo-o passar por muitos donos e dando início a expansão do lugar.

A emancipação política chegou por meio da Lei nº 2.648 em 18/12/1963, elevando o povoado à categoria de município com a denominação de *Roteiro*. Instalado definitivamente em 31/01/1966.

Nessa categoria toponomástica, o nome do município alagoano apresentado em (100) resgata, em sua estrutura significativa, a noção de caminho ou de direção seguida por Dom Pero Fernandes Sardinha, o primeiro bispo do Brasil, que, conforme alguns historiadores, teria sido devorado pelos índios Caetés no litoral do território alagoano.

d) Numerotopônimo – nome indicativo de adjetivos numerais na função denominativa de lugar.

(101) **Dois Riachos**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Santana do Ipanema, localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico híbrido *Dois Riachos*. Etimologicamente, oriundo do *num*. do lat. XIII *duo, duae* ‘2, dois’, *sm.* do cast. XVI *riacho* ‘curso de água natural, braço navegável do rio’ (CUNHA, 2010).

A motivação desse macrotopônimo descritivo, nos dizeres de Mendonça et al., (2012), foi dois pequenos córregos d`água existentes no local, encontrados pelo morador pioneiro Miguel Vieira de Novaes, em 1907, que assinalaram o início do pequeno povoado e deram nome ao município. Sendo assim, a escolha do signo toponímico *Dois Riachos* teria sua motivação na existência destes dois riachos, ambos tomados como referencial para o início da povoação.

No início do século XX, o atual povoado Pai Mané já possuía moradores fixos, em meados do século XX, as obras de construção da estrada, interligando Delmiro Gouveia, no baixo São Francisco, à capital Maceió, atingiram aquela região. Miguel Vieira Novas, muito conhecido no lugar, foi designado para chefiar a turma encarregada dos trabalhos naquele trecho.

Miguel Vieira aproveitou a oportunidade e construiu um barraco, iniciando um pequeno comércio, inclusive com uma modesta hospedaria para viajantes e, principalmente para os operários da obra, exatamente onde hoje está situada a Praça da Independência na cidade de *Dois Riachos*/AL.

Narra a história que um dos componentes mais fortes do bando de Lampião, o Corisco, comandou um ataque à região com um grupo de cangaceiros em 1936.

Nesse período, a localidade denominava-se *Garcia*, em virtude de um riacho do mesmo nome que passa por lá.

Por esta época, Júlio Firmino Lima chegou ao povoado de *Garcia* trazendo mais operários para os trabalhos da rodovia. Ele foi o responsável pela criação da primeira feira do local.

A autonomia municipal foi adquirida em 07/06/1960, pela Lei nº 2.238, com a denominação de *Dois Riachos.*

Nesta categoria toponomástica, destacamos que apesar de o núcleo do sintagma toponímico apresentado em (101) se referir ao elemento água (subst. riacho), a motivação desse topônimo está na ideia de quantidade, representada, linguisticamente, pelo numeral adjetivo (dois), ou seja, foram os dois pequenos córregos d`água existentes no local que motivaram a escolha do nome do município. Em face disso, eenquadramos o macrotopônimo *Dois Riachos*, para efeito de classificação taxionômica, como numerotopônimo.

e) Somatopônimo - nome relativo, metaforicamente, às partes do corpo humano.

(102) **Boca da Mata**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de São Miguel dos Campos, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico composto de base latina *Boca da Mata*. Esse macrotopônimo faz referência às primeiras residências das quais se têm notícias construídas na entrada (na linguagem do povo *na boca*) da grande mata, que se estendia rumo à cidade de Atalaia/AL.

Até os anos 50 do século XX, a localidade era uma das expressivas reservas de Mata Atlântica, pertencendo a São Miguel dos Campos/AL. A povoação do lugar teve início a partir do *Engenho Santa Rita*, de onde surgiu os seus extensos canaviais. Ainda hoje, apesar da devastação florestal, faz jus ao nome que seus pioneiros lhes deram: *Boca da Mata.*

O desenvolvimento do povoado, desde a sua fundação, teve por base de sua economia as atividades agropecuárias, com destaque para a agricultura da cana-de-açúcar, levando ao movimento pela sua emancipação que acontecera em 11/11/1958 pela Lei Estadual nº 246, desmembrando-se de São Miguel dos Campos/AL. Instalado em 31/12/1958, com a denominação de *Boca da Mata*.

Nesta categoria toponomástica, o nome do município apresentado em (102) é dotado de caráter metafórico, pela expressão "Boca da Mata", uma vez que, no sentido literal, a mata não tem boca. Assim, faz referência, em sentido figurado, à parte do corpo humano, caracterizando-se na taxionomia toponomástica (Dick, 1990) como um somatopônimo.

No que tange aos nomes de motivação de natureza antropocultural atribuídos aos municípios alagoanos apresentados de (057) até (102), podemos caracterizá-los, em sua maioria, como topônimos sistemáticos que repercutiram a história da formação cultural do Estado como depositários de momentos históricos e do pensamento do sujeito nomeador que configura esse momento histórico e/ou é por ele configurado.

Isso sugere que (re)nomear aglomerados humanos de moradores fixos, na trajetória de sua emancipação, geralmente se inicia como povoado, passa para a categoria de vila e, por fim, é elevado à Unidade Político-Administrativa Municipal, tem um significado político, ideológico e cultural, envolvendo etnias ou grupo sociais hegemônicos que revelam a influência política na formação das nossas raízes.

Essa complexa rede de fatores está associada à experiência vivida pelo sujeito nomeador ou a um determinado grupo social e pode, de alguma maneira, indicar tanto a cultura como as identidades da população alagoana. Assim, muitos dessas escolhas se dão por nomeação metafórica ou nomes comemorativos.

Nesse universo onomástico, o sujeito nomeador, ao invés de particularizar a localidade por critérios objetivos, estabelece para o município uma relação subjetiva em termos de propriedades transferidas em termos associativos, imbricadas pelo sentimento de pertencimento, afetividade, mundo vivido pelas relações sociais e de poder.

Finalizando essa subseção 4.2, advogamos a tese de que a prática de nomear municípios, em Alagoas, não se dá de maneira aleatória como exposto até então. Em face disso, a permanência ou a mudança entre um nome ou outro na designação das municipalidades alagoanas não foi acidental, essas escolhas descritivas ou metafóricas, de motivação física ou antropocultural ou ainda de forma transparente ou opaca se deram a partir de condicionadores linguísticos e extralinguísticos.

Na próxima subseção 4.3, apresentaremos os resultados desta pesquisa doutoral tratados estatístico-descritivamente para uma melhor sistematização e quantificação dos dados com o intuito de compará-los e pontuar tendências

toponímicas denominativas características do recorte do léxico toponímico usado, em Alagoas, em sua macrotoponímia municipal.

4.3 ANÁLISE QUANTITATIVA

Após as reflexões maturadas, durante o processo de análise e interpretação dos dados, codificamos as ocorrências taxionômicas, os processos e as estruturas formais dos topônimos, as procedências linguísticas das bases léxicas e os tipos de mudanças toponímicas presentes no *corpus* manipulado e analisamos quantitativamente.

Em face disso, nesta subseção 4.3, apresentamos os resultados quantitativos. Para tal, cremos ser conveniente a exposição de diferentes quadros, tabelas e gráficos, com os valores quantitativos e seus respectivos porcentuais a fim de oferecer uma melhor visualização da interpretação e análise, uma vez que não é apropriado alinhar em um único quadro, tabela ou gráfico o que na realidade corresponde a uma divisão de hierarquias e sub-hierarquias de motivações no ato de nomear lugares.

4.3.1 Análise quantitativa dos topônimos de motivação de ordem de natureza física

Após as análises dos dados, percebemos que no processo de ocupação humana de Alagoas, resultando na delimitação de lugares ocupados socialmente por membros ou grupos de tais comunidades, diferentes aspectos da paisagem natural se revelaram importantes fatores de motivação toponímica pelo seu caráter referencial e identitário, na medida em que projetam singularidades físicas do espaço circunscrito ao nomeador e ao lugar nomeado, estabelecendo assim uma relação simbólica entre o ambiente, a língua e o homem.

Nessa direção, cumpre ressaltar que os sistemas se estabelecem em torno de uma identidade coletiva e o espaço geográfico influencia os comportamentos humanos como elemento pragmático de organização social e espacial. Com efeito, a língua se torna um veículo fundamental de interação para se estabelecer relações entre os variados grupos sociais e às questões que pontuam essas vivências comunitárias de organização de um determinado território.

A seguir, expomos, na Tabela 1, a quantificação das categorias taxionômicas de ordem de natureza física que contemplam a configuração geográfica alagoana constatadas no *corpus* da pesquisa, em sua forma unitária ou em repetição de nomeações das municipalidades, exibindo as tipologias preferenciais.

Tabela 1 - Número de ocorrências das taxes de ordem física correspondentes aos nomes dos municípios do Estado de Alagoas.

Taxes	Nomes dos municípios	Qt.
Astrotopônimo	Estrela de Alagoas	01
Fitotopônimo	Arapiraca, Cajueiro, Campestre, Coité do Nóia, Coqueiro Seco, Craíbas, Flexeiras, Jaramataia, Junqueiro, Limoeiro de Anadia, Mata Grande, Murici, Palmeira dos Índios, Pariconha, Piaçabuçu, Pindoba, Taquarana, Viçosa.	18
Geomorfotopônimo	Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Campo Alegre, Campo Grande, Chã Preta, Ibateguara.	06
Hidrotopônimo	Água Branca, Branquinha, Cacimbinhas, Canapi, Coruripe, Igaci, Jacuípe, Japaratinga, Lagoa da Canoa, Maragogi, Mar Vermelho, Minador do Negrão, Olho d'Água do Casado, Olho d'Água Grande, Olho d'Água das Flores, Paripueira, Poço das Trincheiras, Rio Largo, Tanque d'Arca, Traipu.	20
Litotopônimo	Inhapi, Maceió, Ouro Branco, Penedo.	04
Morfotopônimo	Pão de Açúcar	01
Zootopônimo	Carneiros, Jacaré dos Homens, Jundiá, Maribondo, Piranhas, Satuba.	06
Total	>>>>>>>>>>	56

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Conforme os dados tabulados e comparados na Tabela 1, pontuamos o registro de 56 nomes de municípios alagoanos, dentro do cômputo geral dos 102 topônimos analisados, distribuídos em 7 taxes que descrevem elementos da paisagem física do espaço geográfico no qual a localidade está inserida, relacionando com o conjunto de características que define e singulariza o cenário da região, diferenciando das demais.

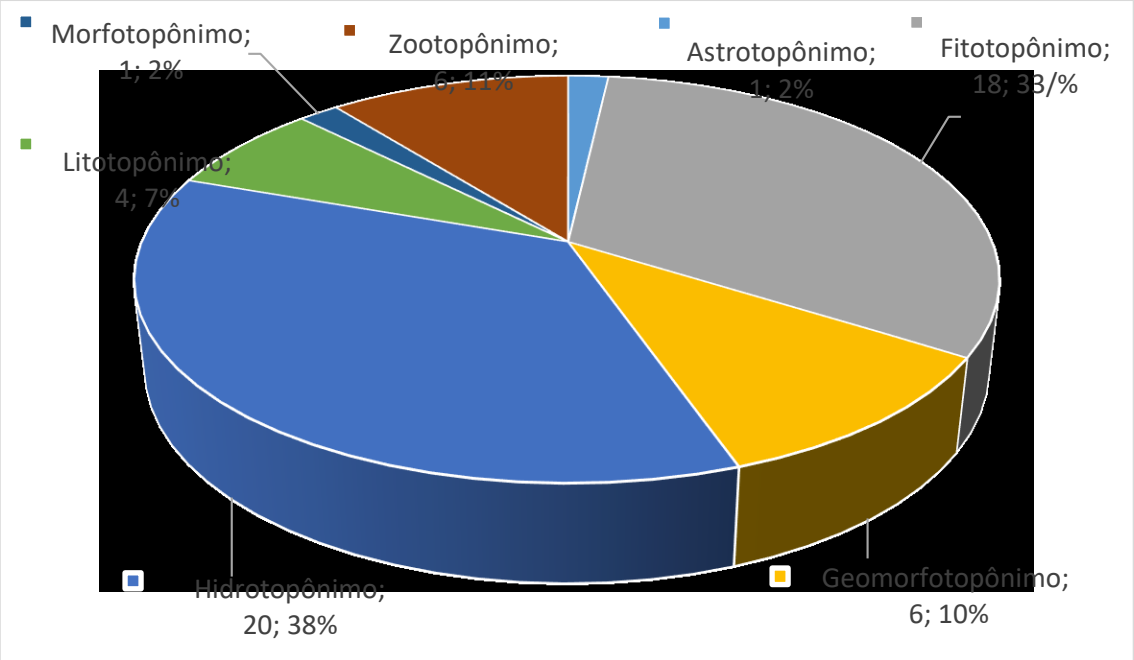
Grosso modo, esse complexo toponímico se caracteriza, semanticamente, como transparente, projetando as correntes povoadoras de ocupação do território alagoano em seu meio ambiente imediato. Sendo assim, podemos inferir a partir de marcas linguísticas impressas nesse acervo lexical como se constituía o quadro da geografia natural de Alagoas, à época, de sua formação.

É importante dizer que, em alguns casos, essa fisionomia natural hoje está devastada pela ação humana. Nesse particular, podemos perceber a relevância do papel das pesquisas toponímicas na recuperação de registros de língua, de cultura e de fatos pretéritos para a interpretação do presente.

Podemos afirmar que os nomes gerados por motivações de natureza física se apresentaram mais produtivos do que os de natureza antropocultural na prática político-administrativa de nomear municípios em Alagoas. Essa predominância traduz a importância dos elementos da paisagem natural - sobretudo a hidrografia e a flora regional – na apreciação daqueles que iniciaram a povoação das terras alagoanas.

As duas maiores produtividades taxionômicas de natureza física podem ser visualizadas, a seguir, no Gráfico 1 com os seguintes resultados:

Gráfico 1- Produtividade das taxes de ordem de natureza física.



Fonte: Dados do autor (2018).

Assim, por meio da apreciação dos dados apresentados na Tabela 1 e ilustrados no Gráfico 1, observamos que o perfil toponímico dos nomes dos municípios alagoanos de natureza física é variado. Nesse contexto, detectamos 7 tipos de taxes, quais sejam Astrotopônimo, Fitotopônimo, Geomorfotopônimo, Hidrotopônimo, Litotopônimo, Morfotopônimo e Zootopônimo que traduzem características da hidrografia, flora e fauna em geral, formas e posições topográficas, constituição do solo e minerais, dentre outras da geografia física do Estado de Alagoas.

E ainda, evidenciamos, dentro desse grupo de topônimos, uma frequência significativa das taxes dos hidrotopônimos com o registro de 20 ocorrências, correspondendo ao porcentual de 38%, seguidos pelos fitotopônimos com o registro de 18 ocorrências, o que resultou em 33,1%. Constituindo-se, assim, como as taxes majoritárias nesse complexo toponímico, apresentando um número expressivo de registros quando comparadas às outras taxionômicas de natureza física. Já as taxes do astrotopônimo e do morfotopônimo se revelaram as taxionomias de menor produtividade no *corpus* analisado.

Em nosso entendimento, esses dados sugerem que os referenciais hidrológicos e fitológicos são os mais propensos à prática denominativa municipal alagoana, manifestando a interação das condições ambientais e do ânimo do sujeito nomeador, materializados nessas nomeações espaciais que compartilham os elementos de vivência da própria coletividade. Eles demonstram a importância do estudo dos nomes de lugares como um resgate identitário de características naturais regionais que se perdem ao longo do tempo.

4.3.2 Análise quantitativa dos topônimos de motivação de ordem de natureza antropocultural

De igual modo, a análise quantitativa revelou que há uma significativa interação entre as escolhas dos nomes de ordem de natureza antropocultural e os fatos históricos e sociais constitutivos da formação do território alagoano.

Nesse particular, observamos que os significados cristalizados nestes topônimos podem estar relacionados, diretamente, com o processo de povoamento da localidade, enquanto um marco identitário, pois cada lugar carrega de geração para geração as vivências, as crenças, os acontecimentos históricos e suas memórias que são projetadas, individual e/ou coletivamente, nas narrativas mais diversas que vão construindo a identidade do lugar onde os indivíduos vivem.

De uma forma geral, estes topônimos sinalizam as ideologias de poder, principalmente questões ligadas à política, à econômica e à religiosidade que estão subjacentes ao processo de formação do Estado de Alagoas, com pequenas alterações ao longo de sua história bicentenária.

Quanto aos números de ocorrências desses topônimos, percebemos uma produtividade um pouco menor em relação aos nomes de motivação de ordem física para nomear municípios alagoanos. Sendo assim, atestando a preferência e/ou uma tendência do sujeito nomeador para a escolha de designativos de natureza física, sobretudo a partir dos referenciais toponímicos hidrológico e fitológico, como foi demonstrado anteriormente na Tabela 1 e no Gráfico 1.

A seguir, expomos, na Tabela 2, as categorias taxionômicas advindas das motivações de natureza antropocultural computadas no *corpus* da pesquisa, em sua forma unitária ou em repetição de topônimos, exibindo as tipologias usadas na macrotoponímia municipal do Estado.

Tabela 2 - Número de ocorrências das taxes antropoculturais correspondentes aos nomes dos municípios do Estado de Alagoas.

Taxe	Nomes dos municípios	Qt.
Animotopônimo eufórico	Belo Monte, Feliz Deserto, Maravilha.	03
Antropotopônimo	Anadia, Atalaia, Delmiro Gouveia, Joaquim Gomes, Monteirópolis, Olivença, Paulo Jacinto, Teotônio Vilela.	08
Antropoaxiotopônimo	Major Isidoro, Senador Rui Palmeira.	02
Antropoaxio-historiotopônimo	Marechal Deodoro	01
Cronotopônimo	Novo Lino	01
Ergotopônimo	Girau do Ponciano, Jequiá da Praia.	02
Hierotopônimo	Belém, Capela, Igreja Nova, Matriz de Camaragibe, Messias, Palestina.	06
Hagiotopônimo	Pilar, São Brás, São José da Laje, São Miguel dos Milagres, São Miguel dos Campos, São Sebastião, Santana do Ipanema, Santana do Mundaú, Santa Luzia do Norte, São José da Tapera, São Luís do Quitunde.	11
Historiotopônimo	Batalha, Quebrangulo.	02
Hodotopônimo	Roteiro	01
Numerotopônimo	Dois Riachos	01
Sociotopônimo	Colônia Leopoldina, Feira Grande, Passo de Camaragibe, Porto Calvo, Porto de Pedras, Porto Real do Colégio, União dos Palmares.	07
Somatopônimo	Boca da Mata	01
Total	>>>>>>>>>>	46

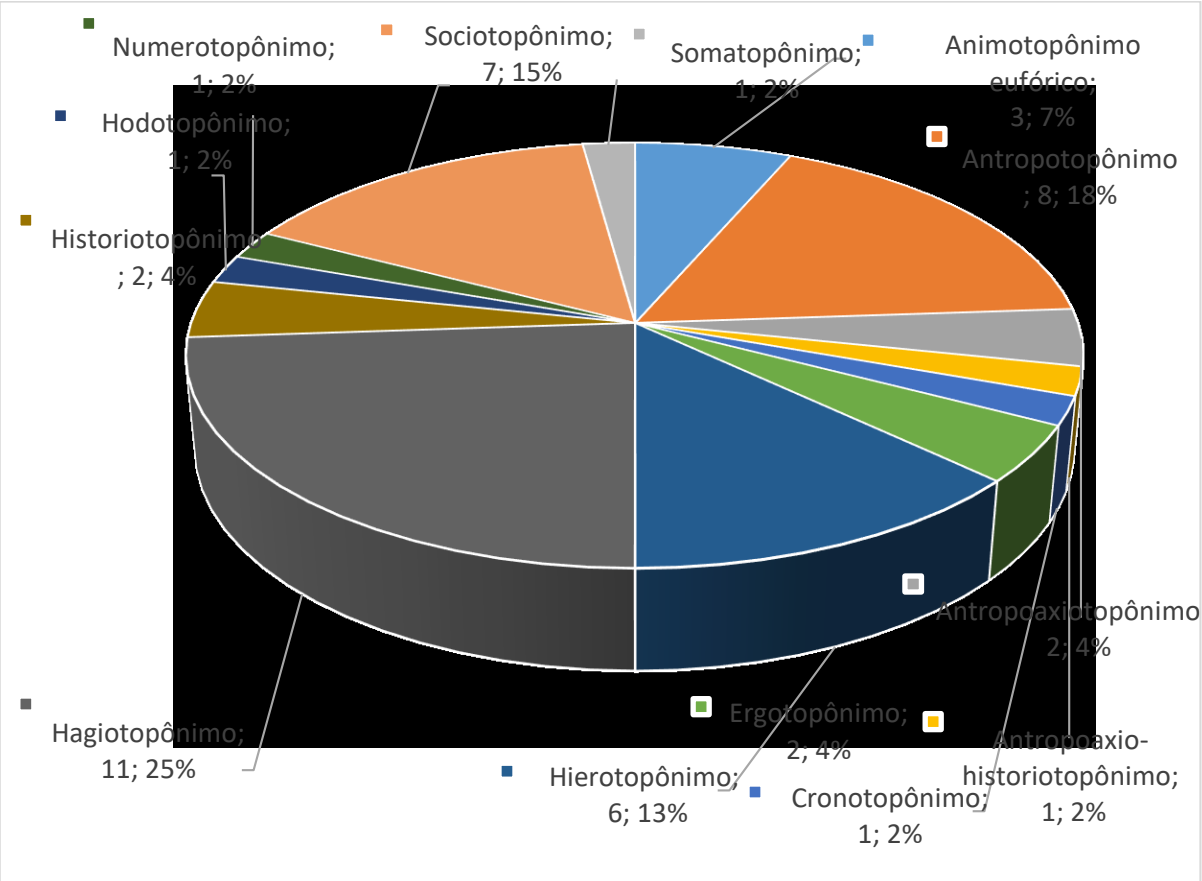
Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Conforme os dados tabulados e comparados na Tabela 2, pontuamos o registro de 46 nomes com motivações de natureza antropocultural, dentro do cômputo geral dos 102 topônimos municipais de Alagoas.

Nessa direção, observamos que o perfil toponímico dos nomes dos municípios alagoanos de natureza antropocultural também é diversificado. Nesse particular, detectamos 13 tipos de taxes que traduzem as inter-relações línguoculturais do sujeito nomeador e seus elos com a sociedade e com a multicultura das municipalidades nomeadas.

As duas maiores produtividades taxionômicas de natureza antropocultural, o referencial hiero-hagiotoponímico e os antropotopônimos, respectivamente, podem ser visualizadas, a seguir, no Gráfico 2 com os seguintes resultados:

Gráfico 2 - Produtividade das taxes de ordem de natureza antropocultural.



Fonte: Dados do autor (2018).

Nesse grupo, evidenciamos uma maior ocorrência do referencial hiero-hagiotoponímico com o registro de 17 nomes alusivos à religiosidade católica, que obteve o porcentual de 38%, seguidos pelos antropotopônimos com o registro de 8 ocorrências, o que resultou em 18% e pelos sociotopônimos com o registro de 7 ocorrências, o que resultou em 15%. Constituindo-se junto com os hiero-hagiotopônimos, as taxes majoritárias nesse complexo toponímico.

Já as categorias toponomásticas do antropoaxio-historiotopônimo, do cronotopônimo, do hodotopônimo, do numerotopônimo e do somatopônimo se revelaram as taxionomias de menor produtividade no *corpus* analisado, com apenas 1 registro de ocorrência cada taxe.

Em consequência, podemos afirmar, então, que a escolha de nomes associados à Igreja Católica se configurou com uma relevante fonte motivadora no batismo de municípios do Estado de Alagoas, inclusive com o registro dessa prática linguística em todas as mesorregiões geográficas alagoanas.

A predominância da religiosidade cristã, materializada no léxico toponímico, demonstra não só o aspecto antropológico da fé de nossos ancestrais, como também a hegemonia e o poder da Igreja Católica, domínio que ultrapassava as esferas da religiosidade, penetrando nas seculares.

Para Seide (2018), esse processo de nomeação é muito antigo e foi utilizado como estratégia de territorialização nos empreendimentos de colonização e apropriação territorial.

É interessante observar, ainda, que os hagiotopônimos femininos se revelaram menos produtivos do que os hagiotopônimos masculinos no rol dos nomes analisados. Quantitativamente, registramos 4 nomes de devoção feminina por meio de mariotopônimos (CARVALHO, 2017), quais sejam as santas: *Pilar (Nossa Senhora do Pilar), Santana do Ipanema, Santana do Mundaú* e *Santa Luzia do Norte*; já quanto à devoção masculina, registramos 7 nomes de santos, quais sejam *São Brás, São José da Laje, São Luís do Quitunde, São Miguel dos Milagres, São Miguel dos Campos, São Sebastião* e *São José da Tapera.* Sendo assim, constatamos, então, que os nomes de santos são predominantes em território alagoano na função onomástica, como se pode verificar na Tabela 2.

Esse fato também foi constado em relação à não-produtividade dos antropotopônimos femininos na Subseção 4.2.2. Atribuímos a não-ocorrência de antropônimo relativo a nomes de mulheres na macrotoponímia municipal alagoana à cultura patriarcal que, tradicionalmente, associa a figura do homem ao público e ao poder, legitimando a valoração de nomes próprios individuais masculinos em detrimento dos femininos.

Ainda de acordo com os dados apresentados na Tabela 2 e ilustrados no Gráfico 2, podemos sugerir que há uma tendência de um padrão hiero-hagiotoponímico, antroponímico e sociotoponímico gerador para a prática denominativa municipal alagoana quando o sujeito nomeador busca no plano antropocultural representações que marcam na língua, traços sociais e históricos constitutivos do processo de construção da identidade do Estado de Alagoas.

4.3.3 Processos de formação dos nomes dos municípios alagoanos

Para as análises morfológicas dos macrotopônimos municipais apresentadas nesta tese de doutorado, filiamo-nos à corrente de morfologia estruturalista concatenativa e regular que se ocupa “em descrever o arranjo sintagmático das

unidades constitutivas do vocábulo, sem preocupação com regras ou processos, ou mesmo com explicações de cunho paradigmático" (SCHWINDT, 2014, p. 111).

Nessa ótica, focalizamos uma descrição morfológica dos nomes baseada na noção de morfemas lexicais, morfemas gramaticais e formas dependentes constituintes dos signos toponímicos, levando em consideração sua classe de palavra. Assim, nessa organização, partimos da classificação das composições formais dos elementos específicos apresentada por Dick (1992) e a consistência interna destes signos toponímicos.

No que diz respeito às estruturas do sintagma toponímico em sua disposição linear, a Tabela 3, a seguir, mostra os 102 topônimos das municipalidades de Alagoas agrupados de acordo com suas distribuições sintagmáticas e seus padrões morfológicos vigentes considerados sincronicamente, sem implicações diacrônicas.

Tabela 3 - Quantitativo dos processos de formação lexical dos nomes dos municípios alagoanos.

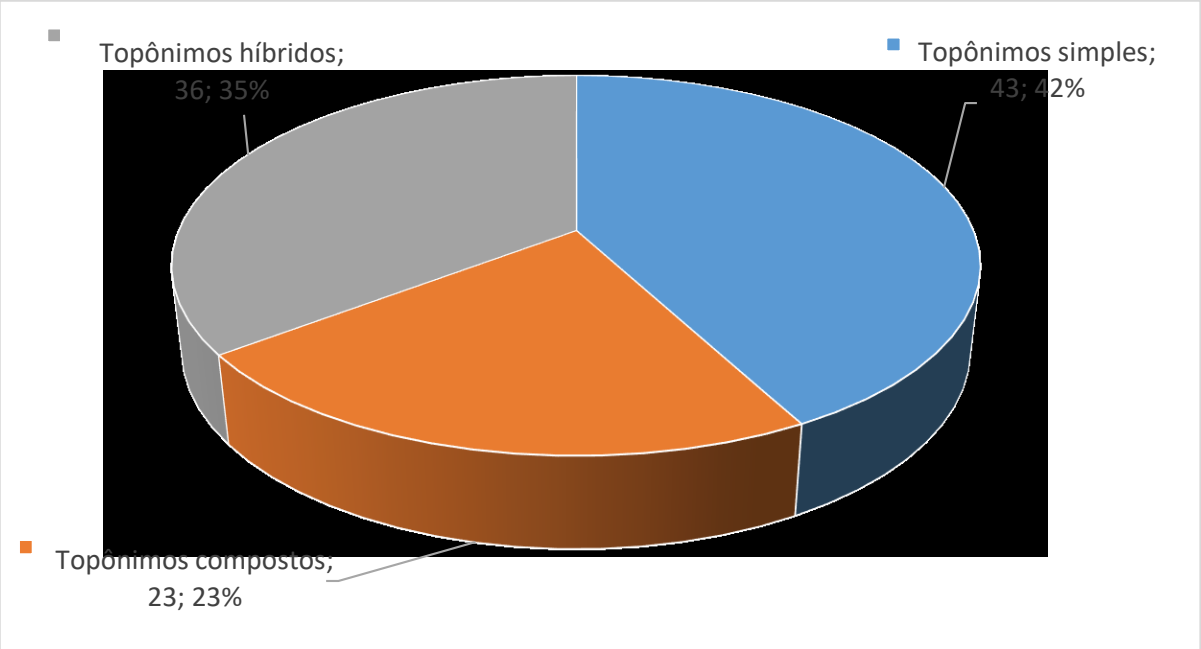
Formação	Nomes dos municípios	Qt.
Topônimos simples	Arapiraca, Atalaia, Batalha, Belém, Branquinha, Cacimbinhas, Cajueiro, Campestre, Canapi, Capela, Carneiros, Coruripe, Craíbas, Flexeiras, Ibateguara, Igaci, Inhapi, Jacuípe, Japaratinga, Jaramataia, Jundiá, Junqueiro, Maceió, Maragogi, Maravilha, Maribondo, Messias, Murici, Olivença, Palestina, Pariconha, Paripueira, Penedo, Piaçabuçu, Pilar, Pindoba, Piranhas, Quebrangulo, Roteiro, Satuba, Taquarana, Traipu e Viçosa.	43
Topônimos compostos	Barra de Santo Antônio, Belo Monte, Boca da Mata, Campo Alegre, Campo Grande, Chã Petra, Estrela de Alagoas, Feira Grande, Feliz Deserto, Igreja Nova, Mar Vermelho, Mata Grande, Olho d'Água das Flores, Olho d'Água Grande, Palmeira dos Índios, Paulo Jacinto, Porto Calvo, Porto de Pedras, Porto Real do Colégio, Rio Largo, São Brás, São Sebastião e União dos Palmares.	23
Topônimos híbridos	Água Branca, Anadia, Barra de São Miguel, Coité do Nóia, Colônia Leopoldina, Coqueiro Seco, Delmiro Gouveia, Dois Riachos, Girau do Ponciano, Jacaré dos Homens, Jequiá da Praia, Joaquim Gomes, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, Major Isidoro, Marechal Deodoro, Matriz de Camaragibe, Minador do Negrão, Monteirópolis, Novo Lino, Olho d'Água do Casado, Ouro Branco, Pão de Açúcar, Passo de Camaragibe, Poço das Trincheiras, Santa Luzia do Norte, Santana do Ipanema, Santana do Mundaú, São José da Laje, São José da Tapera, São Luís do Quitunde, São Miguel dos Campos, São Miguel dos Milagres, Senador Rui Palmeira, Tanque D'Arca e Teotônio Vilela.	36
Total	>>>>>>>>>>	102

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

De acordo com os dados apresentados na Tabela 3, assinalamos que o grupo geral dos topônimos compostos se apresentou mais produtivo do que os topônimos simples na função de nomear municípios alagoanos, com o registro total de 59 ocorrências de nomes compostos (híbridos ou não) do cômputo geral dos 102 topônimos que constituem o *corpus* da pesquisa, perfazendo assim um porcentual total de 58%.

A seguir, apresentamos o Gráfico 3 que ilustra os dados e seus porcentuais individualizados correspondentes à produtividade dos três processos gerais de formação dos nomes dos municípios alagoanos.

Gráfico 3 - Produtividade dos processos de formação dos nomes dos municípios alagoanos.



Fonte: Dados do autor (2018).

A composição é um processo de formação de palavras que possibilita categorizações mais particulares com a utilização de estruturas sintáticas para fins lexicais. Com isso queremos demonstrar que os processos de composição específico ou híbrido favorecem à nomeação de lugar habitado no sistema onomástico, pela junção de dois ou mais elementos semânticos, de existência independente no léxico, em apenas uma unidade lexical com extensões de sentido. Assim, a própria estruturação geral da composição se adequa melhor com a funcionalidade denominativa toponímica.

No cômputo geral, os topônimos simples se revelaram de menor produtividade, porém com o registro significativo de 43 ocorrências, que resultou em um porcentual de 42%, em relação ao grupo dos topônimos compostos.

Grosso modo, podemos afirmar que, na sincronia atual, as estruturas mórficas dos nomes dos municípios alagoanos são constituídas de um ou mais morfemas lexicais de natureza nominal, acompanhado por morfemas derivacionais sufixais (*-inha; -eiro/ -eira; -estre; -ença; -uçu*), morfemas gramaticais classificatórios e flexionais aditivos.

No que tange às estruturas formais dos topônimos analisados, observamos que a distribuição dos elementos formativos apresenta uma composição morfossintática bastante variada. Em face disso, agrupamos os nomes em dois grupos; no primeiro, arrolamos os topônimos simples e, no segundo, os topônimos compostos.

Doravante, apresentamos uma sistematização descritiva das estruturas mórficas registradas no *corpus* manipulado, a partir das classes gramaticais que se nuclearizaram nos signos toponímicos atribuídos aos municípios alagoanos.

Grupo I – Estrutura Mórfica dos topônimos simples

Estes nomes simples são constituídos, sincronicamente, por um só morfema lexical e se arranjam em uma estrutura concatenativa, na qual os elementos específicos simples se constituem a partir de morfemas lexicais (portadores de significado externo: nocional) e morfemas gramaticais (portadores de significado interno: classificatório, flexional e derivacional).

Esse primeiro grupo se caracterizou pela formação de vocábulos toponímicos que se constituíram, basicamente, de morfema lexical nuclear de natureza nominal.

Grupo II - Estrutura Mórfica dos topônimos compostos

a. Justaposição de substantivo mais substantivo

Nessa estrutura composicional coordenativa, estes nomes são dotados de mais de um morfema lexical, neles observamos que o segundo nome se justapõe ao primeiro na função de modificador sem o auxílio de conectivo para formar o sintagma toponímico sem daí resultar perda fonêmica.

Nesse mecanismo lexical, os nomes próprios individuais (prenomes e apelidos) convertido, no sistema onomástico, em antropotopônimos se mostraram bastante produtivos na macrotoponímia estudada, como podemos observar nos nomes dos

seguintes municípios: *Major Isidoro, Marechal Deodoro, Senador Rui Palmeira, Anadia, Paulo Jacinto, Colônia Leopoldina, Delmiro Gouveia, Joaquim Gomes, Major Isidoro, Monteirópolis e Teotônio Vilela*.

b. Justaposição de adjetivo mais substantivo ou substantivo mais adjetivo

Essa estrutura se caracteriza pelo processo de adjetivação como recurso linguístico essencial na composição destes sintagmas toponímicos. Vale assinalarmos que mesmo sem a presença de vocábulos funcionais como as preposições, há uma relação sintática de subordinação entre os constituintes destes signos toponímicos.

O Quadro 7, a seguir, sintetiza as ocorrências dos nomes de municípios alagoanos formados por bases substantivas e adjetivantes justapostas ou em ordem invertida à sequência, inicialmente, dada.

Quadro 7 - Produtividade das estruturas de justaposição formadas por adjetivo mais substantivo (ou vice-versa).

ESTRUTURA FORMAL	NOME DO MUNICÍPIO	Qt.
Adjetivo + substantivo	Belo Monte, Feliz Deserto, São Brás, São Sebastião e Novo Lino	05
Substantivo + adjetivo	Campo Alegre, Campo Grande, Feira Grande, Igreja Nova, Mar Vermelho, Mata Grande, Porto Calvo, Rio Largo, Chã Petra, Água Branca, Coqueiro Seco e Ouro Branco.	12
Total	>>>>>>>>>>>>>>	17

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Atribuímos a maior produtividade dos sintagmas formados pela sequência linear de bases substantivas e adjetivantes à tendência canônica, no sentido de ordem direta, do Português do Brasil na formação sintagmática nominal.

c. Justaposição de substantivo mais preposição mais substantivo

Nessa estrutura composicional subordinativa, observamos que os sintagmas toponímicos são formados a partir da união de dois substantivos unidos por intermédio da relação proposicional. Nesses casos, o segundo formante da composição funciona como um elemento restritivo associado à preposição, subordinando-se ao primeiro constituinte que corresponde, no sintagma toponímico, ao seu elemento nuclear.

Podemos observar que os sintagmas toponímicos dessa natureza são formados então por dois elementos lexicais e por um elemento gramatical. Esse tipo de estrutura mórfica, em conjunto com os sintagmas toponímicos formados por justaposição de adjetivo mais substantivo (ou vice-versa), se mostrou como uma das mais usadas na função de nomear municípios alagoanos.

Registramos 17 ocorrências desse tipo de sintagma toponímico, a saber: *Boca da Mata, Estrela de Alagoas, Palmeira dos Índios, União dos Palmares, Porto de Pedras, Coité do Nóia, Girau do Ponciano, Jacaré dos Homens, Jequiá da Praia, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, Matriz de Camaragibe, Minador do Negrão, Pão de Açúcar, Passo de Camaragibe, Poço das Trincheiras* e *Tanque d'Arca.*

d. Justaposição adjetivo mais substantivo mais preposição mais substantivo

Nessa estrutura composicional subordinativa, observamos que os sintagmas toponímicos são formados a partir da união de adjetivo mais substantivo, seguido de outro substantivo unido mediatamente por meio de preposição. Essa estrutura se revelou como o molde padrão para formação de topônimos alusivos a nomes de santos ou santas do hagiológico católico.

Nesse particular, registramos 8 ocorrências, quais sejam *Santa Luzia do Norte, Santana do Ipanema, Santana do Mundaú, São José da Laje, São José da Tapera, São Luís do Quitunde, São Miguel dos Campos* e *São Miguel dos Milagres*.

No âmbito dos topônimos compostos formados por meio de uma relação proposicional, entendemos que a colocação da preposição na estrutura formal do sintagma toponímico que une a base nuclear ao seu modificador está associada à função de indicar, explicitamente, a intensão do sujeito nomeador de destacar singularidades dos outros elementos nomeados.

Dessa forma, pondo em foco a função indicativa e localizadora do conectivo, por exemplo, podendo indicar sentimento de pertença, de procedência dentre outros: Coité do Nóia (da família Noia), Limoeiro de Anadia (da cidade pertencente à Anadia), Minador do Negrão (de propriedade de Negrão), Santa Luzia do Norte (localização espacial) etc.

e. Outros tipos de estruturas mórficas justapostas

As estruturas justapostas apresentadas, nesta página no Quadro 8, revelaram-se de produtividade de significância menor. Nesse particular, registramos apenas a ocorrência de 1 ou 2 topônimos formados por estas composições no conjunto dos nomes dos municípios de Alagoas.

Apesar de menos recorrentes, elas, juntamente com as demais, formam sintagmas toponímicos que funcionam como um só topônimo, um só vocábulo, assim prevalecendo a unidade semântica do signo toponímico, cristalizando-se numa função morfológica ou lexical.

Quadro 8 - Número de ocorrências de outros modelos de estruturas mórficas dos nomes dos municípios alagoanos

ESTRUTURA FORMAL	NOME DO MUNICÍPIO	Qt.
Numeral + substantivo	Dois Riachos	01
Substantivo + substantivo + substantivo	Senador Rui Palmeira	01
Substantivo + preposição + substantivo + adjetivo	Olho d'Água Grande e Olho d'Água do Casado	02
Substantivo + adjetivo + preposição + substantivo	Porto Real do Colégio	01
Substantivo + preposição + adjetivo + substantivo	Barra de São Miguel e Barra de Santo Antônio	02
Substantivo + preposição + substantivo + preposição + substantivo	Olho d'Água das Flores	01
Total	>>>>>>>>>>>>>>	08

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Esses sintagmas toponímicos são formados por um núcleo (nominal) e um complemento, apresentando composições distintas por meio das classes dos substantivos, adjetivos e numerais, suas bases foram concatenadas de forma mediata e imediata.

Como visto, salientamos que são vários os mecanismos morfológicos que determinam o tipo de formação e de estrutura dos signos toponímicos analisados. Nesse contexto, podemos pontuar o uso de modificadores seguidos ou não de preposição para homenagear personalidades, localizar geograficamente o município, indicar elementos típicos de religiosidade, desfazer homonímia etc.

Com efeito, as unidades léxicas simples ou compostas que formam os nomes dos municípios alagoanos, no sistema onomástico, podem apresentar diferentes combinações linguísticas, desde o substantivo simples acrescido de elementos afixais, como em *Carneiros*, até formas mais complexas, como em *Olho d'Água das Flores*.

4.3.4 Rede etimológica constitutiva dos nomes dos municípios alagoanos

No que tange às bases linguísticas dos formantes dos 102 topônimos analisados, evidenciamos que a rede etimológica do léxico toponímico constitutivo da macrotoponímia municipal alagoana se configura como heterogêneo quanto a sua procedência linguística. Provavelmente, por consequência das condições étnico-históricas e dos contatos interlinguísticos ocorridos durante o processo de formação e fixação do Estado de Alagoas.

Registramos 10 diferentes procedências etimológicas que legaram palavras ao léxico toponímico alagoano, individualmente ou em combinações híbridas, como fonte virtual de um depósito de raízes lexicais, quais sejam africanas, árabes, latinas, francesas, gregas, germânicas, hebraicas, portuguesas, tupis e castelhanas na formação de topônimos simples e compostos.

A seguir, expomos, na Tabela 4, os resultados obtidos da análise das procedências linguísticas que constituíram as bases lexicais dos 102 nomes dos municípios alagoanos computados no *corpus* da pesquisa, em sua forma unitária ou em repetição de topônimos, fornecendo uma visão geral das línguas de origem dos topônimos analisados.

Tabela 4 - Rede etimológica constitutiva dos morfemas lexicais dos nomes dos municípios do Estado de Alagoas

Base	Nomes dos municípios	Qt.
Lat.	Barra de Santo Antônio, Batalha, Belo Monte, Boca da Mata, Campestre, Campo Alegre, Campo Grande, Capela, Carneiros, Chã Preta, Estrela de Alagoas, Feira Grande, Feliz Deserto, Igreja Nova, Junqueiro, Mar Vermelho, Maravilha, Mata Grande, Messias, Olho D'Água das Flores, Olho D'Água Grande, Olivença, Palestina, Palmeira dos Índios, Paulo Jacinto, Penedo, Pilar, Porto Calvo, Porto de Pedras, Porto Real do Colégio, Rio Largo, Roteiro, São Brás, São Sebastião, União dos Palmares e Viçosa.	36
Tup.	Arapiraca, Cajueiro, Canapi, Coruripe, Craíbas, Ibateguara, Igaci, Inhapi, Jacuípe, Japaratinga, Jaramataia, Jundiá, Maceió, Maragogi, Murici, Pariconha, Paripueira, Piaçabuçu, Pindoba, Piranhas, Satuba, Taquarana e Traipu.	23
Lat.+Hebr.+Lat.	Limoeiro de Anadia, São José da Laje, São Miguel dos Campos e São Miguel dos Milagres.	4
Tup.+Lat.	Girau do Ponciano, Jacaré dos Homens e Jequiá da Praia.	3
Lat.+Germ.	Água Branca, Colônia Leopoldina e Ouro Branco.	3
Afr.	Cacimbinhas, Maribondo e Quebrangulo.	3

Port. bras.+Tup.	Santana do Ipanema e Santana do Mundaú.	2
De orig. contr.+Lat.	Coqueiro Seco e Tanque D'Arca.	2
Lat.+Cast.	Dois Riachos e Lagoa da Canoa.	2
Lat.+Greg.	Major Isidoro e Novo Lino.	2
Lat.+Port. euro	Olho D'Água do Casado e Teotônio Vilela.	2
Lat.+Tup.	Matriz de Camaragibe e Passo de Camaragibe.	2
Lat.+Hebr.	Barra de São Miguel.	1
Lat.+Fr.+Afr.	São Luís do Quitunde.	1
Lat.+Port. euro. +Lat.	Senador Rui Palmeira.	1
Lat.+Port. euro. +Germ.	Santa Luzia do Norte	1
Port. euro. +Greg.	Monteirópolis.	1
Tup.+De orig. contr.	Coité do Nóia.	1
Fr.+Gr.	Marechal Deodoro.	1
Lat.+Hebr.+Tup.	São José da Tapera.	1
Germ.	Branquinha.	1
Germ.+Port. euro.	Delmiro Gouveia.	1
Hebr.	Belém.	1
Hebr.+Lat.	Anadia	1
Hebr.+Port. euro.	Joaquim Gomes.	1
Lat.+Fr.	Poço das Trincheiras.	1
Lat.+Árab.	Pão de Açúcar.	1
Port. bras.	Flexeiras	1
Port. bras.+ Lat.	Minador do Negrão	1
Árab.	Atalaia	1
Total	>>>>>>>>>>	102

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Cumpre ressaltar que não consideramos os morfemas gramaticais para classificação etimológica destes topônimos. Com efeito, analisamos apenas as bases lexicais que se nuclearizaram para constituição formal dos signos toponímicos, visto que são os morfemas lexicais os portadores de significado externo do termo onomástico.

Na rede etimológica do léxico toponímico constitutivo da macrotoponímia municipal alagoana, sobressaíram-se, quanto ao número de ocorrências, as bases dos remanescentes lexicais latino e tupi, demonstrando ser o Latim o substrato linguístico, fundamentalmente, relevante. E ainda, evidenciando a presença linguística indígeno-tupi no território alagoano, ao passo que as demais procedências etimológicas detectadas, no *corpus* manipulado, se apresentaram de menor produtividade lexical.

Do ponto de vista linguístico, inferimos a significativa produtividade românica ao fato de o Latim ser, até os dias de hoje, o principal substrato vocabular da língua portuguesa. E, além disso, do ponto de vista sócio-histórico-cultural, ao fato de o processo de nomeação dos núcleos populacionais que deram origem aos atuais 102

municípios alagoanos, ter sido realizado, durante a ocupação, fixação e formação do espaço alagoano, em grande parte, pelos colonizadores brancos (portugueses e franceses) falantes de línguas românicas.

Quanto à marca da herança indígena - segunda fonte lexical mais produtiva na macrotoponímia estudada, atribuímos essa fecundidade ao fato de o Tupi ter sido a língua mais falada na costa do Brasil, sendo inclusive falada tanto por índios quanto por brancos e mamelucos, desempenhando assim, durante praticamente um século, o papel de língua de comunicação. Além disso, muitos de nossos atuais municípios foram fundados a partir de aglomerados indígenas, à época, da formação de nosso território, nos quais eram batizados com nomes em Tupi.

Entendemos que esses topônimos de origem indígena já estão integrados ao português brasileiro e que, à época do batismo do município, eles já não se configuravam como nomes transparentes, em alguns casos, para a maioria da população, constituindo, portanto, fósseis linguísticos, como em *Arapiraca, Canapi, Coruripe, Craíbas, Ibateguara, Igaci, Inhapi, Jacuípe, Japaratinga, Jaramataia, Jundiá* dentre outros, servindo como "heranças vivas" que mantêm vestígios de antigas culturas locais.

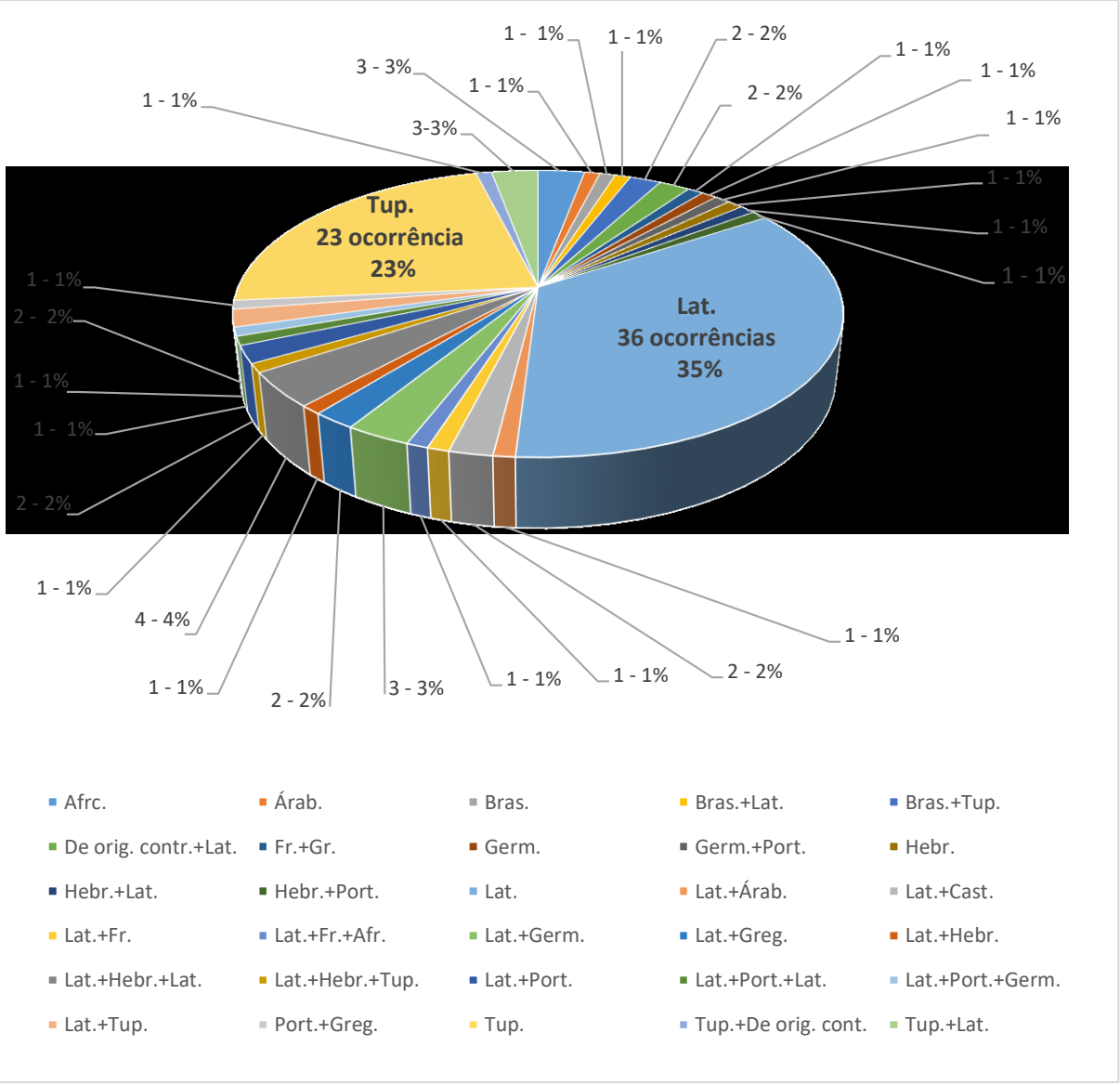
Quanto à marca da herança africana, apesar da intensa presença do negro em nossa identidade, registramos apenas 3 ocorrências de nomes de procedência africana na designação de municípios alagoanos, quais sejam os elementos específicos simples, na sincronia atual, *Cacimbinhas, Quebrangulo* e *Maribondo.*

A não representatividade lexical dessa parte significativa de nossa população pode ser explicada pelos fatores históricos, econômicos, políticos e sociais – constitutivos do processo histórico que nos plasmou, traduzindo assim a ínfima porcentagem de 3 nomes de procedências africanas na macrotoponímia estudada.

Do ponto de vista das camadas linguísticas, pontuamos também que estes 102 topônimos, no *status quo* do léxico toponímico constitutivo da macrotoponímia municipal alagoana, não apresentam suas formas oriundas diretamente do Latim, do Tupi ou ainda das outras procedências linguísticas românicas e não-românicas. Mas formas adaptadas que mantêm, no plano sincrônico da Língua Portuguesa do Brasil, os substratos dessa diversidade etimológica.

A seguir, expomos o Gráfico 4 que ilustra a produtividade etimológica dos morfemas lexicais constitutivos dos 102 nomes dos municípios alagoanos, conforme os dados tabulados e comparados da Tabela 5. Nele, expomos as procedências linguísticas dos topônimos simples, compostos e híbridos.

Gráfico 4 - Produtividade etimológica de formação toponímica dos nomes dos municípios alagoanos



Fonte: Dados do autor (2018).

Por fim, destacamos que, conforme os dados apresentados na Tabela 4 e ilustrados pelo Gráfico 4, o perfil etimológico do léxico toponímico constitutivo da macrotoponímia municipal alagoana evidencia cruzamentos idiomáticos, apontando para uma feição diversificada e inovadora com a presença de traços plurilíngues em seus elementos formadores.

4.3.5 Mudanças toponímicas dos nomes dos municípios alagoanos

Com já dito nesta tese de doutorado, a Toponímia se coloca em uma dupla dimensão: a do espaço (a função toponímica) e a do tempo (a memória toponímica)[33]. No plano histórico, podemos afirmar que o nível lexical, aqui compreendido em seu recorte toponímico, sem dúvida, é a dimensão linguística que mais recebe influência e interferência socioambiental. Logo, ele não é estático, fixo ou imutável, ao contrário, ele acompanha de forma natural as mudanças ocorridas nas comunidades.

Por esse viés, nesta subseção 4.3.5, apresentamos uma sucinta descrição das mudanças toponímicas registradas no *corpus* manipulado, sucedidas ao longo do tempo, como uma fonte de informação léxica direta porque os topônimos, como signos da língua, são testemunhas de mudanças linguísticas.

Expomos, a seguir, um estudo classificatório sobre as mudanças toponímicas a partir de um enfoque linguístico-histórico – que procedeu ao estudo da sucessão dos nomes atribuídos a cada município alagoano, desde o seu surgimento, enquanto povoado/vila e seu batismo com o topônimo primitivo até os dias atuais com o seu topônimo oficial que designa município em Alagoas, detectando os principais tipos de mudança.

Após as análises dos dados[34], ao contrário de outros 68 municípios que tiveram várias denominações ao longo dos anos, evidenciamos que 34 designativos municipais não foram afetados pelo processo de mudança toponímica durante o processo de institucionalização do nome oficial das atuais municipalidades alagoanas, quais sejam *(1) Arapiraca, (2) Barra de São Miguel, (3) Branquinha, (4) Cacimbinhas, (5) Cajueiro, (6) Campestre, (7) Campo Grande, (8) Canapi, (9) Capela, (10) Chã Preta, (11) Coqueiro Seco, (12) Coruripe, (13) Feliz Deserto, (14) Inhapi, (15) Jacuípe, (16) Jequiá da Praia, (17) Jundiá, (18) Junqueiro, (19) Lagoa da Canoa, (20) Mar Vermelho, (21) Minador do Negrão, (22) Murici, (23) Novo Lino, (24) Olho d'Água das Flores, (25) Paripueira, (26) Piaçabuçu, (27) Piar, (28) Porto*

[33] Questões mais aprofundadas ligadas à memória toponímica e suas possíveis tentativas de apagamentos e silenciamentos, por exemplo, não são objetos de análise destes estudos no momento. Todavia, pretendemos estudadá-las de forma pormenorizadas em pesquisa futura.

[34] Os municípios Capela, Pilar e Quebrangulo durante o processo de seus surgimentos como povoados até as suas emancipações políticas sofreram mudanças toponímicas. Porém, recuperaram e mantiveram, na sincronia atual, os seus topônimos primitivos. Sendo assim, nesta tese de doutorado consideramos municípios sem alteração toponímica do topônimo primitivo e o atual.

Real do Colégio, (29) Quebrangulo, (30) São Brás, (31) São José da Tapera, (32) São Luís do Quitunde, e (33) Tanque D'Arca.

Em vista disso, podemos asseverar que esses 33 nomes permaneceram inalterados em suas formas e significados, tomando como base os topônimos de batismo dos nascentes povoados e os macrotopônimos municipais atuais instituídos no momento da emancipação político-administrativa destas localidades, seguindo uma orientação conservadora, que perpetua aspectos de uma memória toponímica local.

Conforme Halbwachs (2013), a memória é sempre construída em grupo, sendo que "cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva". Isso acontece na medida em que o indivíduo está sempre inserido em um grupo social. Logo, toda memória, inclusive uma memória toponímica, possui traços de uma coletividade mesmo que essa memória seja individual,

Essas descrições individuais e coletivas, construídas social e historicamente, podem ser percebidos nos signos toponímicos adotados que são (re)passados de geração a geração na designação de uma dada localidade.

No que tange aos municípios que apresentaram uma dinâmica de mudança toponímica, podemos afirmar que, no complexo toponomástico analisado, há uma tendência de trocar e/ou alterar o nome primitivo, ao longo do tempo, até a oficialização dos nomes das municipalidades alagoanas na sincronia atual. Essas mudanças estão, indubitavelmente, atreladas às atividades sociais do sujeito nomeador ou a determinados grupos sociais a ele vinculado.

Doravante, levando em consideração os formantes do signo toponímico, apresentamos uma tipologia das mudanças toponímicas registradas no complexo toponomástico estudado. Partimos da noção de mudanças toponímicas por substituição (troca de um topônimo por outro) e por transformação (alterações no próprio topônimo) proposta por Dauzat (1926) e adaptamos a nossa realidade.

A dinâmica das mudanças toponímicas, em Alagoas, se apresentou, durante o período de povoamento até sua emancipação político-administrativa, marcadas por pluralidades lexicais resultantes de concomitância entre os diferentes tipos de mudança toponímica.

Sendo assim, nesta tese de doutorado, categorizamos as mudanças toponímicas, considerando apenas a forma do topônimo primitivo e a última mudança

que resultou, oficialmente, na institucionalização do atual macrotopônimo municipal do Estado de Alagoas.

Em vista disso, propomos a seguinte tipologia de mudança toponímica para os casos detectados no complexo toponomástico analisado:

a) Mudança total - corresponde às mudanças por substituição/troca unívoca de um nome por outro, como em Lagoa Funda > *Belo Monte*.

b) Mudança aparente - corresponde às adaptações na grafia do signo toponímico, nesses casos não há alteração semântica, apenas transformações histórico-ortográficas, como em Flecheiras > *Flexeiras*.

c) Mudança parcial - corresponde às transformações da estrutura formal do sintagma toponímico, ao longo do tempo, que resultam em alteração de forma e/ou conteúdo.

Subdividimos essa última categoria de mudança toponímica parcial em 4 subcategorias, a saber:

Transformação por aglutinação – corresponde à junção dos formantes do signo toponímico que resulta em perda linguística na formação do novo topônimo, porém não há alteração semântica, como em Par-de-Conha > *Pariconha*;

Transformação por acréscimo – corresponde às mudanças ocorridas no signo toponímico a partir da adição de elementos formativos que se ligam ao núcleo do topônimo anterior, nesses casos há alteração semântica, como em Jacaré > *Jacaré dos Homens;*

Transformação por subtração – corresponde às mudanças resultantes dá supressão de elementos do signo toponímico anterior, nesses casos também há alteração semântica, como em Jaramataia dos Barbosa > *Jaramataia*;

Transformação por permuta – corresponde à troca de um ou mais elementos do signo toponímico anterior, nesses casos há substituição apenas em parte da estrutura do sintagma toponímico, ocasionando alteração semântica, como em Palmeira do Arraial > *Palmeira dos Índios*.

A seguir, apresentamos o Quadro 9 que traz uma síntese das ocorrências das mudanças toponímicas detectadas na constituição dos atuais nomes dos 102 municípios alagoanos.

Quadro 9 - Número de ocorrências de mudanças toponímicas no complexo toponomástico dos nomes dos municípios alagoanos.

TIPOS DE MUDANÇA	PROCESSO DE MUDANÇA
Mudança Total	*Anadia* (1895) < Vila Nova de Anadia (1801) < Vila Nova de São João de Anadia (1799) < Campo dos Arrozais dos Inhaúns (?); *Atalaia* (1891) < Vila de Atalaia (1764) < Arraial de Nossa Senhora das Brotas (1701) < Arraial dos Palmares (1692); *Batalha* (1952) < Vila de Batalha (1947) < Belo Monte (1886); *Belém* (1962)[35] < Canudos (1953) *Belo Monte* (1958) < Lagoa Funda (1885); *Boca da Mata* (1957) < Santa Rita (?); *Campo Alegre* (1960) < Mosquito (1943) < Campo Alegre (1936) < Campo Alegre do Mosquito (1911) < Mosquito (1908); *Delmiro Gouveia* (1952) < Delmiro (1943) < Pedra (1938); *Dois Riachos* (1960) < Garcia (?); *Estrela de Alagoas* (1989) < Estrela (?) < Bola (?); *Feira Grande* (1954) < Mocambo (1938); *Girau do Ponciano* (1958) < Ponciano (1943) < Belo Horizonte (1937); *Ibateguara* (1957) < Horizonte (1950) < Missão Nova (?) < São João (?) < Piquete (1936); *Igaci* (1957) < Olho D`Água dos Acioli (1937) < Olho d`Água (1920); *Igreja Nova* (1928) < Triunfo (1890) < Oitizeiro (?) < Ponta das Pedras (?); *Japaratinga* (1960) < Japaratuba (1911) < Japaratuba da Praia (?); *Joaquim Gomes* (1962) < Urucu (1911); *Major Isidoro* (1949) < Sertãozinho (1937); *Maragogi* (1892) < Isabel (1875) < Gamela (?); *Maravilha* (1958) < Cova de Defuntos (?); *Marechal Deodoro* (1939) < Deodoro (1939) < Marechal Deodoro (1939) < Alagoas (1823) < Madalena (1633) < Alagoas (?) < Alagoas do Sul (?) < Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul (?) < Madalena de Sabaúna (?) < Vila da Madalena (1611); *Maribondo* (1962) < Poço da Casa de Maribondos (?) < Poço da Caatinga (?);

[35] O primeiro nome destacado em itálico corresponde ao atual e oficial topônimo do município alagoano após as mudanças toponímicas ocorridas durante o processo de sua emancipação político-administrativa e a data apresentada entre parênteses corresponde ao ano da mudança administrativa que instituiu a mudança toponímica.

Mudança Total	*Mata Grande* (1929) < Paulo Afonso (1911) < Mata Grande (1902) < Paulo Afonso (1860) < Mata Grande (1837) < Nossa Senhora da Saúde de Tacaratu (1808) < Mata do Pau Grande (?) < Cumbe (?); *Messias* (1962) < Floriano (1938) < Curralinho (?); *Monteirópolis* (1960) < Guaribas (1958); *Olivença* (1958) < Capim (1954); *Ouro Branco* (1962) < Olho d'Água do Chicão (?) < Olho d'Água do Cajueiro (?); *Palestina* (1962) < Retiro de Cima; *Pão de Açúcar* (1877) < Jaciobá (?); *Paulo Jacinto* (1953) < Lourenço de Cima (?); *Penedo* (1842) < Maurícia (?) < Penedo do Rio São Francisco (?) < Vila de São Francisco (1636); *Piranhas* (1949) < Tapera (?); *Porto Calvo* (1889) < Santo Antônio dos Quatro Rios (?) < Bom Sucesso (?); *Rio Largo* (1938) < Santa Luzia do Norte (?) < Rio Largo (1915) < Santa Luzia do Norte (1830); *Roteiro* (1963) < Livramento (?); *Santa Luzia do Norte* (1962) < Villa do Norte (?) < Santa Luzia de Syracusa da Lagoa do Norte (?) ou Santa Luzia de Syracusa (?) < Nossa Senhora da Luz da Villa Nova de Santa Luzia (1608) < Outeiro de São Bento (sec. XVII); *São Miguel dos Milagres* (1960) < Nossa Senhora Mãe do Povo (?); *São Sebastião* (1960) < Salomé (1890); *Satuba* (1960) < Carrapato (?); *Senador Rui Palmeira* (1982) < Riacho Grande (?) < Usina (1945); *Taquarana* (1962) < Cana Brava dos Paes (1954) < Taquarana (1943) < Cana Brava (1937); *Teotônio Vilela* (1986) < Feira Nova (?) < Vila São Jorge (?); *Traipu* (1892) < Porto da Folha (1885); *União dos Palmares* (1890) < União (1890) < Vila Nova da Imperatriz (?) < Vila Imperatriz (?) < Santa Maria Madalena (?) < Macacos (?) < Cerca Real dos Macacos (?); *Viçosa* (1949) < Assembléia (1943) < Viçosa (1890) < Assembléia (1835) < Vila Nova da Assembléia (?) < Riacho do Meio (?).
Mudança aparente	*Flexeiras* (1960) < Flecheiras (?); *Maceió* (1839) < Maçayó (?);

	Olho D'Água do Casado (1962) < Olhos D'Água do Casado (1962); *Poço das Trincheiras* (1937) < Poço Trincheira (1936).	
Mudança Parcial	**Transformação por aglutinação**	*Pariconha* (1989) < Par-de-Conha (?).
	Transformação por acréscimo	*Coité do Nóia* (1963) < Coité (1954); *Colônia Leopoldina* (1943) < Leopoldina (1889); *Jacaré dos Homens* (1957) < Jacaré (?); *Limoeiro de Anadia* (1943) < Limoeiro (1865); *Santana do Mundaú* (1960) < Mundaú-Mirim (1938) < Mundaú-Meirim (1911); *São Miguel dos Campos* (1864) < São Miguel (?).
	Transformação por subtração	*Água Branca* (1919) < Matinha de Água Branca (?); *Barra de Santo Antônio* (1960) < Barra de Santo Antônio Grande (1937); *Carneiros* (1960) < Carneiro (?) < Cacimba do Carneiro (?); *Craíbas* (1982) < Craíba (1943) < Caraíba (1938) < Craíba dos Nunes (?); *Jaramataia* (1962) < Jaramataia dos Barbosa (?); *Pindoba* (1957) < Pindoba Grande (1938) < Pindoba (1911) < Vila Pindoba Grande (?) < Pindoba Grande (?).
	Transformação por permuta	*Matriz Camaragibe* (1958) < Passo de Camaragibe (?); *Olho d'Água Grande* (1962) < Olho d'Água da Abóbora (?); *Palmeira dos Índios* (1889) < Palmeira do Arraial (?); *Passo de Camaragibe* (1938) < Camaragibe (1912) < Passo de Camaragibe (1911) < Passo (1880) < Passo de Camaragibe (1864) < Matriz de Camaragibe (?); *Porto de Pedras* (1868) < Porto Real (?) < Águas Belas (?). *São José da Laje* (1920) < Laje do Canhoto (1876). *Santana do Ipanema* < Ribeira do Panema

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

De acordo com os dados apresentados no Quadro 9, destacamos que: i. No âmbito do século XIX, foi possível notar que os períodos de 1880 e 1890 foram os mais produtivos para as mudanças toponímicas evidenciadas; ii. No âmbito do século XX, a década de 1960, mais precisamente nos dois primeiros anos (1960 e 1961), correspondeu ao período histórico do Estado de Alagoas mais produtivo para as mudanças toponímicas e não registramos mudanças nas décadas dos anos de 1970 e 1990; iii. No âmbito do XXI, até o momento da conclusão e defesa desta tese de doutorado, não foram registradas mudanças toponímicas na macrotoponímia dos nomes dos municípios do Estado de Alagoas.

É importante destacar que o tipo de mudança toponímica mais recorrente na macrotoponímia municipal estudada foi a mudança total. Já a transformação por aglutinação se revelou como a categoria de menor frequência, dentre os 3 tipos de mudanças toponímicas registradas no *corpus* manipulado.

As substituições de topônimos (mudança total), geralmente, se configuram como escolhas sistemáticas que, muitas vezes, não apresentam uma ligação, real ou simbólica, com o lugar. Podendo ser escolhas impostas à comunidade por conveniência do sujeito nomeador ou por conveniência de determinados grupos sociais a ele vinculado.

Entendemos por sistemática a nomeação “atribuída aos descobridores, aos dirigentes ou ao poder de mando, legitimamente constituído, ou não” (Dick, 1990, p. 49). Vista desse ângulo, essas novas nomeações não ocorrem anonimamente, por indivíduos populares, mas pelos líderes políticos dessas comunidades ou por indivíduos/grupos por eles designados. Com isso, inferimos que não se caracterizam como simples substituições, mas fruto da determinação de autoridades ou de sugestão “acatada” pelas autoridades locais.

Ainda nessa linha de raciocínio, podemos perceber que essas permutas toponímicas apresentam como centro de força o poder político-econômico, revelando ideologias de determinados grupos sociais superpostas às outras de grupos subjugados, podendo ser um indicativo de uma tentativa de apagamento de uma memória social e histórica local.

Destacamos que essas mudanças toponímicas instalam novas formas de dizeres e implicam em avaliação do ponto de vista sócio-político, sendo sempre marcadas de relações desiguais de poder. E ainda, pontuamos que no processo de surgimento, de permanência e/ou de mudanças toponímicas, em Alagoas,

evidenciamos que o perfil das mudanças toponímicas se caracteriza, basicamente, pela substituição unívoca do topônimo primitivo ou pela transformação de suas bases.

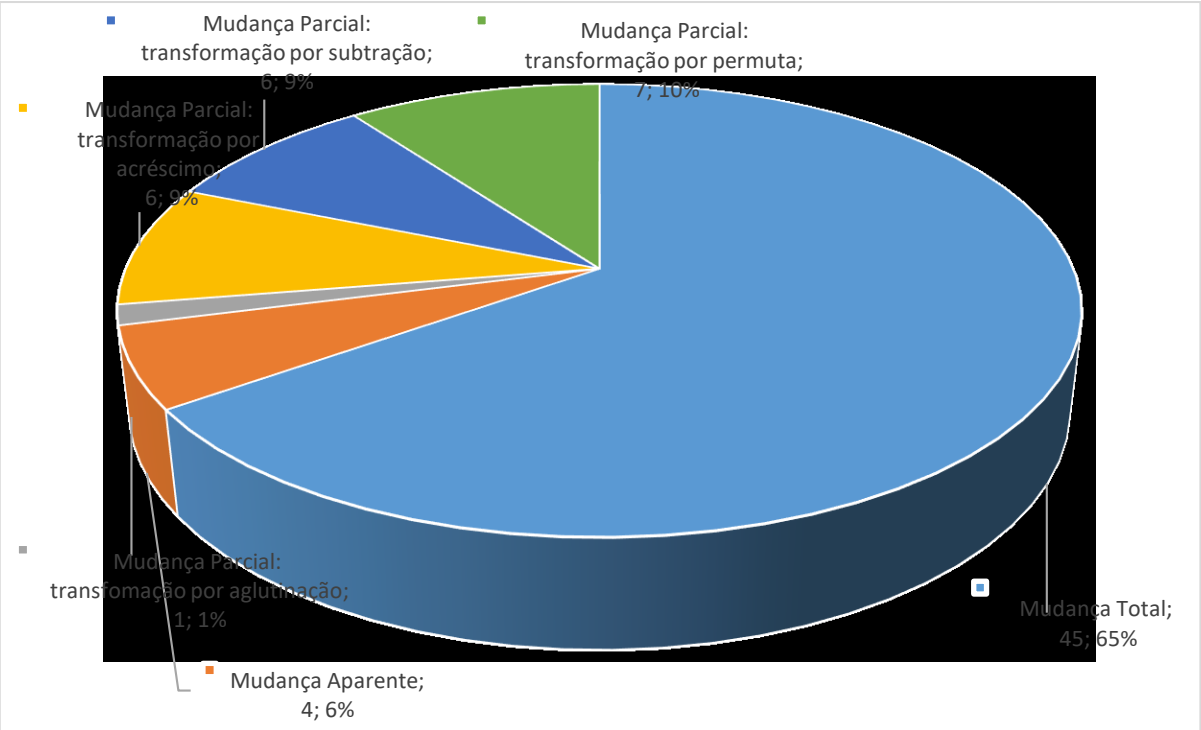
Por último, ressaltamos que as mudanças são condicionadas por fatores externos e internos à língua.

No âmbito dos fatores externos, as evoluções sócio-econômico-culturais parece-nos ser um dos elementos extralinguísticos mais atuantes nesse processo de dinamização lexical junto com a criatividade e com a intencionalidade do sujeito nomeador. Esse desenvolvimento modifica o meio, faz com que o homem, envolvido no processo de evolução, crie, troque e/ou reformule certos signos toponímicos.

Em relação aos fatores internos, parece-nos que os mecanismos composicionais proporcionam ao usuário da língua diversas possibilidades nas combinações para formação do signo toponímico, correlacionando as estruturais que conectam os processos composicionais aos aspectos sociais valorativos definidores da identidade subjetiva do sujeito nomeador.

A seguir, expomos o Gráfico 5 que ilustra a produtividade das dos tipos de mudanças toponímicas evidenciadas no *corpus* manipulado, conforme os dados apresentados e comparados da Quadro 9.

Gráfico 5 - Produtividade tipológica das mudanças toponímicas dos nomes dos municípios alagoanos



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

No cômputo geral das mudanças toponímicas, conforme ilustrado no Gráfico 5, evidenciamos, na dimensão diacrônica, uma maior ocorrência de mudança total, ou seja, a substituição completa de um topônimo primitivo por um novo topônimo, com o registro de 45 casos que obteve o porcentual de 65%. Já as mudanças parciais se revelaram de menor produtividade na constituição da atual nomenclatura toponímica dos municípios alagoanos, com o registro integral de 20 transformações de signos toponímicos, que obtiveram o porcentual de 29%.

Os valores apresentados no Gráfico 5 correspondem às mudanças toponímicas – em suas modalidades de total, parcial e aparente – consideradas durante o percurso histórico do batismo do lugar (topônimo primitivo) e a última mudança (topônimo institucional) que resultou, oficialmente, no atual macrotopônimo municipal alagoano, uma vez que essa dinâmica, em Alagoas, se mostra, durante o período de povoamento até a conquista de sua emancipação político-administrativa, marcadas por um léxico múltiplo, resultante da simultaneidade desses tipos de mudanças.

É importante dizer que o processo de permanência, de variação e de mudança toponímica está, essencialmente, ligado à história do lugar, às relações entre língua e sociedade que perpassam pela decisão de manter/institucionalizar (ou não) topônimos primitivos no momento de emancipação político-administrativa dos municípios. Logo, essa prática possui algum tipo de intenção, podendo ser utilizada como estratégia de manipulação simbólica para atender alguma forma de interesse material ou simbólico.

Finalizamos esta Parte I do trabalho, sinalizando que na próxima Seção 5, iniciaremos a Parte II desta Tese de Doutorado. Nela, abordaremos as questões concernentes à propositura do *Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) – municípios.*

PARTE II - REGISTRO LEXICOGRÁFICO DOS NOMES DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE ALAGOAS

5 PARA UM DICIONÁRIO TOPONÍMICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE ALAGOAS

Nesta quinta seção, discutimos a propositura de elaboração do *Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) – municípios,* com foco nas causas motivadoras dos atuais e oficiais topônimos atribuídos aos municípios alagoanos, compreendo-o como instrumento de registro e desenvolvimento da atividade humana e apresentamos, como desdobramento da pesquisa doutoral, uma proposta de organização dos dados toponímicos que possam ser dicionarizados no referido produto lexicográfico gerado.

O texto dessa seção foi distribuído em três subseções: na primeira, discutimos, brevemente, a necessidade de elaboração do dicionário toponímico dos municípios alagoanos, à luz das teorias interdisciplinares da Linguística: a Toponímia e a Lexicografia, propondo a inserção dos signos toponímicos nestas obras de referência; na segunda subseção, descrevemos a composição dos três eixos básicos do *Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) – municípios,* quais sejam a macro, médio e microestrutura e, por último, na terceira subseção, apresentamos o reportório da nomenclatura que constitui o corpo do dicionário proposto.

5.1 A PROPOSITURA DE UM DICIONÁRIO TOPONÍMICO COM FOCO NAS CAUSAS DOS NOMES DOS MUNICÍPIOS ALAGOANOS

Os nomes de municípios – nomeações dos espaços urbanos e/ou rurais - são macrotopônimos que veiculam traços de cultura, marcam influências, usos, costumes, atitudes, tradições e falares, constituindo-se em um rico patrimônio imaterial linguístico-cultural. Seu elenco corresponde a um *corpus* lexical vivo e funcional que se amplia e/ou se atualiza continuamente no léxico geral ao ser utilizado pelos falantes em todas as situações de fala. Pelo referido, esses nomes carregam diferentes aspectos da realidade de grupos sociais e são receptores e refletores de determinantes linguísticos e extralinguísticos registrados na memória toponímica de sucessivas gerações.

Nessa perspectiva, podemos compreender que este conjunto de topônimos não funciona simplesmente como uma relação inerte de palavras que apenas identifica lugares. Na verdade, os nomes de lugares habitados se integram às exigências de expressão da área onomástica, capazes de se renovar seguindo tendências de ordem biossocial que podem condicionar e/ou influenciar o surgimento, a permanência e/ou

as mudanças toponímicas. Com isso, queremos dizer que o léxico toponímico de um determinado território é dinâmico e promove a participação ativa do homem no mundo.

Levando em consideração que o dicionário é um gênero textual de relevância, em seus diversos tipos, o mesmo é pouco utilizado na escola e, por muitas vezes, relegado ao esquecimento pela sociedade. Sendo assim, advogamos que ainda não há um despertar para a inserção do dicionário toponímico na comunidade geral como também na política do ambiente educacional para a utilização dessa ferramenta didático-pedagógica.

Por conseguinte, ressaltamos a relevância dos dicionários toponímicos, no ambiente discursivo escolar e fora dele, para viabilizar a familiarização dos consulentes e aprendizes com o mundo dos nomes de lugares e seu registro lexicográfico, compreendendo estas obras de referência enquanto veículo de armazenagem e/ou recuperação de fatos linguísticos e extralinguísticos.

No âmbito do uso dos dicionários, Krieger (2012, p. 9), alerta-nos que

> saber usá-lo, é uma das condições necessárias para usufruir de toda a potencialidade de um idioma, ao se expressar num texto ou ao compreender o que um texto expressa. Daí seu valor como instrumento no ensino e no aprendizado da língua materna, não só como um sistema fechado em suas regras, mas como um manancial aberto à criação expressiva de novos signos e formas que se dá em todos os níveis, da literatura às canções, à imprensa, ao uso popular, às novas ciências e tecnologias, sempre se renovando, sem limite de tempo ou abrangência. (KRIEGER, 2012, p. 9)

Pelo supracitado, percebemos que tal uso, inclusive no mundo onomástico, pode contribuir para o redimensionamento perceptivo do consulente, visando, sobretudo, mais clareza de elementos que perpassaram ao longo do tempo através de registros que reverberam no campo visual dos indivíduos. Logo, compreendendo por este viés, que o manuseio desse recurso lexicográfico não é apenas para a decodificação de signos, mas também para o (re)conhecimento das relações semânticas das palavras no tempo e no espaço, principalmente, àquelas ligadas com nossas histórias e culturas responsáveis pelas formações e comportamentos construídos ao longo dos tempos.

Nesse sentido, os dicionários toponímicos podem ajudar aos consulentes a conhecer novos usos de palavras, estabelecer relações entre lugares e seus nomes, desvelar efeitos de sentidos e novos significados, oferecer informações gramaticais, históricas, enciclopédicas dentre outras sobre os topônimos, uma vez que a língua se

constitui, desde o seu sistema fonológico até as relações pragmáticas de escolhas linguísticas nas variadas situações de interação social, elementos que identificam a percepção que temos de nós próprios e dos outros.

Assim, posicionamo-nos a favor da necessidade de se ter à disposição da comunidade, em geral, este tipo de obra lexicográfica que contemplem os topônimos conferidos aos aglomerados humanos alagoanos que vão surgindo na toponímia do Estado de Alagoas e se incorporando à língua geral, como reflexo da evolução da sociedade contemporânea, uma vez que é a linguagem um dos principais meios de se observar as características inovadoras de uma sociedade, sobretudo em seu acervo lexical.

5.1.1 Toponímia e Lexicografia: um diálogo possível

Conforme já informado, nesta tese de doutorado, a Onomástica corresponde a uma área mais ampla que apresenta duas áreas correlatas, independentes entre si, porém não excludentes, a Toponímia, que possui como eixo central de seus estudos o nome de lugar (topônimo), e a Antroponímia, que se ocupa dos estudos do nome próprio individual de pessoa (antropônimo).

Nas palavras de Isquerdo et al. (2017, p. 12), toda pesquisa que se enquadra sob o rótulo da Onomástica Toponímica nos últimos decênios tem experimentado significativos avanços

> [...] motivados pela sua renovação teórica e metodológica e também pela extensão das suas relações interdisciplinares com outros campos de investigação (Linguística, Geografia, origem populacional, História social e cultural etc.) (ISQUERDO et al., 2017, p. 12).

No âmbito dos estudos dos nomes de lugares habitados, quando se considera as causas motivadoras, percebemos que eles deixam de ser apenas um locativo de marcação ou identificação espacial, tornando-se mais que uma referência locacional.

Sendo assim, o signo toponímico não deve ser interpretado, semanticamente, por seu sentido próprio, em si mesmo, mas concomitante às referências motivacionais necessárias à sua compreensão em seu contexto identitário, social e cultural. Com efeito, ao interpretarmos as intersecções línguoculturais na Onomástica e Toponímia se evidenciam determinados aspectos da cultura de um grupo social, materializados nestas unidades léxicas toponímicas.

Daí a importância do registro lexicográfico dos nomes e suas motivações que determinaram as denominações dos municípios do Estado de Alagoas como materializações linguísticas que podem traduzir a realidade aproximada dos espaços que o cerca.

Desse modo, propomos uma interface teórica entre a Toponímia e a Lexicografia na esfera acadêmica em defesa da inclusão dos topônimos municipais alagoanos no repertório dos dicionários toponímicos. Como exemplo de tal interlocução, podemos citar o *Dicionário enciclopédico dos topônimos do Estado do Mato Grosso do Sul* de Castiglioni (2014). Assim, acreditamos que o acolhimento dos topônimos pelo texto dicionarístico é possível quando se leva em consideração essa interlocução, aqui materializada pelo *Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) – municípios.*

O dicionário surgiu na Antiguidade Clássica, na Grécia, durante o século I., todavia, a primeira obra lexicográfica moderna surgiu na Inglaterra: *Oxford English Dictionary*. Para a produção do referido dicionário inglês – elaborado ao longo de 70 anos – foi necessária a participação de diversos britânicos que colaboravam com a criação enviando para os editores palavras e significados extraídos de outras obras escritas.

Historicamente, a elaboração de dicionários sempre foi apreciada ao longo dos tempos. Atualmente, cabe à área da Lexicografia em sua dupla natureza, disciplina científica e prática social e cultural se debruçar sobre o dicionário e o fazer dicionarístico como objeto de estudo, respectivamente. Todavia, a compreensão da Lexicografia como uma atividade científica, como ciência é recente. Como nos explicam Zacarias e Durão (2010, p. 39)

> Inicialmente a lexicografia foi vista como arte ou técnica, respaldando o ponto de vista daqueles que a entendiam (ou entendem ainda hoje) como trabalho artesanal, à qual implica(va) o entendimento de que elaborar dicionários não passava de 'reproduzir' outras obras lexicográficas já existentes (ZACARIAS; DURÃO, 2010, p. 39).

Dessa maneira, ela pode ser compreendida em duas perspectivas, quais sejam

> (i) como técnica de montagem de dicionário, ocupa-se de critérios para seleção de nomenclaturas ou conjunto de entradas, de sistema definitórios, de estrutura de verbetes, de critérios para remissões, para registro de variantes etc.; (ii) como teoria, procura estabelecer um conjunto de princípios que permitam descrever o léxico (total ou parcial) de uma língua, desenvolvendo uma metalinguagem para manipular e apresentar as informações pertinentes (BORBA, 2003, p.15).

Como se depreende pelo excerto, a Lexicografia divide-se em dois grupos – o primeiro, a Lexicografia Prática que se refere à produção e à publicação de dicionários e, o segundo a Lexicografia Teórica (ou Metalexicografia[36] como doravante será denominada) que tem por escopo o exame do dicionário já pronto. Assim, se levarmos em consideração a compilação das obras lexicográficas, como os dicionários, fundada em trabalhos lexicológicos cientificamente avaliados, "a lexicografia é um resultado da lexicologia aplicada." (VI LLALVA; SILVESTRE, 2014, p. 187)

Pensando na relação que se estabelece entre a obra lexicográfica e o consulente, quando a descrição e os objetivos lexicógrafos estão direcionados à elaboração e/ou análise de dicionários escolares temos, então, o campo da Metalexicografia Pedagógica que se ocupa na elaboração e publicação de diferentes tipos de dicionários, especificamente, voltados ao contexto de aprendizagem.

Sendo assim, a metalexicografia pedagógica corresponde a uma subárea da metalexicografia geral, a qual pode ser definida como "conjunto organizado de princípios que regem a elaboração de dicionários pedagógicos e as pesquisas sobre o conteúdo e o uso de dicionários pedagógicos", e ainda, considera em seus estudos "qualquer tipo de dicionário, desde que esteja voltado para o contexto de aprendizagem e que pretenda proporcionar resultados aplicáveis à elaboração de dicionários pedagógicos" (ZACARIAS; DURÃO, 2010, p. 42).

Os produtos lexicográficos de língua, na contemporaneidade, encontram-se numa tensão constante entre descrição e prescrição. Ao abordar questões lexicográficas na confecção de dicionários escolares no Brasil, Gomes (2011, p. 153) assinala que

> [...] o século XXI inaugura uma etapa de pesquisa e labor lexicográfico inéditos na tradição brasileira; começa-se a delinear critérios e paradigmas para construção de propostas lexicográficas adequadas ao público e à realidade brasileiros, oferecendo como produto final dicionários, de fato, escolares e não meros recortes de obras mais amplas da língua portuguesa (Gomes, 2011, p. 153).

É nesse contexto que se encontra a Metalexicografia Pedagógica no território brasileiro. Esse ramo da Lexicografia Teórica ganha cada vez mais espaço no Brasil e tem como finalidade o fazer crítico de obras lexicográficas escolares existentes com

[36] "Embora alguns autores continuem utilizando o termo Lexicografia como unitermo para fazer referência à teoria e à prática, a distinção entre as designações Lexicografia e Metalexicografia cada vez é mais aceita e utilizada na literatura, como pode facilmente comprovar-se" (ZACARIAS; DURÃO, 2010, p. 41).

o intuito de gerar reflexão linguística e metodológica sobre o próprio objeto de estudo, o dicionário escolar, específico por seu público-alvo, configuração gráfica, discurso lexicográfico e escopo pedagógico.

No que tange aos dicionários toponímicos, Castiglioni (2018, p.3) explicita que

> Apesar de pouco comum, é deveras relevante, uma vez que registra, além dos nomes próprios de uma região e sua respectiva localização, causas que levaram os designadores a escolherem determinada palavra para nomear uma localidade, contribuindo, dessa forma, para o resgate e o registro social, histórico e cultural da região (CASTIGLIONI, 2018, p.3).

A partir do supramencionado, advogamos que o texto lexicográfico toponímico adquiri sentidos que podem ser atribuídos aos nomes de lugares na produção e/ou recepção, assim como desvelar possíveis discursos vinculados nessas materialidades linguístico-onomásticas e que não são levados a cabo em nossos dicionários escolares gerais de língua portuguesa.

Assim sendo, o não-registro da toponímia alagoana em suas singularidades e a não disponibilização de obras lexicográficas toponímicas sobre Alagoas em nossas escolas e fora dela, a nosso ver, podem repercutir em lacunas de conhecimento em nossos consulentes, aprendizes e professores, sobretudo em atividades relacionadas ao ensino-aprendizagem do léxico toponímico, visto que nas obras lexicográficas toponímicas são identificados os diversos saberes e dizeres que se materializam nos signos toponímicos.

E mais, a seleção macroestrutural da obra lexicográfica deve buscar suprir as necessidades de pesquisa de seu público-alvo, incluindo palavras que façam parte das áreas do conhecimento com as quais ele tem contato nas diversas esferas da vida. Nesse sentido, os topônimos, em sua construção sêmica, são portadores de conhecimentos especializados e gerais que se vinculam aos contextos tanto linguísticos como extralinguísticos, dialogando com diferentes áreas do saber.

Nessa acepção, Coroa (2011, p. 67) adverte para o fato de como integrante de práticas discursivas, o dicionário “constitui-se em produtivo instrumento de fazer linguístico: é mais um dos elementos simbólicos de que cidadãos leitores e produtores de textos dispõem para construir, e reconstruir, redes de significações e constituir sujeitos”. Assim, torna-se de fundamental relevância um trabalho com dicionário escolar, inclusive o toponímico, que possibilite desvendar de forma crítica que sentidos possíveis podem ser atribuídos a dados verbetes, podendo desvelar as

dimensões discursivas que configuram e caracterizam os efeitos de sentidos no fazer dicionarístico.

Sob esse olhar, advogamos a tese de que os topônimos não servem apenas para identificar lugares, ou seja, eles não teriam apenas uma função de referencialização espacial, mas uma representação intencional, na qual o sujeito nomeador, por meio da língua, faz conhecer uma demarcação expressiva de poder, de posse, de identidade de domínio geográfico de dados grupos, portanto são de suma relevância no léxico da língua e, consequentemente, no contexto dicionarístico brasileiro.

Além disso, pensando no quesito de frequência lexical, é sabido que não é desejável que o dicionário apresente registros raros de uso da língua, mas sim focar o que é comum, típico e frequente. Nesse particular, os topônimos exercem a função denominativa e referencial, sendo usados na língua geral e estão presentes na vida diária quando se utiliza a língua em diferentes práticas sociais.

Logo, os signos toponímicos devem ser alçados à categoria de palavra-entrada de verbetes toponímicos já que não são registros raros de uso da língua, tanto em sua modalidade oral como escrita, mas pelo contrário, são vocábulos comuns e frequentes.

Destacamos ainda que estas obras lexicográficas, também de caráter pedagógico, consistem em um produto linguístico, mas também, um produto histórico, cultural, social, temporal, econômico e ideológico. E mais, seu repertório lexicográfico está condicionado ao momento histórico no qual elas são produzidas, à situação cultural em que elas são geradas, ao valor de autoridade que lhe são atribuídas, à vigência das informações nelas contidas, ao custo econômico que implica em sua elaboração e aquisição e à representação do mundo que elas oferecem.

Do até agora dito, a propositura de elaboração do *Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) – municípios,* com foco nas causas motivadoras dos atuais e oficiais macrotopônimos municipais alagoanos se configura como uma proposta de estudo de Lexicologia e Lexicografia, particularmente, no campo da Onomástica, envolvendo de forma mais direta a Toponímia, termo que, neste dicionário, pode ser tomado em duas acepções básicas: ciência e objeto de conhecimento. Nesta, refere-se ao léxico toponímico ou aos nomes próprios de lugar. Naquela, refere-se ao estudo da palavra na função denominativa de um espaço físico e/ou humano que se desloca do sistema lexical para o sistema onomástico (SEABRA, 2004).

A partir da proposição de que a lexicografia científica procura apoiar a descrição da língua em critérios validados por ciências complementares é que entendemos a real necessidade da elaboração de um dicionário toponímico, focalizando os topônimos dos municípios alagoanos e se justifica à medida que poderá contribuir para a especialidade em questão, uma vez que se faz mister a realização de reflexões sobre o fazer dicionarístico sob diferentes perspectivas, reconhecendo o dicionário como objeto multifacetado, do qual resultam várias formas de examiná-lo e produzi-lo.

5.2 ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO DICIONÁRIO TOPONÍMICO DE ALAGOAS (DITAL) – MUNICÍPIOS

Na organização e elaboração de uma proposta lexicográfica, devemos levar em consideração o público-alvo e objetivos pretendidos, uma vez que os dicionários são instrumentos e, como tal, têm necessariamente um propósito e uma utilidade, que podem variar conforme a intensão dos lexicógrafos, mas também com a sociedade e o tempo em que surgem e, de modo essencial, de acordo com a forma como são vistos pelos usuários.

Pelo referido, no *Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) – municípios,* aspiramos uma imersão no mundo dos nomes próprios que dizem das 102 sedes municipais alagoanas, viabilizando um novo olhar para um conjunto de informações linguísticas e extralinguísticas dessa macrotoponímia.

Da mesma forma que os dicionários de língua geral (ou dicionário-padrão) exigem uma delimitação de suas estruturas, este produto lexicográfico toponímico também dispõe de três eixos básicos em sua organização e estrutura, quais sejam a macro, médio e microestrutura e se encaixa entre os dicionários teóricos, isto é, “concebidos como ferramentas de pesquisa em Linguística, que são elaborados tendo em vista o estudo do léxico das línguas” (POLGUÉRE, 2018, p.240).

Tem como público-alvo consulentes que buscam informações sobre os nomes das cidades e/ou municípios alagoanos e suas motivações, como estudantes, professores, pesquisadores e curiosos sobre as motivações na macrotoponímia urbana do Estado de Alagoas, pesquisadores do léxico toponímico brasileiro e todos aqueles que se interessarem pela temática.

Doravante, apresentaremos os componentes que constituem cada uma das partes do *Dicionário Toponímico de Alagoas – municípios.*

5.2.1 Macroestrutura do dicionário

No âmbito da macroestrutura, encontram-se as questões relacionadas com a seleção e a ordenação do material léxico. É nesse sentido que entendemos por macroestrutura a organização e a ordenação interna do dicionário, isto é, a nomenclatura que está relacionada às características gerais do repertório lexical toponímico ora apresentado.

Quanto à seleção e à organização macroestrutural, a lista de entrada é composta por 102 verbetes que correspondem à totalidade dos atuais e oficiais nomes dos municípios de Alagoas, apresentados, em ordem alfabética contínua e alinhados à esquerda, sendo a palavra-entrada destacada em negrito, assim se caracterizando como uma estrutura lisa.

Este dicionário está disposto em volume único e adotamos a concepção gráfica conservadora da ordem alfabética linear das unidades léxicas toponímicas por ser a mais recorrente nas obras lexicográficas brasileiras e possibilitar a localização do topônimo desejado de forma rápida.

5.2.2 Medioestrutura do dicionário

No âmbito da medioestrutura, encontram-se as articulações das informações que são constituídas pelo sistema de remissivas que auxilia na pesquisa, relacionando as informações com as diferentes partes do dicionário. Dessa forma, ela é constituída por um conjunto de intersecções entre a macroestrutura, a microestrutura e outros componentes do texto lexicográfico, como o material anteposto, o posposto e o interposto que constituiu o dicionário.

5.2.2.1 Remissiva(s)

As remissivas podem ser internas quando ocorrem dentro do próprio verbete ou em algum ponto da nomenclatura ou externas quando ocorrem nos textos externos: materiais antepostos e pospostos (PONTES, A., 2009). Sua rede se configura nas relações traçadas dentro da obra lexicográfica, no caso deste dicionário entre os topônimos verbetados, mantendo a coerência semântica das informativas.

No *Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) – municípios*, as remissivas são de caráter interna e explícita, todas pertencentes ao repertório, aparecem precedidas pela marca gráfica da abreviatura Cf. (conferir), registradas em ordem alfabética, em

itálico, separadas por ponto e vírgula e entre parênteses, imediatamente após as informações dadas em colchetes.

Elas implicam em topônimos complementares que traduzem as relações toponomásticas que o topônimo de entrada mantém com os outros do domínio repertoriado, através de um processo de remissão vertical, que cruza macrotopônimos municipais que tenham alguma relação com topônimo que encabeça um verbete, disponibilizando ao consulente informações complementares que podem ajudar na ampliação de conhecimentos sobre o processo denominativo da cidade e/ou município consultado.

É oportuno ressaltar que não há um número estipulado de remissivas para cada verbete, pois são indicadas segundo as possibilidades oferecidas pela nomenclatura toponímica. Elas são de natureza facultativa, em virtude dos próprios verbetes fornecerem as informações essenciais para definir o lema; o consulente seguirá o caminho indicado pela remissão apenas se quiser obter mais informações sobre a cidade e/ou município consultado.

No Quadro 10, a seguir, apresentamos um exemplo de uso de remissivas em um verbete do *Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) – municípios.*

Quadro 10 - Remissivas no verbete toponímico.

Anadia [anadiense; hebr. + lat.; híbrido] (Cf. *Atalaia; Marechal Deodoro; Penedo; São Miguel dos Campos*) **Marechal Deodoro** [deodorense; fr. + gr.; híbrido] (Cf. *Maceió*)

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

5.2.3 Microestrutura do verbete

No âmbito da microestrutura, encontra-se “la ordenación de los elementos que componen el artículo lexicográfico (MEDINA GUERRA, 2003, p.105)[37], ou seja, é a parte do texto lexicográfico que contém a organização dos dados contemplados no enunciado verbete.

Cumpre destacarmos que a microestrutura determina e é determinada pela macroestrutura. Assim, pela própria natureza deste trabalho lexicográfico de cunho toponímico, sua microestrutura apresentará elementos que, mormente, não ocorrem nos demais dicionários de uso geral da língua (dicionários-padrão), tais como:

[37] “a ordenação dos elementos que compõem o verbete” (MEDINA GUERRA, 2003, p.105, tradução nossa)

localização do município, taxionomia toponímica, motivação do topônimo, Leis e Decretos que resultaram na institucionalização dos nomes oficiais, informações históricas e/ou enciclopédicas, dentre outras.

Segundo Isquerdo e Castiglioni (2010, p. 295), a microestrutura de um dicionário toponímico deve seguir "os parâmetros gerais estabelecidos na metodologia geral do projeto ATB, adequada a cada realidade regional e em consonância com os fundamentos da lexicografia contemporânea".

O verbete corresponde a unidade mínima autônoma em que se organiza o dicionário, aqui denominado de verbete toponímico. É composto pelo enunciado lexicográfico e pela palavra-entrada, que é "la unidad mínima autónoma en que se organiza el diccionario. Está formado por el lema, que es la unidad léxica tratada, y por las informaciones que se proporcionan acerca de esa unidad". (HAENSCH *et. al.*, 1982, p. 41)[38].

A microestrutura do verbete toponímico foi norteada pela classificação, que por sua vez controla o sistema definitório. É constituída por duas partes e foi pensada com base nos elementos contemplados na ficha lexicográfico-toponímica produzida para cada nome de município alagoano na constituição do *corpus* da pesquisa doutoral.

A seleção e o arranjo dos elementos descritivos que figuram no verbete toponímico estão distribuídos em informações sistemáticas e não sistemáticas oriundas de microparadigmas obrigatórios e eventuais. Sendo assim, na primeira parte do verbete, são apresentados os seguintes dados: topônimo, gentílico, procedência linguística, processo de formação, remissiva (quando houver), localização geográfica, taxionomia, etimologia. Já na segunda parte do verbete, são apresentadas notas e fontes, contemplando as informações enciclopédicas e históricas sobre a localidade, topônimo primitivo, mudança e variação toponímica (quando houver), histórico da formação do lugar, Decretos e Leis que institucionalizaram os topônimos oficiais etc.

Para manter a homogeneidade do repertório da microestrutura básica, a sequência retórica do enunciado lexicográfico obedece à seguinte estrutura: palavra-entrada – topônimo; gentílico; origem linguística; processo de formação; remissiva; localização geográfica; taxionomia toponímica; estrutura morfológica; etimologia; nota e fonte.

[38]"a unidade mínima autônoma em que se organiza o dicionário, formada pelo lema que é a unidade léxica tratada e pelas informações fornecidas sobre ela" (HAENSCH et al., 1982, p. 41, tradução nossa).

5.2.3.1 Palavra-entrada

Trata-se de uma unidade léxica de qualquer extensão e se constitui como objeto de descrição do verbete. No *Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) – municípios*, a palavra-entrada corresponde ao topônimo oficial verbetado, indica a grafia do nome do município alagoano de acordo com a forma registrada em documentos institucionais e pelo IBGE na nomenclatura atualmente utilizada, conforme o Censo Demográfico de 2010.

Do ponto de vista gráfico, os topônimos são apresentados, em negrito e alinhados à esquerda. Quando compostos, conservam sua ordem sintagmática normal. A seguir, no quadro 11, exemplificamos a lista de palavra-entrada do *Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) – municípios.*

Quadro 11 - Palavras-entrada no verbete toponímico.

Arapiraca **Olho d'Água das Flores** **Paulo Jacinto**

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

5.2.3.2 Gentílico

Trata-se do adjetivo que designa o morador de acordo com a sua cidade de nascimento ou residência em Alagoas, identificado conforme consulta na Base de Dados do IBGE. Aparece, entre colchetes, imediatamente após a entrada e separada por ponto e vírgula, na mesma linha horizontal.

A seguir, no Quadro 12, exemplificamos a apresentação do gentílico no verbete do *Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) – municípios.*

Quadro 12 - Gentílico no verbete toponímico.

Capela [capelense;] **Feira Grande** [feira-grandense;] **Barra de Santo Antônio** [barrense;]

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

5.2.3.3 Origem linguística

Neste item é registrada a origem linguística do topônimo, aparece entre colchetes, juntamente com o campo "gentílico" e separada desse campo por ponto e vírgula, na mesma linha horizontal.

A procedência linguística que constituí a base lexical do nome do município alagoano foi identificada a partir da consulta em dicionários especializados, como Cunha (1978; 2010), Guérios, (1981); Tibiriçá (1997), Ferreira, A., (2010), dentre outros.

No Quadro 13, a seguir, exemplificamos a apresentação da origem linguística no verbete do *Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL)* – municípios.

Quadro 13 - Origem linguística no verbete toponímico.

Campo Grande [campo-grandense; lat.] **Matriz de Camaragibe** [matizense; lat. + tup.] **Traipu** [traipusense; tup.]

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Quando não for possível recuperar a origem linguística do topônimo por falta de registro nos dicionários especializados consultados, seguimos o modelo de Cunha (2010) apresentado em seu *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Assim, o campo origem linguística será preenchido com a informação: *De origem controversa*, em itálico, como é o caso do topônimo alagoano da cidade de Coqueiro Seco, por exemplo, que tem a significação do vocábulo coqueiro definida, mas a origem controversa.

Nas palavras do referido autor,

> **Coco** *s.m.* '*orig.* Papão' '*ext.* designação comum a várias espécies de palmeiras e aos seus frutos' XVI. *De origem controversa*: o fruto do coqueiro foi assim denominado pelos portugueses em razão da sua semelhança com as figuras de cabeças com que se assustavam as crianças (os papões) ‖ **coc**ADA 1881 ‖ **coqu**EI- R' AL 1844 ‖ **coqueiro** 1813. (CUNHA, 2010, p.192, grifo nosso)

A seguir, no Quadro 14, apresentamos um caso de verbete do *Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) – municípios*, no qual não foi possível recuperar a origem linguística do topônimo verbetado.

Quadro 14 - Indicação da origem linguística controversa no verbete toponímico.

Coité do Nóia [coitenense; tup. + *De origem controversa*] **Coqueiro Seco** [coqueirense; *De origem controversa* + lat.] **Tanque d'Arca** [tanquense; *De origem controversa* + lat.]

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

5.2.3.4 Processos de formação

Neste campo, é registrado o processo de formação do topônimo verbetado, conforme sua distribuição étimo-morfossintática em i. simples, que são os nomes que apresentam um só formante, seja substantivo ou adjetivo, podendo, contudo, apresentar-se também acompanhado de sufixações; ii. composto, que são os nomes compostos que apresentam mais de um formador; iii. híbrido, que são nomes compostos que recebem em sua configuração elementos linguísticos de diferentes procedências (Dick, 1992).

O processo de formação aparece entre colchetes, juntamente com os campos "gentílico e origem linguística" e separado desses campos por ponto e vírgula, na mesma linha horizontal, finalizando as informações obrigatórias apresentadas entre colchetes do topônimo verbetado.

A seguir, no Quadro 15, exemplificamos a apresentação da formação lexical do topônimo verbetado no *Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) – municípios.*

Quadro 15 - Processo de formação do verbete toponímico.

Barra de São Miguel [miguelense; lat. + hebr.; híbrido] **Porto Calvo** [porto-calvense; lat.; composto] **Satuba** [satubense; tup.; simples]

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

5.2.3.5 Localização geográfica do município

Como já mencionamos, Alagoas é constituída por 102 municípios que estão distribuídas em três mesorregiões e 13 microrregiões geográficas. Sendo assim, no verbete toponímico, a posição espacial do município, dentro do território considerado atualmente do Estado de Alagoas, é apresentada de acordo com sua inserção na mesorregião e na microrregião geográfica, respectivamente.

Neste campo, é registrada a localização geográfica do município com base na consulta junto ao Banco de Dados do IBGE em sua ferramenta virtual Cidades-IBGE que traça um perfil de cada um dos municípios brasileiros. Essa informação aparece iniciando a segunda linha do verbete posposta à expressão: "Localizado na" e separadas por vírgula, na mesma linha horizontal.

A seguir, no Quadro 16, exemplificamos a apresentação da formação lexical do topônimo verbetado no *Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL)* – municípios.

Quadro 16 - Localização geográfica no verbete toponímico

Barra de Santo Antônio [barrense; lat.; composto] Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião de Maceió. **Delmiro Gouveia** [delmirense; germ. + port. euro.; híbrido] (cf. *Água Branca*) Localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, Microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

5.2.3.6 Taxionomia Onomástico-toponímica

A categorização taxionômica toponímica neste dicionário segue o Sistema Toponímico Taxionômico proposto por Dick (1992) e as contribuições taxionômicas de Isquerdo (1996), Lima (1998) e Faria (2017). Aparece, em itálico, grafada com inicial maiúscula posposta à expressão: "Topônimo classificado como" e separadas por ponto, na mesma linha horizontal.

A seguir, no Quadro 17, exemplificamos a apresentação da classificação taxionômica toponímica do topônimo verbetado no *Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL*) – municípios.

Quadro 17 - Taxionomia no verbete toponímico.

Coruripe [coruripense; tup., simples] Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião de São Miguel dos Campos. Topônimo classificado como *Hidrotopônimo*. **Limoeiro de Anadia** [limoeirense; lat. + hebr. + lat.; híbrido] (Cf. *Anadia*) Localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, Microrregião da Arapiraca. Topônimo classificado como *Fitotopônimo*.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

5.2.3.7 Estrutura morfológica

Neste campo, é registrada a análise mórfica do nome do município em uma perspectiva estruturalista de Morfologia Concatenativa e Regular, a partir da depreensão dos morfemas lexicais e gramaticais, das formas dependentes e da identificação dos nomes atemáticos que constituem o vocábulo toponímico verbetado.

O arranjo sintagmático das unidades constitutivas do topônimo é indicado posposto à expressão "Constituído por", cada morfema e/ou formante constituinte é apresentado em itálico, justapostos pelo sinal "+" e separados por vírgula, na mesma linha horizontal.

Na análise mórfica, seguimos as orientações gerais do estruturalismo linguístico (CAMARA Jr, 2004) e apresentamos uma segmentação dos nomes baseada na noção de morfemas lexicais (ML) e morfemas gramaticais (MGD, afixos; MGF, flexão de gênero e de número; VT, classificatórios nominais; os nomes atemáticos serão indicados pelo símbolo ∓.) constituintes dos signos toponímicos.

A seguir, no Quadro 18, exemplificamos a apresentação da estrutura mórfica do topônimo verbetado no *Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) – municípios.*

Quadro 18 - Estrutura morfológica no verbete toponímico.

Canapi [canapiense; tup., simples] Localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, Microrregião Serrana do Sertão Alagoano. Topônimo classificado como *Hidrotopônimo*. Constituído pelo ML *canapi* ∓.
Olho d'Água Grande [olho-grandense ou olho-daquense; lat.; composto] Localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, Microrregião de Traipu. Topônimo classificado como *Hidrotopônimo*. Constituído por ML *olh-* + VT *–o*, form. dep. *de* + ML *agu-* + VT *-a,* ML *grand-* + VT *-e.*

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

5.2.3.8 Etimologia

Neste campo é registrado a base etimológica nuclear do signo toponímico, seu significado histórico em sua origem e, quando possível, sua categoria gramatical, procurando resgatar o significado da(s) raiz(es) constituinte(s) da unidade linguística toponímica.

Essa informação aparece imediatamente após a descrição mórfica do topônimo verbetado e é introduzida pela marca gráfica da abreviatura "Etim." (de Etimologia), seguida ou não da classe gramatical apresentada em itálico e finalizando a primeira parte do verbete enunciado.

Após a apresentação do étimo, há uma indicação da referência da fonte de onde foi extraído a informação etimológica, que remete o usuário às Referências Bibliográficas Especializadas, presentes de acordo com as normas ao final deste *Dicionário escolar toponímico do Estado de Alagoas – municípios*.

A seguir, no Quadro 19, exemplificamos o registro da etimológica do topônimo verbetado no *Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) – municípios*.

Quadro 19 - Etimologia no verbete toponímico.

Craíbas [craibense; tup.; simples] Localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, Microrregião de Arapiraca. Topônimo classificado como *Fitotopônimo*. Constituído por ML *craib-* + VT *-a* + MGF *-s.* Etim. *sm.* do tup. *Carahyba* 'árvore do ramo das bignoniáceas' (TIBIRIÇÁ, 1997). **Feliz Deserto** [feliz-desertense; lat.; composto] Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião de Penedo. Topônimo classificado como *Animotopônimo eufórico*. Constituído por ML *felix* ╤; ML *desert-* + VT *-o.* Etim. *adj. 2g.*do lat. XIV *fēlīx, -īcis* 'afortunado, próspero, bem combinado, satisfeito, ditoso'; (CUNHA, 2010) *sm.* do lat. *desertu* 'região que recebe anualmente precipitação de água inferior a 250mm' (FERREIRA, 2010).

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

5.2.3.9 Nota

São incluídas, neste campo, observações de caráter histórico e/ou enciclopédico sobre o topônimo verbetado e a sede municipal por ele nomeada, apresentando brevemente a história do local, de forma a tentar apontar a motivação do nome e indicar a data de criação do município e seu povoado de origem.

As notas proporcionam ao consulente um maior esclarecimento sobre o histórico de nomes de municípios alagoanos, a data de sua adoção e a motivação que deu origem ao primitivo topônimo, sua mudança ou permanência ao longo do tempo. Além disso, elas visam apresentar breves informações sobre o processo de desenvolvimento do povoado que culminou em sua autonomia político-administrativa alçando à categoria de município e a institucionalização do atual topônimo. Para destacar a dinâmica das mudanças toponímicas, os topônimos são grafados em negrito.

Este campo inicia a segunda parte do verbete, inaugurando novo parágrafo. São apresentadas, imediatamente, após a primeira parte do verbete em parágrafo único com texto corrido, alinhadas à esquerda, com a indicação Nota grafada com inicial maiúscula. A seguir, no Quadro 20, exemplificamos o campo Nota do topônimo verbetado no *Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) – municípios.*

Quadro 20 - Campo Nota no verbete toponímico.

Maragogi [maragogiense; tup., simples] (Cf. *Porto Calvo*) Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião do Litoral Norte Alagoano. Topônimo classificado como *Hidrotopônimo*. Constituído por ML *maragogi* ╤. Etim. *sm.* do tup. *maracujá-y* 'rio dos maracujás' (TIBIRIÇÁ, 1997).

Nota	Município com área territorial atual de 334,047 (km²) e população estimada em 2017 de 32.940 hab. Seu topônimo faz referência ao Rio Maragogi que banha a cidade e a região. Em momentos áureos de sua história nos períodos colonial e imperial, a povoação era chamada de **Gamela**. Em 1796, foi criado o Distrito com a denominação de **Isabel**, elevado à categoria de vila com o mesmo nome pela Lei Provincial nº 681 de 24/04/1875 e pela Lei Provincial nº 733 de 03/07/1876 passou a ser denominada **Maragogi**. Sendo elevado à condição de cidade e sede municipal com essa denominação pela Lei Estadual nº 15 de 16/05/1892.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

5.2.3.10 Fonte

Finalizando o verbete toponímico, são creditadas as fontes geradoras das informações apresentadas nas Notas. As referências aparecem em sequência cronológica de publicação, separadas por ponto e vírgula, em itálico e contendo o autor ou título da obra, seguido do ano de publicação, na mesma linha horizontal, alinhada à esquerda, com a indicação Fonte grafada com inicial maiúscula, que remete o usuário às Referências especializadas, presentes de acordo com as normas ao final deste dicionário toponímico.

A seguir, no Quadro 21, exemplificamos o campo Fonte do topônimo verbetado no *Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) – municípios.*

Quadro 21 - Campo Fonte no verbete toponímico.

Chã Preta [chã-pretense; lat.; composto]	Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião Serrana dos Quilombos. Topônimo classificado como *Geomorfotopônimo*. Constituído por ML *ch-* + MGF *–ã*; ML *pret-* + VT *-a.* Etim. *sf.* do lat. XIII *chāa* 'terreno plano, chão'; *adj*. do lat. XIII *prettus*, por *pressus* 'negro' (CUNHA, 2010).
Nota	Município com área territorial atual de 169.464 (km²) e população estimada em 2017 de 7.427 hab. Há duas versões que explicariam sua motivação, ambas fazem alusão à forma topográfica de elevação: chã, quais sejam, i. em razão dos proprietários da **Fazenda Chã Preta,** localizada em uma chã, da família Inácio serem da raça negra; ii. alusão às queimadas da vegetação da chã, localizada na região onde o município está alocado. Contam os populares que após as queimadas a chã ficava preta. Sua colonização teve início por volta de 1865, um pouco antes da abolição da escravatura. O Distrito foi criado com a denominação **Chã Preta** pelo Decreto nº 2.435 de 30/11/1938 e elevado à categoria de município com a mesma denominação pela Lei Estadual nº 2.432 de 03/11/1962, desmembrado de Viçosa.
Fonte	O*liveira Filho* (2003); *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *Cidades-IBGE* (2018).

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Na próxima subseção 5.3, exibiremos os 102 verbetes elaborados conforme as orientações aqui apresentadas do conjunto de entradas do corpo do *Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) – municípios*, produto lexicográfico gerado a partir desta pesquisa doutoral.

5.3 DICIONÁRIO TOPONÍMICO DE ALAGOAS (DITAL) – MUNICÍPIOS.

Água Branca [água-branquense; lat. + germ.; híbrido]

Localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, Microrregião Serrana do Sertão Alagoano. Topônimo classificado como *Hidrotopônimo*. Constituído por ML *agu-* + VT *–a*, ML *branc-* + MGF *–a.* Etim. do lat. XIII *sf. ăqua, -ae* 'líquido, incolor, inodoro e insípido, essencial à vida'; *adj.* do germ. *blanck* 'cor da neve, cor do leite etc.' (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 468,846 km² e população estimada em 2017 de 20.467 hab. Seu topônimo faz referência ao conjunto de fontes d'água naturais muito próximas umas das outras que davam a impressão de uma única fonte com límpidas águas, clara e branca como diziam os antigos moradores. Primitivamente, a localidade era denominada de **Mata Pequena**, depois passou a ser chamada de **Matinha de Água Branca**, e por último, seu atual nome **Água Branca**. Até o século XVII, seu território fazia parte das sesmarias de Paulo Afonso (BA). A partir de 1769, o povoado começou a se formar na região com a família Vieira Sandes, o capitão Faustino Sandes arrematou algumas terras, atraído pelas serras, boas pastagens e a fertilidade do solo propício ao cultivo de cana-de-açúcar, formando o primeiro núcleo de povoamento e tornando-se o tronco familiar em toda a região. O Distrito foi criado com o nome de Água Branca, pela Lei Provincial nº 413 de 1864 e elevado à categoria de vila com a mesma denominação, pela Lei Provincial nº 681, de 24/04/1875. No século XX, mais precisamente em 02/06/1919, através da Lei nº 805, a vila passa à categoria de cidade.

Fonte: *Feitosa* (2004); *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Anadia [anadiense; hebr. + lat.; híbrido] (Cf. *Atalaia; Marechal Deodoro; Penedo; São Miguel dos Campos*)

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião de São Miguel dos Campos. Topônimo classificado como *Antropotopônimo*. Constituído por ML *an-* + VT *–a*, ML *di-* + VT *-a*. Etim. do hebr. *hanah, hannah* 'graça, clemência, mercê' outra f. *anna* (GUÉRIOS, 1981); *sm.* do lat. vulg. XIII **dia* (do lat. clas. dies) 'espaço de tempo que medeia entre nascer e o pôr do sol'. (CUNHA, 2010). No entanto, os filólogos Joaquim da Silveira e Rodrigues Lapa são da opinião de que "Anadia" deriva de Aqua Nativa, nome que os Romanos deram à nascente que brota na base do Monte Crasto, à entrada Sul de Arcos.

Nota Município com área territorial atual de 186,135 km² e população estimada em 2017 de 17.818 hab. Seu topônimo teria sido uma homenagem feita ao ministro de Lisboa Visconde de Anadia, poderoso fidalgo da Corte Portuguesa, Ministro da Marinha e Ultramar que autorizou a promoção do povoado junto ao el-Rei à categoria de vila. Em meados do século XVII, o

território ocupado pelo atual município de Anadia era um aldeamento indígena com a denominação de **Campos do Arrozal de Inhauns**, nome que abrangia também outras localidades vizinhas. Em 1799, foi criada a vila com a denominação de **Vila Nova de São João de Anadia**. Com o passar do tempo, o povo desprezou o nome extenso **Vila de São João** e popularizando a forma reduzida Anadia. Assim, em 1801, foi elevada à categoria de vila com a atual denominação **Anadia**. A freguesia foi instalada em 1802, fez parte da Comarca de Marechal Deodoro até 1833 e a partir desta data, passou para a Comarca de Penedo. Hoje, tem sua própria comarca. Em 1995, foi levada à categoria de cidade em 25/07/1995 pela Lei Estadual nº 86.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Arapiraca [arapiraquense; tup.; simples] (Cf. *Anadia; Palmeira dos Índios*)

Localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, Microrregião de Arapiraca. Topônimo classificado como *Fitotopônimo*. Constituído pelo ML *arapirac-* + VT *-a*. Etim. *sf.* do tup. ara 'periquito, arara'; pira 'pousa'; aca 'ramo de árvore'. Trata-se de uma espécie de angico branco, uma árvore da família das Leguminosas Mimosáceas – Piptadênia (*Piteodolobim*), uma espécie de angico branco muito comum no Agreste e no Sertão, e que o povo, à sua maneira denomina de Arapiraca (CUNHA, 1978; TIBIRIÇÁ, 1997)

Nota Município com área territorial atual de 345,655 km² e população estimada em 2017 de 234.185 hab. Seu topônimo faz referência à árvore que representa o marco inicial de povoamento do lugar, uma espécie de angico branco, muito comum no Agreste e o Sertão. As terras onde hoje se situa a cidade de Arapiraca pertenciam ao Capitão José Joaquim do Cangandu que as vendeu ao Capitão Amaro da Silva Valente Macedo. No ano de 1848, o Capitão Amaro Valente enviou o genro Manoel André Correia dos Santos, juntamente com a família, àquelas terras para tomar posse da propriedade Alto do Espigão do Simão de Cangandu, em virtude de uma séria contenda entre Manoel André e o cunhado José Ferreira de Macedo. Por não ser fácil construir sua casa de imediato, Manoel André fez acampamento embaixo de uma frondosa Arapiraca e ali permaneceu vários dias. À sombra da árvore, levantou uma cabana de madeira coberta com cascas de angico, onde passou os primeiros dias, enquanto construía a primeira casa numa distância de aproximadamente cem metros, que serviu de habitação para sua família. Em pouco tempo, formou-se um próspero sítio e, em 1865, quando Manoel André construiu uma capela, já havia um arruado de casas de taipa de duas águas. Foi elevada de povoado à vila, ficando como sede administrativa do Munícipio. Pelo Decreto nº 1.071 de 24/10/1924, passou a pertencer à comarca de Palmeira dos Índios. Elevado a município com a denominação de **Arapiraca**, pela Lei Estadual nº 1.009 de 30/06/1924, desmembrado do

Distrito de Limoeiro. Sede distrital de Arapiraca. Constituído do distrito sede. Instalado em 30 de dezembro de 1924. Em 1931, passou à jurisdição da comarca de Anadia e, finalmente, em 17/09/1949, foi elevada à categoria de comarca, conservando seu fitotopônimo em referência à frondosa árvore.

Fonte *Macedo* (1994); *Guedes* (1999); *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Atalaia [atalaiense; árab.; simples]

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião da Mata Alagoana. Topônimo classificado como *Antropotopônimo*. Constituído pelo ML *atalai-* + VT *-a*. Etim. *sf.* XIII do árab. *at-talā'i'a* 'sentinela, vigia' (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 533,258 km² e população estimada em 2017 de 47.744 hab. Há duas versões para a motivação do topônimo, a saber: i. seria uma homenagem feita pelo Rei de Portugal ao amigo Visconde de Atalaia, fidalgo português amigo de D. José I; ii. teria recebido essa denominação por ter sido o local onde as forças que lutavam contra os Palmares ficavam de "atalaia" (vigilantes). A localidade começou a ser povoada por volta de 1692 por Domingos Jorge Velho, bandeirante paulista. Primitivamente tinha a denominação de **Arraial dos Palmares**, em razão da proximidade em que se acha da Serra da Barriga, onde se localizou o Quilombo dos Palmares. Domingos Jorge Velho havia recebido do governo português a promessa de uma sesmaria como recompensa pela destruição do referido Quilombo. Em 12/03/1701, o Governador da Província de Pernambuco recebe Carta Régia determinando a criação oficial do arraial, com o nome de **Arraial de Nossa Senhora das Brotas.** No entanto, este nome não caiu no gosto dos moradores, permanecendo o povo utilizando a denominação Arraial dos Palmares. Em 1716, os filhos e a esposa de Domingos Jorge Velho recebem o Decreto que doa a sesmaria onde hoje se localiza, como recompensa pela destruição dos Palmares. O Distrito foi criado com a denominação de **Atalaia** anteriormente a 1762. Elevado à categoria de vila com a mesma denominação, entre os anos de 1762 e 1765 e em 15/03/1891, pelo Decreto Estadual n. 88, àquela localidade foi elevada à categoria de cidade.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Barra de Santo Antônio [barrense; lat.; composto] (cf. *Porto Calvo; São Luís do Quitunde*)

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião de Maceió. Topônimo classificado como *Geomorfotopônimo*. Constituído por ML *barr-* + VT *–a*, f. dep. *de*, ML *sant-* + VT *–o*, ML *antoni-* + VT *–o.* Etim*. sf.* do lat. XIII *barra, -ae* 'entrada estreita de um porto'; *adj. sm.* do lat. XIII *sanctus, -a, -um* 'sagrado, que vive segundo os preceitos religiosos, da lei divina' (CUNHA,

2010); *sm.* do lat. antonius, 'família muito antiga de Roma, era de origem helênica' que por sua vez origina-se do gr. antónios (GUÉRIOS, 1981).

Nota Município com área territorial atual de 131,633 km² e população estimada em 2017 de 16.064 hab. Seu topônimo teria sua motivação associada ao local onde desemboca o Rio Santo Antônio Grande na região do atual município traduzido na expressa da formação geológica *barra.* O Rio Santo Antônio, que banha todo o núcleo urbano da cidade e o divide, formando duas partes distintas: um mais urbano, sede da cidade (à margem direita) e o outro, mais turístico e nativo (à margem esquerda). Dele, a população tira boa parte de seu sustento. O lugar começou a ser mais conhecido a partir do período da invasão holandesa, pois o rio que lhe deu nome era um importante corredor de transporte, uma vez que suas terras ficavam entre Porto Calvo e o sul do território. A região deve sua colonização aos holandeses, que chegaram ao litoral por volta de 1853. A partir daí começou o progresso no povoado, que era constituído por poucas casas de taipa construídas à margem do Rio Santo Antônio Grande. Pelo Decreto-Lei Estadual nº 2.909 de 30/12/1943, o Distrito de **Barra de Santo Antônio Grande** passou a denominar-se simplesmente **Barra de Santo Antônio** e pela Lei Estadual nº 2.285 de 20/08/1960, o Distrito de Barra de Santo Antônio passou a município**,** desmembrado de São Luís do Quitunde. Sede no antigo distrito de Barra de Santo Antônio. Constituído sede. Instalado em 22/09/1960.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Barra de São Miguel [miguelense; lat. + hebr.; híbrido] (Cf. *São Miguel dos Campos*) Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião de Maceió. Topônimo classificado como *Geomorfotopônimo*. Constituído pelo ML *barr-* + VT *–a*, f. dep. *de*, f. procl. apoc. de santo > *são*, ML *miguel* ╤. Etim. *sf.* do lat. XIII *barra, -ae* 'entrada estreita de um porto', *adj.* do lat. XIII *sanctus –a -um* 'sagrado, que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina' (CUNHA, 2010); *sm*. do hebr. *Mikhael* de 'quem (mlkha) é como Deus (el)?' (GUÉRIOS, 1981).

Nota Município com área territorial atual de 76,61 km² e população estimada em 2017 de 8.401 hab. Seu topônimo teria sua motivação associada ao local onde desemboca o Rio São Miguel na região do atual município traduzido na expressão da formação geológica *barra*. Antes de sua emancipação, pertencia a São Miguel dos Campos. Até a metade do século XVI, a região era um aldeamento dos indígenas Caetés, conhecidos pela prática da antropofagia. Segundo a história, eles teriam devorado o Bispo Dom Pero Fernandes Sardinha, que veio de Portugal para catequizar os índios da região. O local, de excelente localização geográfica, transformou-se num movimentado núcleo de pescadores. O Distrito foi criado com a denominação de **Barra de São Miguel** pelo Decreto Estadual nº 100 de

23/03/1891. A autonomia administrativa ocorreu por força de interesses políticos. Somente em 1963, a Barra de São Miguel foi elevada à condição de município, desmembrado de São Miguel dos Campos pela Lei nº 2.612 de 02/07/1963.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Batalha [batalhense; lat.; simples] (Cf. *Traipu*; *Pão de açúcar*)

Localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, Microrregião de Batalha. Topônimo classificado como *Historiotopônimo*. Constituído por ML *batalh-* + VT *-a.* Etim. *sf.* do lat. XIII *battalia* 'combate, luta, peleja' (lat. tard. *battuālĭa* 'esgrima') (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 319.499 km² e população estimada em 2017 de 18.757 hab. Há duas versões sobre a motivação do topônimo, a saber: i. teria sido uma homenagem a uma vila homônima em Portugal, situada perto de Leiria, deve sua origem à fundação do Mosteiro de Batalha; ii. seria uma alusão ao combate entre as forças legais (soldados da polícia estadual) e um grupo de fiéis seguidores de um Beato, líder político e religioso que dominava o local. No início, a localidade era conhecida por **Belo Monte**, situada à margem do Rio São Francisco, formada por famílias de proprietários das fazendas de gado ali existentes. Pela Lei nº 976 de 09/06/1886, a vila foi instituída e instalada em 12/01/1887, criando o município com a denominação de **Belo Monte**, suprimido pela Lei nº 34 de 30/05/1893, voltando a Vila a pertencer ao município de Traipu. A restauração deu-se pela Lei nº 82 de 20/07/1895. Foi novamente suprimida pelo Decreto nº 1.619, que o anexou ao município de Pão de Açúcar. Daí sucessivas Leis marcaram o desmembramento da Vila Belo Monte e sua posterior (re)integração a outros municípios. Somente em 22/12/1947, pela Lei Estadual nº 1.389 transferiu a sede do então município de Belo Monte para a **Vila da Batalha**. Em 1949, finalmente, assegurou o topônimo **Batalha**, transformando-se em comarca apenas em 1952. O relevo do município é moderadamente dissecado, apresentando altitudes entre 300-700 metros, com solos pobres e rasos, salvo nas áreas fundas de vales estreitos e profundos.

Fonte *Amorim, A.* (2009); *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Belém [belenense; hebr.; simples] (Cf. *Anadia*)

Localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, Microrregião de Palmeira dos Índios. Topônimo classificado como *Hierotopônimo*. Constituído pelo ML *belém* ╤. Etim. do hebr. 'casa do pão', tendo sido também a terra natal do Rei David (MENDONÇA et al*.,* 2012).

Nota Município com área territorial atual de 66,665 km² e população estimada em 2017 de 4.453 hab. Seu topônimo teria a motivação religiosa na cidade sagrada da Bíblia, que de acordo com o Novo Testamento, lá nasceu Jesus Cristo. Primitivamente, em meados do século XVIII, a localidade era uma aldeia de indígenas do grupo Xucurus, que vivia às margens do Rio Lunga. Chamava-se **Canudos** em virtude de seus moradores usarem um vegetal de mesmo nome para confeccionar seus cachimbos. Trata-se de uma planta do grupo das convolvuláceas. Os primeiros desbravadores, após os indígenas, foram das famílias Tenório e Barbosa da Paixão, que foram atraídos pela terra bastante fértil do lugar. Graças à fertilidade, implantaram a agricultura e novos moradores foram se localizando nas redondezas. Em 1962, durante a campanha de obtenção da autonomia, mudou o nome para **Belém**. Essa substituição toponímica se deu por influência de religiosos que realizavam ali as Santas Missões. Em 08/08/1953, por força da Lei nº 1.712, o povoado de Canudos foi elevado à condição de Vila, o que contribuiu para um incremento em sua vida socioeconômica. Em 24/08/1962, pela Lei nº 2466, a Vila de Canudos conquistou a sua autonomia político-administrativa e manteve seu topônimo **Belém**.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Belo Monte [belo-montense; lat.; composto] (Cf. *Traipu*)

Localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, Microrregião de Batalha. Topônimo classificado como *Animotopônimo eufórico*. Constituído por ML *bel-* + VT *–o*, ML *mont-* + VT *-e*. Etim. *adj.* do lat. XVI *bellus -a -um* ‘bonito, encantador’, *sm.* do lat.. XIII *mons*, *mŏntis* ‘elevação considerável de terreno acima do solo que a rodeia’. (CUNHA, 2010)

Nota Município com área territorial atual de 333,259 km² e população estimada em 2017 de 6.797 hab. Seu topônimo faz referência ao admirável panorama serrano da região. A partir de 1560, os exploradores iniciaram a subida pelo Rio São Francisco em busca de novas descobertas. Atingindo o Rio Ipanema, encontraram nele uma estrada aberta para suas penetrações ao interior, que chegaram até Pesqueira, no Estado de Pernambuco. Foi exatamente no ponto de encontro entre os dois rios, que se estabeleceu um núcleo populacional onde missionários, colonizadores e comerciantes dos centros maiores faziam seus negócios. O local ficou sendo conhecido como Barra do Ipanema, ainda hoje existente. Foi exatamente de Barra do Ipanema que partiu um cidadão, cujo nome é desconhecido, com destino à região hoje ocupada pelo município de Belo Monte**.** Fundou ali uma fazenda de gado bovino. A localidade era conhecida como **Lagoa Funda**, pelo fato de existir próximo ao núcleo de povoamento inicial uma lagoa de grande profundidade. Sua origem se deu por volta de 1822 e o belo panorama serrano da região motivou a substituição da nomenclatura toponímica de

Lagoa Funda para **Belo Monte**. A localidade progrediu rapidamente, sendo elevada a freguesia pela Lei Provincial nº 960, de 18/07/1885. No ano seguinte, em 09/06/1886, pela força da Lei n. 976 foi elevada à condição de Vila, desmembrada de Traipu e denominada de **Belo Monte**. Sua estrutura político-administrativa sofreu várias modificações, sendo incorporada por outros municípios diversas vezes, até que, no século XX, conseguiu sua autonomia definitiva, tornando-se Município de Belo Monte pela Lei Estadual nº 2.094 de 24/04/1958, desmembrado de Batalha.
Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Boca da Mata [matense; lat.; composto] (Cf. *Atalaia*; São *Miguel dos Campos*)
Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião de São Miguel dos Campos. Topônimo classificado como *Somatopônimo*. Constituído por ML *boc-* + VT *–a*, f. dep. *de* + *a* = *da*, ML *mat-* + VT *-a.* Etim. *sf.* do lat. XIII *bŭccam* ‘depressão numa serra’, *sf*. do lat. tard. XIII *matta* ‘terreno onde nascem árvores silvestres, bosque ou selva’ (CUNHA, 2010)

Nota Município com área territorial atual de 185,973 km² e população estimada em 2017 de 27.590 hab. Seu topônimo faz referência às primeiras residências das quais se tem notícia, construídas na entrada de uma grande mata, chamadas pelos antigos moradores de boca da mata, que se estendia rumo à cidade de Atalaia/AL. Até os anos 1950, era uma das expressivas reservas de Mata Atlântica, pertencendo ao município de São Miguel dos Campos/AL. A região oferecia condições para a implantação de sítios e fazendas que desenvolviam as lavouras e a criação de gado. A maior parte das terras pertencia ao Engenho Santa Rita de propriedade de Antonio Pinto da Cunha Coutinho. Daí sua origem partir do **Engenho Santa Rita**, de onde surgiu os seus extensos canaviais. Ainda hoje, apesar da devastação florestal, faz jus ao nome que seus pioneiros lhes deram. Sua emancipação ocorreu em 11/11/1958 pela Lei Estadual nº 246, desmembrando-se de São Miguel dos Campos, mantendo o nome **Boca da Mata**.
Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Branquinha [branquinhense; germ.; simples] (Cf. *Murici*)
Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião da Mata Alagoana. Topônimo classificado como *Hidrotopônimo*. Constituído pelo ML *branqu-* + MGD *–inha.* Etim. *adj.* do germ. XIII *blanck* ‘cor da neve, cor do leite etc.’ (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 165,251 km² e população estimada em 2017 de 10.675 hab. Seu topônimo seria uma referência às águas límpidas do Rio Mundaú, claras e sem poluição, à época do início do povoamento, água branquinha como diziam os antigos moradores. A história

não registra muitas informações sobre a origem de Branquinha, em virtude de os documentos e demais informações terem sidos destruídos por uma enchente do Rio Mundaú, no ano de 1949, quando a Prefeitura Municipal foi parcialmente inundada. Posteriormente, outras enchentes aconteceram, sendo a última grande enchente ocorrida em 2010, a cidade já foi reconstruída algumas vezes e, por isso, a zona urbana não tem um desenvolvimento crescente. Sua colonização começou por volta de 1870, por moradores recém-chegados de outras regiões se instalaram em pequenos sítios, o lugar cresceu às margens do Rio Mundaú. O progresso da região foi impulsionado a partir de 1955, quando lideranças locais começaram a lutar pela emancipação política. A autonomia político-administrativa foi conquistada em 18/05/1962, por força da Lei nº 2.446, desmembrado de Murici. Sendo instalado oficialmente em 03 de agosto no mesmo ano.

Fonte *Xerri,* (2001); *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Cacimbinhas [cacimbense; afri.; simples] (Cf. *Palmeira dos Índios*)

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião de Palmeira dos Índios. Topônimo classificado como *Hidrotopônimo*. Constituído pelo ML *casimb-* + MGD *–inha* + MGF *–s*. Etim. *sf.* do quimb. 1681 *ki'šima* var. despalatalizada de *ki'šima* ‘poço’ (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 273,767 km² e população estimada em 2017 de 10.897 hab. Seu topônimo seria uma referência a uma pequena cacimba existente no lugar onde hoje está situada o centro da cidade, que atendia aos caçadores que por ali passavam. Sua origem se deu no **Sítio Choan**, onde caçadores vindos de Pernambuco em busca de animais acampavam no local. Próximo a esse sítio havia uma cacimba junto a um pé de limoeiro. Eles aproveitavam para acampar e descansar nesse local, com o aumento da movimentação de pessoas, novas cacimbas foram abertas, firmando-se então o topônimo Cacimbinhas para a povoação que lá começava a florescer. Em 1903, foi elevada à categoria de povoado, pertencente à Palmeira dos Índios. Em 1905, a sede do distrito de Santa Cruz, é transferida para Cacimbinhas, levando-se em conta seu progresso vertiginoso a credenciou à autonomia político-administrativa, alcançada através da Lei nº 2.108 de 19/09/1958. Mas o município só foi instalado oficialmente em 01/02/1959 com o nome de **Cacimbinhas**, ao ser desmembrado de Palmeira dos Índios.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Cajueiro[cajueirense; tup.; simples] (Cf. *Capela*)

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião da Mata Alagoana. Topônimo classificado como *Fitotopônimo*. Constituído por ML *caju-*╤ + MGD *–eiro*. Etim. *sm*. de tup. 1587 *aka'iu* 'fruto da árvore do cajueiro da espécie Anacardium occidentale (CUNHA, 1978; 2010).

Nota Município com área territorial atual de 94,357 km² e população estimada em 2017 de 21.526 hab. Seu topônimo faz referência a um frondoso cajueiro que existia às margens do Rio Paraíba e funcionava como marco referencial. Em meados do século XIX, deu-se início o povoamento da região. À sombra desse pé de caju, viajantes e feirantes, exauridos das longas jornadas, descansavam. Eles eram provenientes do Agreste e do Sertão e iam, geralmente, em direção ao litoral. Por essa razão, a povoação que ali começou a se formar recebeu o nome de **Cajueiro**. Em 1904, o então governador do Estado de Alagoas, Euclides Malta, criou o município de Cajueiro, ao abrigo da Lei n° 427. Oito anos mais tarde, um Decreto-Lei anulou a criação do município e a cidade voltou a condição de distrito de Capela. Em 1957, Antônio Palmery Soriano Melo e alguns vereadores encabeçaram o movimento para devolver a autonomia administrativa ao local. O movimento terminou vitorioso com o desmembramento definitivo de Cajueiro, através da Lei n° 2.096 de 22/05/1958. Mas sua instalação oficial ocorreu em 01/02/1959.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Campestre [camprestrense; lat.; *simples*] (cf. *Jundiá*)

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião da Mata Alagoana. Topônimo classificado como *Fitotopônimo*. Constituído por ML *camp-* + MGD *-estre.* Etim. *adj*. do lat. 1813 *campester -tris -ter*. 'relativo à planície, terreno plano, terreno para plantio' (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 65,910 km² e população estimada em 2017 de 7.024 hab. Seu topônimo faz referência aos verdejantes campos existentes em meados do século XVIII entre os morros que circundavam toda a região, a princípio com poucas casas e ao bucolismo da povoação e da sua vida eminentemente rural. Os registros históricos de Campestre estão ligados ao município de Jundiá, de quem foi povoado desmembrado. Com a construção da estrada que ia até Palmares/PE, Campestre começou a se desenvolver. O povoado se estabeleceu com a instalação das atividades industriais da Usina Santa Therezinha, atualmente desativada e da feira livre, considerada a maior da região, superando progressivamente a sede do município. Na administração de José ribeiro Caminha, em Judiá, ocorreu o processo de desapropriação de terra, facilitando o crescimento urbano. No ano 1988, aprovado na Câmara de Vereadores, em 1988, o deputado

estadual José Medeiros encampou o movimento. Em 21/11/1994, o governador Geraldo Bulhões, sancionou a Lei Estadual nº 5.641 que concedeu autonomia administrativa ao município com a denominação de **Campestre**.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Campo Alegre [campo-alegrense; lat.; composto] (Cf. *Penedo, Porto Real do Colégio, São Miguel dos Campos, São Sebastião*)
Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião da São Miguel dos Campos. Topônimo classificado como *Geomorfotopônimo*. Constituído por ML *camp-* + VT *–o*, ML *alegr-* + VT *-e.* Etim. *sm.* do lat. XIII *campus, -ī.* 'planície, terreno plano, terreno para plantio ou exercícios'; *adj.* do lat. vulg. XIII **alĭcer*, *alĕcris, correspondente ao lat. cláss. *alăcer, alăcris* 'animado, vivo' (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 312,708 km² e população estimada em 2017 de 57.548 hab. Há duas versões sobre a motivação do topônimo, a saber: i. teria sido uma homenagem, em 1820, através de missionários que deixaram ali uma imagem de Bom Jesus dos Aflitos, Padroeiro da cidade e que, admirados com a beleza da localidade, chamaram-na de Campo Alegre; ii. teria sido uma sugestão do padre Júlio de Albuquerque, autor da memorável "Alma das Catedrais", que definiu a região como um "campo alegre" em carta para um amigo, pela razão de o povoado ter sido edificado em um Chapadão de onde se vislumbrava belo panorama. Diz a tradição que, entre 1750 e 1800, o cacique de uma tribo da nação Açonas, que ocupava a região de Porto real do Colégio, raptou Ana Margarida de Barros, filha de um rico português que veio para Alagoas fugindo da seca de Sergipe. O índio e Ana Margarida viveram por muito tempo em Salomé, atual município de São Sebastião, e se casaram religiosamente na Diocese de Penedo. Da união nasceu Antonio de Barros que, anos depois, chegou ao local onde hoje é o município de Campo Alegre**,** e foi morar num lugar chamado Mosquito de Cima, próximo ao Engenho Mosquito. Daí sua origem está vinculada ao **Engenho Mosquito**, cuja proprietária era uma viúva conhecida como Dona Vicência. Pelo Decreto-Lei Estadual nº 2.909 de 30/12/1943, o distrito de Campo Alegre passou a denominar-se **Mosquito** em razão da existência do Engenho na localidade. Alcançou à condição de município com a denominação de **Campo Alegre** pela Lei Estadual nº 2.241 de 08/06/1960, sendo desmembrado de São Miguel dos Campos.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Campo Grande [campo-grandense; lat.; composto] (Cf. *São Brás*)

Localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, Microrregião de Arapiraca. Topônimo classificado como *Fitotopônimo*. Constituído por ML *camp-* + VT *–o*, ML *grand-* + VT *-e*. Etim. *sm*. do lat. XIII *campus, -ī* 'planície, terreno plano, terreno para plantio ou exercícios'; *adj.* 2g. do lat. XIII *grandis* 'vasto, comprido, desmedido, numeroso' (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 169,988 km² e população estimada em 2017 de 9.692 hab. Seu topônimo faz referência à extensa planície onde está situada o município, repleta de campos de grandes proporções, ideal para a pecuária e a agricultura. O início do povoamento da região se deu por volta de 1800, quando os primeiros colonizadores por lá chegaram. A criação de gado e de ovelhas, garantida por boas pastagens da planície, fez com que fossem se aglomerando algumas casas e pequenos sítios. A construção da estrada de ferro foi um fator que contribuiu para impulsionar o desenvolvimento do núcleo populacional. Em 1939, com a chegada dos trabalhadores para as obras da ferrovia e a implantação do acampamento, cresceu o movimento comercial do lugar. Distrito foi criado com a denominação de **Campo Grande** pela Lei Estadual nº 2.046 de 27/06/1957, subordinado a São Brás. Em 1960, o município foi criado, desmembrando-se de São Brás pela Lei nº 2.230 de 31/05/1960.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Canapi [canapiense; tup.; simples] (Cf. *Mata Grande*)

Localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, Microrregião Serrana do Sertão Alagoano. Topônimo classificado como *Hidrotopônimo*. Constituído pelo ML *canapi* ∓. Etim. *sm.* do tup. *cana-pií* 'cana fina, delgada' (TIBIRAÇÁ, 1997).

Nota Município com área territorial atual de 602,778 km² e população estimada em 2017 de 17.983 hab. Seu topônimo seria uma referência ao Rio Canapi que corta a região. Sua origem se deu no antigo núcleo da **Fazenda Cavalo Morto** pertencente a Cipriano Gomes da Silva. Em 1948, começaram os primeiros movimentos relacionados à formação do núcleo habitacional do lugarejo. Nesta época, chegou Luis Bastos, funcionário do DNOCS, e muitos trabalhadores para construir uma ponte sobre o Rio Canapi. As obras de implantação da BR-316 estavam alcançando o referido Rio. Assim, foram construídos vários barracos e em pouco tempo o lugar se tornou povoado. Luis Bastos ficou entusiasmado com o movimento e implantou uma feira que despertou a atenção de moradores da região. Então, Joaquim Tetê resolveu batizar sua propriedade de **Canapi Velho**, considerando os aspectos do desenvolvimento do novo povoado. Em 1960, alguns chefes políticos oriundos de famílias influentes da região lideraram o movimento de emancipação política do povoado. Finalmente, em 1962, foi elevado às

categorias de município e distrito com a denominação de **Canapi**, pela Lei Estadual nº 2.461 de 22/08/962, desmembrado de Mata Grande.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Capela [capelense; lat.; simples] (Cf. *Atalaia; Cajueiro*)

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião da Mata Alagoana. Topônimo classificado como *Hierotopônimo*. Constituído pelo ML *capel-* + VT *-a.* Etim. *sf.* do lat. XIII *cappĕlla, -ae* 'pequena igreja' (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 257,561 km² e população estimada em 2017 de 17.354 hab. Seu topônimo teria a motivação religiosa em uma pequena igreja edificada por Manoel Ferreira Dias em homenagem à Nossa Senhora da Conceição, no século XIX, à margem direita do Rio Paraíba, a exemplo de outras cidades alagoanas, foram as obras da capela que deram impulso à instalação das primeiras casas na região, até surgir o povoado. Em 1829, o povoado já era sede de um distrito que pertencia ao atual município de Atalaia. A prosperidade econômica, bem como o desenvolvimento sociopolítico e cultural do distrito foram fatores determinantes para sua elevação à condição de vila, através do decreto nº 52 de 16/10/1890. Mais tarde, em 02/07/1919, a vila foi elevada à categoria de cidade por força da Lei nº 805. Situado na Zona da Mata alagoana, às margens do Rio Paraíba, a cidade já teve seu topônimo modificado várias vezes. Inicialmente, era **Capela**. Quando passou à vila, o nome mudou para **Paraíba** em homenagem ao Rio Paraíba. Mais tarde, foi denominada **Euclides Malta**, quando foi instituída a vila de mesmo nome, na povoação de Cajueiro, que passou a ser sede do município por interesses políticos em 1904. Pelo Decreto nº 571 de 30/07/1912, voltou a se chamar Capela. Em 1943, mudou outra vez para **Conceição do Paraíba** numa alusão à invocação religiosa da padroeira da respectiva freguesia. Finalmente, A localidade voltou ao primeiro topônimo Capela, em caráter definitivo, pela Lei nº 1.473 de 17/09/1949.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Carneiros [carneirense; lat.; simples] (Cf. *Santana do Ipanema*)

Localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, Microrregião de Santana do Ipanema. Topônimo classificado como *Zootopônimo*. Constituído pelo ML *carn-* + MGD *–eiro* + MGF *-s*. Etim. *sm.* do lat. XIII **carnāriu* 'mamífero reduzido à domesticidade como gado lanígero, animal de boa carne' (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 101,853 km² e população estimada em 2017 de 9.155 hab. Seu topônimo seria uma alusão a uma narrativa popular de que um carneiro enlouquecido pela sede cavou um enorme buraco com as patas e os chifres até formar uma cacimba para saciar a sua sede. Daí sua primeira denominação ter sido **Cacimba do Carneiro**, sendo depois reduzido para apenas **Carneiro**. Esse fato aconteceu no sítio de João Francisco, onde surgiu a cacimba e, posteriormente, ficou conhecido como Sítio do Carneiro. A colonização do território do atual município de Carneiros ocorreu em fase recente da história. Por volta de 1923, João Francisco era dono da única casa do lugar. O progresso do povoado fez com que fosse elevado à condição de distrito em 1960 com a denominação de **Carneiros** pela Lei Estadual nº 2.054, de 20/08/1958, subordinado a Santana do Ipanema e elevado à categoria de município com a mesma denominação pela Lei Estadual nº 2.454 de 11/07/1962.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Chã preta [chã-pretense; lat.; composto] (Cf. *Viçosa; União dos Palmares*)

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião Serrana dos Quilombos. Topônimo classificado como *Geomorfotopônimo*. Constituído por ML *chã* ╤, ML *pret-* + MGF *-a*. Etim. *sf.* do lat. XIII *chāa* 'terreno plano, chão' *adj.* do lat. XIII **prettus*, por *pressus* 'negro' (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 169,464 km² e população estimada em 2017 de 7.427 hab. Há duas versões sobre a motivação do topônimo, a saber: i. seria uma alusão aos proprietários da Fazenda Chã Preta localizada em uma chã, da família Inácio, serem da raça negra; ii. seria uma alusão às queimadas da vegetação da chã localizada na região onde o município está alocado. Contam os populares que após as queimadas **a chã ficava preta**, resultante das queimadas. Sua origem se deu por volta de 1865, um pouco antes da abolição da escravatura, onde hoje está situado o prédio da Prefeitura. Lá ficava a sede da Fazenda Chã Preta da família Inácio. Próximo à cidadela dos Palmares, a famosa Tróia Negra de Zumbi, Ganga Zumba e Aqualtune, o sítio onde está situada a cidade é uma chapada que foi originalmente habitada por famílias remanescestes do famoso quilombo e de escravos dos engenhos da região. Afastada dos núcleos urbanos mais importantes como Viçosa e União do Palmares, nos tempos iniciais o lugar de acesso difícil abrigava sitiantes esparsos que cuidavam de suas criações e lavouras de subsistência. No período de 1938 a 1947, a cidade ficou abandonada pelos administradores de Viçosa e o movimento em defesa da emancipação começou a se formar. A disputa causou um fato inédito na administração pública alagoana: a subordinação de Chã Preta a Correntes/PE, para onde o movimento local foi desviado. O Distrito foi criado com a denominação Chã Preta pelo Decreto nº 2.435 de 30/11/1938,

subordinado a Viçosa e elevado à categoria de município com a mesma denominação pela Lei Estadual nº 2.432, de 03/11/1962.

Fonte *Oliveira Filho* (2003); *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Coité do Nóia [coitenense; tup. + De origem controversa; híbrido] (Cf. *Arapiraca; Limoeiro de Anadia; Taquarana*)

Localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, Microrregião de Arapiraca. Topônimo classificado como *Fitotopônimo*. Constituído por ML *coite* ∓ , f. dep. *de* + *o* = *do*, ML *noi* + VT *-a*. Etim. *sm.* do tup. *cui-eté* 'cabaça usada como recipiente' (TIBIRIÇÁ, 1997); antrop. *noia* (?)

Nota Município com área territorial atual de 88,759 km² e população estimada em 2017 de 10.888 hab. Seu topônimo faz alusão ao fruto dos pés de coitizeiros, o coité, que o povo colhia na propriedade dos Nóia, popularizando assim a localidade com a denominação de Coité do Nóia. A família Nóia foi pioneira na região, era proprietária das primeiras quatro casas que lá existiam pelos idos de 1880. Em suas terras o povo colhia o coité, o qual, aberto ao meio, é usado como cuia para beber água, medir farinha ou outros cereais, conhecido como cuieira, cuia de árvore, cabaça de árvore. O local ligava-se a Limoeiro de Anadia e a Arapiraca por diversas veredas pequenas. Em razão da enorme quantidade daquelas árvores, o núcleo que começava a se formar recebeu o nome de **Coité**. Por volta de 1922, na divisão administrativa do Estado de Alagoas, consta como um lugarejo pertencente a Limoeiro de Anadia. Segundo Marroquim, A, (1922), naquela época, existia em Coité uma escola pública mantida pelo Estado. Com o passar do tempo e a chegada de famílias procedentes de outros municípios, a comunidade foi aumentando e tomou forma de povoado. Um intercâmbio maior entre as cidades vizinhas, proporcionado pela abertura de novas estradas, contribuiu decisivamente para que o povoado passasse a ocupar lugar de destaque na região. Foi elevado à categoria de Distrito com o nome **Coité** pela Lei nº 1.785 de 05/04/1954 e elevado à categoria de município com a denominação de **Coite do Nóia** pela Lei Estadual nº 2.616 de 21/08/1963, desmembrado de Taquarana.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Colônia Leopoldina [leopoldinense; lat. + germ.; híbrido] (Cf. *Maragogi; Porto Calvo*)

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião da Mata Alagoana. Topônimo classificado como *Sociotopônimo*. Constituído por ML *coloni-* +VT *-a*, ML *leopold-* + MGD. *–ina*. Etim. *sf*. do lat. XVII *colōnĭa* 'grupo de migrante, possessão, domínio' (CUNHA, 2010); *sf.* do germ. 'audacioso

(bolt) como (llut) A grafia foi alterada posteriormente devido à associação com o latim Leo ‘leão’ (GUÉRIOS, 1981).

Nota Município com área territorial atual de 207,894 km² e população estimada em 2017 de 21.926 hab. Seu topônimo faz alusão à colônia militar criada pelo Governo Imperial em 20/02/1852 para combater os remanescentes dos revoltosos cabanos e papa-méis, instalados na densa mata do território que ia de Maragogi até Porto Calvo, cujo nome homenageia a Maria Leopoldina da Áustria, Imperatriz do Brasil, mãe do monarca D. Pedro II. A derrota dos rebeldes terminou com o posto militar avançado, em 1867, mas o povoado que se havia formado em torno dele, consolidou-se. O Imperador D. Pedro II visitou o lugar em 05/01/1860, A passagem de Dom Pedro consolidou o povoado e se tornou fato histórico. Em vista disso, a antiga colônia homenageou a referida Imperatriz do Brasil colocando o seu nome como topônimo do lugar. Situada no Vale do Rio Jacuípe, próximo à Serra do Teixeira, a primitiva povoação surgiu no começo do século XIX. A partir de 1852, com a instalação da colônia militar efetivou como povoado. O Distrito foi criado com a denominação **Leopoldina** pela Lei provincial nº 1.054 de 27/06/1889, subordinado a Porto Calvo e elevado à condição de município com a denominação de **Leopoldina** pela Lei Estadual nº 321 de 12/06/1901. Finalmente, em 1943, houve alteração toponímica municipal de Leopoldina para **Colônia Leopoldina** alterado pelo Decreto-Lei Estadual nº 2.209 de 30/12/1943.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Coqueiro Seco [coqueirense; De origem controversa + lat.; híbrido] (Cf. *Rio Largo*) Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião de Maceió. Topônimo classificado como *Fitotopônimo*. Constituído por ML *coqu-* + MGD *–eiro*, ML *sec-* + VT *-o*. Etim. *sm.* ‘orig. papão’ ‘ext. designação comum a várias espécies de palmeiras e aos seus frutos’ XVI. De origem controversa, o fruto foi assim denominado pelos portugueses em razão da sua semelhança com as figuras de cabeças com que se assustavam as crianças (os papões); *adj*. do lat. XIII *sĭccus -a -um* ‘desprovido de umidade ou de líquido, enxuto’ (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 39,608 km² e população estimada em 2017 de 5.918 hab. Seu topônimo faz referência a um velho coqueiro, já seco, que passou a ser, dentro da região possuidora de um vasto coqueiral, ponto de referência para os que passavam pela margem ocidental da Laguna do Norte. Situado às margens da Laguna Mundaú. Sua origem remonta aos encontros de mercadores e viajantes à sombra de um coqueiro de palhas queimadas diferenciado dos demais, onde eram realizados negócios e atraia pescadores de outros lugares que se fixavam ali em suas casinhas devido à

fertilidade da terra e a facilidade da pesca. Diz a tradição que dois mercadores se encontraram no local onde foi construído o primeiro núcleo da cidade, comerciando com os moradores que viviam esparsamente na região lagunar. Ao se despedirem, combinaram: “no próximo mês, o encontro será aqui, neste coqueiro seco”. Foi emancipada por meio da Lei Estadual nº 2.463 de 23/08/1962 com a denominação de **Coqueiro Seco**. Foram infrutíferos os esforços dos missionários franciscanos em mudar sua denominação para **Monte Santo**.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Coruripe [coruripense; tup.; simples]

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião de São Miguel dos Campos. Topônimo classificado como *Hidrotopônimo*. Constituído por ML *corurip-* + VT *-e*. Etim. do tup. *cururu-y-pe* ‘no rio de sapo’ (TIBIRIÇÁ, 1997).

Nota Município com área territorial atual de 898,625 km² e população estimada em 2017 de 57.498 hab. Seu topônimo seria uma alusão ao Rio Coruripe, conhecido como *Cururugi* pelos índios Caetés, que corta seu território. Esse Rio sempre se apresentou como uma fonte de alimento para a comunidade ribeirinha, sobretudo a pesca do pitu encontrado nos canais das várzeas do Rio Coruripe. O povoado teve sua origem em torno de uma capela, onde já se comercializava ativamente o pau-brasil e outras madeiras. Primitivamente, a região era habitada pelos índios caetés pertencentes à nação tupinambá. Agrupados em seus aldeamentos, hoje, identificados através dos sítios de cacos – denominado sambaqui (depósito arqueológico formado pelo homem primitivo, no qual predominam as conchas usadas na alimentação) – por diversos pesquisadores. Os franceses foram os primeiros brancos a se estabelecerem e se dedicaram à extração e comércio de pau-Brasil. Em 1556, foi concedida a Antônio Moura Castro a sesmaria que compreendia entre o Porto do Francês, o Rio São Miguel e o Rio Coruripe. Essa sesmaria deu origem à vila do Poxim e Coruripe. Em 1726, o Distrito foi criado com a denominação Coruripe e foi elevado à categoria de vila com a mesma denominação pela Lei provincial nº 484 de 23/06/1866, desmembrado do município de Poxim. Em 16/05/1892, pela Lei Estadual nº 15 foi elevado à condição de cidade e sede municipal com o nome de **Coruripe**.

Fonte *Lemos* (1999); *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Craíbas [craibense; tup.; simples] (Cf. *Arapiraca*)

Localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, Microrregião de Arapiraca. Topônimo classificado como *Fitotopônimo*. Constituído pelo ML *craib-* + VT *-a* + MGF. *-s*. Etim. *sm.* do tup. *Caraíba* 'homem branco, estrangeiro' (TIBIRIÇÁ, 1997).

Nota Município com área territorial atual de 279,546 km² e população estimada em 2017 de 24.510 hab. Seu topônimo faz referência à árvore craibeira que é muito comum na região. Em 1865, Manoel Nunes da Silva Santos chegou àquelas terras. Apesar de ser um local pobre se estabeleceu ali mesmo, adquirindo uma grande extensão de terras pertencentes a Felipe Nogueira de Lima, composta basicamente de matas e árvores, principalmente, da espécie craibeira, que acabaria dando nome à localidade. Até 1892, Manoel Nunes foi o único proprietário do lugar. Com o falecimento de sua esposa, Josefa Teixeira da Silva, neste mesmo ano, iniciou-se a partilha de bens entre filhos e genros. As terras foram divididas e incrementou-se, a partir daí o desenvolvimento da localidade. Inicialmente, o lugar ficou conhecido como **Craíba dos Nunes**, uma referência à família do pioneiro que se instalou no lugar. O Distrito foi criado com a denominação de **Caraíba** pelo Decreto Estadual nº 2.435 de 30/11/1938, subordinado à Arapiraca. Em 1943, houve a alteração toponímica distrital Caraíba para **Craíba** pelo Decreto-Lei Estadual nº 2.909 de 30/12/1943. Por força da Lei nº 2.471 de 28/08/1962, obteve a sua emancipação política. E posteriormente, em 1982, a alteração gráfica de Craíba para **Craíbas**, pela Lei Estadual nº 4.335 de 23/04/1982.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Delmiro Gouveia [delmirense; germ. + port. euro; híbrido] (Cf. *Água Branca*)

Localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, Microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco. Topônimo classificado como *Antropotopônimo*. Constituído por ML *delmir-* + VT *-o*, ML *gouvei-* + VT *-a*. Etim. *sm*. do germ. contração de Edelmiro 'nobre (edel) famoso ou brilhante (mir); *sm*. do sobr. port. top. Prende-se ao port. Golvo ou golva 'nome de uma localidade em Portugal' (GUÉRIOS, 1981).

Nota Município com área territorial atual de 626,690 km² e população estimada em 2017 de 52.597 hab. Seu topônimo homenageia Delmiro Augusto da Cruz Gouveia que contribuiu para o desenvolvimento da localidade. Primitivamente, o lugar se chamava **Pedra**, devido à grande quantidade de rochas e pedras no solo sertanejo da região. O povoado Pedra se constituiu a partir de uma estação da estrada de ferro da então *Great-Western*. Em 1903, Delmiro Gouveia chega ao lugarejo Pedra, negociando com couros de bovinos e peles de caprinos. Estabeleceu-se naquelas plagas para poder montar uma indústria de linhas, obteve a isenção de impostos. Conseguiu

também uma concessão para explorar as terras áridas daqueles rincões, bem como para construir uma usina hidrelétrica, utilizando a energia da cachoeira de Paulo Afonso/BA, trazendo o progresso para a região com suas atividades comerciais e industriais e a instalação de uma vila operária. O Distrito foi criado com a denominação de **Pedra** pelo Decreto Estadual nº 2.435 de 30/11/1938, subordinado à Água Branca. Posteriormente, pelo Decreto-Lei Estadual nº 2.909 de 30/12/1943, passou a denominar-se **Delmiro** e, por fim, elevado à categoria de município com a denominação de **Delmiro Gouveia** pela Lei Estadual nº 1.628 de 16/06/1952, sendo desmembrado de Água Branca.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Gonçalves, (2013); Rocha, F., (2013); Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Dois Riachos [riachense; lat. + cast.; híbrido] (cf. *Delmiro Gouveia; Maceió; Major Isidoro*)

Localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, Microrregião de Santana do Ipanema. Topônimo classificado como *Numerotopônimo*. Constituído por ML *dois*, ML *riach-* + VT *-o* + MGF *-s*. Etim. *num*. do lat. XIII *duo, duae* '2, dois', *sm.* do cast. XVI *riacho* 'curso de água natural, braço navegável do rio' (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 139,853 km² e população estimada em 2017 de 11.214 hab. Seu topônimo faz referência aos dois pequenos córregos d`água existentes no local, encontrados pelo pioneiro Miguel Vieira de Novaes, oriundo do povoado Pai Mané, em 1907, que assinalaram o início do pequeno povoado. Após alguns anos, as obras de construção da estrada, interligando Delmiro Gouveia a Maceió, atingiram aquela região. Miguel Vieira, muito conhecido no lugar, foi designado para chefiar a turma encarregada dos trabalhos naquele trecho. Aproveitando a oportunidade, começou um pequeno comércio, inclusive com uma pequena hospedaria para viajantes - exatamente onde hoje está situada a Praça da Independência. O lugar era conhecido pelo nome de **Garcia**, em virtude de um riacho do mesmo nome que passa por lá. Por esta época, Júlio Firmino Lima chegou à Garcia trazendo mais operários para os trabalhos da rodovia. A partir daí o povoado prosperou e culminou com a autonomia municipal, adquirida em 07/07/1960 pela Lei nº 2.238, desmembrado de Major Isidoro, com o nome **Dois Riachos**.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Estrela de Alagoas [estrelense; lat.; composto] (Cf. *Palmeira dos Índios*)

Localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, Microrregião de Palmeira dos Índios. Topônimo classificado como *Astrotopônimo*. Constituído por ML *estrel-* + VT *-a*, f. dep. *de*, ML *alago-* + VT *-a* + MGF *-s*. Etim. *sf.* do lat. XIII

stēlla, -ae ‘denominação comum aos astros luminosos [...]’, *sm.* do lat. XIII *lācus* ‘porção de água circundada por terras’ (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 260,772 km² e população estimada em 2017 de 18.435 hab. Seu topônimo seria uma alusão metafórica ao progresso que a localidade adquiriu em pouco tempo de existência. Em meados do século XIX, pertencia ao município de Palmeira dos Índios. Primitivamente, o lugar era conhecido por **Bola**, em razão de existirem em suas matas muitos exemplares de tatu-bola, animal selvagem que atraía os caçadores. Por sugestão do Padre Ludgero, foi mudado o nome do povoado de Bola para **Estrela**, tendo em vista o progresso alcançado pela localidade em pouco tempo de existência. Em 1952, o citado Padre, vigário da paróquia de Palmeira dos Índios, celebrou a 1ª missa no povoado e, vendo a necessidade da população de instrução escolar, trouxe a primeira escola, que começou a funcionar em casa de Honorato Gonzaga, tendo como instrutora a professora Laura. O desejo de emancipação foi crescendo entre seus líderes e a população, sendo concretizado com a criação do novo município, que recebeu o nome de **Estrela de Alagoas** em 05/10/1989.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Feira Grande [feira-grandense; lat.; composto] (Cf. *Maceió*; *Palmeira dos Índios*; *Penedo*; *Porto Real do Colégio*; *São Brás*)
Localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, Microrregião de Arapiraca. Topônimo classificado como *Sociotopônimo*. Constituído por ML *feir-* + VT *-a*, ML *grand-* +VT *-e*. Etim. *sf.* do lat. XIII *fĕria* ‘mercado, dia de feira’, *adj.* 2g. do lat. XIII *grandis* ‘vasto, comprido, destemido, numeroso’ (CUNHA, 2010)

Nota Município com área territorial atual de 178,055 km² e população estimada em 2017 de 22.481 hab. Sua motivação seria a ampla feira local que passou a ser uma das maiores (talvez a maior do Estado) que se realizava nos povoados e vilas das imediações da região do agreste alagoano. No início de sua formação, era conhecida pelo nome de **Mocambo**, devido ao ajuntamento de escravos fugidos da região são-franciscana. Diz a tradição que Francisco José Gonçalves, procedente de Lagoa de Cima, município de Traipu, fixou residência na região, em data que não se pode precisar. Ele é considerado o pioneiro da colonização daquele território. Situada em posição estratégica para o comércio, pois fica próximo à estrada que interliga a cidade de Penedo à capital Maceió/AL, viu o rápido crescimento de sua feira semanal, em razão disso, passou a ser chamada de **Feira Grande**. Em 30/11/1954 foi elevado à categoria de vila pelo Decreto-Lei nº 2.435, com o nome de Mucambo, integrando o município de São Brás. A vila prosperou ainda mais com a construção do trecho ferroviário ligando Palmeira dos Índios a Porto Real do Colégio, em virtude do grande número de operários

chegados para trabalhar nessa obra. Oficialmente, o nome **Mucambo** foi substituído por **Feira Grande** pelo Decreto-Lei nº 2.902 do ano de 1943. A sua emancipação política se deu em 05/04/1954 pela Lei nº 1.785.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Feliz Deserto [feliz-desertense; lat.; composto] (Cf. *Piaçabuçu*)

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião de Penedo. Topônimo classificado como *Animotopônimo eufórico*. Constituído por ML *felix* ╤, ML *desert-* + VT *-o*. Etim. *adj*. 2g.do lat. XIV *fēlīx, -īcis* 'afortunado, próspero, bem combinado, satisfeito, ditoso'; (CUNHA, 2010) *sm*. do lat. ecles. *Desertum,* "região que recebe anualmente precipitação de água inferior a 250mm" (FERREIRA, A., 2010).

Nota Município com área territorial atual de 109,801 km² e população estimada em 2017 de 4.806 hab. Seu topônimo teria a motivação na seguinte história: Primitivamente, a região era um aldeamento dos índios Caetés, em 1645, após as invasões holandesas, passava pelo litoral alagoano uma embarcação portuguesa, capitaneada por Domingos Mendes. Essa região litorânea, que vai do Vasa Barris ao Rio São Francisco, era famosa pelo perigo que causava às embarcações. Houve um naufrágio nas imediações da Praia das Flexeiras, salvando-se alguns de seus passageiros, dentre os quais o próprio Domingos Mendes e sua mulher Maria Mendes. Ao chegarem na praia, encontraram à sombra de um cajueiro uma imagem de Nossa Senhora Mãe dos Homens. Felizes por terem sobrevivido e encontrado a imagem, decidiram ficar no lugar, próximo ao aldeamento indígena, com os sobreviventes do naufrágio e organizaram o povoamento. O Distrito foi criado com a denominação de **Feliz Deserto**, pelo Decreto nº 788 de 16/10/1958, subordinado à cidade de Piaçabuçu e elevado à posição de município com a mesma denominação, pela Lei Estadual nº 2.266 de 23/07/1960, desmembrado de Piaçabuçu.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Flexeiras [flexeirense; port. bras.; simples] (Cf. *Messias*; *São Luís do Quitunde*)

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião da Mata Alagoana. Topônimo classificado como *Fitotopônimo*. Constituído por ML *flex-* + MGD *–eira* + MGF *-s*. Etim. *sf.* bras. *flexa* var. de flecha 'tipo de planta da família das *alimatáceas*' (FERREIRA, A., 2010)

Nota Município com área territorial atual de 333,052 km² e população estimada em 2017 de 12.966 hab. Seu topônimo seria uma alusão ao grande número de árvores existentes na região nas quais brotavam flechas (ponta ou rebento terminal das árvores) semelhantes às de cana-de-açúcar que era encontrada com facilidade nos arredores. Data de 1915 o período que

marcou praticamente o início da povoação que mais tarde viria a ser a cidade de Flexeiras. Naquele período, havia uma fazenda no lugar onde hoje é a sede municipal. Em pouco tempo, o lugarejo já se apresentava com características de um movimentado povoado à margem direita do Rio Jitituba. Seu topônimo primitivo foi **Flecheiras**, não se sabe a razão da mudança gráfica para **Flexeiras**. O município só conseguiu autonomia administrativa através da Lei 2.216 de 28/04/1960, desmembrado de São Luís do Quitunde.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Girau do Ponciano [ponciense; tup. + lat.; híbrido] (Cf. *Jequiá da Praia*; *Traipu*)
Localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, Microrregião de Arapiraca. Topônimo classificado como *Ergotopônimo*. Constituído por ML *girau* ╤, f. dep. *de* + *o* = *do*, ML *ponci-* + MGD *–ano*. Etim. *sm*. do tup. *jurá* ‘estrado, armação (TIBIRIÇÁ, 1997); deriv. de *pôncio* do lat. *pontius* ‘o quinto filho’ (GUÉRIOS, 1981).

Nota Município com área territorial atual de 514,352 km² e população estimada em 2017 de 41.279 hab. Seu topônimo faz referência ao artefato de caça, chamado de jirau, (var. girau) usado por um caçador de nome Ponciano, considerado o fundador da localidade. Primitivamente, o lugar era denominado de **Belo Horizonte**. Conta a tradição que um dos primeiros proprietários do lugar se chamava Ponciano. Para facilitar sua atividade de caçador construiu um jirau, pequena armação de madeira onde ficavam os animais abatidos. Daí o topônimo Girau do Ponciano. Ele chegou à região em data desconhecia, junto de um homem e uma mulher de procedência também desconhecida. Os registros guardaram apenas o nome de Ponciano. Os pioneiros estabeleceram uma propriedade naquele lugar, dedicando-se à agricultura. Alguns anos depois, um dos homens fixou-se em Tapagem de Traipu e a mulher transferiu-se para Jequiá da Praia. Mas Ponciano permaneceu no local e continuou com a atividade de exímio caçador, instalando jirau para suas caçadas, já que a fauna era abundante naquelas paragens. Por volta de 1912, a denominação de **Belo Horizonte** foi modificada para **Vila Ponciano**, nessa época, a localidade já apresentava o aspecto de uma próspera comunidade. Anos depois, pelo Decreto-Lei estadual nº 2.909 de 30/12/1943, o Distrito de Belo Horizonte passou a denominar-se Ponciano. Foi elevado à categoria de município com a denominação **Girau do Ponciano**, pela Lei Estadual nº 2.101 de 15/07/1958, desmembrado de Traipu.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Ibateguara [ibateguarense; tup.; simples] (Cf. *Colônia Leopoldina*; Maceió; *São José da Laje*)

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião Serrana dos Quilombos. Topônimo classificado como *Geomorfotopônimo*. Constituído por ML *ibateguar-* + VT *-a.* Etim. *sm*. do tup. *ybaté-guara* 'morador do altiplano' (TIBIRIÇÁ, 1997).

Nota Município com área territorial atual de 265,31 km² e população estimada em 2017 de 15.840 hab. Seu topônimo faz referência à forma topográfica de elevação do local, onde se originou a cidade. Sua topografia favoreceu para o êxito no piquete formado pelo Caudilho Vicente de Paula na sua luta contra Claudino da Costa Agra. Sua origem se deu no antigo **Engenho Roçadinho**, de propriedade de Claudino Costa Agra, que recebera o título de sesmaria do imperador D. Pedro II que mais tarde viria a ser o povoado de **Piquete**, nome dado a uma vala feita para impedir a passagem dos cabanos que tinham o objetivo de invadir o Engenho. A vila nasceu exatamente no local dessa trincheira e de suas primitivas construções, passou a receber novos moradores e adotou o topônimo de Piquete. Com o Decreto-Lei editado pelo Presidente da República Getúlio Vargas proibindo que duas ou mais localidades no Brasil tivesse nomes homônimos. A localidade alagoana teve que mudar seu topônimo em virtude de haver outra no Estado do Rio de Janeiro com o nome de Piquete – cidade cede de uma fábrica de armas e munição do exército nacional. Assim, alguns topônimos foram sugeridos, o primeiro nome foi **São João** em homenagem a D. João Marques de Purificação, bispo de Olinda, que teve na região apaziguando os cabanos. Porém, essa escolha toponímica não caiu no agrado da população. Em 1950 foi mudado o nome de Piquete para **Horizonte** em alusão ao 1º engenho edificado na região, não durou muito tempo foi substituído para a denominação **Missão Nova** sugestão do padre Francisco Genererte, religioso que esteve como vigário de São José da Lage e Colônia Leopoldina. Nesse impasse, em visita ao lugar em 1893, o bispo de Maceió Dom Ranolfo de Farias manifestou seu apoio ao movimento de emancipação e sugeriu a volta do antigo nome, dado pelos indígenas, **Ibatequara**, que foi aceito pelos líderes locais. Culminado com a sua emancipação política pela Lei nº 2.076 de 19/11/1957.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Igaci [igaciense; tup.; simples] (Cf. *Palmeira dos Índios*)

Localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, Microrregião de Palmeira dos Índios. Topônimo classificado como *Hidrotopônimo*. Constituído por ML *igaci* ╤. Etim. do tup. *y-assy* 'rio pestilento, rio doente' (TIBIRIÇÁ, 1997).

Nota Município com área territorial atual de 334,754 km² e população estimada em 2017 de 26.022 hab. Seu topônimo faz referência à abundância de olhos d'água existentes na região do município. Seu povoamento se deve ao português José Lima de Acioli que ali implantou um sítio em meados do século XIX. Inúmeras famílias de regiões frequentemente atingidas pelas secas lá fixaram residência em virtude do grande número de fontes de água que existiam na região. Daí a localidade ser chamada primitivamente de **Olho d'Água dos Acioli**. O maior incremento demográfico, porém, foi a partir de 1877, quando Alagoas sofreu uma de suas maiores estiagens. A fartura de água determinou a formação do primeiro aglomerado urbano no local. Por meio da Lei Estadual nº 428 de 15/06/1904, o povoado Olho d'Água dos Acioli foi elevado à categoria de vila como distrito judiciário de Palmeira dos Índios. A implantação da estrada de ferro pela *Great Western*, hoje RFFSA, também contribuiu para a afirmação econômica da vila. Nessa mesma época, teve o nome substituído para **Igaci.** Sua emancipação política aconteceu pela Lei nº 2.087 de 27/12/1957, instalando-se oficialmente em 12/01/1959, desmembrado de Palmeira dos Índios.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Igreja Nova [igreja-novense; lat.; composto] (Cf. *Penedo*)

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião de Penedo. Topônimo classificado como *Hierotopônimo*. Constituído por ML *igrej-* + VT *-a*, ML *nov-* + MGF *-a*. Etim. *sf*. do lat. XIII *egreja*. 'Comunidade religiosa, templo' do lat. vulg. *eclēsia* (cláss. *ecclēsĭa*); *adj.* Do lat. XIII nŏvus, -a 'de pouco uso' (CUNHA, 2010)

Nota Município com área territorial atual de 334,754 km² e população estimada em 2017 de 24.793 hab. Seu topônimo teria a motivação religiosa na construção de uma nova igreja em substituição a uma pequena capela existente, sob o padroado de São João Batista, que após um inverno rigoroso ficou arruinada. Sua fundação é atribuída a pescadores penedenses em busca de novas áreas de pesca. Logo a origem do lugar está ligada à exploração do Rio São Francisco por pescadores saídos de Penedo em busca de novos espaços de pesca. A viscosidade da lagoa Boa Cica atraiu a atenção dos vizinhos. Primitivamente, era chamado de **Ponta das Pedras**, devido à grande quantidade desse mineral em seu solo. Depois ficou conhecido como **Oitizeiro**, por causa de uma árvore que chamava a atenção por seu gigantismo. No lugar onde havia o oitizeiro existia uma pequena capela sob o padroado de São João Batista, até hoje padroeiro do lugar. Após um inverno rigoroso, as frequentes chuvas arruinaram aquele templo e frades alemães juntos com os moradores construíram um maior, um dos mais belos templos católicos de Alagoas, cujas badaladas de sinos são ouvidas a distância, em 1907, com doações arrecadadas por eles. Passaram

a chamá-la de **Igreja Nova**. Através do Decreto Estadual nº 39, é elevada à categoria de vila como o nome **Triunfo**. Em 16/05/1892, foi conduzida à categoria de cidade com a denominação de Triunfo, pelo Decreto Estadual nº 15, até uma nova Lei nº 82 de 20/07/1895 suprimir a condição e anexá-la novamente a Penedo Pela Lei nº 162 de 28/05/1897, é recriado novamente o município de Triunfo, desmembrado de Penedo. Somente pela Lei Estadual nº 1.139 de 30/06/1928, **Triunfo** passou a denominar-se **Igreja Nova**.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Inhapi [inhapiense; tup.; simples] (Cf. *Mata Grande*)

Localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, Microrregião Serrana do Sertão Alagoano. Topônimo classificado como *Litotopônimo*. Constituído por ML *inhapi* ╤. Etim. *sm.* do tup. *inha* 'pedra' e *pi* 'água' (MENDONÇA et al., 2012).

Nota Município com área territorial atual de 372,022 km² e população estimada em 2017 de 18.652 hab. Seu topônimo seria uma alusão ao fato do território da localidade ser cheio de enormes pedras e muitas delas guardarem água da chuva em suas saliências. Sua povoação é relativamente recente, data de 1902, quando foi construída a primeira residência no local de propriedade da família Moreira. Logo após, outra propriedade, de Margarida Vieira, também foi implantada na região. Data do mesmo ano, a construção da primeira capela, sendo responsável José Miguel, que pouco depois deixou a região. A elevação à posição de município e distrito com a denominação de **Inhapi** ocorreu por meio da Lei Estadual nº 2.460 de 22/08/1962, desmembrado de Mata Grande. O município de Inhapi está inserido na unidade geoambiental do Planalto da Borborema, formada por maciços e outeiros altos, com altitude variando entre 650 a 1.000 metros. Ocupa uma área de arco que se estende do sul de Alagoas até o Rio Grande do Norte. O relevo é geralmente movimentado, com vales profundos e estreitos dissecados. Com respeito à fertilidade dos solos é bastante variada, com certa predominância de média para alta.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Jacaré dos Homens [jacarezeiro ou jacaraeense; tup. + lat.; híbrido] (Cf. *Pão de Açúcar*; *Penedo*)

Localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, Microrregião de Batalha. Topônimo classificado como *Zootopônimo*. Constituído por ML *jacaré* ╤, f. dep. *de* + f. dep -*o* + MGF -*s* = *dos*, ML *hom-* + MGF -*ens*. Etim. *sm*. do tup. XX *iaka're* 'nome comum a vários répteis da família dos crocodilídeos' (TIBIRIÇÁ, 1997), 'lagarto dagoa=iacare' (CUNHA, 1978); *sm*. do lat. XIV

ome, XIII *home* XIII *homēe, hŏmŏ, -ĭnis* ‘ser humano, pessoa do sexo masculino’ (CUNHA, 2010)

Nota Município com área territorial atual de 149,501 km² e população estimada em 2017 de 5.356 hab. Seu topônimo faz referência ao fato de um jacaré ter sido encontrado no riacho que passava próximo ao lugarejo, por ser um animal raro na região, o lugar ficou conhecido por **Jacaré** e o termo modificador ‘dos homens’, por extensão, se refere ao lugar de homens/comerciantes honestos, sinceros e leais, em virtude de negociantes da cidade de Penedo, conhecidos como Peixotos, que negociavam muito na região, constantemente, se referir à localidade de **Jacaré** como terra de comerciantes honestos (terra de homem) que honravam seus compromissos. Com isso, eles queriam resumir no sintagma nominal "dos Homens", as qualidades encontradas nas pessoas com quem comercializavam, essa expressão linguística muito comum na zona rural de Alagoas. O lugar teve seu povoamento iniciado por volta de 1900, a partir da Fazenda São Francisco, de propriedade de Domingos de Freitas Mourão. Em 17/09/1949, foi elevado à condição de vila por força da Lei 1.473, criado com território desmembrado do Distrito de Alecrim, subordinado a Pão de Açúcar. Alcançou autonomia administrativa através da Lei nº 2.073 de 09/11/1957, com o nome de **Jacaré dos Homens**.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Jacuípe [jacuipense; tup.; simples] (Cf. *Porto Calvo*)

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião da Mata Alagoana. Topônimo classificado como *Hidrotopônimo*. Constituído por ML *jacuip-* + VT *-e*. Etim. *sm*. do tup. *jacu-y-pe* ‘no rio do jacu’ (TIBIRIÇA, 1997).

Nota Município com área territorial atual de 208,739 km² e população estimada em 2017 de 7.135 hab. Seu topônimo faz referência ao Rio Jacuípe que nasce em seu território e deságua no Rio Uma/PE. Os índios que habitavam o lugar o chamavam de *Jacuhype*. ‘*jacu*’ é uma das muitas aves da região, pertencente ao grupo dos cacídeos, e *ipe* ‘lugar’, literalmente ‘lugar de jacu’, nome que foi denominado para o nascente rio da região (MENDONÇA et al., 2012). São antigos os movimentos do homem no desbravamento dessa região, localizada no Norte de Alagoas. Porém, segundo alguns historiadores, foram, no século XVII, os primeiros brancos a chegarem à região, primitivamente denominada de **Jacutinga**, colonizadores vindos de Porto Calvo/AL. Os nativos das terras eram os índios que mantiveram boas relações com os brancos, formando um pequeno lugarejo que foi crescendo aos poucos até se tornar um povoado. Pelo Decreto-Lei Estadual nº 2.909 de 30/12/1943, o Distrito de **Jacuípe** passou a denominar-se **Jacutinga** e elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 2.099 de 15/07/1958, retomando seu antigo nome **Jacuípe**, desmembrado de Porto Calvo.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Japaratinga [japaratinguense; tup.; simples] (Cf. *Jacuípe; Maragogi*; *Porto de Pedras*)

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião do Litoral Norte Alagoano. Topônimo classificado como *Hidrotopônimo*. Constituído por ML *japarating-* + VT *-a*. Etim. *sm.* do tup. já-pará-tinga 'mar que costuma está esbranquiçado, i. é., cheio de espumas' (TIBIRIÇÁ, 1997).

Nota Município com área territorial atual de 85,948 km² e população estimada em 2017 de 8.453 hab. Seu topônimo seria uma referência à zona de beira-mar de Japaratuba, em alusão ao aspecto de suas águas espumantes que os primeiros colonos denominavam de **Japaratuba da Praia**, para distingui-lo de Japaratuba da Mata, que fica na região das matas úmidas. Da mesma região indígena do município de Jacuípe/AL, com idêntica participação nos movimentos revoltosos como o dos Cabanos. O município de Japaratinga deve sua origem a uma colônia de pescadores, implantada no mesmo local onde hoje se ergue a sede municipal. Na época, o que existia era alguns barracos no litoral e parte das terras era ocupada com lavouras. A ocupação da região começou por volta de 1800, data em que se inicia também a exploração do coco. Uma estrada que dava acesso apenas a animais ligava a rodovia principal - hoje AL-101 Norte - a Porto de Pedras, passando por **Japaratuba**, nome primitivo de Japaratinga. Em 1960, através da Lei nº 2.264, foi desmembrado de Maragogi, mas sua instalação oficial só ocorreu em 30/06/1960 e pelo Decreto-Lei Estadual nº 2.909 de 30/12/1943, o Distrito de Japaratuba passou a denominar-se Japaratinga. Foi elevado à categoria de município com a denominação de **Japaratinga**, pela Lei Estadual nº 2.264 de 23/07/1960.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Jaramataia [jaramataiense; tup.; simples] (Cf. *Batalha*)

Localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, Microrregião de Batalha. Topônimo classificado como *Fitotopônimo*. Constituído por ML *jaramatai-* + VT *-a*. Etim. *sf*. do tup. *jaramataia* 'planta leguminosa' (TIBIRIÇÁ, 1997).

Nota Município com área territorial atual de 103,714 km² e população estimada em 2017 de 5.676 hab. Seu topônimo faz referência a grande quantidade de jaramataias – tipo de árvore ornamental de folhas estreitas muito abundante na região. Sua origem foi a **Fazenda Jaramataia** de Manoel Barbosa Farias, que data por volta de 1882. Naquela época, havia apenas uma pequena casa onde residia uma senhora conhecida como Luzia. No lugar onde se encontra hoje a cidade de Jaramataia era a sede da referida fazenda. Pouco tempo depois, chegou ao local Dezinho Barbosa de Amorim, que começou um

pequeno sítio. Os oito filhos do seu casamento continuaram na região formando suas próprias famílias e fazendo crescer o povoado: a **Jaramataia dos Barbosas**. Com o passar do tempo, a localidade foi se desenvolvendo, sendo elevada à categoria de distrito e município com a denominação de **Jaramataia**, pela Lei Estadual nº 2.444 de 17/05/1962, desmembrado de Batalha.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Jequiá da Praia [jequiaense; tup. + lat.; híbrido] (Cf. Coruripe; São Miguel dos Campos)

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião de São Miguel dos Campos. Topônimo classificado como *Ergotopônimo*. Constituído por ML *jequia* ╤, f. dep. de + a = *da*, ML *pra*i- VT *-a*. Etim. *sf*. do tup. *jekeí-y* 'espécie de armadilha de apanhar peixes' (TIBIRIÇÁ, 1997); 'rede de malhas, geralmente em forma de saco afunilado, utilizada em pescarias, cesto ou covo para apanhar peixes' (CUNHA, 1978); do lat. *sf*. XV *praya* 'orla da terra, ordinariamente coberta de areia, confinando com o mar' (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 334,930 km² e população estimada em 2017 de 11.782 hab. Seu topônimo seria uma alusão ao jequiá (var. jequi) – armadilha em forma de cesto feito de taquara – muito usado na região para pesca de peixes curimãs que são retirados da Lagoa Jequiá situada à beira-mar do município. É um dos mais novos municípios de Alagoas com grande potencial hídrico. Seu território foi desmembrado de São Miguel dos Campos e Coruripe. É banhado pela Laguna Jequiá e pelas Lagoas Jacarecica e Azeda, além do Oceano Atlântico. Jequiá da Praia é a cidade do litoral sul de Alagoas que mais apresenta cenários selvagens. As praias e lagoas, em conjunto com o clima quase sempre excelente, dão à região um ar de paraíso. São 488 km² de beleza, como as praias de Jacarecica do Sul, Lagoa Azeda e Pituba, ou o povoado de Duas Barras. Os recantos de natureza privilegiada guardam ecossistemas diversificados. No povoado de Duas Barras, por exemplo, pode-se assistir ao espetacular encontro da Lagoa de Jequiá com o oceano ou os manguezais. Na povoação de Lagoa Azeda, a lagoa que empresta seu nome à região, com águas vigorosas e que dificultam à prática de esportes náuticos. As praias de Pituba e Jacarecica do Sul são praticamente selvagens, apresentando cenários ainda pouco explorados pelo homem. O povoado foi elevado à categoria de distrito e município com a denominação de **Jequiá da Praia**, pelo Art. 41, inciso I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Estadual de 05/10/1989, confirmado pela Lei Estadual nº 5.675 de 03/02/1995, que define os seus limites, desmembrado de São Miguel dos Campos e Coruripe.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Joaquim Gomes [juruquense; hebr. + port. euro.; híbrido] (Cf. *Passo de Camaragibe*)

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião da Mata Alagoana. Topônimo classificado como *Antropotopônimo*. Constituído por ML *joaquim* ╤, ML *gomes*. Etim. *sm*. do hebr. Ioakhin 'javé levanta, restabelece'; sobr. port. arc. *Gomez* (GUÉRIOS, 1981).

Nota Município com área territorial atual de 298,291 km² e população estimada em 2017 de 24.280 hab. Seu topônimo homenageia **Joaquim Gomes Silva Rêgo**, um major da guarda nacional, que deu grande impulso ao povoado durante a sua formação histórica e era proprietário do Engenho São Salvador, lugar que deu origem ao município. Em 1900, José Correia de Araújo Barros, antigo proprietário do Engenho São Salvador, faleceu. Por razões de problemas financeiros que envolveram os seus negócios, sua propriedade ficou alienada a seu genro, Joaquim Gomes da Silva Rego, que resolveu tomar a frente dos negócios da família e adquiriu do banco credor a propriedade então alienada. Sua primeira providência foi mandar determinar a construção da igreja de Nossa Senhora da Conceição, na época, padroeira da localidade. Anteriormente, era uma pequena aldeia Urupê, chamada pelos índios de Urucum (var. Urucu), nome dado à planta de nome científico *Bixa orellana*, que é o fruto do urucuzeiro uma substância que se extrai da polpa desse arbusto e é empregada na fabricação do colorau. A Lei nº 2.468 de 25/09/1962, deu autonomia administrativa e mudou o nome para **Joaquim Gomes**.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Jundiá [jundiaense; tup.; simples] (Cf. *Colônia Leopoldina*; *Porto Calvo*)

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião da Mata Alagoana. Topônimo classificado como *Zootopônimo*. Constituído por ML *jundia* ╤. Etim. *sm.* do tup. *yundi-á* ou *nhandiá* 'denominação genérica dada pelos índios ao bagre' (TIBIRIÇÁ, 1997).

Nota Município com área territorial atual de 88,794 km² e população estimada em 2017 de 4.231 hab. Seu topônimo faz referência à abundância de peixes da espécie jundiá (conhecido como peixe bagre na região) encontrados no Rio Manguaba, que percorre o território do município. A colonização começou a partir de uma propriedade de Gregório e Vituriana Alves e mesmo com poucas casas, o lugar garantiu seu progresso por causa da estrada de Palmares, em Pernambuco e da lavoura canavieira. Em 1860, quando Dom Pedro II viajou à Colônia Leopoldina também passou por Jundiá, doando algumas terras da Coroa Portuguesa a moradores da região. Em 1926, foi construída a primeira igreja pelo padre Francisco Gerardi, em louvor à padroeira do município, Imaculada Conceição, Nossa Senhora da

Conceição. O movimento pela emancipação política do município começou por volta de 1954. Em agosto de 1960, pela Lei Estadual nº 2.292 **Jundiá** foi emancipado de Porto Calvo, ganhando soberania de município. Constituído do distrito sede. Instalado em 19/01/1961.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Junqueiro [junqueirense; lat.; simples] (Cf. *Anadia*; *Limoeiro de Anadia*)

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião de São Miguel dos Campos. Topônimo classificado como *Fitotopônimo*. Constituído por ML *junqu-* + MGD *–eiro*. Etim. *sm.* do lat. XIII. *juncus, -i* 'nome comum a várias plantas herbáceas' (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 247,724 km² e população estimada em 2017 de 25.093 hab. Seu topônimo faz referência à profusão da vegetação de junco às margens da lagoa responsável pela formação de um pequeno aglomerado humano. Muitos moradores locais utilizavam o junco para a fabricação de utensílios domésticos. Seu extrativismo cresceu e os que passavam em direção à lagoa, região onde havia em abundância a vegetação de junco, comentavam: "vamos para o Junqueiro". Daí a popularização do nome **Junqueiro** como referência de lugar. A história indica ter sido Isabel Ferreira e família, conhecida como Dona Isabel, os primeiros moradores da localidade. Ela teve muitos filhos que permaneceram na região contribuindo para o desenvolvimento local. Uma das filhas se casou com um mulato chamado Tomaz, vindo de Sergipe, que mais tarde ficou conhecido por Pai Félix. Seu nome é apontado como um dos destaques no desenvolvimento de Junqueiro. Contam os mais antigos que, no tronco de um ingazeiro, foi encontrada uma cruz com um pequeno desenho da Divina Pastora em um dos braços. Pai Félix levantou uma capela perto da árvore para abrigar a cruz, denominado a construção de capela da Santa Cruz. Neste local, anos depois, foi levantada a igreja que tem como padroeira a Nossa Senhora Divina Pastora. A paróquia foi criada em setembro de 1912. O Distrito foi criado com o nome de **Junqueiro**, pela Resolução Provincial nº 812 de 21/06/1879. Foi elevado à categoria de vila com a mesma denominação, pela Lei Estadual nº 379, em 15/06/1903, desmembrado de Limoeiro. Em 23/02/1932, através do Decreto nº 1.619, foi suprimido outras duas vezes. A decisão final veio através do Artigo 6º, elevado novamente à categoria de município, oficializando o nome **Junqueiro**, por Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual de 09/07/1947, desmembrado de Limoeiro de Anadia.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Lagoa da Canoa [canoense; lat. + cast.; híbrido] (Cf. *Arapiraca*; *Girau do Ponciano*; *Traipu*)

Localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, Microrregião de Arapiraca. Topônimo classificado como *Hidrotopônimo*. Constituído por ML *lago-* + VT *–a*, f. dep. *de* + *a* = *da*, ML *cano-* + VT *-a*. Etim. *sm.* do lat. XIII *lacuna*, de lăcus 'porção de água circundada por terras', *sf.* do cast. XVI *canoa*, deriv. do aruaque, 'embarcação sem quilha, formada de casco' (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 83,621 km² e população estimada em 2017 de 18.175 hab. Seu topônimo seria uma referência ao fato de o lugar ter surgido a partir de uma lagoa que atendia às atividades de agropecuária e pesca dos primeiros moradores que costumavam pescar de canoa na lagoa. Daí o local passou a ser chamado de **Lagoa da Canoa**. Em 1842, dois casais chegaram à região, construíram casas e implementaram a agricultura e a pecuária. Algum tempo depois, outras famílias também começaram a se instalar na localidade. Com a criação do município de Arapiraca, Lagoa da Canoa passou a integrá-lo na condição de povoado pelo Decreto Estadual nº 2.435 de 30/11/1938. As fazendas de café trouxeram emprego e renda. Além disso, a localidade servia como ponto de apoio na estrada que ligava Arapiraca aos municípios de Traipu e de Girau do Ponciano. A sua evolução crescente culminou na elevação à categoria de município autônomo, em 28/08/1962, através da Lei nº 2.472, desmembrado de Arapiraca.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Limoeiro de Anadia [limoeirense; lat. + hebr. + lat.; híbrido] (Cf. *Anadia*; *Marechal Deodoro*; *Penedo*)

Localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, Microrregião de Arapiraca. Topônimo classificado como *Fitotopônimo*. Constituído por ML *limo-* + MGD *-eiro*, f. dep. *de*, ML *an-* + VT *–a*, ML *di-* + VT *-a*. Etim. *sm.* do lat. XV *limon, -onis* 'fruto do limoeiro, planta da família das rutáceas introduzida pelos árabes na região mediterrânea no séc. XX' (CUNHA, 2010); do hebr. *hanah, hannah* 'graça, clemência, mercê' outra f. anna (GUÉRIOS, 1981); *sf.* do lat. *anna*; *sm.* do lat. vulg. XIII **dia* (do lat. clas. *dies*) 'espaço de tempo que medeia entre nascer e o pôr do sol' (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 309,205 km² e população estimada em 2017 de 28.953 hab. Seu topônimo faz referência à existência de muitos pés de limoeiros cultivados pelos primeiros colonizadores naquele espaço do Agreste e, também ao fato da localidade já ter pertencido ao município de Anadia. Sua origem está ligada a um pé de limão encontrado ao lado da capela erguida, em 1798, por Antônio Rodrigues da Silva. A referida capela estava sob a dupla invocação de Santa Cruz e de Nossa Senhora da

Conceição do Limoeiro, por causa do pé de limão. Assim, em torno da capela e do limoeiro desenvolveu-se o povoado que, em razão de haver pertencido ao município de Anadia, ficou conhecido como Limoeiro de Anadia. Em 31/05/1882, **Limoeiro** foi elevado à condição de Vila independente, pela Lei nº 866. Desmembrada de Anadia, teve a sua instalação oficial em 08/01/1883. Fez parte da comarca das Alagoas (Marechal Deodoro) até 1883, quando passou à de Penedo, então criada juntamente com Anadia. Em 1938, passou a integrar a comarca de Anadia, criada nessa época pelo Decreto-Lei Estadual nº 2.909 de 30/12/1943 ocorre a mudança toponímica de **Limoeiro** para **Limoeiro de Anadia**. Finalmente foi elevada à categoria de comarca pela Lei nº 1.674 de 11/11/1952.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Maceió [maceioense; tup.; simples]

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião de Maceió. Topônimo classificado como *Litotopônimo*. Constituído por ML *maceió* ∓. Etim. *sm*. do tup. *maçayó* ou *maçaio-k* 'o que tapa o alagadiço' (MENDOÇA et. al., 2012). Segundo Tibiriçá (1997), de masseió nome que os tupis davam às lagoas formadas pelas águas pluviais (provável termo tupinambá)

Nota Município com área territorial atual de 509,552 km² e população estimada em 2017 de 1.029.129 hab. Seu topônimo faz referência à constituição do solo alagadiço, onde se localizava o Engenho *Maçaio-k* e do Riacho *Maçayó*, no século XVIII, que deu origem ao povoado que derivou Maceió, capital do Estado de Alagoas. Antes de sua fundação, em 1609, morava em Pajuçara, Manoel Antônio Duro que havia recebido uma sesmaria de Diogo Soares, Alcaide-mor de Santa Maria Madalena. As terras foram transferidas depois para outros donos e em 1673 o Rei de Portugal determinou ao Visconde de Barbacena a construção de um forte no Porto de Jaraguá para evitar o comércio ilegal do pau-brasil. O desenvolvimento do povoado foi impulsionado pelo Porto de Jaraguá sendo desmembrado da Vila das Alagoas em 05/12/1815 quando D. João VI assinou o Alvará Régio. Com a emancipação política de Alagoas, em 1817, o governador da nova Capitania, Sebastião de Melo e Póvoas iniciou o processo de transferência da capital para Maceió, um processo tumultuado que encontrou resistência de homens públicos e da Câmara Municipal. Uma expedição militar de Pernambuco e da Bahia chegaram a Maceió para garantir a ordem e no dia 16/12/1839, foi instalada a sede do governo em Maceió. A partir daí Maceió consolidou seu desenvolvimento administrativo e político. Teve início uma nova fase no comércio e principiou a industrialização. O Distrito foi criado com a denominação de **Maceió**, por Resolução Régia de 09/06/1819 e por Alvará de 05/07/1821, subordinado a antiga vila de Alagoas e, por fim, elevado à

condição de cidade, sede e capital com a denominação de **Maceió** pela Lei ou Resolução Provincial nº 11 de 09/12/1839.

Fonte *Costa* (1981); *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Major Isidoro [izidorense; lat. + gr.; híbrido] (Cf. *Batalha*; *Palmeira dos Índios*; *Santana do Ipanema*)

Localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, Microrregião de Batalha. Topônimo classificado como *Antropoaxiotopônimo*. Constituído por ML *major* ╤, ML *isidor-* + VT *-o*. Etim. *sm*. do lat. XIII major (*mayor*), *-oris* 'comparativo regular de grande'; *sm*. do gr. isidoros, através do lat. *isidórus* 'presente (doro) de I'sis deidade egípcia 'a lua' (GUÉRIOS, 1981).

Nota Município com área territorial atual de 448,847 km² e população estimada em 2017 de 20.200 hab. Seu topônimo homenageia **Isidoro Jerônimo da Rocha**, filho do fundador do povoado que originou o atual município. Em 1857, Antônio Jerônimo da Rocha, vindo do lugarejo Volta dos Dois Riachos, localizado em Santana do Ipanema, adquiriu terras nas margens do ribeirão denominado de Riacho do Sertão e fundou com a família a **Fazenda Sertãozinho**, por estar próxima ao povoado Sertão, hoje, denominado de Vila do Sertão ou Sertão de Baixo. Entre seus filhos, apenas Isidoro Jerônimo da Rocha, conhecido como major Izidoro, manteve os negócios do pai que por sua grande popularidade e prestígio era chamado o patriarca do Sertãozinho, nome de uma de suas fazendas. Pelo Decreto-Lei Estadual nº 2.909 de 30/12/1943, o distrito de Sertãozinho passou a denominar-se **Major Isidoro** e foi elevado à categoria de município com a mesma denominação pela Lei nº 1.473 de 17/09/1949, desmembrando Sertãozinho dos municípios de Batalha, Santana do Ipanema e Palmeira dos Índios.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Mar Vermelho [mar-vermelhense; lat.; composto] (cf. *Anadia*; *Viçosa*)

Localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, Microrregião de Palmeira dos Índios. Topônimo classificado como *Hidrotopônimo*. Constituído por ML *mar* ╤, ML *vermelh-* + VT *-o*. Etim. *sm*. do lat. XIII *măre, -is* 'porção relativamente extensa de oceano, fig. grande quantidade, abismo, imensidão', *adj.* do lat. XIII *vĕrmĭcŭlus* 'da cor do sangue' (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 91,741 km² e população estimada em 2017 de 3.579 hab. Seu topônimo seria uma alusão ao fato de a lagoa existente no povoado, no final do século XIX, ser rodeada de gravatás, um tipo de árvore que no outono deixa cair suas folhas de coloração vermelha no chão e nas águas da lagoa. Um criador de gado da região, chamado Coutinho, passando por ali, chamou o lugar de **Mar Vermelho**, o que seria firmado entre o reduzido número de moradores das cercanias e conservado

quando o município foi criado em 1962. Coutinho chegou à região por volta de 1800, construiu uma casa e iniciou a criação de gado e o cultivo da terra. Com a chegada de outros moradores, novas moradias foram surgindo próximas à lagoa. Em pouco tempo, Mar Vermelho se transformou em núcleo comercial, com a construção da estrada de ferro que passava por Viçosa, os comerciantes expandiram seus negócios e muitos chegaram a fechar lojas em Mar Vermelho por conta do difícil acesso. Ainda em 1910, um longo período de chuvas derrubou grande parte das encostas das serras e também da capela. Por seu clima de serra e por suas inúmeras fontes de águas minerais, a cidade é reconhecida também como a "Suíça alagoana". O Distrito criado com a denominação de Mar Vermelho pela Lei Municipal nº 1 de 05/10/1893, subordinado a Anadia e elevado à categoria de município com o mesmo nome, pela Lei nº 2.431 de 03/02/1962, desmembrado de Anadia.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Maragogi [maragogiense; tup., simples] (Cf. *Porto Calvo*)

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião do Litoral Norte Alagoano. Topônimo classificado como *Hidrotopônimo*. Constituído por ML *maragogi* ╤. Etim. *sm.* do tup. *maracujá-y* 'rio dos maracujás' (TIBIRIÇÁ, 1997).

Nota Município com área territorial atual de 334,047 km² e população estimada em 2017 de 32.940 hab. Seu topônimo faz referência ao Rio Maragogi que banha a cidade e a região. Em momentos áureos de sua história nos períodos colonial e imperial, a povoação era chamada de **Gamela**. No local, registraram-se intensos combates em Barra Grande e São Bento, quando as tropas vinham do Recife com destino a Porto Calvo, que era o local de escoamento da produção agrícola da região, principalmente da cana-de-açúcar. Coube aos moradores da antiga vila desarticular, por duas vezes, tentativas de desembarque holandês no local. Em 1796, o Distrito foi criado com a denominação de **Isabel**, em homenagem à Princesa Isabel (Isabel Leopoldina de Bragança e Bourbon), que foi regente do Império no Brasil. Filha de D. Pedro II, assinou a Lei do Ventre Livre e a Lei Áurea, que acabou com a escravidão no Brasil. Foi elevado à categoria de vila, com a mesma denominação pela Lei Provincial nº 681, de 24/04/1875, desmembrado de Porto Calvo. Pela Lei Provincial nº 733, de 03/07/1876, a vila de Isabel passou a denominar-se **Maragogi**. Elevado à condição de cidade e sede municipal com a denominação de Maragogi, pela Lei Estadual nº 15, de 16/05/1892.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Maravilha [maravilhense; lat.; simples] (Cf. *Dois riachos*; *Santana do Ipanema*)
Localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, Microrregião de Santana do Ipanema. Topônimo classificado como *Animotopônimo eufórico*. Constituído por ML *maravilh-* + VT *-a.* Etim. *sf*. séc. XIII do lat. *mirabilĭa* 'ato, pessoa ou coisa extraordinária, que causa admiração, prodígio' (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 332,373 km² e população estimada em 2017 de 9.418 hab. Seu topônimo faz alusão à impressão valorativa otimista de um missionário que passou pela localidade e afirmou que, ao contrário do que se pensava, o lugar era uma maravilha pelo povo, pelo clima e pela beleza do sítio. Primitivamente, era conhecido pelo nome de **Cova dos Defuntos** por causa da epidemia de cólera, no final do século XIX, que vitimou centenas de pessoas na região. Uma grande cova foi aberta para enterrar os cadáveres. Diz a tradição que, naquela época, passou pelo lugarejo, um sacerdote e visitando a localidade, exclamou: - Este lugar ainda será uma maravilha! Sua expressão foi gravada entre os habitantes do povoado e serviu mais tarde para dar nome ao município. A valoração do sacerdote de que este lugar ainda será uma maravilha! Envaideceu seus moradores. Sua impressão positiva foi gravada entre os residentes do povoado e serviu mais tarde para dar nome ao lugar que decidiram substituir o nome lúgubre por **Maravilha**. Uma fazenda para exploração da pecuária foi instalada por Domingos Gomes na sua sesmaria, em meados do século XVIII. Esse lote territorial abrangia terras que se estendiam da atual cidade de Dois Riachos até cinco léguas além do local hoje ocupado pela sede municipal de Maravilha. O povoado atravessou uma fase áurea com o comércio de peles, a realização de movimentada feira e um descaroçador de algodão incrementaram sua economia de forma decisiva. Em vista do seu crescimento, Maravilha foi elevada à condição de município pela Lei nº 2.102 de 17/07/1958. Desmembrado de Santana do Ipanema.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Marechal Deodoro [deodorense; fr. + gr.; híbrido] (Cf. *Maceió*)
Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião de Maceió. Topônimo classificado como *Antropoaxiotopônimo*. Constituído por ML *marechal* ╤, ML *deodor-* + VT *-o*. Etim. *sm.* do fr. XIV *maréchall* 'orig. indivíduo que cuidava dos cavalos'; 'modernamente, posto superior no exército' (CUNHA, 2010); do gr. *Diódoros*, 'presente (doros) de Zeus (dio), com influxo de Teodoro (GUÉRIOS, 1981).

Nota Município com área territorial atual de 332,140 km² e população estimada em 2017 de 52.260 hab. Seu topônimo homenageia o proclamador da República Brasileira: **Marechal Deodoro da Fonseca**. É um dos sítios históricos mais importantes do Estado de Alagoas. Em 1591, já estava

consolidado o seu núcleo urbano inicial, conquistado dos Caetés. Foi sede da comarca e capital da Província. Berço do clã dos Fonseca: Major Manoel Mendes, a matriarca D. Rosa; os filhos e, dentre eles, o mais notável, o Marechal Deodoro da Fonseca, foi a primeira capital de Alagoas. Após a instalação do novo regime, em 15/11/1889, a velha Alagoas passou a ter a atual denominação. Antes era conhecida como **Vila da Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul**, ou simplesmente, **Vila Madalena de Sumaúna**. Servia para proteger o pau-brasil do contrabando e da ação de piratas e outros ladrões. Em 1817, passou a capital da capitania de Alagoas, criada nesse ano, sendo o nome da vila alterado para **Alagoas**. O Distrito foi criado com a denominação de **Madalena** em 1633 e elevado à categoria de vila com a mesma denominação por Carta e Lei de 12/04/1636. Sede na povoação de Madalena. Em 1823, foi elevado à condição de cidade com a denominação de **Alagoas** por Carta e Lei de 08/03/1823. A capital da província de Alagoas passou para Maceió em 1839. Em 16/09/2006, dia da emancipação política de Alagoas, foi considerada pelo Ministério da Cultura como Patrimônio Histórico Nacional, em virtude do seu passado e de ter sido berço do Marechal Deodoro da Fonseca, proclamador da República Brasileira.

Fonte *Heleno*, (1998); *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Maribondo [maribondense; afr.; simples] (Cf. *Anadia*; *Maceió*)

Localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, Microrregião de Palmeira dos Índios. Topônimo classificado como Zootopônimo. Constituído por ML *maribond-* + VT *-o*. Etim. *sm*. do afr. quimb. *mari'mo͟no͟*, 1813 maribondo ‘nome comum a diversas espécies de vespas’ (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 180,107 km² e população estimada em 2017 de 13.514 hab. Sua motivação seria uma alusão a uma casa de maribondo que havia na região, localizada entre ingazeiros e canafístulas que atacavam moradores e viajantes que por ali passavam. Por essa razão, o lugar ficou conhecido pelo atual topônimo Maribondo. Primitivamente, era um pequeno sítio chamado **Poço da Caatinga** que foi implantado em 1905 à distância de 18 km de Anadia/AL e tinha esse nome por possuir um poço de água cristalina. Em meio à vegetação, formou-se uma grande casa de maribondos, passando o lugar a se chamar **Poço da Casa de Maribondos**. Em 1913, chegou à região a família Azevedo e, logo depois, José Xavier de Azevedo instalou a primeira feira, destruída, sem explicação, pela guarda municipal de Anadia. A história da cidade, porém, reconhece como seu fundador João Antônio dos Santos, que em 1919 comprou uma grande fazenda, construindo nela uma casa e a primeira mercearia, abrindo também uma pequena loja de tecidos. Em 1930, com apenas 45 moradores, a localidade servia de parada para repouso dos viajantes que vinham para a

Capital Maceió/AL ou iam para o interior. A construção da BR-316 deu importante impulso ao desenvolvimento do lugar, levando um grupo a trabalhar pela autonomia. Em 24/08/1962, foi elevado à categoria de município com a denominação de **Maribondo**, pela Lei Estadual nº 2.467, desmembrado de Anadia.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Mata Grande [mata-grandense; lat.; composto] (Cf. *Traipu*)

Localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, Microrregião Serrana do Sertão Alagoano. Topônimo classificado como *Fitotopônimo*. Constituído por ML *mat-* + VT *-a*, ML *grand-* + VT *-e*. Etim. *sf.* do lat. tard. XIII *matta* 'terreno onde nascem árvores silvestres, bosque ou selva'; *adj*. 2g.do lat. XIII *grandis* 'vasto, comprido, desmedido, numeroso' (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 914,726 km² e população estimada em 2017 de 25.589 hab. Sua motivação estaria ligada ao fato da povoação ter sido edificada junto à serra do mesmo nome que é coberta por uma espessa, fértil e verdejante mata. O povoamento do núcleo teve início em 1791, quando **João Gonçalves Teixeira** e sua mulher MariaLuísa instalaram uma fazenda nas terras conhecidas como **Cumbe**, nas Matas de Santa Cruz, região serrana com uma fonte perene que abastecia sua propriedade e ao contraforte da Serra da Onça. Por escritura de doação, doaram uma parte da terra para edificação de uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. Ergueu-se, em frente à capela, grande cruz de madeira feita do tronco de enorme maçaranduba, que deu ao arraial o nome de **Mata do Pau Grande**. Em 18/03/1837, por Resolução Provincial nº 18, foi elevada à categoria de vila e freguesia, desmembrada de Traipu. Perdeu as prerrogativas de vila, pela Lei nº 43 de 04/05/1846, sendo reincorporado a Traipu. Seis anos depois, por meio da Lei 197 de 28/07/1852, adquiriu novamente. Tomou o nome de **Paulo Afonso** pela Lei nº 516 de 30/04/1860, sancionada pelo presidente José Bento da Cunha Figueiredo, quando território abrangia a famosa Cachoeira de Paulo Afonso/BA. A Lei nº 328 de 05/06/1902 elevou à categoria de cidade, conservando o nome de Paulo Afonso. Porém, em 25/05/1929, voltou a denominação de **Mata Grande**.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Matriz de Camaragibe [matizense; lat. + tup.; híbrido] (Cf. *Passo de Camaragibe*)

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião da Mata Alagoana. Topônimo classificado como *Hierotopônimo*. Constituído por ML *matriz* ∓, f. dep. *de*, ML *camaragib-* + VT *-e*. Etim. *sm*. do lat. XV *matrix, īcis* 'mãe' (CUNHA, 2010); do tup. *camara-juba* **'**árvore amarela**'** ou *camará g-y-*

pe ‘rio dos camarás, numa referência aos tupinambás’ (MENDONÇA et. al., 2012).

Nota Município com área territorial atual de 238,344 km² e população estimada em 2017 de 25.012 hab. A cidade de Matriz de Camaragibe, também, é conhecida como a Princesa do Norte. Seu topônimo faz referência ao Rio Camaragibe que nasce no território do município e percorre diversas localidades em Alagoas, desaguando no Rio Uma/PE. Em 1850, a povoação de Camaragibe já constava, no Convento Franciscano de Olinda, da relação das paróquias da parte austral da Capitania de Pernambuco. A localidade desenvolveu seu núcleo, enquanto povoado, no então Alto do Outeiro, hoje Alto da Igreja Velha, onde está instalado um cruzeiro e foi edificada a sua **Matriz**, daí o nome que a diferencia do Passo de Camaragibe, burgo irmão, quase da mesma época de fundação, quando ambos eram conhecidos pela denominação do Rio Camaragibe que banha a região. Ao receber como doação de sua irmã, Dona Brites Pimentel (grande proprietária de terras e de sete engenhos de açúcar) um de seus engenhos na povoação de Camaragibe, José de Barros Pimentel, já em sua primeira visita, doou uma parte de suas terras a Gonçalo Moreira, para que fosse construída a Igreja de Bom Jesus. A Lei Provincial nº 417 de 09/07/1864, transferiu a sede paroquial para a cidade de Passo de Camaragibe, permanecendo assim até 1888, quando o presidente José Cesário de Miranda Monteiro de Barros restaurou a freguesia do Senhor Bom Jesus na vila de Camaragibe. Pelo Decreto-Lei Estadual nº 2.361 de 31/03/1938, recebe o topônimo Passo de Camaragibe. Até 1950 era vila do Passo de Camaragibe. Foi elevado à categoria de município com o nome **Matriz de Camaragibe**, pela Lei nº 2.093 de 24/04/1958, desmembrado de Passo de Camaragibe.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Messias [messience; lat.; simples] (Cf. *Flexeiras*; *Joaquim Gomes*; *Maceió*; *Murici*; *Rio Largo*)

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião da Mata Alagoana. Topônimo classificado como *Hierotopônimo*. Constituído por ML *messi-* + MGD *-as*. Etim. *sm*. 2n. do lat. XIII *messīās* ‘o redentor prometido no Antigo Testamento’, deriv. do gr. *messīas*, este do aramaico *mešīhā* ‘ungido, consagrado’ (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 113,156 km² e população estimada em 2017 de 17.988 hab. Seu topônimo teria a motivação na devoção religiosa do povo da região, em razão da atividade de carpintaria ser muito comum, à época, na cidade e era a profissão de São José, pai de Jesus, chamado de Messias. Primitivamente, o lugar era conhecido por **Curralinho**, por volta de 1890, algumas casas que eram da família Calheiros deram início

ao povoado Curralinho. A posição privilegiada do local e a fertilidade das terras fizeram com que outras famílias de regiões vizinhas se transferissem para lá e começaram a desenvolver a agricultura e a pecuária. A linha férrea cruzava o povoado, no caminho entre Flexeiras e a Fazenda Bom Jardim. Curralinho ficava num ponto estratégico da estrada que servia a Joaquim Gomes, Murici e Flexeiras com destino a Maceió e Rio Largo. Como os viajantes passavam muito pelo lugar, o movimento contribuiu para o desenvolvimento do povoado. O Distrito foi criado com a denominação de **Floriano**, pelo Decreto Estadual nº 2.435 de 30/11/1938, subordinado a Murici. Pelo Decreto-Lei Estadual nº 2.909 de 30/12/1943. O Distrito de Floriano passou a denominar-se **Messias**. Em 1947. Foi elevado à categoria de município com essa última denominação, pela Lei nº 2.475 de 06/09/1962, desmembrado de Flexeiras. A instalação da Usina Bititinga, em 1950, contribuiu decisivamente para o progresso de Messias.

Fonte *Xerri,* (2001); *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Minador do Negrão [negrense; port. bras. + lat; híbrido] (Cf. *Palmeira dos Índios*)
Localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, Microrregião de Palmeira dos Índios. Topônimo classificado como Hidrotopônimo. Constituído por ML *min-* + VT *-a* + MGD *–dor*, f. dep. *de* + *o* = *do,* ML *negr-* + MGD *-ão*. Etim. *sm*. bras. de minar + douro, var. de minadoiro ‘olho d’água, quase sempre nascente, de um ribeirão ou de um córrego, ou de um fundo de grota’ (FERREIRA, A., 2010), *adj.* do lat. XIII *niger -gra -grum* ‘negro, preto, sujo, lúgubre’ (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 167,604 km² e população estimada em 2017 de 5.413 hab. Seu topônimo teria a motivação em virtude de existir na propriedade de Félix de Souza Negrão, considerado o fundador do atual município, uma fonte de água cristalina de ótima qualidade e grande potencial hídrico. Seu início de povoamento se deve à fazenda de gado que foi instalada, em 1936, por Félix Negrão. É bem verdade que antes dessa época, provavelmente, já deveriam existir moradores em regiões próximas. Em 1940, foi criada uma feira livre, onde os visitantes e comerciantes de outras regiões vinham para comprar e negociar. Além de Félix Negrão, são também considerados pioneiros do lugar Joaquim Belarmino Barros, Clarindo Amorim, José Antônio Duarte e Colimério Ferreira Ferro. Em 1950, foi elevada à condição de vila, já que o progresso da povoação que ali se formava era uma constante. Sempre pertenceu a Palmeira dos Índios, de onde foi emancipado. Sua independência política foi alcançada através da Lei nº 2.470 de 27/08/1962.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Monteirópolis [guaribense ou monteiropolense; port. euro. + gr.; híbrido] (Cf. *Jacaré dos Homens*; *Pão de Açúcar*)
Localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, Microrregião de Batalha. Topônimo classificado como *Antropotopônimo*. Constituído por ML *mont-* + MGD *–eiro* + MGD *-polis*. Etim. sobr. port. prim. Alcunha 'caçador dos montes; guarda da mata, oficial da casa real que dirige as caçadas reais' (GUÉRIOS, 1981); do gr. elem. comp. *pólis* 'cidade' (FERREIRA, A., 2010).

Nota Município com área territorial atual de 86,604 km² e população estimada em 2017 de 7.260 hab. Seu topônimo homenageia **José Domingos Monteiro**, considerado o fundador da localidade. Literalmente, 'cidade de Monteiro'. O lugar se formou a partir da propriedade do fazendeiro José Domingos Monteiro. Antes, o lugar era conhecido como **Guaribas**, palavra de origem tupi que serve para designar certo gênero de macaco da América. Conforme outros autores, o vocábulo se refere a espécie de periquito. Não consta nos anais o motivo da utilização desse nome naquelas plagas sertanejas, em épocas mais remotas. Por volta de 1870, habitavam a região José Domingos Monteiro, Antônio Prudente, Pacífico de Albuquerque, Manoel Mingote e Manoel Antônio Barbosa. São eles considerados os fundadores do lugar. O desenvolvimento da região alcançou a fase áurea, após 1902, com a chegada de novos habitantes. O comércio desenvolveu-se rapidamente e uma movimentada feira foi organizada. O Distrito foi criado com a denominação de **Guaribas** pela Lei Estadual nº 2.090 de 28/03/1958, com terras desmembrado do distrito de Jacaré dos Homens, subordinado a Pão de Açúcar e elevado à categoria de município com a denominação de **Monteirópolis**, pela Lei Estadual nº 2.250 de 15/06/1960, confirmado pela Lei Estadual nº 2.909 de 17/06/1968, desmembrado de Pão de Açúcar.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Murici [muriciense; tup.; simples] (Cf. *União dos Palmares*)
Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião da Mata Alagoana. Topônimo classificado como *Fitotopônimo*. Constituído por ML *murici* ∓. Etim. *sm.* do tup. *muricy, morosi* 'planta do gênero *byrsonima* intermedia, árvore da família das *malpiguiáceas*' (CUNHA, 1978; TIBIRIÇÁ, 1997)

Nota Município com área territorial atual de 418,027 km² e população estimada em 2017 de 28.579 hab. Seu topônimo faz referência ao muricizeiro que deu origem a localidade. O fundador Frei Domingos plantou naquele lugar um muricizeiro bravo, lá pelos idos de 1810, a planta cresceu e começou a atrair com sua sombra os almocreves, prestamistas, ciganos e viajantes de toda ordem, que debaixo dela recuperavam as forças para retomar a viagem. No início do século XIX, antes de tornar-se cidade, já existia naquela região um

pequeno núcleo populacional que pertencia ao atual município de União dos Palmares/AL. Os moradores da antiga Imperatriz (hoje União dos Palmares) eram conhecidos como "macaquitos da Imperatriz". Foram eles que construíram uma capela para Nossa Senhora da Conceição e casas, chamadas de "testa de bode" e destinadas à compra de algodão em rama, uma das primeiras culturas da região. Em 1829, dois frades, Cassiano e João, reconstruíram a capela de Murici e mudaram a padroeira para Nossa Senhora das Graças. O Distrito criado com a denominação de **Murici** pela Lei Provincial nº 382 de 27/07/1861. Elevado à categoria de vila com a mesma denominação pela Lei Provincial nº 626 de 16/03/1872, desmembrado de Imperatriz (atual União dos Palmares). Com a inauguração da via férrea em 12/11/1882, a localidade progrediu ainda mais. Assim, em 16/05/1892 pela Lei nº 15, a vila foi elevada à condição de cidade, mantendo o nome **Murici**.

Fonte *Xerri,* (2001); *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Novo Lino [novo-linense; lat. + gr.; híbrido] (Cf. *Colônia Leopoldina*)

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião da Mata Alagoana. Topônimo classificado como *Cronotopônimo*. Constituído por ML *nov-* + VT *-o*, ML *lin-* + VT *-o*. Etim. *adj*. do lat. XIII *nŏvus -a -um* ‘de pouco uso’ (CUNHA, 2010); *sm.* do gr. *línos* ‘o de cabelos loiros’ (GUÉRIOS, 1981)

Nota Município com área territorial atual de 215,548 km² e população estimada em 2017 de 12.821 hab. Seu topônimo teria sua motivação na renovação cronológica do nome do Sítio Lino. O imperador D. Pedro II doou, em 1868, uma sesmaria ao alferes Manoel Baraúna como prêmio pela atuação do militar na Guerra do Paraguai (1865-70). As terras faziam parte da antiga **Fazenda Lino**, nome de seu primeiro proprietário que morreu sem deixar herdeiros. O alferes Baraúna faleceu 20 anos mais tarde e seu filho, Manoel Baraúna Filho, herdou as terras. Baraúna Filho contribuiu para o desenvolvimento da região e morreu em 1950, quando o lugar começou a ser denominado de **Novo Lino**, suas terras foram repartidas entre cinco sucessores. Alguns anos mais tarde, chegaram as famílias Messias Dias e Guedes de Melo ao povoado Novo Lino que deram um novo impulso ao progresso local. A construção da BR-101, que divide o município também contribuiu para que o progresso chegasse mais rápido. Novo Lino destaca-se, na economia, por ser o maior produtor de bananas em Alagoas. Foi elevado à categoria de município com a denominação de **Novo Lino** pela Lei Estadual nº 2.490 de 01/12/1962, desmembrado de Colônia Leopoldina.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017*); IBGE* (2018).

Olho d'Água das Flores [olho-daguense; lat.; composto] (Cf. *Santana do Ipanema*)
Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião da Mata Alagoana. Topônimo classificado como *Hidrotopônimo*. Constituído por ML *olh-* + VT *–o,* f. dep. *de* + ML *agu-* + VT *-a*; f. dep. *de* + *a* + MGF *-s* = *das*, ML *flor* + MGF *-es*. Etim. *sm.* do lat. XIII *ollo*, do lat*. ŏcŭlus, ī* 'órgão da visão', *sf*. do lat. XIII *āqua* 'líquido, incolor, inodoro e insípido, essencial à vida'; *sf.* do lat. XIII *flōs, -ōris* 'órgão de reprodução das plantas fanerogâmicas' (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 191.323 km² e população estimada em 2017 de 21.767 hab. Seu topônimo teria a motivação em um olho d'água ao pé de uma serra, onde brotou uma árvore conhecida como pau d'arco. Na época da floração, cobria-se de tantas flores que, tangidas pelo vento, formavam um tapete na superfície da água. Assim, o lugar ficou conhecido entre os viajantes por **Olho d'Água das Flores**. Diz a tradição que, em 1800, o padre Antonio Duarte foi enviado à região para o trabalho de catequese e foi ele quem encontrou o olho d'água ao pé de uma serra, onde resolveu construir uma pequena casa nesse lugar. A partir daí o local passou a ser um ponto de referência na região. Até o ano de 1884, o povoado era apenas um ponto de parada. Quando Ângelo de Abreu se transferiu para a região, incentivou a agricultura e a pecuária entre os antigos moradores. Construiu pequenas estradas e alguns açudes. Não demorou muito para que o progresso econômico influenciasse a sua evolução política. Desse modo, foi elevada à condição de Vila em 24/08/1948 pela Lei nº 108. Através da Lei nº 1.473 de 17/09/1949 foi elevada à categoria de Distrito Administrativo, ainda pertencente à Santana do Ipanema. Finalmente, em 02/12/1953, pela Lei nº 1.748, foi elevado à categoria de município, mantendo o nome **Olho d'Água das Flores**.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017*); IBGE* (2018).

Olho d'Água do Casado [casadense; lat. + port. euro.; híbrido] (Cf. *Piranhas*)
Localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, Microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco. Topônimo classificado como *Hidrotopônimo*. Constituído por ML *olh-* + VT *-o*, f. dep. *de* + ML *agu-* + VT *-a*, f. dep. *de* + *-o* = *do*, ML *casad-* + VT *-o*. Etim. *sm*. do lat. XIII *ollo*, do lat. *ŏcŭlus, ī* 'órgão da visão', *sf*. do lat. XIII *āqua* 'líquido, incolor, inodoro e insípido, essencial à vida' (CUNHA, 2010); *sf*. sobr. port. refere-se ao estado civil (GUÉRIOS, 1981).

Nota Município com área territorial atual de 321,430 km² e população estimada em 2017 de 9.459 hab. Seu topônimo teria sua motivação nas nascentes (olhos d'água) da fazenda do agricultor Francisco Casado de Melo. Por ocasião da construção do ramal ferroviário da *Great Western of Brazil*

Railway, os trabalhadores montaram o acampamento próximo à referida fazenda onde buscavam água em suas nascentes. Até o ano de 1870, só existia na região essa fazenda, em 1877, a construção da rede ferroviária levou para lá o acampamento dos operários. O local, para os técnicos, não poderia ser melhor porque em toda a região brotavam olhos d'água, facilitando o trabalho e a própria vida dos operários. Depois que as obras da linha férrea e da estação terminaram, o acampamento foi transferido. Nessa época, já existiam algumas casas e, para garantir o povoado, foi construída uma capela em homenagem a São José, padroeiro do lugar. Alguns anos depois, a construção da rodovia AL-220 mudou a rotina do povoado, proporcionando o desenvolvimento da região. Pela Lei nº 2.459 de 22/08/1962 se tornou município com o nome **Olho d'Água do Casado**, sendo desmembrado do território de Piranhas. Com a construção da Usina Hidrelétrica de Xingó, o município ganhou dois grandes atrativos: o belo Riacho do Talhado (recanto do Rio São Francisco, próprio para um banho, a quase 80m de profundidade) e alguns sítios arqueológicos.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017*); IBGE* (2018).

Olho d'Água Grande [olho-grandense ou olho-daquense; lat.; composto] (Cf. *São Brás*)

Localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, Microrregião de Traipu. Topônimo classificado como *Hidrotopônimo*. Constituído por ML *olh-* + VT *–o*, f. dep. *de* + ML *agu-* + VT *-a*, ML *grand-* + VT *-e*. Etim. *sm*. do lat. XIII *ollo*, do lat. *ŏcŭlus, ī* ‘órgão da visão’, *sf*. do lat. XIII *āqua* ‘líquido, incolor, inodoro e insípido, essencial à vida’, *adj.* 2g. do lat. XIII *grandis* ‘vasto, comprido, desmedido, numeroso’ (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 117,006 km² e população estimada em 2017 de 5.195 hab. Seu topônimo faz referência à vasta planície de terras férteis, possuidora de um olho d'água de grande proporção onde o povoado começou a se formar. Primitivamente, o lugar era conhecido como **Olho d'Água da Abóbora**, em razão de haver muitas plantações de abóbora ou jerimum, fruto da aboboreira e tem seu nome atribuído a várias espécies de plantas da família *Cucurbitaceae*. Depois, ocorreu a mudança para **Olho d’gua Grande** em razão de existir várias fontes de água que parecia ser uma única fonte, de grandes proporções que até hoje abastece a cidade. A localidade está situada em uma grande extensão de campos de pastagens naturais para criação de gado e de cavalos, que outrora fazia parte de São Brás, tem sua história ligada ao ciclo do gado. A fertilidade das terras contribuía para grandes safras, inclusive de mandioca. O progresso do distrito interessou a moradores de regiões próximas. Muitos se transferiram para lá, principalmente por causa das terras férteis. Nessa época começou, também, um movimento pela emancipação do distrito. Em 22/08/1962,

através da Lei nº 2.462, o governador Luís Cavalcante autorizou a autonomia de **Olho d'Água Grande**, desmembrando de São Brás.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017*); IBGE* (2018).

Olivença [olivense ou oliventino; lat.; simples] (Cf. *Lagoa da Canoa; Santana do Ipanema*)

Localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, Microrregião de Batalha. Topônimo classificado como *Antropotopônimo*. Constituído por ML *oliv-* + MGD *-ença*. Etim. *sf*. do lat. XIII *ŏlīva -ae* 'azeitona, oliveira' (CUNHA, 2010).

Nota Seu topônimo homenageia as famílias fundadoras por meio da junção dos sobrenomes Oliveira (lat. *Ŏlīva*). Em seus primeiros registros, por volta de 1850, constam apenas um pequeno lugarejo pertencente ao território de Santana do Ipanema, com alguns poucos moradores. Em 1898, provenientes de Lagoa da Canoa, instalaram-se na região duas famílias: a de Manoel Vieira de Oliveira e a de Belarmino Vieira de Oliveira. Iniciou-se, assim, o desenvolvimento da região com a implantação de pequenos sítios e também com a agricultura e pecuária. Cumprindo a tradição entre os ricos proprietários de terras do interior de Alagoas, as próprias famílias construíram uma capela em homenagem à Nossa Senhora do Carmo, padroeira do povoado. A matriz que existe até hoje só foi construída em 1938, mesma época da instalação da feira do povoado. O lugar ficou conhecido como **Capim** e manteve este nome até a emancipação política. A Vila do Capim foi crescendo e, em 1930, já tinha características de uma pequena cidade, mesmo ainda sendo povoado de Santana de Ipanema. O Distrito foi criado com a denominação de Capim pela Lei nº 1.785 de 05/04/1954. Em 24 de abril de 1958, através da Lei nº 2.092, foi elevado à categoria de município com a denominação de **Olivença**, desmembrado de Santana do Ipanema.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017*); IBGE* (2018).

Ouro Branco [ouro-branquense; lat. + germ.; híbrido] (Cf. *Maravilha; Santana do Ipanema*)

Localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, Microrregião de Santana do Ipanema. Topônimo classificado como *Litotopônimo*. Constituído por ML *our-* + VT *-o*, ML *branc-* + VT *-o*. Etim. *sm*. do lat. XIII *aurum ī* 'metal precioso, amarelo, denso, muito apreciado pelas suas propriedades e por sua raridade, riqueza'; *adj*. do germ. XIII *blanck* 'da cor da neve, do leite etc' (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 196,561 km² e população estimada em 2017 de 11.635 hab. Seu topônimo faz referência, metaforicamente, à importância das imensas plantações de algodão, belas e brancas, da região. Sua origem se deu por volta de 1830, mas só em 1881, quando Domingos Gomes mandou construir uma capela de pedra, é que alguns moradores das regiões vizinhas começaram a se mudar para lá. Líder na época, escolheu o padroeiro Santo Antônio e deu o nome de **Olho d'Água do Cajueiro** (motivado pela existência de uma cacimba que ficava embaixo de um grande cajueiro, ponto de referência conhecido na região) ao núcleo populacional que se formava. Depois de alguns anos, Domingos Gomes regressou ao Estado de Minas Gerais e seu filho, Francisco Gomes, conhecido como Chicão, deu nova dimensão e novo nome ao povoado, que passou a se chamar **Olho d'Água do Chicão**. Em 1901, foi elevado à categoria de vila. Anos mais tarde, chegou à vila Antônio Giló de Campos que, impressionado com a brancura das imensas plantações de algodão, escolheu o nome **Ouro Branco** para a futura cidade. A partir dessa época, a região não parou de crescer. O Distrito foi criado com a denominação de **Ouro Branco** pela Lei nº 2.050 de 09/08/1957, desmembrado do distrito de Maravilha que pertencia, à época, à Santana do Ipanema. Em 1962, através da Lei 2.445, se torna município, sendo desmembrado de Santana do Ipanema.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017*); IBGE* (2018).

Palestina [palestinense; lat.; simples] (Cf. *Jacaré dos Homens; Pão de Açúcar*)
Localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, Microrregião de Santana do Ipanema. Topônimo classificado como *Hierotopônimo*. Constituído por ML *palestin-* + MGF *-a*. Etim. *sf.* do lat. XIX *palaestina -ae* 'cidade da Palestina' (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 38,206 km² e população estimada em 2017 de 5.066 hab. Seu topônimo teria a motivação religiosa no homônimo da Cidade/Estado da Palestina, considerada a 'Terra Santa' para os cristãos. Essa escolha ligada à religiosidade seria uma homenagem à devoção católica da cofundadora da cidade senhora Arabela Paiva (1910 – 1996). Por volta de 1880, era a Fazenda Retiro que pertencia a Joaquim Félix de Melo e Manoel Januário de Carvalho. Depois que eles morreram, as famílias seguiram para outra região. Em 20/05/1940, José Ferreira de Melo, vindo de Pão de Açúcar, chegou àquela localidade. Lá, instalou uma mercearia e um entreposto de compra de cereais. Montou, em seguida, uma fábrica de laticínios que produzia, na época, cerca de 10 mil litros de leite por dia, além de um descaroçador de algodão. Nessa época, o local era conhecido como **Retiro de Cima**. Em pouco tempo, formou-se um pequeno povoado. O comércio começou a se expandir e Retiro se desenvolveu. Em 1957, Retiro passou a pertencer ao recém-fundado município de Jacaré dos Homens. Em

27/08/1962, através da Lei nº 2.469, o povoado de Retiro é elevado à categoria de município com o nome de **Palestina**, desmembrado de Pão de Açúcar.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017*); IBGE* (2018).

Palmeira dos Índios [palmeirense; lat.; composto] (*Anadia*)

Localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, Microrregião de Palmeira dos Índios. Topônimo classificado como *Fitotopônimo*. Constituído por ML *palm-* + MGD *-eira*, f. dep. *de* + *o* + + MGF *-s* = *dos*, ML *indi-*+ VT *–o* + + MGF *-s*. Etim. *sf.* do lat. 1844 *palmeyra* 'denominação comum a todos as plantas pertencentes à família palmáceas; espique'; *sm*. Do lat. top. *India* 'natural ou habitantes da Índia (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 450,958 km² e população estimada em 2017 de 74.208 hab. Seu topônimo faz referência à abundância de palmeiras existentes nos aldeamentos dos índios Xucurus e Kariris que se estabeleceram, entre o brejo da Cafurna e a Serra da Boa Vista, tangidos pela perseguição dos colonizadores. Há, também, uma lenda a respeito de sua origem toponímica, trata-se de uma narrativa epopeica sobre o romance reprimido do casal de índios *Tilixi* e *Tixiliá*. Conta-se que, há 200 anos, *Tixiliá* estava prometida ao cacique *Etafé*, mas era apaixonada pelo primo *Tixili*. Um beijo proibido condenou *Tixili* à morte por inanição. Ao visitar o amado, *Tixiliá* foi atingida por uma flecha mortal de *Etafé*, falecendo ao lado de *Tixili*. No local, como um verdadeiro marco do trágico episódio, nasceu uma palmeira, que passou a simbolizar o amor do jovem casal indígena. Daí por diante, o lugar ficou conhecido como Palmeira dos Índios. As primeiras informações sobre a existência do hoje município de *Palmeira dos Índios* remontam aos meados do século XVII, quando a região era um arraial de índios e se chamava **Palmeira do Arraial**. O desenvolvimento do povoado possibilitou a criação da freguesia, colocada sob a proteção de Nossa Senhora do Amparo, que substituiu o antigo padroeiro, o Senhor Bom Jesus da Morte. Isso se deu em 29/12/1798. Elevado, pela primeira vez, à categoria de vila com a denominação de Palmeira dos Índios, pela Resolução nº 10 de 10/04/1835 e pela segunda vez pela Lei nº 209 de 23/06/1853, desvinculando-se de Anadia. O progresso e a prosperidade constantes da vila acabaram determinando a sua emancipação política, o que aconteceu em 20/08/1889, pela força da Lei nº 1.113 com o nome de **Palmeira dos Índios**.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017*); IBGE* (2018).

Pão de Açúcar [pão-de-açucarense; lat.+ árab.; híbrido] (Cf. *Mata Grande*)

Localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, Microrregião de Santana do Ipanema. Topônimo classificado como *Morfotopônimo*. Constituído por ML *p-* + MGD *-ão*, f. dep. *de*, ML *açuc-* + MGD *-ar*. Etim. *sm*. do lat. XIII *pam*, XIII, *pan* XIII, *pã* XIII *pānis -e* 'alimento feito de massa de farinha de trigo e outros cereais, com água e fermento, que é assado ao forno, *sm*. do árab. XIV *as-sukkar*, remotamente ligado ao sânscr. *šarkarā* 'produto alimentar, de sabor doce, extraído principalmente, de cana-de-açúcar e de beterraba' (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 693,692 km² e população estimada em 2017 de 24.792 hab. Seu topônimo seria uma alusão ao fato de nos engenhos de açúcar, à época colonial em Alagoas, havia moenda, caldeiras de cobre, o tendal das forças e a casa de purgar. Nesta última existia uma fôrma, ordinariamente, usada para purgar e clarear os pães-de-açúcar. Como o morro Cavalete, acidente geográfico ali localizado, assemelhava-se, extraordinariamente, àquelas fôrmas de engenho, o lugar foi denominado de Pão de Açúcar. No início do século XVII, os índios Urumaris, antigos moradores, chamavam-na **Jaciobá**, na língua tupi-guarani 'espelho da lua', numa clara alusão ao reflexo da luz lunar nas águas do Rio São Francisco que corta o município. O início do povoamento começou por volta de 1611, através da mistura de brancos e dos índios da Serra do Aracaré, em Sergipe. Em 1634, Cristóvão da Rocha tomou posse das terras. Em 1660, porém, as terras passaram, por carta de sesmaria, para o português Lourenço José de Brito Correia que instalou uma fazenda de gado e deu a ela o nome de **Pão de Açúcar**. Em 1815, as terras foram leiloadas e arrematadas pela família do Padre José Rodrigues Delgado, que deu grande impulso ao desenvolvimento do povoado. A freguesia, criada em 1853, invocou o Sagrado Coração de Jesus, padroeiro da cidade. O incremento do núcleo habitacional determinou a sua elevação à vila através da Lei nº 233 de 03/03/1854 e foi elevado à condição de cidade em 18/06/1887, através da Lei nº 756, desmembrado de Mata Grande.

Fonte *Amorim, E.* (2004); *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017*); IBGE* (2018).

Pariconha [pariconhense; tup.; simples] (Cf. *Água Branca*)

Localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, Microrregião Serrana do Sertão Alagoano. Topônimo classificado como *Fitotopônimo*. Constituído por ML *pariconh-* + VT *-a*. Etim. *sm*. do tup. 'duas conhas', (como eram chamadas as polpas dos frutos do pé de ouricuri) (MEDONÇA et al*.,* 2012).

Nota Município com área territorial atual de 254,097 km² e população estimada em 2017 de 10.684 hab. Seu topônimo faz alusão, segundo conta a história local, a um ouricurizeiro, cujos frutos continham duas conhas como eram

chamadas as polpas desses frutos – motivando a origem do nome do lugar, que era conhecido, inicialmente como **Par-de-Conha** e, depois, simplificado para **Pariconha**. Na região, havia muitos pés de ouricuri que têm frutos de formação globosa e contêm pares de sementes conhecidos como par de conha. O povoamento de seu território teve início no século XIX, quando os grupos colonizadores de Teodósio, Vieira, Viana e Félix se estabeleceram na localidade e começaram a desenvolver a agricultura e a pecuária, principalmente, com a criação de animais de pequeno porte. É uma cidade típica sertaneja de vegetação conhecida como caatinga. A principal fonte de renda está na administração pública, no comércio e na agricultura. O Distrito foi criado com o nome **Pariconha** pela Lei nº 2.240 de 01/05/1962 e elevado à categoria de município com a denominação de Pariconha, pelo Artigo 41, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual de 05/10/10/1989, desmembrado de Água Branca.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017*); IBGE* (2018).

Paripueira [paripueirense; tup.; simples] (Cf. *Barra de Santo Antônio*; *Maceió*)

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião de Maceió. Topônimo classificado como *Hidrotopônimo*. Constituído por ML *paripu-* + MGD *-eira*. Etim. do tup. *pari-puera* ‘antigo pesqueiro, antiga barragem’ (TIBIRIÇÁ, 1997).

Nota Município com área territorial atual de 92,852 km² e população estimada em 2017 de 13.252 hab. Seu topônimo faz alusão às águas mansas das praias existentes na localidade. Sua origem se deu a partir de uma colônia de pescadores e cresceu por causa da proximidade com a capital Maceió/AL, após ser descoberta como lugar de veraneio. O povoado sofreu influência holandesa durante a invasão. Em 1635, o coronel de origem polonesa *Crestofle d'Artischau Arciszewski*, a serviço da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais levantou ali um grande campo fortificado, os redutos da Praia de Paripueira**,** apoiado nos Rios Santo Antônio Grande e São Gonçalo, com vistas a guardar a extremidade sul dos domínios holandeses, além de barrar as incursões da guerrilha luso-brasileira. A expansão turística fez o povoado, que pertencia à Barra de Santo Antônio, crescer e ganhar importância, fazendo com que alguns líderes de moradores iniciassem um movimento pela emancipação política. Foi elevado à categoria de município com a denominação de **Paripueira**, pelo artigo 41, inciso IV, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual de 05/10/1989, desmembrado da Barra de Santo Antônio. Ações judiciais questionaram a constitucionalidade do processo até 1990, quando houve um plebiscito, mas só em 1991 é que Carlos Alberto Costa foi nomeado administrador público. Em maio, uma nova liminar cassou a transformação do município, mas o STF manteve a decisão inicial.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017*); IBGE* (2018).

Passo de Camaragibe [camaragibense; lat. + tup.; híbrido] (Cf. *Matriz de Camaragibe*)
Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião do Litoral Norte Alagoano. Topônimo classificado como *Sociotopônimo*. Constituído por ML *pass-* + VT *-o*, f. dep. *de*, ML *camaragib-* + VT *-e*. Etim. do lat. *pāssus* 'armazéns ou espaço por onde alguém há de sair, entrar, passar, porto em terra, ou no mar' (CUNHA, 2010); do tup. camaragibe 'árvore amarela' (TIBIRIÇÁ, 1997).

Nota Município com área territorial atual de 251,669 km² e população estimada em 2017 de 15.461 hab. Seu topônimo faz referência ao conjunto formado pelo porto de estuário da região, razão da estratégia comercial lusa, e pela passagem de terra que dava entrada às mercadorias e às levas de escravos para os engenhos de açúcar, povoados e vilas interiores do fértil Vale do Rio Camaragibe, conhecidos como "passos" utilizados pelos comerciantes que vinham da Capitania de Pernambuco, localizados em um porto primitivo do Rio Camaragibe. Sua origem se deu a partir do porto Camaragibe no rio de mesmo nome que já era utilizado pelos barcos que faziam o comércio da venda de escravos africanos e da exportação do açúcar produzidos pelos engenhos do vale. Assim, o povoado se formou às margens do Rio Camaragibe e em torno da Igreja do Alto do Morro, por isso, sua primeira denominação foi **Matriz de Camaragibe**. Um outro povoado, porém, começou a surgir no ponto em que o rio tinha menor profundidade. O movimento, por causa dos comerciantes que vinham da Capitania de Pernambuco para utilizar os armazéns de embarque, conhecidos como "passos", fez com que a sede administrativa fosse transferida de Matriz de Camaragibe para **Passo de Camaragibe**. Após a invasão holandesa e morte de Calabar, Passo de Camaragibe tornou-se um ponto estratégico, ideal para as comunicações entre o Norte e o Sul. Não há data precisa sobre a instalação da freguesia criada sob a invocação de Bom Jesus e transferida para Nossa Senhora da Conceição, padroeira do município. A freguesia foi elevada à categoria de vila, em 28/06/1852 através da Lei nº 197 e, posteriormente, à categoria de cidade, em 14/06/1880 pela Lei nº 842.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017*); IBGE* (2018).

Paulo Jacinto [paulo-jacintense; lat.; composto] (Cf. *Quebrangulo*)
Localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, Microrregião de Palmeira dos Índios. Topônimo classificado como Antropotopônimo. Constituído por ML *paul-* + VT *-o*, ML *jacint-* + VT *-o*. Etim. *sm*. do lat. *Paulus, Paullus*,

‘pequeno, baixo’; do lat. *Hyacinthus*, do gr. *Hyákinthos* ‘planta liliácea, espadana’ (GUÉRIOS, 1981).

Nota Município com área territorial atual de 118,458 km² e população estimada em 2017 de 7.679 hab. Seu topônimo homenageia Paulo Jacinto Tenório, rico fazendeiro de Quebrangulo/AL que havia doado à Companhia G.W.B.R. uma área de terras destinada aos serviços da nova via férrea de comunicação. O lugar era conhecido como **Lourenço de Cima**, para distinguir-se da propriedade agrícola de Lourenço Veiga, chamada de Lourenço de Baixo ou São Lourenço, que possuía uma capela sob a invocação de São Lourenço. O fundador de Lourenço de Cima foi Antônio de Souza Barbosa, paraibano de Campina Grande/PB, que tendo adquirido grande extensão de terras, por volta de 1835, estabeleceu-se com a família e haveres naquele local, construindo uma casa residencial e uma capela, conforme costume das famílias abastadas e religiosas, à época, em homenagem à Nossa Senhora da Conceição. Fez doação de considerável patrimônio de terras para assegurar a subsistência e conservação da citada capela, em cujas vizinhanças, em terreno daquele patrimônio foram construídas as primeiras casas de taipa para moradia dos novos habitantes que atraídos pela fertilidade do solo e amenidade do clima, para aí afluíram, fazendo surgir uma nova povoação em torno da capela. Quando o povoado foi elevado à categoria de município, nem Antônio de Souza Barbosa nem Lourenço Veiga, pioneiros que deram grande impulso ao povoado, foram escolhidos para dar nome ao município. Anos depois, já no regime republicano, a localidade passou a chamar Paulo Jacinto, por sugestão da direção da *Great Western*, em homenagem a Paulo Jacinto Tenório, rico fazendeiro de Quebrangulo que havia doado terras para a passagem da ferrovia, pela Lei nº 1.747 de 02/12/1953.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017*); IBGE* (2018).

Penedo [penedense; lat.; simples] (Cf. *Piaçabuçu*)

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião de Penedo. Topônimo classificado como *Litotopônimo*. Constituído por ML *pened-* + VT *-o*. Etim. *sf.* do lat. XIII *pĭnna -ae* ‘rocha, rochedo’ (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 689,875 km² e população estimada em 2017 de 64.497 hab. Esse topônimo faz referência à grande massa de rocha saliente sobre a qual a localidade se assenta, trata-se do maior centro de arte barroca e neoclássica do Estado de Alagoas. Em 1534, Duarte Coelho Pereira, primeiro donatário da Capitania de Pernambuco, desceu pelo litoral, adentrou pela foz e a sete léguas encontrou um pequeno povoado que somente em 1560 foi oficialmente reconhecido pelo segundo donatário, Duarte Coelho Pereira de Albuquerque: **Penedo do São**

Francisco. No início de 1637, a presença holandesa, no Nordeste, trouxe mudanças importantes para a Vila de Penedo, invadida por Maurício de Nassau em março daquele ano. Ele perseguia as tropas portuguesas que fugiam de Recife/PE para Salvador/BA. Percebendo a importância estratégica do local, o governante holandês mandou construir um forte e deixou 1.600 homens sob o comando do general Segismundo Van Schkoppe. A vila passou a chamar-se Maurícia e o seu forte denominado Maurício. Mas não tardou a surgir o movimento revolucionário, cuja finalidade era arrancar a terra da mão dos invasores. O movimento revolucionário recebeu o nome de Openeda. Assim, em 19/09/1645, Valentim da Rocha Pita, considerado grande herói penedense, comanda a batalha final no Alto do Monte Alegre, hoje, Praça Clementino do Monte. Ali foi erguida uma cruz de pedra, em estilo bizantino, como marco do grande evento. No ano de 1660, os franciscanos construíram o convento e Igreja de Santa Maria dos Anjos. Pela Lei Provincial nº 3 de 18/04/1842, a vila foi elevada à condição de cidade com a denominação de **Penedo**.

Fonte *Brandão*, *M.,* (1917); *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017*); IBGE* (2018).

Piaçabuçu [piaçabucuense; tup.; simples] (Cf. *Coruripe*; *Penedo*)

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião de Penedo. Topônimo atribuído como *Fitotopônimo*. Constituído por ML *piaçabuçu* ∓. Etim. do tup. *pyassab-ussu* ‘cerca grande’ (TIBIRIÇÁ, 1997); nome comum as várias palmeiras da subfamília das cocosoídeas’ (CUNHA, 1978)

Nota Município com área territorial atual de 240,014 km² e população estimada em 2017 de 18.074 hab. Seu topônimo faz referência à abundância de grandes palmeiras existentes na região, ‘piaçava’ (palmeira) e ‘guassu’ (grande). Consta que o português André Dantas, tendo um grupo de homens sob as suas ordens, entre 1660 e 1670, penetrou na região que hoje constitui o município, em 10 de outubro, dia dedicado a São Francisco de Borja, com palhas de palmeira construiu-se uma pequena barraca, dando-lhe a forma de igreja, em honra daquele santo. Assim, surgiu o povoado Piaçabuçu. Era o local preferido daqueles que atravessavam o Rio São Francisco quando viajavam para um ou outro lado em pequenas canoas e toscas jangadas, que ali ficavam mais a salvo do rio caudaloso em virtude da existência de duas grandes ilhas no local que tornavam a passagem menos perigosa para os viajantes. O Distrito criado com a denominação de **Piaçabuçu** pela Lei Provincial nº 539 de 11/07/1859 e elevado à categoria de vila com a mesma denominação pela Lei Provincial nº 866 de 31/05/1882, desmembrado de Penedo.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017*); IBGE* (2018).

Pilar [pilarense; lat.; simples] (Cf. *Santa Luzia do Norte*)

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião de Maceió. Topônimo classificado como *Hagiotopônimo autêntico*. Constituído por ML *pilar* ╤. Etim. *sm*. do lat. XIV *piar* XIII, *pia* XIV, *pya*r XIV. do lat. vulg. *pīlāre*, de pīla 'coluna' (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 251,066 km² e população estimada em 2017 de 35.552 hab. Seu topônimo teria a motivação religiosa em Nossa Senhora do Pilar, santa de devoção espanhola. Há uma narrativa lendária sobre o aparecimento de uma imagem de Nossa Senhora, em cima de um pilar, encontrada por agricultores nos arredores do povoado. Retirada e levada, no dia seguinte, para uma capela próxima ao local do achado, misteriosamente, a imagem sumiu da igrejinha onde fora deixada, sendo encontrada no mesmo sítio do dia anterior sobre o pilar abandonado. O fato repetiu-se, mais de uma vez, até que os primeiros colonos, daquelas paragens que tinham a laguna como referência, entenderam que um povoado deveria ser edificado. Porém, segundo alguns historiadores, a imagem da padroeira da cidade foi trazida pelo espanhol José de Mendonça Alarcão Ayala, ancestral do Barão de Mundaú, proprietário do Engenho Velho, que tenha escolhido Nossa Senhora do Pilar como padroeira da igreja colonial, em torno de seu engenho de açúcar que deu origem à primitiva povoação. A localidade já era povoada desde os tempos das Capitanias, por volta de 1600, já existiam indícios da presença dos índios Kariris no complexo lagunar Mandaú-Manguaba. Às margens da Laguna do Sul (Manguaba) formou-se uma pequena Vila de Pescadores e, no Século XVII, Gabriel Soares da Cunha, fundou o Engenho Velho, que se denominava como São Gabriel, que em 1750 passou a pertencer ao português Matheus Casado de Lima, que também era proprietário de vários Engenhos, entre eles o Engenho Pilar, edificado nas terras do Engenho Velho e o Campinas, em Santa Luzia do Norte. Foi a partir da implantação dos engenhos de açúcar, em Pilar, que a vila começou a crescer. Com o progresso, o Distrito foi criado com a denominação de **Pilar**, pela Lei Provincial nº 250 de 08/05/1854, foi elevada à categoria de vila pela Lei Provincial nº 321 de 01/05/1857. Em 16/03/1872 pela Lei Provincial n º 626, foi elevado à condição de município. O nome de **Pila**r foi mudado para **Manguaba**, pelo Decreto Lei Estadual nº 2.909 de 30/12/1943 pelo fato da Laguna Manguaba ser o principal polo turístico da localidade, mas em 17/09/1943, voltou a se denominar **Pila**r através de Lei Municipal nº 1.473 de 17/09/1943.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017*); IBGE* (2018).

Pindoba [pindobense; tup.; simples] (Cf. *Viçosa*)

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião Serrana dos Quilombos. Topônimo classificado como *Fitotopônimo*. Constituído por ML *pindob-* + VT *-a*. Etim. *sf.* do tup. *pindá* 'folha da palmeira com a qual os índios faziam fisgas e anzóis; o coco da palmeira pindá' (TIBIRIÇÁ, 1997); 'palmeira da subfamília das cocosoídeas' (CUNHA, 1978).

Nota Município com área territorial atual de 117,085 km² e população estimada em 2017 de 2.953 hab. Seu topônimo faz referência ao nome popular de uma espécie de palmeira da família das Arecáceas. O nome primitivo do lugar era **Pindoba Grande**, passando mais tarde a ser chamada **Vila Pindoba Grande**. Diz a tradição que João Dias estava bastante enfermo, então ele prometeu construir uma capela em agradecimento a São Sebastião, caso recuperasse a saúde. Curado da enfermidade, João Dias mandou levantar, imediatamente, a igrejinha em sua fazenda. Todos os meses, um sacerdote ia celebrar missa na capela, fazendo com que a localidade passasse a ser frequentada por moradores da região. Ao longo do tempo, em razão desse movimento e a fertilidade das terras alguns agricultores se transferiram para o local, atraindo outros moradores, que passaram a trabalhar no desenvolvimento da região, não somente da agricultura, mas também na pecuária. Assim, em pouco tempo, muitas casas foram surgindo, dando forma ao povoado que originaria o atual município. Sua emancipação política aconteceu em 10/10/1957, através da Lei nº 2.070, desmembrado de Viçosa. A mesma Lei alterou o nome **Pindoba Grande** para a forma reduzida **Pindoba**.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017*); IBGE* (2018).

Piranhas [piranhense; tup.; simples] (Cf. *Água Branca*; *Pão de Açúcar; Penedo*)

Localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, Microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco. Topônimo classificado como *Zootopônimo*. Constituído por ML *piranh-* + VT *-a* - + MGF *-s*. Etim. *sf*. do tup. 1587 *pi'rãia* < *pi'ra* + *'ãia* 'dente, nome comum a vários peixes da família dos caracídeos, extremamente ferozes' (CUNHA, 1978; 2010).

Nota Seu topônimo faz referência ao um grupo de *peixes* carnívoros de água doce chamado de *piranhas. Diz a tradição que em um* riacho que é hoje chamado das Piranhas, um caboclo pescou uma grande piranha. Preparou e salgou o peixe, levando-a para sua residência. Lá chegando, verificou que se esquecera do cutelo (instrumento cortante, semicircular, de ferro). E, voltando-se para o filho, disse então para o filho: - Vá ao porto da piranha e traga o meu cutelo. Esta versão foi passando de geração em geração e, segundo parece, ficou o lugar sendo denominado, ao mesmo tempo de Piranhas e Tapera. O nome **Piranhas** foi-se estendendo desde o riacho até

a povoação. Na região predominavam as famílias: Feitosa e Alves. Piranhas, data do século XVII, quando ainda era conhecida como **Tapera**. O estabelecimento da navegação a vapor, em agosto de 1867, fazendo o percurso Penedo-Piranhas, veio dar novo impulso ao município. Entretanto, o maior fator de desenvolvimento deve-se à construção da estrada de ferro. No ano de 1887 foi criada a Vila com território desmembrado de Pão de Açúcar e Água Branca. O Distrito foi criado com a denominação de **Piranhas** pela Lei Provincial nº 964 de 20/07/1885. Elevado à categoria de vila com essa mesma denominação, pela Lei Provincial nº 996 de 03/06/1887, desmembrado de Pão de Açúcar.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017*); IBGE* (2018).

Poço das Trincheiras [pocense; lat. + fr.; híbrido] (Cf. *Penedo; Santana do Ipanema*)

Localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, Microrregião de Santana do Ipanema. Topônimo classificado como *Hidrotopônimo*. Constituído por ML *poç-* + VT *-o*, f. dep. *de* + *a* + MGF *-s* = *das*, ML *trinch-* + MGD *–eira* + MGF *-s*. Etim. *sm*. do lat. XVI putĕs -ī ‘cavidade funda, fim de atingir o lençol aquífero mais próximo da superfície’; *sf.* do fr. XIII *-chey-, trinchea* XVI ‘escavação no terreno para proteção dos combatentes’ (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 284,259 km² e população estimada em 2017 de 14.575 hab. Seu topônimo teria a motivação no fato de ter existido um grande poço - hoje aterrado - próximo ao Rio Ipanema, no local, onde foram construídas trincheiras de pedra, na época da ocupação holandesa no Brasil, para que a população pudesse se defender de um possível ataque holandês. O local onde hoje se encontra a cidade Poço das Trincheiras era propriedade da família Wanderley, descendentes de holandeses. Conta a tradição que um fidalgo holandês de sobrenome Wanderley, na época dos flamengos em Alagoas, entra em desavença com seus patrícios e foi deportado para Penedo. Passados muitos anos, sentindo-se doente e perto do fim, procurou um pretendente para sua filha solteira. Homem influente, seus amigos encontraram, na região do Rio Ipanema, um rapaz de bom conceito para o matrimônio com a donzela. Ali eles se radicaram e deram início à povoação. A fertilidade das terras e as boas condições de pasto para pecuária foram suficientes para que famílias de outras regiões se transferissem para lá, fazendo crescer o povoado. Em 1937, ocorre a alteração da grafia de **Poço Trincheiras** para **Poço das Trincheiras**, sendo elevado à categoria de município com denominação de **Poço das Trincheiras** pela Lei Estadual nº 2.100 de 15/02/1958, desmembrado de Santana do Ipanema.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017*); IBGE* (2018).

Porto Calvo [porto-calvense; lat.; composto] (Cf. *Matriz do Camaragibe; Passo do Camaragibe; Porto de Pedras; São Luís do Quitunde*)
Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião da Mata Alagoana. Topônimo classificado como *Sociotopônimo*. Constituído por ML *port-* + VT *-o*, ML *calv-* + VT *-o*. Etim. *sm*. do lat. XIII. *pŏrtus, -ūs* 'lugar da costa ou em um rio, lagoa etc., que oferece às embarcações certo abrigo, lhes permite fundear e estabelecer contatos com a terra'; *adj*. do lat. *calvus* 'que não tem cabelo na cabeça ou parte dela' (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 313,230 km² e população estimada em 2017 de 27.501 hab. Seu topônimo teria sua motivação na origem lendária do lugar que narra que um velho calvo, que morava às margens de um dos quatro rios da região, o Rio Manguaba, tinha um porto conhecido como *Porto do Calvo.* Segundo a tradição, em tempos remotos, esse porto servia para transportar cana-de-açúcar e mantimentos para outros pontos mais próximos do litoral, como também para o contrabando de mercadorias mais valiosas. O município de Porto Calvo é a freguesia mais antiga de Alagoas, pois já existia no século XVI. Sua fundação é atribuída a Cristóvão Lins, a quem foram doadas terras que se estendiam do Rio Manguaba/AL ao Cabo de Santo Agostinho/PE. A sesmaria recebeu o nome de Santo Antônio dos Quatro Rios. Nesta região, ele iniciou a cultura canavieira no Estado, construiu uma capela e sete engenhos. Foi um dos primeiros locais a ser habitado pelos portugueses. A cruzada organizada por Cristóvão Lins percorreu parte do litoral, expulsando os índios e se apossando de suas terras. Cristóvão Lins recebeu o título de Alcaide-mor de Porto Calvo em 1600. O povoado foi se formando com o movimento entre o norte e o sul, assumindo características de vila nos primeiros trinta anos do século XVII. Quando a povoação se consolidou, após a criação dos primeiros engenhos, foi elevada à Vila com o nome de **Bom Sucesso**, em homenagem à vitória de Matias de Albuquerque obtida contra os holandeses. Mais adiante, foi denominada **Santo Antônio dos Quatro Rios**, devido aos cursos d'água que a rodeiam: Manguaba, Camaragibe, Santo Antônio Grande e Tatuamunha – compreendia as terras entre os Rios Manguaba, passando pelo Rio Camaragibe (Matriz e Passo do Camaragibe), Tatuamunha (Porto de Pedras) e chegando ao Rio Santo Antônio, em São Luís do Quitunde. Todavia, a denominação original prevaleceu, arraigada que estava em sua gente. Assim, foi elevado à condição de cidade com a denominação de **Porto Calvo** pela Resolução Provincial nº 1.115 de 14/11/1889.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017*); IBGE* (2018).

Porto de Pedras [porto-pedrense; lat.; composto] (Cf. *Passo de Camaragibe; Porto Calvo*)
Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião do Litoral Norte Alagoano. Topônimo classificado como *Sociotopônimo*. Constituído por ML *port-* + VT *-o*, f. dep. *de*, ML *pedr-* + VT *-a* + MGF *-s*. Etim. *sm*. do lat. XIII *pŏrtus, -ūs* 'lugar da costa ou em um rio, lagoa etc., que oferece às embarcações certo abrigo, lhes permite fundear e estabelecer contatos com a terra'; *sf*. do lat. XIII *petra -ae* deriv. do gr. pétra 'matéria mineral, dura e sólida, da natureza das rochas' (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 257,396 km² e população estimada em 2017 de 7.965 hab. Seu topônimo teria a motivação em razão de haver um porto que atraía navegantes, quer por meio das águas do Oceano Atlântico, quer por meio do Rio Manguaba, além do fato de seu perímetro urbano está situada entre o mar, o rio e uma encosta de pedras, traduzindo aspecto mineralógico da paisagem natural do lugar. A localização entre o mar, o rio e uma encosta de pedras fez com que o município tivesse três nomes: **Porto Real**, **Águas Belas** e **Porto de Pedras**. A colonização portuguesa contribuiu para o início do povoado, a história de Porto de Pedras está ligada à de Porto Calvo. Durante a invasão e o domínio holandês, até a expulsão, os moradores de Porto de Pedras participaram do movimento contra os holandeses, em Alagoas. Pela barra e pelo porto passavam ou ancoravam embarcações inimigas e aliadas, vindas de Recife/PE com alimentos e munição. No dia 14/05/1633, guiados por Calabar, os holandeses entraram em Porto de Pedras, destruindo embarcações portuguesas e incendiando o povoado. O Distrito criado foi com a denominação de **Porto de Pedras** pela Resolução de Provincial nº 17 de 28/04/1835. Por um Alvará Régio em 05/12/1815, o povoado foi elevado à categoria de Vila, desmembrado de Porto Calvo. Instalado em 27/11/1816. Em 1864, a vila foi suprimida e anexada a Passo de Camaragibe. No ano de 1868, foi restaurada e pela Lei Provincial nº 505 de 26/11/1868 desmembrado de Porto Calvo e elevada à categoria de município.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017*); IBGE* (2018).

Porto Real do Colégio [colegiense; lat.; composto] (Cf. *Penedo; São Brás*)
Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião de Penedo. Topônimo classificado como *Sociotopônimo*. Constituído por ML *port-* + VT *-o*, ML *re-* + MGD *-al*, f. dep. *de* + *o* = *do*, ML *colegi-* + VT *-o*. Etim. *sm*. do lat. XIII *pŏrtus, -ūs* 'lugar da costa ou em um rio, lagoa etc., que oferece às embarcações certo abrigo, lhes permite fundear e estabelecer contatos com a terra'; *adj*. 2g. do lat. XV *rēāllis*, de rēs, rei 'que existe de fato, verdadeiro'; *sm*. do lat. XVI *collēgium* 'reunião, associação, corporação, ext. estabelecimento de ensino' (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 236,677 km² e população estimada em 2017 de 20.327 hab. Seu topônimo teria a motivação em razão de o colégio e o aldeamento ficarem próximos ao Rio São Francisco e de um porto à sua margem, protegidos pela Coroa Real Portuguesa. Seu território, às margens do Rio São Francisco, abrigava várias tribos indígenas, quais sejam kariris, Carapotás, Aconãs e Tupinambás, todas vivendo da caça, pesca e lavoura. Os bandeirantes, em busca de escravos, desarticularam a antiga vida tribal com sua cobiça. Os jesuítas vieram, em seguida, com o objetivo de catequizar os nativos e agrupá-los em uma aldeia central por intermédio de um colégio onde ensinavam língua e religião. O povoamento de Porto Real do Colégio remonta aos meados do século XVII. Os jesuítas erigiram na povoação, no alto de uma colina, entre densas florestas, uma capela rústica sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, em torno da qual começou a florescer a povoação, fundaram um convento e um colégio em frente à capela, do lado sul da margem esquerda do Rio São Francisco. O nome adequado deveria ser Colégio do Porto Real, pois o povoamento se originou do Colégio dos jesuítas que tinha o nome de Real. Há mesmo documento onde lhe é dada aquela denominação, como é o caso da Lei nº 702 de 19/05/1875, onde o Vice-Presidente da Província das Alagoas, Bacharel Felipe de Melo Vasconcelos, no artigo 1º da citada Lei, cria a freguesia de São Brás, desmembrada do Colégio do Porto Real. O Distrito foi criado com a denominação de **Porto Real do Colégio**, em 1795. Elevado à categoria de vila com a mesma denominação, pela Lei Provincial nº 737 de 07/07/1876, desmembrado de Penedo.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017*); IBGE* (2018).

Quebrangulo [quebrangulense; afr.; simples] (Cf. *Palmeira dos Índios; Viçosa*)
Localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, Microrregião de Palmeira dos Índios. Topônimo *Historiotopônimo*. Constituído por ML *quebrangul-* + VT *-o*. Etim. *sm*. do afr., provavelmente Bantu, ‘matador de porcos’ (MENDONÇA et al., 2012).

Nota Município com área territorial atual de 319,829 km² e população estimada em 2017 de 11.496 hab. Seu topônimo, em língua africana, provavelmente Bantu, homenageia um membro de um movimento histórico de resistência à escravidão do negro em Alagoas, o exímio caçador de caititus (porco-do-mato) que era um dos chefes quilombolas, chamado de Quebrangulo. Os índios Xucurus (junto com os Kariris, de Pernambuco) foram os primeiros moradores do povoado de Vitória. Da influência dos quilombos, também instalados no povoado, resultou sua denominação, na gíria dos negros ‘matador de porcos’, representando o excelente desempenho do chefe do quilombo em caçadas. No início de seu desenvolvimento, passou por grandes dificuldades por conta das lutas travadas entre as famílias da cidade, aplainado por influência do Frei Caetano Messina, também

responsável pela construção da Matriz de Bom Jesus dos Pobres, padroeiro de Quebrangulo. O Distrito foi criado com a denominação de **Quebrangulo** pela Lei Provincial nº 301, de 13/06/1856 e elevado à categoria de vila com a mesma denominação pela Lei provincial nº 624 de 16/03/1872, desmembrado de Viçosa (antiga Assembleia) e instalado em 05/09/1872. Pelo Decreto Estadual nº 4 de 20/02/1890, a vila é extinta, sendo seu território anexado ao município de Assembleia. Elevado novamente à categoria de vila com denominação de **Vitória**, pelo Decreto Estadual nº 47 de 27/09/1890, desmembrado de Assembleia. Apenas em 06/06/1910, Quebrangulo retornou à condição de cidade com a denominação de Vitória, pela Lei Estadual nº 593 e, por fim, pela Lei Estadual nº 1.139 de 20/06/1928, voltou a denominar-se **Quebrangulo**.

Fonte *Rocha, J.,* (1996); *Mendonça et al.,* (2012); *IBGE* (2017).

Rio Largo [rio-larguense; lat.; composto] (Cf. *Murici; Santa Luzia do Norte*)

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião de Maceió. Topônimo classificado como *Hidrotopônimo*. Constituído por ML *ri-* + VT *-o*, ML *larg-* + VT *-o*. Etim. *sm*. do lat. XIII *rīvus -ī* 'curso de água natural'; adj. *sm*. do lat. XIV *largus* 'que tem extensão transversal relativamente ampla, espaçoso, extenso, considerável, demorado' (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 299,110 km² e população estimada em 2017 de 76.019 hab. Seu topônimo seria uma alusão à parte do Rio Mundaú que apresentava sua maior largura entre suas margens (extensão transversal relativamente ampla e espaçosa), próximo ao engenho de açúcar existente no local, onde se iniciou o núcleo de povoação do atual município. A história de Rio Largo está ligada, em seus primórdios, à Santa Luzia do Norte. Suas origens remontam à existência de um engenho de açúcar pertencente à família Calheiros Mello. O lugar passou a despontar como importante centro industrial após inauguração da estrada de ferro, do aproveitamento da energia hidráulica das pequenas cachoeiras em seu território e da instalação de indústrias de fibras têxteis. No fim do século XIX, foram fundadas duas unidades para a industrialização das fibras têxteis, em trechos de pequenos cachoeiramentos do Rio Mandaú, favoráveis àquele tipo de atividade fabril. É válido ressaltar, também, nesse período, o surgimento da Usina Leão, que começou a moer em julho de 1894 e tornou-se, à época, uma das maiores do setor em toda a América Latina. Foi elevado à categoria de vila, com a denominação de **Santa Luzia do Norte** pelo Decreto de 10/12/1830 e, em 1938, através do Decreto-Lei Estadual nº 2.361 de 31/03/1938 passou a ser município e tomou, finalmente, a denominação de **Rio Largo**.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017*); IBGE* (2018).

Roteiro [roteirense; lat.; simples] (Cf. São Miguel dos Campos)

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião de São Miguel dos Campos. Topônimo classificado como *Hodotopônimo*. Constituído por ML *rot-* + MGD *–eiro*. Etim. *sf*. do lat. pop. XV rupta 'caminho, direção ou rumo' (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 129,242 km² e população estimada em 2017 de 6.774 hab. Seu topônimo teria a motivação no fato de se acreditar que os jesuítas descobriram no território do atual município, o "roteiro" de Dom Pero Fernandes Sardinha, o primeiro Bispo do Brasil que foi devorado pelos indígenas na região. Os índios Caetés foram os primeiros moradores, por volta de 1853. Anos depois, Francisca de Albuquerque instalou a **Fazenda Livramento**, construindo também, em 1900, a primeira capela em homenagem à Nossa Senhora do Livramento. Depois de ver o povoado sendo transformado em vila, o padre Júlio de Albuquerque, da então freguesia de São Miguel dos Campos, decidiu vender o patrimônio de Nossa Senhora do Livramento - doado por Francisca de Albuquerque à santa antes de sua morte para Antônio Martins Moreira, que o revendeu, fazendo-o passar por muitos donos. A emancipação política chegou por meio da Lei nº 2.648 de 18/12/1963, elevando a vila à categoria de município e distrito com a denominação de **Roteiro**.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017*); IBGE* (2018).

Santa Luzia do Norte [nortense; lat. + port. euro. + germ.; híbrido] (Cf. *Marechal Deodoro; Rio Largo*)

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião de Maceió. Topônimo atribuído classificado como *Hagiotopônimo autêntico*. Constituído por ML *sant-* + MGF *-a*, ML *luzi-* + VT *-a*, f. dep. *de* + o = *do*, ML *nort-* + VT *-e*. Etim. *adj*. do lat. XIII *sanctus, -a, -um* 'sagrado, que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina' (CUNHA, 2010); f. pop. port. de *Lúcia*, do lat. Lucia, pronunciada com a tônica no "i" por influência do grego (GUÉRIOS, 1981); *sm*. do fr. XV *nord/* var. *north* de origem germ. 'ponto cardeal que se opõe ao sul' (CUNHA, 2010)

Nota Município com área territorial atual de 28,857 km² e população estimada em 2017 de 7.386 hab. Seu topônimo teria a motivação religiosa em razão da cura de um cego considerado o fundador da cidade, esse milagre foi atribuído à Santa Luzia (nascida no ano de 280, na cidade litorânea de Siracusa, Itália. Santa Luzia, também chamada Lúcia, é a protetora dos olhos. Seu nome vem do Latim e deriva de 'luz'). Após ter recuperado a visão, o homem se estabeleceu ali, nos primeiros anos do século XVII, dando início ao povoamento da região, às margens da Laguna do Norte (como era chamada antigamente a Laguna Mundaú). Primitivamente, o local era conhecido pelo nome de **Outeiro de São Bento** devido à existência de um

convento beneditino, situado na parte alta do lugar. Durante seu processo denominativo, o local ainda recebeu o nome, conforme documentos probatórios, de **Nossa Senhora da Luz da Villa Nova de Santa Luzia**, denominação esta não mais registrada em documentos posteriores, sob a proteção da Virgem de Syracusa, e ainda **Villa do Norte** e **Santa Luzia de Syracusa da Lagoa do Norte** ou **Santa Luzia de Siracusa**, são denominações que alguns historiadores mencionam e, posteriormente **Santa Luzia do Norte** nome mantido até os dias de hoje. É uma das mais antigas povoações de Alagoas, em 1663, já se tinha notícias de sua existência com a invasão dos batavos, durante a guerra holandesa, que por ali se dirigiram, depois de atacar a atual cidade de Marechal Deodoro. Antônio Martins Ribeiro foi um dos seus primeiros moradores, ele recebeu de Miguel Gonçalves Vieira uma légua de terras com a condição de ali levantar engenho de açúcar e fazer vida. A chegada de inúmeros novos moradores e a construção de suas casas deram um impulso extraordinário ao povoado que encontrou desenvolvimento rápido. Em pouco tempo, transformou-se no mais importante povoado às margens do Norte e do Rio Mandaú. Foi elevada à categoria de vila em 10/12/1830 com a denominação de **Santa Luzia do Norte** e à condição de cidade com a mesma denominação pela Lei Estadual nº 696 de 13/07/1915. Em 1962, foi elevada à categoria de município e distrito, mantendo seu topônimo pela Lei Estadual nº 2.464 de 23/08/1962, desmembrado de Rio Largo.

Fonte Lima (2008), Pedrosa, (2008); *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017*); IBGE* (2018).

Santana do Ipanema [santanense; port. bras. + tup.; híbrido] (Cf. *Traipu*)

Localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, Microrregião de Santana do Ipanema. Topônimo classificado como *Hagiotopônimo autêntico*. Constituído por ML *sant-* + MGF *–a*, + ML *an-* + VT *-a*, f. dep. *de* + *o* = *do*, ML *ipanem-* + VT *-a*. Etim. *sf*. sobr. port. de origem religiosa: Sant'Ana, mãe de Maria Santíssima (GUÉRIOS, 1981); do tup. gua. *'y* 'agua' + panema 'imprestável' ou possivelmente *upaba* 'lago' + nem 'fedorento'. *Ypanema*, da língua Yaathe, original da tribo Fulni-Ô, também 'água turva', 'água imprestável para o consumo humano' (MENDONÇA et al., 2012).

Nota Município com área territorial atual de 437,878 km² e população estimada em 2017 de 48.232 hab. Seu topônimo teria a motivação religiosa em decorrência do Movimento Missionário Católico presente, à época, na região do Rio Ipanema. A história de Santana do Ipanema conta que, no final do século XVIII, a atual cidade não passava de um arraial, habitado por índios e mestiços. A catequese do povoado, iniciou-se em 1787. Em pouco tempo, o Pe. Francisco José Correia de Albuquerque, vindo de Pernambuco, conseguiu implantar os preceitos fundamentais do catolicismo, bem como construir uma capela consagrada à Nossa Senhora Sant'Ana, (ou Santana,

Santa Ana ou ainda Sant'Anna – em latim). Em 1815, os irmãos Martins e Pedro Vieira Rêgo, descendentes de portugueses e vindos da Bahia, foram beneficiados pelo Rei com uma sesmaria, instalando-se perto da Ribeira do Panema (próxima às serras da Camonga, Caiçara e Gugy), transformando suas terras em grandes fazendas e tornando-se os primeiros colonizadores. A freguesia data de 24/02/1836, sob invocação de Sant'Ana. Pelos idos de 1871, a freguesia da Ribeira do Panema, ainda pertencia, politicamente, à Traipu. O Distrito foi criado com a denominação de **Santana do Ipanema**, pela Lei Provincial nº 9 de 24/02/1836. Elevada à categoria de vila com o mesmo nome pela Lei Provincial nº 681 de 24/04/1875, desmembrado de Traipu. Mais tarde, em 31/05/1921 pela força da Lei nº 893 a vila foi elevada à categoria de Cidade.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017*); IBGE* (2018).

Santana do Mundaú [mundauense; port. bras. + tup.; híbrido] (Cf. *União dos Palmares*)

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião Serrana dos Quilombos. Topônimo classificado como *Hagiotopônimo autêntico*. Constituído por ML *sant-* + MGF *-a* + ML *an-* + VT *-a*, f. dep. *de* + *o* = *do*, ML *mundau* ╤. Etim. *sf*. sobr. port. de origem religiosa: Sant'Ana, mãe de Maria Santíssima (GUÉRIOS, 1981); do tup. *mandau* 'bebedouro' (MENDONÇA et al., 2012).

Nota Município com área territorial atual de 225,407 km² e população estimada em 2017 de 10.899 hab. Seu topônimo teria a motivação religiosa em razão da devoção da comunidade à Sant'Ana (ou Santana, Santa Ana ou ainda Sant'Anna – em latim). Primitivamente, era um lugar insulado, remoto, onde o acesso era difícil e, até pouco tempo, feito somente a cavalo por picadas abertas na mata. Teve como primeiro topônimo **Mundaú-Mirim** e data da época da criação da feira na localidade, quando era vila, durante o século XIX. Esse nome se devia à existência, em suas paragens, do Rio Mundaú, em tup. 'bebedouro', nome ao qual se somou Mirim, que é um diminutivo 'pequeno'. Somente a partir de 1940, com a abertura da estrada para União dos Palmares/AL (hoje conhecida como Estrada da Laranja) é que começou a se desenvolver. Por volta de 1800, havia poucas residências e apenas uma casa comercial na região. Posteriormente, foi construída uma capela, transformada na Matriz de Nossa Senhora de Santana, hoje, Paróquia de Sant'Ana, cujo sino foi colocado em 1873, permanecendo até hoje. Pelo Decreto Lei nº 2.361 de 31/03/1938, o Distrito de **Mundaú-Meirim** passa a ser denominado de **Mundaú-Mirim**. Em 14/06/1960, pela a Lei nº 2.245, foi elevado à categoria de município com a denominação de **Santana do Mundaú**, desmembrado de União dos Palmares.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017*); IBGE* (2018).

São Brás [são-braense; lat.; composto] (Cf. *Porto Real do Colégio; Feira Grande, Campo Grande; Olho d'Água Grande*)
Localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, Microrregião de Traipu. Topônimo classificado como *Hagiotopônimo autêntico*. Constituído por f. procl. apoc. de santo > *são* + ML *bras* ╤. Etim. *sm*.do lat. XIII *sanctus* 'sagrado, 'que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina' (CUNHA,2010); do lat. *blasius* ou *Blassius*, por sua vez do greco-latim *Basillus* (GUÉRIOS, 1981).

Nota Município com área territorial atual de 139,945 km² e população estimada em 2017 de 7.058 hab. Seu topônimo teria a motivação religiosa na lenda de que uma imagem de São Brás foi encontrada por jovens em passeio próxima à região do nascedouro povoado. Impressionada com o achado, a população construiu uma capela em devoção ao santo, hoje a capela corresponde à Matriz de São Brás. Segundo à Igreja Católica, São Brás, era médico, sacerdote e bispo. Protetor contra os males da garganta e dos animais. Tinha grande compaixão dos mais necessitados e usava de seu ofício para ajudar a todos sem discriminação. Primitivamente, o lugar era uma pequena povoação localizada um pouco acima de Porto Real do Colégio/AL, do qual fazia parte. Anos depois, cedeu parte de seu território para a criação dos municípios de Feira Grande, Campo grande e Olho d'Água Grande. O Distrito foi criado com o nome de **São Brás**, pela Lei Provincial nº 702 de 19/05/875. Elevado à categoria de vila com a mesma denominação pela Lei Provincial nº 1.056 de 28/06/1889, desmembrado de Porto Real do Colégio. Após um longo processo, por Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do Estado de Alagoas, promulgado em 09/07/1947, São Brás volta a ter autonomia política.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

São José da Laje [lajense; lat. + hebr. + lat.; híbrido] (Cf. *Porto Calvo; Porto de Pedras; União dos Palmares*)
Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião Serrana dos Quilombos. Topônimo classificado como *Hagiotopônimo autêntico*. Constituído por f. procl. apoc. de santo > *são*, ML *jose* ╤, f. dep. de + *a = da*, ML *laj-* +VT *-e*. Etim. *sm*.do lat. XIII sanctus 'sagrado, que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina' (CUNHA, 2010); do hebr. *Iosseph, Iehussefele* (Deus)' dê aumento, ou (Deus) aumente (com outro filho)' (GUÉRIOS, 1981); *sf.* do lat. XIII *lagea* 'pedra de superfície plana, lousa' (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 256,637 km² e população estimada em 2017 de 24.226 hab. Seu topônimo teria a motivação religiosa em razão da edificação de uma capelinha erigida próximo ao Rio Canhoto pelo senhor de engenho José Vicente de Lima em homenagem ao pai de Jesus Cristo, São José. Para a Igreja Católica, São José ou José de Nazaré ou José, o Carpinteiro foi, segundo o Novo Testamento, o esposo da Virgem Maria e o pai adotivo de Jesus. O nome José é a versão lusófona do hebraico do hebr. *Iosseph, Iehussefele* (Deus)‘ dê aumento, ou (Deus) aumente (com outro filho)’ (GUÉRIOS, 1981). Dentre as riquezas minerais do lugar, sobressaem-se suas pedreiras. Daí teve seu primeiro nome **Laje do Canhoto** em alusão ao Rio Canhoto e suas pedras (lajes). A origem do povoado de São José da Laje está ligada às primeiras expedições comerciais feitas entre Porto Calvo, Porto de Pedras e outros municípios situados no litoral norte de Alagoas, além de algumas cidades de Pernambuco como Rio Formoso, Cabo de Santo Agostinho e Serinhaém. Sua expansão, no entanto, deveu-se realmente a motivos religiosos. Em 1828, houve uma doação de ‘cem mil reis’ de terra feita por José Vicente de Lima e sua esposa ao santo São José a bem de suas almas. O casal era dono de um antigo engenho de açúcar onde mais tarde se instalou a Fazenda Boa Esperança. O contorno das terras doadas não era bem definido mas citava o Rio Canhoto, no ponto onde está hoje a cidade. Foi elevada à categoria de distrito com a denominação de **São José da Laje**, pela Lei Provincial nº 885 de 30/06/1882, e à categoria de vila com a mesma denominação pela Resolução Provincial nº 681 de 24/04/1875 e pela Lei Provincial nº 737 de 07/07/1876. Finalmente, pela Lei nº 896 de 28/07/1886 foi criado o município de São José da Laje.

Fonte *Pontes, F.,* (1989); *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017*); IBGE* (2018).

São José da Tapera [taperense; lat. + hebr. + tup.; híbrido] (Cf. *Pão de Açúcar*)
Localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, Microrregião de Santana do Ipanema. Topônimo classificado como *Hagiotopônimo autêntico*. Constituído por f. procl. apoc. de santo > *são*, ML *jose* ∓, f. dep. *de* + *a* = *da*, ML *taper-* + VT *-a*. Etim. *sm*.do lat. XIII sanctus ‘sagrado, ‘que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina’. (CUNHA, 2010); do hebr. *Iosseph, Iehussef* Ele (Deus)‘dê aumento, ou (Deus) aumente (com outro filho)’ (GUÉRIOS, 1981); *sf*. do tup. 1562 *ta’pera* <'taua ‘taba’ + 'puera ‘que foi’ ‘aldeia indígena abandonada, habitação em ruinas’ (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 494,498 km² e população estimada em 2017 de 32.626 hab. Seu topônimo teria a motivação religiosa em razão da construção de uma capela dedicada a São José, nas proximidades das edificações simples de casas de taipa (taperas) onde seu deu o início do burgo. Para a Igreja Católica, São José ou José de Nazaré ou José, o Carpinteiro foi, segundo o Novo Testamento, o esposo da Virgem Maria e o

pai adotivo de Jesus. Sua origem se deu por volta de 1900, através de famílias vindas de Pão de Açúcar/AL. As melhorias trazidas pelos comerciantes Afonso Soares Vieira, na antiga fazenda da família Maciano, atraíram novos moradores, em sua maioria agricultores da região. Estes começaram a fazer taperas, denominação dada pelos indígenas às tabas abandonadas, e pelos brancos, às casas de taipa, como faziam os índios. Tempo depois, foi criada uma feira de grande aceitação pelos moradores das vizinhanças. A iniciativa fez com que agricultores de outros municípios conhecessem a fertilidade das terras locais, incentivando-os a instalar propriedades no novo núcleo que ali se formava. A construção de uma capela oferecida a São José, naquela época, permitiu o nome definitivo do nascente lugarejo. O Distrito foi criado com denominação de **São José da Tapera** pela Lei nº 1.473 de 17/09/1949, subordinado a Pão de Açúcar, e em 24/12/1957 conquista sua independência política pela Lei nº 2.084.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017*); IBGE* (2018).

São Luís do Quitunde [quitundense; lat. + fr. + afr.; híbrido] (Cf. *Passo de Camaragibe*)

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião da Mata Alagoana. Topônimo classificado como *Hagiotopônimo autêntico*. Constituído por f. procl. apoc. de santo > são, ML *luis* ╤, f. dep. *de* + *o* = *do*, ML *quitund-* +VT *-e*. Etim. *sm*.do lat. XIII *sanctus* ‘sagrado, ‘que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina’ (CUNHA, 2010); do fr. *Louis* ou do ant. esp. *Lois*, deriv. do germ. ‘guerreiro (frid) do povo (luit)’, ou ‘proteção da fama (lud) (GUÉRIOS, 1981); do afr. Bantu, corruptela de *condunde* ‘montanha ou espécie de peixe’ (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 397,367 km² e população estimada em 2017 de 34.961 hab. Seu topônimo homenageia São Luís IX, rei e patrono da França, santo da Igreja Católica. Quitunde (herança dos escravos dos engenhos da região) era o nome que serviu para designar o baixo fluvial onde surgiu o antigo povoado, uma paliçada de mucambo, portanto, um quilombo fluvial. Sua origem foi um quilombo fluvial, originado de uma pequena aldeia indígena, descoberta em 1624 pelo holandês Albert Sourth. Seu povoamento se deu por volta de 1870, quando surge o comércio no Engenho Castanha Grande, pertencente ao major Manoel Cavalcante, que doou ao seu filho, Joaquim Machado Cavalcante, as terras do **Engenho Quitunde**, onde foi fundado o povoado e para onde se transferiu a estrutura do Engenho Castanha Grande. O comércio do açúcar desenvolveu o povoado e mais casas comerciais foram surgindo. O progresso da nascente povoação fez-se rápido. O Distrito foi criado com denominação de **São Luís do Quitunde**, pela Lei Provincial nº 869 de 22/06/1882 e elevado à categoria de vila com a mesma denominação, pela Lei Provincial nº 851 de 23/06/1879,

desmembrado de Passo de Camaragibe. Elevado à condição cidade com a denominação de São Luís do Quitunde, pela Lei Estadual nº 15 de 16/05/1892.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017*); IBGE* (2018).

São Miguel dos Campos [miguelense; lat. + heb. + lat.; híbrido] (Cf. *Anadia; Marechal Deodoro*)

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião de São Miguel dos Campos. Topônimo classificado como *Hagiotopônimo autêntico*. Constituído por f. procl. apoc. de santo > são, ML *miguel* ╤, f. dep. *de* + *o* + MGF –*s* = *dos*, ML *camp*- +VT -*o* + MGF -*s*. Etim. do lat. XIII *sanctus* 'sagrado, 'que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina'' (CUNHA, 2010); *sm*. do hebr. *Mikhael* de 'quem (mlkha) é como Deus (el)?' (GUÉRIOS, 1981); *sm*. do lat. XIII *campus, -i* 'planície, terreno plano, terreno para plantio ou exercícios' (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 360.882 km² e população estimada em 2017 de 61.827 hab. Seu topônimo teria a motivação religiosa em virtude de o lugar ter sido descoberto no dia 29/09/1501 por Américo Vespúcio e André Gonçalves, data consagrada pela Igreja Católica a São Miguel, em razão disso, a localidade foi batizada com o nome do arcanjo guerreiro São Miguel. Já o termo modificador 'dos Campos' foi dado em função dos Campos Arrozais dos Inhaúns, de cujo território fazia parte, segundo cronistas holandeses, "os mais férteis do Brasil". Era uma antiga aldeia de índios samambis, a missão exploradora portuguesa chegou na localidade através do Rio São Miguel. Os exploradores, atraídos pela riqueza do solo, se estabeleceram cultivando cana-de-açúcar e outros produtos agrícolas, além da criação de gado, abrindo caminhos pelas matas e a comunicação com Marechal Deodoro (antiga Vila Madalena) e Anadia (Campos dos Arrozais de Inhaúns). O povoado que se formou teve destaque importante na história do Estado pois seu povo teve participação ativa na luta contra os holandeses, na destruição do Quilombo dos Palmares e na Revolução Republicana de Pernambuco, em 1817. Foi elevado à categoria de vila com o nome **São Miguel dos Campos** pelo Decreto de 10/07/1832, sendo desmembrado do município de Alagoas (Atual Marechal Deodoro) e elevado à condição de cidade com a denominação **São Miguel dos Campos** pela Lei Provincial nº 423 de 18/06/1864.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017*); IBGE* (2018).

São Miguel dos Milagres [milagrense ou miguelense; lat. + hebr. + lat.; híbrido] (Cf. *Porto Calvo; Porto de Pedras*)
Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião do Litoral Norte Alagoano. Topônimo classificado como *Hagiotopônimo autêntico*. Constituído por f. procl. apoc. de santo > são, ML *miguel* ∓, f. dep. *de* + *o* + MGF –*s* = *dos*, ML *milagr-* + VT -*e* + MGF -*s*. Etim. *sf*. do lat. XIII *barra -ae* 'entrada estreita de um porto'; do lat. XIII *sanctus* 'sagrado que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina' (CUNHA, 2010); *sm*. do hebr. *Mikhael* de 'quem (mlkha) é como Deus (el)?' (GUÉRIOS, 1981); sm. do lat. XIII *miragre*; XIV *myragre* 'efeito extraordinário que vai contra as leis da natureza, maravilha' (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 76,744 km² e população estimada em 2017 de 8.022 hab. Seu topônimo é uma homenagem ao arcanjo São Miguel. Diz a tradição que um pescador local teria encontrado na praia uma peça de madeira coberta de musgos e algas marinhas. Ao levá-la para casa e fazer sua limpeza, descobriu que se tratava de uma imagem de São Miguel Arcanjo, provavelmente caída de alguma embarcação. Ao terminar a limpeza, descobriu, espantado, que uma ferida persistente que o afligia há tempos estava totalmente cicatrizada. A notícia logo se espalhou, fazendo com que aparecessem pessoas em busca de cura para suas doenças e de novos milagres. O lugar era conhecido pelo nome de **Nossa Senhora Mãe do Povo** e sua capela inicial que deu origem à freguesia, estabelecida pela Igreja Católica, foi dedicada a Nossa Senhora Mãe do Povo. Sua colonização teve início durante a invasão holandesa, quando moradores de Porto Calvo fugiram à procura de um abrigo onde pudessem, também, observar o movimento dos invasores batavos que utilizavam o Rio Manguaba para chegar ao interior. Disputava com Porto de Pedras a primazia de ser a sede do Engenho Mata Redonda, onde ocorreu a célebre batalha do mesmo nome travada, entre o exército holandês e as forças luso-espanholas e vencida pelo general Artikchof. É compreensível a querela, uma vez que os atuais municípios não estavam formados e os limites eram imprecisos. Por muito tempo, o Engenho Democrata foi destaque na produção de açúcar na região. Igualmente, o povoado foi líder na produção de coco. O Distrito foi criado com a denominação de **São Miguel dos Milagres**, pela Lei Provincial nº 417 de 09/06/1864 e elevado à condição de município com o mesmo nome pela Lei Estadual nº 2.239 de 07/06/1960, desmembrado de Porto de Pedras.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017*); IBGE* (2018).

São Sebastião [salomeense; lat.; composto] (Cf. *Arapiraca; Igreja Nova; Palmeira dos Índios; Penedo*)
Localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, Microrregião de Arapiraca. Topônimo classificado como *Hagiotopônimo aparente*. Constituído por f.

procl. apoc. de santo > *são*, ML *sebast-* + MGD *-ão*. Etim. *sm*. do lat. XIII *sanctus* ‘sagrado, ‘que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina’ (CUNHA, 2010); do lat. *Sebastianus*, do gr. *Sebastianós*, f. ampliada de sebastós, ‘augusto, magnífico, venerável’ (GUÉRIOS, 1981).

Nota Município com área territorial atual de 315,168 km² e população estimada em 2017 de 34.551 hab. Seu topônimo seria uma homenagem, por iniciativa dos líderes locais que desejavam manifestar a gratidão da comunidade ao então Governador Sebastião Marinho Muniz Falcão que apoiou, integralmente, o movimento de emancipação da localidade. Como é proibido por Lei homenagear pessoas vivas, o tributo foi camuflado pelo nome do santo católico de muita devoção no interior, evocado para curar doenças e epidemias, São Sebastião. Primitivamente, era conhecida como **Salomé**, por associação a dois produtos trazidos em abundância pelos tropeiros que por ali passavam: sal e mel (formando pela junção dos sons das palavras sal + mé = salomé). Por ser localizada em entroncamento bastante movimentado, próximo da fronteira Alagoas/Sergipe e cidades prósperas como Penedo e Palmeira dos Índios (hoje a cidade próxima mais desenvolvida é Arapiraca) serviam muitas vezes de pouso. Surgiram, por isso, pequenas e modestas hospedarias para abrigar esses viajantes. O povoado desenvolveu e foi elevado à categoria de distrito com a denominação de **Salomé**, pelo Decreto Estadual nº 39 de 11/09/1890, subordinado ao município de Triunfo. Anos depois, pela Lei Estadual nº 2.229 de 31/05/1960, foi elevado à categoria de município com a denominação de **São Sebastião**.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017*); IBGE* (2018).

Satuba [satubense; tup.; simples] (Cf. *Coqueiro Seco; Maceió; Santa Luzia do Norte; Rio Largo*)
Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião de Maceió. Topônimo classificado como *Zootopônimo*. Constituído por ML *satub-* + VT *-a.* Etim. do tup. *yssá-tyba* ‘abundância de içás’ (TIBIRIÇÁ, 1997)

Nota Município com área territorial atual de 35,974 km² e população estimada em 2017 de 13.949 hab. Seu topônimo faz referência a uma espécie de formiga (saúva) que muito incomodava os operários que construíam a trilha férrea de *Great Western*. Em 1893, o povoado era conhecido pelo nome de **Carrapato**, com poucas casas de taipa e palha, devido à presença desse inseto em suas matas. Edificou-se uma capela no local onde hoje está construída a igreja matriz, que teve Nossa Senhora da Guia, a padroeira, como protetora. A navegação lagunar, com pequenas embarcações, fazia a comunicação com Santa Luzia do Norte, Coqueiro Seco e Maceió. Suas terras pertenciam à vila de Santa Luzia do Norte, e depois a Rio Largo, de onde foram desmembradas. O povoado deve seu crescimento à implantação

da trilha férrea da *Great Western* em seu território, fato que foi reforçado, mais adiante, com a construção de estradas de rodagem que ligavam a capital ao interior, principalmente no sentido do Agreste e do Sertão. Foi elevado à categoria de município e distrito com o nome de **Satuba**, pela Lei Estadual nº 2.265 de 23/07/1960.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017*); IBGE* (2018).

Senador Rui Palmeira [rui-palmeirense; lat. + port. euro. + lat.; híbrido] (Cf. *Palmeira dos Índios; Santana do Ipanema*)

Localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, Microrregião de Santana do Ipanema. Topônimo classificado como *Antropoaxiotopônimo*. Constituído por ML *senad-* + MGD *-or*, ML *rui* ∓, ML *palm-* + MGD *-eira*. Etim. *sm*. do lat. XIV *sĕnātor -ōris* 'membro do senado' (CUNHA, 2010), do port. arc. *Ruy, Roy*, hip. de Rodrigo (GUÉRIOS, 1981); *sf*. do lat. 1844 *palmeyra* 'denominação comum a todos as plantas pertencentes à família palmáceas; espique' (CUNHA, 2010)

Nota Município com área territorial atual de 341,989 km² e população estimada em 2017 de 14.036 hab. Seu topônimo é uma homenagem prestada pelo ex-governador do Estado de Alagoas Guilherme Palmeira ao seu pai Guilherme Gracindo Soares Palmeira. Foi advogado, jornalista e empresário rural, foi oficial do gabinete do prefeito de Maceió, secretário da prefeitura da capital alagoana, deputado federal e senador. Antes de se tornar Município, o povoado era conhecido como **Riacho Grande**, por haver ali um córrego que inundava o vilarejo durante o inverno. Por volta de 1930, Antônio Afonso, vindo de Palmeira dos Índios, instalou uma fábrica de corda na região hoje ocupada pela sede do município. Ele utilizava como matéria-prima o caroá, planta de pouca folhagem que era encontrada com facilidade nos arredores. Em torno dessa atividade cresceu um reduzido povoado. O início das atividades comerciais apresentando características de feira foi no dia 30/101943, comemorado com a realização da primeira missa. Em 1945, José Rodrigues Fontes montou um alambique para a produção de cachaça, tornando a localidade conhecida pela denominação de **Usina**. Entretanto, o topônimo Riacho Grande acabou prevalecendo para o povoado, em razão do rio que corta o lugar obter, no inverno, razoável largura. E foi com o nome de Riacho Grande, adotado definitivamente pelo missionário e ratificado pela população, que o povoado se desenvolveu chegando ao ponto de tornar-se sua emancipação um fator natural. Assim, por plebiscito realizado no ano 1981, conseguiu a sua desejada emancipação. Foi elevado à categoria de município e distrito com a denominação de **Senador Rui Palmeira,** pela Lei Estadual nº 4.346 de 13/05/1982, desmembrado de Santana do Ipanema.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017*); IBGE* (2018).

Tanque d'Arca [tanquense; De origem controversa + lat.; híbrido] (Cf. *Anadia; Palmeira dos Índios*)

Localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, Microrregião de Palmeira dos Índios. Topônimo classificado como *Hidrotopônimo*. Constituído por ML *tanqu-* + VT *-e*, f. dep. *de* + ML *arc-* + VT *-a.* Etim. *sm.* XV de origem obscura, talvez se trate de uma forma aferética de *estanque* > *tanque* 'reservatório de água ou de outro qualquer líquido'; *sf.* do lat. XIII *archa* 'grande caixa de tampa chata, cofre, tesouro' (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 124,761 km² e população estimada em 2017 de 6.270 hab. Seu topônimo faz referência ao fato de no local onde hoje se localiza o atual município havia um tanque de água natural sob a sombra de um pé de oitizeiro, onde os viajantes faziam paradas para um breve descanso. Certa feita, acampou por ali um bando de ciganos que, ao deixar o lugar, esqueceu uma arca com muitos e variados objetos do grupo após um grande período de acampamento, exatamente à sombra do oitizeiro, despertando a curiosidade da população local. Esse fato marcou o cotidiano dos moradores que, a partir dele, a localidade passou a ser conhecida pelo nome de **Tanque d'Arca**. Originalmente, a região era uma mata virgem e antes da colonização havia apenas uma picada neste matagal que era o único caminho a Palmeira dos Índios e Anadia, utilizado pelos tropeiros e outros vendedores para levar os seus produtos para lá e para cá. Os primeiros locais a serem habitados, no início do povoamento, foram as terras onde hoje estão o sítio Carrapato e as ruas José Garcez e Hernani Almeida, onde foram construídas as casas dos novos moradores. Com o crescimento populacional, iniciou-se a monocultura da cana-de-açúcar na região. O povoado se desenvolveu rapidamente e logo foram construídos armazéns para a compra de cereais e instalado um descaroçador de algodão. O território que pertencia à Anadia só foi desmembrado em 1962, através da Lei nº 2.507, mas sua instalação oficial só ocorreu no ano seguinte.

Fonte *Fonseca*, (2000); *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017*); IBGE* (2018).

Taquarana [taquaranense; tup.; simples] (Cf. *Anadia; Limoeiro de Anadia*)

Localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, Microrregião de Arapiraca. Topônimo classificado como *Fitotopônimo.* Constituído por ML *taquaran-* + VT *-a*. Etim.do tup. *tacuá-rana* 'planta que se parece com a taquara, falsa taquara' (bambu) (TIBIRIÇÁ,1997).

Nota Município com área territorial atual de 153,291 km² e população estimada em 2017 de 20.205 hab. Seu topônimo faz referência a uma espécie de planta encontrada no Agreste alagoano. Sua origem remonta à instalação da **Fazenda Cana Brava**, em 1750, pertencente à família Correia Paes,

dedicada à criação de gado e à lavoura de diferentes alimentos para atender aos tropeiros que se deslocavam do Litoral ao Sertão. A estrada utilizada passava próximo à referida fazenda e tinha a cidade de Anadia como referência. O povoado se expandiu, a partir de 1821, com a construção da Matriz de Santa Cruz, em lugar hoje mais afastado da sede da fazenda pioneira. Ali floresceu, efetivamente, o núcleo urbano do atual município de Taquarana. Até sua emancipação, o povoado era conhecido por **Cana Brava dos Paes** e se tornou ponto de passagem obrigatório - pela estratégica posição de proximidade com a estrada que ligava o Sertão à capital do Estado - alcançou o progresso rapidamente. Em 1938, foi elevada à condição de vila, ainda pertencendo a Limoeiro de Anadia. Sua autonomia administrativa, porém, só veio em agosto de 1962, através da Lei nº 2.465, que também alterou o topônimo para **Taquarana,** por sugestão do Bispo Dom Rômulo de Farias, arcebispo de Maceió.

Fonte *Castro Neto*, (2006); *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Teotônio Vilela [vilelano; lat. + port. euro.; híbrido] (Cf. *Coruripe; Junqueiro; Campo Alegre*)

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião de São Miguel dos Campos. Topônimo classificado como *Antropotopônimo*. Constituído por ML *teotoni-* + VT *-o*, ML *vilel-* + VT *-a.* Etim. *sm.* do lat. *Teutonius*, *Theutonius* ‘teuto, teutônico germânico’; do sobr. port. top., dim. de vila sentido medieval (GUÉRIOS, 1981).

Nota Município com área territorial atual de 299,223 km² e população estimada em 2017 de 44.666 hab. Seu topônimo homenageia Teotônio Vilela, político e empresário do Estado de Alagoas. Sua origem se deu em 1950, em razão de uma ponte construída sobre o Rio Coruripe nas imediações do Engenho São Mateus, propriedade de Samuel Pereira Sampaio, à época, fazia parte do município de Junqueiro. A localidade era conhecida pelo nome de **Vila São Jorge**, seria uma homenagem ao então Promotor de Justiça, o advogado e oficial da Reserva do Exército Brasileiro Jorge de Medeiros Pacheco, um boêmio homem do campo ou, segundo alguns historiadores, em devoção ao Santo São Jorge. No início de 1970, o empresário Teotônio Vilela comprou parte da propriedade Engenho São Mateus. A partir daí a povoação cresceu e originou uma feira semanal que reunia gente vinda de outros locais. Daí o lugar passou a ser chamado de **Feira Nova**. Em suas terras se localiza a Usina Seresta, empresa de propriedade da família Vilela. Após o falecimento de Teotônio Vilela, seu nome foi dado ao município. Oficializado através de plebiscito, quando Feira Nova decidiu pela emancipação política com o nome alterado para **Teotônio Vilela** pela Lei nº 4.831 de 12/12/1986.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Traipu [traipusense; tup.; simples] (Cf. *Penedo*)

Localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, Microrregião de Traipu. Topônimo classificado como *Hidrotopônimo*. Constituído pelo ML *traipu* ∓. Etim. do tup. *taraí-ypu* 'fonte da traíra, muito peixe' (TIBIRIÇÁ, 1997).

Nota Município com área territorial atual de 685,780 km² e população estimada em 2017 de 28.070 hab. Seu topônimo faz referência ao fato da localidade está muito próximo da Barra do Rio Traipu. Durante o século XVII, era um morgado estabelecido na região pelo mestre de campo e proprietário de terras Pedro Gomes. Após a sua morte, seus descendentes herdaram seus bens vinculados, inclusive o nascente povoado. O Distrito foi criado com nome de **Porto da Folha** pela Lei provincial nº 960 de 18/07/1885 e foi elevado à categoria de vila com o mesmo nome pela Lei n°19 de 28/04/1835, desmembrado de Penedo. Em 30/04/1870, recebe o nome atual de **Traipu**, tanto a freguesia quanto ao município. Há uma controvérsia dos historiadores sobre sua fundação. João Alberto Ribeiro adota a versão de que Pedro Gomes teria ali estabelecido o seu morgado para seus herdeiros, dando início ao povoado chamado Porto da Folha. Versão rechaçada por Wenceslau de Almeida, que afirma ter sido o morgado realmente instituído, porém não na margem alagoana, mas na sergipana. No entanto, "certo é que em 17/03/1713, no Porto da Folha, na parte norte, ou seja, área que fica em Alagoas, o lugar foi conferido em sesmaria a João Dantas, a Manuel Braz Pedrosa e a Caetano Dantas Passos. Parece ser a concessão dessa terra o documento mais antigo disponível do lugar, que passou a ser chamado **Traipu** por estar próximo à barra do rio de mesmo nome" (MENDONÇA et al., 2012, p.118). Com esse nome foi elevada à cidade pela Lei nº 14/05/1892.

Fonte *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

União dos Palmares [palmarino; lat.; composto] (Cf. *Atalaia*)

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião Serrana dos Quilombos. Topônimo classificado como *Sociotopônimo*. Constituído pelo ML *uni-* + MGD *-ão*, f. dep. *de* + *o* + MGF *–s* = *dos*, ML *palm-* + VT *-a* + MGD *-res.* Etim. *sf.* do lat. XV *ūnīō, -ōnis* 'junção, ligação, adesão'; *sf.* do lat. *XVI palma, -ae* 'folha de palmeira, triunfo, vitória' (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 420,720 km² e população estimada em 2017 de 66.477 hab. Seu topônimo faz referência ao ponto intersecção (união) entre os Estados de Alagoas e de Pernambuco e, também, ao fato de ter abrigado em suas terras o Quilombo dos Palmares. Sua ocupação teve início ainda no sécio XVI, no período da ocupação holandesa, quando

os quilombos ampliaram suas áreas. Contudo, somente no século XVII na Serra da Barriga ou Cerca Real dos Macacos, é que se instala a capital do que viria a ser conhecido como o Quilombo dos Palmares, uma República Independente composta principalmente por negros fugidos da escravidão, símbolo do anseio e da resistência negra pela liberdade, tendo como líder maior o negro Zumbi. Em 1889, passou a ser chamada de **União** em virtude de servir de ponto de ligação entre Alagoas e Pernambuco, no ambicionado ramal da via férrea. Em 1944, porém, adotou o atual nome de **União dos Palmares**. O pequeno povoado de **Santa Maria Madalena**, antes chamado **Cerca Real dos Macacos**, foi elevado à categoria de vila pelo Decreto de 13/10/1831, desmembrado de Atalaia e recebeu o nome de **Vila Nova da Imperatriz**, homenagem feita à Imperatriz Leopoldina. Por conta de seu crescimento, através do Decreto do Governo Geral foi elevada à categoria de cidade pela Lei nº 1.113 de 20/08/1889 e pelo Decreto Estadual nº 46 de 25/09/1890, o município de **Vila Nova da Imperatriz** passou a se chamar **União** e, por fim, pelo Decreto-Lei Estadual nº 2.909 de 30/12/1943, adotou o nome **União dos Palmares**.

Fonte *Lindoso,* (2007); *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017); *IBGE* (2018).

Viçosa [viçosense; lat.; simples] (Cf. *Atalaia; Quebrangulo*)

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião Serrana dos Quilombos. Topônimo classificado como *Fitotopônimo*. Constituído pelo ML *viços-* + VT *-a*. Etim. *sm.* do lat. XIV *vĭtĭum* 'vigor de vegetação nas plantas, verdor' (CUNHA, 2010).

Nota Município com área territorial atual de 371,611 km² e população estimada em 2017 de 26.143 hab. Seu topônimo faz referência ao verdor da vegetação local. É também conhecida pelas expressões **Atenas alagoana** e **Princesa das Matas**. Em seus primórdios, era habitada pelos índios caambembes, oriundos da subtribo dos Caetés. Na região banhada pelo Rio Paraíba, todos os anos, no final de dezembro, um padre saia de sua paróquia em Atalaia/AL para celebrar a missa de Natal e Ano Novo em Passagem, povoado próximo a Quebrangulo/AL. Numa dessas idas, havia chovido torrencialmente durante o dia, transbordando os cursos d'águas da região, o sacerdote chegando à margem de um riacho que localizado à igual distância dos Riachos Gurumgumba e Limoeiro, encontrou-o muito cheio que não foi possível atravessá-lo. Impossibilitado de prosseguir viagem, no meio da noite, o padre resolveu celebrar a missa ali mesmo para um reduzido número de pessoas que o acompanhavam e moradores de sítios vizinhos, armando o altar debaixo de uma grande árvore. A cruz fincada permaneceu no local após a missa, atraindo romeiros ao local, aos quais se devem as primeiras e poucas habitações do lugar, que ficou conhecido como **Riacho do Meio**. Em 1790, Manoel Francisco**,** por determinação do ouvidor José de

Mendonça Matos Moreira, estabeleceu residência no sítio Riacho do Meio, com o fim de experimentar a cultura do algodão na localidade. Manoel Francisco, que talvez fosse um dos romeiros da cruz, derrubou as florestas das cercanias e fez um roçado no vale, mais ou menos no mesmo local onde hoje se acha a Praça Apolinário Rebelo**,** e logo depois erigiu uma capela de madeira no ponto em que atualmente existe a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Ao lado esquerdo da igreja começaram pouco a pouco a se alinhar as primeiras casas, também eram construídas de madeira. Posteriormente, o povoado ficou conhecido pelo nome de **Assembleia** porque era costume as pessoas se reunirem nas calçadas de suas casas, no final da tarde, para discutir sobre assuntos vindos da capital, da lavoura e do cotidiano da comunidade. Dizia-se, então, que estavam em "assembleia". Foi elevado à categoria de vila como o nome **Vila Nova da Assembleia** por Decreto Imperial em 1831 e à categoria de Distrito com o nome de **Assembleia**, pela Lei Provincial nº 8 de 10/04/1835, desmembrado de Atalaia. Pelo Decreto Estadual nº 46 de 25/09/1890. Foi elevado à condição de cidade pela Lei Estadual nº 14 de 16/05/1892 com o nome de Viçosa.

Fonte *Brandão, A.,* (2005); *Mendonça et al.,* (2012); *Alagoas em Dados e Informações,* (2017*); IBGE* (2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os vários aspectos abordados na presente tese de doutorado, envolvendo a descrição, a análise e a interpretação dos atuais e oficiais nomes dos municípios alagoanos e o seu registro lexicográfico, permitem-nos algumas considerações finais.

Primeiramente, partimos do pressuposto de que o acervo dos nomes dos municípios alagoanos se caracteriza como uma macrotoponímia de regiões urbanizadas e/ou rurais, sendo receptor e refletor de representações que podem desvelar traços da identidade de um dado povo mediante as singularidades materializadas nestes topônimos. Se isso de fato corresponde, então ele pode atuar em função de índices de pertencimento, de posse, de construção de identidade de um dado grupo, comprometido com práticas socioculturais e configurações ideológicas de organização social e espacial.

Isso insinua que a dinâmica de escolha, de permanência e/ou de mudança dos atuais nomes atribuídos aos 102 municípios alagoanos pode ser resultado de uma intencionalidade denominativa, na qual o sujeito nomeador estabelece através da atividade linguística uma demarcação de domínio, em especial daquele legitimado historicamente pelos grupos que controlavam/controlam o poder social e econômico em Alagoas, consubstanciado no signo toponímico e em seus efeitos de sentido a ser interpretado e compartilhado pela/na comunidade.

Seguindo esse viés, defendemos a tese de que os nomes dos municípios alagoanos dão significados as suas municipalidades e as representam no mundo, logo não são usados apenas com a função de marcação ou de identificação geográfica, mas como componente pragmático e discursivo de organização social-espacial de um poder político-econômico local materializado na língua por meio do macrotopônimo, sobretudo pelo signo toponímico de motivação de ordem antropocultural.

Nesse particular, nossa investigação toponomástica evidenciou singularidades linguoculturais não identificadas em estudos de outros recortes lexicais do Estado de Alagoas. Para tal comprovação, estudamos a formação, a estrutura e o funcionamento do recorte denominativo dos atuais 102 nomes atribuídos às municipalidades de Alagoas, descrevendo-o, em perspectiva sincrônica, sem prejuízo das considerações diacrônicas pertinentes, em seus aspectos intralinguísticos e extralinguísticos e elaboramos o *Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) – municípios*, enquanto

veículo de recuperação e armazenagem de fatos linguísticos e extralinguísticos sobre nossa macrotoponímia de característica urbana e rural.

Ao nosso ver, é inegável a relevância do (re)conhecimento das motivações dos nomes de municípios e/ou cidades brasileiras no acervo lexical geral da língua portuguesa, não apenas no mundo onomástico toponímico, uma vez que que estes topônimos são (re)ssemantizados e (re)adquirem valores que transcendem o próprio ato de nomear, pois podem designar várias iniciativas, vários dizeres, podendo serem (re)utilizados para propósitos diversos, além da identificação espacial.

Nesse sentido, a língua e seu sistema léxico-onomástico ultrapassam a função de denominar e o produto lexicográfico gerado a partir de nossa pesquisa doutoral *Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) – municípios* se funda como uma ferramenta de extrema importância para estudantes, professores, pesquisadores e curiosos sobre as motivações dos nomes de municípios e/ou cidades do Brasil, em particular do Estado de Alagoas.

Após a análise e a intepretação dos dados que viabilizaram a composição dos verbetes toponímicos do DITAL, evidenciamos que, semanticamente, os nomes dos municípios de Alagoas contemplam a configuração geográfica ou o evento histórico, nomeando essas localidades de duas maneiras, a saber: i. de forma descritiva – a partir de características objetivas mais relevantes do território alagoano, sobretudo sua hidrografia e sua vegetação; ii. de modo subjetivo e metafórico por associação a diversos aspectos atribuídos ao lugar pelo sujeito nomeador.

Em face disso, os microtopônimos municipais alagoanos compõem um acervo étnico, etimológico e histórico, referenciado geograficamente e inserido num contexto temporal, uma vez que, neste estudo, consideramos, além dos aspectos de língua, os estímulos do sujeito nomear para atribuir nomes às localidades habitadas. Sendo assim, tais signos toponímicos incorporam uma complexa rede de fatores extralinguísticos e linguísticos, dentro uma ampla aplicação na vida social e suas marcas de valores chegam à língua em toda sua dimensão natural, desde os aspectos externos da discursividade, aos fragmentos linguísticos tipicamente estruturais, especialmente do léxico.

Quanto aos fatores extralinguísticos, percebemos que no processo de ocupação humana de Alagoas, os aspectos naturais se revelaram importantes determinantes de motivação toponímica pelo seu caráter referencial e identitário, na medida em que projetam singularidades físicas dos contornos da paisagem terrestre

circunscrita ao nomeador e ao lugar nomeado, projetando uma relação simbólica entre o ambiente, a língua e o homem.

No âmbito das motivações de ordem física, os dados apontaram que os referenciais hidrológicos e fitológicos são os mais propensos à prática denominativa municipal alagoana. Já as taxes dos astrotopônimos e dos morfotopônimos se revelaram as taxionomias de menor produtividade no *corpus* analisado.

Ainda pensando nos fatores extralinguísticos, no âmbito das motivações de ordem antropocultural, os dados apontaram que os nomes das municipalidades alagoanas sinalizam as ideologias de poder, principalmente as de ordem social, religiosa e político-econômica subjacentes ao processo de formação do Estado de Alagoas, com pequenas alterações ao longo da história.

Nessa direção, os dados indicaram que os referenciais hiero-hagiotoponímico, antroponímico e sociotoponímico são os mais propensos à prática denominativa municipal alagoana. Já as taxes dos antropoaxio-historiotopônimo, cronotopônimo, hodotopônimo, numerotopônimo e somatopônimo se revelaram as categorias de menor produtividade no *corpus* analisado.

Nesse universo das motivações de ordem antropocultural, evidenciamos a materialização do discurso religioso por meio da presença de nomes alusivos ao referencial hiero-hagiotoponímico, com a predominância na escolha de hagiotopônimos autênticos no ato de designar as municipalidades alagoanas, inclusive com o registro em todas as mesorregiões geográficas.

Uma questão que se coloca quanto ao registro dos hiero-hagiotopônimos no *corpus* analisado, é o fato de que embora se viva em um Estado Brasileiro Laico, portanto com posição de neutralidade religiosa, não evidenciamos nomes de municípios alagoanos que fazem referências à devoção religiosa de matriz africana e/ou às manifestações de outros cultos autóctones. Sendo assim, legitimando a total hegemonia dos nomes ligados aos elementos devocionais cristãos.

Em nosso ponto interpretativista, isso demonstra não só o aspecto antropológico da fé de nossos ancestrais, como também o prestígio e o poder da Igreja Católica Apostólica Romana, poder esse que ultrapassava as esferas religiosas, penetrando nas seculares.

Ainda no âmbito do universo das motivações de ordem antropocultural, percebemos a estratégia política por meio de homenagens explícitas ao poder, traduzindo um modelo de sociedade do capital, em que o sujeito nomeador, por meio

da língua, procura abalizar uma demarcação de prestígio socioeconômico em Alagoas, consubstanciado, sobretudo pelos antropotopônimos e antropoaxiotopônimos. Nesta ótica, tais nomes de municípios corroboram conveniências denominativas. Logo, não são escolhas fortuitas, mas representações políticas e ideologicamente esquematizadas, sugerindo relações simbólicas por meio de marca de autoridade/domínio na personificação do mundo público e do poder.

No que tange aos sociotopônimos, podemos destacar que eles se configuram como resquícios da história da formação do Estado ao descreverem estruturas sociais do povo alagoano, seus possíveis lugares de trabalho e convívio social, à época, de nossa composição.

Uma outra questão que se coloca é a marca de um discurso de natureza ideológica machista materializado no léxico toponímico usado em Alagoas. Nessa direção, evidenciamos que, fora do contexto religioso, há apenas um antropotopônimo com referência à figura feminina.

Em nosso ponto interpretativista, isso demonstra a valoração de nomes próprios individuais masculinos, em detrimento dos femininos, propagando o pensamento vigente na sociedade que, normalmente, ainda atribui à figura da mulher um papel secundário em muitas instâncias da vida social, profissional e familiar. Como visto pelos dados, as autoridades possuem a prerrogativa legal para prática onomástico-toponímica. Porém, quase sempre, eles não consideram a necessária parcimônia para homenagear homens e/ou mulheres que, eventualmente, tenham protagonizado na formação de um dado município.

Arrazoamos que essa tendência está ligada ao fato de os políticos serem, à época dos batismos toponímicos, em sua maioria homens e mirarem, especialmente, em outros homens os méritos que justificassem às homenagens. Com efeito, presumimos, então, que os municípios por se tratarem de espaços urbanos e públicos, culturalmente, seriam, de forma simbólica, na visão do sujeito nomeador, melhor representados por antropotopônimos referentes à figura masculina.

No âmbito dos fatores linguísticos, quanto à formação dos sintagmas toponímicos em sua disposição linear, assinalamos que o grupo geral dos topônimos compostos se apresentou mais produtivo do que os topônimos simples na função de nomear municípios alagoanos.

Atribuímos essa fecundidade ao fato de os processos de composição - na formação de elementos específicos compostos e/ou híbridos - favorecerem à nomeação de municipalidades pela junção de dois ou mais componentes semânticos de existência independente no léxico, em apenas um signo toponímico com extensões de sentido. Assim, a própria estruturação geral da composição se adequa melhor com a natureza denominativa toponímica.

Ao analisarmos as distribuições dos elementos formativos das estruturas mórficas dos signos toponímicos, detectamos que os nomes dos municípios de Alagoas apresentaram uma composição morfossintática bastante variada, desde o substantivo simples acrescido de afixos até formas mais complexas, nas quais podemos pontuar o uso de modificadores seguidos de preposição para homenagear personalidades, localizar geograficamente o município, indicar traços típicos de religiosidade, desfazer homonímia etc.

Ainda pensando nos fatores linguísticos, quanto ao perfil da rede etimológica da macrotoponímia estudada, evidenciamos cruzamentos idiomáticos, com predominância românica, seguido da marca indígena de étimo Tupi. O registro de traços remanescentes sinaliza para uma feição diversificada com a presença de marcas plurilíngues em seus formantes, provavelmente, pelas condições étnico-históricas e pelos contatos interlinguísticos ocorridos durante o processo de constituição do Estado de Alagoas.

Do ponto de vista linguístico-histórico, no âmbito das mudanças toponímicas, evidenciamos três tipos de mudanças que caracterizam as sucessões dos nomes atribuídos a cada município alagoano, desde o seu surgimento, enquanto povoado/vila e seu batismo com o topônimo primitivo até os dias atuais, quais sejam mudança total, mudança parcial e mudança aparente.

De uma forma geral, a mudança total, que se distingue pela substituição completa de um topônimo primitivo por um novo topônimo, apresentou o maior número de ocorrências no *corpus* analisado. Já a transformação por aglutinação, uma das subcategorias de mudança parcial, apresentou o resultado menos significativo de ocorrências dentre todos os tipos de mudanças registradas.

Pelo exposto, podemos afirmar que o complexo toponomástico analisado se marca pela renovação toponímica, uma vez que há uma tendência, por parte do sujeito nomeador, de substituir o nome primitivo por um novo signo toponímico na

emancipação política do lugar, oficializando os atuais macrotopônimos municipais do Estado.

Ponderamos ainda que, no plano sincrônico, a função dos nomes de municípios é antes identificar que significar; contudo, esta pesquisa doutoral indicou que podemos revisitar estes signos toponímicos, suas representações e as intencionalidades a eles ligadas nas escolhas, nas permanências e nas mudanças dos nomes municipais alagoanos. Nesse cabeamento de significados socialmente compartilhados, não há topônimos semanticamente vazios, sem uma associação direta ou indireta com a localidade nomeada e/ou com o sujeito nomeador, seja por meio de nomeação descritiva ou metafórica, preservando um fundo de memória do povo alagoano.

Finalizando a presenta Tese de Doutorado, destacamos que os nossos objetivos foram alcançados, uma vez que descrevemos o complexo toponomástico dos atuais e oficiais nomes dos municípios alagoanos, viabilizando um despertar para os nomes dos municípios da terra dos Marechais, da terra dos Caetés, da terra dos Marajás, do Paraiso das Águas, dentre outras perífrases que o Estado de Alagoas é conhecido, comportando uma compreensão mais profunda não só da terra das Alagoas, mas também da relação do ato denominativo municipal com a realidade de uma determinada época.

E mais, apresentamos seu registro lexicográfico por meio do *Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) – municípios*, pondo em evidência que o acervo da nomenclatura investigada não está alheio à memória destes lugares e seu registro e ciência nos permitem compreender os enredos da formação e fixação do homem no terreno alagoano. É nessa direção que compreendemos o trabalho lexicográfico com os topônimos verbetados, procurando associar à palavra-entrada o máximo possível de dados e informações linguísticas e extralinguistas a respeito do referente que ela designa.

Por fim, esperamos que este estudo onomástico toponímico de cunho lexicográfico possa contribuir para posteriores pesquisas linguísticas sobre o léxico toponímico brasileiro, em seu recorte alagoano, colaborando para uma melhor compreensão da Língua Portuguesa do Brasil, em sua formação, sua estrutura e seu funcionamento.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Constituição (1947). **Constituição do Estado de Alagoas**. Maceió : Imprensa Oficial, 1947.

ALAGOAS. **Alagoas em Dados e Informações**. Disponível em: <http://dados.al.gov.br/>. Acesso em: 11 nov. 2017.

ALAGOAS. **Alagoas em mapas: acervo de mapas sobre o Estado de Alagoas.** 2. ed. Maceió : SEPLANDE, 2014. Disponível em: <http://dados.al.gov.br/dataset/a6504404-4b0a-47c4-a907-ae5645105ccd/resource/f999b3ba-b09c-43da-b58d-c80bd1dff3d3/download/alagoasemmapas2014edicao02.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

ALAGOAS. JORNAL DE ALAGOAS. Maceió, 2018. Disponível em: <http://www.jornaldealagoas.com.br/politica/15882/2018/02/10/renan-filho-tem-um-plano-para-salvar-o-setor-sucroalcooleiro-de-al>. Acesso 12 jul. 2018.

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício. Alagoas rebelde. In.: **Revista enciclopédica Bloch.** n. 29. Rio de Janeiro : Bloch, 1968.

ALMEIDA, C. O.; PASSOS, O. S.; CUNHA SOBRINHO A. P.; SOARES FILHO W. S. **Citricultura Brasileira:** em busca de novos rumos, desafios e oportunidades na região Nordeste. EMBRAPA Mandioca e Fruticultura : Cruz das Almas - BA. 2011.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. et al. **Terra em Alagoas:** temas e problemas. Maceió : EDUFAL, 2013.

ALTAVILA, Jayme de. **História da civilização das Alagoas.** 8. ed. Maceió : EDUFAL, 1988.

ALVES, Poliana Maria. **O léxico do Tuparí**. 2004, 287 f. (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa), Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho. Araraquara.

AMORIM, Antônio. **Batalha – um tempo, uma história.** Maceió : Imprensa Oficial e Gráfica Graciliano Ramos, 2009.

AMORIM, Etevaldo. **Terra do Sol – Espelho da Lua.** Pão de Açúcar: ECOS, 2004.

ANDRADE, Karylleila Santos. **O lugar nos estudos toponímicos: reflexões.** Revista de Estudos da Linguagem, Belo Horizonte, v.25, n.2, p. 585-607, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/9547>. Acesso 28 dez 2017.

ANDRADE, Karylleila Santos. Projeto ATITO: algumas considerações sobre o atlas toponímico de origem indígena do Estado do Tocantins. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; FINATTO, Maria José Bocorny. **As Ciências do léxico.** IV. Campo Grande: Ed. UFMS; Porto Alegre : Ed. UFRGS, 2010. p.133-143

ANDRADE, Karylleila Santos. **Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins - Projeto Atito**. 2006, 207 f. (Doutorado em Linguística), Universidade de São Paulo, São Paulo.

ANDRADE, Karylleila Santos; FLORES, Kátia Maia. Imaginário e representação na formação da toponímia do Tocantins colonial. **Revista da USP.** Filol. Linguíst. Port., São Paulo, v. 19, n. 2, p. 239-255, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/flp/article/view/121997/138397>. Acesso em: 24 mai. 2018.

ANJOS, Marcelo Alessandro Limeira dos. **Marcas toponímicas em solo piauiense: seguindo as trilhas das águas**. 2012, 323 f. (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte.

ANTUNES, Alessandra Martins. **A rede ferroviária e a urbanização da freguesia do Brás. Estudo onomástico contrativos.** 2007, 300 f. (Doutorado em Linguística) Universidade de São Paulo, USP, São Paulo.

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BARROS, Ivan de. **Etnia tribal xucurú-kariri:** a formação de Palmeira dos Índios. Olinda/PE : Ed. do Autor, 2011.

BASSETTO, Bruno Fregni**. Elementos de Filologia Românica**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

BECHARA, Evanildo. **Dicionário escolar de língua portuguesa.** Academia Brasileira de Letras, São Paulo : Companhia Editora Nacional, 2008.

BENÍTEZ RODRÍGUEZ, S. G. (2018). Lingüística aplicada a los estudios toponomásticos. Disimilación entre líquidas en la expresión sufijal de los colectico en la toponimia de Gran Canaria. **Anuario de Estudios Atlánticos**, nº 64: 064-022. Disponível em: <http://anuariosatlanticos.casadecolon.com/index.php/aea/article/view/1017>. Acesso em 20 set 2018

BERNALES LILLO, M. **En búscade de los nombres***.* Toponimia indígena e hispânica. Temuco: Ediciones Universidad de la Frontera, 2002.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de, ISQUERDO, Aparecida Negri. **As ciências do léxico:** Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. Campo Grande (MS): UFMS, 2001.

BORBA, F. da Silva. **Organização de dicionários:** uma introdução à lexicografia. São Paulo : UNESP, 2003.

BORN, A. Van Den. **Dicionário enciclopédico da bíblia.** Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

BRANDÃO, Alfredo. **Viçosa de Alagoas:** o município e a cidade: notas históricas, geográficas e archeologicas. Ed. fac-similar : São Paulo : Plátano Comunicação, 2005.

BRANDÃO, Moreno. **O baixo São Francisco –** o rio e o vale. Penedo : Typ. Carvalho Filho, 1917.

BRASIL, **Banco de Teses & Dissertações da Capes.** Disponível em: <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>. Último acesso em 17 set. 2018.

BRASIL. **CIDADES-IBGE.** Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=27&search=alagoas>. Último acesso em 17 set. 2018.

Brasil. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Último acesso em 17 set. 2018.

CÂMARA Jr. Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. 363 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

CARVALHINHO, Patrícia de Jesus. Aplicações da Teoria dos Signos na Onomástica. **Língua e Literatura**, n. 27, p. 301-311, 2001-03. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linguaeliteratura/article/viewFile/105474/104140>. Acesso em 10 out. 2017.

CARVALHINHO, Patrícia de Jesus. Onomástica e lexicologia: o léxico toponímico como catalisador e fundo de memória. Estudo de caso: os sociotopônimos de Aveiro (Portugal). **Revista da USP**, São Paulo, n.56, p. 172-179, dez./fev. 2002-2003. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/revusp/article/viewFile/33819/36557>. Acesso em 07 jan. 2018.

CARVALHINHO, Patrícia de Jesus. **Hierotoponímia portuguesa de Leite de Vasconcelos às atuais teorias onomásticas.** 2005, 231 f. (Doutorado em Linguística) Universidade de São Paulo, USP, São Paulo.

CARVALHO, Ana Paula Mendes Alves de. **Hagiotoponímia em Minas Gerais.** 2014, 822 f. (Doutorado em Estudos Linguísticos), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CARVALHO, Ana Paula Mendes Alves de. Toponímia religiosa em Minas Gerais: os nomes dos municípios. **Revista de Estudos da Linguagem,** Belo Horizonte. 26, n. 3, p. 1123-1150, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/12888/pdf>. Acesso em 37 mai. 2018.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação histórica de Alagoas.** 4. ed. Maceió : EDUFAL, 2016.

CARVALHO, Francisco de Assis. **Entre a Palavra e o Chão:** Memória Toponímica da Estrada Real. 2012, 535 f. (Doutorado em Linguística) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARVALHO, Maria Aparecida de. **Contribuições para o Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso - mesorregião sudeste mato-grossense.** 2010, 540 f. (Doutorado em Linguística), Universidade de São Paulo, São Paulo.

CASTIGLIONI, Ana Claudia. **Dicionário enciclopédico de topônimos do Estado de Mato Grosso do Sul: uma proposta de modelo.** 2014, 234 f. (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), São José do Rio Preto.

CASTIGLIONI, Ana Claudia. Verbete toponímico: microestruturas para hidrônimos. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 26, n. 3, p. 1095-1122, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/12882/pdf_1>. Acesso em 17 ago. 2017.

CASTRO, Maria Célia Dias de. **Maranhão: sua toponímia, sua história**. 2012, 476 f. (Doutorado em Letras e Linguística), Universidade Federal de Goiás, UFG, Goiânia.

CASTRO NETO, João Ribeiro de. **Taquarana e sua história.** Alagoas : Imprima, 2006.

CHARLIER, Gustavo. Poder, historia y nominación: la toponimia urbana y la construcción de la identidad histórica, (en Mabel C. de Bulnes y José Marcilese (eds.): **Cuestiones políticas, socioculturales y económicas del sudoeste Bonaerense**, actas de las IV Jornadas Interdisciplinarias del Sudoeste Bonaerense, Bahía Blanca, Universidad Nacional del Sur, 2007, p. 235-240. Disponível em: <https://www.academia.edu/2095075/_Poder_historia_y_nominaci%C3%B3n_la_toponimia_urbana_y_la_construcci%C3%B3n_de_la_identidad_hist%C3%B3rica_en_Punta_Alta_>. Acesso em 18 jun 2018.

CHUECA, Pascual Riesco. Nombres en el Paisaje: la toponimia, fuente de conocimiento y aprecio del territorio. In. **Cuadernos Geográficos**, n. 46, Sevilla: Universidad de Sevilla, 2010, p. 7-34.

COROA, Maria Luzia. Para que serve um dicionário? In: CARVALHO, Orlene Lúcia de Saboia; BAGNO, Marcos. (Org.). **Dicionários Escolares:** políticas, formas e usos. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p. 61-72.

COSTA, Craveiro. **A emancipação das Alagoas.** Maceió : SEC/DAC, 1967.

COSTA, Craveiro. **Maceió.** 2. ed. Maceió : SERGASA, 1981.

COSTA, Craveiro. **História de Alagoas**: resumo didático**.** 2 ed. Maceió : SERGASA, 1983.

CURVELO-MATOS, Heloisa Reis. **Análise toponímica de 81 nomes de bairros de São Luís/MA.** 2014, 350 f. (Doutorado em Linguística), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi.** São Paulo : Melhoramentos/EDUSP, 1978. 357 p.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico da língua portuguesa.** 4. ed. Ver atual. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010. 744 p.

PORTO DAPENA, José-Álvaro. **Manual de técnica lexicográfica.** Ed. Arco/ Libros, S. L, 2002. 367 p.

DAUZAT, Albert. **Le noms de lieux: Origene et évolution.** Paris: Librairie Delagrave, 1926.

DAUZAT, Albert. **Le noms de lieux**. Paris: Payot. 1971 [1928].

DIAS, Ana Lourdes Cardoso. **Toponímia dos primeiros municípios tocantinenses**. 2016, 204 f. (Doutorado em Letras e Linguística, Universidade Federal de Goiás, UFG, Goiânia.

DICK, M. V. de P. do A. **A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxionômicos.** Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1980, 198 p.

DICK, M. V. de P. do A. Toponímia e Cultura. In: Rev. Inst. Est. Bras., n. 27, p. 93-101, 1987. Disponível em: <http://200.144.255.123/Imagens/Revista/REV027/Media/REV27-07.pdf>. Acesso em 10 set. 2017.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira.** São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, Edições Arquivo do Estado, 1990.

DICK, M. V. de P. do A. **Toponímia e Antroponímia no Brasil.** Coletânea de estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A dinâmica dos nomes na toponímia da cidade de São Paulo: 1554-1897.** São Paulo: Annablume, 1996a.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Atlas toponímico: um estudo de caso. **ACTA semiotica et linguistica**, São Paulo: SBPL. 1996b. p. 27-44.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Os nomes como marcadores ideológicos. **Acta Semiótica et Lingvistica.** João Pessoa : Universidade Federal da Paraíba, 1998, v. 7. n. 1. p. 97-122. Disponível em: <http://www.okara.ufpb.br/ojs2/index.php/actas/article/view/16907/9631>. Acesso em 28 dez. 2017.

DICK, M V. P. A. Método e questões terminológicas na Onomástica. Estudo de caso: a Toponímia do estado de São Paulo. **Investigações** – Lingüística e Teoria Literária, São Paulo, v. 9, p. 119-148, 1999.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In.: OLIVEIRA, Ana. Maria. Pinto. Pires de.; ISQUERDO, Aparecida. Negri. (org.) **As ciências do léxico:** Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. 2. ed. Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2001.

DICK, M. V. de P. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: **As ciências do léxico:** Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. v. II. Campo Grande – MS: UFMS, 2004, p. 121-130.

DICK, M. V. de P. do A., Fundamentos teóricos da toponímia. Estudo de caso: o projeto Atemig - Atlas toponímico de Minas Gerais (variante regional do Atlas

toponímico do Brasil). In SEABRA, M. C. T. C. de (org.) **O léxico em estudo**. Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 91-118. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/site/e-livros/O%20L%C3%A9xico%20em%20Estudo-Grafia,%20Toponimia,%20Lexicologia,%20Etmologia,%20etc..pdf>. Acesso em 10 set. 2017.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Atlas toponímico do Brasil: teoria e prática II. **Revista Trama.** Vol. 3, n. 5, p. 141-155, jan./jun., 2007. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/965/0>. Acesso em 08 set. 2017.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Etnia e etnicidade. Um novo modo de nomear. Projeto ATESP/ATB. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; FINATTO, Maria José Bocorny. **As ciências do léxico:** Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. IV. Campo Grande: Ed. UFMS, 2008. p.177-198.

DIÉGUES JUNIOR, Manoel Baltazar. A emancipação política das Alagoas em seu sesquicentenário. In.: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** v. 277, p.113-128, Rio de Janeiro : IHGB, 1967.

DI TIZIO, Iberê Luís. **Santo André: a causa toponímica na denominação de seus bairros**. (Tese de Doutorado em Linguística). Universidade de São Paulo, FFLCH. São Paulo. 2009. 184 f.

DI TIZIO, Ideli Raimundo. **Tiête ontem e hoje: preservação ou mudança toponímica e a legislação do ato de nomear - Uma proposta de Lei.** 2008, 212 f. (Doutorado em Linguística), Universidade de São Paulo, USP, São Paulo.

DORO, Maria da Penha Marinovic. **A onomástica no discurso publicitário turístico das estâncias hidrominerais: Águas de São Pedro, um estudo**. 2011, 320 f. (Doutorado em Linguística), Universidade de São Paulo, São Paulo.

DRUMOND, Carlos. **Contribuição do Bororo à toponímia brasileira.** São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1965.

DWORKIN, S. N. **A History of the Spanish Lexicon**: a Linguistic Perspective. Oxford: Oxford University Press, 2012.

FARIA, Glauciane da Conceição dos Santos. Tradição e memória: um estudo antroponímico dos nomes de logradouros da cidade de Ponte Nova – Minas Gerais. **Rev. Estud. Ling**., Belo Horizonte, 2018. p. 1-24. Disponível em < http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/12998>. Acesso em: 28 mai. 2018.

FARIA, Glauciane da Conceição dos Santos. **Tradição e memória: um estudo antroponímico dos nomes de logradouros da cidade de Ponte Nova - Minas Gerais.** 2017, 686 f. (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2.272 p.

FERREIRA, Raiane et al. **História de Ibateguara.** Ibateguara : Prefeitura Municipal de Ibateguara, 2014.

FILHO OLIVEIRA, João de. **O espaço geográfico do município de Chã Preta.** Maceió :SEMED, 2003.

FONSECA, Gesival. **Tanque d'Arca e sua gente.** Maceió : Edições Catavento, 2000.

FRANCISQUINI, Ignez de Abreu. **O nome e o lugar: uma proposta de estudos toponímicos da microrregião de Paranavaí**. 1998. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1998.

GOMES, Patrícia Vieira Nunes. Aquisição lexical e uso do dicionário escolar em sala de aula. In: CARVALHO, Orlene Lúcia de Saboia; BAGNO, Marcos. (Org.). **Dicionários Escolares:** políticas, formas e usos. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p. 141-154.

GONÇALVES, Alberto Cosme. **Delmiro Gouveia:** era uma vez no sertão... 2. ed. Ribeirão Preto : [s.n.], 2013.

GUBA, Ergon. G. The alternative paradigm dialog. In GUBA, E. G. (org.) **The paradigm dialog,** Londres: Sage, 1990.

GUEDES, Zezito. **Arapiraca Através do Tempo.** Maceió: Gráfica Mastergraphy Ltda, 1999.

GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. **Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes.** 3 ed. rev. e aum., São Paulo: Ave Maria, 1981. 267 p.

GUILLON, Jean-Claude. **Pantheón fin de siècle**, p. 1-2. Disponível em: http//histoire-sociale.univ-paris1.fr/collo/guillon.pdf. Acesso em 10 maio 2018.

GUTIERREZ, T. L. **Los Topónimos en la Historia Verdadera**. ALFAL. 1996.

HAENSCH, G. et al. **La lexicografia:** de la linguistica teorica a la lexicografia práctica. Madrid: Gregos, 1982.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HELENO, Sebastião. **Marechal Deodoro – Primeira Capital de Alagoas.** Alagoas : Bom Conselho Ltda., 1998.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ISQUERDO, Aparecida Negri. **O Fato Linguístico como recorte da realidade sócio-cultural.** Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1996.

ISQUERDO, Aparecida Negri. A Toponímia como signo de representação de uma realidade. **Fronteiras –** Revista de História (UFMS), Campo Grande-MS: v. 1, n. 2, p. 27-46, jul./dez. 1997.

ISQUERDO, Aparecida Negri. O nome do município: um estudo etnolinguístico e sócio-histórico na toponímia sul-mato-grossense. **Prolíngua.** v 2, n. 2 – jul./dez. de 2008. p. 34-52. Disponível em: <http://www.okara.ufpb.br/ojs2/index.php/prolingua/issue/view/1064>. Acesso em: 12 set. 2017.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. v. VI. Campo Grande: Editora da UFMS, 2012, p. 115-139.

ISQUERDO, Aparecida Negri. et al. **Guavira Letras**, Três Lagoas/MS, n. 25, p. 1-165, jul./dez. 2017. Disponível em <http://websensors.net.br/seer/index.php/guavira/issue/viewIssue/32/4>. Aceso em 03 de abril de 2017.

ISQUERDO, Aparecida Negri; CASTIGLIONI, Ana Cláudia. Em busca de um dicionário onomástico-toponímico. In.: ISQUERDO, Aparecida Negri; FINATTO, Maria José Bocorny (org). **As ciências do léxico:** lexicologia, lexicografia, terminologia. v. V IV. Campo Grande: Editora da UFMS, Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2010, p. 291-310.

KRIEGER, M. G. **Dicionário em sala de aula:** guia de estudos e exercícios. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.

LEFEBVRE, Karine & MARTÍNEZ, Carlos Paredes. **La memoria de los nombres:** La toponímia em la Conformacion Histórica del Territorio. De Mesoamérica a México. México: CIGA-UNAM, 2017. 477 p.

LEMOS, João R. **Coruripe:** sua história, sua gente, suas instituições. Maceió : Ed. Do Autor, 1999.

LIMA, Antônio Romeiro de. **Santa Luzia do Norte:** um pouco de sua história. Maceió: Esmal, 2008.

LIMA, Ivone A. de. **A Motivação Religiosa dos Topônimos Paranaenses**. Anais do Gel XXVII, 1998.

LINDOSO, Dirceu. **Formação de Alagoas Boreal**. Maceió-São Paulo : edições Catavento, 2000.

LINDOSO, Dirceu. **Interpretação da província.** Estudo da cultura alagoana. Maceió: Edufal/Seplan, 2005.

LINDOSO, Dirceu. **Poder quilombola.** Maceió : EDUFAL, 2007.

MACEDO, Valdemar Oliveira de. **Arapiraca na história de Alagoas**. Arapiraca : Edição do Autor, 1994.

MAEDA, Raimunda Madalena Araújo. **A toponímia sul-mato-grossense: um estudo dos nomes de fazendas**. 2006, 268 f. (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita – UNESP, Araraquara.

MALMBERG, Bertil. **Análisis del lenguaje en el siglo XX:** Teorías y Métodos. Madrid: Editorial Gredos, 1986.

MARROQUIM, Adalberto et al. **Terra das Alagoas.** Roma : Editori Maglione & Strini, Succ E. Leoescher, 1922.

MARROQUIM, Mário. **A língua do Nordeste:** Alagoas e Pernambuco. 3. ed. Curitiba : HD Livros, 1996.

MEDINA GUERRA, Antonia A. **Lexicografía española.** Barcelona: Editorial Ariel, S.A., 2003.

MENDONÇA, Carlos Alberto Pinheiro et al. **Enciclopédia Municípios de Alagoas**. 3. ed. amp. e ver. Instituto Arno de Mello. Maceió. Núcleo de Projetos Especiais. 2012, 540 p. Disponível em <http://www.youblisher.com/p/525211-Enciclopedia-dos-Municipios-de-Alagoas/>. Acesso em: 10 ago. 2016.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos na dinâmica social do Brasil.** Maceió: EDUFAL, 2001.

MURILLO, Edelsvitha Partel. **Estudo toponímico do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, Petar: historicidade e etnicidade nos aspectos conceituais dos nomes de lugar**. 2013, 249 f. (Doutorado em Linguística), Universidade de São Paulo, São Paulo.

NADER, Penha Mara Fernades. Toponímia e relações sociais de gênero: o caso de Vitória. In.: NADER, Maria Beatriz; RANGEL, Lívia de Azevedo Silveira. (org.) **Mulher e gênero em debate:** representações, poder e ideologia. Vitória: EDUFES, 2014.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Método moderno de tupi antigo:** a língua do Brasil dos primeiros séculos. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Tupi antigo:** a língua indígena clássica do Brasil. São Paulo : Global, 2013.

NUNES, José Horta. Lexicologia e lexicografia. In: GUIMARÃES, Eduardo; ZOPPI, Mônica (Org.). **Introdução às ciências da linguagem:** a palavra e a frase. Campinas-SP : Pontes. 2010, p. 149-172.

OLIVEIRA FILHO, João de. **O espaço geográfico do município de Chã Preta.** Maceió : SEMED, 2003.

PEDROSA, Valter. **A História de Santa Luzia do Norte**. Brasília: Roteiro Editorial LTDA, 2008.

PERNAMBUCO, **Jornal do Comércio**. 1817: Revolução com as cores de Pernambuco. (2018). Disponível em: <http://especiais.jconline.ne10.uol.com.br/revolucao-1817/>. Acesso em 30 set 2018.

PEREIRA, Renato Rodrigues; NADIN, Odair Luís. Taxionomias toponímicas e relações com a Terminologia. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 217-243, 2017. Disponível em:

<www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/download/10946/9654>. Acesso em: 3 mai. 2018.

POLGUÈRE, Alain. **Lexicologie et sémantique lexicale:** notions fondamentales. 3. ed. Montréal : Les Presses de l'Université de Montreál, 2016.

POLGUÈRE, Alain. **Lexicologia e semântica lexical:** noções fundamentais. São Paulo : Contexto, 2018.

PONTES, Antônio Luciano. **Dicionário para Uso Escolar:** o que é, como se lê. Fortaleza: EdUECE, 2009.

PONTES, Fernando Galvão de. **Breve histórico de São José da Laje.** Maceió : Gráfica e Editora Universal, 1989.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim. **Toponímia dos municípios baianos: descrição, história e mudanças**. 2008, 327 f. (Doutorado em Letras e Linguística) - Universidade Federal da Bahia, Salvador.

RANGEL, Egon de Oliveira et al. **Dicionários em sala de aula.** Brasília, DF, MEC/SEB, 2006

REIS, S. Reflexões sobre uma jornada com destino à pesquisa. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 1, p. 101-118, 2006.

ROCHA, José Maria Tenório. **Quebrangulo, Quebrangulo, sempre serás!.** Quebrangulo : Prefeitura Municipal de Quebrangulo, 1996.

ROCHA, Tadeu. **Delmiro Gouveia – O Pioneiro de Paulo Afonso**. Maceió : Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2013.

SALAZAR-QUIJADA, Adolfo. **La toponímia em Venezuela.** Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1985.

SANTOS, Joviano Gonçalves dos. **O nome e o lugar: a toponímia na região central de Minas Gerais**. 2012, 240 f. (Doutorado em Estudos Linguísticos) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SAPIR, Edward. **Linguística como ciência**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1961.

SAVIANE, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas/SP : Autores associados, 2007.

SCHWINDT, Luís Carlos. **Manual de linguística:** Fonologia, Morfologia e Sintaxe. Petrópolis : Vozes, 2014.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. **A Formação e a Fixação da Língua Portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da região do Carmo**. 2004, 368 f. (Doutorado em Estudos Linguísticos), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SEIDE, Márcia Sipavicius. Nomeação e Territorialização no bairro Vila Zelina em São Paulo, no Brasil. **Revista Fórum Identidades**. Itabaiana-SE, Universidade Federal de Sergipe, v. 26, p. 161-178, jan.-abr. de 2018. Disponível em <https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/9180>. Acesso em: 30 mai. 2018.

SILVEIRA, Roseli da. **Da terra ao mar: um estudo de microtoponímia caiçara em Iguape/SP**. 2015, 244 f. (Doutorado em Linguística), Universidade de São Paulo, São Paulo.

SIQUEIRA, Kênia Mara de Freitas. Estudo toponímico: âmbitos e perspectivas de análises**. ReVEL**, v. 9, n. 17, 2011. p. 191-210. Disponível em <http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_17_estudo_toponimico.pdf>. Acesso em 21 jul 2018.

SOLIS FONSECA, G**. La gente pasa, los nombres quedan. Introduccion en la Toponímia.** Lima: Ed. Lengua y Sociedad, 1997.

SOUSA, Alexandre Melo de. **Desbravando a Amazônia ocidental brasileira: estudo toponímico de acidentes humanos e físicos**. 2007, 120 f. (Doutorado em Linguística) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

TAVARES, Marineide Cassuci; ISQUERDO, Aparecida Negri. A Questão da Estrutura Morfológica dos Topônimos: Um Estudo na Toponímia Sul-Mato-Grossense. **Signum**: Estudos Linguísticos, Londrina, n. 9/2, p. 273-288, dez. 2006.

TENÓRIO, Douglas Apprato. **Capitalismo e ferrovias no brasil.** 2. ed. Curitiba : HD Livros, 1996.

TENÓRIO, Douglas Apratto; DANTAS, Carmen Lúcia. **Caminhos do açúcar.** Engenhos e casas-grandes das Alagoas. 2. ed. Maceió : SEBRAE, 2010.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. **Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi:** significado dos nomes geográficos de origem tupi. 2.ed. Brasil: Traço, 1997. 197 p.

TRAPERO, Maximiano. **Para una teoría lingüistica de la toponimia:** estudios de toponimia canaria. Las Palmas de Gran Canaria; Universidad, 1995.

VIEIRA, JorgeLuís Gonzaga, et al. Povos indígenas em Alagoas: território, desterritorialização e reterritorialização: mobilização política e afirmação étnica. In. ALMEIDA,Luís Sávio de. et al. (Org.) **Terra em Alagoas:** temas e problemas. Maceió : EDUFAL, 2013. p.183 – 205.

VIEIRA, Zara Peixoto. **Estudo Onomástico do Município de Socorro**: reconstituição dos antropônimos e da memória da imigração. Dissertação de Mestrado. São Paulo : FFLCH/USP, 2000.

VILLALVA, Alina; SIVESTRE, João Paulo. **Introdução ao estudo do léxico:** descrição e análise do português. Petrópolis : Vozes, 2014.

ZAMARIANO, Márcia. Contribuição ao estudo da toponímia paranaense: a fitotoponímia. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 39, p. 223-234, mai./ago. 2010

XERRI, Jimmy. **Dois séculos de história:** o povo da Paróquia de Nossa Senhora da Graça Murici – Messias – Branquinha. Recife: Ave Maria, 2001.

ZACARIAS, Regiani Aparecida Santos; DURÃO, Adja Balbino de Amorim Barbieri. Retomando algumas designações da lexicografia. In.: DURÃO, Adja Balbino de Amorim Barbieri. (org) **Vendo o dicionário com outros olhos.** Londrina : UEL, 2010.

ZAMARIANO, Márcia. Reflexões sobre a questão do nome próprio na toponímia. **Cadernos de Letras da UFF** – Dossiê: América Central e Caribe: múltiplos olhares, v. 22, 2012, p. 351-372. Disponível em: <http://www.cadernosdeletras.uff.br/index.php/cadernosdeletras/article/view/477/217>. Acesso em 10 abr. 2018.